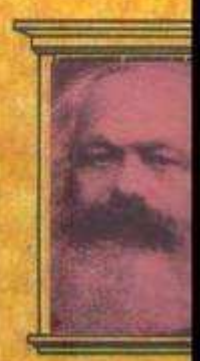
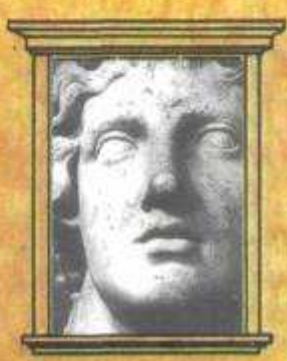
ORGANIZADORES
Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas
Domínios da História
Ensaios de Teoria e Metodologia
5ª Edição
EDITORA
CAMPUS

Conta Capa:

Domínios da História é obra coletiva, voltada para o amplo público de professores e alunos de pós-graduação em história, podendo interessar ainda aos que atuam nas demais áreas das chamadas ciências sociais, bem como aos docentes vinculados ao ensino médio. Com o objetivo de traçar um panorama atualizado dos vários campos de investigação da história, o livro expõe os principais conceitos e as polêmicas que se fizeram presentes na história das disciplinas e da pesquisa, com ênfase na discussão sobre a questão dos paradigmas.

Na primeira parte, "Territórios do historiador", o leitor encontra um mapeamento dos grandes campos da história: a econômica, a social, a política, a das idéias, a das mentalidades e a cultural. Na segunda parte, "Campos de investigação e linhas de pesquisa", o foco se desloca para campos mais específicos, por vezes micro-históricos, que levam em conta fatores econômicos e sociais, a exemplo da história agrária e da história urbana e empresarial, ou que se acham vinculados ao imaginário e à vida quotidiana: a família, a vida privada, as mulheres, a sexualidade, a etnia, as religiosidades, a história das paisagens. Na terceira parte, "Modelos teóricos e novos instrumentos metodológicos", o livro apresenta uma seção metodológica. Contém orientação sobre como pensar em modelos teóricos, expõe novos métodos de análise textual (semântica e semiótica), novas fontes para o trabalho do historiador (o cinema e a fotografia), e contempla as relações cada vez mais estreitas entre história e informática. *Domínios da História* é obra de referencia importante para todos os estudiosos e profissionais da história, indicando caminhos e dilemas atuais do saber historiográfico.

Orelha:

O panorama dos estudos históricos, neste final do século XX, revela-se muito mais vasto se o compararmos com o *fin de siècle* anterior. Além disso, é tão variado a ponto de em muitas de suas esquinas embuçar-se a contradição.

Por exemplo, se um historiador da cultura profundamente imbuído da crítica à quantificação assistir a um grande congresso internacional de história econômica — e eles continuam existindo e são cada vez maiores — constatará que os historiadores econômicos quantificam de forma sistemática. E se aquele historiador participar de outra reunião científica, desta vez na área da demografia histórica, perceberá que, apesar de tudo o que se costuma dizer acerca das virtudes da hermenêutica e da "descrição densa", da necessidade de manter os conceitos colados à descrição de casos que são sempre singulares, em contraste com a proclamada impossibilidade da explicação em história, os historiadores demógrafos continuam teimosamente apegados à generalização e a modelos matemáticos a que atribuem virtudes explicativas e mesmo preditivas.

Ao mesmo tempo, não há como negar que numerosas posições defendidas tranquilamente há alguns anos por marxistas e partidários dos *Annales* "da primeira e segunda gerações" tornaram-se impossíveis de sustentar ou, pelo menos, muito minoritárias entre os historiadores. Se um intelectual que foi marxista famoso e coerente, como Maurice Godelier, demonstra com argumentos fortes que "o ideal" e "o material" não são elementos de uma boa descrição topológica das sociedades humanas, não fica difícil continuar a falar de "base" e "superestrutura", por exemplo?

Este não é um livro "missionário", um "combate pela

verdadeira fé". Sua intenção não é polêmica e, sim, o mapeamento de posições, com ênfase nos aspectos difundidos mais recentemente nos estudos de história. Encarregaram-se de sua preparação dois historiadores muito distintos em suas filiações teórico-metodológicas, montando equipe suficientemente numerosa para representar posturas bem variadas diante das pesquisas. Mas, queira-se ou não, o debate não poderá estar ausente, sendo, como é, indissociável do mapeamento que apontamos.

Nosso livro é filho legítimo da profissionalização crescente dos historiadores brasileiros, fruto, entre outras coisas, de um pujante setor de pós-graduação. E, à diferença de muitas antologias teórico-metodológicas e obras que tendem a escolher uma linha de pesquisa ou uma tradição historiográfica, a cobertura deste livro é bem mais abrangente: ele tem por ambição abrir diante do leitor um panorama vasto, includente e atualizado dos domínios da história.

— CIRO FLAMARION CARDOSO

Domínios da História

Ensaios de teoria e metodologia

Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas
Organizadores

Ana Maria Mauad • Edgard Ferreira Neto • Eulália L. Lobo
Francisco Carlos Teixeira da Silva • Francisco Falcon
Hebe Castro • Jacqueline Hermann • João Fragoso
Luciano R. Figueiredo • Magali Engel • Manolo Florentino
Maria Yedda Linhares • Mary Del Priore • Rachel Soihet
Ronald Raminelli • Sheila de Castro Faria • Virgínia Fontes

Domínios da História

Ensaios de teoria e metodologia

5ª Edição

Capa
Victor Burton

Copidesque
Maria Parula

Editoração Eletrônica
Rio Texto

Revisão Gráfica
Roberto Facce
Isabel Cristina Rodrigues

Projeto Gráfico:
Editora Campus Ltda.
A Qualidade da Informação.
Rua Sete de Setembro, 111 — 16° andar
20050-002 Rio de Janeiro RJ Brasil
Telefone: (021)509-5340 FAX (021)507-1991
E-Mail: *info@campus.com.br*

ISBN 85-352-0155-6

Ficha Catalográfica
CIP-Brasil. Catalogação-na-fonte.
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

D72 Domínios da história : ensaios de teoria e metodologia/
Ciro Flamarion Cardoso, Ronaldo Vainfas (orgs.).
- Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Inclui bibliografia
ISBN 85-352-00155-6

1. História - Filosofia. 2. História - Metodologia. I Cardoso, Ciro Flamarion S. (Ciro Flamarion Santana), 1942- II. Vainfas, Ronaldo

97-0138 CDD — 901
CDU—930.1

99 00 01 8 7 6 5

Os Autores

ANA MARIA MAUAD Professora adjunta do Departamento de História da UFF e doutora pela mesma universidade. Especialista no uso de fontes iconográficas em história.

CIRO FLAMARION CARDOSO Professor titular de história antiga e medieval da UFF. Doutor pela Universidade de Paris X. Autor de vastíssima obra, entre livros e artigos, destacando-se *Os métodos da história,* em parceria com Héctor Pérez Brignoli (Graal, 1979), e *Ensaios racionalistas* (Campus, 1988).

EDGARD FERREIRA NETO Professor do Departamento de História da UFF. Mestre e doutor pela mesma universidade. Especialista na questão das representações acerca do índio no Brasil Colonial.

EULÁLIA L. LOBO Professora emérita e titular da UFRJ. Autora de numerosa obra. Lecionou na pós-graduação da UFF, sendo uma das fundadoras da linha de pesquisa sobre a história urbana e industrial.

FRANCISCO CARLOS TEIXEIRA DA SILVA Professor titular de história moderna e contemporânea da UFRJ. Mestre e doutor pela UFF. Autor de diversos artigos e livros, sobretudo sobre a história agrária brasileira.

FRANCISCO FALCON Professor titular de história moderna e contemporânea da UFF (aposentado), ex-professor da UFRJ e atualmente na PUC. Fundador, na UFF, da linha de pesquisa sobre história das idéias. Autor de numerosa obra, destacando-se *A época pombalina* (Ática, 1982).

HEBE CASTRO Professora do Departamento de História da UFF. Mestra e doutora pela mesma universidade. Autora de *Das cores do silêncio,* laureado com o prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, em 1994.

JACQUELINE HERMANN Mestra pela UFF, pesquisadora da CEPIA e professora do curso de pós-graduação *lato sensu* da mesma universidade. Doutora em história pela UFF com tese sobre a construção do sebastianismo em Portugal.

JOÃO FRAGOSO Professor de história moderna da UFRJ, onde obteve o mestrado. Doutor pela UFF com a tese "Homens de Grossa Ventura", laureado com o prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, em 1992.

LUCIANO R. FIGUEIREDO Professor do Departamento de História da UFF. Mestre e doutor pela USP. Autor de *0 avesso da memória* (José Olympio, 1993).

MANOLO FLORENTINO Professor do Departamento de História da UFRJ. Mestre pela Universidade Autônoma do México e doutor pela UFF. Autor de *Em costas negras,* laureado com o prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa, em 1994.

MAGALI ENGEL Professora do Departamento de História da UFF. Mestra pela UFF e doutora pela UNICAMP. Autora de vários trabalhos, destacando-se *Meretrizes e doutores* (Brasiliense, 1989).

MARIA YEDDA LINHARES Professora titular do Departamento de História da UFRJ, ex-professora da UFF. Autora de diversos trabalhos sobre a história agrária brasileira e fundadora, na UFF, da linha de pesquisa sobre o assunto no curso de pós-graduação.

MARY DEL PRIORE Professora do Departamento de História da USP e doutora pela mesma universidade. Autora de diversos trabalhos sobre a história da mulher, destacando-se *Ao sul do corpo* (José Olympio, 1993).

RACHEK SOIHET Professora titular do Departamento de História da UFF. Doutora pela USP e autora de diversos trabalhos, entre os quais *Condição feminina e formas de violência* (Forense, 1989).

RONALD RAMINELLI Ex-professor do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná e atualmente na UFF. Autor de vários artigos sobre historiografia e história colonial. Mestre e doutor pela USP, é autor do livro *Imagens da Colonização* (Jorge Zaar Editor, 1996), além de inúmeros artigos.

RONALDO VAINFAS Professor titular de história moderna da UFF. Mestre pela UFF, doutor pela USP. Autor de numerosos artigos e livros, entre os quais *Trópico dos pecados* (Campus, 1989) e *A heresia dos índios* (Companhia da Letras, 1995).

SHEILA DE CASTRO FARIA Professora do Departamento de História da UFF. Especialista em história da família. Mestra e doutora pela UFF, é autora de teses e artigos sobre a história da família brasileira no Brasil escravista.

VIRGÍNIA FONTES Professora do Departamento de História da UFF. Doutora pela Universidade de Paris X. Autora de trabalhos sobre teoria da história e história brasileira contemporânea.

[1]

Apresentação

Domínios da história é obra coletiva voltada para o amplo público de professores e alunos de graduação e pós-graduação em história, podendo interessar ainda às demais áreas das chamadas ciências sociais (antropologia, ciência política, sociologia) e mesmo aos docentes de História vinculados ao ensino médio.

Nosso objetivo essencial foi o de traçar um panorama geral e atualizado dos vários campos de investigação na área de história, dando conta dos percursos historiográficos, dos principais conceitos e dos debates e polêmicas que se fizeram presentes na história da disciplina e da pesquisa, com ênfase nas controvérsias atuais. Controvérsias relacionadas ao que muitos consideram ausência ou embate de paradigmas no cenário contemporâneo das ciências humanas. É sobre os dilemas e confronto de paradigmas que trata, aliás, a Introdução do livro, na verdade um alentado capítulo acerca dos debates historiográficos contemporâneos.

Dividimos a obra em três partes, confiando cada capítulo a um ou dois especialistas, convencidos de que o mapeamento das questões teóricas e percursos historiográficos planejado para o livro só seria possível com a participação de uma equipe de historiadores e pesquisadores, mormente nos dias atuais em que predominam métodos e teorias muito especializados na pesquisa histórica.

A Parte I, *Territórios do historiador,* dedica-se justamente a fazer este mapeamento geral, selecionando os grandes campos da história. Encontram-se ali sistematizados e discutidos os campos da história econômica, hoje em crise, da clássica e abrangente história social, da tradicional e ao mesmo tempo novíssima história política, da história das idéias, muito forte em países de língua inglesa, além, é claro, da sempre controvertida história das mentalidades, mais conhecida hoje como história cultural.

A Parte II, *Campos de investigação e linhas de pesquisa,* é um esforço de verticalização, procurando-se mapear e discutir objetos e problemáticas mais específicos, alguns de tipo macro-histórico, outros mais ligados à chamada micro-história. Sem a pretensão de sermos exaustivos a ponto de abordar todos os campos de investigação, o rol de áreas selecionado não foi, porém, reduzido. O leitor encontrará, de um lado, campos de investigação mais ligados ao econômico-social, a exemplo da história agrária, história urbana e história empresarial; encontrará, de outro lado, campos de pesquisa mais vinculados às representações, ao imaginário e à vida cotidiana — a família, a vida privada, as mulheres, a sexualidade, a etnia, as religiosidades, sem falar na novíssima história das paisagens. São, no conjunto, dez capítulos que permitem, nessa parte do livro, um conhecimento bastante atualizado de alguns importantes campos da historiografia contemporânea nos principais centros europeus e norte-americanos.

A Parte III, *Modelos teóricos e novos instrumentos de pesquisa,* é uma seção, por assim dizer, prática. Contém orientação sobre como pensar em modelos teóricos — o que é essencial na montagem de projetos de pesquisa —, capítulos sobre novos métodos de análise textual (semântica e semiótica), sobre

novas fontes para o trabalho do historiador (o cinema e a fotografia) e, finalmente, sobre as relações cada vez mais estreitas entre a história e a informática na consecução da pesquisa e da própria elaboração do texto historiográfico.

Em todos os capítulos procurou-se dar um panorama, quando menos uma notícia, sobre os "domínios da história" no Brasil. É certo que predominam as considerações sobre trajetórias e modelos concebidos noutros centros, mas julgamos procedente reportar os ritmos e interesses das investigações em nosso país, sobretudo porque há mais de vinte anos a pesquisa histórica brasileira tornou-se, em numerosos aspectos, verdadeiramente profissional e exclusivamente universitária.

A concepção e organização deste livro — devemos frisar — não foi tarefa fácil. Multiplicidade de assuntos e autores, complexidade das matérias, necessidade de sintetizar os capítulos nos limites planejados, tudo isso ocupou muitíssimo o trabalho dos organizadores, verdadeiros "editores" da obra. Fomos muitas vezes obrigados a sugerir a nossos colaboradores cortes de trechos ou omissão de autores importantes, para não alongar em demasia, quer os capítulos, quer as notas bibliográficas. Assumimos inteira responsabilidade, isentando os autores dos capítulos, pelas supressões que julgamos por bem fazer. Mas temos consciência de que, com ou sem cortes, nosso esforço não foi vão. *Domínios da história* é livro alentado e importante. Obra de referência que indica possibilidades, polêmicas e, sem dúvida, impasses, dilemas que sempre marcaram a história e os que a ela se dedicam por dever de ofício.

Rio de Janeiro, março de 1997

Ciro Flamarion Cardoso

Ronaldo Vainfas

SUMÁRIO

Parte II
Campos de Investigação e Linhas de Pesquisa

Parte III
Modelos Teóricos e Novos instrumentos metodológicos: alguns exemplos

❖ *INTRODUÇÃO* ❖

HISTÓRIA E PARADIGMAS RIVAIS

Ciro Flamarion Cardoso

A questão e uma escolha

Neste limiar do século XXI, vivemos segundo muitos uma crise de civilização, simbolizada talvez em forma adequada pela maneira com que se encara hoje em dia a dupla conceitual cultura/civilização.

Foi no século XVIII que filósofos franceses e alemães começaram a empregar o termo cultura, de início restrito a assuntos agrícolas, para referir-se ao progresso material e mental da humanidade: a "cultura da terra" proporcionava, portanto, uma metáfora para a "cultura de si mesmo", numa tradição que desembocaria, no século XX, na formulação antropológica do homem como um animal autodomesticado — a idéia, bem exposta pelo arqueólogo Gordon Childe, de que "o homem faz-se a si próprio".[1]

Se tanto franceses quanto alemães estiveram presentes na gestação do conceito de cultura — que seria adotado pela nascente disciplina antropológica em 1871 através de E.B. Tylor,[2] no Brasil poucos historiadores se dão conta, segundo creio, de uma divergência que, também desde o século XVIII mas de forma mais clara posteriormente, se estabeleceria entre as maneiras

francesa e alemã de conceber a relação entre as noções de cultura e civilização.

Na vertente francesa, a civilização, termo sem dúvida ainda mais polissêmico do que cultura, foi vista tradicionalmente numa perspectiva evolucionista e otimista. As civilizações seriam "altas culturas" caracterizadas pela urbanização, a escrita, o desenvolvimento das ciências, a metalurgia, o surgimento de um poder separado do parentesco (o Estado), o desenvolvimento da divisão social do trabalho e das diferenças de *status* entre indivíduos e grupos — e outros traços ainda, já que houve inúmeras teorias, assim como muitas divergências a respeito de como definir a civilização. O que me importa, aqui, é que a civilização era vista como uma forma superior de cultura, a culminação de etapas sucessivas como, por exemplo, no caso de Lewis Henry Morgan (1818-1881), selvajaria-barbárie-civilização; e tal culminação era considerada positivamente.[3]

Na vertente alemã, cultura designou habitualmente os costumes específicos de sociedades individualmente tomadas, em especial os modos de vida de mudança muito lenta (rurais ou tribais) que serviam de base à coesão social, em oposição à civilização definida como urbana, cosmopolita e rápida em suas transformações; sendo a primeira valorada positivamente, mas não assim a segunda. Tais idéias viriam a corporificar-se sobretudo na obra monumental que o etnólogo alemão Gustav Klemm dedicou à história cultural da humanidade.[4] Diga-se de passagem que ignorar esta oposição básica de perspectivas entre as visões francesa e alemã dificulta, entre outras coisas, o entendimento da corrente paramarxista conhecida como Escola de Frankfurt.

Uma das opções possíveis para definir o deslocamento de

paradigma na área das humanidades e das ciências sociais que se liga, em nosso século, a um processo mais ou menos longo cuja fase decisiva parece ter sido 1968-1989 consistiria em vê-lo como uma vitória do corte interpretativo de origem alemã sobre o de origem francesa, sintetizando o que muitos pensadores contemporâneos vêem como o fim de uma longa fase na história dos homens e suas visões de mundo, começada com o Renascimento e intensificada com o Iluminismo: donde a designação usual deste fim de século como inaugurando um período pós-moderno. Alguns autores, mais radicalmente, encaram a questão central como sendo o colapso iminente da civilização *qua* civilização; ou seja, o fim de uma fase ainda mais longa, que se vinha desenvolvendo há uns cinco milênios. É o que pensava, já em 1971, o antropólogo Paul Bohannan.[5]

E evidente que tal mudança de paradigma não deixou de afetar a história, entendendo neste caso esta última (um termo polissêmico) como a disciplina histórica. E o fez num sentido bem caracterizado metaforicamente pelo historiador norte-americano da música Leo Treitler, partidário do enfoque hermenêutico; tendo sua metáfora a vantagem de evitar o anticientificismo obscurantista tão presente em muitos dos cultores da autodenominada *Nova História* (ao verem na ciência uma manifestação do poder entendido à maneira de Nietzsche). Treitler recomenda que raciocinemos sobre a história humana

> "... não como se fosse um ponto central em avanço que elimina tudo à sua volta enquanto se move, mas sim, mais de acordo com a tentativa revolucionária de Darwin — ainda não de todo exitosa —, reorientando o enfoque do historiador das propriedades modais de grupos para a efetiva variação existente no seio das próprias coisas (...)"[6]

A formulação acima parece-me adequada para sintetizar a ambição central da Nova História, já que ela é a "história em migalhas", preocupada centralmente com a diversidade dos objetos e a alteridade cultural, entre sociedades e dentro de cada uma delas.

Assim, a escolha, neste capítulo inicial de um livro que tem a pretensão de mapear seletivamente o estado atual da disciplina histórica de um modo que se espera será útil aos estudantes, professores e pesquisadores que atuam no setor dos estudos históricos, consiste em adotar, até por razões de economia de espaço, uma perspectiva macro-teórica: apresentar a disciplina histórica hoje a partir da oposição entre dois paradigmas polares, chamando-os de "iluminista" e "pós-moderno", respectivamente. A escolha oposta seria partir da própria historiografia, em forma empírica, o que levaria sem dúvida a enfatizar a diversidade, não as identidades e oposições mais centrais. No meu corte, o que se perde em detalhe e o risco que se corre de minimizar as diferenças são compensados, segundo creio, por maior clareza no tocante às questões maiores de tipo epistemológico e teórico. Seja como for, nos capítulos seguintes do livro, a variedade e a diversidade serão devidamente apreciadas.

O paradigma "iluminista"

O paradigma ora ameaçado em sua hegemonia ou, segundo os cultores mais radicais da Nova História, já destronado pode ser chamado de "moderno" ou "iluminista". Opôs-se, neste século, durante várias décadas e com bastante sucesso, ao historicismo em suas várias vertentes — incluindo aquelas de Benedetto Croce e R.G. Collingwood — e ao método estritamente hermenêutico ou interpretativo que tal corrente propugnava. Fê-lo em nome da

razão e do progresso humano, em uma perspectiva que pretendia estender aos estudos sociais o método científico. Em história, o marxismo (ou um certo marxismo, já que eu não incluiria aqui, por exemplo, a Escola de Frankfurt, a meu ver integrante do paradigma "pós-moderno") e o grupo chamado dos *Annales* no período 1929-1969 foram suas vertentes mais influentes e prestigiosas.

Os historiadores filiados a este paradigma — cujo domínio sobre os estudos históricos foi máximo entre talvez 1950 e 1968, mas nunca total — escrevem uma história que pretendem científica e racional. Seu ponto de partida na produção de conhecimentos é, no mínimo, hipotético (a "história-problema" dos *Annales),* às vezes hipotético-dedutivo (se bem que isto raramente se pratique com rigor, mesmo porque muitos historiadores carecem de uma formação que a tanto os habilite), sempre racionalista. Acreditava-se que, fora de tal atitude básica, o saber histórico não responderia às demandas surgidas da práxis social humana no que tange à existência e à experiência dos seres humanos no tempo, nem seria adequado no enfoque da temporalidade histórica como objeto. As tendências filosóficas fundadoras vinham dos séculos XVIII e XIX — sendo este último aquele em que a história surgiu como disciplina reconhecida acadêmica e profissionalmente. Viram-se reforçadas, no século XIX e neste, pelo emprego de modelos macro-históricos e teorizantes: estes podiam ser distintos e até opostos entre si, mas voltavam-se sempre para a inteligibilidade, a explicação, a expulsão ou pelo menos a delimitação do irracional, do acaso, do subjetivo. Exemplificam tais modelos o evolucionismo (em diversas modalidades), o marxismo, o weberianismo, algumas das vertentes estruturalistas. Trata-se de uma história analítica, estrutural (e

mesmo macroestrutural), explicativa (na prática, ainda em casos como o de Weber que pretendia praticar uma "ciência da compreensão", e não "da explicação") — sendo estes alguns dos aspectos centrais de sua racionalidade, sua cientificidade assumida.[7]

Permitir-me-ei resumir muito a apresentação dos elementos essenciais deste paradigma em suas manifestações mais influentes entre os historiadores — o marxismo e o grupo dos *Annales* —, posto que em diversas ocasiões, como autor ou co-autor, já me pronunciei a respeito.[8]

A visão marxista da história foi adequadamente sintetizada por Adam Schaff nos pontos seguintes, nos quais, segundo afirma, o marxismo estabelece:

> "1. Que a realidade social é mutável,
> 2. Que esta mudança é submetida a leis cujo reflexo são as leis dinâmicas da ciência (histórica),
> 3. Que as mudanças conduzem a estados periódicos de equilíbrio relativo, cuja característica não é (...) a ausência de qualquer mudança, mas sim a duração relativa de suas 'formas' e 'relações recíprocas' (hoje expressaríamos isto mais precisamente com as palavras: *da estrutura do sistema).*"[9]

Mesmo se raramente realizada na prática em forma adequada, devido à séria dificuldade que envolve para o pesquisador, a ambição do marxismo é, então, a reunião num único movimento do pensamento dos enfoques genético e estrutural das sociedades; com efeito, trata-se de obter uma visão ao mesmo tempo holística (estrutural) e dinâmica (relativa ao movimento, à transformação) das sociedades humanas, como bem

entendeu Jerzy Topolski.[10]

O conhecimento que se pretende conseguir basear-se-á num modelo epistemológico que difere tanto do que formula o sujeito do conhecimento como passivo, limitando-se a refletir a realidade exterior, quanto do que limita ao sujeito todo o aspecto ativo no processo do conhecimento. Tal modelo é chamado *de teoria modificada do reflexo,* a qual postula, entre o sujeito que conhece e aquilo que é conhecido, a mediação da prática (trabalho, práxis, produção: devendo tais termos entender-se em sua acepção mais ampla).[11] No caso específico da história, a conseqüência desta teoria do conhecimento é que, como os processos passados não podem transformar-se, nós os conhecemos através de transformações constantes de suas imagens consecutivas, em função das mudanças que intervêm na práxis atual. Deve notar-se que isto não se confunde com o relativismo dos historicistas, já que a teoria marxista do conhecimento é um realismo (o objeto do conhecimento histórico não é constituído pelo sujeito: a práxis atual intervém na apropriação cognitiva de algo que existe por si mesmo e pode ser conhecido): trata-se, mais exatamente, da concepção da verdade científica como limite absoluto a que tendem verdades relativas ou parciais cujo alcance maior ou menor depende do tipo de conhecimento histórico que permite a prática social de cada época ou fase. Outrossim, o estudo das estruturas presentes, com a finalidade de orientar a práxis social relativamente a elas, conduz à percepção de fatores formados no passado, cujo conhecimento é útil para a atuação na realidade de hoje. Assim, a teoria marxista do conhecimento implica necessariamente uma vinculação epistemológica dialética entre presente e passado. Um livro de Jean Chesneaux pretendeu extremar esta relação, interpretando a mediação do trabalho, da

prática e da produção no processo do conhecimento como algo que deve significar pôr a história — estrita e história — estrita e pragmaticamente — a serviço direto de uma militância política qualquer, desde que revolucionária e popular.[12]

Deve notar-se que a preocupação holística do marxismo transcende, mesmo, a esfera estritamente humana. Natureza e história humanas aparecem como subsistemas da realidade do mundo, ambos em movimento dialético autodeterminado mas, por outro lado, vinculados um ao outro. É assim que a principal contradição dialética reconhecida pelo materialismo histórico marxista é a que se estabelece entre o homem (sócio-historicamente determinado: daí a teoria das classes sociais, no caso das sociedades pós-tribais) e a natureza, e se resolve no desenvolvimento das forças produtivas. As outras contradições centrais ligam, como se sabe: a dinâmica das forças produtivas ao caráter conservador das relações de produção e a determinação em última instância pela base econômica à autonomia relativa dos diversos níveis da superestrutura. Da análise integrada dessas contradições é que surgem conceitos fundamentais como: modo de produção, formação econômico-social, classes sociais.[13]

Além de ser uma corrente evolucionista em sua visão da história humana — um dos esforços maiores dos marxistas do século XX foi no sentido de mostrar, a meu ver com sucesso, que se trata de um evolucionismo complexo, multilinear, que não exclui estagnações e retrocessos, ao contrário do que ocorria na vulgata stalinista —,[14] o marxismo fala correntemente de leis (tendenciais) da história, atinentes às formas de relacionar-se dos diferentes níveis do social em movimento, e das sociedades com a natureza. A possibilidade disto vem de que, por não ser o devir social planejado em sua totalidade — ou seja, não sendo a história

algo que os homens façam "segundo uma vontade coletiva e um plano coletivo" —, "as colisões entre as inúmeras vontades e ações individuais criam no campo da história um estado de coisas muito semelhante ao imperante na natureza inconsciente".[15] Assim sendo, é possível ao mesmo tempo reconhecer que na história humana os participantes têm consciência; e que o curso da história é governado por leis objetivas e cognoscíveis. Outra razão disto é o fato de os homens não poderem escolher livremente — com independência das circunstâncias — as suas forças produtivas, pois toda força produtiva é o produto de uma atividade anterior (e as forças produtivas evoluem com relativa lentidão). Em outras palavras, em cada momento, as lutas sociais que determinam a configuração que terá a sociedade estudada, incluindo os aspectos mais conscientes e voluntários dessas lutas, não se travam no vácuo, livres de determinações, mas, pelo contrário, no interior de uma delimitação estrutural herdada da história anterior e que não há como transformar *in totum* num período curto por simples atos de vontade. Assim, as estruturas em questão impõem limites ao que é ou não possível em cada momento.

O impacto do marxismo sobre os historiadores profissionais não se fez sem dificuldades; e estas não foram principalmente teóricas ou acadêmicas. Eis aqui o que diz, sobre o caso francês, Le Roy Ladurie:

> "A influência marxista foi capital e ao mesmo tempo bastante oculta. Simplesmente porque, há cinqüenta anos, ser marxista na universidade francesa não era bem visto, sobretudo se houvesse preocupação em fazer carreira."[16]

Segundo Geoffrey Barraclough, que não era marxista:

> "A influência crescente do marxismo deve-se principalmente ao fato

de que oferecia a única base verdadeiramente satisfatória para um ordenamento racional dos dados complexos da história da humanidade."[17]

Em contraste, o mesmo historiador acha, sobre os *Annales:*

"O que é preciso sobretudo lembrar a propósito desta nova concepção da história, e que mais contribuiu para que fosse amplamente aceita, é que não procurava impor um novo dogma, nem uma nova filosofia da história, mas sim convidava os historiadores a que mudassem seus modos de trabalhar e seus métodos; ela não os amarrava a uma teoria rígida, mas sim abria-lhes novos horizontes."[18]

De fato, mais do que da revista *Annales,* trata-se daquilo que Eric Hobsbawm chamou de *nouvelle vague* da historiografia francesa: a revista foi núcleo e ponto de encontro, mas há historiadores da maior importância, como Ernest Labrousse, que foram periféricos em relação à orientação do grupo dirigente do periódico.[19]

Baseando-me em síntese de minha autoria já antiga, eis aqui o que vejo como pontos básicos quanto à tendência ora em foco:

1. A crença no caráter científico da história, que no entanto é uma ciência em construção: isto conduziu, em especial, à afirmação da necessidade de passar de uma "história-narração" a uma "história-problema" mediante a formulação de hipóteses de trabalho.

2. O debate crítico permanente com as ciências sociais, sem reconhecer fronteiras entre elas que sejam estritas e definitivas; sendo menos estruturada que tais ciências, a história delas importou problemáticas, conceitos, métodos e técnicas, incluindo, desde 1930, a quantificação sistemática e o uso de modelos em certas áreas — cada vez mais numerosas — de estudos históricos,

movimento ampliado ainda pela generalização dos computadores.

3. A ambição de formular uma síntese histórica global do social, explicando a vinculação existente entre técnicas, economia, poder e mentalidades, mas também as oposições e as diferenças de ritmo e fase entre os diferentes níveis do social.

4. O abandono da história centrada em fatos isolados e também uma abertura preferencial aos aspectos coletivos, sociais e repetitivos do sócio-histórico, substituindo a anterior fixação em indivíduos, elites e fatos "irrepetíveis": daí o interesse maior pelas temáticas econômicas, demográficas e relativas às mentalidades coletivas.

5. Uma ênfase menor do que no passado nas fontes escritas (embora elas continuem sendo as mais usadas, no conjunto, pelos historiadores, sem excluir os dos *Annales),* favorecendo a ampliação do uso da história oral, dos vestígios arqueológicos, da iconografia etc.

6. A tomada de consciência da pluralidade dos níveis da temporalidade: a curta duração dos acontecimentos, o tempo médio (e múltiplo) das conjunturas, a longa duração das estruturas; além de que o próprio tempo longo, estrutural, é diferencial em seus ritmos dependendo de quais estruturas se trate (o mental, por exemplo, muda mais lentamente do que o econômico, e este mais do que o técnico).

7. A preocupação com o espaço, primeiro por meio da tradicional ligação com a geografia humana; depois, através da história, ainda mais espacialmente pensada, inaugurada com os estudos de mares e oceanos: o Mediterrâneo de Fernand Braudel, o Atlântico de Frédéric Mauro, o Atlântico e o Pacífico de Pierre e Huguette Chaunu etc.; e, o tempo todo, a sólida tradição francesa da história regional.

8. A história vista como “ciência do passado” e “ciência do presente” ao mesmo tempo: a história-problema é uma iluminação do presente, uma forma de consciência que permite ao historiador — homem de seu tempo —, bem como aos seus contemporâneos a que se dirige, uma compreensão melhor das lutas de hoje, ao mesmo tempo que o conhecimento do presente é condição *sine qua non* da cognoscibilidade de outros períodos históricos.[20]

Talvez seja bom recordar aqui duas coisas. A primeira é o fato de que, neste momento, estou falando dos *Annales* exclusivamente de 1929 até 1969: ao deixar Braudel a direção da revista, ela começou a sofrer considerável mudança de rumos, além de baixar de nível. A segunda é que, embora a expressão *Nova História* seja aplicada com freqüência a Bloch, Febvre e sucessores imediatos merecidamente, aqui a reservarei exatamente aos *Annales* posteriores a 1969, já que a tendência diferente que a revista desde então passa a simbolizar escolheu chamar a si mesma de *Nova História* (escolheu também reivindicar uma continuidade com os *Annales* de Bloch, Febvre e Braudel na qual não acredito).

A comparação das características gerais do grupo dos *Annales* com a concepção histórica do marxismo permite notar sem dificuldade numerosos e importantes pontos comuns, em grande parte explicáveis pela “influência oculta do marxismo” de que fala Le Roy Ladurie em passagem que citei anteriormente. Eis aqui os principais:

1. O reconhecimento da necessidade de uma síntese global que explique tanto as articulações entre os níveis que fazem da sociedade humana uma totalidade estruturada quanto as especificidades no desenvolvimento de cada nível.

2. A convicção de que a consciência que os homens de determinada época têm da sociedade em que vivem não coincide com a realidade social da época em questão.

3. O respeito pela especificidade histórica de cada período e sociedade (por exemplo, as leis econômicas só valem, em princípio, para o sistema econômico em função do qual foram elaboradas).

4. A aceitação da inexistência de fronteiras estritas entre as ciências sociais (sendo a história uma delas), se bem que o marxismo seja muito mais radical quanto à unidade delas.

5. A vinculação da pesquisa histórica com as preocupações do presente.

6. Alguns dos membros do grupo dos *Annales* — mas nem todos, nem a maioria — aproximaram-se à noção marxista da determinação em última instância pelo econômico.[21]

Há, na verdade, muito maior compatibilidade entre o marxismo e as idéias do grupo dos *Annales* do que do primeiro com tendências supostamente marxistas, como as de Louis Althusser e seguidores ou as da chamada Escola de Frankfurt. Mas há também diferenças. A mais importante é, provavelmente, a pouca inclinação teórica dos historiadores dos *Annales* e o fato de não disporem de uma teoria da mudança social.[22]

Passando agora às críticas de que foi objeto o paradigma que acabo de resumir, sobretudo após 1968, deve notar-se que minha opção, ao formular este capítulo, faz com que se distingam as objeções ao paradigma como um todo daquelas mais específicas dirigidas ao marxismo. O grupo dos *Annales,* refratário em grande medida às tomadas de posição explicitamente teóricas, foi com menor freqüência alvo de disputas do tipo que aqui mais me interessa (e, quando o foi, tal ocorreu da parte de marxistas, configurando debates intraparadigmáticos, não entre paradigmas).

Um primeiro grupo de críticas ao paradigma "iluminista" em seu conjunto tem um caráter amplo — filosófico e epistemológico — que, até certo ponto, deriva de um abandono dos pontos de referência filosóficos até então preferidos (a alternativa: Hegel e Marx de um lado ou Kant do outro), inseridos no grande âmbito do racionalismo moderno, em favor de outros que são semi-racionalistas (Karl Popper, Noam Chomsky) ou irracionalistas (Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger e, no campo da filosofia da ciência, P. Feyerabend e Thomas Kuhn).

Tal arcabouço filosófico é usado em oposição ao evolucionismo e à noção de progresso que, em outro nível, apóia-se em argumentos tirados da história do século XX — armas químicas e atômicas, o nazismo com seus fornos crematórios e câmaras de gás, guerras mundiais e genocídios em áreas mais restritas, destruição do meio ambiente, uso das tecnologias modernas (incluindo as de comunicação) no sentido da desumanização e da massificação etc. — e resulta na proposta de um abandono da idéia de progresso ligado à desilusão radical com uma história recente que estaria mostrando que a modernização, o racionalismo, a ciência (com freqüência, aliás, confundida com a tecnologia, que é coisa bem diferente) não foram fatores de libertação e felicidade, e sim, pelo contrário, geraram monstros. Este conjunto de críticas desemboca, metodologicamente, na contestação da possibilidade de explicação racional do social, do humano, que não passaria de uma ilusão cientificista desprovida de conteúdo efetivo, mas perniciosa porque em torno dela se constituiria um saber terrorista a serviço do poder (agora entendido à maneira nietzscheana) e evacuador de outros saberes. No plano temático, em função do anterior, objeta-se ao marxismo e aos *Annales* a ausência ou insuficiência de suas preocupações

com o indivíduo, o subjetivo, devido a uma obsessão pelo que é estrutural e transindividual, e com o poder: no âmbito do marxismo, por limitar-se este a uma teoria da tomada do poder político, sendo insuficientes suas indicações acerca da noção mesma de poder; no caso dos *Annales,* como resultado indesejável de suas polêmicas contra uma história tradicional de corte político-militar.[23]

Às vezes se tentou usar a ciência contemporânea — na verdade, a interpretação dela por determinada corrente da filosofia da ciência —, mais especialmente a teoria quântica da física, no sentido de demonstrar a impossibilidade de sustentar, hoje em dia, as noções de causalidade, objetividade científica, determinação ou realismo. Isto, no entanto, foi feito em formas que mostram deficiência de informação; em especial da parte dos historiadores, vítimas às vezes de sua falta de preparo científico e filosófico, que os faz embarcar nas canoas que lhes pareçam ir no sentido por eles pretendido, sem verificar se estão ou não furadas: com efeito, é freqüente que esgrimam argumentos envelhecidos, além de conhecidos só de segunda mão. Assim, por exemplo, boa parte dessa argumentação pretensamente científica ou baseada na ciência apóia-se na Escola de Copenhague da filosofia da ciência, que há umas décadas dava a impressão de representar a interpretação ortodoxa em matéria de teoria quântica, mas hoje em dia faz água por todos os lados, razão pela qual suas posições indeterministas, subjetivistas e anti-realistas em nada ajudariam já a embasar a linha de discussão pretendida.[24] Às vezes a coisa é ainda pior: a crítica à ciência e sua objetividade parece referir-se a uma ciência à maneira de Newton ou de Laplace, o que, como é óbvio, carece de sentido neste final de século XX em que ninguém sustenta posições assim.

É evidente que, por razões ideológicas, mesmo cientistas naturais podem usar a ciência, no debate com o paradigma de que estamos tratando, em especial com o marxismo, inadequadamente. Jacques Monod, prêmio Nobel de Biologia, ataca, por exemplo, a teoria marxista do reflexo, não somente reduzindo-a à forma que tinha no século XIX, sem levar em conta suas modificações e correções posteriores (que ao parecer desconhece), mas também pretendendo que progressos científicos de nosso século invalidariam quaisquer teorias epistemológicas do reflexo:

> "... os progressos da neurofisiologia e da psicologia experimental começam a revelar-nos alguns dos aspectos, pelo menos, do funcionamento do sistema nervoso. O bastante para que seja evidente que o sistema nervoso central não pode, sem dúvida nem deve, entregar à consciência uma informação que não esteja codificada, transposta, enquadrada em normas preestabelecidas: em suma, assimilada e não simplesmente restituída".[25]

Ora, esta interpretação contém implicitamente uma falácia tomada como postulado: a de que qualquer codificação signifique necessariamente não somente uma seleção, mas sim uma deformação da coisa codificada. O que não é a opinião dos especialistas acerca da reconstrução da estrutura do mundo real no cérebro dos seres vivos; muito especialmente no cérebro dos primatas e, mais ainda, no do primata humano.[26]

Pode destacar-se, ainda, alguma supersimplificação deformadora em outras críticas específicas ao marxismo. Um bom exemplo é a questão da determinação em última instância dos níveis superestruturais pela infra-estrutura. Quase sempre, tal discussão trata Marx e Engels como se fossem perfeitos imbecis que teriam pretendido ver a base econômica, absurdamente, como

uma espécie de glândula capaz de gerar idéias e instituições, ao não considerar, entre outros pontos, os esclarecimentos de Engels acerca da diferença entre forma e conteúdo das superestruturas, ocasião em que diz com todas as letras que, no tocante ao "político, jurídico, filosófico, teológico", o que há é:

> "... um material que se formou independentemente, por obra do pensamento de gerações anteriores e que atravessou no cérebro dessas gerações sucessivas um processo próprio e independente de evolução".[27]

Isto não quer dizer que inexistam críticas válidas à noção marxista da determinação em última instância pela base: mas derivam de algo muito diferente, ou seja, do fato de que hoje é impossível ver o "ideal" e o "material" como *loci* de uma metáfora topográfica; e, portanto, não há como separar de fato "base" de "superestrutura". As forças produtivas, por exemplo, implicam necessariamente e ao mesmo tempo o ideal e o material; e o mesmo se pode dizer do que Engels chamava de "esferas ideológicas que flutuam ainda mais alto no ar: a religião, a filosofia etc.".[28] Tem razão o arqueólogo Lamberg-Karlovsky ao afirmar acerca da dicotomia material/ideal:

> "Tal dicotomia falseia a sua relação dialética. A construção de sentido e o uso de símbolos é, inerentemente, um assunto que implica a construção de interesses políticos e econômicos, enquanto as preocupações de uma economia política são, inerentemente, conflitos sobre significados e símbolos."[29]

O desafio maior que enfrenta o paradigma de que estou tratando é outro, porém, que vai além do marxismo tomado isoladamente, ao afetar qualquer visão holística do social; e tem a ver muito diretamente com os historiadores, por referir-se ao sentido ou ausência de sentido da história. Refiro-me às

afirmações, correntes hoje em dia, da impossibilidade de surgimento de novas ideologias globais e novas teorias holísticas do social, no que vem sendo chamado de "fim da história" (entenda-se: tanto a história que os homens fazem, se se pretender perceber nela algum sentido, quanto a história que os historiadores escrevem, entendida como uma explicação global do social em seu movimento e em suas estruturações).[30] A melhor resposta a tal desafio seria, é claro, produzir uma teoria holística do social que, escapando à parte fundamentada das críticas feitas às teorias disponíveis, desse conta das sociedades de hoje — o que a qualificaria também para o entendimento das sociedades passadas. Por que isto não ocorreu ainda?

Parece-me que, nesse particular, as ciências sociais, entre elas a história, estão numa situação análoga à das ciências naturais por volta de 1890. Naquela época, haviam-se já acumulado críticas numerosas e irrespondíveis às teorias vinculadas a uma visão newtoniana do universo. Mas só a partir de 1900, com a teoria quântica e depois a relatividade, um novo paradigma começaria a esboçar-se. Os últimos anos do século XIX caracterizaram-se, então, por um mal-estar teórico e epistemológico entre os cientistas naturais, similar ao dos cientistas sociais da atualidade: com o agravante, para estes últimos, de que as teorias disponíveis caducaram sobretudo porque o próprio objeto central — as sociedades humanas contemporâneas — mudou muito intrinsecamente. Ou melhor, o que nos leva ao cerne do problema: ainda está mudando radicalmente, mas em um processo que, se já revela alguns de seus aspectos e potencialidades, longe está de haver chegado ao fim e portanto de manifestar todas as suas conseqüências. Vivemos com um pé num mundo ainda presente mas em vias de

superação (o das primeiras revoluções industriais, com suas concentrações fabris e urbanas, com sua ênfase na palavra escrita, com suas lutas sociais específicas e conhecidas) e o outro pé num mundo que ainda está nascendo (no qual o computador, ao generalizar-se em conjunto com elementos tecnológicos como o fax, os processos digitais de armazenagem e comunicação de informações e a robótica, poderá perfeitamente tornar anacrônicas as concentrações fabris e urbanas; em que a primazia da palavra escrita vê-se contestada; em que as lutas sociais mudam de forma e de objetivos). Como teorizar, nestas condições, sobre as sociedades vistas holisticamente, se elas estão em pleno devir para se tornarem "outras", se bem que no quadro, ainda, do capitalismo? A inabilidade, até o momento, de o fazer, eis o que mais dá força às concepções de dissolução da história em múltiplas histórias e do abandono dos grandes *tournants* históricos como a Revolução Francesa.

A perspectiva do historiador deveria torná-lo imune a mais este "fim da história" — em função da prosperidade de pós-guerra, que durou umas três décadas, não ouvimos falar de outro fim da história, especificamente o conto do fim das crises capitalistas, o que desde o primeiro choque do petróleo, tornou-se uma piada e hoje está de todo esquecido? —, além de que o fato mesmo da ausência de solução a problemas como o desemprego, a miséria, a exploração social e a punção de recursos de certas partes do mundo em proveito de outras, através de mecanismos renovados (serviço de dívida, política de patentes) ou antigos (guerra do Golfo), não poderá deixar de suscitar teorias, ideologias e utopias de luta, a médio prazo, que necessariamente precisarão levar em consideração o mundo em seu conjunto. Mas a inexistência, por enquanto, de teorias globais satisfatórias sem dúvida torna difícil

a defesa de uma perspectiva holística, sem a qual não há como propor uma mudança cabal do estado de coisas imperante em direção a um futuro distinto. Certos historiadores de esquerda, como Josep Fontana, acham que a volta a um marxismo depurado bastaria.[31] Não o creio. As transformações (tanto do social mesmo quanto das ciências sociais) acumuladas de fins do século XIX até agora são suficientemente, a meu ver, para garantir que a nova visão holística e potencialmente renovadora das sociedades humanas que vier a surgir num futuro próximo terá muitos elementos do marxismo e, mais em geral, do "paradigma iluminista"; mas será uma teoria nova, diferente. Construí-la supõe, antes de mais nada, combater de frente certas tendências perversas da atualidade. Uma delas é a indiferença diante dos direitos humanos criada por um ciclo de progressiva quebra dos padrões de conduta civilizada que perduraram da Revolução Francesa até 1914, fenômeno estudado por Eric Hobsbawm. A outra é a ofensiva neoconservadora e neoliberal de que fala Pablo González Casanova, a qual, aproveitando-se da conjuntura mundial da atualidade, consegue impor um "tabu epistemológico" a problemas como os da dominação e da exploração, declarados inexistentes como objetos legítimos de estudo e debate.[32]

O paradigma "pós-moderno"

A definição mais explícita acerca do que seria a história-disciplina no interior do paradigma de que agora vou tratar é talvez a de Keith Jenkins, que vê sua própria posição a respeito como cética e irônica:

> "A história é um discurso mutável e problemático — ostensivamente a respeito de um aspecto do mundo, o passado —, produzido por um grupo de trabalhadores cujas mentes são de nosso tempo (em

> grande maioria, em nossa cultura, historiadores assalariados) e que fazem seu trabalho em modalidades mutuamente reconhecíveis que são posicionadas epistemológica, ideológica e praticamente; e cujos produtos, uma vez em circulação, estão sujeitos a uma série de usos e abusos logicamente infinitos mas que, na realidade, correspondem a uma variedade de bases de poder existentes em qualquer momento que for considerado, as quais estruturam e distribuem os significados das histórias ao longo de um espectro que vai do dominante ao marginal."[33]

Por que chamar de pós-moderna uma concepção da história (ou melhor, das histórias) como a de Jenkins? Não só nem principalmente porque tal autor assim a considera. Sobretudo porque corresponde bem à definição do que seria a posição pós-moderna segundo os que a assumem. Com efeito, para J.F. Lyotard, o pós-modernismo se caracteriza pela "morte dos centros" e pela "incredulidade em relação às metanarrativas". O primeiro ponto, se aplicado à história-disciplina, levaria a afirmar que os pretensos centros (entenda-se: lugares de onde se fala) a partir dos quais se afirmariam as diversas posturas diante da mesma não são legítimos ou naturais, mas sim ficções arbitrárias e passageiras, articuladoras de interesses que não são universais: são sempre particulares, relativos a grupos restritos e socialmente hierarquizados de poder (em outras palavras: não há História; há histórias "de" e "para" os grupos em questão). O segundo ponto significa que, no mundo em que agora vivemos, qualquer "metadiscurso", qualquer teoria global, tornou-se impossível de sustentar devido ao colapso da crença nos valores de todo tipo e em sua hierarquização como sendo universais, o que explicaria o assumido niilismo intelectual contemporâneo, com seu relativismo absoluto e sua convicção de que o conhecimento se reduz a processos de semiose e interpretação (hermenêutica) impossíveis

de ser hierarquizados de algum modo que possa pretender ao consenso.[34]

Não é difícil perceber o embasamento filosófico de uma concepção dessas: Nietzsche e Heidegger (aliás numa versão elaborada por epígonos seus como, entre outros, Foucault, Deleuze e Derrida), Wittgenstein.[35]

Apoiando-me no arqueólogo Jean-Claude Gardin, passo agora ao que seriam os aspectos centrais da tendência hermenêutica nas ciências sociais: (1) a dualidade natureza/cultura; (2) o lugar do sujeito (como ator social e como observador do social); (3) uma revisão dos critérios de validação; (4) a inevitabilidade de uma multiplicidade de interpretações para cada objeto estudado.

Em primeiro lugar, então, os modernos partidários de uma concepção hermenêutica dos estudos sociais — incluindo a história — retomam, com um novo discurso, uma velha bandeira dos neokantianos do fim do século passado e começo do século XX: a noção de que o comportamento humano e seus resultados são essencialmente diferentes dos fenômenos estudados pelas ciências naturais, o que impediria qualquer aproximação metodológica a estas últimas. É verdade que a própria ciência é, muitas vezes, impugnada em si, reduzida a mero discurso terrorista do poder, evacuador de "saberes alternativos". Mas o mais importante é, na verdade, em se tratando do social, a defesa de um enfoque baseado na compreensão (leia-se, na linguagem de hoje: interpretação, hermenêutica, crítica cultural etc.). O postulado implícito é uma nova encarnação da inefável "natureza humana": não mais o *homo faber,* nem o *homo oeconomicus,* e sim o *homo simbolicus.*

O segundo aspecto básico consiste em, a partir do anterior

afirmar ser desejável, no campo do humano ou social, levar-se em conta o papel dos indivíduos e dos pequenos grupos, com seus respectivos planos, consciências, representações (imaginário), crenças, valores, desejos. Num outro nível, o do observador, seria preciso reconhecer que, com sua subjetividade, faz parte integrante daquilo que estuda — conduza isto ou não a recomendar alguma inefável “empatia” com os indivíduos ou grupos tomados como objeto (ponto sobre o qual não há consenso entre os defensores da autoproclamada Nova História).

Como conseqüência, são postas em dúvida e rechaçadas as formas de validação do conhecimento antes usuais. Neste ponto, as posições possíveis variam bastante, indo da subjetividade do autor individual ou de um leitor implícito igualmente individual às posições de grupos de pessoas diversamente designados: “comunidade interpretativa”, “comunidade textual”, “sociedade discursiva”. Em qualquer hipótese, tratar-se-ia de um processo hermenêutico de interpretação, no caso da história tomado de empréstimo de preferência a uma certa antropologia, com maior freqüência a de Clifford Geertz ou alguma outra vertente de culturalismo relativista. Em posições extremas pode ocorrer a simples recusa de qualquer validação como desnecessária, impossível ou indesejável.

Todo o anterior, agindo em conjunto, conduz inevitavelmente a um relativismo radical: as interpretações são necessariamente múltiplas a respeito de um dado tema; e inexistem formas aceitáveis de escolher entre elas. São todas válidas se satisfizerem aos critérios do autor e daqueles que com ele concordarem.[36]

Particularmente influentes sobre os historiadores foram as reflexões relativas às formas da representação histórica, sendo esta última postulada como elemento constitutivo por excelência

do pensamento histórico. A pergunta central a ser formulada seria: que formas, prévias a qualquer conteúdo específico, o saber histórico recebe de sua estrutura literária, de sua textualidade ideologicamente condicionada (ou, se se preferir, daquilo que Foucault chama de epistemes)? Respondendo-a, chegar-se-ia à noção de que a reconstrução do labor profissional empreendido pelos historiadores a partir das "formas de representação", dos "níveis de discursividade", das "epistemes" mostraria a inexistência, no conhecimento que produzem, de um caráter científico, objetivo, racional. Por conseguinte, seria recomendável abandonar o analítico, o estrutural, a macroanálise, a explicação — ilusões cientificistas — em favor da hermenêutica, da micro-história, da valorização das interações intencionalmente dirigidas, da concepção da história como sendo narrativa e literária.[37] Esta posição toma como postulado tido como evidente por si mesmo — o que está longe de ser verdade — a idéia de que "discurso" e "realidade humana" (individual ou coletiva) são grandezas incomensuráveis: o primeiro falaria por tal razão sempre sobre si mesmo, a pretexto de falar sobre a segunda.

Qual pode ser a origem do avanço do paradigma pós-moderno, progressivamente visível ao longo do período 1968-1989? Em outra ocasião, ocupei-me do assunto numa perspectiva histórico-social.[38] Aqui, vou tratar mais especificamente dos aspectos intelectuais da questão.

Alex Callinicos mostrou que, visto de certo ângulo, o pós-modernismo revela-se como resultado da trajetória pessoal de intelectuais que podem ser considerados da "geração de 1968" no decorrer da década de 1970: de portadores de esperanças revolucionárias desiludidas, muitos deles passaram ao abandono da crença na possibilidade de uma transformação social global;

daí, ao apoio entusiástico a movimentos parcializados de luta ou reivindicação (feminismo, regionalismo, movimento *gay,* ecologismo, movimento negro etc.), associado a um “frentismo” mal-explicado; vários, indo além, desembocaram por fim na social-democracia, no neoconservadorismo ou no neoliberalismo. Tal processo ocorreu tanto no Ocidente quanto no antigo bloco socialista, mesmo antes de 1989: recorde-se, por exemplo, a trajetória de Agnes Heller, de discípula de Georg Lukács a musa do pós-modernismo, sobretudo rápida após deixar o seu país.[39]

Ainda mais relevante, sem dúvida, é ver no pós-modernismo uma das reações possíveis à percepção, no âmbito das ciências sociais, das conseqüências da dimensão semiótica do social.

O século XIX, no seu final, e principalmente o nosso século, assistiram à descoberta da existência e da presença generalizada de numerosas programações sociais do comportamento. Muito do que as pessoas fazem está programado por sua sociedade: sem isto, nenhum comportamento poderia ser identificado como pertencente a uma dada classe de ações e assim ser compreendido. Na medida em que os cientistas sociais e filósofos se deram conta desta descoberta essencial, alguns trataram de deduzir dela uma conseqüência da maior importância: todas as representações humanas de todos os tipos são simbolicamente mediadas. Em outras palavras, o conhecimento humano em todas as suas formas tem a ver com linguagens (no sentido semiótico: verbais tanto quanto não-verbais) e processos de significação (semioses).

Como entender tal constatação? Há duas formas possíveis de o fazer. A mais radical — que é a do pós-modernismo — consiste em afirmar que os processos de semiose e as linguagens são o que de fato existe. Não há, “lá fora”, além deles, uma realidade

cognoscível em si; nem há de fato um "sujeito" social ou histórico, seja individual, seja coletivo (o "sujeito" aparece meramente como "topologia estrutural de significantes"). A outra maneira possível de encarar a questão não leva, ao contrário da primeira, a que se descarte o racionalismo e o "eu" individual ou coletivo, o sujeito; mas sim à sua reconstrução à base da consideração da existência das programações, linguagens e semioses, e de sua interpretação.[40] No primeiro caso, ocorre um achatamento culturalista do mundo em "semiose" e em "texto", relativisticamente (e culturalmente) interpretados: é a posição pós-moderna.

Alguns batizam esta opção de enfoque como uma visão "simbólico-realista" da teoria social. Se todo conhecimento é uma construção simbólica, cada uma com o seu modelo próprio de articulação, então o que forma uma comunidade, o que a constitui como comunidade, é a forma específica de "socialidade" baseada em linguagens e grades de leitura das mesmas partilhadas por seus membros. Em lugar de uma sociedade global — nível que, se existiu alguma vez, desapareceu no mundo pós-moderno da desarticulação social —, teríamos grupos numerosos e diversos, interesses também variados, subculturas. Isto foi criticado como sendo uma "cultura do narcisismo" e ajudaria a explicar, por exemplo, o surgimento da "ego-história".[41]

Convém notar, neste ponto, que os cultores da Nova História nem sempre se alinham a uma posição ortodoxa ou estrita nestas questões. Ou, ao fazê-lo, podem depois recuar. Darei como exemplo o *mea culpa* de um deles ao reconhecer as insuficiências daquilo que chama a "estética de um realismo simplista" (que vincula ao método da "descrição densa" de Geertz), ao denunciar o fato de que tende a tornar a história politicamente "domesticada" e

inofensiva, bem como a proporcionar uma arrogante boa consciência aos historiadores com base na "empatia" que alguns deles pretendem estabelecer com as pessoas e grupos pequenos do passado que estudam.[42] Outro exemplo adequado é o de Giovanni Levi ao tratar da "micro-história" e das distâncias que deve tomar em relação às opções derivadas de Geertz. Diz Levi que, enquanto a antropologia interpretativa tende a ver um significado homogêneo nos signos e sinais socialmente difundidos, o historiador os vê como ambíguos, no sentido de comportarem múltiplas representações socialmente diferenciadas e fragmentadas.[43] Outra forma de escapar a uma antropologia como a de Geertz tem sido buscar o apoio na posição antropológica mais dinâmica ou processual de Marshall Sahlins: os "signos em ação" (fala, mensagem), em relação ao sistema de signos (a "língua" em Ferdinand de Saussure), podem seja reproduzir, seja mudar o significado original.[44]

Outrossim, há muitas vezes um desejo, na Nova História, de ser a porta-voz de uma visão que seria a do "homem comum", do "homem da rua", das "massas inarticuladas", ainda que tal engajamento com freqüência prefira enfocar as minorias discriminadas em lugar das maiorias exploradas.[45]

Passando agora às críticas de que o paradigma tem sido alvo, comecemos pelas questões filosóficas mais gerais. Ao tratar do modernismo como problema filosófico, Robert Pippin chega à conclusão de que os pós-estruturalistas e pós-modernistas, apesar de toda a atenção que prestam a coisas como linguagem, texto, desejo, psicanálise, gênero etc., não souberam resolver os problemas que atormentaram os pensadores que, pioneiramente, formularam em pleno século XIX uma crítica radical da modernidade; nem mesmo conseguiram livrar-se efetivamente das

problemáticas próprias do modernismo — coisa que também demonstra Callinicos. O anti-racionalismo típico da corrente às vezes se acompanha de certo desleixo teórico e metodológico (e mesmo, o que é especialmente grave no caso de historiadores, quanto à crítica das fontes). Os pós-modernos costumam, com efeito, ser mais apodícticos e retóricos do que argumentativos: abundam em seus textos as afirmações apresentadas como se fossem axiomáticas e auto-evidentes, não sendo então demonstradas — como se bastasse dizer "eu acho", "eu quero", "minha posição é"... Nem mesmo se preocupam com a refutação detalhada e rigorosa das posições contrárias. Foucault, por exemplo, declarou certa vez que, diante dos que ainda querem falar do homem, com suas formas de reflexão "torpes e desviadas" — mas ele não demonstra que o sejam —, convém refugiar-se num riso filosófico "de certa forma silencioso": algo bem mais cômodo, por certo, do que uma refutação com argumentos! Há paradoxos e aporias insolúveis em muitas das posições pós-modernas. Assim, por exemplo, no caso da "desconstrução". Sendo os pontos de partida, no caso (por exemplo em Derrida), a negação de um sujeito agente e de qualquer relação referencial entre discurso e realidade, por que o discurso da desconstrução seria mais aceitável, teria maior autoridade do que qualquer outro dos discursos e escritas, no jogo dos significantes que se multiplicam até o infinito? E como conciliar a negação do sujeito e do homem com um método hermenêutico relativista que, na prática, descamba para o subjetivismo?[46]

Poder-se-ia invocar também, contra muitos membros da corrente atual, o fato de caírem no velho "façam o que eu digo, não o que eu faço". Assim, embora Jenkins afirme que todos os discursos históricos se ligam a bases hierarquizadas de poder,

procurar-se-ia em vão em seu livro um esclarecimento de qual é, afinal, a base de poder de seu próprio discurso.[47] E não se trata de uma exceção. A denúncia da ciência e do racionalismo como terrorismos a serviço do poder está longe de significar que os pós-modernos, uma vez encastelados em posição de poder, sejam mais tolerantes na prática, devido ao relativismo que em tese pregam, do que aqueles que criticam e combatem.

Jörn Rüsen aponta três deficiências centrais no pensamento histórico pós-moderno (ou seja, na Nova História). Acha que a oposição à teoria e a um "enquadramento dos fenômenos históricos dentro de direcionamentos temporais globais" acaba relegando alguns dos problemas caros aos próprios pós-modernos — devastação da natureza, armamentismo, aperfeiçoamento das técnicas de dominação, por exemplo — a um "limbo de fenômenos" como que naturalizados; os quais, livres da crítica e da resistência (enfraquecidas pela eliminação dos contextos sociais globais), podem grassar "muito mais impunemente". Também lhe parece que a vivência da alteridade na opção pelo quotidiano e pela micro-análise — mais em geral, pela visão antropológico-cultural — pode descambar facilmente para "uma cultura histórica que supervaloriza os sentimentos e com isso cai no irracionalismo e no misticismo", tendo abandonado os instrumentos críticos da razão. Por fim, combate a tendência a negligenciar o "trabalho teórico de apreensão conceitual da vivência histórica como um todo", os esforços no sentido de uma síntese abrangente, já que, sem eles, a própria tentativa pós-moderna de buscar um novo significado histórico para seus objetos estaria condenada à dispersão e à irrelevância, por limitar-se a uma "contraposição abstrata" entre as condições de vida atuais e as alternativas histórico-temporais relembradas, sem que

as relações entre elas sejam esclarecidas integradamente.[48] Vê-se que o último ponto é uma crítica à "história em migalhas" quando se torna exclusiva.

Em artigo de grande interesse, David Garr, na esteira de autores como Paul Kripke, Keith Donnellan ou Donald Davidson, mas usando argumentos filosóficos tomados da mesma linha invocada pelos pós-modernos (em especial Husserl e Heidegger), opôs-se à visão — típica por exemplo de Paul Ricoeur e Hayden White — que, a partir da problemática da representação da realidade, postula uma descontinuidade radical entre a narrativa e o mundo real físico ou humano (neste caso, que é o que interessa a Carr, individual ou coletivo). Mostrou, primeiro para a vida dos indivíduos, depois para a das coletividades humanas, que a idéia central de que as narrativas distorcem a realidade, por ser a estrutura discursiva daquelas incomensurável com esta, é equivocada: as narrativas são condição intrínseca, *sine qua non,* dos processos da própria vivência humana individual ou coletiva. Em outras palavras, a função narrativa "é prática antes de ser cognitiva ou estética", razão pela qual, longe de poder negar-se qualquer relação entre o discurso narrativo e a realidade, a narrativa histórica mantém relações necessárias e estreitas com o seu objeto social real. Eis aqui uma parte de suas conclusões:

> "Voltando aos textos narrativos como artefatos literários — fictícios ou históricos —, tratei de demonstrar (...) que tais narrativas devem ser consideradas, não como um desvio da estrutura de eventos que narram, muito menos como uma deformação ou uma transformação radical deles, e sim como uma extensão de suas características primárias. (...) ...não estou de acordo em que a *forma* narrativa seja algo que se produz nesses gêneros literários (ficção e história) para impor-se a uma realidade não-narrativa (...)."[49]

A importância da argumentação de Carr é principalmente a

de combater o relativismo extremo dos pós-modernos, para os quais o significado do social é visto como um "texto" abordado num relativismo culturalmente contextualizado, já que cada interpretação cria um novo significado e, assim sendo, ocorre uma relativização completa de todas as categorias, encaradas como simples símbolos desprovidos de todo conteúdo material.

Note-se ainda que, na crítica a Clifford Geertz — mais avançada hoje em dia nos Estados Unidos e na Europa do que os brasileiros costumam pensar —, diversos antropólogos e outros cientistas sociais deram aulas válidas de teoria e método. Um deles em especial — Roger Keesing — mostrou que a cultura pode ser, entre outras coisas, um modo de mascarar e sustentar poderes e privilégios, de ocultar a exploração e a opressão. Apontou também que é preciso sempre perguntar *quem* cria e define os significados culturais; e com que finalidade.[50]

Conclusão

Em seu artigo sobre a micro-história, Giovanni Levi afirma que, nela,

> "...mostra-se uma relação entre os sistemas normativos e a liberdade de ação criada para os indivíduos por aqueles espaços que sempre existem e pelas inconsistências internas que fazem parte de quaisquer (...) sistemas normativos".[51]

Esta proposta de método ou estratégia de pesquisa não só me parece perfeitamente razoável como, também, em nada seria incompatível com as posições básicas do paradigma que chamei de "iluminista"; mesmo porque achar as "inconsistências internas" e "espaços" mencionados supõe levar em conta os "sistemas normativos" mais globais. O mesmo não ocorre, porém, com as

considerações sobre narrativa e discursividade que aparecem no mesmo artigo.

Num livro sobre as mulheres no Egito faraônico, Gay Robins constata que o feminismo contemporâneo — e, portanto, uma visão ou visões feministas da história — só pôde surgir devido ao "valor crescente atribuído ao indivíduo como uma entidade separada", em lugar de vê-lo principalmente como uma parte da máquina social "dotada de lugar e função prescritos".[52] O que de modo algum significa que, uma vez surgida, a história da mulher precise ser caudatária de um individualismo extremado como o da atual "cultura do narcisismo" (mesmo hoje, muitas vezes já não o é, felizmente).

O que estou querendo dizer é que, no caso da Nova História, como neste capítulo tomamos a expressão, alguns de seus aspectos vieram para ficar; entre eles a ampliação considerável dos objetos e estratégias de pesquisa e a reivindicação do individual, do subjetivo, do simbólico como dimensões necessárias e legítimas da análise histórica. Os excessos unilaterais — e também os havia no paradigma "iluminista" — a meu ver se configuram como modismos ou como resultados da luta ideológica que, pelo contrário, serão passageiros. Em minha opinião, como foi explicado, é inevitável que surjam, a curto ou médio prazo, um ou mais paradigmas explicativos globais, já que as razões que os suscitaram no passado, os graves problemas sociais e mundiais sem resolver, exigirão que se renovem os horizontes utópicos orientadores, amanhã, de lutas sociais menos parcializadas e mais coerentes do que as de hoje: as quais serão, no entanto, bastante diferentes das lutas de ontem, já que, por mais que ainda no âmbito do capitalismo, as sociedades humanas sofreram e continuam sofrendo transformações de enorme alcance.

Aquilo, porém, em que me recuso firmemente a acreditar é que erros e exageros passados justifiquem erros e exageros atuais de signo contrário. Em outras palavras, não creio que estejamos obrigados a passar do rigor formal e muitas vezes ilusório do cientificismo para algo tão limitado quanto uma "busca interpretativa culturalmente contextuada", uma hermenêutica que se esgote em si mesma. As ciências sociais, entre elas a história, não estão condenadas e escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência, sobretudo considerando tais posturas em suas modalidades unilaterais e polares; nem a passar de uma ciência freqüentemente mal conduzida — comprometida com teorias defeituosas da causação e da determinação e com uma análise estrutural unilateral — às evanescências da "desconstrução" e ao império exclusivo do relativismo e da microanálise.

Parte I

Territórios do Historiador
Áreas, Fronteiras, Dilemas

❖ 1 ❖

HISTÓRIA ECONÔMICA

João Fragoso e Manolo Florentino

A derrocada da história econômica

A história econômica agoniza. E num paroxismo tal que, parafraseando M.J. Daunton, a ninguém lhe espantaria de um cínico ouvir: "O *que foi a* história econômica?"[1]

A esta conclusão se chega ao fim de determinados livros ou quando, às vezes desavisadamente, entramos em algumas livrarias. O que, por outro lado, não pode eludir a constatação de que se produz hoje um número cada vez menor de trabalhos vinculados às conjunturas e estruturas econômicas, e que esta tendência, longe de ser localizada, é mundial.

Tomando por base a produção de uma das mais prestigiosas (se não a mais importante) revistas de história do mundo, os *Annales,* observa-se um contundente e inexorável declínio do número de artigos ligados à história econômica. Entre o ano de sua fundação (1929) e 1945, quando esteve em mãos do "duo de Estrasburgo" (Lucien Febvre e Marc Bloch), cerca de 60% dos trabalhos por ela publicados estiveram dedicados à história econômica. De 1946 a 1969, período em que mais se fez sentir o peso da influência de Fernand Braudel, tal porcentagem oscilou ao redor de 40%. A ênfase então dada à economia tinha raízes

profundas, derivadas de um contexto em que problemas relativos ao desenvolvimento e subdesenvolvimento estavam na ordem do dia e eram cada vez mais agravados por movimentos em escala mundial como a Guerra Fria, a internacionalização do capital, a descolonização etc. Com a década de 1970 tem início a "derrocada". Até 1976 a produção voltada para o estudo da economia caiu para 25%, e a tendência declinante ainda persiste.[2]

No Brasil, os ecos deste movimento se fizeram sentir tardiamente. O caráter recente dos programas institucionais de pós-graduação em história, cuja disseminação se deu na década de 1970, pode ajudar a explicar o fenômeno. Assim é que somente a partir dos anos 80 é que sentiríamos os primeiros efeitos do *tournant* vivido pela historiografia internacional. Dados regionalizados e provisórios o comprovam, como pode ser observado na Figura 1, que demonstra a participação de teses e dissertações em história econômica em relação ao total de defesas realizadas no programa de história da Universidade de São Paulo (a maior universidade do Brasil) entre 1973 e 1985. Das defesas ocorridas de 1973 a 1978, pouco menos da metade versava sobre economia, proporção que, para 1983-85, baixou para menos de um terço.

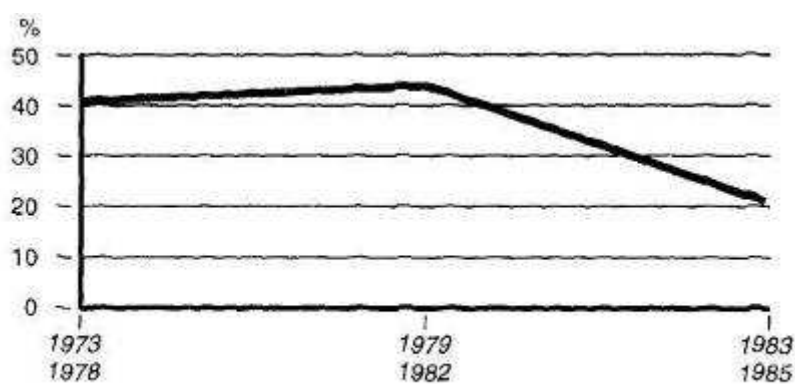



Figura 1 *Variação (%) das Teses e Dissertações em História Econômica (Universidade de São Paulo, 1973-1985)*

Mais dramática ainda é a retração verificada nos programas de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (esta última a maior universidade federal do Brasil) entre 1980 e 1992 (ver Figura 2). Aqui se demonstra que, se no início dos anos 80, seis em cada dez trabalhos defendidos no Rio de Janeiro dedicavam-se à história econômica, em 1992 investigações deste tipo ocupavam menos de dois entre cada dez pesquisadores. Note-se que esta tendência se afirmou em meio à consolidação dos referidos programas, o que pode ser indicado pelo constante aumento global de defesas: até 1983 defendiam-se, em média, menos de dez trabalhos por ano, cifra que, a partir de 1984, nunca é inferior a 15, chegando a 32 em 1992.

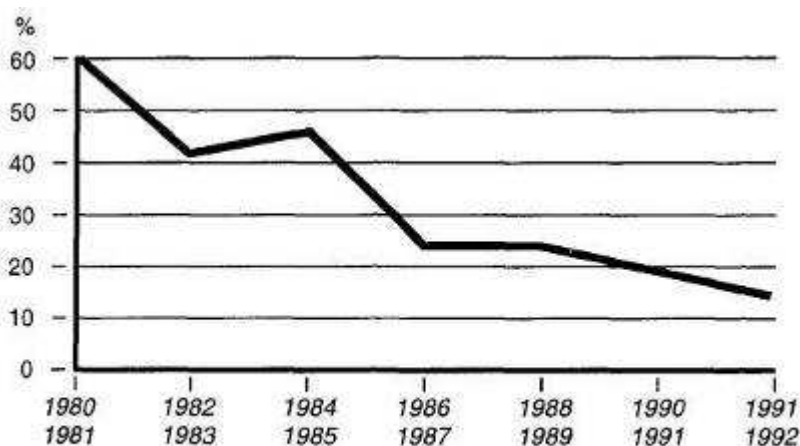



Figura 2 *Variação (%) das Teses e Dissertações em História Econômica (Universidade Federal do Rio de Janeiro e Universidade Federal Fluminense, 1980-1992)*

A incrementar este recuo, os últimos 25 anos assistiram ao aparecimento de críticas cada vez mais contundentes ao tipo de reflexão em meio ao qual era produzida a história econômica. O que se traduziu, logicamente, em um questionamento mais e mais

acentuado aos dois principais paradigmas explicativos sobre os quais se erigia a investigação histórica de ponta nas décadas de 1950 e 1960: a escola dos *Annales* e a historiografia marxista. Em termos gerais, *o que os unia era a preocupação com a longa duração e a ênfase nas estruturas econômico-sociais* para a compreensão das sociedades, *locus* privilegiado até mesmo para a compreensão da política e da cultura.[3] Do ponto de vista da praxeologia histórica, daí derivava a constante preocupação com a utilização de fontes propícias à quantificação e à seriação.

A partir do maio de 1968 catalisaram-se posições que vinham se desenvolvendo pelo menos desde meados dos anos 60, e autores como Jacques Le Goff e outros, atuando de dentro dos próprios *Annales,* puseram em dúvida o predomínio desses princípios. Mesmo profissionais que, no início de suas carreiras, haviam se transformado em historiadores econômicos de peso, como Georges Duby e Emmanuel Le Roy Ladurie, autores de clássicos como *Guerreiros e camponeses* e *Os camponeses do Languedoc,* acabaram por voltar-se integralmente para outros campos de estudo, como o das estruturas mentais.

O desconforto com primados como o das explicações econômico-sociais e da longa duração e com o que daí derivava em termos de métodos e técnicas de investigação se apossou até mesmo de autores vinculados àquela vertente que pode ser tomada como um dos principais núcleos incentivadores do economicismo do pós-45: o marxismo. Tal é o caso de E.P. Thompson, que desde muito chama a atenção para o reducionismo econômico no que diz respeito ao estudo da história social. Segundo ele, numa crítica às curvas de preços e salários como elementos determinantes para a explicação dos movimentos de massa, tais índices menosprezariam as complexidades

relacionadas às reações sociais e fatores culturais que informariam a conduta dos agentes envolvidos.[4]

Seguindo o mesmo caminho, assim se expressa Cario Ginzburg, em cuja obra marxistas clássicos como Gramsci e Bakhtin se fazem profundamente presentes:

> "(...) não parece arriscado afirmar que a investigação quantitativa de longo período pode também obscurecer e distorcer os fatos (...) Na perspectiva de longo período é difícil compreender os problemas quotidianos da sobrevivência (...) A vida real é largamente posta à margem e a visão de longo período pode gerar uma abstrata e homogeneizada história social desprovida de carne e sangue, e não convincente apesar de seu estatuto científico".[5]

Esses críticos da história econômica e social apresentam profundas diferenças entre si. A comprová-las, para o caso de Thompson, por exemplo, está a afirmação de que

> "a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram — ou entraram involuntariamente".[6]

Contudo, a retração da reflexão econômico-social é tão profunda que obscurece estas discrepâncias, de tal modo que uma síntese do estado em que se encontra hoje a questão pode ser encontrada na afirmação de que

> "(...) as relações econômicas e sociais não são anteriores às culturais, nem as determinam; elas próprias são campos da prática e produção cultural — o que não pode ser dedutivamente explicado por referência a uma dimensão extracultural da experiência".[7]

Uma teoria econômica globalizante

Alguém já alertou que a recepção dos enunciados é mais

reveladora para a história das ideologias do que a sua produção. Assim, a diluição da história econômica, enquanto campo específico do saber, no marco de uma mentalidade economicista somente nos interessaria se estivéssemos preocupados com a cultura do pós-guerra. Não é este o caso, embora seja difícil deixar de assumir como pertinentes algumas das críticas citadas. Mais ainda, seria difícil negar que a excessiva ênfase dada ao econômico acabou por criar um monstro invertebrado, pouco atraente e, sobretudo, distante da complexidade inerente à história dos homens — e das necessidades da indústria cultural. Enfim, reafirmar, hoje, a autonomia dos campos da cultura e da política pode até parecer tautológico.

Contudo, os números apresentados na abertura deste artigo chegam a ser dramáticos. O que nos permite indagar se o ajuste de contas e a preocupação cada vez mais intensa com outros campos do saber historiográfico justificam o crescente abandono da reflexão e da própria pesquisa em história econômica.

Em realidade, embora em termos gerais essas críticas tenham por interlocutores historiadores-economistas adeptos do marxismo e/ou dos *Annales,* elas acabam por reunir em um conjunto de rubricas ("economicismo", "quantitativismo" etc.), vertentes não apenas distintas mas também conflitantes no âmbito mais global da história econômica. Ao fazê-lo, *ensejam riscos diversos, pois, embora insinuem o que se ganha (uma história vertebralizada), não esclarecem o que se perde.* E isto não apenas no sentido da qualidade da reflexão histórica, mas também no que se refere aos métodos (em grego: caminhos) que norteiam o ofício de historiador.

Lembre-se quão complexos e tortuosos foram os caminhos através dos quais evoluiu a história econômica do pós-guerra.

Longe de qualquer unanimidade, a apreensão das estruturas e conjunturas mostra, desde os anos 40, substanciais oposições. Se, por um lado, assistia-se à crescente influência de historiadores economistas da chamada Escola Histórica Francesa (Meuvret, Imbert etc.), por outro, ó mundo anglo-saxão conhecia a afirmação cada vez mais intensa de economistas-historiadores (Kuznets, por exemplo), movimento que, mais tarde, desembocaria na emergência da *New Economic History*.[8]

Na Inglaterra, nos Estados Unidos, mas também na própria França *(cf.* o caso de Jean Marczewski e de seus seguidores), a afirmação e desenvolvimento da análise e da teoria econômica acabaram por redundar numa deliberada especialização da história econômica. (Especialização esta para a qual, de uma forma ou de outra, também colaboraram os *Annales* da era Braudel e o marxismo típico da Guerra Fria.) Muitos profissionais começaram a assumir acriticamente modelos de economistas, com suas refinadas equações e quadros estatísticos atemporais, e pouco a pouco foram deixando de ser historiadores sem, contudo, passarem a ser economistas. Movimento inusitado, já que se dava em um momento em que os próprios economistas percebiam que uma Economia do Desenvolvimento não poderia ater-se apenas a sofisticadas "receitas", mas deveria, ela mesma, levar em consideração os chamados fatores extra-econômicos.

Estavam, portanto, os economistas-historiadores numa contramão que, mais tarde, cobraria seu preço.

Não deixa de surpreender, contudo, que mesmo estudos aos que dificilmente se poderia imputar vários dos pecados do quantitativismo de base anglo-saxônica — o anacronismo e a radical separação entre história econômica e história total, por exemplo — tenham, já o veremos, conhecido a mesma

marginalização.

É o caso dos clássicos estudos de história econômico-social cujo eixo original são os *Annales.* Tomemos o caso de Ernest Labrousse. Nele, por exemplo, a construção de curvas de preços não é um fim em si mesma. Pelo contrário, trata-se de um fio condutor para a apreensão das hierarquias sociais e de suas contradições. Mais do que isto, sua obra postula que o estudo conjuntural serve para desvendar a dinâmica das estruturas, o nascimento de ideologias e de crises institucionais e, por fim, na cronologia das revoluções, o seu devir.[9]

Criticar-se uma tal perspectiva é não somente saudável, mas também necessário. Afinal, a busca da compreensão de um escopo tão amplo não pode ter como suporte privilegiado apenas as curvas de preços. Entretanto, tampouco se justifica desconhecer e, deste modo, desqualificar os princípios gerais que regeram a construção de um trabalho deste porte.

Labrousse faz parte de toda uma geração de profissionais em cuja produção se encontram os princípios fundadores daquilo que se conhece por história serial, que atentava não apenas a preços, produção e consumo, mas também à demografia, estratificações sociais etc. O rompimento com o factual trazia explícita a incessante intenção de dar voz aos grandes contingentes anônimos a partir de uma perspectiva que, embora privilegiando determinados "níveis", sempre tinha a totalidade como paradigma.

A captura desta salutar utopia, pensou-se, deveria passar pelo manejo de tipos específicos de fontes e técnicas de investigação informadas pela representatividade estatística. Isto significava privilegiar fontes de natureza maciça e cuja estrutura fosse temporalmente recorrente. Dito de outro modo, definido um determinado campo de investigação, procurava-se abarcar a

vivência do maior número possível de agentes históricos na longa duração. A busca de fenômenos/relações sociais recorrentes deveria suceder, agora sim, a construção de quadros explicativos eficazes.

O caso de Labrousse nos permite resgatar alguns enunciados caros do ponto de vista da produção do saber — especialmente do saber econômico —, cuja depreciação seria, no mínimo, lastimável. São eles:

- Toda investigação histórica deve ser construída tendo como pressuposto a formulação clara de hipóteses de trabalho.[10]
- A escolha e o manejo das fontes devem levar em conta a sua pertinência e seus limites, sempre em referência ao objeto a ser trabalhado.[11]
- Os fenômenos sociais (no sentido *lato* do termo) devem ser apreendidos como históricos, isto é, levando-se em conta a sua pertinência temporal mais ampla.[12]

Com relação a este último tópico, não seria muito difícil encontrar clássicos que criticavam os limitados manejos de uma esfera econômica "pura". Se vamos às atas do Primeiro Congresso de História Econômica, realizado em Estocolmo em 1960, nos defrontamos com a afirmação de Pierre Vilar, segundo a qual

> "o crescimento humano, seus saltos, suas hesitações, suas desigualdades, seus conflitos, requerem, pois, na verdade, uma análise histórica global, não uma análise muito segura de si mesma no que se refere aos mecanismos econômicos 'puros' (...)".[13]

A observação de Vilar adquire todo seu sentido quando identificamos seu interlocutor nesta passagem dos anos 50 para a década seguinte: a então emergente tendência que, já o vimos, no interior da história econômica, privilegiava de forma unilateral e

atemporal as pesquisas acerca de fatores como *capital, força de trabalho* e *tecnologia.* Dito de outro modo, o alvo aqui era uma quantificação sistemática de aspectos que, embora parciais em si mesmos, prestavam-se à elaboração de teorias pretensamente globalizantes.[14]

Mas os anos 60 nos brindaram com autores que, ainda quando compartilhassem dos princípios citados, dedicavam-se à construção de uma "história econômica" *stricto sensu.* O que, naturalmente, significava afirmar como possível e legítima a reflexão sobre este campo.

A este respeito o caso de Witold Kula é exemplar. Nele, o fato de que nenhum grupo humano possa sobreviver consumindo mais do que produz singulariza um campo de investigação:

> "É verdade que 'em várias sociedades, os termos câmbio, investimento, dinheiro, consumo, têm conotações diferentes'. É verdade que 'não há racionalidade econômica como tal (...)'. Isso tudo é verdade, bem verdade (...) Sim, mas...
> (O historiador que escreve estas palavras sabe muito bem a que está se arriscando.)
> Sim, mas em economia — ou, mesmo, exclusivamente em economia — a conta tem que estar equilibrada. A sociedade que constantemente colhia menos grãos do que semeara teria que, ou mudar sua técnica, ou emigrar para outro território, ou arranjar outra solução. Continuando como antes, pereceria. Não se comportaria racionalmente."[15]

O simples existir, porém, não torna a economia presa de fáceis capturas. Não se justificam, pois, reducionismos de qualquer espécie, nem a transformação da história econômica em panacéia.

Voltemos mais uma vez a Kula. Em um bem-humorado intervalo na construção de seu magistral modelo de

funcionamento econômico do sistema feudal polonês, de 1962, quando se permitiu uma digressão sobre a então sempre referida (mas pouco explicada) "racionalidade econômica", ele nos remetia ao diálogo entre um camponês e um zootécnico. Pedagógico, este aconselha àquele a venda de suas seis vacas para a compra de outras três, de melhor raça, investimento que por certo redundaria em maior rentabilidade futura. Cândido, lhe responde o campônio:

> "— Se tenho só três vacas, meu filho não poderá casar-se com a filha de um granjeiro rico com quem está arranjado."

Eis aqui um bom exemplo dos limites do puro diagnóstico econômico na análise de uma situação que, ainda quando "econômica", traduz-se em paradigmas tais como dotes, relações de parentesco, alianças políticas etc.[16] O que, por certo, só vem reafirmar a necessidade da perspectiva de uma história totalizante, *não* apenas *como fim, mas como ponto de partida.*

Foi este também o sentido geral da comunicação apresentada por I.T. Berend no Sétimo Congresso de História Econômica, realizado em Edimburgo, em 1978.

Tratava-se de examinar uma situação na qual a pura existência e o manejo de índices econômicos não autorizava a formulação de teorias globalizantes eficazes. Para tanto, partiu-se do fato de que, em relação à média (= 100) dos países mais desenvolvidos da Europa de princípios do século XIX, as nações escandinavas e as da Europa do Leste possuíam níveis próximos de renda *per capita:* 91 e 81%, respectivamente. Contudo, os desdobramentos ulteriores mostraram que enquanto as primeiras lograram a modernização de sua agricultura e indústria, o mesmo não ocorreu em países como a Hungria e a Polônia. Assim, um mesmo índice não se desdobrou em processos de acumulação

entendidos como inversões de capital. Antes da Primeira Guerra Mundial tais inversões não ultrapassavam 15% da renda nacional húngara, cifra que, para o conjunto do Leste, alcançava apenas 6% entre 1919 e 1939.

A inteligibilidade deste fenômeno não pode ser buscada em dados econômicos “puros”. Deve-se atentar, pelo contrário, para o fato de que estas economias se encerravam em estruturas sociais arcaicas, nas quais prevalecia uma aristocracia fundiária que, embora detivesse de 35 a 40% da renda nacional, pouco investia em processos modernizadores. E isto não em função de qualquer tipo de atavismo, mas pelo seu interesse explícito na manutenção do *status quo.* Uma análise globalizante deste caso deveria levar em conta, pois, no mínimo, o peso da reprodução de hierarquias sociais excludentes e dos conjuntos de valores nelas entranhado.[17]

Vilar e Kula, clássicos dos anos 50 e 60, mas também Berend, quase vinte anos depois, apontam para a construção de uma história econômica sutil e complexa, sempre referida a uma totalidade. Embora especializados (mais Kula e Berend do que Vilar), não seria difícil encontrar em seus estudos referenciais antropológicos e culturais — e não apenas como recursos retóricos, mas sim como suportes de análises econômicas. Seus trabalhos, em especial *Catalunha na Espanha moderna* e *Teoria econômica do sistema feudal,* revelam, pois, a pertinência de um tipo específico de reflexão, cujo valor é reconhecido e afirmado por autores mais recentes. Robert Darnton, por exemplo, trabalhando com tradicionais contos camponeses *(O pequeno polegar, Chapeuzinho vermelho. Mamãe ganso* e outros), afirma que o ponto de partida da análise deve ser a busca de experiências comuns à vida quotidiana das aldeias do Antigo Regime. Tarefa que, no seu

caso, afirma, é facilitada pelas pesquisas de especialistas em economia e sociedade como Pierre Goubert, Le Roy Ladurie, Paul Bois, Pierre Saint-Jacob, entre outros.[18] Implícita a esta idéia está o alerta sobre o perigo de, ao desqualificar as pesquisas em história econômica, inviabilizar-se a própria feitura da história cultural.

A vertebralização do saber histórico

Abrimos este capítulo constatando que a história econômica agoniza. É possível que de seu epitáfio conste: “Aqui jaz uma velha senhora, vitimada por lentos — mas devastadores — ataques de soberba.”

Em seus delírios oniscientes, ela dizia tudo explicar e determinar. Era quando assumia as vestes de cientista para, talvez em recônditos laboratórios imaginários, montar sofisticados modelos matemáticos. Elitista como uma deusa crepuscular, afastava-se, progressivamente, da história, dos historiadores e dos homens.

Mas sua loucura era a de Sísifo, inconstante. E dos momentos de lucidez emergiam perguntas claras que, como no caso do caminhante, criavam sua própria senda. As passadas, cautelosas, buscavam então palmilhar reiteradamente por onde não um, mas vários haviam passado. Um certo olhar, às vezes titubeante, descortinava estranhamentos, logo substituídos pela certeza de, lá longe, poder alcançar um horizonte povoado por seres não tão diferentes — na verdade, criaturas duras e frágeis como o coração do homem.

Mas, se é certo que o tempo se expressa em ondas, estas não escolhem seixos, nem loucos, nem lúcidos. E a velha senhora ainda agoniza.

Várias são as razões. Recuperemos algumas, lembrando a conjuntura própria do pós-45.

O enorme crescimento dos Estados Unidos e a ulterior internacionalização do capital, por um lado, e a afirmação de uma economia socialista até então vitoriosa, pelo outro, se traduziam em uma polarização planetária pautada em modelos antitéticos. Paralelamente, a pobreza e os movimentos nacionais de libertação mobilizavam políticos e estudiosos através de temas como trocas desiguais, dependência econômica, substituição de importações, industrialização acelerada etc. Por caminhos diversos, expressava-se a vontade de promover mudanças globais, cujo ponto de partida seria o campo econômico-social.

Em meio a este contexto, nada mais previsível do que a afirmação da teoria econômica, a ênfase econômico-social dos *Annales* e, em um plano mais radical, a exacerbação do determinismo "infra-estrutural" por parte do marxismo da Guerra Fria. Não espanta, pois, uma cada vez mais acentuada especialização da história econômica nos meios acadêmicos.

Por diversos caminhos daí resultaram situações no mínimo curiosas. Passemos a palavra a Eric Hobsbawm:

> "Muitos historiadores (entre eles os marxistas), que antes se chamavam a si mesmos de economistas (...), se encontraram de imediato excluídos de uma história econômica que rapidamente se estreitava. Daí terem aceitado de bom grado o rótulo de 'historiadores sociais', especialmente quando lhes faltavam conhecimentos profundos de matemática."[19]

Estranha configuração, na qual um conjunto de negações *(não ser economista, não ser bom o bastante em matemática, estatística, informática etc.*) funda não apenas um tipo específico de profissional, mas também seu próprio campo de reflexão (a

"história social", ou o que por ela se entenda).

Os desdobramentos não cessaram, porém, provocando paradoxais ordenações institucionais. Assim é que, nas décadas de 1960 e de 1970, o crescimento da história econômica feita por economistas foi tão avassalador que, em muitos casos, redundou na criação de institutos e departamentos de história econômica sem conexões sequer formais com departamentos de história. Situação paradoxal, pois, ao invés de criar uma identidade específica para a reflexão sobre as estruturas e conjunturas, ela acabou por abrir campo para isolar esta última. Em outras palavras, da separação institucional derivaram, em cadeia, o isolamento intelectual, a fragilização e, por fim, a marginalização de um ainda muito fértil campo de investigações.[20]

Para além do anteriormente apontado, a retração da história econômica se nutre, hoje, de elementos exteriores à disciplina. Em realidade, a própria crise atual deste tipo de saber demonstra, cruelmente até, a pertinência de dois postulados do devir histórico: ele é mutante e total. Prova disso é que, mesmo considerando as diferenças que mantêm entre si, Cario Ginzburg, François Dosse e Ciro Flamarion Cardoso, cada qual em um rincão do planeta, ao analisarem as novas tendências da historiografia internacional, atentam para movimentos que ultrapassam a economia.

O primeiro nos lembra a profunda mudança nas expectativas da sociedade com relação ao seu futuro. Ao otimismo radical dos anos 50 e 60 se contrapõem, a partir da década de 1970, as crescentes dúvidas acerca de processos macro-históricos tais como a eternalização do futuro reino fraternal (o socialismo) e p ilimitado progresso tecnológico. Daí derivaria a preocupação cada vez maior com estudos micro e temas como o privado, o

pessoal, o vivido.[21]

O diagnóstico de Dosse é mais radical e pontualiza o duplo processo através do qual a história conquista a mídia e, ao mesmo tempo, se vulgariza. É quando o próprio papel do historiador se modifica:

> "A História que se consome tornou-se recurso terapêutico para preencher os vazios (...). O historiador desempenha então o papel de conservador: ele tranqüiliza. Assim, chamam-no com maior freqüência à cabeceira de uma sociedade ferida. Na falta de um presente que entusiasme e perante um futuro inquietante, subsiste o passado, lugar de investimento de uma identidade imaginária através dessas épocas, no entanto próximas, que perdemos para sempre. Essa busca torna-se mais e mais individual, mais local, na falta de um destino coletivo mobilizador."[22]

Ciro Flamarion Cardoso, por sua vez, nos fala da falência dos sistemas éticos tradicionais (o cristão e o revolucionário), consumada de forma inelutável na segunda metade do século XX. Tais sistemas, que até então norteavam as relações dos indivíduos consigo mesmos e com o Outro, com a sociedade e com a política, perderam credibilidade sem, contudo, serem substituídos por referenciais mais sólidos. Como resultado, temos

> "(...) o abandono das totalidades sociais significativas, dos processos sociais integrados (...) e o interesse atual por temáticas ligadas ao quotidiano, ao sexo, à família, às diferentes formas de infração às normas".[23]

Frente a tudo isto, pode-se afirmar (levianamente, até) que a história econômica não mais responderia aos anseios de uma sociedade em franca pulverização. Será?

Cremos que não. Em primeiro lugar porque, é óbvio, os homens continuam trabalhando, produzindo e consumindo,

atitudes que, no plano da cultura, se expressam de formas muito específicas. Em segundo lugar, nos parece que o longo percurso trilhado até aqui serviu para sedimentar a história econômica enquanto um legítimo campo do saber humano. Cabe recordar, aliás, que mesmo a chamada "história serial", tal como foi proposta pelos clássicos dos *Annales,* continua contribuindo decisivamente para um melhor conhecimento dos processos econômico-sociais. Basta citar aqui que até muito recentemente ainda se pensava a América colonial hispânica a partir dos restritos parâmetros da "dependência". Contudo, J.C. Garavaglia, dentre outros, tendo por base séries fiscais, demonstra, por exemplo, que o que predominava nos mercados internos da Nova Espanha e do Peru não eram bens provenientes da Europa, mas sim os produzidos localmente. O que nos leva a assumir que tais áreas não podem ser apreendidas apenas como meras caudatárias dos processos de acumulações realizados na esfera do mercado internacional.[24] No mesmo sentido, outros trabalhos recentes que, também calcados nesta clássica história serial, tendem a redefinir a tradicional vinculação entre a região do Prata do século XVIII e o predomínio da pecuária. Pelo contrário, outras séries fiscais mostram que a paisagem agrária local era dominada, já então, pela triticultura, fenômeno que tem por conseqüência novas leituras do sistema agrário em questão.[25]

Por fim, nada indica que a história econômica não possa incorporar os ganhos derivados da vertebralização do saber histórico proposta pelas vertentes mais recentes. Vejamos um exemplo de como pode ser enriquecedor este procedimento, através do contato com o que atualmente se conhece por "micro-história" — perspectiva que releva a utilização de conceitos derivados da antropologia.

As possíveis vantagens deste tipo de perspectiva são afirmadas por artigo de Giovanni Levi, cuja reflexão acaba por desnudar os limites de uma história econômica tradicional na abordagem de um tema, em princípio, totalmente adequado a ela: o mercado de terras. Segundo ele, durante muito tempo assumiu-se que a freqüência das transações com terras em certas áreas da Europa do Antigo Regime e da América colonial indicaria a precoce presença do capitalismo e do individualismo. Contudo, um estudo mais apurado, em nível local, tende a demonstrar que o valor do solo varia não apenas em função de suas potencialidades diferenciadas, mas também segundo relações tais como o parentesco entre os contratantes. Deste modo, contra tudo que afirmava um certo tipo de análise (baseada na agregação de uma enorme quantidade de transações monetárias registradas em cartórios), estaríamos distantes de um mercado auto-regulado e informado por práticas puramente "econômicas".[26]

Conclusão

Talvez tenha chegado o momento de finalizar nos indagando acerca das perspectivas futuras da história econômica no Brasil. Apreender o problema deste modo implica retornar a trabalhos — alguns deles pioneiros no "pensar o Brasil" — que construíram as bases da moderna historiografia econômica nacional.

Desde a década de 1930 até a de 1970, Caio Prado, Simonsen, Furtado, Novais, Ciro Flamarion Cardoso e Gorender buscaram montar quadros explicativos que dessem conta da sociedade e economia coloniais, apontando inclusive para os condicionantes estruturais futuros.[27] Em que pese, por vezes, as profundas divergências teóricas e diferenciados graus de embasamento empírico de suas obras, esses autores nos legaram

abordagens que primavam pela tentativa de entender sobretudo a história brasileira como uma totalidade.

Tal perspectiva, acreditamos, não deve ser perdida, sob pena de, nas palavras de Le Goff, construir-se uma história em fatias (*"a pior das histórias"),* ou, mais grave ainda, como alerta de Certeau, *"privar os estudantes da possibilidade de simbolizar o seu lugar".*[28] Observação ainda mais pertinente quando lembramos que a consolidação das pós-graduações em história tem redundado, acertadamente, na multiplicação de trabalhos monográficos que não deveriam deixar de estar referenciados na busca de uma história total.

Os quase quarenta anos decorridos entre a reflexão fundadora de Caio Prado e o aparecimento dos modelos alternativos de Ciro Flamarion Cardoso e Gorender testemunharam o aparecimento de obras que, embora não criassem escolas propriamente ditas, constituíram-se em importantes vertentes da historiografia econômico-social. Seu pano de fundo eram os complexos processos — e, por que não, os impasses — gerados pela acelerada urbanização e pelo crescimento industrial, fenômenos que de um modo ou de outro remetiam às grandes permanências de nossa história (estruturas agrárias arcaicas, forte desigualdade na distribuição da riqueza etc.).

A busca, implícita ou explícita, de compreender as derivações desse movimento traduziu-se na publicação de importantes trabalhos, muitos dos quais feitos por não-historiadores.[29] Neles, a história econômica, mesmo que por vezes marcada por limitados embasamentos empíricos, aparecia dialogando constantemente com uma sociologia de fortes contornos weberianos e/ou marxistas. O resultado revelou-se tão

enriquecedor que, não seria ousado afirmá-lo, acabou por desferir um golpe decisivo no factualismo ainda imperante.

A reflexão sobre as conjunturas e estruturas econômicas, porém, não se nutriu somente do contato com a sociologia. Assim é que, a partir da segunda metade dos anos 60 e durante a década seguinte, observa-se um contato cada vez maior dos economistas com a história. Refletindo muitos dos questionamentos herdados dos anos 50, mas incorporando os impasses do desenvolvimento capitalista surgidos com os anos 60 (cuja tradução maior foi o golpe de Estado de 64), o foco da reflexão passou a ser constituído pela gênese da industrialização e seus desdobramentos.[30]

Em um movimento de certo modo semelhante ao que já ocorria no exterior, a produção dos economistas-historiadores incentivou a especialização da história econômica brasileira. Contudo, ao contrário do que se deu em centros como Londres ou Chicago, aqui não ocorreu a separação institucional entre a história econômica e os departamentos de história. Talvez por isso não tenhamos conhecido o desenvolvimento de algo semelhante à *New Economic History*. Pelo contrário, os economistas ainda tendem a reconhecer os limites de sua disciplina quando se trata de trabalhar com elementos que remetam à complexidade do processo histórico nacional. Nesses momentos, alerta Barros de Castro, eles deveriam

> "(...) assumir o risco de ir além dos limites que circundam o seu terreno profissional (...) mediante a introdução de considerações histórico-contextuais".[31]

O apogeu dos estudos em história econômica ocorreu, contudo, com a expansão dos programas de pós-graduação no Brasil. Foi quando (e as figuras que abriram este capítulo o provam) pesquisas neste campo concentravam no mínimo a

metade dos trabalhos realizados.

Em meio a este movimento se observou a abertura da reflexão sobre as conjunturas e estruturas econômicas, tanto a novos eixos temáticos quanto a novas metodologias. Procedimentos que buscaram se alicerçar no manejo de técnicas de pesquisa e *corpus* documentais muitas vezes inéditos. Dentre as áreas que, desde então, ganharam impulso maior destacam-se os estudos acerca do mercado interno, de estruturas agrárias da época da escravidão, comércio exterior e industrialização, demografia, história empresarial etc.[32]

A quantidade e a qualidade dos trabalhos surgidos no bojo desta inflexão certamente nos possibilitam, hoje, reavaliar algumas das idéias centrais dos autores que, desde a década de 1930, se dedicaram a "pensar o Brasil". Mais ainda, tal esforço poderia nutrir-se dos recentes ganhos da historiografia internacional, que redundam em uma cada vez mais intensa vertebralização do conhecimento histórico. Assim, por exemplo, dificilmente se poderia retornar à economia colonial sem levar em conta uma estratégia interdisciplinar que colocasse frente a frente historiadores e antropólogos, contato fundamental para a discussão de pautas como a natureza do mercado, o papel das hierarquias e da produção social das desigualdades etc. Do mesmo modo, a chamada "história vinda de baixo" permitiria redimensionar o papel dos cativos e dos "homens livres pobres" na própria consecução da economia escravista, rompendo com uma visão ainda marcadamente senhorial acerca das formas de reprodução desta última.[33]

Dois exemplos podem ilustrar o que vimos dizendo. Se nos detemos nas formas de reprodução da hierarquia sócio-econômica do Rio de Janeiro na passagem do século XVIII para o seguinte,

nos defrontamos com um movimento aparentemente paradoxal. Parte expressiva da elite empresarial mercantil, após duas gerações de contínua acumulação no mercado, tende a abandonar os seus negócios, passando a investir em atividades rurais e rentistas, em geral bem menos lucrativas do que o comércio. A inteligibilidade de tal passagem somente pode ser apreendida quando consideramos que estes agentes vivem em uma sociedade onde a ascensão social liga-se fundamentalmente à aquisição de terras e cativos — *i.e.,* de bens que em última instância se referem ao prestígio. Observe-se que este movimento, ao gerar *plantations,* recria a própria economia escravista colonial.[34]

Um segundo exemplo nos é dado pela comparação dos preços de cativos aparentados com os de escravos não-aparentados nos inventários *post-mortem* do meio rural fluminense entre 1790 e 1830. Observa-se que o simples fato de estar ligado a redes parentais de primeiro grau podia implicar a esterilização, *pelo mercado,* de parcela substancial do valor de cada um dos parentes escravos. A envergadura de tal esterilização, porém, variava de acordo com a idade e, como tal, uma criança aparentada de 0 a 14 anos podia custar entre menos 1/3 e menos 2/3 do que escravos solitários de sua faixa etária, ao mesmo tempo em que parentes adultos (de 15 a 40 anos) podiam valer de -10% a +8% que seus pares etários não-aparentados.[35] Percebe-se, assim, que no processo de formação de preços dos cativos e do próprio cálculo econômico senhorial interferiam não apenas as variáveis comumente indicadas pela historiografia (sexo, idade, estado físico, especialização profissional etc.), mas também aquelas relações sociais — no caso, o parentesco de primeiro grau — que contribuíam para o arrefecimento dos graus de tensão no interior da comunidade escrava, reproduzindo e

alargando as possibilidades sociais de vida no cativeiro também.

São, em resumo, nestas possibilidades que se deve pensar quando se observa a assustadora retração da história econômica. O que, aliás, nos traz à lembrança certo filósofo, para quem renunciar a um conhecimento é permitir sua degradação em opinião.

❖ 2 ❖

HISTÓRIA SOCIAL

Hebe Castro

O surgimento da história social

É difícil, se não quase impossível, começar um texto sobre história social escapando ao lugar-comum de tantos outros sobre o mesmo tema: a referência necessária ao movimento dos *Annales* e às múltiplas significações da expressão e sua conseqüente ambigüidade.

A referência ao movimento dos *Annales* se faz necessária por ter-se tornado o marco, real ou simbólico, de constituição de uma nova história, em oposição às abordagens ditas rankianas, predominantes entre os historiadores profissionais até a primeira metade do século. Ainda hoje, a expressão "história social" é freqüentemente utilizada como forma de demarcar o espaço desta outra postura historiográfica frente à historiografia tradicional.

A revista e o movimento fundados por Bloch e Febvre, na França, em 1929, tornaram-se a manifestação mais efetiva e duradoura contra uma historiografia factualista, centrada nas idéias e decisões de grandes homens, em batalhas e em estratégias diplomáticas. Contra ela, propunham uma história-problema, viabilizada pela abertura da disciplina às temáticas e métodos das demais ciências humanas, num constante processo

de alargamento de objetos e aperfeiçoamento metodológico. A interdisciplinaridade serviria, desde então, como base para a formulação de novos problemas, métodos e abordagens da pesquisa histórica, que estaria inscrita na vaguidão oportuna da palavra "social", enfatizada por Febvre, em *Combates por la historia.*

Neste sentido amplo, esta postura tornou-se generalizada e hegemônica entre os historiadores profissionais, em nível mundial, desde pelo menos a década de 1970. Mesmo que, hoje, a própria noção genérica de "homem" seja objeto de discussão, creio que poucos historiadores discordariam da afirmação de Duby de que o homem em sociedade constitui o objeto final da pesquisa histórica. Atualmente, mesmo a história política, até mais recentemente atrelada a uma abordagem tradicional, passa a fazer parte do campo de atuação desta história-problema, como dimensão específica da vida em sociedade. Neste sentido, é lícito questionar se existiria uma história que não a do social.[1]

Defrontamo-nos aí com a inevitável questão da ambigüidade da expressão. Com o quase desaparecimento das abordagens rankianas,[2] esta concepção generalizante de história social perde, em grande parte, sua operacionalidade. Mesmo assim, este emprego continua a ser um dos mais freqüentes. Ainda recentemente, no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense onde atuo, reformulou-se o currículo do curso de graduação, contemplando-se eixos temáticos diversos. Formado, o aluno não é, entretanto, apenas bacharel em história, mas bacharel em história com concentração em "história social".

A fixação da expressão neste sentido amplo deve-se, em parte, a uma nuança de significação, também associada ao movimento dos *Annales,* que freqüentemente aparece informando

sua utilização genérica. Antes de ser um campo definido por uma postura historiográfica, que resulta num alargamento do interesse histórico, construído em oposição às limitações da historiografia tradicional, a história social passa a ser encarada como perspectiva de síntese, como reafirmação do princípio de que, em história, todos os níveis de abordagem estão inscritos no social e se interligam. Frente à crescente tendência à fragmentação das abordagens historiográficas, esta acepção da expressão é mantida por muitos historiadores como horizonte da disciplina.

Desde pelo menos a década de 1950, entretanto, a história social é reivindicada por diversos historiadores em sentido mais restrito, como abordagem capaz de recortar um campo específico de problemas a serem formulados à disciplina histórica. Mesmo antes disto, a expressão teve utilizações mais precisas, para além de todas se constituírem em oposição ao paradigma rankiano.

Conforme assinalou Eric Hobsbawm, em artigo já clássico sobre o tema, a expressão "história social" foi utilizada principalmente, até a primeira metade do século, ligada a três acepções diferentes.[3] Acepções que, podemos acrescentar, em grande parte ainda guardam atualidade.

Com especial força nas décadas de 1930 e 1940, a designação história social aparecia vinculada a uma abordagem culturalista, com ênfase nos costumes e tradições nacionais, em geral ligada ao pensamento conservador e produzida relativamente à margem das posições acadêmicas mais prestigiosas específicas dos historiadores. Nestas, prevalecia o modelo rankiano de ênfase no campo da diplomacia e da política, ou seja, no campo do público, por excelência. Em oposição, a história social, nesta perspectiva, definiria como objeto o domínio do privado, *"history with the politics left out"*.[4]

No espectro político oposto, o avanço das idéias socialistas e o crescimento do movimento operário levou, um pouco em toda parte e mais especificamente na Inglaterra, a que se desenvolvesse uma história social do trabalho e do movimento socialista, freqüentemente identificada simplesmente como "história social". Aqui é a oposição entre "individual" e "coletivo" que distingue a história social das abordagens anteriores. A ação política coletiva se constituiria em seu principal objeto.

Por último, sob o signo mais forte dos *Annales,* desenvolvia-se, desde a década de 1930, uma "história econômica e social". Apesar da maior ênfase na história econômica, nos primeiros anos da revista, a "psicologia coletiva" e as hierarquias e diferenciações sociais também encontravam-se presentes. A oposição à historiografia rankiana e a definição do social se construía, assim, a partir de uma prática historiográfica que afirmava a prioridade dos fenômenos coletivos sobre os indivíduos e das tendências a longo prazo sobre os eventos na explicação histórica, ou seja, que propunha a história como ciência social.

Foi nas décadas de 1950 e 1960, entretanto, que uma história social, enquanto especialidade, tendeu a se constituir no interior desta nova postura historiográfica, que começava a se tornar hegemônica. Foram décadas marcadas, *grosso modo,* pelo apogeu dos estruturalismos (da antropologia estrutural a certas abordagens marxistas), pela euforia do uso da quantificação nas ciências sociais, pelos primeiros avanços da informática e pela explosão de tensões sociais que dificilmente a comunidade dos historiadores podia continuar a ignorar.

Na França, a repercussão das abordagens estruturais e a constante sofisticação metodológica determinavam uma crescente especialização da disciplina histórica e uma ênfase cada vez mais

incisiva na longa duração. Na tradição francesa, sempre influente, as partes componentes da síntese pretendida pela história "econômica e social" tendiam a se apartar cada vez mais. A história econômica, a história demográfica e mesmo a história das mentalidades, que começava a se esboçar como especialidade, tendiam a desenvolver metodologias próprias, a se separar como diferentes níveis do real, com temporalidades específicas, porém todas inseridas na chamada "longa duração". Neste nível, concluiria o inventor da famosa expressão: "Os homens antes sofriam a história do que a faziam."[5] É neste contexto que, sob a égide de Ernest Labrousse (até então o historiador do econômico, por excelência), se reivindica a história social como uma especialidade, com problemáticas e metodologias próprias. Formulavam-se, como problema central, os modos de constituição dos atores históricos coletivos, "as classes, os grupos sociais, as categorias socioprofissionais", e de suas relações que conformavam historicamente as estruturas sociais.[6] As relações entre estrutura (com ênfase na análise das posições e hierarquias sociais), conjuntura e comportamento social definiriam, assim, o campo específico a ser recortado.

Por outro lado, desde pelo menos a década de 1960, as tradições historiográficas anglo-saxônicas, ainda bastante apegadas, no mundo acadêmico, à historiografia tradicional, sofrem mais fortemente o impacto dos *Annales,* em seu sentido amplo, abrindo os muros da disciplina histórica para as demais ciências sociais, especialmente a sociologia e a antropologia social. Seja pela tradição inglesa em história social do trabalho, seja pela influência da sociologia funcionalista no mundo acadêmico norte-americano, a história social se constitui no mundo anglo-saxão como campo específico da disciplina histórica, que se definia pelo

tipo de problemática que formulava. Os grupos sociais e os processos determinantes e resultantes de suas relações também estão no cerne desses problemas, neste caso com uma ênfase ainda mais explícita no estudo dos comportamentos e da dinâmica social.[7]

A história social em sentido restrito surgiria, assim, como abordagem que buscava formular problemas históricos específicos quanto ao comportamento e às relações entre os diversos grupos sociais. Formulava, para tanto, primeiramente, problemas relativos à explicitação dos critérios usados pelo historiador na delimitação desses grupos. As discussões sobre a operacionalidade dos conceitos de classe social (numa perspectiva marxista) e de estamentos sociais (numa perspectiva weberiana) na análise histórica da sociedade francesa do Antigo Regime, e na Revolução Francesa em particular, tenderam a monopolizar as discussões teóricas em história social na França, na década de 1960.[8] As discussões entre funcionalistas e marxistas, no mundo anglo-saxão, consideradas adiante, tiveram papel semelhante. Os estudos tentando circunscrever e analisar historicamente os grupos sociais e as bases socioeconômicas (posição) e/ou culturais (identidade) sobre as quais construíam sua individuação social são típicos do período.[9]

Por outro lado, a história social recolocava como questão nos anos 60, no auge das abordagens estruturalistas, o papel da ação humana na história e, *pour cause,* o problema das durações. Ao se formular como problema o comportamento humano, no estudo das migrações, da mobilidade social, das estratégias de preservação de fortunas ou *status,* das greves o ou do protesto popular, o tempo da experiência e do vivido (as conjunturas, na perspectiva francesa) se impunha aos pesquisadores. Esta postura

levava o historiador a privilegiar durações mais curtas, em relação às abordagens econômicas, demográficas ou das mentalidades, sem que estas deixassem de compor-lhe um campo de referência. Adeline Daumard enfatizava, em 1965, o compromisso da história social, em sentido estrito, com o tempo biológico, de uma vida a três gerações, "pois cada indivíduo se beneficia com a experiência de seus pais e participa da de seus filhos".[10] Este tipo de abordagem cronológica prevalecia também na tradição behaviorista norte-americana ou na ênfase processualista das abordagens marxistas inglesas.

Do ponto de vista metodológico, a história social, nas décadas de 1960 e 1970, esteve fortemente marcada, como de resto toda a historiografia, por uma crescente sofisticação de métodos quantitativos para a análise das fontes históricas. No Congresso de Ciências Históricas de Roma, em 1955, sob o comando de Ernest Labrousse, lançaram-se as bases para uma história social de base quantitativa, que frutificaria na França nas décadas de 1960 e 1970. Com base em fontes eleitorais, fiscais, demográficas e principalmente cartorárias e judiciais (contratos de casamento, testamentos, inventários *post-mortem* e outras), proliferaram os estudos sobre estratificação sócio-profissional, estratégias matrimoniais, alianças sociais, mobilidade geográfica e social.[11]

A demografia histórica, tomada como método pela história social, daria dimensão até então inusitada à história da família. O método de reconstituição de famílias, de Louis Henry, a partir dos registros paroquiais na França, e o de análise da composição das unidades domésticas (*households)*, de Peter Laslett (grupo de Cambridge), na Inglaterra, mesmo que posteriormente questionados em seus resultados, abririam questões

fundamentais para a posterior evolução da disciplina. As motivações culturais ou econômicas para o casamento tardio, o acesso a métodos anticoncepcionais nas sociedades pré-industriais, as discussões sobre a importância de se considerar o ciclo da vida familiar e as relações de parentesco no entendimento dos significados das unidades domésticas, as relações entre família e sexualidade e os diferentes enfoques teóricos e metodológicos que se desenvolveram a partir destas questões, são indubitavelmente tributários da análise crítica daqueles resultados.[12] A prosopografia (biografias coletivas) e a genealogia deixaram de ser práticas privativas do estudo de elites, principalmente políticas.[13]

Mesmo os estudos de movimentos sociais ou das representações coletivas, mais fortemente dependentes de fontes qualitativas, sofreram o impacto da informática e da tendência serial. A freqüência de greves ou *jacqueries* foi medida em vários casos, bem como inúmeras variáveis a elas relacionadas.[14] Apesar dos expressivos resultados, a quantificação corria o risco de transformar-se em panacéia. O reconhecimento de seus limites metodológicos e teóricos está na base da evolução da disciplina nas décadas de 1970 e 1980.

História social: evolução

Sintetizemos o quadro, para tentar acompanhar o estado das discussões em história social, nos últimos vinte anos, uma evolução cada vez mais complexa e difícil de circunscrever. O ponto de partida necessário é a crise dos estruturalismos — seja de matriz braudeliana, marxista ou funcionalista —, emergente nos anos 70 e umbilicalmente ligada a uma avassaladora consciência de que os comportamentos e realidades sociais

definitivamente não se conformavam a ficar confinados a modelos preestabelecidos. Por outro lado, os métodos quantitativos, se trouxeram as grandes massas para a história, ao trabalharem majoritariamente com dados agregados, tenderam a retirar-lhes a face humana. A pesquisa em história social a partir dos anos 70 se fez frente à urgência de responder a estas e outras questões que se avolumavam.

Um primeiro movimento, que já se delineava ainda nos anos 60, tendeu a reforçar a ênfase do campo na problemática da construção das identidades sociais e das relações que engendravam (numa aproximação com a noção de comunidade, tomada da antropologia) sobre as abordagens que privilegiavam as posições sociais e estruturas hierárquicas (estratificações socioprofissionais etc., numa perspectiva sociológica).[15] Esta aproximação com a antropologia levaria a história social, em sentido estrito, a privilegiar progressivamente abordagens socioculturais sobre os enfoques econômico-sociais até então predominantes.

Seria enganoso, entretanto, imaginar que a história social se tenha desenvolvido nas últimas décadas de modo harmônico e homogêneo. A ênfase na cultura, uma relativa redução da escala de análise e a predominância de perspectivas antropológicas em relação às tendências sociologizantes do período anterior são características comuns que camuflam debates e uma imensa diversidade de objetos e abordagens.

Especialmente na França, a aproximação com a antropologia se fez, em grande parte, forjando uma verdadeira "antropologia histórica", tributária da antropologia estrutural de Lévi-Strauss, que foi definida por André Burguière como uma "história dos costumes" (em oposição aos eventos).[16] Em certo sentido, esta

história da vida cotidiana, entendida como hábito, na sua dimensão doméstica ou privada, retoma, sob outros referenciais teóricos, a antiga história social entendida como *"history with the politics left out"*, de Trevelian.[17]

Por outro lado, um outro tipo de aproximação com a antropologia se fez sob a rubrica *"history from bellow"* (história vista de baixo), cunhada por E.P. Thompson, em 1966.[18] Neste caso, a aproximação se faz, de forma bem menos simbiótica, sob a égide da tradição, dita empirista, tanto da historiografia quanto da antropologia anglo-saxônica.

A tradição marxista britânica de história social do trabalho e a obra de Thompson, em especial, haviam colocado as noções de experiência e cultura no cerne das análises sobre a ação social. O desenvolvimento da problemática tendeu rapidamente a ultrapassar o interesse inicial no ativismo operário, para concentrar-se na compreensão da experiência das pessoas comuns, no passado, e de suas reações a esta própria experiência.[19]

Tal postura implicou profundas reavaliações metodológicas. Que fontes utilizar para dar voz às pessoas comuns? A prática e o debate metodológico em relação ao uso da técnica de história oral neste campo têm sido intensos nos últimos vinte anos, mapeando seus avanços e limitações.[20] Um intenso intercâmbio com a antropologia permitiu transformar mitos, rituais e imagens em fontes históricas.[21] O uso antropológico de fontes ligadas à repressão, como os processos da inquisição, inquéritos policiais e processos judiciais, tem-se mostrado extremamente fértil.[22] O contínuo questionamento em relação a até que ponto as fontes oriundas da repressão nos podem revelar algo sobre a experiência daqueles que interrogam, para além da lógica dos inter-rogadores,

tem produzido análises progressivamente menos ingênuas e mais criativas.[23] Novos métodos de leitura e tratamento de fontes demográficas ou cartorárias, em níveis de agregação menores que os praticados nas décadas anteriores, e sua combinação com fontes qualitativas também vêm produzindo expressivos resultados.[24]

No crescente intercâmbio de antropologia e história, nesta perspectiva, a influência da antropologia interpretativa de Clifford Geertz merece menção especial pela freqüência com que tem inspirado diversas abordagens.[25]

Parece-me que alguns pontos básicos determinaram essas múltiplas referências. Em primeiro lugar, a elaboração de uma noção de cultura percebida como inerente à natureza humana e que engloba e informa toda ação social. Da perspectiva de Geertz, toda ação humana (e não apenas o hábito ou o costume) é culturalmente informada para que possa fazer sentido num determinado contexto social. É a cultura compartilhada que determina a possibilidade de sociabilidade nos agrupamentos humanos e dá inteligibilidade aos comportamentos sociais. Deste ponto de vista, não apenas as representações, mas também as ações sociais são "textos", passíveis de serem culturalmente interpretados, o que determina um especial interesse do ponto de vista da análise social. Por outro lado, a técnica conhecida como "descrição densa" permitia o enfrentamento de um problema central da pesquisa histórica: o da capacidade do pesquisador de compreender o comportamento, opções e atitudes de pessoas culturalmente diferentes de si próprio e de "traduzir" esta diferença para os códigos culturais da comunidade acadêmica. O esforço interpretativo de contextualizar culturalmente acontecimentos sociais, a princípio ininteligíveis ao pesquisador,

mostrou-se uma chave extremamente fértil na luta contra o anacronismo, perigo sempre presente para o historiador.

Se há historiadores que assumem integralmente a abordagem interpretativa, proposta por Geertz,[26] há os que lhe são críticos *in totum* e outros que se utilizam seja de seu conceito semiótico de cultura, seja das possibilidades da técnica da descrição densa de modo crítico. A limitação auto-imposta de apenas "interpretar as interpretações" e o grau de relativismo que assume, como forma de evitar novas condições hierárquicas das sociedades ou das culturas, encontram-se sujeitos a críticas dos que consideram que é possível evitar o relativismo absoluto, proceder à comparação entre culturas e buscar a explicação na história das sociedades, sem assumir em relação a elas concepções hierárquicas.[27] A utilização histórica da abordagem interpretativa estaria também limitada, para alguns, quando enfatiza a homogeneidade e a continuidade da cultura socialmente compartilhada, sem considerar a multiplicidade de significados dos símbolos e sinais culturais, sua contextualização social e a dinâmica histórica daí resultante.[28]

Sob a rubrica mais geral do pós-estruturalismo e sob a influência original de Michel Foucault, tem-se reunido muito do esforço para recuperar uma abordagem dinâmica, antes que estática, da cultura e da história.[29] Tal postura significa um rompimento radical tanto com a presunção da existência de estruturas sociais quanto com a ênfase no vivido e na experiência, que classicamente definiam o campo da história social. Resulta daí uma aproximação entre história e crítica literária, bem como uma percepção do conflito e da dinâmica histórica, referida às relações de poder, produzidas em nível do simbólico. Deixa de existir, assim, o próprio nexo de delimitação de uma problemática

específica da história social: a constituição de atores sociais enquanto sujeitos históricos. Estes seriam compreendidos antes como produções (criações) de práticas discursivas (ou simbólicas) concorrentes e não como produtos sociais efetivos da experiência histórica. Deste modo, uma história cultural da sociedade tenderia a substituir as abordagens clássicas em história social da cultura.[30] engendrando uma história cultural e em certo sentido política, sem atores sociais. Quase todas as temáticas clássicas em história social têm sido desenvolvidas sob o signo da competição entre abordagens pós-estruturalistas e abordagens sociais.[31]

Uma redução da escala de abordagem é comum à maioria das pesquisas recentes em história social. Neste território comum, a denominação de micro-história é reivindicada pela pesquisa e reflexão historiográfica de um grupo de historiadores italianos, desde finais da década de 1970, com grande repercussão.[32] Esta repercussão diz respeito, do meu ponto de vista, não somente ao impacto historiográfico de alguns destes trabalhos,[33] mas também ao mérito de enfrentar de forma articulada grande parte dos impasses colocados à história social após a década de 1960, em sintonia com os esforços dispersos de diversos historiadores sociais fora da Itália.

A redução da escala de análise nesta perspectiva não diz respeito à incorporação de objetos que teoricamente só poderiam ser construídos em escalas diminutas do social (como, em tradições diferentes, os micropoderes ou as relações de parentesco, por exemplo), nem à busca de estabelecer microcosmos exemplares do social. Representa, antes, "um ponto de partida para um movimento mais amplo em direção à generalização".[34] Propõem-se, de fato, as vivências históricas

individuais, passíveis de serem parcialmente reconstituídas, como um nível privilegiado de observação para rever e formular novos problemas à explicação histórica, considerando tanto as condicionantes estruturais do comportamento humano na história, como a margem de liberdade e de criatividade nele contidas: "uma investigação da extensão e da natureza da vontade livre dentro da estrutura geral da sociedade humana."[35]

Deste ponto de vista, como procura salientar Giovanni Levi, a micro-história procuraria ir além da interpretação para tentar formular explicações históricas. Para tanto, procuraria enfatizar relacionada-mente tanto o estudo da diferenciação social quanto a multiplicidade de significados dos símbolos culturais na dinâmica histórica.[36] Esta postura encontrou eco na prática concreta daqueles historiadores que insistiam em encontrar agentes históricos por trás dos discursos ou que buscavam romper com a polarização entre fontes qualitativas e quantitativas — ao situar o verdadeiro problema em nível dos excessos da agregação e da simplificação das variáveis.[37] Ou seja, a ressonância da apresentação articulada das propostas da micro-história se faz, a meu ver, quando enfrenta a tarefa de conciliar os dois eixos da história social que tenderam a se apartar desde os anos 60, estrutura e experiência, formulando de maneira clara a questão da liberdade e inteligibilidade da ação humana na história.

Frente à multiplicação de objetos e abordagens, a partir das temáticas clássicas em história social, não me parece mais factível caracterizá-la como especialidade da disciplina histórica. A história social mantém, entretanto, seu nexo básico de constituição, enquanto forma de abordagem que prioriza a experiência humana e os processos de diferenciação e individuação dos comportamentos e identidades coletivos —

sociais — na explicação histórica. Neste sentido, parece-me mais atual que nunca o afirmado por Hobsbawm, no início dos anos 70, de que é possível escrever tanto uma história social do mercado de grãos, como uma história social da arte renascentista.[38] Isto não nos traz de volta à identificação entre história social e toda a história, porque é possível (e freqüente), hoje, uma história econômica ou uma história cultural que prescindam da vivência humana e de sua experiência socialmente diferenciada como variáveis explicativas.

A história social e a historiografia brasileira

No Brasil, a historiografia rankiana lançou frágeis bases na universidade. Os institutos históricos e geográficos foram o seu campo privilegiado de atuação. Por volta da década de 1930, fora também dos muros acadêmicos, desenvolver-se-iam as abordagens historiográficas clássicas que, no caso brasileiro, se oporiam à historiografia tradicional.[39]

Ao contrário da tradição européia, aqui as ciências sociais organizaram-se pioneiramente no mundo acadêmico, especialmente na Universidade de São Paulo. Neste processo, pode-se dizer que foram as ciências sociais que se abriram para a história e que a profissionalização do historiador, nas universidades brasileiras, se fez fortemente marcada pela influência das abordagens econômicas e sociológicas, predominantes na década de 1960 (neste sentido a historiografia universitária no Brasil já nasceria “nova”). É marcante a influência da história econômica e social, à maneira dos *Annales,* nas abordagens adotadas pelos historiadores das décadas de 1950 e 1960, especialmente na Universidade de São Paulo.[40]

Temática e teoricamente, a história social em sentido restrito

(quase totalmente escrita por sociólogos) nasceria no Brasil, criativamente sintonizada com as discussões que se desenvolviam em nível internacional. Em torno de Florestan Fernandes, a chamada Escola Sociológica Paulista desenvolveria, entre outros temas, o primeiro conjunto de trabalhos acadêmicos voltado para uma história social do negro e da escravidão.[41] Os trabalhos pioneiros em história social do trabalho no Brasil, e sobre o movimento operário, em particular, também foram desenvolvidos preferencialmente por sociólogos na década de 1960.[42]

A expansão e consolidação dos cursos de pós-graduação marcariam, a partir da década de 1970 e, especialmente, na de 1980, uma expansão e consolidação da profissionalização do historiador no Brasil, que se faria, em grande parte, concomitantemente à crise dos referenciais teóricos até então predominantes. Este movimento, aliado ao diálogo com as teses gerais dos sociólogos que os precederam, configuraria o campo específico em que aqui se desenvolveriam os problemas e discussões característicos da história social.

Frente à extensão e complexidade do campo, selecionei três grandes áreas que, salvo engano, têm concentrado o maior número de trabalhos e discussões nos últimos anos, na perspectiva da história social privilegiada neste capítulo: a história social da família, a história social do trabalho e a história social do Brasil Colonial e da escravidão.

A história social da família

A história da família definiu-se como campo específico no Brasil a partir da década de 1980. Confluíram para tanto as pesquisas em demografia histórica — influenciadas tanto pelas técnicas francesas de reconstituição de família, quanto pelas

análises de *household,* segundo o grupo de Cambridge — e a exploração do tema por sociólogos e antropólogos, nas décadas de 1960 e 1970. Seguindo de perto as tendências mais gerais da história social pós-anos 70, a história da família se constitui no Brasil, tentando responder aos impasses encontrados por ambas as abordagens. Deste modo, apesar da forte presença da demografia como base metodológica na maioria dos trabalhos na área, as questões mais gerais, referentes à nupcialidade, fecundidade, equilíbrio entre os sexos e estrutura familiar, foram sendo progressivamente substituídas por temas que exigiam um tratamento socialmente diferenciado e que implicavam um nível bem menor de agregação dos dados, ou mesmo questionavam o lugar central das fontes demográficas. A pluralidade social dos arranjos familiares, das concepções de família e das estratégias adotadas pelos grupos familiares passou a ser priorizada em relação às generalizações teóricas predominantes nos modelos anteriores. A expansão das temáticas e abordagens já constituíram subcampos, como a família escrava, ou novas áreas de especialização, com perfil autônomo, como a história da mulher ou da sexualidade.[43]

Outros capítulos deste livro discutirão mais especificamente a evolução da história da família e das áreas de conhecimento que lhe são relacionadas. Enfatizarei aqui, entretanto, a título de exemplo das possibilidades do campo do ponto de vista da história social, a evolução recente das discussões sobre a família escrava na historiografia brasileira.

A simples constatação demográfica da família escrava, do ponto de vista biológico ou legal, implicou necessariamente uma reavaliação das repetidas afirmações em relação à inexistência de relações familiares entre os cativos brasileiros, em virtude do

padrão de tráfico de escravos e da própria essência da condição cativa. As pesquisas demográficas têm avançado ainda na configuração das condições sociais diferenciadas de acesso às relações familiares, pelo menos do ponto de vista legal, que seriam especialmente acessíveis às mulheres, nos grandes plantéis. Têm ainda esclarecido sobre a inter-relação do cálculo senhorial e da ação dos próprios escravos na configuração demográfica da empresa escravista.[44]

Estas pesquisas levaram, porém, à formulação de novas questões não tão facilmente respondidas apenas por fontes demográficas. Qual o significado da família para os cativos? Numa situação estrutural de desequilíbrio entre os sexos, que *status* específico as relações familiares emprestavam à mulher escrava, e quais as diferenciações sociais que poderiam produzir no interior da comunidade cativa? A que outras relações familiares, reais ou rituais, teriam acesso os escravos, além daquelas que podem ser percebidas pelo casamento legal ou pela declaração de parentesco, nos inventários? Qual o peso das tradições africanas nestas relações? Até que ponto estas relações foram estruturais à própria reprodução da sociedade escravista e em que medida informaram culturalmente a percepção que o escravo tinha de si mesmo e da escravidão, bem como suas opções em termos de estratégias sociais?

Na tentativa de resposta a estas e outras questões, a conjugação de fontes demográficas (especialmente registros paroquiais), freqüentemente num nível nominal de agregação, com inventários, processos-crimes ou relatos de viajantes, tem emprestado uma dimensão inovadora à nossa compreensão do papel da família escrava na dinâmica histórica da sociedade escravista, especialmente nos trabalhos desenvolvidos a partir da

década de 1990.[45]

A história social do trabalho

Num campo mais vasto ou talvez mais artificialmente construído, poderíamos reunir as pesquisas que se voltam para uma análise das tensões específicas aos processos de modernização da sociedade brasileira desde o século XIX, especialmente em relação à experiência da vida urbana. Uma tendência revisionista em relação às abordagens sociológicas da década de 1960, referentes ao movimento operário e à noção de marginalidade social, no contexto urbano, pode ser aventada como ponto comum na abordagem conjunta destes trabalhos. Sob este pano de fundo, podem-se reunir desde pesquisas em história social do trabalho e da urbanização, em sentido clássico, até as formulações mais recentes relativas à vida cotidiana, às identidades sociais, ao controle social e à cidadania, no espaço urbano.[46] Especialmente na década de 1980, grande parte destes trabalhos tenderam a se concentrar na Primeira República e na cidade do Rio de Janeiro. Uma redução da escala de análise e uma aproximação com a antropologia é característica comum à grande parte da produção assim agregada.

Dentro deste conjunto, a história social do trabalho, solidamente organizada como especialidade desde a década de 1960, mantém um perfil mais claramente diferenciado, contemplando temas como o movimento operário e sindical, suas relações com o Estado, com as massas trabalhadoras e com o ambiente urbano, o quotidiano operário e o controle social nas fábricas e fora delas, colocando-se como questão o próprio processo histórico de construção de uma identidade operária, não mais entendido como conseqüência automática do processo de

industrialização.[47] A redução da escala de análise, uma maior pluralidade geográfica das abordagens em relação à ênfase clássica no eixo Rio-São Paulo e uma tendência a abordar questões cada vez mais próximas do ponto de vista cronológico podem ser detectadas nos estudos recentes.[48]

A história social do Brasil Colonial e da escravidão

Por último, poderíamos reunir as pesquisas em história social do Brasil Colonial e da escravidão em sentido amplo. Um certo sentido revisionista, de intensidade variada, em relação às abordagens econômicas e sociológicas predominantes nos anos 60 e 70, parece-me que estabelece um campo comum a este desenvolvimento. Um diálogo mais intenso com a historiografia internacional sobre a Afro-América configuraria outro importante referencial comum. Também uma redução da escala de abordagem, a valorização — mesmo que diferenciada — da experiência e da cultura como matrizes explicativas e a utilização do nome como elo condutor de análise das fontes, inclusive nas tentativas de agregação, podem ser apontadas como elo comum a grande parte das pesquisas no tema, mesmo que a inserção original dos autores na perspectiva de uma “história das mentalidades” (conforme Le Goff), da história social francesa (conforme Labrousse) ou da tradição marxista anglo-saxônica (conforme Thompson) possa também recortar posturas metodológicas distintas em relação a todo o conjunto.[49]

Neste sentido, podem-se identificar uma história social do Brasil Colonial, desenvolvida especialmente na Universidade de São Paulo, que tem privilegiado temas clássicos da chamada “história das mentalidades”,[50] e uma história social da escravidão moderna, que extrapola os limites da historiografia brasileira, mas

que tem tido na Universidade Federal da Bahia,[51] na linha de pesquisa sobre escravidão e trabalho livre da Unicamp (Universidade de Campinas)[52] e na linha de pesquisa de história agrária da UFF (Universidade Federal Fluminense)[53] seus principais centros de irradiação. Em seu conjunto, estes trabalhos têm produzido uma profunda revisão, teórica e empírica, dos parâmetros definidores da dinâmica histórica e da estratificação social, bem como das identidades e estratégias sociais, no Brasil Colonial e monárquico.

O quadro esboçado a partir desses campos tende a simplificar, sem dúvida, a complexidade e diversidade das tendências que me propus a abordar, e certamente se mostra incompleto em relação a inúmeras outras. O relativo esquematismo e as inevitáveis omissões são decorrência da própria amplitude do tema a ser desenvolvido em não mais que vinte cinco páginas.

Meus objetivos com este capítulo terão sido atingidos se eu tiver conseguido deixar suficientemente claros dois pontos fundamentais: (1) é possível atribuir um sentido específico à história social enquanto abordagem histórica, no atual panorama das discussões historiográficas internacionais; (2) boa parte da pesquisa histórica recente, no Brasil, de forma criativa e sem qualquer tipo de mimetismo, tem estado sintonizada com ela.

❖ 3 ❖

HISTÓRIA E PODER

Francisco Falcon

História e poder são como irmãos siameses — separá-los é difícil; olhar para um sem perceber a presença do outro é quase impossível. A história da humanidade deve neste caso ter presentes estas duas maneiras de ver a questão das relações entre a história e o poder: há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história; mas existe um outro olhar que indaga dos inúmeros mecanismos e artimanhas através dos quais o poder se manifesta na produção do conhecimento histórico. Na verdade, porém, a historiografia costuma ser muito clara quando se trata do primeiro olhar mas é quase sempre imprecisa ou cega quanto ao segundo.

O tema deste capítulo admite assim duas leituras opostas mas complementares: o poder visto como objeto da investigação/produção histórica e o poder enquanto agente instrumentalizador da própria oficina da história, com o que o conhecimento histórico se converte em seu objeto. Preliminarmente, há que considerar tanto o conceito de *história* como o de *poder.* Dada a conhecida polissemia do termo *história,* convém esclarecer que iremos aqui empregá-lo com o sentido de *história-disciplina,* salvo indicação em contrário. Já o termo *poder*

não é só mais problemático do ponto de vista conceitual como carrega consigo, na historiografia, um outro complicador — a freqüência com que os historiadores se referem à *política* ou ao *político* como equivalentes (sinônimos) de *poder.* Temos aqui uma dificuldade adicional cuja análise transcende nossos limites atuais.

O desenvolvimento do presente capítulo compreende três tópicos principais: (1) Visão panorâmica do curso geral da historiografia ocidental — ascensão, apogeu e declínio da *história política tradicional;* (2) A *nova história política* ou os "novos caminhos" do poder e da política na historiografia contemporânea; (3) Poder e política na historiografia brasileira recente. No primeiro tópico observar-se-á a passagem bastante lenta do *poder* como algo inerente a certos indivíduos e instituições — a começar pelo Estado — ao conceito de *poder* como um tipo de *relação social concebida* eventualmente como de natureza plural — os *poderes.* Tratar-se-á aí da historiografia tradicional e de sua tendência multissecular de abordar apenas *a política* como se fosse esta a única forma/lugar do poder. No segundo tópico, a partir da crise da história política tradicional, tentaremos situar as características do que se convencionou chamar de *nova história política.* No terceiro, procura-se empreender um balanço preliminar da presença do poder e da política na historiografia brasileira recente. Um quarto tópico visando às complexas relações entre o poder e a produção do conhecimento histórico em diferentes épocas e sociedades deveria ser incluído aqui; no entanto, somos forçados a ficar somente com algumas alusões bastante pontuais uma vez que este tópico justificaria por si só um capítulo à parte.

Poder e política na historiografia ocidental — ou ascensão, apogeu e declínio da história política

Se de fato a história começou com Heródoto ou não pouco importa agora. Nasceu, sim, com os gregos uma certa concepção de história: uma narrativa de certo tipo de ações heróicas ou humanas dignas de serem lembradas. A cidade-estado, os impérios, monarquias, ou, num plano mais abstrato, a República e/ou Estado, foram os centros ou núcleos que polarizaram as narrativas históricas, e, nestas, o papel dos políticos e/ou homens de Estado, as teorias filosóficas, jurídicas e teológicas acerca das origens, instituições e fins da República. Surgiu e consolidou-se assim, ao longo de muitos séculos, "a história dos historiadores" ou, apenas, a história. Bem mais tarde, esta história foi identificada como um tipo de história: a *história política tradicional.*

Prisioneira da visão centralizada e institucionalizada do poder, a história política tradicional foi definindo progressivamente temas, objetos, princípios e métodos. Ligada intimamente ao *poder,* essa história pretendeu ser também *memória.* Coube-lhe então, durante séculos, lembrar e ensinar pelos exemplos reais e ilustres de que era a única depositária. Esta história *magistra vitae* pôde então servir com equanimidade aos políticos, filósofos, juristas e pedagogos.

Da história praticada por gregos e romanos àquela dos eclesiásticos e escribas leigos da Idade Média, há continuidades e diferenças evidentes, a começar pela transformação da natureza do próprio discurso histórico. Sua essência no entanto — a retenção de certos eventos e a continuidade narrativa — manteve-se quase intacta. Tratava-se sempre de múltiplas histórias, sobre assuntos eclesiásticos ou seculares. História singular, apenas em

Santo Agostinho podemos encontrá-la: a História do Homem, da Criação ao Juízo Final. Em oposição a ela, a "cidade dos homens" oferece somente a possibilidade de histórias múltiplas, contingentes, desconexas e sujeitas à repetição cíclica. Tais *histórias,* eminentemente humanas, são sobretudo histórias políticas e intentam imitar os padrões herdados da Antigüidade ou o que como tal então se apresentava aos seus escritores leigos ou eclesiásticos.

A historiografia humanista e renascentista não introduziu modificações sensíveis nessa tradicional orientação política da história, mas iniciou duas tendências fundamentais: a da crítica erudita das fontes e a eliminação de lendas, milagres, "fantasias", em busca dos fatos verdadeiros ou, pelo menos, verossímeis. Na verdade, porém, do século XVI ao XVIII, ao lado desta tendência erudita dos chamados *antiquários,* ganhou novo alento a dos historiadores oficiais a serviço de príncipes e repúblicas urbanas, habitantes das primeiras academias de história. Paralelamente, sobretudo nos séculos XVI e XVII, as disputas teológico-políticas resultantes da Reforma reforçaram a tendência presente nas histórias oficiais: produzir, por intermédio da história política ou religiosa, conforme o caso, os elementos *históricos* favoráveis à causa defendida pelo historiador. Caberia então à história proporcionar *provas e argumentos* às partes em litígio.

Ao contrário dos polemistas católicos e protestantes que, empenhados na comprovação de suas próprias teses, propiciaram uma investigação e crítica rigorosas das fontes textuais cristãs, a começar pela Bíblia, encontrando-se conseqüentemente com a corrente *erudita* ou *antiquária,* os historiadores a serviço dos poderosos do momento mostraram-se em geral pouco ou nada exigentes em matéria de crítica de fontes; suas histórias de

príncipes, dinastias e reinos são basicamente políticas e pragmáticas. Neste período, correspondendo à chamada Idade Moderna, a História, como história política, apresenta ainda três peculiaridades interessantes: (1) ela continua a ter sua velha função de *mestra da vida,* mas os humanistas a utilizam também no ensino da retórica; (2) a sombra de Maquiavel faz pairar sobre ela uma desconfiança terrível: talvez, na verdade, a história não seja capaz de ensinar senão política e nada tenha a ver com a moral e a ética; (3) trata-se de "histórias" que se referem cada vez mais aos Estados territoriais ou dinásticos, as conhecidas monarquias nacionais dos Estados absolutistas dos tempos modernos, constituindo-se em precursoras das futuras histórias nacionais centradas na idéia de Estado-nação.

De meados do século XVIII ao terceiro quartel do XIX, dois grandes movimentos, a Ilustração e o Romantismo, modificaram a concepção de história acentuando ainda mais a importância do político. É no mínimo curioso observar que iluministas e românticos, tão diferentes entre si, não estavam, em princípio, comprometidos com a idéia de que a história tivesse que ser necessariamente *história política.*

A historiografia da Ilustração abrange na realidade dois tipos de histórias e historiadores — a história interpretada pelos filósofos e as histórias produzidas por historiadores eruditos — os *antiquários.* Enquanto os filósofos criticaram a natureza meramente descritiva, factual e essencialmente política das histórias eruditas, propondo como alternativa uma história filosófica — uma história racional e explicativa da totalidade do devir histórico — cujo núcleo seria dado por valores universais expressos através de conceitos como *cultura, civilização, liberdade,* os historiadores eruditos, analisados por Gusdorf,[1] apesar de

serem quase todos eles hoje ilustres desconhecidos, aperfeiçoaram o instrumental da crítica das fontes documentais, além de revelarem novos acervos à investigação histórica. Sujeitos a uma espécie de dupla servidão — a de uma história essencialmente política e a de seus objetos eminentemente locais ou regionais — tais historiadores foram decisivos em variados sentidos para o avanço historiográfico do Oitocentos.

A historiografia do romantismo remete-nos a um problema talvez mais complexo do que o anterior. Por romantismo entende-se um conjunto de movimentos contemporâneos, tanto da Revolução Francesa e das guerras napoleônicas, quanto das chamadas revoluções liberais e nacionais da primeira metade do século XIX. Assumindo feições diversas conforme o país que se tenha em vista, o romantismo, principalmente o alemão, cuja expressão maior é o idealismo germânico, ostenta conotações francamente opostas aos princípios e ideais da Ilustração. Contra as concepções iluministas consideradas abstratas e absurdas — racionalismo extremado, universalismo ético-jurídico e histórico, naturalismo fisicalista — o *romantismo* propôs e defendeu perspectivas quase diametralmente opostas: o papel e a importância do sentimento, a intuição, o individualismo, o organicismo e a história.

Na historiografia propriamente dita, os princípios e valores do romantismo originaram, em alguns casos, ou reforçaram, em outros, certas concepções e tendências de importância crucial, algumas delas, para o rumo da história na Europa. Dentre elas é importante mencionar: (1) o Estado-nação como tema central tanto da investigação quanto da narrativa históricas; (2) a crítica erudita das fontes como componente essencial do método histórico, garantia da cientificidade do conhecimento — seu

caráter verdadeiro; (3) a introdução do conceito de história *como singular coletivo*[2] em conexão com o novo conceito de *revolução;*[3] (4) a perspectiva historicista aplicada quer à história-matéria quer à disciplina, ou seja, neste caso, "a inteligibilidade compreensiva e historista" analisada por Gusdorf.[4]

O romantismo associou as idéias de *povo* e *nação* como constitutivas de uma mesma entidade coletiva manifesta na língua, na história e na cultura comuns. Entificada como *alma* ou *espírito nacional,* a realidade intrínseca de cada povo-nação representa uma individualidade histórica irredutível. A história será sempre, então, a história dessas realidades únicas que têm no Estado sua expressão política. Caberá então ao Estado-nação o lugar de honra no campo da historiografia do Oitocentos.

Os pressupostos historicistas românticos articularam-se com exigências metódicas quase sempre rigoristas, em particular na Alemanha. A erudição, a crítica documental rigorosa, a incessante busca de novas fontes, o conhecimento filológico, constituem componentes fundamentais da escola histórica alemã. Este era na verdade o território comum a românticos e positivistas.

A promoção do Estado à condição de "objeto por excelência da produção histórica"[5] significou a hegemonia da história política. Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado — instituições, aparelhos, dirigentes; os "acontecimentos" são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos da atenção dos historiadores.

Mais ou menos a partir de 1870, com o eclipse do romantismo, afirmou-se rapidamente uma historiografia imbuída dos valores do cientismo. Habituamo-nos a denominá-la positivista, porém, como ainda recentemente foi argüido por

Bourdé,[6] trata-se de uma designação equivocada uma vez que são raros os historiadores propriamente positivistas. A rigor, dever-se-ia chamá-la de *historiografia metódica,* já que era no método histórico que seus adeptos faziam repousar as garantias de cientificidade julgadas por eles indispensáveis ao verdadeiro conhecimento histórico. Seja como for, o fato mais importante para nós é o de que essa historiografia levou a supremacia da história política — narrativa, factual, linear — ao seu apogeu nos meios acadêmicos em geral.

A historiografia metódica instituiu, a partir de seus pressupostos cientistas, um tipo de discurso histórico próprio e destinado a demonstrar, através de marcas específicas, as suas diferenças em face do discurso literário. Tratava-se de distinguir a verdade histórica da ficção literária a partir da separação entre dois tipos de fatos — os verdadeiros, que podem ser comprovados, e os falsos, de comprovação impossível. Logo, a história — história política, como vimos — é ciência e não arte, consistindo a tarefa do historiador não em evocar ou reviver o passado, como desejavam os românticos, mas sim em narrar/descrever os acontecimentos desse passado *tal como eles realmente se passaram.* Este trecho de uma frase de Ranke tornou-se, *a posteriori,* a própria expressão do horizonte historiográfico chamado *de positivista,* o que não deixa de ser bastante curioso se tivermos em vista que sua significação para o mesmo Ranke e seus colegas era completamente diversa.

Tendências historiográficas românticas e positivistas não esgotam todas as possibilidades interpretativas do Oitocentos. As exceções foram não apenas honrosas mas destinadas a futuros dos mais brilhantes, não importando neste caso a idéia dos contemporâneos a respeito do caráter histórico ou não dos textos

de Marx e Engels, Tocqueville, Burckhardt, Dilthey, entre outros. O mais importante em todos eles, do nosso ponto de vista, é o fato de que, apesar de estarem presentes, os acontecimentos políticos não se auto-explicam; longe de excluírem, eles impõem a análise de outras dimensões da realidade histórica. De formas distintas, abordam a sociedade, a economia e a cultura, quase sempre em busca de determinações ou fatores não-políticos importantes ou essenciais para a compreensão/explicação dos processos políticos. A própria história política vê-se então enriquecida pela inclusão de questões que, além de políticas, são também, ou antes de mais nada, sociais e ideológicas: lutas e movimentos sociais, com destaque para as revoluções e a *revolução.* Assinalemos, por último, o fato de que houve também historiadores positivistas, como Taine e Buckle, os quais, ao transitarem para uma perspectiva evolucionista, foram levados a considerar em suas obras temas bem mais variados e abrangentes do que aqueles habitualmente contemplados pela historiografia política dominante.

Ao longo das três primeiras décadas do século XX manteve-se quase inalterada a hegemonia da escola metódica *ou positivista.* Foram, no entanto, décadas de críticas e ataques partidos de inúmeras posições intelectuais, às quais Hughes[7] chamou, em conjunto, de *revolta antipositivista.* Se esta revolta como um todo não diz respeito ao nosso tema, convém no entanto mencionar-lhe dois elementos constitutivos importantes para o nosso ponto de vista: os antecedentes dos *Annales* e o neo-historicismo.

No primeiro grupo, poder-se-iam incluir a influência da sociologia durkheimiana, vocalizada especialmente por François Simiand, o prestígio da geografia humana, através de Vidal de La Blache; os esforços pioneiros de Henri Berr em prol da síntese

histórica — a *Revista de Síntese Histórica,* 1903, e o livro *La synthèse en histoire,* 1911; o prestígio da história econômica — na Alemanha, com Schmoller; na Grã-Bretanha, com Cunningham e Thorold Rogers; na França, com Henri Sée, H. Hauser e Paul Mantoux mas, sobretudo, o belga Henri Pirenne; o interesse despertado pela psicologia social de L. Levy-Bruhl, G. Le Bon, Charles Blondel etc.

O novo historicismo, ou *historismo* (para aqueles que reservam a Popper um certo monopólio do conceito de *historicismo),* ligado às obras e idéias de Dilthey, Rickert, Windelbland, Simmel e, em parte, Max Weber, teve em Meinecke e Troeltsch seus dois maiores historiadores germânicos. Na Itália, a partir do neo-hegelianismo de B. Croce, constituiu-se uma sólida e duradoura tradição "croceana" na perspectiva historiográfica. Na Inglaterra, com Collingwood, leitor de Croce, bem como nos Estados Unidos, esta vertente neo-hegeliana do historicismo teve também ampla repercussão sobretudo no âmbito da história das idéias.

Por mais importantes e inovadoras que possam ter sido estas tendências, não foram suficientes para provocar de imediato grandes alterações no panorama da historiografia, ou seja, não conseguiram abalar a posição dominante da história política, nem a supremacia institucional da "historiografia metódica" ou positivista. No máximo, talvez, pode-se propor a hipótese de que o historicismo tenha trazido à tona certas preocupações teóricas que, como desafios, atuaram em diversos níveis e campos do pensamento *historiográfico.* Para a história política, por exemplo, talvez se possa supor que o historicismo acentuou o psicologismo como elemento explicativo das ações dos grandes homens, ao mesmo em tempo que privilegiou bastante o papel das idéias

corno expressão/síntese de pensamentos, hábitos, motivações e visões de mundo de grupos sociais, ou mesmo de certas épocas como um todo.

A partir de 1929/30 é possível dizer-se que começou de fato o declínio da história política. Cada vez mais essa história será conhecida como *tradicional.* Todavia, não exageremos muito as coisas a partir da nossa própria visão retrospectiva. Na verdade, de 1929/30 aos anos pós-45, a história política, cada vez mais tradicional, precisa ser encarada em termos de duas trajetórias paralelas e bem distintas: a trajetória de seu processo e condenação pelos *Annales* e a outra, da sua sobrevivência e lenta recuperação. Vejamos inicialmente a primeira trajetória.

Em 1929, quando da publicação do primeiro número dos *Annales d'Histoire Économique et Sociale,* sob a direção de Marc Bloch e Lucien Febvre, existiam dois adversários principais a enfrentar — uma certa concepção acerca da natureza do conhecimento histórico e o primado da história política no campo da historiografia. Quanto ao primeiro, os *Annales* propuseram a ampliação do domínio historiográfico, ou seja, a história como estudo do homem no tempo, ou a *totalidade social* em última análise, com a conseqüente redefinição de conceitos fundamentais como *documento, fato histórico* e *tempo.* Com relação à história política tradicional, as críticas foram incisivas e definitivas: *événementielle,* recitativo interminável de eventos políticos e batalhas, ou, como escreveu Febvre: "a História historizante exige pouco. Muito pouco. Demasiadamente pouco a meu ver, e na opinião de muitos outros além de mim".[8] Mais recentemente, Julliard reconheceu que a história política "tem má reputação entre os historiadores franceses, condenada que foi há quarenta anos após um processo cuja instrução foi feita mil vezes, e bem

feita”.[9] No entanto, o mesmo Julliard, embora se declare de acordo com a condenação, afirma ter duas dúvidas — sobre a identidade da acusada e sobre a interdição de permanência a que foi condenada.

Nos anos 30 e 40 porém, não havia dúvidas. É o mesmo Julliard quem assim sintetiza as acusações:

> “A história política é psicológica e ignora os condicionamentos; é elitista, talvez biográfica, e ignora a sociedade global e as massas que a compõem; é qualitativa e ignora as séries; seu objetivo é o particular e, portanto, ignora a comparação; é narrativa, e ignora a análise; é idealista, e ignora o material; é ideológica e não tem consciência de sê-lo; é parcial e não o sabe; prende-se ao consciente e ignora o inconsciente; visa aos pontos precisos e ignora o longo prazo; em uma palavra, uma vez que essa palavra tudo resume na linguagem dos historiadores, é uma história factual.”[10]

Trata-se, no dizer do mesmo autor, de uma história que conserva até hoje (1974) um perfume Langlois-Seignobos que assusta e repele os mais jovens historiadores.

A peça acusatória elaborada pelos *annalistes* gauleses produziu seus efeitos até, no mínimo, os começos da década de 1970. Para que se possa tentar compreender esta proscrição do político e da história política é necessário levar em conta dois fatores interiores e exteriores à Escola dos Anais, como indica, por exemplo, o livro de Dosse,[11] ou seja, entre outros aspectos, a conjuntura política mais geral da França, de 1930 a 1945/50, e a própria conjuntura política acadêmico-institucional dessa época.

Significativamente, porém, a condenação da história política não levou à exclusão do político e, sobretudo, do poder, das preocupações de historiadores *annalistes* como Bloch, Lefebvre, Goubert, Duby, Mandrou etc., embora a partir de premissas totalmente diferentes. Esta é porém uma outra parte da “história”,

como logo veremos.

Novos caminhos do poder e da política na historiografia contemporânea

Para o período pós-45 adotamos uma periodização ampla e já bastante conhecida: as décadas que antecedem e se sucedem aos anos 1968/70. *Grosso modo,* poder-se-ia localizar no período de 1945 a 1968/70 a crise final da "história política tradicional" e, no período seguinte, a progressiva constituição da "nova história política". No caso da história política, essa periodização tende a exagerar as diferenças e mudanças em detrimento das permanências e semelhanças em termos das realidades de cada período.

A partir de 1945 a história política tradicional foi o alvo predileto de diversas correntes teórico-metodológicas: *Annales,* marxismo(s), estruturalismo(s), quantitativismo(s) etc. No entanto, é necessário não esquecer duas coisas: as novas perspectivas abertas ao estudo histórico da política e do poder e o caráter relativo do declínio da história política tradicional. Das novas perspectivas em suas relações com as tendências teórico-metodológicas trataremos mais adiante; quanto à relativização, necessária, da noção de "declínio", pensamos que é possível entendê-la de duas maneiras: como dado historiográfico e como fato editorial.

Historiograficamente, o ponto crucial é a diferença entre universos historiográficos: a sentença em que os *Annales* condenaram a "história política tradicional" teve curso muito restrito fora da França. A idéia de uma história política em vias de extinção, presente no balanço de Glénisson[12] em relação à França, não se pode aplicar à Grã-Bretanha, Itália, Alemanha e EUA (e ao

Brasil também). Como fato editorial, tampouco o declínio é real. Neste particular, aliás, Mommsen e Julliard, apesar de suas diferenças, são acordes quanto à persistência da história política. O primeiro autor lembra que boa parte do que se leu (e editou) nesse período pelo mundo afora sob o rótulo de "história" foi, na verdade, algum tipo de história política. Julliard, por sua vez, para demonstrar que "a história política não desapareceu", assinala que "como narrativa, biografia, estudos psicológicos, (a história política) continuou a representar quantitativamente uma fração importante, provavelmente dominante, da produção de livros consagrados ao passado".[13] Peter Burke, ao recordar seus tempos de estudante, declara: "Quando entrei em Oxford, de 1957 a 1962, o ponto de vista histórico que predominava na época era o da história política." Lá, como cá, naquela época, quem almejasse outras perspectivas (que não as da história política) precisaria "olhar para fora do programa de estudos; para outras disciplinas e até mesmo para outros países".[14]

Se a noção de declínio da história política remete basicamente à historiografia dos *Annales* do pós-guerra, convém então tentar perceber-lhe os traços mais incisivos. A Escola dos Anais, no que toca à questão do político, foi palco de tendências tão diversas como o marxismo, o estruturalismo, o quantitativismo e, mais recentemente, o weberianismo. Do marxismo os *Annales* incorporaram alguns termos e conceitos gerais mas se viram em dificuldades cada vez maiores, sobretudo na "era braudeliana", para justificar uma produção histórica hostil ou, no mínimo, omissa em relação ao político — a começar pelo conceito de *luta de classes*. Decorreu certamente desse problema a posição algo marginal ou excêntrica (em relação aos *Annales)* de historiadores como Vilar, Soboul e Vovelle, entre outros.

A *nouvelle histoire,* tal como foi consagrada nos anos 70, relegou a história política a um lugar absolutamente secundário. Com efeito, se a "primeira geração" dos *Annales* havia estigmatizado a história política como sinônimo de história factual — *événementielle* —, a "segunda geração", a de Braudel e seus discípulos, relegou os fatos políticos ao "tempo curto". Definindo-se, em 1971, como "estrutural", a *nouvelle histoire* acentuou mais ainda suas distâncias quanto à história política. Afinal, uma história centrada na dialética da duração, em contato com a lingüística, semiótica, psicanálise e teoria literária, e privilegiando as abordagens estruturais segundo métodos seriais, não poderia senão encarar como não-científica e não-histórica a história política tradicional.

A redescoberta de Max Weber, mais recente, será enfocada mais adiante. Quanto ao estruturalismo e o quantitativismo (ligado à *new economic history),* é suficiente, por enquanto, recordar que seus efeitos imediatos sobre a história política foram geralmente negativos. Tanto a apropriação/mutação braudeliana do conceito de estrutura, quanto a euforia cientista ligada à chamada *história serial,* apenas fortificaram, no primeiro momento, o tradicional desprezo dos historiadores franceses pela história política, salvo, claro, as exceções habituais. Afinal de contas, os eventos políticos pertencem à esfera do *tempo curto,* justo o mais instável e o menos decisivo dos tempos ou durações históricas. Não escreveu Braudel que tais eventos se comparam ao vaivém das ondas que de quando em vez agitam a superfície do grande oceano da história, mas sempre incapazes de agir sobre as profundezas médias (conjunturas) e seculares (estruturas) da chamada longa duração? É bem verdade que revoltas e revoluções haviam sido relegadas também ao tempo curto, mas esta exclusão

já constitui uma outra história.

A perspectiva marxista do *político* em geral e da história política, em particular, foi sempre, desde Marx e Engels, oposta aos pressupostos e características da história política tradicional. As bases teóricas de tal oposição são bem conhecidas, bastando mencionar aqui que a visão marxista foi decisiva, ainda no século XIX, ao denunciar os três ídolos principais daquela história política: uma noção de político/política desvinculada da totalidade do processo histórico e presa fácil da ideologia; o caráter voluntarista de uma história baseada em idéias e ações de alguns poucos agentes históricos individuais; um discurso histórico-narrativo, cronológico e linear construído em função de uma epistemologia empirista.

A teoria marxista da história ficara mais ou menos excluída dos principais centros de produção histórica do Ocidente até 1945, salvo, evidentemente, o caso soviético, e, talvez, o francês. O primeiro é por demais conhecido. Quanto ao segundo, seu território específico foi o da historiografia da Revolução Francesa. Aqui, conforme uma certa tradição que habituou-se a identificar como sinônimos *marxismo* e *interpretações de esquerda,* tornou-se corrente rotular de marxistas historiadores tão diferentes como Jaurès, Mathiez, Lefebvre e o próprio Labrousse.

Decisivo, no entanto, no período de entre-guerras terá sido o aparecimento de diversas correntes marxistas cujo conjunto convencionou-se chamar de *marxismo ocidental.*[15] Após a Segunda Guerra Mundial, cresceu rapidamente a circulação, leitura e discussão dos trabalhos produzidos por Gramsci, Lukács e pelos membros da *Escola de Frankfurt,* entre vários outros. Tais textos, suas leituras, foram decisivos em termos da crescente produção marxista na oficina da história, em combinação, certamente, com

as condições gerais e particulares das sociedades capitalistas nessa época. Na Inglaterra, por exemplo, o grupo de historiadores reunidos, até 1956, à sombra do Partido Comunista britânico, fundou a *New Left Review,* ponto de partida para o chamado marxismo inglês de historiadores como Hobsbawm, Anderson, Hill e sobretudo Thompson, além de intelectuais de outras áreas das ciências humanas, como R. Williams. Na França, começando com Sartre e Goldmann, o marxismo assumiu, a seguir, a perspectiva difundida por Althusser, Poulantzas, Badiou, Rancière e diversos outros nesta mesma linha. Na história propriamente dita, cabe mencionar as obras de Vilar, Soboul, Bouvier, Vovelle, Duby, entre outros. Com algumas variações, o mesmo quadro poderia ser descrito para a Itália, Alemanha, Estados Unidos e outros países.

Não será este, pensamos, o lugar indicado para uma inevitável discussão a respeito do que se deve entender como perspectiva marxista em relação aos historiadores citados. Seria uma discussão muito longa, interminável e inconclusiva. Tudo que pretendemos afirmar é o quanto uma perspectiva historiográfica que se poderia intitular *genericamente marxista* contribuiu para contrabalançar, aqui e ali, certas tendências empiristas e subjetivistas. Acrescente-se a isto a ênfase de tal perspectiva na categoria de totalidade, a importância atribuída por seus adeptos às condições materiais, às estruturas socioeconômicas, a atenção especial prestada às classes e/ou grupos sociais e aos movimentos coletivos em geral, e, por último, embora não menos decisiva, a reintrodução da(s) ideologia(s) como categoria analítica do discurso histórico.

Inicialmente pelo menos, o marxismo produziu dois efeitos antagônicos: recolocou no primeiro plano da escrita da história o

poder, o político e a política; mas aprofundou a atitude, entre os historiadores marxistas, de franca rejeição da história política tradicional com seus chamados fatos, seus conhecidos atores, enfim, sua alienação. É também não menos verdadeira a constatação de que a vertente do marxismo estruturalista *(sic)* contribuiu, e muito, para reforçar o descrédito daquela história, na medida em que interpretou a política como *efeito derivado das estruturas.*

Referimo-nos ao estruturalismo tanto ao abordarmos os *Annales* quanto ao tratarmos do marxismo. Estas referências eram inevitáveis, pois, desde os últimos anos da década de 1950, o estruturalismo expandiu-se com extraordinária rapidez no campo das ciências humanas, a partir da lingüística, mas tendo num antropólogo — Lévi-Strauss — seu maior pensador. Esta expansão, naquilo que nos interessa, representou um impacto violento sobre o antigo projeto hegemônico acalentado pelos *annalistes* de fazer da história o carro-chefe das ciências sociais e humanas.

As polêmicas constituíram a expressão do confronto que então se deu entre a história e a antropologia: de um lado, os antropólogos, a começar por Lévi-Strauss, utilizando-se de uma concepção totalmente desatualizada acerca da história-disciplina, aliás tão defasada que, no fundo, a história que atacavam era aquela já prescrita pelos *Annales* desde os anos 30 (a história política tradicional, basicamente); de outro lado, um verdadeiro diálogo de surdos, centrado no próprio conceito de *estrutura* — um conceito lógico-formal, para Lévi-Strauss (arquitetura teórica imanente ao real); um conceito concreto, *real,* segundo Braudel, para quem a estrutura pode ser descrita exatamente por ter existência histórica (sua dimensão temporal é exatamente a do

tempo longo, a da *longa duração).*[16]

Curiosa, ou bastante significativamente, no entanto, depois das primeiras escaramuças, o contínuo avanço da maré estruturalista levou a liderança braudeliana a realizar um movimento inverso: o confronto direto foi substituído pela apropriação, no melhor estilo da tradição dos *Annales,* do próprio estruturalismo. Pouco importa, no nosso caso, questionar o sentido dado por Braudel à "estrutura" e ao estrutural, distintos, com toda certeza, dos originais. Importante, então, foi incorporar-se à uma tendência dominante, prestigiada, especialmente porque ser estruturalista era o mesmo que ser científico. Foi isso que o número especial dos *Annales,* de 1971, evidenciou e proclamou — o nascimento de uma história estrutural: a *nouvelle histoire.*

O panorama não estaria porém completo caso não lembrássemos de referir também o quanto foi importante, naquela época, o sucesso alcançado pelos chamados métodos quantitativos aplicados à história econômica, social e demográfica. Desde os começos dos anos 30, alguns trabalhos de F. Simiand e, um pouco mais tarde, de Labrousse, através da reconstituição e análise de séries estatísticas históricas, abriram novas possibilidades ao estudo de ciclos e conjunturas econômicas. No espaço historiográfico dos *Annales* coube a Meuvret, Imbert, Goubert, bem como a P. Chaunu e F. Mauro, nos anos 60, aprofundar essa tendência matematizante à qual logo se denominou de *história serial.* Diferente da história quantitativa de Marczewski e da *new economic history,* de Fogel e North, de base econométrica, a história serial veio agregar novos argumentos contrários à história política tradicional, cuja indigência teórica e empírica parecia ainda mais evidente. Na realidade, como indicou Soboul,[17] era a própria concepção tradicional do "fato político" —

seu caráter único — que jogava por terra qualquer possibilidade de uma abordagem quantitativa.

Vimos assim que diversas tendências, todas elas, aliás, com algum tipo de reflexo sobre a história *annaliste,* convergiram no sentido de desqualificar de uma forma ou de outra qualquer pretensão científica que se pudesse nutrir ainda em relação à história política de estilo tradicional. A bem da verdade, negava-se até mesmo sua pertença à história. Observe-se, no entanto, que o mesmo movimento desqualificador portava em si uma nova história política. Contraditória como possa parecer tal constatação, o fato é que não faltam exemplos desta ambivalência. Já em 1958, por exemplo, Braudel lamentou a confusão que se estabelecera entre a história tradicional e a história política, chegando mesmo a afirmar: "*A história política não é forçosamente* événe-mentielle *nem está condicionada a sê-lo.*"[18]

Caberia no entanto somente à terceira geração dos *Annales* tomar a sério essa advertência de Braudel. Isto decorreu em parte do próprio rumo que se imprimiu à produção histórica a partir da *nouvelle histoire.* Esta, como escreve Teixeira, abandonou ou foi obrigada a abandonar alguns dos paradigmas centrais dos *Annales:* a unidade de método(s) com as ciências sociais e humanas e a unidade do objeto — o homem. Inviabilizou-se assim a possibilidade concreta de uma *história total.* Cada vez mais o *global* deixará de ser pensado em termos de totalidade mas, sim, como *espaço de dispersão de múltiplas unidades.*[19] Tudo que se tem agora são unidades parciais, locais, definidas por procedimentos específicos.[20] Não existe mais a história, a grande história, mas somente as múltiplas histórias. Ora, se esta era a *Nova História,* por que não se retomar então uma antiga concepção exposta por Mauro[21] na década de 1960: uma história

política entendida como *ciência política retrospectiva?* Seria o caso de seguir, no que toca ao político, o exemplo de outros ramos ou especializações da História — a história econômica, por exemplo, uma economia política retrospectiva, segundo Mauro. Tratava-se de recuperar a história política aproveitando o movimento historiográfico mais geral, em que alguns profissionais propunham abertamente uma redefinição válida para a história em geral em termos de entendê-la como ciência social histórica ou do passado.[22]

A terceira geração dos *Annales,* ou a quarta, como quer Burke,[23] foi buscar fora da historiografia os modelos e a sustentação teórica para o repensar das relações Estado-sociedade imposto pelo seu interesse em renovar o estudo do político. Tocqueville, Arendt, Weber, sobretudo, diretamente ou via Aron, foram esses esteios. Na mesma linha de preocupações, insere-se o fenômeno da redescoberta, relativamente recente, das obras de Norbert Elias, um weberiano que permanecera ignorado por várias décadas e que veio a merecer estudos e citações copiosas de Roger Chartier[24] e do já citado Jacques Revel. Raymond Aron, por sua vez, foi resgatado por historiadores voltados para a história política renascida, que retoma uma conhecida afirmativa de Aron: “Nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômico-sociais apresenta um caráter mais científico do que o dos regimes políticos, das guerras e das revoluções.”[25]

Além de seu encontro com o estruturalismo, origem da história estrutural, a *nouvelle histoire* possibilitou a abertura para concepções novas e variadas a respeito de temas pouco freqüentados pela historiografia: os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não-políticas, as práticas

discursivas. Foucault, pois foi este o autor que revolucionou a compreensão desses novos objetos, colocou em destaque a relação entre as diferentes práticas sociais e a pluralidade e onipresença não do poder, mas dos poderes. A historiografia política passou a enfocar, nos anos 70, a *Microfísica do poder,*[26] na realidade as infinitas astúcias dos poderes em lugares históricos pouco conhecidos dos historiadores — família, escola, asilos, prisões, hospitais, hospícios, polícia, oficinas, fábricas etc.; em suma, no cotidiano de cada indivíduo ou grupo social.

As novas correntes marxistas também vieram em auxílio dessa restauração do político em geral, ou da história política em particular. Basta neste caso mencionar a importância de alguns conceitos gramscianos — hegemonia, bloco histórico, dominação *versus* direção, intelectuais tradicionais e orgânicos — e althusserianos — autonomia relativa, sobredeterminação, determinação em última instância, aparelhos ideológicos de Estado. Poulantzas, Badiou, Harnecker e tantos outros utilizaram-se largamente desses conceitos, sem que se possa esquecer os italianos — Gerratana, Boffa, Cerreoni, Colletti, Rossi Landi — e ingleses — Anderson, Miliband, Thompson. Em graus e segundo visões diferentes entre si, as discussões então travadas no campo marxista lançaram luzes novas sobre o político, o Estado, suas relações com a sociedade civil, além de abrirem a investigação histórica à questão muito mais ampla do poder, e daí à das formas de dominação.

Finalmente, há que se registrar a importância dos contatos e trocas interdisciplinares, conhecido carro-chefe dos *Annales,* para esses novos rumos da história política. Se, para alguns, como Chartier,[27] o problema maior vem a ser o de uma história cultural ancorada em uma sociologia histórica da cultura, para outros a

questão-chave é mesmo a de uma sociologia histórica do poder, e da política.[28] Ao mesmo tempo, a Antropologia passou a atrair cada vez mais a atenção dos historiadores, quer como antropologia cultural e antropologia política, quer como etno-história. Novas possibilidades teóricas se ofereceram aos historiadores do poder e da política a partir dos trabalhos de Geertz (1973), Sahlins (1985), L. Dumont (1966 e 1977), Balandier (1980), Clastres (1974) etc. Poder e política passam assim ao domínio das representações sociais e de suas conexões com as práticas sociais; coloca-se como prioritária a problemática do simbólico — simbolismo, formas simbólicas, mas sobretudo *o poder simbólico,* como em Bourdieu.[29] O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido tradicional mas, em nível das representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, bem como as diversas práticas discursivas associadas ao poder.

Em face das muitas tendências e das variações e ênfases ou preferências observáveis no bojo do movimento de renovação da história política, é conveniente fazer uma distinção entre as orientações mais moderadas e as mais radicais aí presentes. Radicais, do nosso ponto de vista, são as interpretações que conduzem o historiador a subsumir a política na esfera do poder, de modo que se perde de vista quase por completo sua autonomia, ainda que relativa. Por outro lado, como muitas das abordagens do poder remetem ao problema de suas determinações sociais, a tendência passa a ser substituir a história política por algum tipo de história das formas de dominação não vindo ao caso se baseada em matriz teórica marxista, weberiana ou outra qualquer. No extremo deste radicalismo situa-se a pulverização do poder e sua redução a efeitos de sentido produzidos em função de práticas

discursivas específicas.

Em oposição às tendências que rotulamos de radicais, são moderadas as tendências que visam de uma forma ou de outra resgatar ao que se convencionou designar como sendo a legitimidade da história política. Vistas em conjunto, essas tendências moderadas parecem desenvolver, desde o começo dos anos 70 pelo menos, um movimento em três direções: (1) marcar suas próprias distâncias em relação aos erros e equívocos da história política tradicional; (2) apropriar-se de métodos e teorias desenvolvidos tanto por historiadores quanto por cientistas sociais, sempre que se possa, a partir dessa apropriação, produzir abordagens inovadoras e hipóteses científicas no campo da história política; (3) redefinir alguns dos antigos objetos da história política mas, principalmente, definir novos e mais modernos objetos.

Percebe-se o encaminhamento moderado a partir de algumas afirmativas de Julliard. Quando este historiador declara que a história política pereceu mas não desapareceu e que, portanto, ela vive uma situação que não pode perdurar, sob risco de confundirmos as insuficiências de um método com os seus objetos, o que ele busca sublinhar é mais ou menos o mesmo que já lemos em Aron — não é da natureza dos fenômenos políticos sua limitação à categoria de fatos. Logo, conclui Julliard:

> "Hoje em dia dissipou-se a ilusão de que se pode fazer desaparecer o universo político colocando no seu lugar aquilo que ele estaria a esconder ...(pois) há problemas políticos que são resistentes às mudanças infra-estruturais e que, ao mesmo tempo, não se confundem com os dados culturais vigentes num momento determinado."[30]

Postular-se a diferença/especificidade da nova história

política será afirmar, também, sua cientificidade e modernidade — com direito a uma existência legítima lado a lado da história social, da econômica, da demográfica etc.

Estratégias à parte, a possibilidade efetiva de uma nova história política, obra hoje ainda em curso, resultou de condicionantes muito diversos, aos quais poderia chamar de históricos, epistemológicos e disciplinares. Os fatores históricos mais mencionados compõem uma estrutura explicativa em três etapas: o advento da sociedade pós-industrial, cuja lógica se baseia no domínio tecnológico, consubstanciado na informática, sobre um conjunto de seres humanos massificados e manipulados pela mídia; o retorno do acontecimento como notícia e a percepção aguda do caráter eminentemente político das decisões governamentais compreendidas na designação *políticas públicas;* a universalização da burocracia (Weber) e a programação de vastos setores das atividades sociais. Como conseqüência disso, as decisões propriamente políticas recobram importância, adquirem um peso específico muito grande, levando a uma politização inevitável dos acontecimentos, atitudes, comportamentos, idéias e discursos. "Não se trata mais de saber se a história política pode ser inteligível, mas de saber se, agora, pode haver uma inteligibilidade da história fora da referência ao universo político."[31]

Houve entretanto que superar os obstáculos epistemológicos até então expressos de maneira antagônica: "tudo é política" *versus* "a política não existe". A primeira proposição, típica da tradição oitocentista, é idealista e conduz, no máximo, ao "jurisdicismo" formalista e narrativo; a segunda deriva de uma certa visão marxista das coisas (equivocada, é bom frisar) em cujo nome se opera a redução dos fenômenos de consciência e de

vontade a simples reflexos de forças econômicas e sociais. A política, neste caso, não passaria de um problema econômico mal colocado. Superar tais obstáculos, nos anos 70, foi trabalho historiográfico mas também foi o resultado de desenvolvimentos então havidos na sociologia e na ciência política, cujos novos modelos teóricos e metodológicos vieram permitir a superação da confusão entre o político e o factual. O historiador irá assumir as implicações desse fato e será a partir deste dado que poderá viabilizar-se uma *nova história política.*

As discussões, entre historiadores, acerca das possibilidades, natureza e perspectivas dessa nova história política marcaram os anos 70 e 80. Dentre os mais interessantes cabe mencionar ou relembrar: Mommsen, *Sobre a situação da história política nas ciências sociais* (1971); Barret-Kriegel, *História e política ou a história ciência dos efeitos* (1973); Julliard, *A política* (1974); Vandermeer, *The new political history* (1979); Blokmans, *La nouvelle histoire politique* (1980); Salvadori, *Le molte storie* (1988); Le Goff, *A política será ainda a ossatura da história* (1986); Rémond, *Por que a história política?* (1993).

Esses textos, em conjunto, traçam com alguma precisão o perfil da história política que se quer agora nova ou renovada. Sem descer aos pormenores de cada um deles, observemos que a visão prospectiva predomina, se bem que aqui e ali se encontrem explicações acerca dos erros e equívocos que teriam conduzido a história política ao descrédito. A tônica mais geral no entanto é a da busca e afirmação de uma história política realmente *nova,* capaz de articular o *retorno do acontecimento* com as exigências de possíveis paradigmas e modelos teóricos — da biologia genética, para Barret-Kriegel, da econometria, segundo Blokmans, da ciência política e da sociologia, na visão de Julliard.

Alguns, no entanto, contestam com veemência tais colocações. Salvadori, mais radical, não apenas lamenta o complexo de inferioridade que tomou conta de muitos historiadores políticos, como atribui tal fato às "tentações da cientificidade e a certas motivações ideológicas dos adversários da história política, a começar pelos historiadores marxistas e os adeptos da escolástica dos *Annales* — a historiografia que se autodenominou de nova".[32] Mommsen, noutro patamar de observação, tenta demonstrar que as tentativas de colaboração entre história e sociologia ou política produziram sempre parcos resultados, frutos da perspectiva sincrônica e estática das ciências sociais comprometidas com o sentido a-histórico do empirismo estrutural-funcionalista e as teses do tipo fim da história, fim das ideologias e equivalentes.

Existe, sem dúvida, um relativo consenso quando se trata de criticar o empirismo positivista e a forma narrativa tradicional do discurso histórico político. Na tentativa de se redefinir o político, sua realidade e especificidade, entram em jogo a noção de *social* e o conceito de *representação.* Há necessidade de formular os pressupostos teórico-metodológicos, os conceitos, propor abordagens e métodos dessa nova história política. No entanto, se Julliard parece acreditar numa concepção sociológica do político em relação estrita com a ciência política e a sociologia, nem sempre esta diretriz é aceita como solução, uma vez que o discurso generalizante das ciências sociais afigura-se ineficaz em face do *discurso individualizante da história,* como vimos em Mommsen. Tal discrepância volta à tona do debate quando se discute os prós e os contras da quantificação. O tratamento estatístico das fontes tanto pode ser encarado como grande esperança quanto como completa inutilidade — é o que faz

Mommsen ao criticar os parcos resultados obtidos por sociólogos historiadores que se puseram a investigar as revoluções modernas.

Seria possível então definir-se uma problemática própria? Reconhece-se que é fundamental que o historiador político passe do estudo institucional do Estado para o estudo do poder; e também que devem ser eliminadas as pseudoquestões tradicionais — como a do conceito de *soberania.* O essencial é o conceito de acontecimento político a ser revisto, ponto de partida para uma história política compreensiva (Vandermeer), embasada em conceitos como sistema partidário, *períodos críticos,* além de maior abertura aos elementos culturais tidos até aqui como extrapolíticos. A concepção plural do público (receptor, audiência) e as perspectivas promissoras do conceito de *cultura política* (Vandermeer, Rémond) exemplificam talvez o quanto se tenta suprimir e inovar em história política.

Que temáticas seriam então possíveis a essa história? Vandermeer, muito preso às circunstâncias norte-americanas, sugere quatro: o comportamento eleitoral das massas (eleições, eleitores, voto partidário); os processos de votação no Congresso e legislativos estaduais (fidelidade partidária, ideologias, clientelismo ou patronagem); biografias coletivas (grupos políticos e burocráticos); instituições políticas e burocráticas.[33] Do lado francês, Julliard sugere como temas possíveis: os sistemas políticos (estruturas institucionais e funcionários); os agentes políticos (elites e massas); a dinâmica política (evolução dos regimes, reformas, revoluções). As sugestões dos demais não diferem muito desses padrões — insiste-se nos quadros institucionais e suas práticas, no pessoal político, partidos, eleições, manifestações populares, grupos de pressão, opinião

pública.

Em resumo, como nota Rémond,[34] o importante é deixar claro que o político existe, distingue-se de outros tipos de realidades, constitui algo específico, é irredutível a outras realidades, pode ser determinante ou determinado, é dotado de certa autonomia e é capaz de *imprimir sua marca e influir no curso da história;* ou ainda, como em Julliard, *é o acontecimento político que deve ser revisto, pois nem é autônomo, nem é simples subproduto.*

Por último, talvez seja oportuno mencionar ainda outros aspectos relevantes dos debates sobre história política e poder. P. Burke, *em A escrita da história,* destaca o fato de estar a história política dividida (nas instituições e entre os historiadores) entre dois tipos de preocupação: com os centros de governo (poder) e com as raízes sociais (da política e do poder). Em geral, nas pegadas de Foucault, o interesse maior é pelas investigações acerca das formas concretas que assume a luta pelo poder (e o seu exercício) em instituições como a família, a escola, a fábrica etc. Dentro da mesma tendência se situam os estudos de minorias, das relações entre gênero e poder e outros. Outro fato importante assinalado por Burke é a descoberta da cultura pelos historiadores políticos — a começar pelo conceito de "cultura política". Estão neste caso as interpretações políticas da literatura produzidas por alguns expoentes do *new historicism,* como Greenblatt[35] ou os numerosos estudos sobre linguagem e poder.[36]

Assim, se Rémond defende com convicção a necessidade e legitimidade da história política, Chartier, ao contrário, encara com enorme desconfiança o chamado "retorno da política", enquanto Burke prefere lançar uma provocação: a história política está às voltas com uma crise de identidade, pois, "se a política

está em toda parte, qual a necessidade da história política?"[37]

Sem reais intenções de sistematização e, ainda menos, de exaustividade, pretendeu-se *balizar* muito genericamente as relações entre história e poder na perspectiva da própria história da história. Questões importantes, algumas talvez essenciais, foram deixadas de lado, bastando neste caso citar o problema do discurso histórico em suas relações com a narrativa, o factual e a história política. Na verdade, os que mais lutaram pela *redenção* da história política não tiveram como premissa a necessidade de *retorno à narrativa* como se fosse esta condição *sine qua non* para a possibilidade de se produzir realmente uma nova história política; provavelmente o contrário disso é mais verdadeiro.

Poder e política na historiografia brasileira recente

A via de mão dupla que liga história e poder constitui o eixo a partir do qual se pode tentar perceber os caminhos da historiografia brasileira recente em geral; mas é especialmente no campo da história política que ele se faz mais evidente e necessário.

O caráter recente significa aqui a produção historiográfica realizada a partir de 1970. A opção pelo recente deriva de considerações teóricas e técnicas. Teoricamente porque, antes de 1970, predomina a historiografia política e esta é constituída em sua quase totalidade pelo modelo que denominamos de história política tradicional. Sendo assim, do ponto de vista técnico, seria impossível englobarmos praticamente toda a historiografia brasileira, ou quase.

A escolha de 1970, embora não deixe de ser um tanto arbitrária, visa a indicar a passagem das tensões e conflitos dos anos 60 às aparentes harmonias do milagre brasileiro dos anos

70. Acreditamos que tanto em termos de história quanto de poder, a periodização adotada atende perfeitamente aos nossos objetivos: às promessas de renovação e mudança, da sociedade e da historiografia, típicas de boa parte da década de 1960 (mesmo após o golpe de 1964), seguiram-se os anos de repressão institucionalizada — repressão política e ideológica nas instituições de ensino e pesquisa mas, contraditoriamente, institucionalização do ensino e da pesquisa na universidade a partir da implantação dos programas de pós-graduação, inclusive em história.

É esta entrada do poder em cena que constitui, no nosso modo de ver, a chave da decifração dos rumos historiográficos de 1960 até meados dos anos 80. Tal entrada em cena, prefigurada já a partir de 1964, passou a ser decisiva após 1969. Um outro dado importante é o fato de que houve no início da década de 1970 diversas avaliações críticas da historiografia brasileira: no I Encontro Internacional de Estudos Brasileiros (USP/IEB, 1971), na XXIII Reunião Anual da SBPC (Curitiba, 1971), no III Encontro Brasileiro sobre Introdução aos Estudos Históricos (Campinas, 1972), além de debates ocorridos nos simpósios nacionais da ANPUH realizados em 1971 (Goiânia) e 1973 (Belo Horizonte).

Para além da periodização, há alguns outros pontos a esclarecer, a começar pela abrangência da noção de *produção historiográfica,* mas envolvendo também o problema da relativização que entendemos necessária toda vez que se fizer alguma referência ao antes e ao após 1970. No caso da produção historiográfica, é importante notar que não ficaremos restritos aos *historiadores* e às *obras de história propriamente ditas* nem tampouco às obras individuais ou coletivas feitas ou programadas sob o influxo da Universidade, seja no país ou no exterior.[38]

Relativizar a respeito do antes e do após 1970 significa que é preciso estar com os olhos bem abertos para que seja possível observar as tensões existentes entre abordagens tradicionais e inovadoras em relação à história do poder e da política tanto nos anos que antecedem quanto nos que se seguem àquela data.

Antes de 1970 — e é dessa época que trata basicamente a citada *Historiografia brasileira contemporânea,* de Amaral Lapa —, os temas respeitantes ao poder apenas aparecem na historiografia quando referidos ao Estado. Trata-se portanto de uma história política de tipo tradicional — na verdade, a substância da história oficial que se pesquisava e ensinava. Após 1964 esta versão da história do Brasil passou a contar também com o apoio ostensivo dos aparelhos de Estado.

A partir de 1970, embora se mantivesse o apoio ideológico e repressivo do Estado à versão oficial, houve a progressiva contestação a esta história a partir de diversos lugares intelectuais, a começar por algumas universidades, mas não só. Os historiadores foram encontrando ou criando meios e modos de, em diferentes lugares e sob as mais variadas formas, introduzir, ao lado da crítica àquela história eminentemente política, novos métodos, abordagens e, sobretudo, novos objetos. A ampliação do diálogo com os cientistas sociais e a tomada de consciência política e teórica por muitos historiadores levou progressivamente ao processo de condenação da história política.

Para classificar os historiadores desse período, Lapa utiliza-se do critério geracional: os que nasceram nos primeiros 15 anos do século e aqueles nascidos nos anos 20 e 30. Os primeiros não eram historiadores profissionalizados na universidade, ao passo que os segundos já são aqueles profissionais formados nos cursos de história das faculdades de filosofia. Esta classificação, no

entanto, exige algo mais para que se possa compreendê-la bem; ela exige que se faça seu contraponto com a questão da hegemonia da historiografia política de tipo tradicional e com as tendências e manifestações que nessa mesma época se contrapunham a tal hegemonia.

O domínio, ou melhor, a hegemonia da história política tradicional com todos os seus conhecidos corolários temáticos e narrativos, seu caráter eminentemente factual ou *événementiel,* materializava-se então no ensino da história do Brasil a começar pelo das faculdades de filosofia. Nas publicações e nas teses defendidas nessa época evidencia-se o que afirmamos. Compulsando-se o catálogo das teses de doutoramento defendidas na USP até 1969, constata-se a seguinte distribuição cronológica de temas: Colônia — 43,5%; Império — 32,6%; República — 15,2%. A mesma tendência está presente nos projetos de pesquisa apresentados à FAPESP entre 1963 e 1969: Colônia — 33,85%; Império — 16,92%; República — 20%.

Infelizmente, no entanto, tais recenseamentos por grandes períodos da história política brasileira nada nos dizem acerca das temáticas concretas de cada trabalho. Além de tudo, há ainda muito que pesquisar acerca de outros centros de produção histórica — Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Pará e Goiás, principalmente. Ao que tudo indica, porém, se considerarmos os Índices da *Revista de História* (USP, até o número 80, 1959) e da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (UFMG, 1973), a presença e preeminência da história política mais tradicional sairão fortalecidas. Por último, o movimento editorial, analisado por Lapa a partir de quatro grandes coleções, caracteriza-se por um certo equilíbrio entre Colônia/Império e República. Para o ponto que aqui mais nos

interessa o fato importante é que as obras editadas foram, em sua quase totalidade, de história política.

Contrapondo-se ao peso da permanência da tradição historizante, as forças de mudança atuaram então de modos muito variados. Há, assim, para exemplificar, o papel das obras daquela *primeira geração de historiadores* e tudo que de fato representaram, ainda nos anos 50 e 60. Os livros de Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, José Honório Rodrigues, Nelson Werneck Sodré, bem como os textos clássicos de Victor Nunes Leal e de Raymundo Faoro, cada qual com sua especificidade e influência, apesar de quase nunca serem indicados à leitura dos jovens estudantes de história — o *establishment* da história política devotava-lhes solene desprezo — foram para muitos daquela segunda geração de historiadores a leitura paralela e obrigatória realizada quase sempre fora da universidade. Tais leituras, sempre muito variadas, logo iriam manifestar seus primeiros efeitos através dos trabalhos da nova geração historiadora. Pertencem afinal ao período citado os primeiros textos de Francisco Iglésias, Luis Henrique Dias Tavares, Amaro Quintas, e, no caso da USP, livros como os de Paula Beiguelman, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Edgard Carone, Bóris Fausto, Carlos Guilherme Mota, entre outros.

Começou-se a trabalhar então com novas perspectivas teóricas — e não nos referimos apenas a livros de história —, resgatando-se ainda objetos ignorados ou pouco freqüentados, e discutindo-se novos métodos. Pouco depois, em 1968, o livro *Brasil em perspectiva* viria a ser a melhor síntese dessas novas tendências historiográficas, assim como o *Brasil 1822 — dimensões* (1972).

Houve prenúncios e antecipações, mas também grandes resistências. Se, por volta de 1968, havia indícios que levavam a crer na superação das velhas concepções sobre o poder ainda vigentes em boa parte da historiografia, os novos ventos historiográficos não soprariam por muito tempo sem encontrarem os obstáculos da tradição e da repressão.

A referência aos *novos ventos* constitui talvez uma espécie de eufemismo, pois, na realidade, houve um vento mais forte — o *marxismo* —, e outros mais leves como o weberianismo, funcionalismo etc. Ao questionar tanto o ensino quanto a própria escrita da história do Brasil, o marxismo, ou as *visões genericamente marxistas,* abalaram a hegemonia de saberes e quadros institucionais e suscitaram em pouco tempo as reações de interesses pessoais e corporativos.

As críticas e questionamentos surgiram em locais diversos e assumiram aspectos variados. Eles estão, por exemplo, na história ainda não escrita dos cinco primeiros Simpósios Nacionais da ANPUH, nos dois primeiros Encontros de Introdução aos Estudos Históricos, nos estudos e trabalhos desenvolvidos em conjunto por historiadores e cientistas sociais da USP, reunidos estes últimos em redor de Florestan Fernandes. Mas estiveram presentes também no Rio de Janeiro, quer na antiga FNFi, onde o Boletim de História teve vida efêmera, quer no ISEB, onde foi produzida a História Nova, sob a orientação de Nelson Werneck Sodré. Não foi por acaso que a repressão que se iniciou em 1964 visou, na história e nas ciências sociais, aos núcleos inovadores acima citados. Retrospectivamente, lembramos ainda que foi em 1967 que se fundou o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, de importância vital para a renovação da pesquisa e da escrita da história política do Brasil contemporâneo.[39]

Tema também complexo é o da entrada dos *brasilianistas* na cena historiográfica brasileira. Pensamos que sua importância maior corresponde ao período pós-70 (quanto à história política, ao menos), quer em termos de trabalhos por eles produzidos, quer de sua influência direta na produção de dissertações e teses em alguns programas de pós-gradução em história.

A produção historiográfica da década de 1970 foi analisada por Lapa[40] e pode ser também observada quer através do Catálogo USP (1977), quer do catálogo organizado pelos coordenadores dos cursos de pós-graduação (1986), compreendendo teses e dissertações defendidas até 1985.

Verifica-se então que, até 1979, continuou a declinar o interesse pelo período colonial brasileiro — 13% — e a aumentar o número de trabalhos sobre o período imperial — 40,9% — e mais ainda sobre o republicano — 46 %. Em relação às preferências temáticas, Lapa, a partir de dados do Arquivo Nacional (1970-1979), chega aos seguintes percentuais: história política — 19%; história social — 17%; história econômica — 16%; história regional — 12%; biografia — 10%; história administrativa — 8%. Se considerarmos, ainda, que boa parte da história regional é história política e também o fato de que as biografias e as histórias administrativas são mais políticas do que qualquer outra coisa, a preponderância quantitativa da história política ficará ainda mais evidente.

As teses e dissertações defendidas nessa década e os projetos de pesquisa encaminhados às agências de fomento podem ser importantes indicadores de tendências, porém, quanto aos projetos, envolvendo agências federais e estaduais, não dispomos, por ora, de dados conclusivos a respeito das opções metodológicas e incidências temáticas predominantes. Quanto às teses e

dissertações, fica sempre uma pergunta ainda sem resposta: admitida a preferência pela história política, seria esta a tradicional ou a nova? Temos a impressão, até prova em contrário, que se tratava mesmo, na maioria dos trabalhos, da forma tradicional.

O movimento editorial revela-se ainda muito comprometido com a divulgação, na qual prepondera a tradicional tendência que concebe a história do Brasil como uma história essencialmente política. Apesar de tudo, houve também um espaço um pouco maior para textos inovadores, se bem que oriundos, em sua maior parte, da área de ciência política. A temática política foi também o forte de diversos livros de brasilianistas então publicados entre nós. Estes dois canais tiveram o mérito de promover a difusão de algumas perspectivas metodológicas e temáticas ainda novas para muitos historiadores políticos.

O balanço completo do movimento editorial dessa fase é algo por fazer — e o mesmo se poderia dizer quanto aos artigos publicados em revistas especializadas. Para além das editoras trabalhadas por Lapa, há que se levar em conta as publicações oficiais — de ministérios, do Legislativo, dos poderes estaduais e municipais, bem como as edições levadas a cabo pela Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional, Conselho Federal de Cultura, museus, institutos históricos etc. Como se pode perceber, muito trabalho antes de qualquer conclusão.

Os anos 70 constituem, assim, tanto um território historiográfico pouco explorado/conhecido como polêmico. Alguns historiadores vêm adotando uma perspectiva avaliativa que reputamos um tanto otimista. Resultante de balanços essencialmente quantitativos — crescimento da pesquisa, institucionalização da pós-graduação, aumento das defesas de

teses e dissertações, multiplicação de artigos de revistas e comunicações em congressos —, o diagnóstico favorável omite, na verdade, o fato de que ao lado dessa coluna de créditos falta ainda incluir-se a de débitos.

Pensamos, neste caso, em tudo aquilo que se deixou de fazer, criar, avançar e inovar em conseqüência dos constrangimentos institucionalizados — como controle e repressão — impostos ao trabalho intelectual. Lembramos também as exclusões do campo intelectual determinadas por cassações e exílios, tanto de pessoas como de idéias; recordamos a censura ou autocensura aplicada a temas, textos, conceitos e termos; as denúncias ideológicas e as vinditas pessoais; os obstáculos de toda ordem impostos ao exercício da crítica e à prática do debate intelectual; os "autores proibidos" etc. A tudo isso Lapa aplica a denominação de *atividade castradora do Estado;* mas é pouco, muito pouco, inclusive porque não se tratou apenas do Estado...

Contrastar os anos 80 com os 70 é quase obrigatório hoje. A produção deve refletir então a saída do túnel, a progressiva libertação em face do Estado. Houve novidades, certo, mas não existe consenso, por enquanto, entre os historiadores, a respeito da natureza, alcance e significação de tais novidades. Na realidade sequer há consenso avaliativo sobre elas — boas ou más para a história? Ainda agora, passada a metade dos anos 90, continuamos divididos a propósito da legitimidade dos novos objetos, métodos e abordagens que cresceram dentro da *oficina da história* justamente nos anos 80.

Para o período 1980-89 dispomos do trabalho elaborado por Fico e Polito[41] acerca da história do Brasil. Não sendo exaustivo, até mesmo em virtude dos critérios de seleção que adotam e das lacunas informativas por eles detectadas, os autores nos dão uma

idéia bastante satisfatória de aspectos essenciais da produção historiográfica. Há, ainda, o segundo livro escrito já citado de Lapa e algumas avaliações empreendidas por outros historiadores versando principalmente sobre as relações entre ensino e pesquisa histórica, com ênfase na questão do papel da universidade. Houve maior profissionalização, a produção cresceu e diversificou-se muito, consolidaram-se os cursos de pós-graduação, agora com vários de doutorado. Em resumo, a universidade consolidou-se como o espaço por excelência da produção do conhecimento histórico.

No interior desse quadro, coube à história do Brasil ampliar ainda mais sua presença no conjunto de cursos e pesquisas, embora as áreas de concentração tenham adotado em geral a denominação mais neutra de *história social.* Um dado interessante vem a ser o da ausência de cursos que se assumam como sendo de história política, ou que assim designem alguma de suas áreas de concentração. Quando muito, há exemplos de acoplamentos de política com sociedade, economia, cultura etc.

Importa aqui observar que ao longo da década ocorreram diversos remanejamentos ou redefinições de áreas de concentração e linhas de pesquisa e, em diversos casos, isso permitiu que a questão do poder ganhasse alguns espaços importantes a partir de perspectivas metodológicas variadas. Para o historiador interessado no problema do político, como poder ou como política, foi importante o papel desempenhado por alguns programas em ciências sociais, como o IUPERJ e o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o Departamento de Ciência Política da UFMG, em Belo Horizonte, os Departamentos de Sociologia e Ciência Política da USP e o IDESP, em São Paulo.

As teses e dissertações defendidas na década foram 85%

sobre história do Brasil, assim distribuídas: Colônia — 14,1%; Império — 26,6%; República — 59,2%. Ou seja, consumaram-se as tendências apontadas na década de 1970 com pequenas mudanças somente quanto às subdivisões no interior da República. Segundo Fico e Polito, depois dos trabalhos em história regional, que aumentaram muito no período, os temas mais freqüentes enquadravam-se em: história social, história econômica e história política (55 trabalhos no período). Nossas dúvidas persistem no entanto: o que pertence à história política dentre as histórias regionais? E quanto aos três períodos da história do Brasil?

Para compreender melhor o problema historiográfico que essas conclusões parecem apontar faz-se necessário explicitar duas das premissas em que elas se baseiam: primeira, uma história política entendida em bases tradicionais e desvinculada da problemática bem mais abrangente do poder; a seguir, a exclusão de todos os trabalhos cuja autoria ou *locus* acadêmico de sua produção não possam ser identificados/reconhecidos como sendo de história. Se tivermos presente o fato de que a renovação da história política em outros centros culturais passou e passa necessariamente pelo diálogo do historiador político com a sociologia, a antropologia e a ciência política; se lembrarmos também que essa renovação teria sido impensável sem a redefinição havida em função da problemática do poder, ficará evidente que, para detectarmos mudanças e inovações, é essencial sair do território do historiador tomado em seu sentido exclusivo. Caso contrário, iremos encontrar apenas o velho recitativo que constitui a história política tradicional, tal como a definiram, e criticaram, os *annalistes.*

A partir dos levantamentos minuciosos de Fico e Polito sobre

os periódicos e os artigos neles publicados, observa-se que as principais preferências temáticas e cronológicas se mantiveram estáveis (em comparação com os anos 70) e não diferem tampouco do que ocorreu no conjunto de teses e dissertações defendidas: Brasil Colônia — 16,9%; Império — 24,8%; República — 50%.

No âmbito dos eventos realizados nessa década, a começar pelos simpósios (nacionais e regionais) da ANPUH, é interessante constatar a presença significativa da problemática do poder, em novas abordagens, nas mesas-redondas e nas comunicações. As reuniões da SBPH propiciaram trabalhos e discussões sobre história política, sua renovação, problemas e perspectivas. Foram porém alguns grandes eventos dessa década que possibilitaram a visão mais clara e abrangente das transformações em curso na história política, a começar pelas novas abordagens de diversos temas reservados tradicionalmente a essa história. Dentre tais eventos destacam-se os seguintes: o Seminário sobre a Revolução de 1930 (CPDOC, 1980); o Colóquio Estado Novo e Autoritarismo (UFRJ, 1987); os dois colóquios Sombra e Luzes (IEA/USP-ANPOF, 1987-1989); o seminário Inconfidência Mineira e Revolução Francesa (UFOP, Mariana e Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 1989); o seminário A Revolução Francesa e o Brasil (UFRJ, 1989); os grandes seminários sobre a Inquisição (1987), Escravidão (1988) e, principalmente, do ponto de vista da história política, o Seminário Internacional — Centenário da Proclamação da República (USP,UFF, UFRJ, PUC, 1989).

A produção editorial, igualmente pesquisada e quantificada pelos autores citados, caracteriza-se pela dominância de temáticas como escravidão moderna, movimento operário, imigração, mas não há como inferir destes dados a presença de questões relativas ao poder e à política, podendo-se logicamente supor que

certamente essas questões não poderiam ficar ausentes das análises históricas daqueles temas. O fato é que coube à história política o segundo lugar (logo após a história social), com 169 edições e 129 títulos, com o predomínio dos trabalhos sobre o Estado (65 edições, 52 títulos), partidos políticos, em conexão algumas vezes com movimento operário, num total de 38 edições com 33 títulos.

Assim, apesar da intensa movimentação da mídia em torno dos chamados novos temas e novas abordagens — a chamada *nouvelle histoire* — o movimento editorial não discrepa muito do que se observa no campo das teses e dissertações — a novidade e o impacto desses novos temas ficam por conta de 91 edições em meio a um universo de 1.890 primeiras edições. Restaria, por último, tentar perceber a presença do poder em obras sobre bruxaria, magia, sexualidade, cotidiano e outros tópicos pertencentes a esse conjunto genericamente rotulado de *história das mentalidades*.

❖ 4 ❖

HISTÓRIA DAS IDÉIAS

Francisco Falcon

Pluralidade disciplinar e conceitual. Da história das idéias à história intelectual e/ou cultural

Pluralidade disciplinar

Empresa difícil esta de problematizar as relações entre idéias e história no campo da historiografia. Como não lembrar, por exemplo, que há vinte anos, o *lugar das idéias* estava na ordem do dia — estariam as idéias, no caso brasileiro, fora do lugar ou no lugar? Ainda hoje, quantas e quantas vezes lemos/ouvimos referências a um suposto "nível das idéias", sem esquecer as imagens que fazem das idéias entidades capazes de revelar/desnudar, ou de expressar/traduzir, desde que, evidentemente, não estejam descoladas da realidade.

Mais vivas do que nunca dentro da "oficina da história", as idéias produzem um efeito de sentido um tanto ambíguo toda vez que tentamos associá-las à história — que vem a ser exatamente a *história das idéias?* Uma disciplina que tem as idéias como seu objeto? Ou se trata de investigar a existência e trajetória das idéias, de algumas idéias apenas, quem sabe da própria história?

Como disciplina histórica, a história das idéias, apesar de

sua imponente longevidade e prestígio, teve contra si dois grandes adversários: a tradição marxista e a historiografia francesa dos *Annales*. A má vontade desta, talvez a mais difundida entre nós, foi sintetizada desde sempre por Lucien Febvre ao se referir a uma "história de idéias descarnadas". Além dessas inimizades bastante conhecidas, a história das idéias luta contra a ubiqüidade de seu próprio objeto — as idéias — que, em termos acadêmico-disciplinares, é reivindicado também pela história da filosofia e por diversas outras disciplinas das ciências humanas.

Ao acloparmos idéias e história a ambigüidade deste último termo permite a leitura da expressão daí resultante segundo duas claves bem diversas: como proposição ontológica que afirma a existência "real" das idéias *na história* (no sentido de matéria do conhecimento histórico); e como proposição epistemológica que garante a validade de um certo tipo de conhecimento histórico no qual as idéias constituem seu objeto. A primeira proposição conduziu à elaboração de "histórias", em diferentes tempos e lugares, baseadas na premissa de que as idéias se apresentam/desenvolvem na história de maneira independente ou autônoma em relação às demais regiões ou instâncias do real, quando não se afirma que só elas, as idéias, são "reais". A segunda proposição, ora aceita, ora recusada no curso da historiografia ocidental, constitui o tema específico deste capítulo.

Na atualidade, a história das idéias constitui apenas uma dentre as várias disciplinas históricas que possuem como objeto comum, mas não necessariamente exclusivo, as *idéias*. Segundo Chartier, "em França, a *história das idéias* praticamente não existe, nem como noção, nem como disciplina... e a *história intelectual* parece ter chegado demasiado tarde".[1] Tal situação já fora exposta por Ehrard na década de 1960, e sua evidência mais

incisiva está no conteúdo das diversas publicações dedicadas aos temas da *nouvelle histoire* — nenhum deles menciona sequer a história das idéias.[2] A historiografia francesa contempla coisas parecidas como a história social das idéias, ou a história sociocultural, além, é claro, da história das mentalidades.

Não será portanto na historiografia francesa contemporânea que se poderá encontrar a história das idéias mas, sim, em outras tradições historiográficas, como a germânica ou a italiana e, principalmente, a anglo-saxônia (britânica e norte-americana). O historiador norte-americano Robert Darnton, por exemplo, descreve quatro tipos de disciplinas que de alguma forma estudam as idéias:[3] (1) a história das idéias propriamente dita — o estudo do pensamento sistemático, ou seja, as idéias geralmente expostas em tratados filosóficos; (2) a história intelectual — o estudo do pensamento informal, climas de opinião, movimentos literários; (3) a história social das idéias — o estudo das ideologias e da difusão das idéias; (4) a história cultural — o estudo da cultura no sentido antropológico, inclusive as concepções ou visões de mundo e as mentalidades.

A multiplicidade de denominações conduziu em alguns casos a tentativas de estabelecer correspondências entre algumas delas, embora nem sempre bem-sucedidas. Segundo Chartier, diferenças terminológicas e conceituais apenas demonstram a inexistência de um objeto comum homogêneo. Boa parte dos historiadores prefere hoje em dia a denominação *história intelectual,* cujo campo abrangeria o conjunto das formas de pensamento, em lugar da tradicional história das idéias. O consenso é significativo quando se trata de afirmar as conexões entre a história intelectual e a história social e, ainda, os laços com a antropologia e a sociologia. Esta progressiva incorporação do social e, a seguir, do cultural é

descrita por Darnton como fruto de uma história intelectual que, partindo do nível letrado ou das elites, caminhou lentamente rumo ao nível iletrado ou popular.

As concepções de historiadores como Chartier e Darnton, apesar de diferentes, partilham do projeto de subsumir a tradicional história das idéias em alguma outra especialização mais nova ou moderna que tanto poderia ser a história intelectual como a cultural. No entanto, existe um dado interessante à margem desses esforços — a persistência de uma história das idéias, distinta daquelas outras denominações, sobretudo no ambiente cultural anglo-saxônio.

Krieger[4] sublinha o fato de que a distinção terminológica entre história das idéias e história intelectual, apesar de recente, incorporar na verdade uma diferença bastante antiga em termos dos conteúdos e métodos de cada uma delas. A história das idéias remete a textos nos quais os conceitos articulados constituem os agentes históricos primários, vindo a seguir as pessoas dos portadores desses conceitos, enquanto as chamadas relações externas são entendidas como simples condições de existência das idéias propriamente ditas; trata-se, segundo o mesmo autor, de uma *história que até pouco tempo atrás não constituía um campo histórico e sim o objeto de estudo de alguns departamentos de filosofia.* A história intelectual remete a textos bem mais abrangentes, uma vez que ela inclui as crenças não-articuladas, opiniões amorfas, suposições não-ditas, além, é claro, das idéias formalizadas. Além do mais, a história intelectual preocupa-se com a articulação desses temas às suas condições externas — "com a vida do povo que é o seu portador". Uma conseqüência interessante é assim a tendência da história intelectual de romper os limites disciplinares estabelecidos, já que visa a inserir o estudo

das idéias e atitudes no conjunto das práticas sociais.

Pluralidade/ambigüidade conceitual

Se, como vimos, a associação de termos como "história" e "idéias" suscita efeitos de sentido diversos, a análise de cada um desses termos em si mesmos não é menos complexa. Em relação ao termo "idéias" as questões conceituais e as tradições disciplinares conspiram no sentido de dificultar nossa tarefa, inclusive porque pairam muitas dúvidas sobre a natureza das disciplinas históricas que têm as "idéias" como seu objeto.

Idéias a propósito das "idéias"

Ainda que resumida, a história do conceito de idéia envolve uma tarefa impossível, já que ela se confunde com a história do próprio pensamento ocidental. Para os fins aqui pretendidos é suficiente mencionar alguns poucos aspectos dessa questão.

Os historiadores, de uma maneira geral, têm-se utilizado da noção de "idéia" mais tradicional ou "estática", a qual vem sendo substituída por concepções variadas e assentes no pressuposto comum do caráter "dinâmico" das idéias. Assim as tradicionais indagações acerca da "natureza" e "significação" tendem a ser substituídas por outras respeitantes a "como as idéias significam, se articulam umas às outras, são transmitidas ou recebidas", tudo isto no âmbito de um processo mais geral que é o da "produção do sentido".

A noção ou conceito tradicional de idéia é essencialmente representacional, imagético, como o consignam aliás os dicionários: "representação mental de um objeto ou fato". A perspectiva crítica contemporânea[5] empenhou-se em demonstrar a continuidade desse nosso "aprisionamento intelectual às

metáforas oculares gregas". De fato, para os gregos, era o "olho da mente" quem (re)apresentava os dados empíricos do "mundo exterior" ao *logos* ou intelecto (pensamento), única forma racional de passagem do conhecimento particular, na verdade um não-conhecimento, à contemplação dos conceitos universais — *teoria* — este sim um conhecimento verdadeiro. Prosseguindo nesse itinerário, constata-se que coube aos "modernos", sobretudo a Descartes, instaurar o princípio da desconfiança intelectual quanto à possibilidade de se conhecer o "existente" a partir dos dados sensíveis. Assim, posta em "dúvida" a "realidade do mundo exterior", postulou-se a existência de um outro "real", uma espécie de "duplo" daquele real empírico.[6] Dessa forma, o "real" percebido sensorialmente seria somente um "indício" ou "signo" daquele segundo "real" que se situa além das "aparências" do primeiro. Mas essa segunda realidade, a única verdadeira, somente é acessível ao olhar do intelecto do sujeito pensante — "o sujeito de todo conhecimento" — a mente ou consciência.

Nos séculos XVII e XVIII cristalizou-se o dualismo essencial entre corpo e espírito, tanto no raciocínio empirista e indutivo, quanto no idealista e dedutivo, pois em ambos é sempre ao "tribunal da mente, visto como espelho da natureza" que cabe proceder ao reconhecimento das idéias — dizer de seu caráter verdadeiro, ou não, enquanto representações reais dos fenômenos. Reside aí, portanto, aquele caráter "representacional" imputado às idéias, assim como deriva daí a função-chave atribuída desde então à epistemologia: a de ser, no dizer de Rorty, uma teoria dos fundamentos de todo conhecimento e de todas as representações.

Mas o cerne dessa tradição — a certeza de que as idéias ou conceitos são significantes que remetem a significados relativamente fixos e precisos — viu-se abalado, ao longo do

século atual, pelas reflexões de Peirce, Dewey, Heidegger, Wittgenstein, entre muitos outros. Lingüística, semiótica, retórica, teoria da comunicação convergiram num ponto: a implosão da concepção meramente representacional das idéias.

Com o advento da lingüística de Saussure e seus epígonos, e a evidenciação dos "jogos de linguagem", além dos avanços realizados em campos como o da sociolingüística, da semântica histórica, da pragmática discursiva e enunciativa e da teoria da recepção, as maneiras de enfocar a problemática das idéias galgaram patamares novos e complexos.

Hoje em dia, para exemplificar, as indagações se dirigem ao texto ou ao discurso, e também à mensagem, mas sempre de olho na *intertextualidade* e na *contextualização*. Em Foucault, por outro lado, as idéias estão depuradas da "velha problemática humanista do sujeito", ou seja, da "consciência cartesiana", e o que importa são as chamadas *formações discursivas* possíveis no âmbito de cada "episteme", o "regime de tais práticas" e a "ordem do discurso" que as caracteriza.[7]

Os exemplos disponíveis são, na realidade, quase infinitos e limito-me apenas a dois dos mais conhecidos — Verón e Skinner.

Verón principia com uma ironia. Segundo ele, se alguém quiser saber algo a respeito das "idéias" — sua natureza, origem etc. — não demorará muito a se dar conta de que está em face de uma noção que "parece gozar de uma espécie de imunidade pois, em contextos teóricos sumariamente elaborados, em que numerosos conceitos são submetidos a uma reelaboração enérgica, as 'idéias' aparecem como que protegidas por uma certa ingenuidade".[8] Ainda segundo Verón, a noção (corrente) de idéia arrasta consigo uma concepção estática e representacional dos processos de significação e "implícita ou explicitamente se entende

como um repertório de imagens".

É a essa visão tradicional que Verón procura contrapor a das "idéias como sistemas de relações" que devem ser especificadas em termos de sistemas de operações, ou seja, é necessário ter presente que um texto ou mensagem não possui um sentido qualquer "fora da especificidade do sistema de operações semânticas que define sua recepção pelos destinatários". Em síntese, é imperioso passar-se da "concepção representacional à operacional da significação", ou seja, da noção de *idéia* à de *signo,* uma vez que se trata de "processos" e não de "entidades". Para Verón, portanto, a rigor não existem "idéias" classificáveis em si mesmas como éticas, estéticas, literárias, jurídicas etc. Como signo que é, a "idéia" pode sempre desempenhar diversas funções.

As propostas de Verón colocam sérias dúvidas quanto às formas utilizadas tradicionalmente pelos historiadores para lidarem com as "idéias", a começar pelas conhecidas especializações historiográficas como "história das idéias econômicas", "políticas", "sociais" etc. Vejamos então como um historiador das "idéias políticas" inova também na abordagem das idéias.

Para Skinner[9] a questão básica vem a ser a do *risco do anacronismo,* sempre presente nas tradicionais histórias das teorias políticas e sociais. Este risco tanto existe em textos que tratam de conceitos gerais ou "universais", como os de liberdade, justiça, igualdade, democracia etc., quanto em análises dos chamados "textos fundamentais" de "grandes pensadores". Em um e outro caso a abordagem tradicional mostra-se "incapaz de recuperar a identidade histórica precisa de um dado texto".

Desenvolvendo sua análise, Skinner sublinha um fato para ele essencial: os conceitos ou as "idéias" não se esgotam uma vez

(re)conhecido o seu significado; é necessário saber quem os maneja e com quais objetivos, o que só é possível através do (re)conhecimento dos vocabulários políticos e sociais da respectiva época ou período histórico, a fim de que seja possível situar os "textos" no seu campo específico de "ação" ou de atividade intelectual.

Em sua teorização, Skinner sublinha o caráter performático da linguagem, na trilha aberta por Austin e Searle, querendo assim frisar o fato de que quando se fala, escreve ou edita *não só se executa uma ação mas se fala sobre esta ação.* Assim, o historiador deve estar muito atento ao fato de que os usuários da linguagem não se limitam a enunciar verbalmente ou por escrito; na realidade eles discutem, interpelam ou respondem a outras "falas" — *speech acts.* Daí a exigência de contextualizações rigorosas no trato das "idéias" que se observa nos trabalhos de Skinner, Pocock, Dunn e vários outros historiadores.

Se o exame das "idéias" a respeito das "idéias" nos levou ao campo da filosofia, daí ao da lingüística/semiótica e, a seguir, à história das idéias, é provável que nossa tese inicial esteja agora mais evidente: as relações geralmente mantidas pelos historiadores com as "idéias" são no mínimo precárias.

Tentar explicar as razões dessa tradição dos historiadores exigiria outro texto, mas é possível aqui indicar três fatores importantes. O primeiro é a reconhecida indiferença de muitos historiadores a respeito das questões conceituais, vistas como abstrações filosóficas complicadas e/ou inúteis. O segundo, antídoto ou complemento do primeiro, é o hábito que costumam ter os historiadores de admitir *a priori* a transparência do sentido como algo intrínseco aos conceitos utilizados na escrita da história, fato já observado por Veyne[10] ao comentar como os

historiadores se utilizam com a maior naturalidade de toda uma gama de categorias, conceitos e noções que ora remetem ao senso comum, ora a horizontes teóricos específicos, sem se darem a mínima conta das suas implicações e dificuldades, as mais simples. Finalmente, além dessa indiferença e “ingenuidade”, é necessário mencionar um terceiro fator — as relações entre “idéias” e “ideologias”, pois o termo *ideologia* conota sempre algum tipo de referência às “origens” e ao “papel” das idéias, ou de certas idéias. No entanto, este é um mero lembrete, já que foge aos objetivos deste capítulo a análise dos diferentes conceitos e teorizações respeitantes às ideologias.

A história da “História das Idéias”

Séculos XVIII e XIX

A Ilustração, em sua “conquista do mundo histórico”,[11] conferiu às idéias um papel histórico decisivo. A “história filosófica” iluminista foi elaborada a partir de algumas idéias-chave — princípios e valores — admitidas como fundamentos de toda compreensão histórica. Mas não se trata ainda de uma história das idéias e, sim, de uma história geral da civilização centrada no conceito de *cultura,* ou melhor, numa certa idéia de cultura. O papel das idéias é mais evidente na visão iluminista do processo histórico real. Aqui, certamente, a concepção iluminista faz o contraponto à visão teológico-cristã, oriunda de Santo Agostinho, secularizando-a, transpondo-a do transcendente ao imanente, humanizando-a enfim. Trata-se porém de uma filosofia especulativa da história, teleológica e secular, sem dúvida, mas não existe ainda o recorte das “idéias” enquanto objeto específico de uma forma particular de historiografia.

A historiografia do século XIX desenvolveu-se segundo dois percursos metodológicos aos quais Gusdorf[12] denomina de "duas perspectivas de inteligibilidade" das ciências humanas em geral: a perspectiva "discursiva e explicativa" e a "compreensiva e historicista". A primeira visa a produzir um saber organizado segundo o modelo das "ciências da matéria" — relações explicativas no seio de uma realidade distribuída num espaço e tempo racionais. Seu ideal de "positividade" tem por objetivo chegar a leis de tipo matemático. Logo, é necessário que as ciências do homem sejam objetivas e, se possível, experimentais — quer dizer, "ciências de *coisas*". A segunda, típica das ciências filológicas e históricas, sublinha no homem, para além do organismo e da espécie, o ser pensante, falante e capaz de agir sobre os acontecimentos. Logo, é insuficiente a mera "observação objetiva" pois esta não pode captar o sentido de uma fala ou de uma ação. Para que tal sentido se torne manifesto é necessária uma "interpretação compreensiva" que considere os contextos interno e externo da mentalidade do sujeito. É o que no final do século seria sintetizado por Dilthey (1883): "Explicamos a natureza, mas compreendemos o homem."

Em função desses pressupostos metodológicos mas, em certa medida, harmonizando-os com a tradição da historiografia, dividimos nosso tema, quanto ao século XIX, em dois períodos: o primeiro, de começo do século até mais ou menos 1870; o segundo, daí até o começo do século XX.

O primeiro caracteriza-se pela oposição entre o romantismo — enquanto crítica do iluminismo — e o positivismo — como continuação, em novas bases do pensamento iluminista. Segundo Topolsky,[13] as duas "escolas" historiográficas — a romântica e a positivista — compartilham, se bem que em graus diversos e de

formas variadas, o que ele intitula “modelo de reflexão erudita e genética”.

Os historiadores românticos opuseram ao universalismo e naturalismo iluministas a individualidade histórica irredutível dos povos ou nações e do próprio indivíduo. A história deveria ser sempre a história do que é individual ou único. Contra a “tirania” da razão iluminista, os românticos deram preferência à intuição e à imaginação; o orgânico, a tradição, a linguagem é que constituem a *história verdadeira.* Assim, é no particular que se manifesta a presença do universal, é na diferença, e não em princípios universais, que a história se concretiza. Enfim, história é *vida,* e esta é *variedade e diferença.*

Do ponto de vista historiográfico é inegável que a partir desses princípios o romantismo produziu desenvolvimentos originais, quer em relação à “história-matéria”, quer à “história-disciplina”.

A visão romântica da história real consubstanciou-se em sua concepção dessa história como “singular coletivo, temporalizado e imanente, racional e universal, dotado de uma dinâmica própria e em processo de constante aceleração”.[14] O idealismo romântico produziu as filosofias especulativas da história de Herder, Schilling, Fichte e, sobretudo, Hegel. As idéias possuem agora uma existência real ou objetiva e se constituem em princípio constitutivo do devir histórico.

No campo do conhecimento histórico, o romantismo traduz a articulação, em termos de coexistência e conflito, entre a especulação filosófica e as exigências eruditas da crítica documental, objetivando a verdade histórica. Síntese e tipificação exemplar das ambigüidades dessa historiografia romântica, a escola histórica alemã — de Humboldt, Niebuhr e Ranke —

condensa e concretiza, no dizer do citado Gusdorf, um "paradoxo epistemológico", ou seja, uma "epistemologia histórica que se desenvolve em oposição à explicação discursiva e redutora".

Reside talvez nesse paradoxo a confusão ainda presente na historiografia a respeito ora do "positivismo", ora do "historicismo" dessa escola. Sua metodologia histórica e crítica para a interpretação rigorosa dos textos, exposta através de princípios metódicos "objetivos" baseados na erudição, levou muitos a chamá-la de "positivista". No entanto, tal definição silencia a essência da interpretação historicista (ou historista) — seu conceito de *idéia* e o papel desta na produção do conhecimento histórico. Sua exposição mais completa encontra-se num texto de W. Humboldt (1821), intitulado *A tarefa do historiador.* Rejeição do empirismo positivista, ênfase na compreensão do individual e específico, intuição da *idéia* de cada época, tais são alguns dos tópicos do ensaio de Humboldt.

Percebe-se então que *idéia* é a "idéia de uma realidade — o real histórico, único, singular". Podemos assim compreender o sentido preciso da famosa frase de Ranke (tão citada e tão mal interpretada ainda hoje): "A tarefa do historiador é expor aquilo que realmente aconteceu." Em Ranke, tal como em Humboldt, são ainda as idéias que realizam, na história, a síntese do particular e do universal. Aparência e essência não existem separadas — cabe ao historiador apreendê-las enquanto idéia nos próprios eventos, utilizando-se do intelecto e da imaginação criadora, com base na sua experiência e na investigação do real. Assim, as idéias não são algo acrescentado à história e exterior a ela mas, ao contrário, algo que aparece na conexão natural das coisas e que assim podem ser aprendidas pelo historiador.[15]

A historiografia romântica desenvolveu-se em todos os países

europeus e assumiu em cada um deles características específicas. Na França e na Grã-Bretanha, por exemplo, assim como nos países ibéricos, essa historiografia teve fortes conotações político-ideológicas, daí o hábito de subdividi-la em duas vertentes: uma conservadora, mais tradicionalista, e outra dita "progressista". No entanto, em relação ao que nos interessa — a história das idéias — essa historiografia romântica apenas realçou o papel de determinadas idéias no acontecer histórico, mas não levou a uma historiografia específica, nem tampouco produziu uma concepção estruturada e coerente sobre as idéias e seu papel na história e no trabalho do historiador, salvo no caso germânico.

Na realidade, França e Grã-Bretanha foram cenários privilegiados do desenvolvimento da perspectiva discursiva e explicativa já referida. Surgida ao mesmo tempo que a última fase da historiografia romântica (1830-1850), esta nova perspectiva cresceu até 1870 e a partir de então se tornou hegemônica. Dita "positivista", essa historiografia foi na realidade evolucionista e cientista, e compreendeu de fato três grandes vertentes, em função de suas diferenças quanto à natureza da história e do conhecimento histórico: (1) a que se baseou no positivismo propriamente dito — de Comte e Stuart Mill —, com características mais empiristas na Grã-Bretanha e mais cartesianas e algo espiritualistas na França; (2) o evolucionismo darwinista, exemplificado por Spencer e Buckle; (3) o materialismo histórico de Marx e Engels, no qual a dialética se propõe como superação tanto do positivismo como do idealismo.

O advento de uma historiografia cientista representou também uma ruptura com a situação descrita mais tarde por Langlois e Seignobos: "Até por volta de 1850, a história continuou a ser, para os historiadores e para o público, um gênero literário."

Tratava-se, agora, de uma historiografia erudita, exigente quanto ao método e atenta ao imperativo de deixar "os fatos falarem por si mesmos". Seu material quase exclusivo eram as "fontes documentais" e, se o "objeto da história" continuava a ser problemático, cabia buscar na objetividade e nos rigorosos procedimentos do "método histórico" a garantia de cientificidade do conhecimento histórico. Em função dessa "metodologia científica" desenvolveu-se, no dizer de Croce, "uma historiografia sem problema histórico".

No espaço historiográfico desse "positivismo metodológico" a compartimentalização disciplinar deslocou e pluralizou a história das idéias. Multiplicam-se os livros que abordam a história das idéias "isto" ou "aquilo" (literárias, filosóficas, artísticas, políticas etc.). Abordadas segundo os princípios metodológicos da "escola metódica",[16] ou segundo o modelo erudito e genético (Topolsky), essas histórias particulares ou especializadas das idéias constituem narrativas pormenorizadas que alinham os autores e suas obras em função de "escolas e/ou tendências". Sucessão cronológica de "reações" e "influências", tais relatos, repletos de incontáveis notas eruditas, pressupõem um tempo homogêneo e linear em que a continuidade é a regra e o contexto histórico mero ornamento. Instaurou-se assim aquela "história de idéias descarnadas" ironizada por Febvre.

Antes de encerrarmos esta parte, pensamos que é interessante retomar as três vertentes já mencionadas. Com efeito, Comte e Stuart Mill, Spencer e Buckle, Marx e Engels, se bem que em claves diferentes, postulam para as idéias explicações que, embora muito distintas, possuem uma premissa comum: as idéias são produtos socialmente determinados; não constituem uma esfera distinta e separada da existência social (origem divina,

dependência da alma, da consciência ou da natureza humana). Por outro lado, investidas de funções autônomas ou distintas, ou mesmo “especializadas”, as idéias dão unidade estrutural à história.

Esta função unificadora é vista em termos de dinâmica social por Comte e Mill, e de superestrutura por Marx e Engels. Para os primeiros, as idéias operam historicamente por intermédio da elite intelectual na qual elas predominam e, assim, são, segundo Krieger, o “primeiro agente do movimento social (isto é) a cadeia central à qual se ligam todos os demais elos dos progressos sociais”. Logo, as idéias são os agentes determinantes das leis universais do progresso. Bem outra, como se sabe, é a posição de Marx e Engels em *A ideologia alemã.* A crítica é aqui dirigida ao idealismo e à sua concepção de que as idéias possuem uma existência própria, fora do mundo real, ou seja, da história enquanto totalidade. Na prática, as idéias tanto podem desempenhar um papel regressivo como progressivo em relação ao processo histórico real. Quando seu caráter é regressivo, quer dizer, quando as idéias não estão conectadas à práxis revolucionária, elas são, na verdade, ideologias.

Em conclusão, a herança do Oitocentos, quanto à história das idéias, foi contraditória e fragmentada. Ao iniciar-se o século atual não existia ainda, a rigor, como disciplina, essa história, salvo se assim considerarmos as múltiplas histórias “positivistas” setoriais ou especializadas.

Século XX

A historiografia das “idéias” diversificou-se bastante no século atual. Para abrangê-la numa síntese é inevitável a introdução de algum tipo de periodização e classificação.

Tentamos delimitar algumas épocas ou etapas mais gerais e, a seguir, definir ou identificar as correntes ou tendências teórico-metodológicas mais importantes em cada uma delas: (1) 1890-1929/30; (2) 1929/30-1960/70; (3) 1960/70-1990/95.

Como sempre ocorre com periodizações, é impossível também no presente caso evitar uma certa dose de arbítrio e imprecisão na fixação das datas iniciais ou terminais. Consideramos particularmente problemática e difícil a escolha de 1929/30 como limite e não teria sido absurdo deslocá-lo para 1939 ou 1945. Ao longo da exposição discutiremos os prós e contras de uma e outra destas datas, nenhuma delas indiscutível, por sinal.

Na realidade tais marcos cronológicos funcionam apenas como orientadores temporais de acesso às questões em debate e às abordagens, modelos e métodos neles propostos.

1. O período 1890-1929/30

A delimitação deste período visa a recuperar a importância dos anos de 1890 a 1914 para a compreensão da história intelectual do século XX.

Contrariamos assim a tendência atual dos historiadores das idéias e da cultura de partirem do primeiro “pós-guerra” e recapitulamos os traços principais da riqueza da *Belle Époque* no campo da história intelectual e cultural.

O período que se inicia aproximadamente em 1890 tem sido rotulado de maneiras as mais variadas: Hughes,[17] de olho no conjunto da vida intelectual de então, denomina-o de época da “revolta antipositivista”; o já mencionado Topolsky, atento exclusivamente às “formas de reflexão historiográfica”, associa-o ao advento do “modelo de reflexão estrutural ou integral”.

"Revolta antipositivista". Esta expressão traduz, na opinião de Hughes, o elemento comum presente nas diversas correntes intelectuais de então. Outras denominações criadas com o mesmo fim — "neo-romantismo", "neo-historicismo", "antiintelectualismo", "irracionalismo" etc. — seriam menos precisas e abrangentes, já que estão presas às características das tradições histórico-culturais de ambientes intelectuais específicos. O caráter "antipositivista", pelo contrário, indica que o alvo comum, acima dessas diferenças, eram sempre as "teorias filosóficas e sociais típicas dos séculos XVIII e XIX", quer dizer, em síntese: o "pensamento iluminista".

Hostilizar o positivismo era recusar o cientismo então reinante, ou melhor, era rejeitar uma certa forma de positivismo cujo erro fundamental, segundo seus críticos de então, era o de pretender tratar as "ciências do homem", ou do "espírito", segundo analogias derivadas do paradigma das ciências naturais. Ignorantes das diferenças essenciais entre matéria e espírito, ou entre natureza e história, os positivistas tentavam aplicar à esfera social humana suas categorias explicativas, físicas ou biológicas, como: materialismo, evolucionismo, mecanicismo, naturalismo, determinismo etc.

Todavia, a crítica antipositivista não era necessariamente "irracionalista". Para a maioria desses críticos, ela era exatamente o oposto: a razão é que precisava ser defendida e resgatada, tanto quanto o livre-arbítrio, a vontade, o papel do indivíduo, o valor da consciência etc., em face dos determinismos de todo tipo. Mais uma vez, não era a razão, entidade abstrata, que se rejeitava mas sim um certo tipo ou concepção de razão — a *razão iluminista.*

A "revolta antipositivista", sublinha Hughes, foi levada a cabo por intelectuais, burgueses em sua grande maioria, que

rejeitavam um “positivismo materialista” cuja expressão aberrante e perigosa era com toda a certeza o *marxismo* — “a última e a mais perigosa de todas as ideologias abstratas e pseudocientíficas que desde princípios do Setecentos fascinaram os intelectuais europeus”.[18]

O panorama intelectual dessa “revolta” compreende: (1) as críticas endereçadas ao marxismo de então por autores como G. Durkheim, V. Pareto, B. Croce, J. Sorel etc.; (2) a “descoberta” do “inconsciente” — Freud, Jung, Bergson; (3) o retorno neo-idealista de Kant e/ou Hegel, Dilthey, Rickert, Simmel, Croce, Meinecke, Troeltsch; (4) as releituras de Maquiavel, Pareto, Mosca, Michels; (5) a tentativa de superar/conciliar positivismo (cientismo) e idealismo (historicismo), de que Weber dá o melhor exemplo.

Das inúmeras idéias expostas ou discutidas por esses pensadores, as principais foram provavelmente as seguintes: (a) o problema da consciência e o da natureza e papel do inconsciente; (b) os significados complexos das noções de “tempo” e “duração”; (c) as especificidades reais do conhecimento na esfera das “ciências do espírito”, ou ciências humanas, e seus problemas para a teoria da ciência; (d) a introdução de novos conceitos, como “representações coletivas”, “mitos políticos”, “derivações”, “elites políticas”, “visões de mundo”, “espírito de época” etc.

Cremos que é fácil perceber agora, dada a complexidade do pano de fundo intelectual anteriormente esboçado, nossas próprias dificuldades em relação ao panorama da história das idéias nesse período. É provável que esta história tenha sido mais favorecida que prejudicada por um clima intelectual “genericamente idealista” e sensível à recuperação da antiga tradição ocidental tendente a hipervalorizar o papel das idéias na história. É o que se deduz, por exemplo, da interpretação de

Krieger, segundo a qual teria sido então que "a história das idéias finalmente emergiu, como história intelectual, no campo da historiografia". Talvez um tanto exagerada, esta afirmação pode ser útil para sublinhar um possível ponto de partida historiográfico.

Todavia, é suficiente comparar as perspectivas desenhadas por Burke[19] e Krieger para perceber a pluralidade de concepções já então existentes no âmbito da historiografia.

Burke considera o horizonte mais amplo da história cultural — na qual presumivelmente se inclui a história das idéias. Segundo este autor, no período entre-guerras, na geração posterior a Huizinga, foram propostas cinco alternativas ao modelo vigente cujos expoentes eram Burckhardt e o próprio Huizinga: (1) o modelo marxista representado, por exemplo, por Frederick Antal, Arnold Hauser e Francis Klingender; (2) o modelo francês de "história de mentalidade", exemplificado por Marc Bloch e Lucien Febvre; (3) o modelo norte-americano de *"history of ideas"* associado a Arthur Lovejoy e seus discípulos; (4) a abordagem de Warburg em termos de tradição, exposta pelo professor Trapp; (5) a abordagem de Norbert Elias sobre o processo de civilização.

Krieger,[20] por sua vez, escreve que a "história intelectual moderna corresponde a cinco escolas" (na primeira metade deste século): (1) a historicista germano-italiana; (2) a sociointelectual dos historiadores dos *Annales;* (3) a corrente da "história das idéias" de A. Lovejoy; (4) a da *New History,* de I.H. Robinson; (5) a de historiadores de "teorias variadas ou setoriais" (filosóficas, artísticas, literárias, políticas), a exemplo de J.B. Bury, os quais ajustaram seus objetos especiais ao "novo padrão de pesquisa histórica, podendo-se agrupá-los em "historicistas" e

"sociointelectuais"".

Como se pode ver, existem alguns pontos comuns a estas duas classificações e, o que é mais importante, verifica-se a dificuldade (já então) de se pensar uma história das idéias ou intelectual distinta da história cultural. O próprio Krieger, por sinal, reforça esta impressão quando, depois de comparar as escolas européias e norte-americanas, conclui que havia, na verdade, somente duas tendências básicas — a historicista (reunindo a primeira, terceira e parte da quinta) e a sociointelectual (englobando a segunda e a outra parte da quinta).

Uma das objeções que temos à aproximação excessiva efetuada por Krieger entre a *New History* norte-americana e os *Annales* franceses, sob o rótulo de sociointelectuais, é o fato de ela não considerar que a *New History* atribuiu grande importância à história das idéias, como o demonstram os trabalhos de C. Brinton, C. Becker e H.E. Barnes, ao passo que os *Annales* condenaram, em princípio, a "história das idéias" tradicional e admitiram sua abordagem somente em contextos mais amplos, a partir de teorias psicossociais ou lingüísticas.

Até 1929/30, ao lado da historiografia "positivista" dedicada à produção de múltiplas "histórias das idéias", setorizadas de acordo com as variadas disciplinas especializadas então existentes, expandiu-se o prestígio do historicismo, quer na sua vertente germânica, quer na italiana, em função da difusão dos textos de Dilthey e Croce, com destaque também para as obras do espanhol Ortega y Gasset.

2. O período 1929/30-1960/70

A partir de 1929/30, o surgimento de algumas novas e promissoras correntes historiográficas, sobretudo na França e nos

EUA, conduziu lentamente à rejeição quer do “positivismo”, quer do “historicismo”, cuja crise e simbiose com o primeiro contribuíram bastante para o descrédito em que tombou a história das idéias em alguns países ocidentais. Mas esta é provavelmente uma outra história...

Neste período, antes de focalizarmos as novas tendências, é necessário não perder de vista as continuidades e permanências historiográficas. Prosseguiu, e prosseguiria por muito tempo ainda, do ponto de vista quantitativo da produção e da influência político-institucional, a hegemonia “positivista”, fato este que tende a ser escamoteado por algumas visões retrospectivas triunfalistas. No entanto, mais que essa “sobrevida” do positivismo, preocupam-se os círculos intelectuais de então com as relações complexas do historicismo com o marxismo. No fundo, tratava-se ainda do antagonismo entre o idealismo (kantiano ou hegeliano) e o materialismo (marxista).

O momento e a substância do famoso livro de K. Mannheim, *Ideologia e utopia* (1929), expressam e condensam o cerne do debate: Qual o verdadeiro estatuto teórico das “idéias” (e ideologias)? São elas realmente autônomas, isto é, possuem sua própria história, ou são socialmente determinadas — como no modelo “sociointelectual” de Krieger? O mesmo se pode afirmar, mas em sentido inverso, do conhecido livro de Popper — *Miséria do historicismo* (1938).

O historicismo e o marxismo eram já os interlocutores, ou adversários, com ou contra os quais as novas propostas historiográficas se sentiam forçadas a assumir suas posições, muitas vezes não isentas de inúmeras ambigüidades. Quanto ao positivismo, bem, este era o “saco de pancada” a respeito do qual todos estavam praticamente de acordo em bater, enquanto se

apropriavam dos seus métodos de crítica documental.

- *O HISTORICISMO.* Como já adiantamos, o historicismo valorizou uma concepção de história das idéias distinta das outras histórias. A questão, hoje, é que os autores que se empenharam nessa tarefa eram, quando muito, filósofos-historiadores em sua maioria. Além disso, o destaque por eles concedido às idéias revestiu-se de evidente unilateralidade, ou por preconizarem uma história imanente das idéias, isto é, elaborada unicamente a partir da gênese, evolução, irradiação e essência das próprias idéias, ou por assumirem uma perspectiva "culturalista" individualizada e idealista a respeito do próprio conceito de cultura.

  Tratava-se de apreender, neste caso, a estrutura ou configuração geral e típica de cada realidade/época histórico-cultural e, como é fácil deduzir, caberia às idéias fornecer essa configuração que "faz de cada época algo de único" e constitui ao mesmo tempo o vetor explicativo de sua cultura, quer dizer, sua "visão de mundo" ou *Weltanschaung.* Em Meinecke,[21] por exemplo, essa concepção "expressiva" é clara: as relações entre as idéias, seus conflitos, *refletem* e *expressam* os conflitos políticos e sociais de cada época histórica. Em Cassirer[22] são as relações entre as idéias que permitem ao historiador conhecer a "fenomenologia do espírito de uma época".

- *O MARXISMO.* Influiu sobre os rumos da história das idéias em sentidos geralmente contraditórios e às vezes opostos. Tal fato foi a conseqüência inevitável do percurso histórico das idéias marxistas e da sua progressiva divisão e subdivisão em diversas correntes e tendências, desde o período entre-guerras.

  A realidade desse processo de estilhaçamento das

concepções marxistas é claramente perceptível nas próprias formas utilizadas pelos historiadores para o seu estudo. Assim, antes de 1914/18 predomina o critério geracional na literatura sobre o assunto, como o faz, por exemplo, Anderson,[23] ao analisar a "primeira geração" de políticos e pensadores marxistas (Plekhanov, Kautski, Mehring, Labriola) e a "segunda geração" (Rosa de Luxemburgo, Bauer, Hilferding, Trotski, Lenin e Bukharin). No entender de Fontana,[24] a conjuntura histórica correspondente à primeira geração acentuou o processo de "desnaturalização do pensamento histórico marxista", ao passo que a segunda geração tentou ao mesmo tempo "decifrar as leis fundamentais do capitalismo" em seu estágio imperialista e produzir uma teoria política marxista. Percebe-se então que até o término da Primeira Guerra Mundial não houve espaço para uma abordagem específica das idéias ou mesmo da cultura entre os marxistas.

A partir de 1918 os autores não mais se referem a "gerações" mas, sim, à diferenciação cada vez maior entre o marxismo soviético e o "marxismo ocidental". O primeiro, cujas principais características, positivas e negativas, foram analisadas por Cardoso,[25] além dos já citados Anderson e Fontana, não tem maior interesse para o que agora nos preocupa. Já o segundo, pelo contrário, tem tudo a ver. Trata-se aí, na verdade, do processo de lenta maturação do "marxismo ocidental" (Anderson) ou, segundo Fontana, da consolidação da resistência à "desnaturalização economicista e cientificista" do próprio marxismo.

O estudo desse marxismo ocidental implicaria a tarefa de aqui analisarmos as obras dos intelectuais do *Instituto de Investigação Social de Frankfurt*, isto é, a Escola de Frankfurt; "a

teoria crítica" e sua "dialética negativa". Basta no entanto citar os seus nomes mais conhecidos — Theodor Adorno, M. Horkheimer, H. Marcuse, E. Fromm, J. Borkenau, L. Lowenthal, J. Neuman, bem como, segundo alguns historiadores, W. Benjamin —, para que se evidencie a inviabilidade de tal análise.[26]

Acrescente-se, ainda, a esta fase inicial do marxismo ocidental, os primeiros textos, hoje clássicos, de G. Lukács, K. Korsch e A. Gramsci, todos em rota de colisão com o dogmatismo e o empobrecimento teórico do marxismo típicos da III Internacional. Como escreveu Lukács, "nos anos 20, Korsch, Gramsci e eu tratávamos, cada um a seu modo, de fazer face ao problema da necessidade social e à interpretação mecanicista... Herdamos este problema, porém nenhum de nós — nem mesmo Gramsci que era o melhor de todos nós — conseguiu resolvê-lo".[27]

Neste passo, talvez devamos lembrar alguns dentre os muitos acontecimentos dramáticos dessa época, a fim de contextualizar, em linhas muito gerais, o ambiente em que tais debates se desenvolveram: a ascensão dos movimentos, partidos e regimes fascistas; a Grande Depressão; a Guerra Civil Espanhola; os totalitarismos nazista e stalinista; a Segunda Guerra Mundial.

As perseguições nazifascistas e stalinistas levaram ao exílio ou aos *gulags* alguns dos maiores intelectuais de então, quando não os liquidaram fisicamente. A Grã-Bretanha e, sobretudo, os Estados Unidos foram os refúgios de intelectuais de várias nacionalidades, a exemplo dos alemães da Escola de Frankfurt e de E. Cassirer. Haveria que recensear, ainda, os "exilados internos", como B. Croce, a situação polêmica de Heidegger, o

"colaboracionismo" com Vichy etc.

É difícil avaliarmos num texto como este o que tudo isso representou em termos de historiografia das idéias. Muita coisa só pôde ser percebida realmente após 1945, mas não temos dúvida sobre algo essencial: de uma forma ou de outra o marxismo estava então presente no horizonte intelectual das novas tendências historiográficas surgidas na França e nos Estados Unidos.

- *A ÉCOLE DES ANNALES E A HISTÓRIA DAS IDÉIAS.* Já vimos que a posição dos *Annales* em relação à história das idéias não foi propriamente de simpatia e que os *annalistes* foram veementes na condenação de um certo tipo de história das idéias — de viés "positivista", feito de "idéias descarnadas", coisificadas, e de estilo "historizante". Todavia, esta atitude não se traduziu, necessariamente, em exclusão de toda e qualquer "idéia" dos textos que os historiadores dos *Annales* produziram. Marc Bloch, com *Os reis taumaturgos,* Georges Lefebvre, com *0 grande medo de 1789,* e sobretudo Lucien Febvre, com *Um destino, Martinho Lutero, Erasmo, A contra-reforma e o espírito moderno,* e, principalmente, *0 problema da descrença no século XVI,* demonstraram as possibilidades de uma história intelectual comprometida com a análise, ora dos grandes movimentos coletivos, ora de psicologias individuais, mas sempre alicerçados em conceitos inovadores como *utensilagem mental, atitudes mentais, formas de pensamento,* além de englobar questões ou tópicos como a linguagem, as crenças, a cultura popular, as concepções filosóficas etc. Tanto é assim que, décadas mais tarde, a *história das mentalidades* buscou nessas obras dos "pais fundadores" as marcas ou evidências de sua própria legitimidade, o que não deixa de ser curioso, já que o próprio

Febvre manifestara por diversas vezes sua descrença quanto à validade e viabilidade da aplicação do método quantitativo à história intelectual.

Ora, como foi já sublinhado por diversos historiadores, tais como Vovelle, Chartier, Darnton, entre outros, a história das mentalidades começou como um projeto de levar ao estudo do "terceiro nível" ou "sótão" os mesmos procedimentos de quantificação serial que já vinham sendo aplicados com êxito à história econômica, social e demográfica.

■ *A HISTÓRIA DAS IDÉIAS NORTE-AMERICANA: DA* NEW HISTORY *DE J. H. ROBINSON À* HISTORY OF IDEAS *DE A. O. LOVEJOY.* Contemporânea dos *Annales,* se bem que mais antiga, a *New History* norte-americana domina a história intelectual e somente a partir de 1940 sofrerá a concorrência da história das idéias de A. Lovejoy. No "manifesto" da *New History* estavam já inscritos os princípios que iriam caracterizar a nova tendência historiográfica: (1) "o objetivo da história é permitir a compreensão de nós mesmos e a partir daí solucionar nossos problemas atuais e talvez guiar o nosso futuro"; (2) incluir a história intelectual, mas excluir as "trivialidades" e se propor um alcance bem maior do que a história política, diplomática e militar tradicional; (3) interdisciplinaridade; (4) "a história deve ser concebida como um desenvolvimento genético contínuo e eterno no qual o presente é iluminado a partir da percepção dos anacronismos ou das origens freqüentemente irracionais de nossas idéias e instituições".[28]

O criador da *New History,* J.H. Robinson, pôs em prática suas idéias no seu livro de maior sucesso — *The mind in the making* (1920). Behaviorista em psicologia, pragmatista em filosofia, Robinson preconizou a utilização de conceitos de

outras ciências humanas, a elaboração de uma história *compreensiva* (aqui equivalendo ao nosso *social),* o estudo das instituições sociais e o abandono da história dos acontecimentos por si mesmos.

Nos anos 30, a *New History* demonstrou sua importância através dos trabalhos de alguns importantes historiadores — uns, como Grane Brinton (*The anatonomy of revolution,* 1938) e Carl Becker, *(The heavenly city of XVIIIth Philosophers,* 1933), marcaram suas próprias distâncias em relação à ideologia "presentista" de Robinson; outros, no entanto, engajaram-se por inteiro na nova tendência: Ch. A. Beard, Harry H. Barnes, Carlton Hayes, James H. Breasted e, em parte, Arthur M. Schlesinger Jr. O entusiasmo de Barnes já o levara a publicar *The new history and the social studies,* em 1926, no qual enumera "precursores" e "antigos discípulos" de Robinson — a começar, neste caso, por Lynn Thorndike, autor de *The place of magic in the intellectual history of Europe* (1906).

Assim, por volta de 1960, se a *New History* deixara de ser nova, tampouco estava superada, embora demonstrasse alguns sintomas de esgotamento. No campo específico da história das idéias durante este período o debate central travou-se no universo intelectual anglo-saxônio, opondo as concepções de Lovejoy e sua "escola" às de Collingwood e seus seguidores. No fundo, um historicismo mais kantiano em face de um outro, mais hegeliano inspirado em Croce. Na verdade, este debate tinha como adversário comum o "neopositivismo". Esse debate restrito ao âmbito da história das idéias processou-se, segundo Preston King,[29] a partir de duas proposições opostas: "todo conhecimento é conhecimento do presente" *versus* "todo conhecimento é conhecimento do passado" (conhecimento

histórico, claro). Em favor da primeira afirmação escreveu Collingwood e, da segunda, Lovejoy.

A parte final do período que estamos analisando — pós-45 —, sobretudo as décadas de 1950 e 1960, caracteriza-se pela convivência do "velho" com o "novo" na historiografia das idéias. Persiste a maneira tradicional, "positivista", de historiar as idéias; há uma certa revivescência historicista em alguns países; prosseguem seu curso, nos EUA, a *New History* e a *History of Ideas.* As novidades ficam por conta do marxismo e da *École des Annales,* a começar pelas relações entre eles, inclusive os pontos de convergência entre o "materialismo histórico e a escola francesa contemporânea" detectadas por Cardoso e Brignolli.[30]

A historiografia francesa contemporânea, leia-se, os *Annales,* empolgou-se, nos anos 50, pelos chamados métodos quantitativos, e já nos anos 60, pelo estruturalismo. Batizada de *nouvelle histoire,* essa historiografia compreende historiadores cujas trajetórias intelectuais e políticas podem ser muito distintas entre si, tal como as maneiras de cada um deles encarar a disciplina histórica e seu ofício. Em termos muito gerais, é possível no entanto recortar, no conjunto da enorme variedade de perspectivas típica da historiografia *annaliste,* um pequeno grupo de historiadores que se opuseram claramente, ou manifestaram suas próprias reservas, ao quantitativismo e ao estruturalismo. Dentre tais "dissidentes", basta mencionar os nomes de Pierre Vilar, adversário também do marxismo althusseriano, Albert Soboul, no Colóquio de Saint-Cloud (1965), em que criticou os excessos da febre quantificadora, além do grupo reunido pela *nouvelle critique* no livro *Aujourd'hui l'histoire* (1974), o qual constitui interessante contraponto à coletânea de Jacques Le Goff e Pierre Nora, *Faire de l'histoire,* editada naquele mesmo ano.

Desse modo, na ocasião mesma em que Pierre Chaunu proclamava o advento de uma “Histoire, science Sociale”, título de um de seus livros (1974), fundamentada na cientificidade quantitativa ou *serial* — e isso poucos anos depois da viragem decididamente estruturalista dos *Annales,* consubstanciada em número especial de sua revista (1971) —, os historiadores marxistas criticavam as opções a partir do materialismo histórico.

Na prática, portanto, os debates da década de 1960, reunidos nessas coletâneas de início dos anos 70, revelam as insatisfações não só dos historiadores convictamente marxistas, como Vilar, Soboul, Parain, entre tantos outros, mas também dos que haviam sido marxistas. Em geral, no intuito de resgatar para a história o chamado *terceiro nível,* estes últimos foram buscar em Lucien Febvre e outros “fundadores” uma tradição de preocupação com a história intelectual, a psicologia, as práticas e representações coletivas, enfim, as *mentalidades.*

Na maioria dos casos, porém, essa incorporação de novos objetos e abordagens foi pensada segundo o cânone da “história estrutural” braudeliana e, por algum tempo ainda, como extensão dos métodos quantitativos àquele “terceiro nível”, o nível do mental. Já Labrousse havia condensado a essência dessa “Nova História” ao escrever: “O movimento é por excelência econômico... O social retarda o econômico quando é ele que tem a iniciativa. Mas acima do social, o mental por sua vez também retarda, e as restrições do mental são as mais poderosas de todas.”[31] As idéias afinal retornavam, mas agora enquanto *ideologias* e *mentalidades.*[32]

Se a França foi então o cenário do diálogo dos *Annales* com o marxismo, na Grã-Bretanha esta foi a época de um talentoso grupo de intelectuais marxistas reunidos, até 1956, no Grupo de

Historiadores do Partido Comunista Britânico. Segundo Hobsbawm,[33] que escreveu essa história, o grupo reuniu mais de trinta historiadores e criou uma tradição marxista na historiografia britânica — Eric Hobsbawm, Edward Thompson, Maurice Dobb, Christopher Hill etc. — especialmente a partir da edição da revista *Past and Present,* em 1953. Com a ruptura ocorrida em 1956, os dissidentes, inclusive Thompson, criaram a *New Left Review* (1959), após algumas iniciativas editoriais de curta duração. Sob a direção de Stuart Hall e, a seguir, de Perry Anderson, a nova revista prosseguiu até 1963, quando ocorreu o rompimento de Thompson com Anderson — o "marxismo estrutural francês" (althusserianismo) aceito por Anderson conduziu-o à crítica dos "desvios" e "insuficiências teóricas" de Thompson, cujas respostas viriam mais tarde no seu famoso livro, *A pobreza da teoria e outros ensaios* (1981).

Querelas à parte, é inegável que foi e é Thompson o historiador mais citado e imitado desse grupo de marxistas britânicos. Em sua obra principal — *The making of the english working class* (1963) — Thompson inaugurou magistralmente a nova *history from below,* cuja teoria e método se constituem em claros desafios ao positivismo empirista ainda reinante na historiografia anglo-saxônia e às formas mais em voga do marxismo — as "ortodoxias" dogmáticas e as estruturais (baseadas em Althusser), todas elas "escolásticas", segundo Thompson.

De qualquer modo, através de uma porta diferente da francesa, uma nova maneira de escrever a história social entrava em cena e permitia a inserção de temas e questões de natureza cultural em conexão com a consciência dos agentes históricos, seus projetos, suas representações, seus sentimentos e atitudes

morais e religiosos, em suma suas “mentalidades”, como diriam os franceses.

A riqueza, variedade e complexidade do período, em especial dos anos 60, não se esgota aí, entretanto. Há que mencionar a crescente circulação dos textos gramscianos e a reação, na *Itália,* à canonização e esterilização do pensamento de Gramsci, reação liderada, entre outros, por Galvano della Volpe, Pietranera, Golleti, Rossi etc. E haveria ainda a considerar os desenvolvimentos havidos na Alemanha, sobretudo os textos de J. Habermas, e em vários outros países. Não cabe certamente nos estreitos limites deste capítulo o recenseamento, ainda que sumário, de como ou em que medida todos esses desenvolvimentos marxistas influíram na historiografia das idéias. Pensamos, entretanto, que o aparecimento de uma nova história intelectual seria incompreensível sem a referência a tais correntes e debates.

Em suma, ao findarem os anos 60 já existiam precondições teórico-metodológicas para uma renovação da história intelectual e a conseqüente reinserção das idéias no horizonte e preocupações dos historiadores, pois o receio de ser confundido com o empirismo “positivista”, ou o temor de ser acusado de “idealista” pelos marxistas, haviam baixado agora a níveis perfeitamente suportáveis academicamente.

3. O período 1960/70-1990/95

As referências historiográficas para este período são relativamente numerosas, conforme veremos adiante. Trata-se do período no qual a história das idéias renovou-se e consolidou-se em função das novas tendências então presentes na historiografia ocidental. Tal processo de renovação e consolidação fez-se acompanhar também de uma relativa diversificação disciplinar:

nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha ela se traduziu no aparecimento da *New Intellectual History* com suas várias tendências metodológicas, enquanto que na França, mas também nos EUA, surgiu a *História Social das Idéias* ou *História Sociocultural.* Ainda na França, as idéias ocupam lugar privilegiado na "História das Mentalidades" ou, como propõe Chartier, na "História Cultural".

Todavia, não se deve exagerar o lado positivo deste balanço. Tal como as outras áreas historiográficas, a das idéias também foi atingida por propostas e questionamentos "pós-modernos" — pós-estruturalistas e pós-marxistas —, oriundos de campos de conhecimento vizinhos: filosofia, lingüística, teoria literária. No caso da história das idéias o impacto desses novos desafios foi especialmente profundo em virtude da própria natureza de seu objeto.

Reconstituir a história da história das idéias no período em foco pressupõe, ao nosso ver, duas espécies de abordagem: uma analítica e outra classificatória ou tipológica. Desta última iremos tratar mais à frente, utilizando de forma resumida o esquema elaborado por Krieger. Quanto à primeira, nosso ponto de vista está centrado na identificação dos problemas teórico-metodológicos presentes tanto nas diferenciações disciplinares como nas tipologias classificatórias.

Entendemos que tais problemas constituam a substância dos debates que envolvem ainda hoje, predeterminando-as, as próprias condições de possibilidade de uma história das idéias. Temos aí, em primeiro lugar, as abordagens e/ou tendências historiográficas que trabalham com algum tipo de pressuposto a respeito das relações, entendidas neste caso como reais ou necessárias, entre o universo das idéias — dito *intelectual* — e o

universo do mundo social — a *sociedade.* Temos, em segundo lugar, as abordagens e/ou tendências que rejeitam explicitamente, ou ignoram na prática, o pressuposto anterior e trabalham as idéias exclusivamente em função de seu suporte textual, como *discurso* ou *mensagem,* a partir de pressupostos lingüísticos, hermenêuticos ou literários.

No primeiro tipo, existe uma diferenciação mais ou menos profunda, conforme o caso, entre os historiadores que trabalham com algum conceito de *ideologia* e aqueles para os quais este conceito deve ser descartado ou, pelo menos, esvaziado de suas conotações (marxistas) tradicionais. A primeira perspectiva, mais antiga, está presente com diversas variantes no estruturalismo genético de Lucien Goldmann, no "filão" gramsciano, no estruturalismo marxista de Althusser e Poulantzas, na sociologia histórica de Skocpol (e de Mannheim, em parte), no "marxismo britânico" de Thompson, Hill, Hobsbawm e, mais recentemente, nos trabalhos de Jameson, nos Estados Unidos.

Ainda neste mesmo grupo, embora mais discretamente, as ideologias também estão presentes no horizonte de alguns historiadores *annalistes* como Mandrou, Duby, Vovelle, Ehrard, Starobinski etc., com diferenças, é certo, entre uns e outros e quase sempre sem aquelas marcas mais típicas do marxismo.

Já no caso dos historiadores que se abstêm de empregar o conceito de ideologia, ou o utilizam apenas episódica e marginalmente, não é tanto a noção de "mentalidade" que preferem, mas sim a de práticas e representações sociais ou coletivas. O conceito-chave é então o de *representação* (Chartier) e as idéias/ideologias ingressam na ordem dos processos simbólicos (Bourdieu) — a história das idéias cede lugar à história sociocultural, o mesmo ocorrendo com a das mentalidades.

O segundo tipo antes enunciado reveste-se de características bastante distintas. No caso específico da história das idéias, seu ponto de partida tem um nome: Michel Foucault. Se é fácil demonstrar o caráter simplista desta visão de que tudo começou com Foucault — e para tanto seria suficiente citar as reflexões de Roland Barthes —,[34] parece estar fora de discussão o fato essencial: foi com Foucault que tiveram início muitas das "novidades" que ainda encantam ou irritam os historiadores das idéias.

Foucault merece portanto toda a nossa atenção. Seus primeiros livros, no decurso da década de 1960, se despertaram algumas curiosidades e críticas, não representaram de imediato aquela espécie de vendaval que anos mais tarde a visão retrospectiva viria a atribuir-lhes. Para nós, é a "Introdução" à *Arqueologia do saber* o texto talvez mais significativo. Nele a primeira coisa que se observa é o cuidado com que seu autor distingue entre as mudanças ocorridas em dois campos distintos da história. No primeiro deles, os historiadores teriam abandonado as velhas questões da análise tradicional e partido em busca de "longos períodos", das continuidades seculares, das imobilidades, e, para isto, inventaram novos métodos e instrumentos. Em suma, Foucault pensa aqui na *nouvelle histoire* econômica e social — e quantitativa. Já ao se referir ao outro campo — o das disciplinas que chamamos "história das idéias", a das ciências, da filosofia, do pensamento, da literatura — disciplinas que "escapam em grande parte ao trabalho do historiador e de seus métodos" — Foucault observa que a atenção parece deslocar-se das vastas unidades — épocas, séculos — para os fenômenos de ruptura.

Assim, ao lado da "história dos historiadores", Foucault distingue um outro campo de investigação no qual a tônica

consiste em detectar as interrupções — citando então J. Bachelard, G. Ganguilhem, Gueroult — como evidências de uma *outra história,* descontínua, múltipla em suas "redistribuições recorrentes", e com transformações que valem como novas fundações. Para Foucault, as diferenças entre esses rumos aparentemente contrários seguidos pelas disciplinas históricas são os efeitos inversos dos mesmos problemas por elas enfrentados, problemas que ele resume como sendo o da problematização do documento e sua transformação em monumento, ou seja, a "história hoje tende à arqueologia — à descrição intrínseca do monumento".

Deste modo, se na "história propriamente dita" o efeito foi o da busca das séries referentes a longos períodos, na história das idéias, do pensamento e das ciências "a mesma mutação provocou um efeito inverso" — dissociando a série longa chamada "progresso da consciência", "teleologia da razão" ou "evolução do pensamento humano". Afastada a possibilidade de totalização é agora a noção de *descontinuidade* que se destaca — como instrumento e como objeto de investigação. Resulta daí a impossibilidade de uma *história global, pois agora apenas é* possível uma história geral — ou seja, o "espaço de uma dispersão".

Foucault tinha então em vista um alvo muito evidente: uma certa concepção de história e da escrita da história. Interessado na história das idéias, ele realiza sua própria leitura das mutações metodológicas em curso na história nova (na verdade, a *nouvelle histoire* dos *Annales*) e, ao mesmo tempo que questiona a historiografia tradicional, desenvolve sua própria explicação para o fato de ser justamente no campo das idéias que as recentes mutações metodológicas encontram as maiores resistências. Para

ele a explicação desse fato reside na posição-chave da história das idéias no conjunto da historiografia ocidental, pois foi sempre esta história a verdadeira fortaleza do humanismo, da filosofia do sujeito e, enfim, de uma certa concepção de história (entendida aqui no seu duplo sentido) como História do Homem.

No entanto, as audácias de Foucault não terminam aí. Ao colocar em prática as novas possibilidades metodológicas por ele entrevistas na "Nova História", já agora no campo intelectual, institucional, político etc., Foucault iria sublinhar cada vez mais o papel dos discursos, das práticas discursivas, em estreita conexão com os saberes e os poderes e suas relações recíprocas. Assim, as inúmeras críticas e propostas de Foucault vieram a ser apropriadas em graus e sentidos os mais variados por historiadores fascinados por este ou aquele aspecto de seus textos, ora mais em termos metodológicos, ora mais do ponto de vista dos "novos objetos". Seja como for, Paul Veyne percebeu claramente muitas dessas implicações historiográficas ao escrever "Foucault revoluciona a história".[35]

No início dos anos 70 entrecruzam-se variadas tendências de importância para a história das idéias. Ao lado da influência crescente de Foucault, agora na sua segunda fase, havia o prestígio do "marxismo estrutural" de L. Althusser e seus epígonos franceses e anglo-saxônios, mas havia também a opção da *nouvelle histoire* por uma "história estrutural". Enquanto isso, no campo da lingüística e da teoria da comunicação buscava-se explicar ou definir as relações entre a história e a lingüística, em geral a partir de fundamentos marxistas, como nos casos de R. Robin,[36] M. Pêcheux,[37] o já citado E. Verón, e vários outros. A redescoberta dos trabalhos de Bakhtin[38] reforçou essas

tendências em franca oposição às correntes estruturalistas dominantes na lingüística e na teoria literária de raízes saussureanas ou chomskyanas.

Aos poucos, no entanto, expandiu-se o prestígio das concepções tendentes a encarar o texto e/ou o discurso como uma realidade própria e autônoma em relação às suas condições não-textuais de produção. A interpretação do texto e a análise das práticas discursivas nele presentes passaram ao primeiro plano em detrimento das indagações tradicionalmente endereçadas ao autor, meio social e época histórica. Afirmou-se também a nova fase de prestígio da hermenêutica, segundo várias modalidades, destacando-se os trabalhos de Gadamer[39] e Ricoeur.[40] A retórica, agora intitulada de "Nova Retórica", afirmou sua própria importância, sobretudo com Paselman,[41] quase ao mesmo tempo em que a semiologia ou semiótica, com Kristeva, Barthes e Umberto Eco.[42] Se acrescentarmos aí os impactos *desconstrucionistas* de Derrida, Braudillard, Deleuze etc., talvez seja possível compreender a natureza e extensão de tal "desafio", externo ao campo historiográfico, para a disciplina histórica. Em seu bojo, por exemplo, está a questão da narrativa, tão apreciada pelo *New Literary Criticism* norte-americano, e cuja importância e difusão se poderia avaliar, em termos de história, através da citação das obras de Hayden White[43] e La Capra.[44]

Em face do que acabamos de expor — um esboço muito sumário da recente trajetória da história das idéias —, talvez seja recomendável encarar com espírito crítico a tendência anglo-saxônia a identificar, nos anos 60/70, o aparecimento e progressiva consolidação de uma *New Intellectual History* como campo específico do estudo que tem nas idéias e atitudes seu objeto próprio e visa a compreender a "vida mental" em seus

múltiplos níveis e formas, no interior de um mesmo "universo discursivo". Krieger,[45] autor que sugere essas conclusões, destaca nesse processo a "absorção de outras disciplinas (filosóficas, literárias, artísticas)" e a "internalização da noção de descontinuidade".

Krieger, no entanto, tal como todos que abordam o mesmo tema, reconhece a enorme variedade de concepções e tendências que se abrigam sob o rótulo de Nova História Intelectual. Em comum ficariam apenas a certeza de que as idéias desempenham um "papel diferente", possuem uma "relevância social" específica e a descontinuidade constitui um pressuposto básico.

Contudo, ao elaborar sua tipologia, o mesmo Krieger oferece-nos um quadro cujos parâmetros são os mesmos por nós adotados anteriormente: a diferenciação progressiva entre abordagens que baseiam ou reduzem as idéias às suas condições sociais (históricas) de produção e vigência, e as que trabalham segundo o pressuposto da autonomia ou até da independência das idéias. A tipologia de Krieger compreende três grandes grupos: (1) o grupo dos historiadores "sociointelectuais"; (2) o grupo dos historiadores que acoplam ou justapõem idéias a algum tipo de contextualização; (3) os historiadores "internalistas" que recusam ou ignoram a necessidade ou importância de referências "extratextuais" para o estudo das idéias.

O primeiro grupo, segundo Krieger, compreende as novas orientações em "história sociointelectual". Dando prioridade ao "popular", seus historiadores "identificam as idéias e atitudes como produtos de uma função social distinta", reconhecendo uma certa autonomia ao papel histórico das idéias e a necessidade de métodos históricos específicos para sua compreensão, sem que isto signifique porém abordar as idéias somente como idéias. Os

principais historiadores deste grupo são os franceses da "terceira geração" dos *Annales,* como Chartier, Revel e Furet. O norte-americano Darnton e o inglês Burke também se incluiriam neste grupo. Talvez se possa aqui incluir, se bem que com algumas ressalvas, a "micro-história" de Ginzburg, Levi e outros historiadores italianos e espanhóis.

Teoricamente, as principais referências deste grupo são textos de Foucault, Norbert Elias (e Weber), G. Geertz, M. Sahlins, P. Bourdieu e Michel de Certeau. No dizer de Chartier, trata-se de uma sociologia histórica da vida intelectual e da cultura em geral, centrada no estudo das práticas e representações sociais. Na Grã-Bretanha, poder-se-ia mencionar a "biografia coletiva" de Namier — no qual idéias e princípios constituem variáveis independentes — e os textos de Thompson que sublinham as atitudes e crenças como constitutivas da "lógica das relações sociais que definem uma classe" historicamente.

O segundo grupo distingue "idéias" e "circunstâncias comportamentais" como sendo dois níveis autônomos da realidade histórica, cujas relações constituem, na prática, o problema que o historiador deve resolver. Entre nós o exemplo mais conhecido é o de Peter Gay e suas tentativas de associar psicanálise e história. Tanto Febvre como Mandrou realizaram trabalhos pioneiros no campo dessa "psico-história" que se baseia na hipótese da existência de estruturas e configurações psíquicas cuja historicidade ou eternidade são na verdade o *nó* das discussões entre historiadores e filósofos.

Outra direção de estudos na esfera deste mesmo grupo é o que relaciona idéias e comportamento social em função da análise das chamadas "classes intelectuais" — grupo cuja função é a de produzir e/ou difundir idéias. Utilizam-se então de duas

abordagens opostas: (1) da elite intelectual se passa a todos os produtores intelectuais identificáveis pessoalmente ou não, de preferência quando ligados a alguma instituição; (2) a seleção de grupos intelectuais conhecidos e coletivamente ativos, corporativos em certos casos, nos quais o historiador busca a relação entre idéias e *status* social, princípios e ação social etc. No entender de Krieger, esta tendência deriva das concepções de Mannheim a respeito da classe intelectual ou *intelligentsia* e tem sido mais eficaz no estudo das histórias alemã e russa.

O terceiro grupo compreende as tendências que se situam ao mesmo tempo entre as mais antigas e tradicionais e as mais recentes e inovadoras no campo da história das idéias. Apesar de suas incontáveis diferenças, essas tendências expressam um mesmo e antigo ideal: o de uma história das idéias em si mesmas que só admita como contexto uma vaga noção de "universo intelectual". Tornou-se habitual denominar "internalista" a esse grupo de teorias de essência imanentista. Sua novidade consiste na incorporação da noção de "descontinuidade" e do conceito de "texto/discurso" além de um mal contido desprezo tipicamente "pós-moderno" em relação à história.

A "internalização" constitui um pressuposto dos mais complicados para o historiador das idéias, pois é das mais problemáticas a tarefa de se pretender escrever história e ao mesmo tempo omitir o contexto social e as cadeias ou seqüências transepocais das próprias idéias. Na verdade, a questão-chave é uma só: as concepções interna-listas no campo da história das idéias derivam de teorizações geradas fora do território da história, ou seja, divorciadas do "ofício", por filósofos, lingüistas, teóricos da literatura etc., cujas visões acerca da história raramente coincidem com a dos historiadores, principalmente quando se

trata de analisar/criticar a "prática da história".[46]

Todavia, apesar dessas diferenças, foram muitos os historiadores que se deixaram encantar e levar pelas novidades "extraterritoriais". Alguns, em conseqüência, escreveriam histórias das idéias que de "história" só conservam o nome. Outros, no entanto, embora "internalistas", mantiveram e mantêm vivos seus compromissos com a historicidade e se preocupam em "construir novas continuidades" e levantar novas "pontes para a experiência social humana", atentos às relações temporais sincrônicas e/ou diacrônicas. Assim, rejeitando as cadeias evolutivas das idéias, as "visões de mundo" e outras noções típicas da história das idéias tradicional, os historiadores atuais tendem a ver em cada idéia ou em cada pensador um "microcosmo" no qual se articulam passado e presente numa estrutura específica. Preservar o eixo temporal das relações históricas e reconstituir as conexões é o objetivo comum aos historiadores deste grupo e é neste nível que se tornam mais evidentes suas diferenças em face da produção dos não-historiadores.

A noção de "internalismo" no âmbito da história intelectual e/ou das idéias abrange extenso leque de tendências definidas em função dos métodos que utilizam ou dos tipos de objeto abordados.

História e lingüística

A acreditar-se em Chartier (1994) trata-se aqui do "desafio" do *"linguistic turn" ou "semiotic challenge".* Segundo a teoria dos desafiantes, a linguagem constitui um sistema fechado de signos; a construção do sentido remete ao funcionamento da língua — automático e impessoal — imune à intenção e controle subjetivos. Advém daí uma conseqüência decisiva para o historiador: "A

realidade não mais deve ser pensada como uma referência objetiva exterior ao discurso, pois que ela é constituída pela e dentro da linguagem."

Temos aí, portanto, no limite das injunções lingüísticas, a perda do "referente", isto é, hoje, ao contrário da afirmação de Vilar (1975), a história já não fala mais da história. Entretanto, esta perda não constitui uma conseqüência necessária para todo e qualquer trabalho histórico comprometido com questões lingüísticas. Exemplos do que ora afirmamos existem às centenas, como em coletâneas recentes do tipo das organizadas por Burke e Porter (1993) — *Linguagem, indivíduo e sociedade* —, Corfield (1991) — *Language, history and class.* No Brasil, livros como os de Contier (1979), Debert (1979) e Orlandi (1983 e 1993), entre outros, demonstram a mesma coisa.

Na verdade, a utilização dos métodos lingüísticos (quantitativos, analíticos, estruturais) ou sociolingüísticos poderá funcionar ou não, para o historiador que deles lança mão, como obstáculo epistemológico. É o que se percebe claramente em trabalhos tão diferentes como *Language and materialism,* de Coward e Ellis (1977), *Language as social semiotic,* de Halliday (1978), *Politics, language and time,* de Pocock (1971) e, na França, os livros mais recentes de Todorov (1982, 1991) e Rancière (1992).

História e literatura

Afora o conjunto clássico de questões respeitantes às relações entre o historiador e as obras literárias, interessam-nos aqui os problemas derivados da caracterização do discurso histórico como "narrativa". Se de fato, toda história é uma história narrativa, como tentam demonstrar Certeau (1975), Ricoeur (1983, 84, 85), Lozano (1987), entre outros, tal conclusão não

pode ser interpretada como uma espécie de “retorno” da velha história narrativa de viés positivista, razão do conhecido debate entre Stone (1979) e Hobsbawm (1980) na *Past and Present,* e de artigos de H. White (1984), Ginzburg (1988), La Capra (1985), além, é claro, de Barthes (1988).

Mas a questão da história entendida como narrativa envolve problemas bem mais importantes que o de um suposto “retorno”: o das relações entre história e ficção e entre o discurso histórico e o literário. Aqui, sim, existe um outro tipo de “desafio” diante do qual cabe ao historiador afirmar, através de sua prática, a irredutibilidade da experiência ao discurso (Chartier, 1994). Para todas estas questões talvez nada mais elucidativo que alguns textos de Costa Lima (1989) — “O discurso do historiador, como o da própria ciência exata, é sujeito ao protocolo da verdade...” Nem por isso é menos conhecimento que se justifica enquanto comprovável.

Contextualização histórica

Praticada por Q. Skinner e outros historiadores de Oxford, como J. Dunn, especialmente em idéias e teorias políticas, esta tendência já foi suficientemente descrita no início deste capítulo.

New historicism

Tipicamente anglo-saxônio, desenvolvido sobretudo na esfera dos estudos literários, esta tendência recoloca para a história literária a problemática do contexto histórico, especialmente na sua dimensão político-ideológica e social. Thomas (1991) e Veeser (1989) oferecem uma interessante visão de conjunto desta tendência na qual se destacam os trabalhos de Greenblat,

Montrose e Gallagher, entre vários outros.

História das idéias, história intelectual, história cultural... são muitas e mais variadas ainda as tendências nelas presentes como se comprova pelas respostas dadas à pergunta: "Que é história intelectual?", em Gardiner.[47] Mas isto pouco importa, pois, hoje, mais do que nunca, historiar as idéias é uma atividade em expansão dentro da oficina da história.

A história das idéias na historiografia brasileira recente

Entenderemos aqui como recente a produção historiográfica a partir de 1970, aproximadamente, seguindo de perto as periodizações existentes para a historiografia brasileira contemporânea.

Já a definição de historiografia oferece alguns problemas. Tanto Lapa[48] como Fico e Polito[49] atêm-se apenas às obras de história escritas por "historiadores profissionais", ou seja, com uma formação específica em história. Temos muitas dúvidas em relação a este critério de uma maneira geral, mas pensamos que, no caso específico da historiografia das idéias, ele é inviável. Preferimos portanto acompanhar Iglésias[50] e assim priorizar "obras de história" e "estudos sobre obras históricas", deixando em plano secundário a questão do "sujeito historiador". Tal opção significa então que no lugar da "formação historiadora" colocamos a *intenção* de se escrever um trabalho de história e o seu *reconhecimento* como tal pela comunidade intelectual em geral, e pela historiadora em particular.

Outra dificuldade a enfrentar é a do nosso próprio objeto, o qual é possível desdobrar em três tópicos: fontes, abordagens e *compartimentalizações* disciplinares. No entanto, antes de

resumirmos estes tópicos, convém aludir aqui à presença de dois fatores de longa duração que talvez expliquem em parte essas dificuldades. Em primeiro lugar está o fato de não existir entre nós uma verdadeira tradição historiográfica na história das idéias e de sermos ainda um tanto pobres no campo da história intelectual. Em segundo lugar, convém lembrar que, ao longo do período que estamos tratando, uma grande parte da pesquisa e da escrita da história teve o marxismo como seu horizonte teórico e, como conseqüência, tivemos duas gerações de historiadores dispostos a refletir e indagar a respeito de "ideologias" e não propriamente de "idéias".

A primeira dificuldade consiste na escassez de fontes informativas para uma síntese como esta. Mas além de poucas e sobretudo incompletas, elas nos informam muito pouco sobre o que queremos. Com efeito, os levantamentos disponíveis dão prioridade à incidência maior ou menor segundo os três períodos clássicos da história do Brasil, ou de acordo com "áreas temáticas" definidas em termos de história econômica, política, social, regional e cultural. Em ambos os casos, portanto, é difícil saber por onde andam a história das idéias e a intelectual. Analisando-se os índices de algumas revistas e alguns catálogos de teses e dissertações defendidas, constata-se a dificuldade enorme que se tem para descobrir as "idéias". No caso dos periódicos, por exemplo, as indexações temáticas trabalham quase sempre com uma concepção no mínimo simplista: são trabalhos sobre "idéias" os que ostentam esse termo no título respectivo. Para os catálogos, organizados em referência ora cronológica, ora alfabética, é necessário adivinhar a partir dos títulos ou do conhecimento que se tem dos autores. Deveríamos recensear apenas aquelas dissertações e teses que fazem alguma referência às idéias nos

respectivos títulos? Mas, e se apesar de o título ser omisso, o trabalho abordar basicamente idéias e/ou ideologias?

Assim, tudo o que percebemos por ora é uma certa tendência ao aumento na quantidade de trabalhos (teses, dissertações, artigos) ligados à história social das idéias e à história intelectual, sobretudo na década de 1980, desde que se admitam como tais os textos que tratam de ideologia, tomadas de consciência, formas de pensamento, tendências intelectuais etc.

Situam-se neste caso alguns excelentes trabalhos baseados em jornais ou revistas de grande circulação e nos quais o historiador ora analisou o próprio veículo, ora o conjunto da imprensa periódica durante determinada fase, ora os editoriais de determinado jornal etc. Mas há também trabalhos sobre "imprensa burguesa", "imprensa operária", "imprensa anarquista". Lembremos ainda o quanto a referência às idéias é constante em obras que tratam de movimentos políticos e sociais, partidos políticos, sindicatos, assembléias políticas, histórias de instituições públicas ou privadas, como institutos, academias, associações, clubes etc.

A historiografia das idéias acha-se bastante dispersa, o que nos leva à conclusão de que se as idéias estão quase sempre presentes, o mesmo não se poderia dizer a respeito da existência das disciplinas correspondentes. Na realidade, na historiografia brasileira recente as idéias estão em lugares os mais variados, correspondentes tanto às histórias econômica, política, social e cultural, como a temáticas específicas como Inquisição, Escravismo, Conjurações, República etc.

A compartimentalização disciplinar é o nosso terceiro complicador. Os historiadores, quase sempre bastante ciosos de seu próprio território, tendem a não computar como "história" as

histórias das idéias produzidas pelos seus colegas de outras áreas das ciências humanas e sociais. Estas histórias, por sua vez, refletem as divisões disciplinares acadêmicas tradicionais. Entretanto, como sublinhamos logo de início, não podemos deixar de lado a produção dos não-historiadores profissionais.

Para o período que estamos considerando são raras as visões de conjunto relacionadas com as idéias/ideologias e a vida intelectual. Além dos seis volumes escritos por Wilson Martins sobre a *História da inteligência brasileira,* temos o livro de Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira* (1975), o de Alfredo Bosi, *Dialética da colonização* (1992), o de Vicente Barreto e Antônio Paim, *Evolução do pensamento político brasileiro* (1989), o de Luiz Gosta Lima, *Pensando nos trópicos* (1991), e uns poucos mais, incluindo alguns importantes trabalhos de Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho

Note-se que mencionamos historiadores e não-historiadores, pois, sem estes últimos, a relação seria ainda muito menor. Convém ainda fazer aqui duas observações finais. A primeira diz respeito ao fato de que as principais sínteses sobre a cultura brasileira, evolução das idéias (filosóficas) e história da literatura são anteriores a 1970, a exemplo das obras de Fernando Azevedo, Cruz Costa, Antônio Cândido, bem como as de Wilson Saldanha, João Camilo de O. Torres, Vamireh Chacon, Dante Moreira Leite, A.L. Machado Neto, Nelson Werneck Sodré, apenas para citar os autores mais conhecidos.

Nossa segunda observação tem a ver com o fato de haver sido realizada nesse período, sobretudo na década de 1980, uma série de trabalhos históricos centrados em temas específicos e na maioria das vezes motivados por eventos (congressos, simpósios) nacionais e internacionais. Existem, portanto, no contexto de tais

acontecimentos, comunicações referentes a idéias, ideologias, vida intelectual e cultura. Basta citar, apenas para exemplificar, o I Congresso Internacional — Inquisição (1987), o Congresso Internacional sobre Escravidão e Abolição (1988), o Congresso sobre República (1989), o Seminário "Tiradentes, hoje" (1992), o Congresso Internacional — A Revolução Francesa e o Brasil (1989) etc. Seria impraticável analisar aqui tais trabalhos, sobretudo se estivermos atentos ao fato de que mais de uma dezena de eventos regionais ocorreram no mesmo período, sendo impossível, aqui, sua simples listagem.

Todavia, tão ou mais importantes que esses trabalhos "provocados", por assim dizer, pela realização de eventos internacionais, nacionais ou regionais, são certamente as obras que foram e/ou estão sendo produzidas no âmbito dos programas de pós-graduação em história — dissertações de mestrado e teses de doutorado — das quais apenas uma parcela ínfima foi editada. São textos quase sempre originais, apoiados em rigorosa pesquisa, que abordam temas os mais variados da história do Brasil em termos de mentalidades, ideologias, idéias, ambientes intelectuais relacionados a certas épocas, instituições etc. É pensando nesse conjunto que ousamos afirmar, ao concluir este capítulo, que a história das idéias nas suas diversas vertentes atuais progride rapidamente no território historiográfico brasileiro.

Antes de finalizar, porém, julgo necessário fazer dois registros. O primeiro, pessoal, refere-se ao esforço que desenvolvemos por mais de uma década no Programa de Pós-graduação em História da UFF, no sentido de criar e consolidar uma linha de pesquisa em história social das idéias, com a colaboração de alguns (poucos) colegas igualmente interessados na temática. Várias dissertações e algumas teses resultaram desse

nosso empenho em introduzir problemas de análise de discurso e de literatura na investigação da história do Brasil.

O segundo registro tem a ver com a existência, em Coimbra, de um Instituto de Teoria e História das Idéias, ligado à Faculdade de Letras, fundado em 1974 pelo saudoso professor José Sebastião da Silva Dias. Em 1977 surgiu a *Revista de História das Idéias,* hoje em seu 16° número, uma publicação pioneira e do mais alto nível científico, agora sob a direção do professor Luís dos Reis Torgal. Na verdade, pois, em Portugal, graças à atividade pertinaz de Silva Dias e seus discípulos, constituiu-se, de fato, uma tradição de ensino e investigação em moldes modernos tendo como referência nuclear a história das idéias.

❖ 5 ❖

HISTÓRIA DAS MENTALIDADES E HISTÓRIA CULTURAL

Ronaldo Vainfas

Pour en finir avec les mentalités: eis o título da tradução francesa X do livro do historiador britânico Geoffrey Lloyd, resenhado por Roger Chartier no *Le Monde* de 15 de abril de 1994. O próprio título dá bem a medida dos objetivos do autor: suprimir as mentalidades como objeto da história, sob a alegação de que elas exprimem um equívoco teórico. Segundo Lloyd, o enfoque das mentalidades supõe erroneamente uma coerência fictícia e estável de sentimentos e idéias numa dada sociedade em prejuízo da pluralidade de sistemas de crenças e racionalidades que coexistem no interior de uma mesma cultura, comunidade ou indivíduo.

A crítica de Lloyd não é nova. Muitos a fizeram e ainda a fazem de diversas maneiras, alvejando diversos aspectos das mentalidades desde os anos 70, década em que a história das mentalidades procurou afirmar-se como campo ou disciplina específica do conhecimento histórico. Nos anos 70, por exemplo, era o grande historiador francês Pierre Vilar quem condenava seu colega Michel Vovelle por estudar a "festa revolucionária" e não a própria Revolução Francesa e a luta de classes nela presente. Nos anos 80, para retornar aos exemplos britânicos, foi a vez de Stuart

Clark duvidar da competência antropológica dos historiadores franceses da feitiçaria, criticados por esposar, desde Bloch e Febvre, um conceito ultrapassado de "mentalidade pré-lógica" (ou primitiva), herança da obra de Lévy-Bruhl, ao tratarem da alteridade cultural no tempo.[1] Entre nós, historiadores brasileiros, a crítica só veio no final da década, porque foi também tardia a difusão das mentalidades na pesquisa universitária nacional. Foi Ciro Flamarion Cardoso quem a fez de maneira mais aguda em um de seus *Ensaios racionalistas,* acusando os historiadores das mentalidades de se dedicarem ao estudo do periférico, de iluminar fantasmas e, sobretudo, de negar as totalidades sintéticas da história, renunciando a posturas explicativas e propagandeando uma história "reacionária" desprovida de contradições.[2]

A história das mentalidades, disciplina genuinamente francesa, tem cumprido, pois, uma trajetória peculiar. Contestada desde o início, na França e alhures, quer por afastar-se da tradição dos *Annales,* quer por dela herdar os defeitos. Criticada por ser "demasiadamente antropológica", ao privilegiar a estagnação das estruturas na longa duração, ou condenada, pelo contrário, por ser "insuficientemente antropológica", ao julgar o *outillage mental* de sociedades passadas à luz da racionalidade contemporânea. Acusada de ser pretensiosamente "nova", seja por instaurar modismos tão atraentes quanto passageiros, seja por reeditar o antigo estilo historizante de fazer história, o factualismo, a narrativa memorialista etc.

Não resta dúvida de que, ao menos aparentemente, os críticos das mentalidades triunfaram, pois é raríssimo hoje em dia algum historiador francês admitir ser um "historiador das mentalidades", sem falar nos que se refugiaram em outros campos (história da cultura, da vida privada etc.) ou conceitos (cultura

popular, imaginário etc.), reconhecendo a ambigüidade ou fragilidade teórica das mentalidades. No entanto, é notável o contraste entre o desgaste da noção de mentalidades no vocabulário dos historiadores e o extraordinário vigor dos estudos sobre o mental, ainda que sob novos rótulos e com outras roupagens. A bem da verdade, as mentalidades prevaleceram e continuam a inspirar inúmeros programas de pesquisa em diversos países — e não só na França —, não obstante a assimilação das críticas que há mais de 20 anos têm sido feitas a esse campo do saber histórico.

Considerado o estado atual do debate, no qual o declínio da expressão mentalidades convive paradoxalmente com um campo de estudos cada vez mais prolífico a elas dedicado, o presente capítulo deter-se-á na exposição de quatro questões centrais: (1) a contextualização da história das mentalidades no quadro maior da historiografia francesa filiada ao movimento dos *Annales;* (2) o exame dos pressupostos conceituais da história das mentalidades, suas potencialidades e insuficiências, com atenção à diversidade de tendências que a história das mentalidades sempre apresentou, desde o começo, apesar da tentativa de muitos de seus críticos em caracterizá-la de forma homogênea, quando não estereotipada; (3) a delimitação dos campos que, em certo sentido, sucederam a história das mentalidades, dela diferindo teoricamente ou simplesmente reeditando seus pressupostos com outras denominações, enfatizando-se especialmente a chamada *história cultural,* também ela muito diversa em tendências; (4) uma avaliação sumária da adoção das mentalidades e da história cultural pela historiografia brasileira a partir dos anos 80, considerando as possíveis relações entre a importação das problemáticas da Nova História e certas abordagens da tradição

historiográfica nacional.

As mentalidades no quadro da historiografia dos *Annales*

História das mentalidades, filha dileta da "escola dos *Annales",* eis um juízo várias vezes reiterado e apregoado pelos historiadores franceses nos anos 70, tempo em que, bem ou mal, celebrava-se a história das mentalidades como a *prima donna* da chamada *Nova História.* Trata-se, na realidade, de um juízo só parcialmente verdadeiro. Verdadeiro porque, queira-se ou não, a preocupação com "os modos de sentir e pensar" ocupou a atenção dos *annalistes* desde os primórdios da revista *Annales,* quando não antes, nos estudos de Marc Bloch e de Lucien Febvre produzidos na década de 1920. Além do mais, é preciso lembrar que, apesar das várias mudanças por que passou a historiografia francesa nos últimos 60 anos, os estudiosos das mentalidades sempre se reconheceram como herdeiros contemporâneos de Bloch e de Febvre, por muitos chamados de "os pais fundadores" da chamada Nova História produzida na França. Enfim, conforme diz Roger Chartier em seu *A história cultural,* o próprio termo *mentalité,* usado para exprimir algo próximo a uma psicologia histórica coletiva, sempre foi de difícil tradução em outras línguas que não o francês, prestando-se a confusões e indicando, por isso, ser uma fórmula tipicamente francesa de pensar as questões.[3]

Mas o reconhecimento das mentalidades como herdeira preferida dos *Annales* não deve ser exagerado, pois também é certo que, em algumas de suas tendências, a história das mentalidades realmente rompeu com o espírito de síntese que animava os *annalistes* ao tempo em que questionavam a história "historicizante" na passagem do século XIX ao XX. No mínimo por apegar-se a temas inscritos no "terceiro nível" da estrutura social,

para usar a expressão com que Vovelle se referia às mentalidades, a historiografia francesa da década de 1970 em diante afastou-se tematicamente dos recortes sintéticos valorizados por Febvre, Bloch e, sobretudo, por Fernand Braudel, historiador-mor dos *Annales* desde meados dos anos 50 até 1969, ano em que se aposentou.

Denominada por muitos como *"Escola dos Annales",* o grupo de historiadores liderados por Bloch e Febvre se constituiu, antes de tudo, como um movimento, conforme destaca Jacques Revel.[4] Uma sensibilidade, um conjunto de estratégias voltadas para combater o tipo de história que se fazia na França e que dominava a universidade no início do atual século. A esta história os "fundadores" dos *Annales* chamavam de historicizante ou *événementielle,* e alguns qualificam um tanto impropriamente de positivista. Febvre e Bloch combatiam, pois, uma história somente preocupada com os fatos singulares, sobretudo com os de natureza política, diplomática e militar. Combatiam uma história que, pretendendo-se científica, tomava como critério de cientificidade a verdade dos fatos, à qual se poderia chegar mediante a análise de documentos verdadeiros e autênticos (ficando os "mentirosos" e falsos à margem da pesquisa histórica) — história que tinha na *Introduction aux études historiques de Langlois e Seignobos* (1897) o seu exemplo maior e principal alvo da crítica. Combatiam, enfim, uma história que se furtava ao diálogo com as demais ciências humanas, a antropologia, a psicologia, a lingüística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia, rainha das disciplinas humanísticas na França desde a obra de Durkheim.

Contra a tal história historicizante, Febvre e Bloch opunham uma assim chamada *história nova,* uma história problematizadora

do social, preocupada com as massas anônimas, seus modos de viver, sentir e pensar. Uma história de estruturas em movimento, com grande ênfase no estudo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, ao contrário do proposto pela concepção marxista da história. Uma história preocupada, enfim, não com a apologia de príncipes ou generais em feitos singulares, senão com a sociedade global, e com a reconstrução dos *fatos em série* passível de compreensão e explicação.

Animava os fundadores dos *Annales* a perspectiva de construir uma história interdisciplinar, motivação nutrida nos contatos de Febvre ou de Bloch com o geógrafo Paul Vidal de la Blache, o antropólogo Lucien Lévy-Bruhl, o lingüista Antoine Meillet, o historiador da arte Émile Mâle e muitos outros estudiosos igualmente preocupados com a interdisciplinaridade. O espírito de síntese interdisciplinar que inspirava os fundadores da *história nova* apareceu resumido no artigo de um sociólogo, François Simiand, que no seu "Méthode Historique et Science Sociale" propôs um programa destinado a situar a história no seio das demais ciências sociais, o que fez combatendo acidamente o "discurso tradicional" de Seignobos na sua última versão de 1901 *(Méthode historique appliquée aux sciences sociales).* O artigo de Simiand foi publicado em 1903 na então novíssima *Revue de Synthèse Historique,* revista fundada por Henri Berr na qual Bloch e Febvre colaboraram até 1926.

Foi com base neste ânimo de combate e renovação da pesquisa histórica que Febvre e Bloch fundaram, em 1929, a revista *Annales d'Histoire Économique et Sociale,* primeiro nome do famoso periódico que acabaria por se estender ao próprio movimento da *história nova* francesa. Não resta dúvida de que a

fundação dos *Annales* foi movimento dos mais profícuos na historiografia mundial, tão profícuo que Peter Burke o chamou de "a Revolução Francesa da historiografia", subtítulo de seu recente livro sobre os historiadores franceses.[5] Sem desmerecer outras correntes, nem tampouco os centros e publicações historiográficas que se afirmaram em outros países, antes e depois dos *Annales,* a *história nova* francesa talvez tenha sido a que mais irrigou e inspirou a pesquisa e a reflexão historiográfica mundial nas últimas décadas.

No entanto, vale dizer que os combates de Bloch e Febvre e o movimento historiográfico que estimularam nos anos 20 foram em parte injustos com a historiografia do século XIX e mesmo com a que havia no início do século. Se um historiador como o alemão Leopold Von Ranke realmente marginalizou o que se poderia chamar de história sociocultural (embora também ele se interessasse pela arte, religião e sociedade, e não só pelo político), inúmeros historiadores do século XIX e início do XX deram contribuição inestimável à renovação dos estudos historiográficos. Sem eles não se poderia compreender nem o surgimento dos *Annales,* nem a preocupação com as *mentalidades,* que desde cedo se fez notar. Foi o caso de Burckhardt e de seu estudo sobre o Renascimento (1860), no qual a história aparece interpretada à luz da interação do Estado, da religião e da cultura. Foi o caso do inglês Edward Gibbon com sua história sociocultural do império romano, e de muitos autores não-franceses. E, mesmo no caso da França, não faltam exemplos de autores que problematizaram a história em diversos campos do social, e isto em pleno século XIX: Michelet e seus estudos sobre o Renascimento e sobre a ação popular na Revolução Francesa; Fustel de Coulanges e sua obra clássica sobre religião e família na Antigüidade grega; Henri Sée e

a história econômica do Antigo Regime... A lista seria infindável, de modo que não resta dúvida de que os primeiros *annalistes* estereotiparam, em parte, a historiografia oitocentista com o fito de acentuarem a *novidade* de suas propostas.

Seja como for, e não obstante o predomínio do espírito de síntese e a busca de uma história *totalizante,* a preocupação com as mentalidades apareceu muito cedo nos *Annales,* conforme indica a produção historiográfica dos próprios fundadores. Marc Bloch, por exemplo, celebrizado pelos estudos rurais em perspectiva comparativa, e particularmente pelo clássico *La société feodale,* escrito nos anos 30 (traduzido pela Edições 70 portuguesa), foi verdadeiramente precursor da história das mentalidades e de uma espécie de antropologia política ao escrever *Les rois thaumaturges.* Trata-se de obra publicada em 1924 — antes, portanto, da fundação dos *Annales* —, na qual Bloch examina as crenças populares no poder curativo do toque real desde a Idade Média ao século XVIII, comparando as monarquias francesa e inglesa. Quanto a Lucien Febvre, que já havia enveredado por algo próximo à psicologia histórica em seu *Un destin, Martin Luther* (1928), esboçou uma verdadeira teoria dos modos de pensar e sentir no século XVI europeu através do conceito de *outillage mental* — inspirado no conceito de *mentalidade primitiva* ou *pré-lógica* de Lévy Bruhl, o que fez na sua obra clássica *Le problème de l'incroyance au XVI^e^ siècle: la religion de Rabelais* (1942).

Bloch e Febvre inauguraram, pois, nos primórdios dos *Annales,* o estudo das mentalidades, delas fazendo um legítimo objeto de investigação histórica. Mas não se pense que foram eles os primeiros a se dedicarem ao estudo de sentimentos, crenças e costumes na historiografia ocidental. Para citar apenas alguns

autores que lhes antecederam ou foram deles contemporâneos nessas preocupações, vale lembrar o próprio Michelet, autor de *La sorcière,* em 1862 (traduzido em Portugal), e o importante Georges Lefebvre, autor de *La grande peur,* livro sobre a onda de pânico que varreu a França rural no contexto revolucionário francês. E se for o caso de dar exemplos fora da França, não se pode esquecer do grande historiador holandês Johan Huizinga, autor de *O outono da Idade Média* (de que há várias traduções), obra publicada em 1919 sobre sentimentos, costumes e religiosidades na França e nos Países Baixos nos séculos XIV e XV, nem de Norbert Elias, sociólogo e historiador alemão que, antecipando-se a Foucault em décadas, publicou em 1939 o seu *0 processo civilizador,* livro sobre a sociedade de corte e o surgimento da etiqueta na Europa moderna.

Precursores à parte, o fato é que Bloch e Febvre se interessaram — e muito — pelo problema das mentalidades na história, embora condicionassem o seu estudo a uma perspectiva globalizante e sintética de história social. Assim sendo, não é exato dizer que o surgimento da história das mentalidades em fins dos anos 60 tenha rompido totalmente com a tradição dos *Annales* e com as concepções dos fundadores da *história nova.* Ao menos no tocante à valorização de certos temas ligados à religiosidade, aos sentimentos e aos rituais, o que parece ter ocorrido foi, não uma ruptura, senão uma retomada, nos últimos 20 ou 30 anos, de antigas preocupações de Febvre e Bloch quanto ao estudo do mental.

O nó da questão parece situar-se no período que Peter Burke chamou de "a era Braudel" (1956-1969), tempo em que o principal discípulo de Lucien Febvre comandou a produção historiográfica francesa, controlando postos-chave nas instituições universitárias

e de pesquisa daquele país, a exemplo do Collège de France, da École des Hautes Études etc. A influência de Braudel foi então imensa, quer intelectual, quer institucionalmente, imprimindo a sua marca nesta segunda fase da história dos *Annales.* Numa visão de conjunto, é inegável que a dita "era Braudel" representou um adensamento da problematização teórica dos *Annales* e uma consolidação do espírito de síntese que animava o "fazer história" de Bloch e de Febvre. No entanto, foi justamente nessa fase que se viram eclipsadas, por assim dizer, as fortes preocupações que os primeiros *annalistes* sempre dedicaram às mentalidades na história.

Autor de vasta e importante obra, Braudel celebrizou-se com a publicação de sua monumental tese de doutorado, em 1949, "La Méditerranée et le monde méditerranéen à 1'époque de Philippe II". Vale dizer que a primeira versão da tese, que viria a ser defendida em 1947, fora elaborada durante a Segunda Guerra Mundial, tempo em que o autor permaneceu prisioneiro dos alemães num campo perto de Lubeck, de onde enviava os manuscritos para Lucien Febvre. Sem bibliotecas e contando apenas com sua prodigiosa memória, Braudel concebeu ali a estrutura de sua tese doutorai, o que não deixa de ser absolutamente notável.

O que interessa frisar, no entanto, é que foi no *Mediterrâneo* que Braudel não só expôs uma pesquisa extraordinária sobre economia e sociedade no mundo mediterrânico durante a segunda metade do século XVI como apresentou a sua própria concepção de história, particularmente a sua problematização original do espaço e do tempo históricos. No tocante ao espaço, aprofundou o estudo sobre as relações entre o meio ambiente e a vida material, chegando mesmo, no limite, a sugerir uma espécie de

determinismo geográfico na estrutura e dinâmica das sociedades. No tocante ao tempo, desenvolveu, na própria divisão da obra, suas hipóteses sobre os diversos tempos que se cruzam na história das sociedades. Com efeito, a primeira parte do *Mediterrâneo* é dedicada ao *tempo longo*, à "história quase sem tempo" da relação entre o homem e o ambiente geográfico; a segunda parte se volta para o *tempo médio,* à história cambiante das conjunturas econômicas, sociais e políticas; e a terceira parte se liga ao *tempo curto* dos acontecimentos, a antiga história *événementielle* subordinada, porém, à uma visão totalizante das estruturas sociais.

"Meu grande problema, o único problema, a resolver é demonstrar que o tempo avança com diferentes velocidades", eis o que afirmou certa vez Braudel, ancorado em sua pesquisa e hipóteses teóricas sobre tempo e história. Foram essas preocupações que o levaram a escrever o famoso artigo "A Longa Duração", publicado em 1958, texto em que formulou com nitidez a sua teoria sobre os três tempos da história, aprofundando o tempo da longa duração: tempo das estruturas, tempo quase imóvel da relação entre o homem e a natureza.[6]

A problematização braudeliana do tempo longo é de importância crucial para o assunto do presente capítulo sobre as mentalidades. Afinal, foi no texto de 1958 que Braudel introduziu o estruturalismo de Lévi-Strauss na teoria histórica dos *Annales,* relacionando as tenazes prisões de longa duração que a geografia impunha universalmente ao homem com a noção de *estrutura* do antropólogo francês.

E convém não esquecer que a longa duração seria conceito caríssimo à concepção de mentalidades, concebidas como estruturas de crenças e comportamentos que mudam muito

lentamente, tendendo por vezes à inércia e à estagnação.

Mas não obstante Braudel tenha fornecido valiosos instrumentos teóricos para os futuros historiadores das mentalidades, "a era Braudel" foi em tudo avessa ao estudo do mental. Em sua vasta obra, incluindo o modelo de *história total* apresentado no *Mediterrâneo,* o autor pouco deu atenção aos usos e mores das sociedades estudadas, e concebeu sempre a longa duração como um domínio temporal basicamente ligado às relações entre o homem, a geografia e as condições da vida material. Manteve-se fiel, portanto, à concepção sintética da história presente em Febvre e Bloch, conferindo-lhe mesmo uma densidade conceitual antes ausente. Deles se afastou, no entanto, ao "marginalizar" o estudo das mentalidades que tanto agradava aos fundadores da *história nova.*

A "era Braudel" caracterizou-se, portanto, pela produção de grandes obras de *história total,* histórias sintéticas, ainda que recortadas monograficamente, com grande ênfase nos aspectos socioeconômicos e suas relações com o meio geográfico. É nela que se incluem, por exemplo, as obras de Pierre Chaunu, *Seville et l'Atlantique* (1955-1960) e de Fréderic Mauro, *Le Portugal et l'Atlantique au XVII*e *siècle* (1960), livros muito inspirados no enfoque braudeliano do *Mediterrâneo.* É nessa fase que se pode verificar, igualmente, a penetração do marxismo na produção universitária francesa, processo favorecido, teoricamente, pela consolidação da visão globalizante de história nos *Annales,* bem como pela ênfase braudeliana nos aspectos socioeconômicos, embora o próprio Braudel apenas tolerasse o marxismo, não tendo jamais adotado os seus pressupostos teóricos. Incluem-se, nessa vertente, os trabalhos de Georges Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'occident médiéval* (1962), ou de Le Roy

Ladurie, *Le paysans de Languedoc* (1966), livros que, em certo sentido, recuperaram também as antigas preocupações de Bloch com a história rural francesa.

A verdadeira ruptura ocorrida na historiografia francesa e responsável pela irrupção da chamada *Nova História,* particularmente da história das mentalidades, parece ter ocorrido muito mais em relação à "era Braudel", na qual predominou uma visão totalizante e socioeconômica da história, do que em relação aos primórdios dos *Annales,* tempo em que as mentalidades eram valorizadas. O livro-chave dos "novos tempos" talvez tenha sido mesmo, como muitos dizem, o *Magistrais et sorciers en France au XVII^e^ siècle,* publicado em 1968 por Robert Mandrou. Colocando em cena o tema da perseguição à feitiçaria na França moderna, Mandrou se afirmaria como historiador emblemático das mentalidades, ele que, discípulo de Lucien Febvre como Braudel, havia sido ligeiramente marginalizado pelo último após a morte de Febvre (1956), deixando o cargo de secretário-executivo da revista *Annales* em 1962.

Convém não exagerar, no entanto, a importância de *Magistrais et sorciers* e tomá-lo como um marco a partir do qual a história das mentalidades teria "ressurgido" na historiografia francesa após décadas de ostracismo. O próprio Mandrou havia publicado, em 1964, um estudo hoje clássico sobre a cultura popular na França, e antes dele, em 1960, fora publicado o famoso *L'enfance et la vie familiale sous l'ancien régime,* obra de Philippe Ariès, historiador diletante que só posteriormente seria incorporado ao meio acadêmico francês.

Mas foi realmente no fim da década de 1960 que a historiografia francesa passou a trilhar os rumos das mentalidades, campo privilegiado da chamada Nova História e

apanágio dos principais historiadores da “terceira geração” dos *Annales.* Em 1969 Braudel se aposentou, deixando em 1972 a presidência da 6ª seção da *École* nas mãos de Jacques Le Goff, ao passo que a revista *Annales* passou a ser dirigida pelos historiadores Jacques Revel e André Burguière, pesquisadores que, como Le Goff, se dedicavam às mentalidades. Abriu-se, assim, o caminho para que a produção historiográfica francesa fosse “do porão ao sótão”, metáfora então usada para exprimir a mudança de preocupações da base socioeconômica ou da vida material para os processos mentais, a vida cotidiana e suas representações.

Desnecessário dizer que a mudança de rumos na produção historiográfica dos *Annales,* e a relativa pulverização temática e de enfoques nela presente, não decorreu somente das alterações institucionais e do afastamento de Braudel das posições de poder no meio acadêmico. No plano intelectual, é preciso considerar o prestígio de Lévi-Strauss e da antropologia estrutural na França, sem contar a avassaladora irrupção da obra de Michel Foucault que, ao publicar sua *L’archeologie du savoir (Arqueologia do saber),* em 1969, pôs em xeque os paradigmas ocidentais do conhecimento científico, o racionalismo e o próprio saber histórico. Poder-se-ia objetar que Foucault custou a ser assimilado pela historiografia francesa, lembrando que sua *Histoire de la folie (História da loucura),* del961, ficou quase despercebida por muito tempo. Mas o fato é que pouco a pouco sua obra filosófica e “historiográfica” foi penetrando nas pesquisas dos historiadores profissionais, fazendo renascer antigas preocupações de Febvre e de Bloch com os discursos e rituais, e estimulando novos temas, como o da sexualidade, das prisões, dos micropoderes, da doença etc.

No plano mais geral, pesou decisivamente a favor das mentalidades o "impacto dos anos 60", desde a chamada revolução sexual estimulada pela difusão da pílula até o desencantamento progressivo da esquerda ocidental com o modelo soviético de socialismo, mormente depois da violenta intervenção da ex-URSS na então Tchecoslováquia (Primavera de Praga), em 1968. Trata-se, nesse último caso, de assunto por demais complexo para ser abordado nos limites deste capítulo, mas não resta dúvida de que a crise do "marxismo ocidental", conforme denominou Perry Anderson o marxismo professoral e filosófico dos países capitalistas da Europa, desempenhou papel relevante nas "viragens historiográficas" aqui examinadas.[7]

Seja como for, a história das mentalidades que passou a reinar na historiografia francesa desde fins da década de 1960 tem sido caracterizada um tanto precipitadamente — sobretudo pelos seus críticos —, em função de seus temas e de seu estilo. Quanto aos temas, é costume se destacar a preferência por assuntos ligados ao cotidiano e às representações, na falta de expressões melhores: o amor, a morte, a família, a criança, as bruxas, os loucos, a mulher, os homossexuais, o corpo, a morte, os modos de vestir, de chorar, de comer, de beijar etc. Microtemas, portanto, recortes minúsculos do todo social. Quanto ao estilo, costuma-se realçar seu apego à narrativa e à descrição em detrimento da explicação globalizante.

Sem negar que muitos estudos ligados às mentalidades por vezes se enquadrem no quadro acima exposto, creio ser necessário ir além na caracterização deste campo não tão novo do saber histórico, no mínimo porque a história das mentalidades abrigou historiadores do porte de Le Goff, Duby, Le Roy Ladurie, Ariès e outros, parte dos quais egressos do marxismo, autores que nem

de longe podem ser descritos como memorialistas tolos ou narradores ingênuos. É preciso ir além e buscar a base teórica das mentalidades. Deixar de fazê-lo é um risco que não se deve correr, sob pena de ter-se não a delimitação, senão uma caricatura, desta relevante corrente de investigação histórica.

Pressupostos, diversidades conceituais e temáticas no estudo das mentalidades

Não foram poucos os historiadores que, nos últimos 20 anos, tentaram definir ou delimitar o campo teórico e metodológico da história das mentalidades. Numa avaliação de conjunto, e sem desmerecer o esforço dos que enfrentaram a questão, é preciso reconhecer que quase todos esbarraram em imprecisões e ambigüidades que, de certo modo, marcaram a história das mentalidades e contribuíram muito para o desgaste da própria noção, alimentando o arsenal de seus críticos e adversários. Em primeiro lugar, não se pode negar uma certa tendência empirista em muitas definições do que pertence ao domínio das mentalidades, confundindo-se freqüentemente os campos de estudo (religiosidades, sexualidades, comportamentos etc.) com a problematização teórica dos objetos. Em segundo lugar, não é rara a delimitação das mentalidades quer por oposição à história econômica — hegemônica na historiografia francesa dos anos 50 e 60 —, quer por oposição à história das idéias, disciplina que na verdade nunca teve grande destaque naquela historiografia, abrigando-se, quando muito, nas áreas de letras e filosofia.

Por outro lado, a compensar aquelas tendências um tanto empiricistas e negativas das mentalidades, buscou-se afirmá-las como a história a mais aberta possível à investigação dos fenômenos humanos no tempo, sem excluir a dimensão individual

e mesmo irracional dos comportamentos sociais, e procurando resgatar os padrões menos cambiantes da vida cotidiana, mormente o universo de crenças ligadas ao nascimento, à morte, aos ritos de passagem, ao corpo, aos espaços e ao tempo. Vem daí a afirmação tantas vezes reiterada de que *todo e qualquer documento se pode prestar a uma pesquisa de mentalidades,* desde um sermão sobre a vida *post-mortem,* caso mais óbvio, até um documento administrativo que, dependendo de como esteja elaborado (formas de tratamento, insígnias, vocabulário etc.), pode também iluminar importantes aspectos dos modos de sentir e pensar da sociedade estudada. Vem igualmente daquela perspectiva a convicção de que a história das mentalidades é a que mais confirma a vocação interdisciplinar dos *Annales,* sobretudo quanto ao diálogo com a antropologia, a psicologia e a lingüística.

A vocação interdisciplinar e à diversidade a mais abrangente possível do campo documental, acrescente-se a preocupação dos "historiadores das mentalidades" com a *quantificação,* seja a pretensão de medir, com a precisão possível, os padrões de comportamento e sua lenta variação no tempo, seja, quando menos, a tendência a pesquisá-los a partir de fontes em série, de preferência às fontes singulares, o que constitui uma herança da história econômica ou *serial* de origem braudeliana, para não falar da história social à moda Labrousse. De qualquer modo, o quantitativismo não pode ser considerado um traço universal da historiografia das mentalidades, sendo procedimento muito usado por uns e totalmente descartado por outros historiadores do mental. Michel Vovelle o utilizou com maestria, por exemplo, no seu *Piété baroque et déchristianisation* (1973). Philippe Ariès o ignorou por completo em seus estudos sobre a família e sobre a

morte, sendo por isso mesmo acusado de intuitivo por diversos críticos.

No tocante ao plano conceitual, creio ser útil reter as principais idéias de um texto que se pode considerar o mais famoso dos primeiros tempos das mentalidades na era pós-braudeliana. Trata-se do artigo de Le Goff, "As Mentalidades — Uma História Ambígua",[8] publicado no *Faire de l'histoire* (1974), verdadeiro manifesto da Nova História, obra que na tradução brasileira de 1976 apareceu simplesmente como *História,* organizada em três volumes dedicados, respectivamente, às "novas abordagens", aos "novos problemas" e aos "novos objetos".

Do artigo de Le Goff podem ser extraídas três idéias básicas que, de certo modo, procuram delimitar o campo conceitual das mentalidades. Primeiramente, a questão do recorte social das mentalidades, que o autor diz ser *abrangente a ponto de diluir as diferenças inerentes à estratificação social da sociedade estudada.* "A mentalidade de um indivíduo histórico, sendo esse um grande homem, é justamente o que ele tem de comum com outros homens de seu tempo", afirma o autor logo no início do artigo. E mais adiante: "O nível da história das mentalidades... é o que escapa aos sujeitos particulares da história, porque revelador do conteúdo impessoal de seu pensamento é o que César e o último soldado de suas legiões, Cristóvão Colombo e o marinheiro de suas caravelas têm em comum." Em segundo lugar, quanto a esse domínio de crenças e atitudes comuns a toda a sociedade, Le Goff diz situar-se, de preferência, no campo do "irracional e do extravagante", do que decorrem a noção de *inconsciente coletivo* e a recomendação de uma pesquisa "arqueopsicológica" para desvendar esse último em investigações concretas. Enfim, a questão do tempo das mentalidades que, conforme já disse, é o

tempo braudeliano da longa duração: “A mentalidade”, afirma Le Goff, “é aquilo que muda mais lentamente. História das mentalidades, história da lentidão na história.”

Outro aspecto de suma relevância do texto em questão é o diálogo por vezes áspero, outras vezes conciliador, do historiador com o marxismo. Criticando esse último, Le Goff afirma que “os historiadores que a ele recorriam, depois de ter valorizado o mecanismo dos modos de produção e da luta de classes, não obtiveram êxito em passar, de maneira convincente, das infra-estruturas para as superestruturas”. As mentalidades viriam, assim, no mínimo, suprir uma deficiência teórica do marxismo e, no máximo, substituí-lo por um modelo capaz de “dar a esses mecanismos descarnados o contrapeso de outra coisa”, “descobrir na história uma outra parte”. No final do artigo, porém, Le Goff já não é tão enfático, dizendo ser “um erro grosseiro” desligar as mentalidades “das estruturas e da dinâmica social”, e admitindo a existência de “mentalidades de classes ao lado de mentalidades comuns”.

Le Goff reveria certos conceitos alguns anos depois, ao publicar um artigo intitulado “A História do Cotidiano”,[9] incluso na coletânea “L’Histoire Aujourd’hui” da *Magazine Littéraire,* em 1980. As mentalidades aparecem ali, como indica o título do artigo, travestidas de *cotidiano,* possível sinal de que a noção de mentalidades já começava a dar sinais de desgaste no meio acadêmico francês. A revisão conceitual se pode perceber no esforço do autor em demonstrar que o estudo do *cotidiano* não se poderia confundir com a recolha de anedotas e extravagâncias presente em vários livros da série *História da vida cotidiana,* coleção francesa criada em 1938 com a pretensão ingênua de “ressuscitar o passado, restituindo-lhe o sabor como se aí

estivéssemos".[10] Le Goff descartaria totalmente a pecha de descritiva e superficial que muitos atribuíam à história do cotidiano como, de resto, à história das mentalidades. Alertaria, ainda, contra os riscos do estruturalismo, contra a tendência obsessiva de buscar-se "a parte de frialdade que existe no seio de toda sociedade quente", ele que, em 1974, festejara a contribuição da antropologia de Lévi-Strauss para a Nova História.

Por outro lado, Le Goff ressaltaria a absoluta necessidade de vincular o estudo do cotidiano — leia-se *mentalidades* — a totalidades explicativas: "O cotidiano só tem valor histórico e científico no seio de uma análise dos sistemas históricos, que contribuem para explicar o seu funcionamento." Mas não se pense que o autor estava, ao dizê-lo, esposando qualquer teoria marxista da história. Nada de história "arrumada por gavetas", afirmou o autor, referindo-se possivelmente ao marxismo de corte *althusseriano* que tanto marcou as ciências humanas na França: o cotidiano não deveria ser compreendido como mais um nível acima do econômico, do social, do político do cultural etc. No entanto, é no mesmo artigo que Le Goff diz que "o cotidiano, se o perscrutarmos atentamente, revela-se como um dos lugares privilegiados das lutas sociais...".

É interessante cotejar, a propósito, as idéias de Le Goff com as de seu colega Michel Vovelle, um e outro historiadores franceses das mentalidades, com a diferença de que o segundo, ao contrário de Le Goff, se assume como um historiador marxista. Escrevendo no mesmo ano de 1980 um artigo intitulado "Ideologias e Mentalidades: Um Esclarecimento Necessário",[11] Vovelle foi reticente em relação à noção de *inconsciente coletivo* associada ao conceito de mentalidades, optando pela de "imaginário coletivo", considerada "mais operacionalizável e,

sobretudo, menos suscetível a extrapolações temerárias do domínio da psicanálise". Rejeitou igualmente as sugestões em favor da "autonomia do mental" e de um conceito de mentalidades construído sobre "camadas de ar", embora também não tenha endossado o reducionismo socioeconômico típico do marxismo vulgar. Defendeu as mentalidades das críticas que as colocavam como o estudo do *irrisório,* mas recusou-se a vê-las como o *essencial* da história. Propôs, enfim, uma *articulação entre o conceito de mentalidade e o de ideologia,* entendida à moda marxista em perspectiva de dominação de classe. "A história das mentalidades", afirmou Vovelle, "é o estudo das mediações entre, de um lado, as condições objetivas da vida dos homens e, de outro, a maneira como eles a narram e mesmo como a vivem. A esse nível, as contradições se diluem entre os dois esquemas conceituais: ideologias de uma parte, mentalidades de outra." As mentalidades seriam mesmo, para Vovelle, um "terceiro nível" da estrutura social (ou do modo de produção), afirmando-se "não como um território estrangeiro, exótico, mas como o prolongamento natural e a ponta fina de toda história social".

Em outro artigo publicado em 1980, Vovelle enfrentaria magnificamente o problema da *longa duração,*[12] herança braudeliana filtrada pelos historiadores das mentalidades. Adverteria contra o risco de, dilatando-se excessivamente o tempo das mentalidades pelo apego à inércia ou a mudanças praticamente imperceptíveis, os historiadores arruinarem seu próprio ofício, renunciando à pretensão de explicar as transformações sociais no tempo. Longa duração e "olhar antropológico", sim, jamais inércia ou imutabilidade, noções incompatíveis com o *métier de l'historien.* Vovelle proporia, no limite, um repensar do tempo das mentalidades, indicando a

necessidade de se *compatibilizar a curta com a longa duração,* o tempo da ruptura com o das permanências, "respiração fina da história" ou "tempo medianamente longo".

As divergências entre Vovelle e Le Goff, longe de ilustrarem qualquer embate retórico ou teórico entre marxistas e não-marxistas em torno do que seja a história legítima, permitem vislumbrar sérios dilemas no aparato conceitual das mentalidades, do que aliás se valeram muitos de seus críticos, sejam marxistas, sejam mesmo anti-marxistas. Em primeiro lugar, o dilema entre, de um lado, reconhecer uma *relativa autonomia das mentalidades* (sua irredutibilidade ao econômico, quer como reflexo, quer como nível determinado pela base material da sociedade) e *a necessidade de articulá-las a totalidades históricas explicativas.* Em segundo lugar, o dilema entre a *perspectiva da longa duração,* resultado da aproximação com a antropologia, e o *risco de fossilizar a história,* tornar imperceptíveis as mudanças, apegar-se enfim às frialdades que ocorrem em todas as sociedades, mesmo as "quentes" (históricas). Em terceiro lugar, o dilema entre *resgatar o lado humano e até individual da história* (sentimentos, desejos, fobias), objetivo eivado de motivações psicologizantes (embora legítimas), e o dever de *explicar o sentido coletivo e global da história,* as razões sociais de processos historicamente determinados.

Todos esses dilemas, e vários outros não mencionados, decorrem, em certo sentido, de um dilema maior, talvez filosófico ou civilizacional da própria história do Ocidente nas últimas décadas: o impasse entre a *crise do racionalismo e a própria tradição racionalista do mundo ocidental.* Eis o que, no fundo, inflama os debates sobre a validez ou legitimidade da Nova História, e das mentalidades em particular. Ciro Flamarion

Cardoso, em artigo citado anteriormente, viu na crise do racionalismo a brecha por onde as mentalidades invadiram o território dos historiadores, retirando-lhes o afã explicativo e inibindo-os quanto ao compromisso social e crítico inerente ao *métier de l'historien.* Cario Ginzburg, por outro lado, um dos expoentes do estudo das mentalidades (embora delas se refugie na chamada história da cultura) e um dos arautos da micro-história, igualmente se insurge contra a "máquina de guerra do ceticismo" ou neoceticismo, que duvida da diferença entre história e ficção, e apregoa que ambas não passam de gêneros de narrativa literária.[13]

Divergências e dilemas à parte, o estudo das mentalidades tem sido extraordinariamente prolífico. Cronologicamente, não seria errôneo dizer que predominam os estudos sobre a história medieval e a moderna, sendo tal tendência favorecida pela formação dos historiadores dedicados ao mental, bem como pelo "distanciamento" temporal daqueles períodos, mais passíveis de uma investigação histórico-antropológica (a busca da alteridade no tempo) do que épocas mais contemporâneas. No entanto, a Antigüidade greco-romana tem sido pouco freqüentada, salvo exceções, a exemplo dos estudos de Paul Veyne — *Le pain et le cirque* (1976), entre outros livros do autor — ou de Aline Rousselle e seu *Pornéia: sexualidade e amor no mundo antigo* (1983), título da tradução brasileira.

Quanto às temáticas preferenciais, qualquer esforço mais sério de classificação esbarra, na realidade, na tendência pulverizadora dos estudos sobre o mental, na multiplicidade de objetos e nos recortes microscópicos. Mas é possível verificar pelo menos quatro áreas temáticas permanentemente freqüentadas pelos historiadores: (1) as religiosidades, área que produziu

numerosos e brilhantes estudos, a exemplo de *La naissance du purgatoire* (1981), de Le Goff; (2) as sexualidades e suas representações, a exemplo dos estudos de Jean-Louis Flandrin *(Le sexe et l'Occident,* 1981), talvez o principal historiador desse assunto na historiografia francesa; (3) os sentimentos coletivos, a exemplo de *La peur en Occident* (1978), livro de Jean Delumeau já traduzido entre nós; (4) a vida cotidiana em regiões ou cidades, sobretudo francesas, em perspectiva de longa duração e com um viés nitidamente histórico-antropológico, a exemplo do clássico de Le Roy Ladurie, *Montaillou Village Occitan* (1975), livro que combinou admiravelmente o recorte microrregional com a visão totalizante daquela comunidade em fins da Idade Média.

Deve ser registrada, ainda, a larga predominância da Europa como espaço escolhido para as pesquisas, em contraposição à escassez de estudos sobre regiões e países não-europeus. Entre as exceções que confirmam a regra devem ser mencionados os estudos não de todo raros sobre a América Espanhola, a exemplo de *Quetzalcóatl et Guadalupe,* de Jacques Lafaye (1974), livro sobre o sincretismo religioso na história mexicana, sem falar no pouco conhecido livro de François de Medeiros, *L'Occident et l'Afrique* (1985), obra sobre a visão do homem medieval acerca da África. Mais recentemente, e dando prosseguimento ao interesse no estudo do colonialismo europeu na América, merecem destaque os estudos de Serge Gruzinski, autor de *La colonisation de l'imaginaire* (1988), historiador que, não obstante se mova no terreno das mentalidades, evita essa noção por considerá-la demasiadamente polêmica.

Cabe considerar, por outro lado, que o estudo das mentalidades soube ultrapassar as fronteiras da França e irrigar a historiografia de outros países europeus, para não falar da

América Latina e dos Estados Unidos, onde foi certamente filtrado e repensado de acordo com as tradições culturais e historiográficas daqueles países. Obras como o precoce *I Benandanti* (1966), livro sobre o imaginário da feitiçaria publicado pelo italiano Cario Ginzburg, ou o *Religion and the decline of magic* (1971), do inglês Keith Thomas, dão bem a medida da irradiação das temáticas e dos enfoques da "terceira geração" dos *Annales* na historiografia européia. O mesmo se pode dizer quanto aos Estados Unidos, hoje um centro produtor de estudos sobre as "mentalidades", ainda que com outros nomes e "temperados" pela *intelectual history* de tradição norte-americana (também conhecida como *history of ideas).* É o que se pode perceber em livros como o de Robert Darnton, *The great cat massacre (O grande massacre dos gatos)* (1984), ou o de Natalie Davis, *Society and culture in early modern France* (1975).

Numa visão de conjunto, seria pois errôneo falar em uma "história das mentalidades" homogênea e unificada, seja quanto a seus pressupostos teórico-metodológicos, seja quanto aos resultados das investigações. Considerando apenas a historiografia sobre as mentalidades produzida na França que, afinal, foi o berço desta corrente de pesquisas, talvez se possa falar de pelo menos três variantes da história das mentalidades:

1. Uma história das mentalidades herdeira da tradição *dos Annales,* seja quanto à valorização do que Febvre chamava de *outillage mental,* seja quanto ao reconhecimento de que o estudo do mental só faz sentido se articulado a totalidades explicativas (é o caso de Le Goff, Duby, Le Roy Ladurie etc., autores que, em certos casos, também transitaram pelo marxismo).

2. Uma história das mentalidades assumidamente marxista, preocupada em relacionar os conceitos de mentalidade e ideologia,

bem como em minorar a frialdade da longa duração pela valorização da ruptura e da dialética entre o tempo longo e o acontecimento “revolucionário” (caso típico de Vovelle).

3. Uma história das mentalidades, esta sim, descompromissada de discutir teoricamente os objetos, e unicamente dedicada a descrever e narrar épocas ou episódios do passado, história cética quanto à validez da explicação e da própria distinção entre narrativa literária e narrativa histórica (é o caso de alguns estudos da série *História da vida cotidiana* e de certos trabalhos monográficos sobre microtemas como os cardápios, os modos de beijar ou chorar, o imaginário do onanismo etc.).

Três variantes, portanto, três maneiras de fazer a história das mentalidades que devem ser levadas em conta num balanço crítico de conjunto, inclusive para que se possa avaliar, sem preconceitos *ou parti pris,* as potencialidades e limitações desse campo de estudos.

Da história das mentalidades à história cultural

Se as pesquisas no campo das mentalidades ganharam espaço definitivo nos centros de produção historiográfica de vários países, o mesmo não se pode dizer da disciplina ou do próprio conceito de mentalidades, vítimas de um desgaste quase irreversível em face das inúmeras críticas que se lhes moveram. Críticas “de fora”, isto é, daqueles que rejeitam os temas das mentalidades ou apontam a sua debilidade explicativa. Críticas “de dentro”, isto é, daqueles que fazem ou fizeram pesquisas neste campo, porém assimilaram as restrições “externas” e/ou acrescentaram suas próprias reticências quanto à solidez teórica das mentalidades.

Os resultados deste declínio das mentalidades são ainda difíceis de avaliar. Em certos casos levou à radicalização das posições estruturalistas ou neo-estruturalistas, a exemplo do citado Stuart Clark, estudioso da feitiçaria na época moderna. Rejeitando a tradição francesa de estudar as antigas crenças em práticas mágicas com base em conceitos como "mentalidade pré-lógica", Clark afirmou que só é possível estudar a feitiçaria a partir dos significados que os próprios atores sociais emprestavam às suas religiosidades. Qualquer problematização externa àqueles significados é vista como anacrônica e frágil, do ponto de vista antropológico, de sorte que, segundo Clark, a história das mentalidades à moda francesa jamais conseguiu ser "verdadeiramente antropológica". É claro que o autor está adotando, como paradigma, teorias como as de Clifford Geertz, para quem as regras de cada comunidade ou cultura são auto-explicativas, cabendo ao investigador tão somente descobri-las e descrevê-las — a famosa *thick description* (descrição densa) que tanto tem encantado alguns historiadores contemporâneos.

Semelhante à inspiração de Clark é a que tem levado alguns críticos a negar que a história tenha alguma competência explicativa ou alguma habilidade especial para produzir um discurso verdadeiro sobre o *real.* A inspiração desse neoceticismo vem da chamada *linguistic turn,* dos que se baseiam em modelos como o de Hayden White, para quem a história não passa de um gênero de narrativa, embora diferente da ficção. Os vulgarizadores de White foram além, naturalmente, e não vêem qualquer diferença entre a narrativa histórica e a ficcional, uma e outra "condenadas" a (re)inventar a realidade.

Críticas deste gênero, radicalizando a defesa de uma história sem dinâmica, prisioneira de estruturas frias e de uma rede de

simbolismos que cabe unicamente descrever, não são de modo algum gratuitas. A própria história — e não somente os historiadores das mentalidades — abriu o flanco para semelhantes radicalizações ao preconizar, por exemplo, a necessidade de uma investigação histórica interdisciplinar e a inserção da história no pleno domínio das ciências sociais. Se não resta dúvida de que, por um lado, a interdisciplinaridade contribuiu muitíssimo, no atual século, para o aperfeiçoamento do saber e da narrativa historiográfica, por outro lado, foi muitas vezes mal compreendida. Levada ao extremo, confundida com transdisciplinaridade, ao invés de entendida como *diálogo entre disciplinas distintas quanto aos métodos e objetos,* pode conduzir a verdadeiros cataclismos teóricos.

No caso da história, a aproximação nem sempre criteriosa com a antropologia e a lingüística estimula alguns a recomendar que os historiadores praticamente abandonem o seu ofício para descrever quer estruturas simbólicas fechadas, quer estruturas textuais auto-significantes. No pano de fundo deste ceticismo, cabe alguma responsabilidade à Nova História e aos historiadores das mentalidades que, sem dúvida alguma, se viram à certa altura encantados com o estruturalismo de Lévi-Strauss e com a *anti-história* foucaultiana, ainda que, nas pesquisas concretas sobre o mental, esposassem a antropologia ultrapassada de Lévy-Bruhl.

Quanto à diluição das fronteiras entre história e literatura, proposta que, no extremo, retira da história a possibilidade de buscar até o *verossímil,* não resta dúvida de que muitos historiadores das mentalidades lhe abriram largo caminho. Era muito comum nos anos 70 falar-se um tanto impropriamente de “retorno da narrativa” (como se a história não fosse sempre uma narrativa...), opondo-se as “tramas” e “intrigas” da história das

mentalidades aos ensaios "totalizantes" e "descarnados" seja da história social, seja do marxismo. Basta conferir, entre vários exemplos possíveis, certa opinião de Georges Duby publicada no *Magazine Littéraire* (1977):

> "Quanto aos problemas da 'encenação' do texto historiográfico... eu digo que a maneira como organizo os meus textos testemunha em primeiro lugar uma certa humildade para com a informação, a consciência que tem o historiador de só poder atingir uma parte da realidade e, por conseqüência, de preencher forçosamente os vazios com o que imagina."[14]

Seja como for, e longe de negar a importância do simbólico na história ou a necessidade da *imaginação histórica* (desde que atenta ao verossímil e ancorada em provas documentais), o fato é que a chamada Nova História abriu-se de tal modo a "outros saberes" e questionamentos estruturalistas que, no limite, pôs em risco a própria soberania e legitimidade da disciplina, sobretudo em algumas versões ou "profissões de fé" da história das mentalidades.

O resultado foi o já citado "declínio" das mentalidades e a deserção dos historiadores a elas dedicados para outros campos. A partir da década de 1980, é possível verificar o surgimento de uma série de "novos" campos, esboços de disciplinas que, em maior ou menor grau, herdaram os temas e problemáticas das mentalidades. No caso da França, sempre ela, algumas coleções pareceram cumprir este papel de revigorar as mentalidades através de microrrecortes. É o caso, ao menos em parte, da *Histoire des femmes,* publicada originalmente na Itália, porém organizada por Georges Duby e Michelle Perrot. É o caso da *História da vida privada,* já traduzida no Brasil, organizada por Philippe Ariès e pelo mesmo Duby. Tais microcampos, herdeiros

das mentalidades, não serão objeto de exame neste capítulo, já que dedicamos a eles um espaço específico no presente livro. Fica porém o registro de que "vida privada", "história de gênero", "história da sexualidade" etc. foram alguns dos refúgios que abrigaram as mentalidades, um tanto acuadas em face das críticas já referidas anteriormente.

Outro refúgio das mentalidades, diferente da "história da vida privada" etc., porque não pulveriza somente as temáticas senão o próprio recorte do tecido social, é a chamada *micro-história,* entendida aqui como um gênero específico de narrativa e modo de fazer história. A *micro-história* se afirmou sobretudo nos anos 80, podendo ser considerada, a rigor, como uma das manifestações da história das mentalidades, inclusive no tocante à disparidade de temas e recortes no seu interior. *Microstorie* é, antes de tudo, o nome de uma coleção italiana publicada pela Einaudi (Turim), voltada para pesquisas biográficas, estudos de comunidades, reconstituição de episódios excepcionais na vida cotidiana de certas populações etc. Considerada como gênero, a micro-história sinalizaria, nas palavras de Chartier, a mais viva tradução desta *démarche* historiográfica apoiada em modelos etnometodológicos. O objeto da micro-história, diz Chartier, não reside "nas estruturas e mecanismos que regem, fora de todo subjetivismo, as relações sociais, mas sim nas racionalidades e estratégias que põem em funcionamento as comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos".[15]

Na coleção italiana predominam, com efeito, investigações deste jaez, incluindo alguns trabalhos muito festejados, a exemplo de *La città indemoniata,* estudo dos norte-americanos Paul Boyer e Stephen Nissembaum sobre a possessão de Salem (Massachussets, século XVII) e de *Il retorno di Martin Guerre,*

pesquisa de Natalie Davis sobre o caso de certa mulher que casara com um impostor, julgando ser seu noivo (França, século XVI). A série inclui, também, biografias de exorcistas, de infanticidas, histórias de criminosos etc., destacando-se, no tocante às fontes, o recurso a processos judiciários, mormente os de tipo inquisitorial. Nela não faltam, embora raros, alguns personagens célebres, a exemplo do *Galileo eretico,* livro de Pietro Redondi, nem tampouco historiadores de grande importância no cenário historiográfico contemporâneo. Edward Thompson publicou na *Microstorie* o seu *Società patrizia, cultura plebea,* estudo histórico-antropológico sobre a Inglaterra setecentista, e Cario Ginzburg publicou ali o seu estudo sobre Piero della Francesca, livro já traduzido no Brasil.

O gênero micro-histórico parece ter realmente triunfado em toda parte, favorecido aliás pela aceitação do público não-especializado que, no mundo inteiro, parece sempre ávido de intrigas, tragédias e aventuras. Título de uma coleção italiana de livros de história, a *micro -história* parece ter sido preconizada, como gênero e como linha editorial, pela coleção francesa *Archives,* datada dos anos 70, série voltada para a publicação de fontes sobre casos (sobretudo judiciários) célebres ou extravagantes, incluindo ensaios críticos de historiadores ou especialistas. Afinal, foi na *Archives* que Michel Foucault publicou o seu famoso *Moi, Pierre Riviere... (Eu, Pierre Riviere...)* (1973), estudo sobre um matricida francês (que também matou os irmãos), sem falar no livro de Duby sobre Joana d'Arc etc. Na Espanha, palco atualíssimo da *micro-história,* o livro-emblema do gênero é o de Jaime Contreras, *Sotos contra Riquelmes* (1992), estudo sobre conflitos familiares e jogos de interesse envolvendo cristãos novos e autoridades públicas no tempo da Inquisição.

Micro-história à parte, o grande refúgio da história das mentalidades foi, contudo, o da chamada *história cultural,* refúgio este sim mais consistente, posto que, em suas principais versões, procurou defender a legitimidade do estudo do "mental" sem abrir mão da própria história como disciplina ou ciência específica — o que não é de somenos importância —, e buscando corrigir as imperfeições teóricas que marcaram a corrente das mentalidades dos anos 70.

A primeira característica do que hoje se chama de história cultural reside, justamente, na sua rejeição ao conceito de mentalidades, considerado excessivamente vago, ambíguo e impreciso quanto às relações entre o mental e o todo social. Os "historiadores da cultura" que, diga-se de passagem, parecem sentir-se mais à vontade em assumir este rótulo no lugar das mentalidades, não chegam propriamente a negar a relevância dos estudos sobre o mental. Não recusam, pelo contrário, a aproximação com a antropologia, nem a longa duração. E longe estão de rejeitar os temas das mentalidades e a valorização do cotidiano, para não falar da micro-história, por muitos considerada legítima, desde que feitas as conexões entre microrrecortes e sociedade global. E lícito afirmar, portanto, que a história cultural é, neste sentido, um outro nome para aquilo que, nos anos 70, era chamado de história das mentalidades.

A segunda característica da história cultural decorre, em certa medida, da primeira. Ela se apresenta como uma "Nova História cultural", distinta da antiga "história da cultura", disciplina acadêmica ou gênero historiográfico dedicado a estudar as manifestações "oficiais" ou "formais" da cultura de determinada sociedade: as artes, a literatura, a filosofia etc. A chamada *Nova História cultural* não recusa de modo algum as expressões

culturais das elites ou classes "letradas", mas revela especial apreço, tal como a história das mentalidades, pelas manifestações das massas anônimas: as festas, as resistências, as crenças heterodoxas... Em uma palavra, a Nova História cultural revela uma especial afeição pelo informal e, sobretudo, pelo *popular.* Nova coincidência, convém frisar, entre a história cultural e a das mentalidades: o distanciamento em relação à chamada *história das idéias,* história do pensamento formal, da filosofia ou dos "grandes pensadores".

Terceira característica, perfeitamente nítida nas principais versões da moderna história cultural: a sua preocupação em resgatar o papel das classes sociais, da estratificação, e mesmo do conflito social, característica que sem dúvida a distingue da história das mentalidades, pelo menos daquelas versões limitadas a descrever a vida cotidiana ou a apregoar que a mentalidade é algo comum ao conjunto da sociedade, não importando o lugar ocupado por indivíduos ou grupos na estratificação social (César e o soldado romano, São Luís e o camponês etc.).

Quarta característica, e vimos que isso também ocorre com as mentalidades: a chamada história cultural é uma história plural, apresentando caminhos alternativos para a investigação histórica, do que resulta, muitas vezes, uma série de desacertos e incongruências igualmente presentes na corrente anterior.

Tomemos como exemplo um livro recente, *The new cultural history,* coletânea de ensaios organizada nos Estados Unidos por Lynn Hunt e já traduzida no Brasil.[16] A primeira parte da obra tem por título "Modelos de História Cultural" e se compõe de quatro ensaios, cada qual dedicado a um modelo possível, no entender dos autores, de fazer história cultural: (1) a história da cultura à moda de Foucault; (2) a história da cultura dos

“historiadores”, reduzida no artigo a uma comparação entre as idéias de Thompson e de Natalie Davis; (3) a história da cultura de inspiração nitidamente antropológica, limitada, no caso, a uma comparação entre Geertz e Sahlins; (4) a história cultural relacionada à crítica literária e à discussão das relações entre história e literatura, limitando-se o artigo a comparar Hayden White e Dominick La Capra.

Numa visão de conjunto, o livro comprova a citada pluralidade que caracteriza a chamada Nova História cultural. Trata-se de uma coletânea interessante, composta de artigos que expõem, didaticamente, as principais idéias dos autores ou “modelos” selecionados. Mas o livro também fornece um testemunho cabal dos desacertos que podem marcar a história cultural, sem falar na confessada perplexidade dos autores com a “ausência de paradigmas” que anda a desnortear a historiografia contemporânea. Se fôssemos adotar os “modelos” de história cultural tal como apresentados na coletânea de Hunt, mais não teríamos a dizer senão constatar o caos teórico deste “novo campo”, pior talvez do que o comumente atribuído à história das mentalidades.

Antes de tudo, salta à vista o ecletismo da proposta, com a apresentação de modelos alternativos que nada têm em comum, quando não se opõem abertamente, até mesmo os autores incluídos num mesmo suposto modelo. Salta à vista igualmente a ausência de Ginzburg entre os autores ou modelos relevantes da história cultural contemporânea, sem falar na pouca atenção dispensada aos *Annales* e aos estudos das mentalidades, no mínimo como “precursores” da Nova História cultural.

No mais, o livro apresenta incongruências notáveis, ao incluir entre os tais “novos” modelos a obra de Foucault que, além

de não ser nova, contém um franco questionamento da própria história como forma de conhecimento do real. Afinal, era o próprio Foucault quem dizia de seus estudos: "são estudos de história e não trabalhos de historiador".[17] O mesmo se poderia dizer quanto à inclusão de Geertz ou Hayden White como modelos possíveis de uma *história* cultural, tratando-se de autores sabidamente questionadores da história como forma de conhecimento — fato aliás reconhecido pelos articulistas que os analisam no livro de Hunt. Se não há dúvida de que Foucault descortinou novos temas para o historiador e Geertz forneceu algumas boas idéias para pensar o simbólico na história, é no mínimo discutível, por outro lado, que tenham fornecido "modelos" consistentes para o trabalho propriamente historiográfico.

O reconhecimento da pluralidade da Nova História cultural deve ser articulado, ao meu ver, com as outras três características apontadas anteriormente, as quais permitem traçar ao menos um perfil de conjunto para o campo de estudos em foco. Vale lembrá-las: (1) recusa do conceito vago de mentalidades; (2) preocupação com o popular; (3) valorização das estratificações e dos conflitos socioculturais como objeto de investigação. Assim sendo, e sem a pretensão de esgotar o assunto, creio ser possível selecionar três maneiras distintas de tratar a história cultural que, sem prejuízo de outras, permitem distingui-la com alguma nitidez da "antiga" história das mentalidades:

1. A história da cultura praticada pelo italiano Cario Ginzburg, notadamente suas noções de cultura popular e de circularidade cultural presentes quer em trabalhos de reflexão teórica, quer nas suas pesquisas sobre religiosidade, feitiçaria e heresia na Europa quinhentista.

2. A história cultural de Roger Chartier, historiador

vinculado, por origem e vocação, à historiografia francesa — particularmente os conceitos de representação e de apropriação expostos em seus estudos sobre "leituras e leitores na França do Antigo Regime".

3. A história da cultura produzida pelo inglês Edward Thompson, especialmente na sua obra sobre movimentos sociais e cotidiano das "classes populares" na Inglaterra do século XVIII.

A trajetória de Ginzburg ilustra perfeitamente o percurso de muitos historiadores que, desencantados com as debilidades do conceito de mentalidade, migraram para outros campos. No seu primeiro livro, *I Benandanti* (1966), entre nós conhecido como *Os andarilhos do bem,* Ginzburg trabalhara com a noção de mentalidades, sendo mesmo um dos pioneiros no estudo da feitiçaria, tema caro a este campo de pesquisa. Mas já no pós-escrito de 1972, embora o autor não tenha efetuado modificações no corpo da obra, fez questão de marcar posição contra aquele conceito, arrependendo-se de ter insistido na "ingênua contraposição entre mentalidade coletiva e atitudes individuais". Assumindo precocemente uma crítica às mentalidades que só frutificaria muito depois, Ginzburg afirmou: "Insistindo nos elementos *comuns, homogêneos,* da mentalidade de um certo período, somos inevitavelmente induzidos a negligenciar as divergências e os contrastes entre as mentalidades das várias classes, dos vários grupos sociais, mergulhando tudo numa mentalidade coletiva indiferenciada e interclassista."[18] Ginzburg terminaria prometendo voltar ao assunto em texto futuro sobre a cultura popular no século XVI.

E, com efeito, foi o que ocorreu com a publicação, em 1976, de *Il formaggio e i vermi,*[19] livro sobre as idéias de um moleiro friuliano condenado como herege pela Inquisição papal no século

XVI. Foi nesta pesquisa que Ginzburg abandonou o conceito de mentalidade e adotou o de *cultura popular,* definindo-a como "o conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico...". Partindo de uma definição aparentemente empírica, inspirada na antropologia cultural, Ginzburg acaba por formular uma visão original de cultura popular que não se confunde com "cultura imposta às classes populares" pelas classes dominantes (posição de Mandrou), nem exprime um triunfo de uma "cultura original e espontânea" das classes populares sobre os projetos aculturadores das elites letradas (posição de Genevieve Bolleme, estudiosa da "literatura de cordel" na França).

A cultura popular, segundo Ginzburg, se define antes de tudo pela sua oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes, o que confirma a preocupação do autor em recuperar o conflito de classes numa dimensão sociocultural globalizante. Mas a cultura popular se define também, de outro lado, pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida. É a propósito desta dinâmica entre os níveis culturais popular e erudito — já que também a cultura letrada filtra à sua moda os elementos da cultura popular —, que Cario Ginzburg propõe o conceito de *circularidade cultural.*

O estudo das idéias de Menocchio, o moleiro friuliano condenado pelo Santo Ofício, longe de ser um exemplo de micro-história desarticulada de totalidades explicativas, é um exercício teórico interessado em demonstrar o conflito e as relações de classes no plano cultural. Não é correto dizer-se, pois, como fizeram alguns críticos do livro, que Ginzburg pretende desvendar a cultura popular através "de um único exemplo, de um único

processo inquisitorial". O objeto teórico do livro que o moleiro Menocchio personifica é, não a cultura popular em si, mas o complexo processo de circularidade cultural presente num indivíduo que, embora egresso das classes subalternas, sabia ler, e com certeza lera certos textos produzidos no âmbito das classes dominantes, filtrando-os através de valores da cultura camponesa.

A inspiração teórica de Ginzburg veio do marxista Mikhail Bakhtin em seu livro *L'oeuvre de François Rabelais et la culture populaire au Moyen Age et sous la Renaissance* (1965), publicado na França em 1970. Bakhtin percebeu com brilho a possibilidade de se resgatar a cultura das classes populares na França daquele período através da obra de um letrado, percebendo nisso um conflito de classes no plano cultural — e, mais precisamente, a carnavalização da cultura austera das elites no vocabulário da praça pública e no escárnio popular. Ginzburg procedeu do mesmo modo, embora tenha estudado não um intelectual das elites, mas um simples moleiro que sabia ler. E o historiador italiano foi além, ao propor abertamente o conceito de *circularidade,* noção somente implícita em Bakhtin, que se preocupava mais com as oposições do que com as interpenetrações culturais entre as classes.

A vasta obra de Ginzburg, impossível de ser analisada com o devido detalhe neste capítulo, constitui um dos principais modelos de história cultural oposta à história das mentalidades, embora o autor seja um egresso da última. Seu repúdio ao "neo-ceticismo" que não vê na história senão um gênero literário, sua recusa do "irracionalismo estetizante" de Foucault, e sua insistência no rigor da pesquisa documental contra a especulação imaginosa sem provas factuais bastariam para distingui-lo de certas noções ambíguas que gravitaram em torno das mentalidades. E Ginzburg

vem defendendo suas posições sem qualquer dogmatismo, reconhecendo mesmo, como fez no seu artigo sobre o *método indiciário* que a história é não uma *ciência de tipo galileano* (totalmente abstrata, dedutiva, quase matemática), mas uma *ciência do particular.* Ao historiador cabe, com método e problemáticas teoricamente amplas, captar e decifrar os indícios, à semelhança do que faz o médico, o detetive, e outros "investigadores" que só atingem o *geral* a partir de sinais particulares, valendo-se de erudição e mesmo de intuição.[20]

Modelo distinto do de Ginzburg-Bakhtin é o formulado por Roger Chartier, autor que pertence a uma geração contemporânea do "declínio" das mentalidades na França. Seu relativo distanciamento em relação às mentalidades já é notório em seu principal livro, *Lectures et lecteurs dans la France d'Ancien Régime* (1987), mas é na já citada coletânea *A história cultural,* reunindo ensaios escritos entre 1982 e 1988, que vamos encontrar os principais ingredientes de seu modelo.

Chartier afasta-se do modelo anterior na medida em que *rejeita a visão dicotômica cultura popular/cultura erudita* em favor de uma noção abrangente, mas não homogênea, de cultura. Segundo Chartier a dicotomia popular/letrado é em tudo problemática, posto que, no caso de Bakhtin, é através de Rabelais (um erudito) que o popular se torna perceptível, ao passo que, no caso de Ginzburg, é através de "um homem do povo" (Menocchio) que se pode perceber os fragmentos da cultura livresca misturada com ingredientes da tradição oral. O Menocchio de Ginzburg seria o inverso do Rabelais de Bakhtin, e ambos a prova cabal da inviabilidade de se distinguir, de antemão, o popular do erudito no plano sociocultural.[21]

Não quer isto dizer que Chartier possua uma visão de

cultura interclassista e vaga, a reeditar o esquema das mentalidades coletivas dos anos 70. Pelo contrário, Chartier discorda de inúmeros aspectos da história das mentalidades, a exemplo de seu apego demasiado à longa duração, do quantitativismo, do viés psicologizante etc. Valoriza, portanto, o dimensionamento da cultura em termos de classes sociais, mas desde que não se procure delimitar as classes em qualquer âmbito externo ao da produção e consumo culturais. Neste sentido — e isto faz de seu modelo tão original quanto problemático —, Chartier se afasta não só das mentalidades como da tradição francesa da história social (sobretudo de Labrousse, e nem tanto de Febvre e de Bloch). "Este primado quase tirânico do social" — afirma Chartier —, "que define previamente distanciamentos culturais que, depois, só falta caracterizar, é o sinal mais nítido dessa dependência da história cultural relativamente à história social que marca a historiografia francesa do pós-guerra."

É contra esta "tirania do social" que se insurge Chartier, defendendo, por outro lado, a necessidade de buscar-se o social em conexão com as diferentes utilizações do equipamento intelectual disponível (o *outillage mental).* Para dar conta de sua proposta, Chartier propõe um conceito de cultura enquanto *prática,* e sugere para o seu estudo as categorias de *representação* e *apropriação.*

Representação, segundo Chartier, pensada quer como algo que permite "ver uma coisa ausente", quer como "exibição de uma presença", é conceito que o autor considera superior ao de mentalidade, dado que permite "articular três modalidades da relação com o mundo social":

1. O trabalho de delimitação e classificação das múltiplas configurações intelectuais, "através das quais a realidade é

contraditoriamente construída pelos diferentes grupos".

2. As "práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição".

3. As "formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns 'representantes' (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade".[22]

Se a noção de *representação* é vista por Chartier como a "pedra angular" da Nova História cultural, o conceito de *apropriação* é o seu "centro". Frisando que o seu conceito de *apropriação* é diferente do de Foucault (que pensava a apropriação como um confisco que colocava os discursos fora do alcance dos que os produziam), Chartier afirma que o objetivo da *apropriação* é "uma história social das interpretações, remetidas para as suas determinações fundamentais" que, insiste o autor, "são sociais, institucionais, culturais".

O modelo de Chartier possui, assim, o mérito de tentar livrar a história cultural de toda e qualquer conceituação esquemática, e isto sem cair na indeterminação interclassista das mentalidades. No entanto, Chartier acaba prisioneiro das ambigüidades teóricas típicas da escola francesa, para não falar das mentalidades que tanto combate. De um lado, recusa Foucault e defende um conceito de *apropriação* articulado a "determinações fundamentais", que são inclusive "sociais". De outro lado, ao recusar a "tirania do social", isto é, de um social previamente considerado, termina submetendo os contrastes e/ou determinações sociais ao domínio da cultura. É o que sugere, de fato, o conceito de *representação* de Chartier: nele o social só faz sentido nas *práticas* culturais e as classes e grupos só adquirem

alguma identidade nas configurações intelectuais que constroem, nos símbolos de uma realidade contraditória representada etc. Fica-se com a impressão de que a única história possível é a história cultural — verdadeira "tirania do cultural" que Chartier põe no lugar da história social.

O terceiro modelo a ser examinado é o de Edward Thompson, expresso em sua vasta obra sobre os movimentos sociais na Inglaterra setecentista, sobretudo no seu *The making of the english working class,* publicado nos anos 60 e traduzido no Brasil na década de 1980. A trajetória de Thompson é completamente distinta daquela seguida por Ginzburg ou Chartier, haja vista a temática de sua obra, voltada especificamente para a formação da classe operária inglesa em meio ao processo de industrialização. Thompson jamais foi um estudioso das mentalidades que migrou para a história cultural, a exemplo de vários autores que temos examinado. Pelo contrário, sua formação é a de um historiador marxista, incluindo uma fase de militância partidária, o que faz de seu modelo uma espécie de "versão marxista" da história cultural.

Com efeito, Thompson pertence a uma linhagem historiográfica tipicamente anglo-saxônia que nada tem a ver com a "escola francesa" da Nova História, seja nas temáticas, seja quanto à formação teórica. A "escola" de Thompson é a mesma de Georges Rudé, o historiador canadense da "multidão" na história das revoluções burguesas, ou de Eric Hobsbawm, historiador das revoluções industrial e burguesa, do imperialismo e do movimento operário. Em termos de comparação com a historiografia francesa (matéria que interessa ao presente capítulo), Thompson talvez esteja mais próximo de Albert Soboul, o historiador marxista da Revolução Francesa (e dos *sans-coullotes*), do que de Michel

Vovelle, historiador que, não obstante marxista e voltado para temas que também interessam a Thompson (a festa, por exemplo), defende o conceito de mentalidades e se dedicou a estudar a descristianização na Provença do Antigo Regime — assunto que, em si, jamais interessaria a nosso autor inglês.

Edward Thompson se inclui, pois, numa corrente que combina a *social history* britânica (muito empirista, a bem da verdade) e o marxismo. Historiador preocupado com as massas e a identidade da classe trabalhadora no contexto específico da industrialização. Companheiro, se assim posso dizê-lo, de Christopher Hill, estudioso da Revolução Inglesa de 1640 que dedicou um importante livro à cultura popular e às “idéias radicais” na Inglaterra quinhentista e seiscentista.[23] Mas se Hill não “criou” nenhum modelo, apesar de seus valiosos estudos, tal não foi o caso de Thompson, autor que ao menos esboçou uma teoria para o estudo da cultura popular em moldes marxistas.

Autor de vasta obra composta de numerosos livros e artigos, Thompson expôs seu modelo com nitidez num ensaio hoje clássico.[24] É nele que o autor se afasta da “tese tradicional” da história social britânica, segundo a qual as classes populares seriam prisioneiras de uma espécie de paternalismo das classes dominantes, e portanto incapazes de construir identidade e valores próprios. Mas é também neste ensaio que Thompson se distancia das interpretações convencionais do marxismo anglo-saxônio dos anos 50 e 60, para o qual as revoltas e motins populares do século XVIII seriam manifestações inconseqüentes e reveladoras da “falta de consciência” da classe operária em formação. Movimentos *pré-políticos,* diria deles Hobsbawm, uma vez que não questionavam o sistema e se limitavam a reivindicações imediatistas (preços, defesa de costumes,

abastecimento etc.), chegando, quando muito, à destruição de máquinas, causadoras de desemprego e símbolo da ordem industrial que se implantava na Inglaterra (a exemplo do movimento *ludista).* Resistência da multidão à ordem burguesa, diria por sua vez Rudé, autor que, apesar de considerar tais motins da era pré-industrial um objeto legítimo de estudo, utilizava o termo *multidão* no lugar do conceito de classe justamente para destacar a falta de consciência operária da classe trabalhadora inglesa.

Thompson se afastou de tudo isto, especialmente da concepção de que a classe operária somente se forma totalmente, tornando-se então uma "classe para si" (e não apenas "em si"), quando atinge plena consciência de sua exploração no processo capitalista de produção, passando então a questionar o sistema com perspectivas revolucionárias e socialistas. Thompson considera que é no processo de luta que se forja a identidade social das classes populares, e não pela difusão dogmática de qualquer doutrina, de sorte que a "classe operária" pode perfeitamente adquirir uma dimensão própria de sua identidade social oposta à ordem burguesa, sem que tal identidade assuma necessariamente um caráter revolucionário.

É neste sentido que Thompson se lançou ao estudo das *resistências* das classes subalternas procurando valorizar atitudes e comportamentos que, aparentemente insignificantes ou imediatistas, eram no fundo reveladores de uma identidade social em construção. Thompson percebeu com brilho que muitas das manifestações populares contra o horário de trabalho nas fábricas, por exemplo, longe de serem uma reivindicação imatura dos trabalhadores em favor do velho paternalismo patronal, constituíam uma defesa das tradições familiares e comunitárias

contra o processo de industrialização que, sem dúvida, perturbava a ordem e o cotidiano dos trabalhadores. Thompson viu, pois, uma feroz resistência ao capitalismo em atitudes que, no limite, implicavam uma defesa das tradições por parte das classes subalternas.

O campo teórico da *cultura popular* em Thompson valoriza, portanto, a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e o cotidiano das classes populares num contexto histórico de transformação. Vem daí o apreço do autor pela antropologia, capaz de ancorar interpretações verticalizadas de ritos e comportamentos comunitários, bem como por microtemas, a exemplo da festa, do charivari e outros que permitam iluminar a defesa das tradições e a insurgência social, processos simultâneos de construção de uma identidade popular no campo cultural. E vale dizer que, não obstante valorize o popular no estudo da cultura, Thompson admite relações entre a dita cultura das classes subalternas e a das classes dominantes, pretensamente hegemônica, esboçando uma noção de *inter-relações recíprocas* entre os dois universos culturais que, de certo modo, aproxima-se do conceito de *circularidade* formulado por Ginzburg.

O modelo de Thompson afasta-se do de Ginzburg, no entanto, em pelo menos três pontos nada desprezíveis. Em primeiro lugar por razões *genealógicas,* uma vez que Thompson parte de um marxismo mais convencional (estudo de ideologias, consciência de classe etc.), para um conceito mais elástico e histórico-antropológico de cultura popular, ao passo que Ginzburg chega ao conceito de cultura popular a partir de Bakhtin e por suas reticências em relação à noção de mentalidades. Curiosamente, se o conceito de cultura popular de Thompson

exprime, sem deixar de ser marxista, um relativo afastamento do autor em relação à tradição marxista britânica, o conceito de Ginzburg, pelo contrário, indica uma adoção do marxismo ou, quando menos, de uma percepção classista da história — ausente, segundo o autor, do campo das mentalidades. Em segundo lugar há uma nítida diferença de *problemáticas:* em Thompson o que importa é desvendar a identidade sociocultural das classes subalternas no contexto específico da formação do capitalismo, o que faz de sua obra um modelo para o estudo da formação da ordem burguesa na ótica dos “vencidos”; no caso de Ginzburg, é o próprio universo cultural que interessa investigar, sobretudo as resistências do popular, as circularidades e metamorfoses culturais no limiar da época moderna. Enfim, se é verdade que ambos valorizam microrrecortes a exemplo de ritos, cerimônias etc., o que os aproxima de uma “sensibilidade antropológica”, o cenário privilegiado por Thompson é a *luta coletiva das classes populares,* ao passo que o cenário de Ginzburg é da *resistência e domesticação (ou repressão) da cultura popular na longuíssima duração.* Numa palavra, se para Thompson só é lícito estudar a cultura popular através de movimentos sociais ou de ritos a eles vinculados, Ginzburg considera possível estudar o popular e as circularidades culturais através de casos excepcionais (Menocchio) ou de modelos culturais abstratos (o estereótipo do sabá, por exemplo).

Quanto às diferenças entre o modelo de Thompson e o de Chartier, são com efeito abissais. Basta dizer, embora correndo o risco da simplificação, que, se Thompson elege como pano de fundo histórico e teórico o processo de industrialização britânico, Chartier considera que o social só faz sentido no mundo das representações, práticas e apropriações culturais.

Têm-se, de toda forma, com Ginzburg, Chartier ou Thompson, três modelos possíveis de história cultural, os quais, embora de diferentes e até excludentes maneiras, reabilitam a importância dos contrastes e conflitos sociais no plano cultural, evitando, quando menos, as ambigüidades e concepções interclassistas e descritivas de algumas versões da história das mentalidades.

Cultura e mentalidades na historiografia brasileira

A Nova História tardou muito a penetrar no âmbito da historiografia brasileira, só o fazendo, a rigor, a partir de meados da década de 1980, tempo em que as "mentalidades" já estavam em processo de reformulação na França e a Nova História cultural despontava como sua principal "herdeira".

As razões para tanta demora não devem ser buscadas num suposto atraso de país de "terceiro mundo", que só com grande defasagem absorve os "modismos estrangeiros", comentário usual dos detratores da *Nova História* no Brasil. Vale lembrar o contraste entre a década de 1970, quando praticamente nada sobre as mentalidades era traduzido no país, e as décadas seguintes, sobretudo a partir de meados dos anos 80, período em que se deu um verdadeiro *boom* editorial na área de história, incluindo a tradução de copiosa bibliografia estrangeira e a publicação de teses universitárias nacionais já ancoradas nas problemáticas na Nova História.

Várias razões de natureza acadêmica e extra-acadêmica explicam, na verdade, esta defasagem da historiografia brasileira em relação ao que se produzia e discutia no exterior nos anos 70. Lembre-se, antes de tudo, de que aquela foi a década em que o regime militar brasileiro estava no apogeu, constrangendo as

ciências humanas e a própria política editorial no país. Por outro lado, paradoxalmente, o fato de a universidade ter sido confinada como uma espécie de "gueto" de resistência ao regime (resistência pelo menos intelectual), fê-la apegar-se aos diversos "marxismos" disponíveis (do mais vulgar ao mais sofisticado), sobretudo nos cursos de história. Não por acaso, aliás, as principais temáticas de pesquisa e publicação de fins da década de 1970 foram, *grosso modo*, as do "movimento operário" e da "revolução" (desde as idéias revolucionárias do século XVIII à Revolução de 30, temas que inspiraram bons livros e teses da época), sem falar nas pesquisas de temas socioeconômicos, matéria que despertava enorme interesse naquele tempo. Acrescente-se o fato de que, com exceção da Universidade de São Paulo, os cursos de pós-graduação em história estavam só começando no Brasil dos anos 70, sendo incipiente o quadro de produção/recepção de uma historiografia atualizada em escala nacional.

Seja como for, e evitando alongar em demasia essas questões, data de 1976 a tradução da trilogia organizada por Jacques Le Goff e Pierre Nora, o "Manifesto da Nova História" já mencionado anteriormente. Mas o trabalho custou a dar frutos no tocante à pesquisa universitária, então dominada por temas e problemáticas mais afinadas, criticamente, com aquele período da história brasileira.

A propósito de como os "modismos" estrangeiros não têm uma aceitação imediata, sendo obviamente filtrados de acordo com as condições históricas da recepção no país, vale lembrar, não só a pouca ressonância do *Faire de l'histoire,* traduzido apenas dois anos depois de sua publicação em Paris, mas também o relativo ostracismo a que estavam relegadas as obras de Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, talvez os únicos que, em

certo sentido, atuaram como “precursores” de uma história cultural no Brasil.

É comum dizer-se, entre os que pesquisam a história cultural no Brasil, que Freyre e Sérgio Buarque “faziam história das mentalidades sem o saber”, fórmula bem-humorada de reconhecer o pioneirismo de ambos no tratamento de certos temas de nossa história que só a custo, e graças à penetração da Nova História na universidade brasileira, passaram a ser valorizados pelos pesquisadores. No caso de Freyre, cujo *Casa grande e senzala* (1933) é realmente discutível em numerosos aspectos, sua obra era, mais do que relegada a ostracismo, verdadeiramente execrada no meio universitário durante a década de 1970. E trata-se de obra em outros aspectos magnífica, traduzida em vários países, livro precursor no tratamento de temas como religiosidade popular e sexualidade no cotidiano da escravidão colonial, sem falar na sua perspectiva histórico-antropológica totalmente pioneira na década de 1930 — perspectiva inspirada, no caso, na antropologia cultural norte-americana (Franz Boas).

No caso de Sérgio Buarque de Holanda, não obstante a sua influência como professor no âmbito da USP, e da festejada organização, na década de 1970, da *História geral da civilização brasileira* (hoje ultrapassada em vários aspectos), suas principais obras tiveram pouca ressonância na pesquisa universitária até anos recentes. Tal afirmação vale menos para o *Raízes do Brasil* (1936), livro que praticamente introduziu Max Weber em nossa historiografia. Este livro sempre foi objeto de discussão nos cursos de história (especialmente a tese do “homem cordial”), embora pouca atenção fosse dada aos caminhos abertos no ensaio para o estudo dos aspectos “civilizacionais ibero-americanos” presentes na história brasileira. Quanto ao clássico *Visão do paraíso* (1956),

livro em que o autor incursionou com máximo brilho e pioneirismo no imaginário dos descobrimentos ibéricos, teve que esperar a década de 1980 para ser realmente aproveitado pelos pesquisadores.

O livro que talvez tenha sinalizado a penetração da Nova História foi o de Laura de Mello e Souza, *O diabo e a Terra de Santa Cruz* (1986), obra sobre as práticas mágicas e a feitiçaria no Brasil Colônia, apoiada em fontes inquisitoriais, e assumidamente inscrita no campo das mentalidades. Mas é forçoso reconhecer, já neste livro, originalmente tese de doutorado defendida em 1986, a utilização de textos de Cario Ginzburg e de seu modelo de história cultural.

A partir daquele livro de Mello e Souza, outros vieram, contemplando temas típicos das mentalidades ou adotando abordagens da história cultural em objetos já clássicos de nossa historiografia. O período colonial e o século XIX têm sido, aliás, as épocas privilegiadas por este tipo de historiografia em nosso país, possível sinal de que, na prática, tais abordagens têm funcionado melhor quando aplicadas a sociedades pré-capitalistas. Lembremos que, também no caso da historiografia européia, a Idade Média e a época moderna sempre foram os períodos privilegiados no enfoque das mentalidades.

No tocante às temáticas, a história da sexualidade e das moralidades cotidianas tem sido muito freqüentada, e dentro dela a história da condição feminina. É o caso do meu próprio *Trópico dos pecados* (1989) e, mais recentemente, de *Ao sul do corpo* e de *Teatro dos vícios,* obras respectivamente de Mary Del Priore e de Emmanuel de Araújo (1993). É o caso dos inúmeros artigos de Luiz Mott sobre o homossexualismo nas fontes do Santo Ofício. É o caso, saindo do período colonial, de *Meretrizes e doutores* (1989),

de Magali Engel, ou de *Os prazeres da noite* (1991) de Margareth Rago, dois estudos sobre o tema da prostituição entre os séculos XIX e XX.

Outra temática muitíssimo revisitada sob a inspiração da história das mentalidades ou cultural é a da escravidão. O livro "precursor" talvez tenha sido *Ser escravo no Brasil,* de Kátia Mattoso (1982), texto que levantou a possibilidade de acordos entre senhores e escravos no cotidiano da escravidão, pondo abaixo a tese de que escravidão e violência física eram sinônimos. Os adversários deste livro acusaram-no de "reeditar as idéias de Gilberto Freyre", inspirando estudos reacionários sobre nosso passado escravista, conforme escreveu Jacob Gorender no seu *A escravidão reabilitada* (1990), ensaio de crítica historiográfica inspirada no modo stalinista de pensar a história. Seja como for, seguindo ou não os caminhos abertos por Kátia Mattoso, surgiram outros livros problematizando a escravidão e a abolição com base na história cultural. Vale lembrar, entre inúmeros títulos, *Campos da violência,* de Silvia Lara (1988), e *Visões da liberdade* (1990), de Sidney Chalhoub.

Numa visão de conjunto, e evitando esmiuçar debates e questões que escapam aos objetivos do presente capítulo, a produção historiográfica brasileira tem cada vez mais esposado temáticas e abordagens teóricas, quer das mentalidades, quer da história cultural, adaptando-as, em maior ou menor grau, aos problemas específicos de nossa própria história. Ginzburg e Thompson têm sido referências muito adotadas, e às vezes combinadas, no quadro teórico desta historiografia, talvez mais do que as "mentalidades" à moda francesa. A adoção de tais modelos tem se conduzido também, ao menos nos principais trabalhos, de maneira séria e criteriosa, procurando adaptar questões e

abordagens “forâneas” às especificidades da história brasileira, e tudo isto apoiado em sólida pesquisa documental. Não procedem, assim, as críticas algo xenófobas que acusam a historiografia em questão de simplesmente copiar “modismos exóticos”, ou de deixar-se levar pelos “ventos de Paris” etc., como se fosse possível fixar fronteiras rígidas para o avanço do conhecimento.

Por outro lado, reconhecer o alto nível da pesquisa em história cultural atualmente feita no Brasil não significa eximi-la de críticas. É possível constatar, em vários trabalhos, um certo ecletismo teórico que vimos ser típico, em certos casos, das próprias correntes que expusemos neste capítulo. Misturas de Ginzburg com Foucault, deste último com Thompson, nada disso é estranho a vários trabalhos realizados na pesquisa universitária brasileira. Registre-se, ainda, que alguns trabalhos por vezes se deixam seduzir em demasia pelo que dizem as fontes, prejudicando a sua capacidade explicativa e perdendo-se, muitas vezes, na teia infindável de narrativas microscópicas e pretensamente literárias.

Nada disso desmerece, porém, a vitalidade desse campo de estudos, tal como tem sido realizado no Brasil. Pode-se mesmo afirmar que, apesar dos percalços, as pesquisas sobre cultura e mentalidades, hoje bem espalhadas nos diversos cursos de pós-graduação do país, têm contribuído decisivamente para o apuro da reflexão interdisciplinar numa escala superior, talvez, a de outros campos de pesquisa histórica. Não é de estranhar, portanto, que apesar dos problemas que suscita (fato comum a outras formas de conhecimento), o interesse cada vez maior de autores e leitores na história cultural brasileira coincida com a crescente profissionalização da pesquisa universitária em nosso país. Sem prejuízo de outros campos de investigação histórica,

vários deles também muito atualizados quanto aos métodos e referências teóricas, a história cultural veio para ficar.

Parte II

Campos de Investigação e Linhas de Pesquisa

❖ 6 ❖

HISTÓRIA AGRÁRIA

Maria Yedda Linhares

O encontro com a geografia humana

A história agrária, como é hoje conhecida, nasceu, nas primeiras décadas do século XX, de um encontro feliz com a geografia humana, tendo, de um lado, o historiador — preocupado em explicar as mudanças operadas pela ação do homem (os grupos sociais) através dos tempos — e, de outro, o geógrafo — dedicado ao estudo da relação do homem com o seu meio físico.

Ao primeiro, pela própria natureza do campo de observação que lhe é específico, cabe voltar-se sobre o passado em busca de informações e registros precisos, os mais abundantes possíveis, capazes de conduzir a uma explicação das sociedades humanas nas suas múltiplas determinações e complexidades. Já ao segundo cabe observar e descrever o presente a fim de detectar a ação do homem na ordenação do espaço que o envolve (o *habitat).*

Mas, como se tem ressaltado tantas vezes, a história da gente comum que trabalha, come e dorme, gera filhos e saberes variados, e que na sua faina cotidiana transforma a natureza ao criar meios de subsistência e técnicas, custou a entrar nas preocupações do historiador como objeto de estudo, já que “são os momentos de agitação intensa e tirania aqueles que perduram na

memória humana".[1] No entanto, durante a maior parte dessa história — desse longo tempo decorrido —, foi a agricultura a atividade que congregou homens e mulheres, constituindo-se na principal fonte de vida e de trabalho. Até a Revolução Industrial dos tempos contemporâneos, o meio rural abrangia 75% da humanidade, daí retirando seus proventos, no esforço quase sempre pausado e lento de inovar nas formas de organização social e de vivência em comum.

Não há dúvida de que a preocupação com a agricultura e a organização social no campo esteja presente, no caso da França, para citar apenas o exemplo de um país, em trabalhos de historiadores e geógrafos ao longo da segunda metade do século XIX e daí por diante, como os clássicos L. Delisle, Théron de Montaugé, Fustel de Coulanges, Henri Sée, até a realização dos estudos decisivos de Lucien Febvre, Georges Lefebvre, Gaston Roupnel, J. Sion, entre vários outros, todos voltados para a abordagem regional.[2] Simultaneamente, notáveis geógrafos franceses, como Vidal de la Blache, Albert Demangeon, Maximilien Sorre, André Gibert, viviam momentos de renovação profunda e inteligente, buscando penetrar na explicação da diversidade de seu país.[3] E evidente e natural o interesse despertado entre historiadores, como os acima mencionados e juntando-se a eles Marc Bloch, pelo diálogo profícuo e enriquecedor. Desenvolvem-se, assim, de maneira sistemática, novas abordagens, no plano da história regional e local, centradas no estudo das estruturas e das paisagens agrárias, bem como da organização do espaço rural.[4]

A expansão da historiografia francesa nas décadas de 1930 e 1940 deve-se, fundamentalmente, a esse grupo dinâmico e cada vez mais numeroso: Ernest Labrousse, Baehrel, Vilar, Duby, entre os franceses.[5] Mas, como observa Pierre Vilar, se, por um lado, a

observação geográfica é indispensável ao trabalho do historiador das sociedades agrárias, por outro, deve ele ir além no sentido de perceber as descontinuidades e as mudanças bruscas que dizem respeito a conjuntos socioeconômicos maiores e mais complexos.[6] A historiografia francesa assim concebida é um exemplo de como o conhecimento do regional levou a reformular noções longamente assentadas sobre a história nacional. Múltiplas contribuições em nível da história agrária regional tornaram possível a revisão do conceito de *crise geral* do século XVII. Da mesma forma, a própria concretização de um modelo capaz de dar uma explicação ampla e inteligível para o conjunto da economia e da sociedade do Antigo Regime só foi possível na medida em que se agregaram ao trabalho de Labrousse, sobre preços e salários no século XVIII, pesquisas extensas e variadas, em regiões da França, sobre demografia, cultivos, climas, crises de subsistência, regimes agrários.[7]

Importa ressaltar que a historiografia européia, de maneira geral, no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1960, caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma concepção de história que foge da explicação nacional, política e institucional para esmiuçar, através da utilização de fontes mais variadas, homogêneas e seriadas, as realidades locais e regionais, homens e mulheres, jovens e velhos, camponeses e artesãos, ricos e humildes anônimos. Tratava-se de chegar ao âmago dessa sociedade, de modo a discernir suas crises, sua demografia, suas maneiras específicas de viver, trabalhar, produzir e reproduzir-se. O grupo francês que assim pensou e criou grandes obras teve na revista *Annales,* fundada por Bloch e Febvre, seu principal porta-voz e meio de irradiação.

Não se tratou, porém, de uma evolução linear. Às tendências iniciais acrescentaram-se novas preocupações e novos métodos,

com feições cada vez mais quantitativistas e distantes da inspiração inicial advinda da geografia humana, já então privilegiando ora o demográfico, ora o econômico *stricto sensu.* No entanto, o grande impulso que tomou a historiografia na Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Itália, foi, sem dúvida, e em parte, devedora do sopro renovador dos *Annales* e das problemáticas suscitadas pelo estudo das sociedades agrárias, suas mudanças e persistências através dos séculos.[8] Mesmo nos Estados Unidos, onde os caminhos trilhados foram diversos, também se verificou uma tendência que data de Frederick Jackson Turner, bem anterior ao mencionado movimento renovador francês, no sentido de explicar o avanço da fronteira, corpo e alma da sociedade americana, ao lado do processo da apropriação da terra e a incorporação de imensos contingentes humanos (a imigração em massa através do Atlântico), numa ótica regional, embora ideologicamente comprometida com a idéia de construção de uma grande nação.[9]

Definição do campo específico da história agrária

Na linguagem corrente, a agricultura, segundo Michel Augé-Laribé, designa acima de tudo as técnicas, o trabalho agrícola recompensado pelas colheitas e os agricultores com suas maneiras próprias de viver, o que a distingue da vida urbana e industrial.[10] Mas, como campo de estudo sistematizado, a história da agricultura é uma expressão que reúne três tipos diversos de abordagem,[11] para adotarmos a tipologia de Jean Meuvret, desenvolvida por Ciro Flamarion Cardoso, a saber:

1. A história da agricultura, *stricto sensu,* como parte da história das ciências e das técnicas, cuja ênfase recai sobre as

forças produtivas (meio ambiente, superfície cultivada, tecnologia agrícola, população).

2. A história agrária, como uma modalidade de história social da agricultura, cujo objeto seria constituído pelas formas de apropriação e uso do solo, pelo estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais (produtores diretos); nessa ótica, caberia ao estudo dos sistemas agrários, objeto central da análise, dar conta das relações de produção e das tipologias agrárias.

3. Uma terceira instância, privilegiada por Giro Flamarion Cardoso no bem conhecido artigo sobre a história da agricultura e seu amplo campo de estudo, consistiria em combinar as duas primeiras modalidades, tendo como referência a teoria econômica do sistema em questão (escravismo, feudalismo, economia do Antigo Regime, capitalismo, economia camponesa etc.); recairia sobre essa modalidade, *a história econômica do mundo rural,* fazer o estudo macro e microeconômico da produção e da comercialização do setor agrícola em pauta.

Nas décadas de 1960 e 1970, surgiu uma perspectiva de análise mais ambiciosa, denominada por E. Le Roy Ladurie história da civilização rural, exibindo um largo espectro temático: técnicas, população, sistemas de parentesco, sistemas agrários, economia, revoltas agrárias, religião, folclore etc. Trata-se de uma proposta extremamente ampla em que qualquer abordagem é válida, o que torna problemático definir-lhe o campo teórico e metodológico próprio.[12]

Recentemente, coube ao economista e historiador da Gosta Rica, Mario Samper Kutschbach, preocupado com a problemática geral das modalidades de passagem ao capitalismo de base agrária, sobretudo no tocante à dinâmica de inserção das unidades domésticas de produção e consumo nos diferentes

mercados em processo de constituição, ampliar o conceito de história agrária, como história econômica e social da agricultura, de modo a abranger fundamentalmente a *questão agrária* na América Latina. Seu objetivo consiste em apreender a lógica da acumulação capitalista e as formas históricas variadas de seu desenvolvimento, através de caminhos bem diversos, no mundo latino-americano, daqueles trilhados pelos clássicos derivados do caso inglês.[13]

Ora, a agricultura como processo produtivo engloba os três fatores antes citados: a terra (meio ambiente natural), os homens (a população, o peso da demografia) e as técnicas (as forças produtivas, no sentido restrito). Esses três componentes apresentam-se de forma mais ou menos abundante ou se combinam em proporções que variam segundo a região e o período histórico analisado, em condições socialmente determinadas. Assim, se a tecnologia aplicada à terra está condicionada a um contexto socioeconômico dado, qualquer alteração dos fatores da produção agrícola produzirá efeitos, de maior ou menor importância ou profundidade, dependendo das relações sociais que regem tais alterações. Da mesma forma, uma modificação em um dos fatores pode acarretar resultados imprevisíveis. Por exemplo, a médio prazo, a pressão demográfica leva a uma intensificação do uso da terra ou à incorporação de novas terras, ou seja, a um processo de ocupação extensiva do solo, com o avanço da fronteira agrícola ou, ainda, a uma combinação dos dois processos.

No caso específico do sertão do Nordeste brasileiro, onde a propriedade fundiária exibe alto índice de concentração, a solução historicamente cabível, face à pressão demográfica, consistiu na emigração para as áreas de fronteira aberta (do Maranhão à

Amazônia) ou para a periferia dos centros urbanos em processo de industrialização, na região Sudeste do país. Tais levas de migrantes internos constituíram-se na grande reserva de mão-de-obra, a baixo custo, para a atividade industrial em fase de expansão, conforme os padrões de acumulação vigentes. Os dois fatores combinados, nas décadas de 1920 a 1950 — a fronteira aberta no Norte e a industrialização no Sul, em fase inicial —, permitiram, de um lado, a preservação do sistema político-social dominante na região Nordeste, sem alteração de base na organização fundiária e, de outro, o processo de industrialização sem revolução agrícola, embora com extensão da área cultivada produtora de alimentos.

Ainda sobre o Nordeste, é conhecido o peso do fator climático na manutenção das estruturas sociais. O clima em si mesmo não tem efeitos determinantes sobre as sociedades. Ao contrário, o maior ou menor impacto do clima sobre comunidades locais, mesmo com densidades demográficas semelhantes, dotadas de áreas cultivadas, dependerá sempre do sistema social vigente, do estágio de desenvolvimento das forças produtivas (conhecimentos técnicos, nível cultural das populações) em suas determinações históricas específicas.[14] Samper chama a atenção para o fato de que, quanto às inovações técnicas, a adoção de uma nova ferramenta, embora já conhecida em outro momento, dependerá de vários fatores, inclusive da existência ou não de ocupações alternativas para a força de trabalho e, sobretudo, "da avaliação que se faça das vantagens e riscos de sua adoção".[15]

Em resumo, a agricultura combina o trabalho, a terra e a tecnologia segundo condições sociais específicas. A análise histórica deve, pois, contemplar os elementos que se associam a fim de que seja possível uma explicação inteligível do processo

histórico na agricultura, colocando-se no tocante àqueles fatores questões prévias: o sistema socioeconômico em questão, as condições de acesso à terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra, o perfil demográfico, o universo profissional, as hierarquias sociais. Essa é a história agrária de que falamos: a história econômica e social do mundo rural.

A história agrária como história regional: o exemplo brasileiro

Os motivos que levaram os historiadores a voltar suas atenções para a história regional, concebida como história econômica e social por excelência, prenderam-se a duas ordens de razões. A primeira refere-se ao propósito de testar generalizações mais amplas através da utilização de dados de base, não-agregados, que a visão ao microscópio, na expressão de Pierre Goubert, possibilita.[16] A segunda decorre do fato de que a reconstituição de situações localizadas tem revelado a complexidade dos sistemas socioeconômicos, sendo, pois, fundamental à reformulação do conhecimento de uma "história geral".

No Brasil, no entanto, essa tendência é muito recente, por motivos os mais diversos: desde a tradição de longa data ligada à "visão plantacionista" na formação da sociedade brasileira até o seu extremo oposto representado pelas atuais tendências da micro-história, vulgarmente difundida como história das mentalidades. Daí a resistência encontrada em alguns meios acadêmicos com relação à história regional do Brasil, fundamentalmente vinculada à agropecuária e ao trabalho no meio rural. Acrescentem-se outros fatores: a dificuldade de acesso

a fontes locais, de natureza municipal, raramente encontráveis em arquivos centralizados, a utilização de metodologias de pesquisa que requerem formação adequada do pesquisador (por exemplo, na coleta e elaboração de longas e variadas séries estatísticas, gráficas, o uso do computador etc.), além de ampla disponibilidade de tempo para os freqüentes deslocamentos, o que também exige recursos financeiros em disponibilidade.

Somente em final de 1976, colocou-se perante historiadores, economistas e cientistas sociais do país uma proposta que, uma vez seguida e desenvolvida, seria o ponto de partida para novos enfoques no campo da história da agricultura. Tratava-se de seminário, promovido por um grupo da Fundação Getúlio Vargas (RJ), com o apoio de setores do Ministério da Agricultura, intitulado Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira.[17] Nessa ocasião, apresentou-se um programa de pesquisa que tinha por objetivo fazer um amplo inventário de fontes nos estados do Norte e do Nordeste do Brasil, na perspectiva de levantar fontes localmente existentes, de modo a serem tratadas nos moldes da história serial, e passíveis pois de serem organizadas em séries homogêneas, extensas e significativas. Almejava-se lançar as bases para a elaboração, em etapas sucessivas, de uma história da agricultura brasileira. Comprovou-se que tais fontes existiam e existem, abundantemente, mesmo para períodos mais recuados. São elas de *natureza jurídica,* as mais ricas e numerosas — inventários *post-mortem,* contas de tutela, testamentos, compra e venda de bens imóveis e semoventes, todos de origem cartorária (Ofícios de Notas); de *natureza policial-judiciária* — processos-crime; de *natureza administrativa* — registros paroquiais de terra, censos diversos de população, listas de votantes; de *natureza eclesiástica*

— registros de batismo, casamento, processos diversos; de *natureza fiscal,* os mais raros (dízimos, registros de óbitos como guias de sepultura, muito reveladores). As fontes produzidas e conservadas nos cartórios em cada município têm-se mostrado extremamente ricas, uma vez analisadas com precisão. A essa documentação acrescenta-se aquela de cunho oficial, fontes como relatórios, correspondências, legislação, estatísticas oficiais, já tradicionalmente utilizadas pelo historiador. Dependendo do período, há que considerar os depoimentos contemporâneos de viajantes, bem como correspondência particular, contabilidades diversas etc.

Seguia-se, assim, com vinte anos de atraso, o apelo lançado por Labrousse, em Roma, embora mudada a natureza do enfoque.[18] Naquele momento (1955), dando seqüência ao movimento de renovação historiográfica em curso na Europa, Labrouse propunha um vasto programa de exploração sistemática de fontes para o estudo da burguesia atlântica. No Brasil, a conjuntura de meados da década de 1970 favorecia as tentativas de revisão de velhos esquemas interpretativos da história do Brasil e a busca de novos elementos concretos de análise da realidade socioeconômica, justificando-se, pois, a observação de Pierre Vilar: "Na medida em que o passado humano é mal conhecido, mal interpretado, os homens e os grupos de homens têm uma visão incorreta de seu presente e de seu futuro."[19]

Esse presente continua a revelar um quadro social desolador em meio a um processo de acumulação capitalista que assume características de brutalidade extrema: uma estrutura agrária altamente concentrada;[20] um estado de miséria acentuada no campo, em zonas sertanejas no Nordeste, do Maranhão e do Piauí, do rio São Francisco, do Vale do Jequitinhonha; a incapacidade do

sistema político de apresentar um diagnóstico correto acompanhado de propostas adequadas de mudança do quadro social; um sistema econômico e financeiro que aprofunda o fosso entre esses "dois brasis". Tal quadro de miséria não se transformou com a penetração do capitalismo no campo, como se esperaria trinta anos passados. Economistas têm chamado a atenção para a visão incorreta desse presente, a qual se transcreve em políticas agrícolas otimistas, como se a capacidade de crescimento extensivo — sem reforma agrária e revolução agrícola — por parte da agropecuária brasileira pudesse ser indefinida, bastando somente incorporar dois fatores de produção, terra e mão-de-obra. As recentes mudanças tecnológicas na agricultura não chegam a mudar substancialmente esse quadro.[21] Tal realidade demonstra que uma história da agricultura no Brasil será necessariamente uma história também da questão agrária.

Marc Bloch, em uma de suas obras fundamentais, dá um exemplo de como a observação do presente — as paisagens agrárias — leva ao passado na busca de grande parte da explicação desse presente e suas diferenciações entre países (França e Inglaterra) e entre regiões.[22] Por outro lado, a preocupação quase que exclusiva do pesquisador com o mercado externo e com o mercado nacional, predominante ao longo de meio século de historiografia brasileira, explica a reduzida atenção dedicada aos mecanismos de formação de mercados locais, como é ressaltado por Emilio Sereni, quanto à Itália. Ele enfatiza a necessidade de evitar "uma confusão perigosa, não apenas entre dimensões geográficas do mercado, como também entre dimensões físicas das inversões, da produção, da renda, do consumo e do próprio mercado".[23] O historiador João Luiz Fragoso revelou, recentemente, a outra face, até então desconhecida no

caso brasileiro, da *economia colonial,* ao detalhar, exaustivamente, o processo de acumulações endógenas realizadas pelo setor mercantil na praça do Rio de Janeiro, em conexão com as atividades agrárias, a partir das décadas finais do século XVIII até meados do século XIX. Inaugura-se, assim, um campo polêmico de investigação, de caráter inovador.[24]

Pretende-se captar a heterogeneidade, as multiplicidades de enfoques e fontes a serem exploradas sistematicamente, através de estudos monográficos realizados em nível regional. Revelar essa visão local e profunda, no quadro de uma região historicamente determinada, importa ir além da *plantation* para ultrapassar cronologicamente o marco institucional da Colônia e do Império e penetrar no século XIX e na era republicana. Significa mapear a expansão da fronteira agrícola que acompanhou a destruição paulatina das populações indígenas e a crescente imigração européia a partir do século XVII, conhecer os sistemas de uso e posse da terra e sua evolução no tempo, apreender as hierarquias sociais (estruturas ocupacionais, níveis de renda e fortuna), os movimentos demográficos, os cultivos, os solos, os climas, ou seja, as ações dos homens na transformação da paisagem, os processos de adaptação e de transformação do meio físico e as formas de organização social daí resultantes.

A pesquisa em história agrária no Rio de Janeiro

O Rio de Janeiro foi o estado da federação brasileira onde melhor se desenvolveram os estudos de história agrária, encarada como história econômica e social do mundo rural. Condições institucionais favoráveis e a presença de um pequeno número de historiadores orientados naquele sentido conjugaram-se, a partir do final da década de 1970, na montagem de uma linha de

pesquisa com características bem-definidas pela problemática da escravidão, das estruturas agrárias regionais e do pós-escravidão. Decorridos pouco mais de dez anos, foram realizadas mais de trinta pesquisas bastante diversificadas e reveladoras no tocante à estrutura fundiária, ao trabalho compulsório no marco do sistema escravista dominante, aos sistemas de uso da terra, à transição para o trabalho livre, aos mercados em formação, às realidades sociais além da *plantation,* ou seja, a pequena produção familiar e suas relações com a *plantation.*

A província do Rio de Janeiro, como *hinterland* do município neutro e do maior porto do país, foi, sem dúvida, um espaço histórico privilegiado de observação: povoamento paulatino a partir do século XVIII; ligação com Minas Gerais e Espírito Santo, através de elos econômicos e demográficos importantes, além de afinidades ecológicas evidentes; predomínio maciço da escravidão como sistema socioeconômico; peso da propriedade cafeeira e seu peculiar sistema de uso da terra; existência de amplas áreas agrícolas voltadas para a produção de alimentos; importância do setor mercantil.

Dos extensos levantamentos e dos estudos daí decorrentes, já é possível aventar algumas comparações entre municípios/regiões e conhecer melhor as estruturas fundiárias no século XIX, quando se delineia a crise do escravismo e emerge, simultaneamente, uma questão agrária. A relação terra/trabalho na província se apresentava de forma bem mais complexa do que a tradicional versão de uma sociedade bipolarizada fazia entrever: escravos submissos e latifundiários atrasados, barões perdulários e incapazes, tradicionalistas, desprovidos de capacidade empresarial.

Por outro lado, a partir dos quadros de propriedade,

população, escravaria, implementos agrícolas arrolados, mercado de terras, bem como de uma intricada rede de relações sociais e, até certo ponto, de padrões de fortuna e consumo, já é viável pensar em termos de hierarquias sociais diversificadas, de formas variadas de apropriação do solo e de reprodução social, inclusive da crise dessas estruturas. A própria noção de latifúndio assume feições mais matizadas. Para tanto, tem sido fundamental o trabalho de sistematização metodológica no tratamento de corpos documentais conservados em cartórios locais: inventários, contas de tutela, registros diversos, escrituras de terra.

No tocante à estrutura fundiária de quatro municípios/regiões, ressaltam-se dois módulos: (1) pequenas e médias propriedades até 400, 480 e 500 hectares, respectivamente Capivary e Araruama, Valença e Campos; (2) grandes propriedades, acima desses marcos regionais. Dos quatro municípios da amostra apenas Valença, no médio Paraíba, vinculava-se ao sistema agroexportador (café); já Campos, região canavieira por excelência, organizava-se no sistema da grande lavoura escravista, embora com produção destinada ao mercado interno; Capivary (atual Silva Jardim), localizada na periferia da *plantation* cafeeira, dedicava-se a uma modesta produção de subsistência destinada ao comércio local ou regional, na melhor das hipóteses; e, finalmente, Araruama, terra de passagem, destacou-se por suas reservas florestais, de início, e pelo cultivo de cana-de-açúcar, por uns tempos.[25]

Em meados do século XIX, ao se prenunciar a crise do escravismo, com a cessação do tráfico atlântico, principal mecanismo reprodutor do sistema, tendo a cultura cafeeira atingido bases sólidas no Vale do Paraíba, verifica-se que é significativa a área detida sob regime de grandes propriedades nos

quatro municípios citados. No entanto, é justamente Valença, o município exportador da amostra, aquele que apresenta a menor taxa de concentração da propriedade (área média, 901,82 ha, 53,68% da área total e 23,08% dos registros analisados). Enquanto isso, Campos tem o índice mais assustador de concentração fundiária, ou seja, apenas 22 registros, correspondendo a 1,12% do total da amostra, cobrem 44,70% da área total computada. Regiões de pequena lavoura, Capivary e Araruama, apresentam índices elevados de concentração, embora aí predominem pequenas e médias propriedades, com área média de 100 (Capivary) a 57 hectares (Araruama).

O mesmo perfil se aplica, *grosso modo,* a Cantagalo ou a Juiz de Fora. Na primeira, também região agroexportadora, suas propriedades com menos de 400 hectares perfaziam 71% do total de declarações analisadas (264 registros). Apenas em três registros são acusadas propriedades com mais de 1.600 ha. Naquele momento, a família Clemente Pinto declarava possuir 5.912,2 ha. Em região sertaneja do rio São Francisco, Porto da Folha, Sergipe, o quadro não é muito diferente. Para darmos somente um exemplo — o da família dos Feitoza, em 1856, 14 de seus membros apresentavam 19 declarações de terra, abrangendo 28 unidades diferentes, entre *posses* e *porções.* Em Juiz de Fora (MG), dos 101 proprietários de terras, cujos registros contêm dimensões das áreas possuídas, 79 controlam 25,7% da área total, enquanto 22 controlam 74,2% das terras. A análise de 91 inventários, para o período entre 1870 e 1929, confirma a tendência já identificada: 60 a 64% da área agrícola são controladas por proprietários com mais de 1.000 hectares.[26]

Compete ao pesquisador responder a várias perguntas. Como se constituiu esse perfil fundiário? Como se verificou o

processo de expropriação, que mal começa a ser desvendado, de índios e posseiros no avanço da fronteira agrícola? No Nordeste sertanejo, foi conflituosa a apropriação da terra e o subseqüente jugo sobre a população preexistente para transformá-la em força de trabalho. Na região fluminense, a disputa entre novos e antigos ocupantes — posseiros e sesmeiros — foi bastante cruenta. Qual a origem da pequena e média propriedade? Que critérios quantitativos e qualitativos devem presidir à análise segura dessa diferenciação? No caso fluminense, como se verificou o movimento da fronteira? Aqui, os ritmos já são bem conhecidos: num primeiro momento, o campesinato pobre e inseguro se apropria dos espaços possíveis e, a seguir, dá-se o avanço da agricultura comercial especulativa. Em outras partes do país, que ritmos diferentes presidiram esse avanço? Os dados disponíveis confirmam a tendência à concentração social da propriedade ao longo do período escravista, o que não impede que tenha sido ponderável a presença de um campesinato, identificado como sendo a camada pobre do campo, trabalhadores livres, com ou sem terra, com ou sem escravos, mas com papel decisivo na tarefa de desbravar e ocupar o território politicamente delimitado para vir a ser uma nação.

Assim, em Vila do Príncipe, no Seridó, ou em Porto da Folha, em Sergipe, ou em São Gonçalo e em Valença, no Rio de Janeiro, esse processo de expropriação está sempre presente, convivendo com o escravismo, ora à margem da empresa agroexportadora — embora a ela servindo —, ora lado a lado. Faltam, ainda, pesquisas para a necessária comprovação empírica de como se deu a expropriação desses pequenos produtores após a Abolição.[27]

Os exemplos citados servem, tão-somente, para ilustrar, de forma parcial, preocupações metodológicas em um universo

conceitual complexo e raramente satisfatório, face à complexidade regional do Brasil. Daí a advertência de Jean Meuvret, lembrada por Ciro Flamarion Cardoso, quanto à utilidade do quadro regional: este deve ser levado em conta mas *com a condição de transcendê-lo* e "saber integrá-lo a totalidades mais vastas".[28] A história regional, como qualquer modalidade de história, tem suas limitações, às quais o historiador deve estar atento.

Os esquemas explicativos

Os sistemas agrários resultam da combinação histórica dos elementos que constituem o processo produtivo agrícola, já mencionados: terra, trabalho e técnicas. Trata-se de uma noção abstrata, muito genérica, elaborada pelo pesquisador a partir da reconstrução das articulações internas dos elementos que constituem o seu objeto de estudo.[29] Como parte da estratégia de pesquisa, é possível discernir-lhe dois subsistemas: (1) o uso da terra, resultante da relação homem/natureza mediada pelas técnicas; (2) a posse da terra, referida à relação homem/natureza, mediada pelo direito (normas vigentes, socialmente constituídas). Já o modelo, como uma "representação idealizada de uma classe de objetos reais", na definição de Witold Kula, tem sido amplamente utilizado para explicitar o fundamento global mais amplo, em seus elementos estruturais, de economias agrícolas do presente ou do passado. Alguns dos exemplos mais destacados serão dados a seguir.

No Brasil, são conhecidos os três grandes sistemas agrários dos primeiros séculos da Colônia e que influíram nas diferenciações regionais: a grande lavoura, o pastoreio e a pequena lavoura. O terceiro, o da pequena lavoura, é o que Waibel chama de "criança problema, o enjeitado da agricultura

brasileira”, no qual imperam as tradições indígenas, o sistema da roça itinerante, de pousio longo, com rotação floresta/culturas.[30] Os três se caracterizam pela ausência da prática de refertilização dos solos. Ao contrário da tradição européia pré-capitalista, o estrume animal não faz parte das práticas agrícolas — com a notável exceção do tabaco na Colônia — em virtude da separação, aqui, entre cultivos e criação. O meio tropical e colonial está muito distante do meio temperado e camponês do Antigo Regime europeu, em que predominavam os cereais, a vinha e a horticultura. Aqui, imperam o milho, os tubérculos, frutos da tradição indígena. No caso brasileiro, os fatores físicos tornam-se ainda mais decisivos quando são consideradas as condições de povoamento: disperso e rarefeito, lento desenvolvimento demográfico nos primeiros séculos.

Segundo Slicher Van Bath, a evolução histórica está determinada pela maior ou menor utilização do solo pelo homem, para a satisfação de suas necessidades de alimentos, vestuário e moradia. O equilíbrio entre produção e consumo dependerá da relação adequada das variáveis: área cultivada, volume da população e técnica agrícola (intensidade do uso da terra) (ver Figura 1). Segundo o autor, a intensidade dos cultivos, combinada ao incremento demográfico, resultaria, a longo prazo, no encurtamento, e subseqüente desaparecimento do pousio, o que, em parte, depende das condições de fertilidade.

MG – meio geográfico
P – população
A – área cultivada
T – técnica e conhecimento agrícola

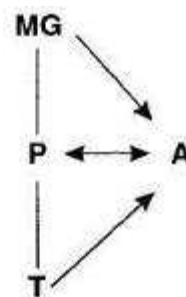



Figura 1

Tal modelo supõe o equilíbrio entre produção, consumo e área cultivada. Na Europa, de que trata, eram nulas as possibilidades de estender a área cultivada. Uma crise climática que afetasse a produção de grãos resultaria numa catástrofe demográfica (crise de fome, subsistência). Nesse modelo de sociedade pré-industrial, segundo o autor, o equilíbrio entre população e possibilidades reais do sistema de produção torna-se um conceito fundamental; o desequilíbrio causado por superpopulação (relativa) acarretaria fomes epidêmicas e subnutrição crônica. Estamos aí diante de um esquema de tipo malthusiano e que, ainda, exclui dos seus elementos constitutivos e analíticos as relações de produção, como retrata a Figura 2.

MG – meio geográfico
P – população
A – área cultivada
T – técnica e conhecimento agrícola
CG – contigente de gado
E – esterco

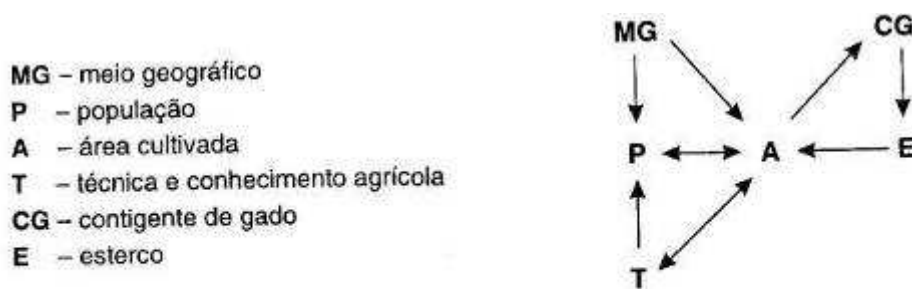



Figura 2

Coube a Ester Boserup, numa visão antimalthusiana, apresentar um modelo mais genérico e, conseqüentemente, mais dinâmico capaz de dar conta da mudança dos sistemas agrários. Ele consiste em inverter o papel da demografia. No seu grande esquema analítico, a pressão demográfica é a variável independente, fator externo determinante dos demais. Nessa ótica, a produção de alimentos deixa de ser um fator de limitação demográfica. Pela introdução de dois conceitos, o *continuum* agrícola (todas as terras fazem parte de um determinado sistema) e a freqüência de cultivo, Boserup chama a atenção para as conseqüências da pressão demográfica sobre a tecnologia agrícola,

em oposição à corrente que encara a tecnologia (inovação) como um fator autônomo capaz de conduzir à mudança. Na sua classificação de sistemas de uso da terra, Boserup apresenta, em ordem de intensidade crescente, cinco tipos que abrangem do cultivo com pousio florestal (impropriamente chamado por muitos de primitivo) ao sistema intensivo de múltiplas culturas, passando por modalidades diversas de intensidade (freqüência) do uso do solo que traduzem organizações sociais diferentes, mais ou menos complexas, ao longo da evolução histórica.[31] A principal contribuição de Ester Boserup consistiu em desmistificar o círculo vicioso: população escassa/técnicas primitivas. Mas o encurtamento do pousio significa uma diminuição do lazer e um acréscimo de trabalho. As vantagens da mudança são lentas e nem sempre atraentes. Assim, a passagem para sistemas mais intensivos só se fará sob pressão interna (necessidade interna vital), isto é, maior número de bocas a nutrir. Dois outros pontos merecem destaque: o fator fertilidade da terra, aqui visto não como um dado permanente e sim humano e, ainda, o regime de trabalho, traduzido no seguinte postulado:

> "Quando a população é esparsa e existe terra abundante e não controlada, a hierarquia social só pode ser mantida através do controle pessoal e direto sobre os membros da classe abaixo."[32]

Daí resulta que mecanismos de trabalho compulsório são introduzidos de modo a impedir o acesso à terra, como agricultores independentes, aos trabalhadores diretos, mesmo após a abolição jurídica do trabalho servil.

Outro enfoque possível, permitindo a combinação com os anteriores, é-nos fornecido pela velha teoria da distribuição do espaço agrícola elaborada por Von Thünen.[33] No seu modelo, imagina-se uma cidade situada no centro de um Estado — o

Estado Isolado —, com condições perfeitas para a produção, circulação e comercialização do que necessita. A cidade determina os preços, neles embutidos o dos transportes. A distância será o fator determinante da constituição das áreas de produção organizadas em torno da cidade, em círculos concêntricos bem-definidos e especializados. Seriam seis esses anéis agrários do centro para a periferia: o primeiro dedicado aos hortigranjeiros (culturas intensivas) e o sexto, o mais largo, destinado à criação de gado em regime extensivo, para consumo da cidade. Waibel confirma esses pressupostos, argumentando que as condições naturais não são determinantes nos sistemas de uso da terra, sendo indispensável considerar o processo econômico global.

Qualquer que seja o esquema, deve ele sujeitar-se à rigorosa comprovação empírica. Do conhecimento que se tem do Brasil Colônia, ressalta-se o modelo genérico de que a agricultura exportadora *(plantation)* avançou e recuou ao sabor das conjunturas externas; a cada conjuntura internacional favorável corresponderia uma regressão da área de cultivo de subsistência destinado ao consumo interno. O mesmo se diria do conhecido mecanismo de decadência estrutural do modelo de Celso Furtado. Tais esquemas lógicos estiveram carentes de bases empíricas, como pesquisas recentes vêm demonstrando.

Dois modelos europeus, embora formalmente diversos, exerceram ampla influência entre pesquisadores: o que se vincula ao nome de Ernest Labrousse e o que se vincula ao de Witold Kula.

O primeiro constitui um modelo de crise em economia não-capitalista apoiado em numerosos e minuciosos estudos regionais levados a cabo nos últimos sessenta anos. Quatro são as suas bases econômicas, que configuram o chamado “antigo regime

econômico”: predominância da atividade agrícola, extrema precariedade dos meios de transporte, fragilidade da produção industrial voltada para os bens de consumo, caráter familiar da indústria rural. O seu funcionamento dependeria do equilíbrio instável entre demografia e produção agrícola. A crise climática seria, assim, o detonador da catástrofe demográfica: crise de subsistência e mortalidade.

O segundo refere-se ao caso da sociedade feudal polonesa. Coube a Witold Kula elaborar um modelo bem-formalizado no qual trata, a partir de princípios previamente explicitados, da racionalidade econômica do sistema analisado — o “feudalismo tardio” — e de sua extinção no século XIX.[34]

No Brasil, as “crises de fome” no período da colônia, estudadas pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, apresentam uma dinâmica própria com características bem diversas da crise de subsistência do Antigo Regime europeu. Além dos fatores que são comuns, clima e demografia, há aqui a presença de elementos novos. De um lado, o uso predatório dos recursos naturais e, de outro, a variação permanente entre preços de mercado externo e de mercado interno, ou seja, preço da mandioca *versus* preço dos escravos.[35]

O modelo latino-americano de Mario Samper Kutschbach

Ao analisar os modelos da economia política clássica de Adam Smith e Ricardo até Marx, Samper argumenta quanto à necessidade de explicitá-los a fim de melhor avaliar sua aplicabilidade a meios históricos diversos daquele que deu origem à Revolução Industrial. Se, na Inglaterra do século XVIII, o processo de expropriação no campo gerou uma mão-de-obra assalariada abundante e restringiu o acesso à terra, na América

Latina as condições no início da colonização eram bem diferentes: escassez de mão-de-obra e abundância de terras não-apropriadas. Para os economistas clássicos, no primeiro caso, cabia ao capital organizar a produção agrícola através do assalariamento do trabalho. O mesmo, porém, não ocorreu em outras realidades históricas, distantes do caso inglês. Hoje se constata cada vez mais que a generalização do trabalho assalariado não se associa obrigatoriamente à transição para o capitalismo em sociedades rurais, em vários países ou regiões:

> "Hoje sabemos que o capital pode impor sua lógica aos produtores diretos por outras vias, que a forma salarial não é predominante em muitos processos de transição e que a expropriação absoluta não é condição imprescindível nem o desenlace inevitável imediato do estabelecimento de relações capitalistas no campo."[36]

No entanto, os clássicos são importantes para a compreensão dos processos "de desenvolvimento econômico", no tocante às condições de uso do solo e renda da terra, às limitações no processo de intensificação agrícola (a lei dos rendimentos decrescentes de Ricardo), às relações com a indústria e suas formas de acumulação etc.

Na América Latina, sobretudo a partir de meados do século XIX, onde ocorreu uma expansão do espaço econômico, verificou-se o desenvolvimento da produção para o autoconsumo e para o mercado. Em certos momentos, observa Samper, foram favoráveis de início as condições para as unidades familiares: acesso à terra, preços e rendas. Onde houve pequena pressão demográfica e uma concentração limitada da propriedade territorial, os salários tenderam a ser comparativamente elevados. A tal fator favorável, acrescente-se a conjuntura industrial européia (fase livre-cambista do mercado internacional), cujos termos de intercâmbio

evoluíram em favor dos bens agrícolas. E conclui, afirmando que em certas economias regionais latino-americanas não se deu uma monopolização completa do processamento e da comercialização da produção mercantil camponesa, pelo menos na fase inicial. A situação se altera desde então, de maneira diversa e segundo a região. Ou houve *melhoria* (com o início da era das estradas de ferro, barateamento dos transportes) ou houve *deterioração* para os produtos diretos com: (1) a inversão dos termos de troca; (2) o aumento da pressão demográfica; (3) a diferenciação da propriedade fundiária (concentração *versus* fragmentação); (4) a redução dos salários reais e o trabalho diarista para membros da família.

Na conceituação de um modelo, Samper considera as unidades de produção e consumo orientadas para o mercado e a participação dos produtores diretos em três processos de mudanças, a saber:

1. *Em escala regional,* a terra inicialmente abundante torna-se escassa, devido ao crescimento demográfico e a pressões socioeconômicas; verifica-se a migração dos descendentes de colonos para outras fronteiras e a procura de alternativas ocupacionais.

2. *No plano das unidades de produção,* há a intensificação do uso da terra, em termos de insumos (trabalho e rendimento por área); maior intensidade associada à especialização mercantil com a reorganização das unidades do ponto de vista técnico e social; inserção nos múltiplos mercados (produtos, terra, trabalho, crédito).

3. *Quanto à interação econômica* (nos processos micro e macrossociais), baseada na progressiva preeminência do fator exploração: tendência para a monopolização dos lucros,

mudanças no significado social das transações creditícias e fundiárias; a acumulação, antes acessível a muitos, torna-se privilégio de alguns.

Os conceitos básicos de Samper têm como ponto focal a interação econômica entre os produtores diretos e entre estes e os donos do capital no contexto dos mencionados processos, levando em conta o entrelaçamento de múltiplas variáveis: população, acesso à terra, tecnologia agrícola, processamento, transporte e os vínculos — de associação ou de conflito — no interior da unidade doméstica, entre camponeses e comerciantes, ou entre "bóias-frias e fazendeiros". As unidades de produção e consumo que analisa são aquelas baseadas fundamentalmente na força de trabalho do núcleo familiar, embora, longe da tradição chaianoviana ou marxista, refira-se a unidades como elementos "historicamente específicos de uma economia agrária mercantil", não como remanescentes de um passado pré-capitalista. São, pois, unidades que resultam e participam do desenvolvimento dos mercados diversos (terra, trabalho, crédito etc.). De forma esquemática, a unidade doméstica pode ser vista como uma entidade abstrata em que se entrelaçam os seguintes elementos: os seus membros (P), os recursos materiais (R), os quais combinados geram um produto (Q), que deve satisfazer ou não às necessidades de consumo direto ou indireto e de uso produtivo (reinversão), como se vê na Figura 3.

Figura 3 *Fonte:* Samper, Kutschbach, Mario. Historia social agraria: elementos conceptuales para su análisis. *In:* Fonseca, Elizabeth (org.) *Historia. Teoria y métodos.* San José (Costa Rica): Editorial Universitaria Centroamericana, 1989, p. 155.

A variação no peso dos componentes altera a dinâmica interna da unidade e suas relações externas. Com o aumento do número de pessoas, mantendo-se os mesmos recursos materiais, a unidade se deslocaria a uma situação de equilíbrio para, em seguida, enfrentar um déficit de produtos, o qual poderá vir a ser inferior às necessidades de reprodução simples da unidade doméstica. Outras situações podem ocorrer: face à escassez de recursos, os reflexos negativos agem sobre os diferentes mercados (de produtos, de recursos ou de trabalho), como se vê na Figura 4. Trata-se de um caso em que a composição da família influi muito decisivamente nas necessidades de consumo e na capacidade de trabalho da unidade doméstica.

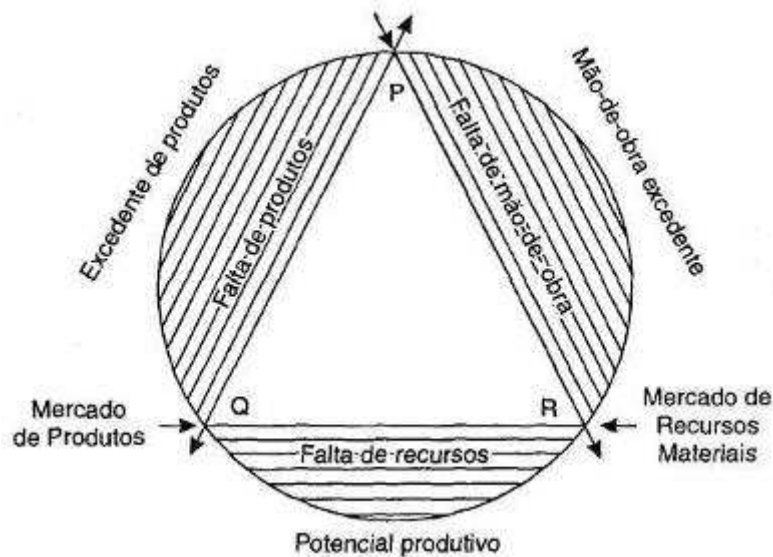



Figura 4 *Mercado de Trabalho Laboral*
Fonte: Samper, Kutschbach, Mario. Historia social agraria: elementos conceptuales para su análisis. *In*: Fonseca, Elizabeth (org.) *Historia. Teoría y métodos.* San José (Costa Rica): Editorial Universitaria Centroamericana, 1989, p. 155.

Ora, um sistema não vive em equilíbrio perfeito. Ocorrem situações de desajuste entre produção e recursos disponíveis, entre o produto gerado e o mínimo vital exigido. A mesma unidade pode encontrar-se em situações diversas — de falta de recursos, de produtos ou de capacidade de trabalho, ou ainda de excedente desses fatores. O intercâmbio é o recurso com que a unidade conta para fazer face a tais situações de carência ou abundância. Assim conclui Samper:

> “A participação de unidades domésticas em diversos tipos de intercâmbio ou *mercado* (...) pode ser a base para a extração de excedentes, como também para a acumulação. É possível, teoricamente, definir a natureza de tais intercâmbios e identificar as condições que tornam viável a extração ou a acumulação em termos dos processos socioeconômicos gerais. Mas a pergunta específica de se uma unidade doméstica se encontra em uma ou em outra situação (ou em ambas?) requer uma análise detalhada de casos concretos.”[37]

Samper propõe como tipologia básica cinco tipos de unidades que englobam: as unidades subfamiliares, as unidades domésticas deficitárias, as unidades domésticas intermediárias, as unidades domésticas "excedentárias" e as unidades suprafamiliares, nestas últimas se situando unidades com significativa capacidade de acumulação capitalista, "nas quais o parentesco não é atinente às relações de trabalho".

Para concluir, o modelo de Samper, uma vez mais bem esmiuçado e integrado a um conseqüente programa de pesquisa, poderá vir a ser de grande utilidade no desvendar de complexas situações no mundo agrário da América Latina em geral e, muito em particular, do Brasil.

❖ 7 ❖

HISTÓRIA URBANA

Ronald Raminelli

O crescimento e proliferação de cidades marcaram profundamente a história européia do século XIX, quando se presenciou uma grande alteração da vida urbana em cidades como Londres e Paris. O caos urbano, favorecido pela Revolução Industrial, incentivou as primeiras tentativas de planejamento urbano e de construção de uma cidade ideal. Os governantes europeus tiveram a tarefa de ordenar, higienizar e pensar em soluções possíveis para a vida urbana. Na época, alguns estudiosos começaram a refletir sobre o passado da cidade, sobre as formas de ordenamento e funções da *urbe* ao longo dos tempos. Fustel de Coulanges, Max Weber e George Simmel constituem alguns dos intelectuais que vivenciaram o cotidiano das metrópoles européias na segunda metade do século XIX e deixaram um testemunho valioso sobre a cidade e seu passado.

Este capítulo pretende analisar outras reflexões sobre a história da cidade. Para tanto, reuniu estudos de várias tendências elaborados por historiadores, sociólogos, filósofos e urbanistas. A escolha dos autores e dos temas obedeceu a duas perspectivas. Inicialmente, reuniram-se as teorias mais difundidas na historiografia, referenciais indispensáveis para uma análise

mais apurada da literatura que, de alguma forma, aborda a história urbana. Portanto, nomes como Weber, Benjamin e Lewis Mumford não poderiam ser excluídos, apesar de não serem considerados historiadores *stricto sensu.* Por outro lado, há alguns temas clássicos entre os estudos sobre cidade. Elegeram-se, então, alguns deles, mesmo sabendo que outros de igual importância seriam omitidos.

Primeiras abordagens da história urbana

Fustel de Coulanges (1830-1889) pode ser considerado o primeiro historiador moderno a se dedicar ao estudo da cidade. *A cidade antiga,* publicado em 1864, causou grande polêmica nos meios acadêmicos. O historiador empreendeu uma pesquisa detalhada sobre a religião e a política e seus vínculos com o modelo de Estado implantado no mundo greco-romano. Coulanges elegeu como tema a origem da propriedade privada, o surgimento do Estado e as "revoluções" capazes de explicar os ordenamentos políticos destas sociedades. O estudo preocupou-se, antes de tudo, com a organização das cidades-estados, e não com a cidade propriamente dita. Neste sentido, o historiador traçou a evolução do ordenamento social desde a família, a aldeia, até a comunidade perfeita, a *pólis.* A sociedade grega, portanto, se desenvolveu a partir da família e necessita da *pólis* para alcançar o estágio superior desta evolução. O "ser político" nasce na cidade e o espaço urbano é imprescindível para o seu desenvolvimento. O modelo teórico construído por Fustel de Coulanges expressa as preocupações da segunda metade do século XIX, época impregnada pela idéia de progresso e por teorias voltadas ao ordenamento e compreensão das etapas da história humana.[1]

Gustave Glotz, em *A cidade grega,* de 1928, apontou algumas limitações da obra de Fustel de Coulanges, ressaltando que as crenças próprias das organizações sociais primitivas, das famílias por exemplo, diferem daquelas capazes de ordenar o mundo da *pólis.* A política e a religião evoluem com as sociedades humanas. "Não se trata", disse Glotz, "de figuras geométricas, e sim de seres vivos, que só duram e só conservam a sua identidade se se modificarem de maneira profunda." A cidade grega, embora conservasse a instituição familiar, cresceu lutando contra os *génos,* contra os privilégios, em favor do fim da servidão patriarcal. Assim, a onipotência da cidade e a liberdade individual não constituem oposições como defendia Fustel de Coulanges. Segundo Glotz, o progresso do poder político e do individualismo tornaram-se o motor da mencionada evolução. Desta forma, ele contestou a teoria preocupada em explicar o surgimento e o desenvolvimento das cidades-estados a partir do ordenamento familiar. O individualismo crescente, concluiu, marcou a evolução política e urbana no mundo grego.[2]

Uma outra vertente dos estudos urbanos procurou relacionar política e economia, criando uma abordagem mais sólida do problema. Max Weber (1864-1920) recorreu ao método comparativo e à criação de "tipos ideais" para estudar a cidade. O passado da China, Índia e Grécia fornece subsídios para melhor compreender a Idade Média ocidental e o início do capitalismo, sendo o último o centro de suas atenções. No entanto, o tempo histórico (a diacronia) pouco importa para Weber, pois sua metodologia prima por vasculhar o passado de diversas civilizações em busca de características urbanas, para em seguida compará-las. O sociólogo empreendeu "um exame comparativo entre traços de um período e traços encontrados em outros,

admitindo-se a especificidade de cada um e a circunstância de que a comparação sempre incidirá sobre aspectos parciais e selecionados dos processos em confronto". Neste empreendimento, a diacronia, ou a história da cidade, ocupa um espaço mínimo em relação à análise sincrônica. As funções econômicas e administrativas das cidades, em tempos e espaços os mais diversos, são incessantemente comparadas em suas similitudes e disparidades. Weber não considerou a possibilidade de um período histórico conter o "germe" da época seguinte, por isto despreza o que é comum a várias ou a todas as épocas e ressalta o que é peculiar a cada uma delas.[3]

Em "Conceitos e Categorias de Cidade", trabalho de 1921, Weber dissertou sobre a natureza econômica da cidade, criando uma tipologia destinada a relacionar a sua origem às funções econômicas. Assim sendo, a cidade constitui um aglomerado humano caracterizado por trocas comerciais regulares, capazes de prover o sustento de seus habitantes. As origens deste mercado podem ser as mais diversas. Muitas vezes, o espaço urbano provém de uma concessão ou de uma promessa de proteção de um senhor ou de um príncipe. Contudo, é preciso separar o conceito econômico do conceito político-administrativo de cidade. Pois, "a cidade tem que se apresentar como associação autônoma em algum nível, como um aglomerado com instituições políticas e administrativas especiais". Nesta tipologia entrariam núcleos humanos que economicamente não seriam considerados cidades. O primeiro estágio de desenvolvimento delas seria as fortalezas, que apoiavam o burgo de um rei ou um nobre, recebendo apoio de uma guarnição de mercenários, vassalos ou servidores. Com a pacificação, a cidade ganhou outras funções, dedicando-se a atividades econômicas. Weber comentou ainda que a cidade

ocidental se destaca pela sua administração autônoma, pelo seu aspecto de comunidade, que originou o conceito de cidadania.[4]

A cidade urbana, com ênfase no aspecto econômico, difundiu-se, sobretudo, a partir dos trabalhos do historiador belga Henri Pirenne (1862-1935). Em *As cidades da Idade Média,* obra de 1927,[5] Pirenne retornou a uma questão clássica da história urbana: Qual é o sentido da palavra "cidade"? O historiador entendeu por cidade uma concentração humana portadora de personalidade jurídica, vivendo do comércio e da indústria. A partir destes pressupostos jurídicos e econômicos, Pirenne defendeu a tese do declínio acentuado da vida urbana na Europa Ocidental no decurso do século IX, como conseqüência das invasões germânicas, sarracenas e normandas. A quase extinção das transações comerciais afetou duramente as cidades, tornando-se meras fortalezas, muitas vezes dominadas pelo poder religioso. Com o fim das invasões e do domínio muçulmano do Mediterrâneo, tornou-se possível a existência de rotas comerciais ligando o último ao interior da Europa. As cidades medievais surgiram ao longo dos caminhos que uniam Veneza e Gênova aos portos do Báltico. A argumentação de Pirenne tende a relacionar o feudalismo à decadência da vida urbana; e procura associar o capitalismo ao renascimento das cidades. Deste modo, o sentido da palavra cidade para Pirenne está estreitamente vinculado a causas econômicas e sociais.

A historiografia registrou algumas críticas às posições teóricas assumidas pelo historiador belga. Moses Finley ironizou a argumentação dizendo que as causas econômicas e sociais insistentemente apontadas por Pirenne tornaram-se um misterioso processo "natural" comandado pelos mercadores.[6] Robert S. Lopez também contestou a tese de Pirenne. Para tanto,

sempre recorreu ao conhecimento empírico, mencionando o afluxo de famílias nobres do campo para a cidade, onde os membros deste estamento atuaram como comerciantes. Ou ainda quando o próprio rei da Espanha promoveu a construção de cidades-fortalezas cristãs, que, posteriormente, tornaram-se mercados.[7] Uma crítica clássica à tese de Pirenne encontra-se na obra de Maurice Dobb, quando ressaltou a origem feudal da maioria das cidades medievais. O comércio não foi o responsável pela difusão dos centros urbanos, como defendeu Pirenne. Dobb ainda desafiou a concepção teórica destinada a relacionar o capitalismo à cidade, enfatizando que o desenvolvimento comercial, em algumas ocasiões, representou o recrudescimento da servidão, ao invés da difusão da mão-de-obra assalariada. O renascimento das cidades promoveu, portanto, a reformulação do papel econômico e político exercido pela nobreza européia.[8]

Novas abordagens da história urbana

Nos últimos anos, as pesquisas sobre a cidade tomaram um novo rumo, distanciado-se dos primeiros estudos realizados a partir de meados do século passado. Hoje os estudiosos lançam mão de uma massa considerável de dados, recorrendo a registros fiscais, livros paroquiais, livros de registro civil, licenças, censos, listas profissionais e telefônicas. Tal método de pesquisa tornou-se viável com o auxílio de computadores, capazes de agilizar a leitura deste volumoso material. Os estudos urbanos têm promovido o surgimento de equipes interdisciplinares, encarregadas de desenvolver investigação de grande amplitude. Conseqüentemente, os objetos de pesquisa ampliaram-se, reconstruindo a complexidade da estrutura social, destacando as relações travadas entre os vários segmentos sociais do espaço

urbano. Uma outra característica dessa “nova história urbana” está no emprego de teorias para poder ordenar a abundância do material empírico, pois os dados raramente se organizam espontaneamente em conjuntos inteligíveis. A recente historiografia dedicou-se a alguns problemas. David Herlihy apontou três núcleos principais: (1) as funções da cidade e seu vínculo com o fomento da urbanização; (2) os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família; (3) as mudanças espaciais e ecológicas na cidade, provocadas pelo desenvolvimento econômico e social.

Nesta perspectiva, Herlihy comenta que as pesquisas recentes consideram a industrialização o maior fator de estímulo à urbanização. O pressuposto baseia-se no mesmo raciocínio encontrado nas teses de Weber e Pirenne, que consideram o desenvolvimento econômico como responsável pela vitalidade e a expansão das áreas urbanas. No entanto, o princípio nem sempre é comprovado. Cidades como São Petersburgo, Odessa e Washington foram criadas a partir de éditos. Hoje as cidades que crescem com mais rapidez não se encontram em regiões industrializadas, mas em países do Terceiro Mundo, onde a proliferação do espaço urbano não é acompanhada de industrialização. O mesmo fenômeno ocorreu no passado em Roma no século XVI, em Nápolis nos séculos XVII e XVIII. Os mencionados núcleos urbanos abrigaram uma soma considerável de arrendatários, administradores, mercadores, criados, artesãos e uma enorme quantidade de imigrantes parados ou subempregados. Geralmente, as cidades em rápida expansão localizam-se próximas a zonas rurais empobrecidas, sendo uma solução para a miséria vivida pela população. Em alguns casos, porém, a concentração populacional viabilizou o desenvolvimento

industrial devido à disponibilidade de mão-de-obra.

Outras evidências ainda relativizam a relação de causa e efeito entre industrialização e urbanização. Vários estudos comprovam que durante a etapa de proto-industrialização as manufaturas provinham de zonas rurais ou de aldeias. Muitas fábricas eram dispostas juntamente às correntes de água no meio rural, pois recorriam à força hidráulica para o seu funcionamento. A combinação de vários fatores viabilizou pouco a pouco o estabelecimento de indústrias na cidade, promovendo um novo industrialismo. A energia térmica, a concentração populacional e as estradas de ferro tornaram possível o desenvolvimento industrial da cidade. No entanto, Herlihy considera ilusória a urbanização dos séculos XIX e XX, pois não conseguiu transformar a mentalidade dos citadinos. Os imigrantes conservavam laços íntimos com os seus lugares de origem, sendo a mobilidade entre o campo e a cidade um dado capaz de explicar as fortes raízes rurais dos homens da cidade industrial. Assim, os nexos entre urbanização e industrialização são mais complexos do que defendiam Weber e seus discípulos.

Outras pesquisas recentes procuraram explorar os efeitos da vida urbana sobre os ciclos vitais dos indivíduos, sobre o trabalho e a família. Sob esta perspectiva, os historiadores analisaram os comportamentos matrimoniais, percebendo contrastes entre os enlaces ocorridos no campo e na cidade, durante a Idade Média e a Idade Moderna. No campo, os casamentos envolviam homens mais jovens, pois necessitavam da família para o cultivo da propriedade. Em contrapartida, na cidade, os homens contraíam casamento mais tarde, depois que tivessem oportunidade de manter a futura família. Em relação ao sexo feminino, os estudos demonstraram comportamentos curiosos. Durante a Idade Média,

as mulheres das cidades casavam com pouca idade e, muitas vezes, com homens mais velhos. Em contrapartida, no século XVIII, o grupo casava-se mais tarde, em média por volta dos trinta anos. Uma explicação para o comportamento está na oportunidade de emprego para as mulheres. A partir do século XVI, as indústrias urbanas recorreram à mão-de-obra feminina, retardando o casamento. O perfil matrimonial moderno surgiu nas cidades européias somente nos séculos XVI e XVII e parece unir-se com o novo caráter da economia.

O estudo demográfico ainda permite afirmar que nas cidades tradicionais as taxas de mortalidade eram altíssimas, devido às condições de insalubridade e à grande concentração de pessoas pobres em um espaço pequeno. A cidade era o principal campo de atuação de epidemias, que acometiam uma grande parte da população urbana. A situação de precariedade caracterizou as cidades européias até meados do século XIX, quando proliferaram os planos de modernização do espaço urbano. Desde então, as epidemias diminuíram de intensidade e as taxas de mortalidade decresceram. No fim do século XIX, ocorreu um novo fenômeno no espaço urbano europeu, o controle da natalidade. As classes altas foram as primeiras a limitar sistematicamente a concepção, contudo outros setores da sociedade convergiram gradualmente para níveis baixos de natalidade.

Uma última abordagem da história urbana preocupou-se com as fachadas e a estrutura urbana. A cidade tradicional cresceu em torno de um palácio, no interior de uma muralha ou a partir de um mercado, sendo circunscrita a um espaço fechado e de pequenas proporções. Nela havia uma nítida divisão social. Os artesãos, as famílias, os judeus e os estrangeiros ocupavam espaços distintos, constituindo uma comunidade socialmente

heterogênea. No entanto, o sistema de transportes promoveu uma verdadeira reviravolta. Os trens e os automóveis permitiram a circulação rápida entre o centro e a periferia, criando uma nova concepção de cidade e de espaço. O transporte barato permitiu o desenvolvimento de zonas ecológicas específicas, reservando um distrito central de negócios, uma área industrial e zonas residenciais. Por fim, os historiadores detectaram uma tendência à especialização, ou compartimentalização do espaço, junto a uma enorme "desconcentração" da comunidade urbana.[9]

Cidade e urbanismo: a história urbana em Mumford

A metrópole como fenômeno urbano provocou outras reflexões sobre a história da cidade. Lewis Mumford (1895-1990) acreditou que a metrópole dos dias atuais chegou ao seu clímax, marcando o término de uma experiência urbana. O regime metropolitano originou uma "guerra sem sentido, de extermínio total, cuja finalidade seria aliviar suas ansiedades e temores, produzidos pelo absoluto compromisso da cidadela com as armas de aniquilação e extermínio". A supervalorização tecnológica dominou o instinto animal de sobrevivência, profetizou Mumford, ocasionando uma corrida armamentista sem precedentes. Para ele, a civilização atual é como um gigantesco veículo, movendo-se em uma via de mão única e em velocidade cada vez maior. O automóvel está desgovernado, sem freios, e o motorista, pensando em controlá-lo, resolve acelerar a máquina. O regime metropolitano vem conquistando adeptos em todas as partes do mundo, tornando os homens fascinados pela economia e tecnologia. "Esse estado de desamparada submissão aos mecanismos econômicos e tecnológicos que o homem criou é estranhamente disfarçado de progresso, liberdade e domínio da

natureza pelo homem. Em conseqüência, tudo que é permitido passou a ser compulsão mórbida."[10]

Lewis Mumford escreveu *A cidade na história* (1961) durante os primeiros confrontos da Guerra Fria. A obra foi publicada em plena crise diplomática envolvendo os mísseis de Cuba. Portanto, o tom apocalíptico do trecho citado torna-se, em parte, compreensível. No entanto, Mumford relacionou, de modo curioso, a metrópole capitalista às ameaças de uma guerra atômica, como se o regime metropolitano promovesse a corrida armamentista. A concepção de metrópole defendida pelo urbanista fornece outras pistas para entender seu pessimismo. Lewis Mumford, durante as décadas de 1940 e 1950, envolveu-se em um debate acalorado com Robert Moses, considerado por Mumford como o czar de Nova York ou o Haussmann americano. O urbanista incentivou uma batalha contra os arranha-céus e as auto-estradas, pois descaracterizavam o centro *(downtown)* da maior parte das cidades, sendo este o local da origem da *urbe* e o espaço da memória urbana. Enfim, ele deflagrou um combate contra as inovações urbanas próprias da América, que na época estavam em plena moda.

Em *A cultura das cidades* (1938), Lewis Mumford caracterizou a cidade medieval como modelo urbano ideal, como produtora de uma vida cultural variada e rica, destacando-se no desenvolvimento de novas tecnologias. Neste sentido, o urbanista americano inaugurou um veio historiográfico, relacionando a cidade à tecnologia, ressaltando sobretudo as transformações ocorridas no espaço urbano como conseqüência do emprego de uma nova técnica.[11] O uso de canhões como instrumento de defesa provocou importantes alterações urbanas, pois: "Existe, na verdade, uma razão válida para julgar as plantas medievais como,

em geral, mais informais que regulares. Isso ocorria porque mais freqüentemente se utilizavam sítios rochosos ásperos, pois apresentavam vantagens decisivas para a defesa, até que se tornou possível o fogo dos canhões, no século XVI."[12]

As disposições de uma cidade medieval são um elemento capaz de caracterizá-la como orgânica e equilibrada. A rua continuamente curva constituía linha natural de um caminhante, como as pegadas deixadas na neve ao longo de um espaço aberto. O núcleo permanece protegido em uma cidade cujas ruas obedecem a um sistema rádio-concêntrico. Na cidade medieval, existe um bairro central, rodeado por anéis irregulares, destinados a rodear e proteger o núcleo, devido aos caminhos tortuosos que a ele se direcionam. "A planta resultante é gerada pelas duas forças opostas de atração e proteção: os edifícios públicos e as praças abertas acham segurança por trás de um labirinto de ruas, pelo qual os pés conscientes, não obstante, facilmente penetram." Os urbanistas barrocos trabalharam contra esta disposição, concebendo ruas retilíneas, guiando o fluxo diretamente ao centro da cidade.

Os novos interesses do capitalismo promoveram o surgimento de uma nova concepção de espaço. A mentalidade barroca organizou-o de modo que se tornasse contínuo, ordenado e infinito. Nesta alteração de conceito, os pintores renascentistas como Alberti, Brunelleschi e Ucello deram grandes contribuições quando desenvolveram a noção de perspectiva, criando a idéia de dimensão e, sobretudo, do ordenamento matemático do espaço. Assim sendo, a disposição regular dos prédios com fachadas simétricas, cujas linhas horizontais tendiam ao infinito, promove o prazer estético, prazer semelhante a andar a cavalo pelos campos ou através da floresta de caça.

Por outro lado, o traçado das cidades barrocas, quando comparado às ruas medievais, é excessivamente retilíneo, tornando o centro da cidade o núcleo de um universo, pois a cidade centraliza as decisões, comanda os territórios e abriga o soberano, o deus da cidade, a divindade nacional. Daí a necessidade de grandes espaços vazios, de obeliscos, de arcos e monumentos capazes de representar os poderes dos reis absolutistas, do "Rei-sol". O estabelecimento de regras rígidas para o traçado urbano e a difusão do tabuleiro de xadrez foram contemporâneos ao fortalecimento do Estado, à consolidação das fronteiras políticas de um território comandado por um poder centralizado e ao fortalecimento de uma economia monetarizada. No desejo de governar um Estado poderoso e repleto de súditos, os príncipes promoveram o aumento populacional, obedecendo a uma lógica muito cara aos capitalistas: "As cidades cresciam; os aluguéis subiam, os consumidores se multiplicavam; os impostos aumentavam. Nenhum desses resultados foi obra do acaso." No período, destruíram-se a harmonia e o equilíbrio dos espaços urbanos medievais, construindo-se cidades com largas avenidas, prédios grandiosos, precursores dos erguidos na América sob os auspícios de Robert Moses. Portanto, Lewis Mumford concebe a cidade barroca como origem das formas arquitetônicas grandiosas, da desumanização da cidade, da metrópole capitalista, do caos urbano. O urbanista visualiza na cidade do Rei os primórdios das desventuras da modernidade.

Cidade e modernidade

Desde o início do século, um sociólogo de forte influência kantiana já se interrogava sobre a relação entre os comportamentos e a cidade. George Simmel (1858-1918) dedicou

parte de sua obra ao individualismo e aos graves problemas da vida nas metrópoles. Em "Metrópoles e a Vida Mental", conferência de 1903, Simmel dissertou sobre a luta dos indivíduos em manter sua autonomia e singularidade face à vida moderna, face à sociedade, à herança histórica, à cultura e às técnicas. As grandes cidades fornecem a seus habitantes uma enorme quantidade de estímulos, promovendo alterações no sistema nervoso. O fundamento psicológico sobre o qual se constrói o tipo de individualidade das metrópoles foi denominado por Simmel de *intensificação da estimulação nervosa.* Os habitantes da metrópole são bombardeados a todo instante por informações, que se fixam na mente humana devido às diferenças que distinguem umas das outras. Esta percepção é uma capacidade vital para o homem, pois ele é um ser de diferença: sua consciência movimenta-se pela diferença entre a impressão de um instante e aquela que a precede. Nos grandes centros urbanos, há uma alteração brusca e ininterrupta entre estímulos interiores e exteriores. A individualidade própria das metrópoles se forja no burburinho das ruas, como resultado de estimulações nervosas provocadas por mudanças rápidas e caracterizadas pela percepção estreita dos contrastes, dos detalhes, das diferenças. Os homens das grandes cidades expressam sensações e emoções destituídas de vigor, pois perderam paulatinamente o prazer na vida, tornaram-se *blasés.* Em contrapartida, os homens do campo e das pequenas cidades levam uma vida sensível e intelectual em ritmo mais lento, vida pautada pelas relações afetivas e por hábitos muitas vezes ininterruptos.

Simmel esboçou, então, um cidadão típico, capaz de criar um sistema protetor contra o desenraizamento provocado pela vida trepidante da metrópole. Este homem age sempre com

intelecto e sofre de um hiperdimensionamento da consciência. A intelectualidade atua como proteção contra as violências das grandes cidades e da economia monetária. Simmel ainda lembrou que o funcionamento do intelecto e a economia monetária mantêm uma relação estreita, pois as relações humanas tornam-se uma troca de bens. Os homens são reduzidos a números, a máquinas valorizadas pela capacidade produtiva. O dinheiro exprime toda a diferença qualitativa, sendo o grande nivelador da vida nas metrópoles. Enquanto isso, a diversidade urbana concebe homens complexos, mantendo relações pessoais frágeis e problemáticas. O entrosamento de indivíduos, com interesses os mais diversos, origina contratos conduzidos por regras rígidas e marcados por uma pontualidade exata, do contrário os relacionamentos transformam-se em caos.[13]

Simmel é um dos primeiros estudiosos a pensar a modernidade, a refletir sobre as transformações advindas com o crescimento das cidades. Mais tarde, alguns de seus discípulos, Georg Lukács, T.W. Adorno e Walter Benjamin, desenvolveram com brilhantismo o mesmo tema. Os estudos de Simmel partem do princípio de que o real exprime-se nos detalhes da vida cotidiana, revelando inúmeros aspectos das complexas relações sociais. A cidade, por conseguinte, reúne detalhes preciosos sobre o real, não sendo apenas um aglomerado onde pessoas fazem trocas comerciais, como defendeu Weber. A cidade é um fato cultural, um caldeirão de impressões, de sentimentos, de desejos e de frustrações.[14] Porém, a metrópole também impressionou intelectuais de outros matizes, como Friedrich Engels. Em um relato sobre as condições da vida da classe trabalhadora inglesa, o autor descreveu as dimensões colossais da cidade, capazes de levar um indivíduo a percorrê-la durante horas a fio, sem chegar

ao início de um fim. A alta concentração populacional e o fervilhar das ruas custaram caro aos londrinos, afirmou Engels. Pois eles se tornaram homens subjugados aos milagres da civilização e tiranizados pelos desagradáveis e fastiosos arroubos da multidão. Ser parte dela resulta no desconhecimento das criaturas que caminham ao lado. Somente um acordo tácito se trava entre os transeuntes: o fluxo das calçadas, o ordenamento daqueles que se direcionam para um mesmo rumo.[15]

Walter Benjamin (1892-1940) buscou no mundo das letras indícios para refletir sobre a modernidade e as metrópoles do século XIX. O filósofo berlinense escolheu Baudelaire e Paris como centros de seus estudos, recorrendo à literatura para traçar um quadro das transformações ocorridas em Paris na segunda metade do século passado. E assim produziu um estudo às avessas, em que a história não explica os procedimentos e condutas dos literatos; pelo contrário, a história se desvela a partir do mundo das letras, das personagens e da vida dos escritores. Deste modo, a verdadeira Paris é a do *flâneur,* é a de Baudelaire, de Balzac. Benjamin pouco se preocupou em confrontar testemunhas, em comparar dados e chegar próximo da "Paris real". Neste sentido, o filósofo foi menos historiador e mais crítico literário, ou melhor, distanciou-se da tradição historiográfica e filiou-se aos estudos literários. Porém, não se importou com estilo, com o preciosismo da forma, caro aos críticos literários, dedicando suas análises às relações sociais travadas entre homens submetidos a uma metamorfose, a metamorfose da modernidade.

Em "Charles Baudelaire, Um Lírico no Auge do Capitalismo", Benjamin teceu comentários semelhantes aos de Simmel e Engels, sobretudo quando ressaltou o impacto provocado pela mercantilização da força de trabalho. Segundo o filósofo, quanto

mais o homem se proletariza, mais ele se sente “transpassado pelo frio sopro da economia mercantil”. O sopro da mercantilização promove a aversão dos despossuídos pelas mercadorias, pois o processo os torna igualmente um objeto à venda, uma mercadoria valorizada pela sua raridade ou pelo seu grau de produtividade. Os espaços urbanos visitados por Benjamim nutrem criaturas sórdidas, conspiradores casuais ou profissionais, ocupados com projetos de derrubada do governo existente. Esta malta parisiense lança-se a invenções capazes de provocar revoltas, constrói bombas incendiárias, máquinas destruidoras e os mais miraculosos utensílios revolucionários. Na metrópole, as notícias, os boatos, as intrigas correm velozmente ao sabor das conversas, nas manchetes dos *reclamés,* nas páginas dos folhetins e nos fios do telégrafo. A Paris de Baudelaire era ávida por informações, ávida para entender e, talvez, dominar as transformações promovidas pela modernidade. O sucesso das publicações foi tal que em 1846 havia 200 mil assinantes de jornais na cidade. Por intermédio dos poemas de Baudelaire, Walter Benjamin reconstruiu a Paris de Haussmann, cidade agitada por reformas, cidade violenta, selva habitada por homens-feras, frutos da destruição e reconstrução próprias do capitalismo. O filósofo recorreu às impressões do poeta para caracterizar a cidade como espaço inóspito e indagou se “haveria apenas retórica quando Baudelaire perguntava: ‘o que são os perigos da floresta e das pradarias comparados com os choques e conflitos diários do mundo civilizado? Enlace sua vítima no bulevar ou transpasse suas presas em florestas desconhecidas, não continua sendo o homem, aqui e lá, o mais perfeito de todos os predadores?’”[16]

A perda da sensibilidade dos habitantes da metrópole, tema desenvolvido por Simmel, também faz parte das reflexões de

Benjamin. Nas grandes cidades, comentou o filósofo, as pessoas e os objetos perderam suas particularidades intrínsecas. As prostitutas de Saint-Denis exemplificam o alto grau de mercantilização do ser humano, pois atuam como trabalhadoras assalariadas, sendo ao mesmo tempo mercadorias e vendedoras. A prostituição impregnou a vida noturna da metrópole capitalista. O espaço urbano e a massa são, portanto, os responsáveis pela sua difusão e pelo fascínio que as meninas da noite exercem sobre os homens. O prostíbulo, agora espalhado por diversos setores da cidade, funciona como loja, como *shopping,* onde mercadorias de diversas procedências e valores são expostas aos consumidores masculinos.

A multiplicação de homens, objetos e imagens promove a banalização, a perda de *aura,* originando uma nova percepção, uma nova sensibilidade, capaz de absorver as seqüências de instantâneos, as imagens partidas, a intensa estimulação nervosa, como diria Simmel. Por outro lado, a profusão de tipos, de fisionomias e de rostos anônimos esconde seres misteriosos, facínoras e criminosos. A massa urbana transforma-se em asilo, em esconderijo, protegendo o anti-social contra seus perseguidores. A homogeneidade da multidão produziu homens violentos e acobertados pela cidade, elementos indispensáveis para o surgimento do romance policial. A cidade-couto provocou o aperfeiçoamento de uma extensa rede de controles sociais capazes de identificar cada morador das grandes cidades.

A cidade em Walter Benjamin exibe, porém, invenções e novidades próprias da sociedade capitalista nascente. As passagens de Paris se destacam como solução urbanística, como um novo engenho do luxo industrial. Elas constituem corredores cobertos de vidro, revestidos de mármore e "escavados através da

massa de casas, cujos proprietários se uniram para tais especulações". Em seu interior, localizam-se lojas, que exibem através de vitrines as inovações e as sofisticações exigidas pela classe ascendente. A iluminação artificial é um outro indício da modernidade urbana, capaz de mudar hábitos, criar oportunidades de circulação e consumo. Em nome da modernidade, das invenções tecnológicas e de assepsia política, Paris sofreu uma enorme cirurgia, cortando-a em quatro partes por intermédio de ruas largas e retilíneas. O barão de Haussmann começou a remodelá-la em 1859. Para tanto, destruiu bairros inteiros, removeu inúmeras pessoas e construiu avenidas transformadas em monumentos do poder da burguesia, inauguradas como se fossem estátuas.

Walter Benjamin, ao pensar a cidade, criou uma metodologia capaz de ver "um mundo todo nos detalhes do cotidiano"[17] e, mais uma vez, aproximou-se de Simmel quando o sociólogo concebeu a cidade como um fato cultural, um caldeirão de experimentos. Porém, o discípulo superou, em muito, o mestre e concebeu os detalhes como portadores do passado e do presente. "Graças à passagem", comentou Rouanet.

> "O *flâneur* consegue lembrar-se de sua história individual e da história coletiva em que ela está imersa, vale dizer: consegue lembrar nos mínimos detalhes da sua *flânerie* que ele acaba de completar, porque cada uma de suas etapas está contida na passagem, cada elemento da estrutura das passagens alude a uma etapa do caminho percorrido."[18]

Nas passagens o observador lembra-se da indústria têxtil, das lojas que exibiam luxuosas vestimentas, das estradas de ferro, da revolução industrial, dos avanços tecnológicos, da Escola Politécnica, da velocidade dos trens, do consumo desenfreado, dos

mendigos e pedintes que poluem as passagens, da miséria da classe operária... Enfim, das passagens Benjamin visualizou o passado e o presente da sociedade capitalista. Pois, assim como a moda, a passagem é “salto de tigre em direção ao passado”.

Os escritos de Walter Benjamin inspiravam vários pesquisadores dedicados ao estudo da cidade como espaço da modernidade. Marshall Berman, cientista político e escritor *de Tudo que e sólido desmancha no ar,* recebeu forte inspiração do filósofo quando escreveu a história da “aventura da modernidade”, analisando desde Fausto de Goethe aos projetos urbanísticos de Robert Moses. Há alguns pontos de coincidência entre Benjamin e Berman: ambos recorreram à literatura européia do século XIX para pensar as transformações provocadas pela modernidade, nos romances e poemas encontram indícios da nova sensibilidade construída, ou forjada, no burburinho das ruas; ambos mesclaram filosofia, literatura e projetos urbanísticos traçando uma história das idéias no mundo sacudido pelas inovações capitalistas; ambos preocuparam-se com o cotidiano das ruas, com as atitudes dos pedestres, pois tais procedimentos fornecem indício de um novo posicionamento frente à realidade.

No entanto, o estudo de Berman inovou ao se debruçar sobre a modernidade em áreas fora do Ocidente, onde, apesar das fortes pressões do mercado mundial, as alterações promovidas pelo novo sistema estavam emperradas, ou melhor, seguiam em um ritmo particular quando comparadas aos acontecimentos ocorridos em Londres e Paris. No mundo além das fronteiras do Ocidente, os significados da modernidade “teriam de ser mais complexos, paradoxais e indefinidos”.[19] Neste contexto, Berman abordou as transformações urbanas de São Petersburgo, cidade imersa em uma sociedade tradicional e em uma economia estagnada.

Somente na década de 1890 a Rússia realizou um dramático surto industrial. Porém, seus intelectuais continuavam a sentir a modernidade como algo distante. A angústia do atraso econômico desempenhou um papel definitivo na história russa entre a década de 1820 e a revolução de 1917. Durante o período, os russos lutaram contra os mesmos problemas enfrentados depois pelos africanos, asiáticos e latino-americanos. A Rússia do século XIX seria, então, um arquétipo do emergente Terceiro Mundo do século seguinte.

Ao longo do século XIX, São Petersburgo constituiu o espaço da modernidade em solo russo. A cidade inspirou inúmeros intelectuais determinados a combater os poderes absolutos do czar, os desmandos do governo e a presença excessiva do capitalismo estrangeiro na economia. Neste sentido, São Petersburgo se destaca do interior, sendo uma porta aberta para a Europa, uma entrada para a modernidade em uma sociedade dividida entre senhores e servos. No entanto, a construção da cidade se fez segundo os desejos do czar. As transformações originaram-se de um projeto particular do soberano, ordenando a todos os pedreiros da Rússia que se deslocassem para a nova capital a fim de agilizar a construção de prédios e monumentos. Em três anos, a cidade devorou um exército de 150 mil homens, tudo em nome da rápida edificação da nova cultura oficial, inspirada nos iluministas, e capital de um império onde ainda sobrevivia o absolutismo e a servidão.

O cotidiano de São Petersburgo e suas contradições foram retratados por vários poetas e romancistas que deixaram para a posteridade e reação popular frente à situação vivida na Rússia czarista ao longo do século XIX. A cidade concebida pelo czar tornou-se, paulatinamente, um espaço do conflito entre o velho e o

novo. Em 14 de dezembro de 1825, houve uma tentativa de uma parte dos habitantes de São Petersburgo "de se fazerem cidadãos e de tornar seu burgo uma cidade". Várias tentativas frustradas repetiram-se ao longo dos anos, forjando experimentos de modernidade por "homens comuns", emergidos de suas condições degradantes, de seus esconderijos subterrâneos, homens buscando a solidariedade de outros solitários, "para fazer a cidade de Pedro a sua cidade". Os movimentos de oposição se intensificaram a partir do século XX, quando os russos, ou melhor, os são-petersburguenses conduziram os acontecimentos que dariam origem à Revolução Russa. Contudo, o novo sistema tirou da cidade o papel de centralizadora da nova república. Marshall Berman indagou se a história da ex-União Soviética seria outra, caso a capital permanecesse na antiga cidade de Pedro. Ele lembrou que nela havia uma população consciente e ativamente independente, enquanto Moscou representava a tradição, o despotismo e o avesso da modernidade ocidental.

A cidade na América Latina

A historiografia sobre cidade na América Latina não é vasta e nem possui uma autonomia absoluta em relação aos trabalhos acima mencionados. Há uma relação estreita entre a história da cidade latino-americana e da cidade européia. Entre os debates historiográficos, dois se destacam pela grande recorrência e pela importância. O primeiro aborda o problema do planejamento do espaço urbano. A cidade colonial espanhola seria originalmente planejada e peça primordial para manutenção do território conquistado, enquanto a portuguesa nasceria do acaso, sem método, nem regras, sendo um local entre os engenhos e a Europa. O outro foco de atenção da história urbana latino-

americana desloca-se para a modernização da cidade ocorrida a partir do final do século XIX. Na ocasião, a cidade colonial tornou-se um entrave à modernidade. Daí a necessidade de destruí-la e construir uma nova *urbe* ordenada segundo os preceitos e necessidades de uma sociedade capitalista.

O primeiro tema encontra-se entre os estudos de José Luis Romero,[20] caracterizando a cidade colonial espanhola como corte, local de encontro e, sobretudo, de preservação da herança cultural ibérica. O espaço urbano era freqüentado por homens abastados e por intelectuais, onde exibiam os requintes próprios de uma casta enobrecida. Os últimos elegeram o local para realizarem saraus e reuniões destinadas aos debates acadêmicos. Entre 1580 e 1630, havia na América espanhola cinco universidades, localizadas nos principais centros urbanos, sobretudo nas cidades do México e Lima. Romero ainda enfatiza a cidade sob o prisma da administração colonial espanhola, ressaltando que o império era concebido como uma rede de cidades. A sociedade urbana, pensada como compacta, homogênea e militante, cabia a defesa do território conquistado. A *urbe* era conformada pela ideologia da conquista, sendo convidada a defendê-la e a impô-la ao vasto território. Angel Rama analisa os mesmos aspectos apontados acima. No entanto, parte de um *corpus* documental mais restrito, recorrendo sobretudo à literatura. Para o autor, a cidade colonial espanhola representa a civilização, em contraste com a barbárie que reina nas suas circunvizinhanças. "Ainda que isolada dentro da imensidão espacial e cultural, alheia e hostil, competia às cidades dominar e civilizar seu contorno, o que primeiro chamou 'civilizar' depois 'educar'."[21]

A historiografia brasileira não percorreu os mesmos caminhos seguidos por Rama e Romero. Por um longo tempo, a

definição de cidade permaneceu atrelada ao âmbito econômico. Alguns historiadores brasileiros do início deste século tiveram forte influência de Sombart, Weber e Pirenne, e procuraram caracterizar a cidade como um espaço econômico e autônomo em relação ao campo. Capistrano de Abreu considerava a cidade colonial como um mero aparelho administrativo, ou um meio caminho entre os engenhos e os centros europeus de comercialização do açúcar. Sérgio Buarque de Holanda defendia uma posição semelhante, quando ressaltava a presença avassaladora do campo sobre a cidade. Os centros urbanos brasileiros, continuou o historiador, "nunca deixaram de se ressentir fortemente da ditadura dos domínios rurais".[22] Por ser a vila improdutiva e secundária na economia colonial, os estudiosos relegaram a um segundo plano outras vocações dos primeiros núcleos urbanos, esquecendo as contribuições da cidade para o avanço das fronteiras da cristandade. A cidade colonial era guarnecida de edificações religiosas, prédios públicos e fortalezas. Esta arquitetura representava a coerção da cruz e da espada, do poder colonizador da Igreja e do Estado. "A força simbólica da cidade colonial era um dos esteios da dominação portuguesa."[23]

Os processos de independência e de inclusão ao mercado internacional promoveram uma série de mudanças nas cidades latino-americanas. Ao longo do século XIX, a América Latina sofreu transformações profundas na economia: leis de terra, abolição da escravidão e reformas variadas de cunho liberal. Romero considera as alterações em duas perspectivas: a primeira ditada pelo modelo europeu, denominada "desenvolvimento heterogêneo"; a outra era o resultado de alterações da estrutura interna, do funcionamento da cidade e, sobretudo, da relação entre os diversos grupos sociais e entre a cidade e a região. O

último processo foi nomeado pelo historiador de "desenvolvimento autônomo". Nas últimas décadas do século XIX, o "desenvolvimento heterogêneo" explica as principais alterações no perfil urbano das cidades latino-americanas. A segunda fase da Revolução Industrial forçou a inclusão destas sociedades no mundo capitalista. As burguesias aceitaram, então, a ideologia do progresso, realizando o "desenvolvimento heterogêneo" da cidade em detrimento do "desenvolvimento autônomo". Angel Rama remeteu-se igualmente ao assunto e denominou a cidade latino-americana do início deste século de "revolucionada", enfatizando o espaço urbano como seio das resistências ao imperialismo e às transformações promovidas pela ordem capitalista. Os intelectuais a partir de então constroem um ideário revolucionário que abalou as estruturas da América Latina por longas décadas.

A historiografia brasileira também salientou as reformas urbanas e a politização do espaço público. Sérgio Pechman e Lilian Fritsch escreveram um artigo procurando relacionar ambas as abordagens. Elegeram para tanto a cidade do Rio de Janeiro e as reformas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos. O planejamento da cidade obedeceu a algumas premissas, de um lado procurava modernizar e "europeizar" a antiga *urbe* colonial; por outro lado, a reforma pretendia ordenar e disciplinar a população pobre, trazendo as "luzes" para seres bestializados.[24] José Murilo de Carvalho analisou o fenômeno por intermédio da Revolta da Vacina, momento em que a população do Rio de Janeiro se opôs com vigor às práticas modernizantes dos políticos da Primeira República. O incidente revelou a grande irritação popular com as práticas públicas na área da saúde, principalmente no que se referiam à vistoria e à desinfecção das casas.[25]

Nos últimos anos, muitos trabalhos abordaram as questões mencionadas. As análises recorreram, comumente, aos estudos sobre modernidade, comparando as transformações urbanas ocorridas na Europa e Estados Unidos com as alterações ocorridas nas cidades brasileiras. No entanto, a historiografia caiu, em várias ocasiões, em uma armadilha teórica, repetindo os mesmos resultados obtidos por historiadores preocupados com outras realidades. Enfim, uma boa parte da historiografia está mais preocupada em seguir os caminhos de Benjamin e Marshall Berman do que em fazer pesquisa histórica.

❖ 8 ❖

História das Paisagens

Francisco Carlos Teixeira da Silva

História das paisagens

Embora aparente ser uma disciplina nova, com uma densidade teórica ainda frágil e poucos exemplos práticos, a história das paisagens é um campo antigo — mais antigo ao menos do que a história social ou a história demográfica — com uma tradição assentada em trabalhos de fôlego. Mesmo antes da maré montante das preocupações ecológicas, de sua politização e idealização, estudiosos alemães, franceses e ingleses — desde o início do século e, especialmente, na década de 1930 — produziram obras que delimitaram, entre a geografia humana ou histórica e a história agrária, um campo novo.[1]

Definição do campo

Ao olharmos as encostas vazias, com profundas voçorocas, das velhas regiões cafeeiras; os campos arredondados da Bretanha, com suas elipses em torno de um castelo com caminhos que vão dar no bosque; as vastas florestas de castanheiras da Amazônia; o fantástico perfil das megalópoles ou os campos de cereais do Meio-Oeste norte-americano, pontilhados de granjas,

vemos sempre o resultado da ação do homem.

Desde o final do século XVIII há, entretanto, uma sólida tendência de se pensar a natureza em oposição ao homem ou à "cultura". Particularmente o idealismo e o romantismo alemães, no século XIX, forçaram uma distância absoluta entre *Natur* e *Kultur,* Tal visão contaminou fortemente a história, como as demais ciências sociais, de forma a estabelecer uma periodização em que ambos os termos aparecessem como pontas opostas de um processo. Especialmente na história econômica a distinção assumiu aspecto absoluto. Aí a paisagem que envolvia os homens foi percebida como um dado da natureza, anterior e autônoma em relação ao homem. Somente o olhar mais treinado — do agrônomo, do geógrafo ou do historiador — pôde, aos poucos, perceber o *continuum* existente entre a aldeia *(Dorf ou Village),* seus campos, pastos, e o bosque ao fundo. Mesmo o "olhar treinado" não percebia, de imediato, em paisagens ditas naturais — como na floresta equatorial úmida ou na savana — a decisiva ação do homem.

A distinção entre paisagem física e paisagem cultural, como feita na história,[2] e que ainda prevalece na geografia, deve ceder espaço para uma nova visão, cuja ênfase recaia nos resultados da ação do homem sobre o meio ambiente. Devemos entender a natureza, nesta visão, não mais como um dado externo e imóvel, mas como produto de uma prolongada atividade humana: "... a natureza virgem não é mais do que um mito criado pela ideologia de civilizados sonhadores de um mundo diferente do seu".[3]

Pretende-se, assim, superar a visão tradicional das ciências humanas de considerar as "forças naturais" como um fator externo ao processo histórico: "...[é necessário] integrar a aparente dicotomia homem/natureza num quadro de referência histórico

mais vasto".[4] O fulcro deste processo de percepção da natureza reside nas transformações sofridas pelas paisagens, que surgem como reflexo, como forma aparente e resultado da interação do homem com a natureza. Tal processo é complexo, se inscreve na longa duração e é, em larga escala, involuntário. Se as terras de pôlderes, nos Países Baixos, são talvez o exemplo mais claro da ação consciente do homem em criar paisagem, os efeitos mais amplos e marcantes — como por exemplo a transformação da floresta em savana — são involuntários. Não só resultaram da fuga ao controle de uma técnica precária — a queimada — como ainda se deram sem a percepção imediata do agente transformador.

Desde seus primeiros trabalhos Roger Dion, Marc Bloch ou Robert Gradmann destacaram o campo, a aldeia e o bosque como os temas centrais da história das paisagens. A constituição dos campos abertos, o significado dos cercamentos e a utilização das "estepes" e dos bosques europeus dominaram as grandes obras dos anos 30 e marcaram, assim, seu campo. Entretanto, trabalhos mais recentes como os de Jean-Robert Pitte e a vigorosa *Histoire de la France urbaine,* de G. Duby (surgida em 1983), ampliaram o campo de investigação em direção à história urbana. Desenvolvimento esperado e natural, Bloch e Gradmann já se ocupavam com a "aldeia" e o *habitat* rural: as casas, os *cottages* e os *chateaux* estavam sempre presentes no contínuo composto pelas paisagens.

A incorporação das grandes massas de adensamento humano e seu peso sobre o meio ambiente impõem-se como tema ao historiador. Neste sentido, dever-se-á ir além da análise dos processos de urbanização e buscar uma tipologia das cidades como biomas ou paisagem.

O diferencial importante que devemos reter na percepção da história da paisagem é a noção de conjunto, sistêmica, marcada por padrões passíveis de comparação. Não se trata de uma história econômica de uma região ou seu retrato — como na geografia —, nem tampouco de um processo de urbanização ou de esvaziamento de uma cidade, embora estes elementos devam estar presentes. Trata-se de uma visão de conjunto, do enlace de múltiplas variáveis, em uma duração sempre longa. Impõe-se para tal uma abordagem holística, de conjunto, uma síntese para além das histórias particulares, como veremos a seguir.

Os suportes teóricos

O tratamento das relações homem/natureza é o campo próprio da ecologia humana. Suas origens remontam ao século XIX e ao mesmo impulso cientificista que constituiu outros ramos do saber. Coube ao sábio alemão Ernst Haeckel (1834-1919) formular pela primeira vez, em 1869, seu campo de interesse: "a soma de todas as relações amigáveis ou antagonistas de um animal ou de uma planta com o meio inorgânico ou orgânico, neste incluindo outros seres vivos".[5]

O ponto de partida de Haeckel foi o trabalho de Charles Darwin, publicado em 1859, *Origem das espécies.* A permanente competição dos seres vivos — o homem, insetos ou uma planta — pelos recursos naturais, culminando com a vitória dos mais aptos e a eliminação de outros, norteia teoricamente a abordagem inicial da ecologia. O principal instrumento de análise será, nessa ótica, a idéia de cadeia alimentar, mecanismo pelo qual a busca por energia vital se traduz claramente na luta pela existência.

Na verdade, ambos — tanto Darwin quanto Haeckel — estavam sob influência direta do profundo pessimismo de

Malthus. A luta pela existência com a exploração até a exaustão dos recursos naturais apontaria para um futuro de permanente escassez. O quadro esboçado, sempre tendo como base uma expansão ilimitada da base demográfica, ameaçaria o equilíbrio existente até então e aconselharia a abstenção de qualquer intervenção contrária ao funcionamento das leis da natureza. Dever-se-ia evitar um crescimento demográfico incontrolável baseado em medidas sociais de proteção que, contrariando a natureza, levaria à total dilapidação dos recursos planetários. O argumento malthusiano foi convertido, como vários axiomas filosóficos do século XVIII, em uma questão de termos binários e progressão linear que dava à teoria um caráter científico e fácil percepção.[6]

Da mesma forma, a contribuição da geografia acentuava o domínio da natureza através do determinismo geográfico. Assim, surgem, então, as noções profundamente etnocêntricas de ecúmene e anecúmene, como limites "naturais" e intransponíveis para o homem. Ao mesmo tempo, as condições naturais assumem o papel explicativo da civilização.

A geografia e a antropologia, que acompanham o grande *rush* imperialista entre 1880 e 1910 — em especial a antropologia inglesa —, ao entrar em contato com os povos africanos e asiáticos, originam um modo etnocêntrico de apreciar a diferença social e cultural. Entre os vários preconceitos culturais da Europa imperialista avolumava-se uma visão reducionista da natureza: uma percepção utilitarista, claramente ancorada na idéia de função econômica.[7] A unificação econômica do mundo e seus vetores — o guano do Peru, o café do Brasil, a carne da Argentina ou o algodão do Egito — constituem os elementos centrais de análise das possibilidades do planeta. A ênfase recaía na

racionalidade das relações homem/natureza, entendida como otimização do uso dos recursos disponíveis (adoção do vapor, da estrada de ferro etc.). A não-utilização, em seus limites, de recursos naturais ou seu uso cerimonial — como no *potlacht* — implicava obviamente a irracionalidade do não-europeu. Em especial, a análise funcionalista não conseguia perceber a questão da comparação entre sistemas sociais diferentes, com lógicas próprias. Impunha-se, assim, a lógica que melhor se conhecia — a do capitalismo — como padrão de análise, seja face ao entendimento do crescimento demográfico, seja face aos recursos naturais e seu uso. Daí decorriam dois movimentos similares, embora opostos: (1) o reconhecimento da lógica de mercado em qualquer sociedade (mesmo em noções aproximativas, como de mercado imperfeito); e (2) a qualificação de irracional, ou não-lógico, a todo comportamento que, tendo a oportunidade de maximização de lucros, não o faça.

A superação de tal análise, etnocêntrica e reducionista, se dá, em larga escala, pelo contato com o marxismo. Caberá a um marxismo de cunho não-stalinista pensar diferenças sociais, econômicas e culturais, diversificando, no tempo e no espaço, o tipo de organização da produção da vida material. O destaque dado pelo marxismo às forças produtivas, ao lado da variabilidade das relações sociais, abria caminho para uma abordagem diferenciada dos níveis de desenvolvimento de cada sociedade e do correspondente “nível técnico” disponível. Em especial, coube à antropologia marxista a recuperação dos variados sistemas de relacionamento entre o homem e a natureza e a explicitação de lógicas autônomas, com sua eficácia própria. Ao mesmo tempo, pôde negar a afirmação da análise substantivista, como em Karl Polanyi, de que apenas as sociedades altamente mercantilizadas

seriam capazes de estratégias de otimização do uso dos recursos naturais.[8] Ora, vários processos de adaptação e utilização do meio ambiente por grupos humanos não-ocidentais comprovam uma exploração racional da natureza. Demonstrar-se-ia, assim, que "... cada sistema econômico e social determina um modo específico de exploração dos recursos naturais e de valorização do trabalho humano".[9]

Contra um reducionismo econômico baseado numa visão ideologizada do progresso poder-se-ia pensar esquemas múltiplos de racionalidade na apropriação da natureza e, logo, esquemas não-lineares e não-paradigmáticos. Começa-se, assim, a abandonar a matemática social linear, de Malthus e Darwin.

A tal visão multilinear das relações homem/natureza somar-se-ia, na década de 1980, uma nova visão da (auto)regulação dos sistemas. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, sob o influxo de Von Neumann, pensaram-se os sistemas em termos de retroação — o *feedback*. Mesmo sendo um avanço em relação às noções newtonianas de sistema, ao admitir contradições internas, restringia-se a uma noção de sistema autônoma em relação à existência dos seus componentes internos e às condições externas de funcionamento. Em suma: dadas algumas condições iniciais, os sistemas funcionavam linearmente; cessadas tais condições, cessava seu funcionamento. Assim, os mecanismos de retroação positiva ou negativa — alimentadoras ou não do próprio sistema — compunham equações lineares. O traço fundamental residia, de um lado, na negação do organicismo de tipo funcionalista — que negava as contradições em favor da funcionalidade — e, de outro lado, no caráter regulado dos sistemas, ou seja, sua estabilidade provisória.

Ora, foi exatamente esta estabilidade linear que começou a

ser colocada em questão nos anos 80. A reprodução linear dos sistemas estava, em verdade, calcada na constante recusa em se considerar os fenômenos aleatórios, tomados como desprezíveis. Mas, exatamente no campo que nos interessa, verificam-se alterações constantes e aperiódicas, como na variação climática ou nos movimentos de populações. São pequenos movimentos aleatórios que, ao fim de um tempo, resultam em mudanças de padrão de largas proporções. Na verdade, o que se começava a perceber, na linha de raciocínio de Feigenbaum e Lorenz, é que qualquer mínima alteração ou perturbação das condições iniciais de funcionamento de um sistema produzirá um novo padrão. Assim, dada a mutabilidade permanente das condições naturais, as possibilidades de alteração no padrão de um sistema, de forma não-linear, são permanentes.[10] Ao tratarmos de amplos sistemas apenas provisoriamente estáveis — como as paisagens — deveríamos levar em conta não só a multilateralidade de processos de desenvolvimento mas também, fundamentalmente, a imprevisibilidade de resultados a partir de pequenas alterações, turbulências ou intervenções aleatórias no seu funcionamento. No caso da análise histórica das paisagens, consideradas como um determinado bioma, dever-se-ia considerar que são sistemas abertos, submetidos permanentemente a fatores aleatórios — entre os quais os variados tipos de ação humana — cujos resultados não são previsíveis.

As condições sensíveis iniciais e a interveniência de uma série de fatores, bem como seus resultados, são o objeto básico de investigação da história das paisagens.

As abordagens históricas

Witold Kula no seu clássico manual de metodologia da

história definiu paisagem como "o reflexo exterior do meio geográfico, o qual nos informa sobre muitos aspectos desse meio geográfico".[11] Em seguida, Kula afirma que a paisagem se divide "cientificamente em paisagem natural e paisagem cultural".

O critério de distinção de uma para outra residirá em ter sido, ou não, transformada pela ação do homem. Por fim, conclui que na prática só a paisagem cultural é objeto de estudo do historiador.[12] Tal postura foi, por longo tempo, não só dominante como paradigmática no campo da história. Entretanto, a antropologia, com sua larga experiência extra-européia, advertia que, na prática, uma distinção formal entre "natural" e "cultural" era bastante difícil de estabelecer e, talvez, prejudicial. Na sua apreciação, a paisagem surgia como produto de dois conjuntos complexos de fatores: as técnicas e o direito.[13] De um lado, estaria o conjunto de recursos técnicos, materiais ou não, capazes de garantir a sobrevivência do homem, seja no âmbito de uma fazenda, de uma vila ou de uma cidade; de outro lado, estariam as normas e exigências estabelecidas pelos grupos humanos e que definem as regras de divisão e apropriação do produto resultante da utilização das técnicas existentes. Assim, em um exemplo clássico, a aldeia típica da Lorena, no centro de uma área composta por afolhamento trienal, pastos comunais e, por fim, o bosque, configura uma paisagem resultante de condições técnicas e de normas jurídicas.[14] Da mesma, forma, os grandes canaviais envolvendo "sertões" — ilhas de matas nativas — e pontilhados de roças compunham uma típica paisagem da área litorânea do Rio de Janeiro no século XVIII.[15]

Ora, em ambos os casos combinam-se plenamente os fatores técnica e direito para definir e fixar uma paisagem. As possibilidades técnicas, o nível de disponibilidade demográfica do

trabalho e o direcionamento da produção impunham um sistema de uso dos recursos naturais. Em ambos, normas, escritas ou não, garantiam os direitos de uso da terra e as normas de conservação do bosque/"sertão". O imperativo de se dispor de energia — em uma época em que a lenha era a fonte básica — regulava e detalhava o uso da floresta. Ora, a aparente polarização campo/floresta mostrar-se-ia, desta forma, como complementaridade: mesmo que nunca houvesse sido cultivada, na Lorena ou no Rio de Janeiro, a floresta era produto das normas então vigentes. A sua própria existência, em meio a áreas agricultáveis, já era, em si, um resultado do direito. Além de tudo, a ação constante do homem catando gravetos, recolhendo frutos, caçando animais ou controlando incêndios — para só citar trabalhos "leves" no interior do bosque — alterava em profundidade o comportamento das populações vegetais. Tudo somado implicava que a floresta já não era, desde há muito, "natural". Assim, a distinção formal entre paisagem natural e paisagem cultural mostra-se, agora, bastante prejudicial a um amplo entendimento da relação homem/natureza.

G. Geertz, em um trabalho pioneiro, mostrou como na Indonésia uma população nativa transformara a floresta úmida em uma floresta recoletável, preservando, ao mesmo tempo, o ecossistema e evitando a colonização de qualquer vegetal exótico.[16]

Fanshawe defende que a Guiana, área considerada de cobertura original, dificilmente teria qualquer mata primária, dada a longa e disseminada atividade horticultural indígena.[17] Prance & Schubart puderam comprovar, através dos vestígios de carvão e cacos de cerâmica, que as campinas abertas do rio Negro, na Amazônia brasileira, seguidamente consideradas produto de solos

específicos, eram, em verdade, o resultado de sucessivas queimadas que teriam sincopado definitivamente o processo de sucessão ecológica há mais de mil anos.[18] Outro exemplo típico de perturbação resultante de ação involuntária são as matas de bambu da Amazônia. Representando cerca de 85.000 km², aparecem como resultado de queimadas num período pré-colombiano bastante recuado.[19] Ao contrário, a mata de *apête* (o cerrado em língua caiapó) no sul do Pará, no Tocantins e norte do Mato Grosso surge como produto direto do plantio indígena.[20] Da mesma forma, as imensas matas de castanhais, a *Bertholletia excelsa,* com cerca de 8.000 km², em torno de Marabá, no Pará. Talvez a mais larga paisagem homogênea criada intencionalmente sejam as matas de babaçu — cerca de 196.370 km² da Amazônia legal.[21]

De amplitudes ainda mais largas são as alterações involuntárias. Dois exemplos são significativos: (a) intrusão e colonização de várias áreas por espécies rústicas e nômades, como nas matas de cipó, e (b) alterações permanentes, como a formação de campos abertos, em São Paulo, ou savanas, no Centro-Oeste, em função de queimadas sucessivas. Algumas espécies, com mecanismo criptogeal — germinação para baixo —, tornar-se-ão dominantes nessas áreas.

William Ballé propõe, provisoriamente, o seguinte quadro de algumas matas alteradas na Amazônia:[22]

Tipo de Mata	*Área* (km²)
Cacau[1]	196.370
Bambuzal[2]	85.000
Castanhal[3]	8.000
Mata de cipó[4]	100.000
Área total	389.370 km²

Fonte: (1) May *et al.*, 1985; (2) Braga, 1979; (3) Kitamura & Muller, 1984; (4) Pires, 1973.

A extensão destas paisagens falsamente naturais e já identificáveis atinge hoje 11,8% das terras firmes de toda a Amazônia — uma área equivalente à da Alemanha e Suíça juntas! Tais bosques são bons exemplos de perturbações em sistemas estáveis que geram mudanças de padrão em direções não-previstas. Os novos sistemas daí decorrentes tornam-se, por sua vez, estáveis e formam ecossistemas passíveis de novas intervenções perturbadoras e que não mais guardam relações com as condições sensíveis iniciais. Assim, a distinção entre paisagem natural e paisagem cultural, tão ao gosto do romantismo do século XIX, deve ceder lugar a uma abordagem em termos de *continuum.*

Um outro aspecto que também altera fundamentalmente a abordagem tradicional da paisagem é o interesse de novos historiadores por paisagens “vazias”. Um exemplo, talvez o melhor, entre muitos, é o recente livro (1988) de Alain Corbin, *La Vision du vide.* Trata-se de um vigoroso inventário analítico da postura do homem frente à praia. Todo um universo, tão revolto e fugidio como o mar, é levantado por Corbin para analisar o imaginário popular ocidental sobre as praias. Solidão, melancolia, fúria, placidez, recolhimento e extroversão esportiva são algumas das possibilidades — que, aliás, Proust já anotara — de uma febre que arrasta milhões de pessoas através de centenas de quilômetros e movimenta milhões de dólares.[23]

No caso, quanto mais “natural” for a paisagem, maior será seu apelo de sedução. Nem por isso o historiador se deteve face ao novo objeto — bem ao contrário, foi capaz de “inventar” seu objeto, a paisagem marinha, e relacioná-lo, de forma criativa, a conjuntos sociais, econômicos e mentais maiores.

As grandes temáticas em busca de uma metodologia

Partindo do aporte fornecido pela antropologia e atentos a uma postura não-funcionalista da natureza, e contrária a qualquer reducionismo geográfico, propomos uma análise holística da questão. Assim, a paisagem, longe de se constituir em um dado da geografia, aparece — tal como na abordagem antropológica — como uma resultante de variados fatores, todos fundamentais na organização do espaço: (1) os dados da geografia física; (2) os dados do direito; (3) a tecnologia disponível; (4) os dados da demografia; e (5) os dados da sociologia. Desde logo, duas características básicas destacam-se no que, por exemplo, Garcia de Cortázar denomina de "esquema de análise estrutural": de um lado, a negativa em aceitar os dados da geografia como definições prévias — sob a forma de região ou "espaço" — do recorte da paisagem e, por outro lado, a conseqüente compreensão da história da paisagem como uma visão de síntese, na verdade, o que denominamos de apreciação holística da história.[24]

1. *Os Dados da Geografia.* Nesta concepção a geografia não definiria o quadro de análise e, muito menos, o processo histórico. Retomaríamos, então, a noção, de Lorenz, de uma dependência sensível das condições iniciais, entendida aqui como os dados da geografia. Bem ao contrário do neodeterminismo (ecológico), a análise dos dados geográficos, a partir desta visão, nos mostra que duas comunidades estabelecidas em um *habitat* homogêneo poderão desenvolver perfis de adaptação bastante diferenciados. A análise, por exemplo, de Colin Turnbull das práticas dos pigmeus Mbuti demonstra como, sob uma representação geral benfazeja da floresta, constituiu-se entre um grupo restrito de caçadores uma visão adversa e hostil à floresta.[25] Da mesma forma, Roger Dion

nos mostra como a floresta aparece de forma bastante diferenciada entre a aldeia do Beauce e a alegria da Suábia, com desenvolvimentos conseqüentes bastante variados.[26]

A geografia apresenta-se, assim, como condição sensível inicial, mas incapaz de determinar qualquer processo linear de evolução.

2. *Os Dados do Direito.* Compreendemos aqui como dados do direito o conjunto de regras, normas e tradições que regulam a apropriação e o uso da natureza pelo homem. Uma visão funcionalista da história tratou de forma idílica as relações entre os grupos sociais e a natureza, em que cada grupo apropriava-se de uma parcela "necessária" dos recursos naturais, evitando o desperdício. O nível técnico e as necessidades naturais dos grupos definiram, exclusivamente, o conteúdo normativo da apropriação da natureza. Bem, a análise histórica mostra um processo bem diferente. Marc Bloch nos adverte que a vigência de regras conservacionistas ou a imposição do individualismo agrário traduzem, em verdade, "antagonismos de grupos econômicos" e a "oposição de concepções eminentemente diferentes".[27] Ao mesmo tempo, bem longe do idealismo de tipo ecológico, Marc Bloch nos mostra que grupos sociais, quando livres de constrangimentos, tenderiam a um uso predatório dos recursos naturais: "A proteção dos bosques — contra os arroteamentos, o corte desordenado de árvores e ramagens e, sobretudo, a voracidade dos animais —, em todas as áreas camponesas, foi bem mais obra de alguns poderosos, cujos interesses se opunham duramente tanto às tradições quanto às necessidades da massa camponesa, do que das comunidades de trabalhadores." W. Abel destaca como alguns dos bosques sobreviventes na Europa constituíram-se a partir de reservas senhoriais que, ao final do Antigo Regime, reverteram ao

Estado.

No Brasil, grande parte das manchas de Mata Atlântica ainda existentes — inclusive com o pau-brasil e as madeiras ditas “de lei” — decorrem de medidas legais tomadas pelo governo colonial. A principal delas foi, sem dúvida, o Regimento dos Paus Reais, que limitava a derrubada das matas. Em depoimentos já no final do período colonial — por volta de 1790 — aparecem queixas dos “roceiros” de mandioca, por não lhes ser permitido “torar” as matas. Os grandes senhores, donos de engenhos, estabeleciam regras rígidas quanto à derrubada das matas. Várias escrituras de arrendamento de terras no Rio de Janeiro, nos séculos XVII e XVIII, proíbem o desmatamento, enquanto isso, na maioria dos casos, estabelecem um censo a ser pago proporcionalmente ao número de machados possuídos.

Da mesma forma, as regras de apossamento das terras, lançando sobre a terra as diferenças sociais, configuram largamente a aparência dos campos e pastos. Parcelas, cercados, campos homogêneos e áreas comunais — tudo depende das regras admitidas ou impostas pelo/ao grupo. O afastamento do gado do litoral, a formação de grandes fazendas nos sertões, a abertura de invernadas e a formação de feiras — estruturas típicas da paisagem colonial brasileira — estavam inscritos nas práticas econômicas, mas sancionadas pela lei. O papel da cerca, o uso das cacimbas e a formação dos pastos no sertão são regulados, no século XIX, pelos códigos de posturas.

Não só a paisagem rural é determinada amplamente pelo direito: dos antigos códigos de posturas aos modernos projetos urbanos, com seus critérios de zoneamento, a paisagem urbana aparece como um espaço construído a partir de normas.[28] Ainda uma vez, são as tensões e os enfrentamentos sociais e políticos, e

não os critérios de funcionalidade, que definem projetos e sua implementação.

3. *Os Dados da Tecnologia.* O meio ambiente e o direito associados definem contornos precisos de paisagem — porém, mutáveis. Toda a atividade humana face à natureza é regida por um elemento básico: "a atividade econômica do homem é sempre um processo de intercâmbio de energia com a natureza", como nos diz Kula. Ora, tal processo se dá através da produção de instrumentos técnicos que garantam a subsistência humana. E através destes recursos técnicos que se concretiza tal transferência de energia — seu volume, forma e propriedades. A aplicação destas técnicas sobre os recursos naturais promove um incessante processo de mudanças e alterações na natureza que, longe de permanecer imóvel, evolui, com ritmos diferentes e em direções diferentes. Historicamente coube ao fogo o primeiro papel de recurso técnico capaz de ser utilizado em larga escala como poupador de trabalho. O ritmo de transformação das paisagens, desde então, dependeu da capacidade de associação do fogo com um instrumental eficiente de destocamento, da capacidade de remover pedras e entulhos, bem como controlar o avanço do bosque secundário — efeitos em larga escala aleatórios na constituição das paisagens.

Não é só a capacidade de alterar a configuração geográfica, porém, que caracteriza as técnicas. A resolução de determinados problemas — como o arroteamento mais eficaz de terras pesadas por determinado instrumental, como o arado ou a charrua de rodas — implicou a configuração dos traços originais da paisagem rural em vastas regiões da Europa. Um exemplo clássico é a análise de Roger Dion acerca dos sistemas de cultivo na França do Antigo Regime, com os campos largos da charrua dominando a

paisagem do norte.

Os limites técnicos relacionados com a obtenção de energia determinam, em outro exemplo, a paisagem rural do Brasil Colônia. A conservação de ilhas de florestas, os sertões, decorreu da dependência em relação às fontes de energia (a lenha). Tal dependência unilateral de uma fonte energética explica um dos vetores básicos dos conflitos coloniais: senhores de engenho contra roceiros de mandioca, a fornalha da casa de purgar contra o forno da casa de farinha. Neste caso, duas limitações técnicas na obtenção de energia e nos meios de transporte definiam a necessidade de conservação da floresta. Marc Bloch destaca o fato de que a adoção de determinadas técnicas não é uma conquista social. Na maioria das vezes a introdução de uma nova tecnologia é feita através de um grupo ou uma instituição restrita, aprofundando diferenças e acirrando antagonismos. O uso da charrua sobre rodas com a exigência de boas parelhas, por exemplo, aprofundou as diferenças sociais no meio rural; da mesma forma, a adoção do sistema de cercamentos implicaria a destruição de todo um mundo social na Inglaterra moderna.[29]

Para o historiador é fundamental perceber, para além da visão funcionalista do progresso, as contradições e os efeitos aleatórios de alterações técnicas no processo de trabalho e seus reflexos, desejados ou não, sobre a paisagem.

4. *Os Dados da Demografia.* A tradicional visão (neo)malthusiana do crescimento demográfico, expressa numa equação linear (População/Alimentação), foi seriamente questionada pelos ganhos de produtividade e pelo comportamento aleatório da demografia. Mesmo economistas neoclássicos puseram o "ciclo malthusiano" sob questão e, não apenas, enquanto atualização da teoria: "...registre-se que as estatísticas

não confirmam as idéias de Malthus, quer quanto à taxa de crescimento da população, quer quanto à produção de alimentos. Alguns progressos científicos importantes, como as descobertas de adubos químicos e de grãos híbridos, além de técnicas mais refinadas de cultivo do solo, permitiram notável aumento da produtividade agrícola. É de se notar que algumas dessas descobertas ocorreram antes do lançamento da sexta e última edição do *Ensaio,* em 1826, sem que Malthus se abalasse em modificar suas conclusões".[30] Da mesma forma, nos dias de hoje, não é a produtividade que preocupa os técnicos como uma possível fonte de estrangulamento da relação População/Alimentos: é, tristemente, o desperdício. A perda de grãos, tanto em países ricos como os EUA quanto em países pobres como o Brasil, vai bem além das necessidades prementes de alimentação da parte faminta da população mundial. Ora imposições de mercado (como nos EUA ou no Mercado Comum Europeu), ora deficiências técnicas (estradas, silos, má manipulação ou mesmo descaso, como no Brasil), levam a perdas excessivas de gêneros alimentícios.

Em verdade, é fundamental o cruzamento dos dados de população com a tecnologia disponível pelo grupo social para se estabelecer se há, ou não, uma relação positiva com a produção necessária de bens. Marc Bloch explica, por exemplo, como no início do século XIV uma população de 21 a 22 milhões de habitantes — cálculo mínimo — fazia da França um país populoso: "... a sensação de escassez de terras, atitude que, ante extensões vazias, poderia julgar-se paradoxal, encontra uma explicação nas imperiosas necessidades de uma agricultura essencialmente extensiva. Em suma, em vez de nomadismo de homens, o que havia era... uma espécie de nomadismo de

campos”.[31] Os recursos técnicos existentes implicavam o sistema altamente “devorador de terras” com o uso de alqueives longos e perdas constantes de áreas já utilizadas, exigindo a constante incorporação de novas terras, como no caso da reprodução extensiva do sistema cafeeira.[32]

Evidentemente, o crescimento demográfico, quando associado a um baixo nível técnico, pode resultar em uma pressão profundamente prejudicial sobre o meio ambiente. Entretanto, a análise histórica registra uma tendência de associação entre pressão demográfica e inovação/incorporação de tecnologia, como ao longo da chamada “Revolução Agrícola”.

5. *Os Dados da Sociologia.* As decisões que incidem largamente sobre a paisagem — como o povoamento, a incorporação de novas técnicas ou a imposição de normas — dependem da existência de um centro de poder, de hierarquias sociais eficazes, em suma, de capacidade de coerção. Um exemplo típico — e de forma alguma único — é a adoção da Lei de Sesmarias, tanto em Portugal como no Brasil. O modo de distribuição de terras, seu ritmo e suas características definiram, ao menos até 1850, no caso do Brasil, toda a estrutura fundiária, sustentação básica da paisagem rural da Colônia.

Da mesma forma, os códigos de posturas moldaram a paisagem das vilas com seus rocios, áreas não-edificáveis, determinação de feiras e mercados, o uso das fontes etc. Contemporaneamente, os projetos de (re)urbanização e zoneamento, com as reservas de áreas socialmente determinadas, bem como as áreas de proteção ambiental e de conservação do patrimônio histórico, acabam por configurar um perfil urbano. No século XIX e início do século XX a presença de um forte proletariado urbano obrigou as autoridades a tomar decisões

sobre o reordenamento do espaço urbano — desde a abertura de imensas linhas de circulação, até a reserva de áreas residenciais. Tendeu-se a isolar as áreas ocupadas pelos novos empreendimentos fabris, com o surgimento de bairros ou vilas operárias, de fácil encercamento e controle. É bem verdade que as exigências técnicas e as facilidades de transporte influíam bastante sobre as decisões de localização de fábricas. Assim, é importante que tais critérios sejam claramente explicitados, evitando respostas imediatistas. Em suma, é este conjunto de fatores que, de forma variada e, no mais das vezes, aleatória, compõe a paisagem, seja rural ou urbana.

As fontes

Marc Bloch, ainda uma vez, nos adverte que os observadores são, em regra geral, apenas mediocremente atentos às transformações da paisagem. Ao mesmo tempo, o próprio ritmo de transformação — secular, expresso numa longa duração — impunha limites ao registro histórico. Assim, as fontes mais importantes para a análise das paisagens são variadas, na maior parte dos casos, as mesmas já utilizadas para a história das técnicas, da urbanização ou do mundo rural. Códigos de posturas, registros fundiários, livros ou tratados de agronomia, a arqueologia, inclusive industrial, relatos de viajantes e, naturalmente, a iconografia são fontes clássicas utilizadas por Roger Dion, Robert Gradmann ou Marc Bloch. Evidentemente, velhas fontes já utilizadas devem ser relidas à luz de novos objetivos e, mais uma vez, cabe ao historiador inventar novas fontes para novos problemas.

❖ 9 ❖

HISTÓRIA EMPRESARIAL

Eulália L. Lobo

A formação da história empresarial

Os historiadores da atividade empresarial[1] consideram a primeira década deste século como o início do desenvolvimento da pesquisa neste campo. Jean Baptiste Say é geralmente aceito como um dos pioneiros, ao definir o empresário como um organizador e coordenador de fatores de produção que compra, combina e vende. Em 1912, Joseph Schumpeter atribuía ao empresário o papel de inovador, de produtor do progresso técnico, de motor das transformações. Ciro Flamarion Cardoso salienta que Schumpeter partiu da crítica do caráter estático da economia política clássica. Em 1914, Henri Pirenne propunha a tese de que a cada período da história econômica corresponde um grupo diferente de capitalistas e, ao se transformarem as condições econômicas, parte dos capitalistas não se adapta, enquanto outra parte aceita as mudanças e trabalha no mesmo sentido delas. Pirenne relativiza, portanto, o poder de inovação dos empresários.

A história dos negócios começou a ser desenvolvida nos Estados Unidos com a formação, em 1926, da *Business History Society* e o lançamento do *Journal of Economic Business History,*

em 1928, em torno da figura de N.S.B. Gras. Este grupo caracterizava-se pelo estudo isolado de empresas, sem integrá-las num contexto socioeconômico. Representava o liberalismo contrário a um Estado forte.

Em 1944, Arthur Harrison Cole fundou um Centro de História Empresarial, em Harvard, que adotava o método de estudar as empresas inseridas na história social. Joseph Schumpeter uniu-se a este grupo, ao qual também pertenceram Fritz Redlich. R.W. e M.E. Hidy. Talcolt Parsons teve significativa influência na formação teórica deste centro, dando ênfase à capacidade gerencial e ao prestígio social de acordo com o reconhecimento pela sociedade da importância dos *status* ocupados pelos indivíduos.

Ciro Flamarion Cardoso identifica um ponto comum e central nas idéias de Schumpeter, Gras e Cole: a noção de que a vida econômica é imprevisível, reagindo contra o determinismo social.

Na França e na Inglaterra, a história dos negócios começou a florescer somente na década de 1950, também colocando a história das empresas numa perspectiva social; porém, o empresário é visto na dependência dos fatores estruturais e conjunturais. Na França, nota-se maior influência do marxismo, da visão macroeconômica, do que nos Estados Unidos. A *École des Annales* tratava a história empresarial dentro de uma visão de síntese global social.

Nas últimas décadas, os trabalhos empíricos sobre empresas isoladas, preocupados com a sua administração interna, declinaram. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, desenvolveu-se a história comparada de empresas e, na França, a história empresarial numa perspectiva globalizante.

Segundo Ciro Flamarion Cardoso, seria preciso reformular o conceito de empresa e sua utilização em história. Tomado genericamente, tal conceito refere-se a uma unidade de produção, *locus* institucional de combinação de fatores de produção numa sociedade determinada. A unidade de produção deverá ser analisada estudando a estrutura social em que se insere e, afirma o mesmo autor, é necessário considerar as relações internas entre o sistema econômico de uma sociedade e sua estrutura social como único modo de evitar uma generalização da racionalidade capitalista. Quanto à América Latina, salienta este historiador, há o problema de construir uma teoria do sistema econômico pré-capitalista para a época colonial. Creio que também existe o problema para a época pré-industrial, já no século XIX, que para vários autores estende-se até 1930 ou 1940. Muitas pesquisas sobre história empresarial no Brasil apóiam-se na teoria marxista, procurando, através das empresas, compreender as peculiaridades do modo de produção escravista, do modo de produção capitalista e da transição entre eles nas diversas regiões.

Seria longo e repetitivo reproduzir neste capítulo o muito conhecido debate sobre a industrialização no Brasil. Merece, porém, para os fins desta contribuição, ser destacado que teve grande influência o pensamento da CEPAL, na década de 1950, que atribuía um papel fundamental ao Estado no processo de industrialização, em face da fragilidade da burguesia empresarial.

Como salienta Maria Bárbara Levy, Cardoso e Faletto, ao formularem a teoria da dependência, reforçaram o caráter pouco criador, reflexo e fraco da burguesia empresarial da América Latina. A subordinação do empresário local ao Estado decorreria da necessidade de criar barreiras alfandegárias, de controle da mão-de-obra, de divisas para a importação de insumos, de crédito.

Eli Diniz salienta também que os empresários no período Vargas lutavam para que o Estado investisse na infra-estrutura, de pouca rentabilidade a curto prazo para os particulares. Os imigrantes romperiam com essa tradição local de raízes coloniais, segundo esta visão. A corrente de reação à teoria da dependência que pesquisou as iniciativas endógenas da América Latina, face à dominação metropolitana e à hegemonia externa, foi favorável à história das empresas, dentro de uma visão de síntese global do social.

O desenvolvimento da história empresarial, na sua perspectiva, teria sido prejudicado pela influência da *nouvelle histoire,* voltada para o estudo das mentalidades, práticas cotidianas, sexualidade e pela visão do Estado como agente preponderante da industrialização, à qual já me referi.

Almir Pita Freitas salienta que no Brasil a história empresarial só se amplia a partir da década de 1970 e identifica as linhas seguintes: a de inserção no contexto socioeconômico; a de estudos de casos, procurando desvendar as estratégias dos empresários, questionando e relativizando visões já consagradas pela historiografia sobre origem da indústria, papel dos empresários, ações do Estado; e a do empresário através dos órgãos de classe.

Outro ponto a ser considerado é o da variada tipologia das empresas públicas e privadas, patrimoniais ou por ações, agrícolas e urbanas, industriais, comerciais, financeiras, micro, média e macro etc.

Metodologia

As fontes empresariais no Brasil foram por longo tempo abandonadas. Somente as oficiais eram preservadas nos arquivos

públicos. É muito comum as empresas destruírem os documentos mais antigos ou deixarem-nos sem qualquer critério de classificação, acumulados em depósitos. A regra geral é de criar dificuldades de acesso à documentação. Todos esses empecilhos e o próprio conceito de que a industrialização era tardia e a burguesia empresarial débil desestimulavam a pesquisa da história empresarial. Os arquivos das empresas podem proporcionar informações não só sobre estas unidades de produção, como também sobre a economia em geral. Na França, os acervos estão preservados na seção de história das empresas, no Arquivo Nacional de Paris e nos arquivos departamentais. Os tipos de documentos classificados por Bertrand Gille[2] são os seguintes: formação da empresa, conselhos, direção geral, patrimônio, material de serviço, suprimentos, estoques, produção, serviço financeiro, contabilidade, correspondência, jurisprudência, pessoal, serviços de estudos e comerciais.

Nas empresas brasileiras industriais e comerciais, privadas, por ações, as principais séries de documentos são os livros manuscritos de atas das assembléias de acionistas, de atas das reuniões de diretoria, de atas do Conselho Fiscal, diários e livros de contabilidade, folhas de pagamento, fichas de operários e relatórios anuais das empresas. Também são importantes a correspondência com representantes das empresas, fornecedores, consumidores, governo, os contratos e recibos.

Os livros de atas informam sobre decisões relativas a investimento, lucratividade, rendimento, política e estratégia do aproveitamento da mão-de-obra. Os diários e livros de contabilidade fornecem dados sobre inversões, produção, lucros e inclusive sobre tecnologia usada. Os relatórios anuais dão uma visão de conjunto da atividade da empresa, do setor a que ela

pertence e das conjunturas a curto prazo, tanto políticas como econômicas. As fichas dos operários e funcionários propiciam um panorama do perfil da mão-de-obra, dos salários, das fases de recessão (através das demissões) e de expansão (novas admissões). Encontram-se ainda estatutos, livros de registro de acionistas que permitem analisar a origem dos empresários, livros de procuração e de investimento.

Nas empresas públicas temos os mesmos tipos de séries documentais. No entanto, como geralmente predominam no setor de serviços públicos nos quais têm monopólio, a margem de competitividade é mínima e a preocupação com o lucro menos acentuada.

O estudo dessas empresas exige uma visão ampla do Estado, da sociedade e, portanto, o recurso às fontes públicas, legislação, ordens do governo, aos arquivos de bancos estatais de crédito e a jornais. A história da Rio Light, por exemplo, envolve o desenvolvimento da cidade, a política estatal de energia e o crescimento industrial, dos transportes etc.

Naturalmente, todo o tipo de empresa deve ser estudado numa perspectiva ampla, porém, no caso das estatais é indispensável.

As empresas patrimoniais apresentam as mesmas séries documentais, porém, como salientou Ciro Flamarion Cardoso,[3] os arquivos familiares adquirem, nesse caso, especial importância.

Quando se trata do período pré-industrial, as empresas podem usar mão-de-obra escrava ou terem relações de trabalho pré-capitalistas. Os escravos são incluídos na contabilidade, nos itens relativos a capital.

Outra fonte muito valiosa é a de entrevista, salientando-se a coleção de cinco volumes de *História empresarial vivida,* que

recolhe depoimentos de empresários brasileiros bem-sucedidos, organizados por Cleber Aquino,[4] formulador e diretor de História Empresarial Vivida, programa iniciado na Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo, em 1985, e criador da disciplina História dos Negócios Brasileiros.

As fontes fotográficas e de plantas das empresas também são de grande utilidade, permitindo reconstruir a expansão da empresa, a tecnologia, o processo de trabalho usado e a administração interna.

De um modo geral as pequenas empresas têm menos documentação disponível do que as grandes, e as entrevistas publicadas de empresários restringem-se aos dirigentes das segundas.

As fontes das organizações de industriais e comerciantes como, por exemplo, relatórios e publicações do Centro Industrial do Brasil, do Centro de Fiação e Tecelagem de Algodão do Rio de Janeiro, do Centro de Indústrias do Estado de São Paulo, do Centro de Comércio e Indústria de São Paulo, das associações comerciais, são fundamentais para o estudo de grupos e do poder político dos empresários. Os arquivos das Bolsas de Valores também são indispensáveis para a análise da evolução das empresas. Os arquivos dos Bancos de Desenvolvimento nacionais e regionais conservam os processos de pedidos de recursos das empresas, que são obrigadas a apresentar um histórico e uma justificativa. Estes dois últimos tipos de fontes permitem uma análise comparativa e o estudo dos empresários como grupos.

A Junta de Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação (1808-1849) contém o registro das empresas, incluindo dados sobre localização, capital, produção, propriedades. Este acervo encontra-se no Arquivo Nacional. A partir de 1849, a

documentação está na Junta Comercial. Os livros dos Cartórios de Notas são fontes subsidiárias para o estudo das empresas.

O *Auxiliador da Indústria Nacional* é uma publicação que trata das patentes, invenções e dá um panorama do período pré-industrial no Brasil. José Luís Werneck da Silva[5] fez uma excelente análise da Sociedade Auxiliadora, cuja política face à industrialização é retratada naquela publicação.

Os relatórios das exposições provinciais, nacionais e internacionais e das feiras fornecem uma visão de conjunto da produção secundária e dão uma idéia de como se considerava essa produção face à do primeiro mundo na fase pré-industrial. Os censos e estatísticas oficiais são elementos indispensáveis para o período industrial.

Neste breve resumo pretende-se apenas indicar os principais tipos de fontes disponíveis.

A história empresarial acompanhou a evolução da história em geral, empregando cada vez mais o método comparativo como forma de controle sobre as hipóteses e generalizações explicativas. Não tem sido usada no Brasil a hipótese contrafactual da *New Economic History* na história empresarial.

Os trabalhos sobre capitalismo tardio e conseqüente burguesia débil usam a comparação com os países do Primeiro Mundo. Neste caso, comparam-se sociedades heterogêneas, o que incorre no risco apontado por Ciro Flamarion Cardoso[6] de se cometer anacronismos. Este autor colocou como premissas que, ao estudar determinado processo histórico no tempo e no espaço, serão necessários descobrir os elementos: (1) comuns a todos os casos; (2) típicos para as diferentes subclasses de casos; (3) individuais, ou seja, que não podem se repetir.

A comparação tem sido feita em níveis regional, nacional e

internacional. Em muitos trabalhos, há uma preocupação central de estabelecer o caráter individual do empresariado e da história das empresas de uma região ou nação.

Maria Bárbara Levy[7] concluiu que

> "... a melhor história empresarial é aquela que busca a totalidade francesa ou a generalização (pelo método comparativo) anglo-americana. As empresas são parte da sociedade e não se pode estudá-las sem levar em conta as articulações recíprocas entre as relações sociais e as práticas empresariais. A empresa é parte de um sistema de instituições interatuantes, no qual lhe cabe a produção de bens".

Historiografia

Já tocamos na historiografia ao tratar de teoria e método.

Inicialmente a produção sobre história empresarial ou era uma decorrência de estudos gerais sobre dependência, industrialização, bolsa de valores, ou era monografia sem perspectiva geral, voltada para a administração interna da unidade de produção ou para a exaltação do fundador da empresa.

A primeira tendência baseava-se no pressuposto de que a empresa fosse um tema menor.

Nos anos 50 a *New Economic History* colocava o empresário em segundo plano alegando, como lembra Maria Bárbara Levy,[8] que as mudanças tecnológicas se faziam por si mesmas e o mercado funcionaria com razoável eficiência como instrumento alocador de recursos. Essa visão influenciava negativamente a história empresarial.

As análises da Bolsa de Valores[9] por Maria Bárbara Levy, João Paulo dos Reis Velloso, Roberto Teixeira da Costa e Francisco

Gros tratam da história empresarial de forma indireta, mostrando a concentração da direção devido, em parte, às ações preferenciais sem voto.

Mais recentemente, tem-se desenvolvido a história empresarial graças, entre outros fatores, a uma revisão da teoria da dependência, a um melhor acesso à documentação das empresas e a uma revalorização da microeconomia.

Período pré-industrial

Quanto ao período da pré-industrialização podem-se citar trabalhos de conjunto de vários setores da produção secundária[10] como, por exemplo, a coletânea de ensaios organizada por Frédéric Mauro, visando a dar um panorama geral dessa fase no Brasil, a tese de doutoramento de Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira sobre a região fluminense, e o trabalho de Maria Bárbara Levy sobre a cidade do Rio de Janeiro.

A obra de Maria Bárbara Levy descreve a tradição arraigada da empresa familiar no Rio de Janeiro e as pressões para restringir e dificultar a aplicação das leis sobre sociedades anônimas. Combate a tese de que a indústria nesta cidade tivesse uma relação linear e direta com os negócios cafeeiros e reavalia os fatores da perda da hegemonia industrial desta cidade. Em seguida, estuda os limites do poder de gestão em uma sociedade anônima — a Companhia América Fabril —, salientando o caráter familiar da direção, a especialização de funções na alta administração da empresa, as divisões que surgem com a incorporação de outras congêneres, os casamentos entre filhos de sócios e a cooperação de genros. Estuda o papel do encilhamento em relação à expansão das sociedades anônimas. Apresenta um levantamento das primeiras: Companhia Ponta de Areia de Mauá;

Companhia Seropédica e Luz Stearica. Geraldo de Beauclair Mendes de Oliveira estuda estas empresas procurando definir as características da pré-industrialização, tais como a de usar em alguns casos a mão-de-obra escrava. Salienta que empresas como a da Ponta de Areia já produzem bens de capital.

O setor mais explorado na historiografia foi o da história da empresa têxtil.[11]

A pesquisa precursora de Stanley Stein é uma bem documentada síntese da evolução do setor têxtil, incluindo a análise de insumos, capital investido, produção, tecnologia, conjunturas e do empresariado.

A concentração de trabalhos sobre história empresarial de um setor de ponta, como o têxtil, no período de meados do século XIX à década de 1930, decorre da importância que teve quanto ao valor de investimento, da produção, do pioneirismo tecnológico, sobrepujando a atividade artesanal e manufatureira. Predominam os estudos monográficos do eixo Rio de Janeiro-São Paulo. Elizabeth von der Weid e Ana Marta Rodrigues Bastos justificam o seu estudo da mais antiga indústria têxtil do Rio de Janeiro, a Companhia América Fabril, por permitir a compreensão de uma série de questões importantes relativas à industrialização do Brasil. Esta companhia teve uma fase rural em função do uso da energia hidráulica mas, como várias outras, deslocou-se para a zona urbana numa segunda fase, com a modernização do sistema energético.

A América Fabril adotou em 1878 padrões capitalistas avançados, grandes construções, máquinas modernas, concentração da mão-de-obra assalariada. A Sociedade Anônima era constituída por um grupo fechado unido por vínculos pessoais e as ampliações restringiam-se aos familiares e amigos. Os

diretores da Companhia América Fabril, assim como muitos industriais do Rio de Janeiro, utilizaram o seu capital particular, oriundo do comércio, para a formação da empresa. Warren Dean verifica essa mesma origem do capital em parte das empresas de São Paulo. No meu trabalho sobre o Rio de Janeiro também constatei que o capital da maioria das fábricas provinha do comércio, em meados do século XIX.

A retenção de lucros, limitando os dividendos, era outra prática corrente de capitalização na época.

O primeiro processo de expansão correspondeu para o setor têxtil ao final do século, marcado pelo encilhamento, que abriu crédito público para a indústria e serviu de protecionismo, desvalorizando a moeda e dificultando a importação de produtos concorrenciais. O papel do encilhamento foi revisto recentemente, abandonando-se a interpretação de que era meramente especulativo, como já indicara Stanley Stein.

A formação do Centro Industrial do Brasil e, em 1919, do Centro Industrial de Fiação e Tecelagem do Algodão revelam o poder político alcançado pelos industriais de tecidos, o setor líder da produção secundária.

A fase do início do século XX caracteriza-se pela desvinculação do capital comercial e industrial, pela ampliação dos quadros da diretoria, pela implantação de um sistema integrado de produção. Estas transformações assinaladas para a América Fabril são comuns ao setor em geral.

O setor têxtil apresenta a peculiaridade de exercer um controle extenso sobre a mão-de-obra através da construção de vilas e, muitas vezes, de bairros ou até de cidades. Tal política, que submetia a uma disciplina rígida a força de trabalho dentro e fora da fábrica, ainda era mais severa quando a empresa estava

situada num local isolado, semi ou plenamente rural. As empresas de tecidos procuravam controlar os operários e suas famílias através da moradia, da educação, da leitura, do lazer e da formação política. A disciplina intensiva de trabalho, as condições insalubres e as longas jornadas implicavam, em geral, grande incidência de acidentes. Sobre esse assunto, escreveu Leila Hallack Dacorso excelente monografia.

Em pesquisa que realizei juntamente com Myriam Stanley, verificamos que em Buenos Aires eram raras as vilas operárias, típicas do Rio de Janeiro. A dissertação de mestrado de Gracilda Alves de Azevedo Silva descreve a onipresença da fábrica em todas as atividades de Bangu.

A resistência dos operários expressou-se na liderança do movimento desta classe exercida pelos trabalhadores têxteis até a década de 1930, quando foi superada pela dos metalúrgicos.

O sistema de controle extrafábrica não se limitava ao setor de têxteis. J. Sérgio Leite Lopes[12] estudou esse tipo de dominação em uma usina açucareira e em uma fábrica de tecidos de Pernambuco. O seu estudo analisa a produção a partir da ótica dos operários, concluindo que:

> "Nas pequenas cidades industriais têxteis, mineiras, metalúrgicas, siderúrgicas ou açucareiras espalhadas pelo Brasil constituíram-se grupos operários em grande parte de origem camponesa ou rural que construíram uma identidade operária no contacto permanente com uma dominação patronal que extravasa a fábrica para controlar a vida social cotidiana do bairro, da vida operária ou da cidade."

Esse controle era facilitado pelo recrutamento, no meio rural, das famílias, pelos salários familiares e pela tradição de um estilo gerencial paternalista.

Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro estuda a indústria têxtil no Rio de Janeiro de 1878 a 1895, visando a compreender o capitalismo no Brasil. A autora faz um levantamento das fábricas do Rio de Janeiro baseada nos dados da Junta Comercial, indicando os proprietários, a forma de organização, o tipo de produção, as instalações, inclusive maquinaria, e a evolução do capital investido. O objetivo da análise foi o de testar empiricamente os esquemas explicativos referentes à gênese da industrialização do Brasil em relação ao Rio de Janeiro. Verificou que o capital aplicado na indústria têxtil de algodão provinha do comércio importador, especialmente aquele ligado ao ramo de tecidos e à inter-relação entre estas empresas e o capital bancário. A autora discute também a tese do papel primordial dos imigrantes na industrialização, que está bem expressa no trabalho de Manuel Diegues Jr., e constata pequena preponderância dos portugueses sobre os brasileiros quanto à participação acionária total e reduzida presença de ingleses e alemães. O capital estava muito concentrado nas mãos de poucos acionistas. Destaca o encilhamento como fator de deslanche do desenvolvimento do setor têxtil. O crédito foi usado paralelamente ao reinvestimento.

Warren Dean dedica três capítulos de seu trabalho sobre a industrialização em São Paulo às origens da burguesia, assinalando que, nesta cidade, de uma lista de 65 das principais firmas importadoras, 37 converteram-se em indústrias, por volta de 1910, e ainda este número expandiu-se dessa data a 1920. Dessa lista constam as mais importantes indústrias de tecidos da época, como as dos irmãos Jafet. De Brombery Hacker, Byington e Cia., C.P. Vianna, Nathan, Elias Celfat, João Reinaldo Coutinho, Theodore Wille e Werner Hilpert. Também produziam fósforos, farinha, cerveja, balas, biscoitos, água mineral, roupa, meias,

sandálias de couro, artigos de toalete, sabão, louça, vidro, balanças, oxigênio, acetileno, metalurgia, fio, ferramentas, papel, carroças. Dean considera que em São Paulo um maior número de importadores converteu-se em industriais do que no Rio de Janeiro, em decorrência da crise do café. Proprietários de fazendas também desenvolveram atividades industriais, sobretudo de fiação e tecelagem (treze, somente na cidade de São Paulo) e de fabricação de caldeiras, bombas e feitorias, curtumes, farinha de mandioca, carne, serrarias, cimento, tijolo.

Os importadores industriais eram na sua maioria imigrantes. Dean formula algumas hipóteses sobre a opção do imigrante pela importação e indústria, como a tendência a escolher setores mais arriscados e talvez de menos prestígio do que a exploração de fazendas. Geralmente, o imigrante encontra as atividades artesanais e fazendeiras fechadas para ele. Segundo esse autor, o imigrante está relativamente livre em relação aos valores da comunidade.

Na cidade do Rio de Janeiro, o imigrante português prevaleceu e se dedicou prioritariamente à atividade comercial e em menor escala à importação, à exploração de imóveis, ao artesanato, ao trabalho industrial e à horta.

José de Souza Martins publicou em 1967 uma monografia clássica, “Conde Matarazzo, o Empresário e a Empresa”, que foi pioneira quanto ao objetivo de inserir a biografia desse empresário no contexto socioeconômico, visando a analisar a gênese do desenvolvimento industrial brasileiro. Esta obra contrasta com biografias anteriores desse empresário, como a de Blancato, e abre caminho para os trabalhos modernos de empresas em São Paulo.

Mais recentemente, têm-se desenvolvido trabalhos sobre indústrias de tecidos fora do eixo Rio-São Paulo; a Companhia de

Fiação Cedro e Cachoeira de Minas Gerais foi estudada por Domingos Giroletti do ponto de vista da formação do operariado em finais do século XIX e por Allison Mascarenhas Vaz com enfoque no caráter familiar da empresa.

José Luis Pomponet Sampaio dedicou-se à pesquisa da Companhia Empório Indústria do Norte (1891-1973), localizada na Bahia.

A problemática que domina os estudos é a da origem do capital das empresas, a forma de organização, as raízes sociais dos acionistas, a política dos empresários em relação à mão-de-obra, as peculiaridades regionais da empresa.

Os trabalhos sobre empresas de outros setores industriais[13] são menos numerosos. Um exemplo é o da pesquisa de José Jorge Siqueira, que versa sobre uma fábrica de velas (1854-1898) do Rio de Janeiro, com o objetivo de contribuir para o estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano-industrial. Ele afirma que:

> "Ao longo das análises identificam-se a presença e a importância das relações sociais de trabalho escravistas na empresa e sua participação na acumulação de capitais que possibilitaram o advento da fase seguinte capitalista. Outrossim, analisam-se as mudanças qualitativas na composição orgânica do capital, tanto para diferenciar estes dois modos específicos de produção, como também para demonstrar a tendência inexorável das mudanças rumo ao estabelecimento da fase fabril. Isto na medida em que crescem os investimentos em capital constante e fixo, em flagrante contraste com a desvalorização dos investimentos em trabalhadores."

E acrescenta:

> "Busca-se, sistematicamente, relacionar a trajetória singular da empresa com a dinâmica socioeconômica da cidade em geral e com

as transformações no setor industrial em particular.”

Como fica claro nessa justificativa da dissertação, o autor usa conceitos marxistas, e procura esclarecer a transição de um modo de produção para outro no meio urbano, numa sociedade escravista.

Uma monografia sobre empresa do setor alimentício que tinha muito peso na época é a de Richard Graham sobre os moinhos da farinha de trigo, no Rio de Janeiro. A tese central, neste caso, é a da importância do capital britânico na aceleração do estabelecimento da indústria moderna capitalista no Brasil.

O meu trabalho sobre o Rio de Janeiro compreende um levantamento das indústrias têxteis e um estudo por amostragem da fábrica de velas Luz Stearica e da Brahma, visando a analisar as peculiaridades da industrialização no Rio de Janeiro, a origem do capital dos sócios, a organização da empresa, a política paternalista em relação à mão-de-obra. A pesquisa relativiza a importância do café na acumulação capitalista no Rio de Janeiro e valoriza o comércio. Aponta a presença dos bancos como acionistas e como captadores de recursos num momento em que se afirmava que os bancos eram unicamente comerciais. Estuda as indústrias no contexto de seu papel no desenvolvimento do Rio de Janeiro até a década de 1940. Trata também da transição do artesanato para a manufatura e desta para a indústria.

Outro trabalho sobre indústria que usa mão-de-obra escrava é o de Douglas C. Libby relativo à mineração de São João Del-Rey, entre 1835-1885. O autor destaca a conjugação de métodos modernos de administração, tecnologia de ponta e capital estrangeiro com trabalho escravo.

As pesquisas sobre a agroindústria do açúcar de J. Sérgio Leite Lopes relativo a Recife, já citado, e a de Myriam Stanley

sobre uma usina de porte médio da região de Campos preocupam-se em particular com as formas de subordinação da mão-de-obra à empresa. A última autora também teve como objetivo a análise do comportamento dos empresários, avaliando qual a proporção de reinvestimento e a de consumo conspícuo, e as relações com o Estado, que garantia crédito subsidiado e quota do mercado.

O meu trabalho em colaboração com Myriam Stanley, ao tratar de habitação operária no Rio de Janeiro e Buenos Aires de fins do século XIX ao início do XX, discute as estratégias dos empresários, dos governos federal e municipal em relação ao problema da moradia.

O setor de serviços foi pouco estudado no período pré-industrial; um exemplo excelente dessa historiografia é o ensaio de Almir Chaiban El-Kareh sobre a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II em seus onze primeiros anos de empresa privada (1855-1865). Procurou recuperar suas relações com os diferentes grupos de interesses, em especial com a agricultura cafeeira escravagista do Vale do Paraíba e com o governo imperial. O autor analisa a contradição entre a produção escravista fluminense e o mercado mundial capitalista, particularmente o inglês, e os problemas que gera. Julga que a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II era uma empresa capitalista subordinada aos interesses escravistas fluminenses e vê a história desta companhia como parte da luta da classe escravista fluminense pela sua sobrevivência, enquanto classe, mas também a história dos primeiros ensaios da burguesia empresarial e do capitalismo.

Margareth Guimarães Martins elaborou uma monografia sobre a Estrada de Ferro Central do Brasil, sucessora da Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II. A autora limita seus objetivos à compreensão do processo dinâmico que fez com que as

estradas de ferro perdessem a sua posição de principais vias terrestres de escoamento da produção, abastecimento e transporte de passageiros da região. Analisa a receita, a composição do tráfego, a política de tarifas, a despesa de custeio, o material, as fontes de energia utilizadas, o pessoal empregado, a administração da empresa e, finalmente, a influência da política do Estado para o transporte ferroviário. Essa era a maior estrada de ferro de administração pública do país em extensão e volume de tráfego. A autora fez um balanço da administração das empresas ferroviárias. Para Ducan, a administração das empresas públicas não é nem mais nem menos eficiente do que à das privadas, enquanto para Saes, o declínio das empresas precede e determina sua estatização e Azevedo conclui que

> "a intervenção na indústria ferroviária tem sido, em várias estradas, o cancro avassalador que corrói todo o sistema retardando-lhe o desenvolvimento e retardando uma política de viação".

As empresas estatais do período pré-industrial são relativamente escassas e seus empresários têm geralmente características de funcionários, sendo a administração pautada por critérios, sobretudo, burocráticos. São portanto diferentes daquelas do período industrial. Um caso de administração pública em que o empresário se sujeita inteiramente ao Estado é a do Banco do Brasil. Um estudo clássico desta instituição é o de Afonso Arinos de Mello Franco. Um exemplo das injunções políticas do Estado na direção das empresas governamentais é o da Rio Light, que não pode cobrar dívidas de outras empresas também estatais.

As empresas comerciais[14] foram menos estudadas do que as industriais. São tratadas muitas vezes no contexto da origem da

empresa industrial como tema secundário ou referidas em trabalhos gerais sobre o comércio em vários períodos da história do Brasil, ou ainda, em obras gerais sobre escravidão, que não podemos analisar por falta de espaço.

Merecem especial destaque os trabalhos de Marieta de Morais Ferreira, *Crise dos Comissários de Café do Rio de Janeiro;* de João Luis Ribeiro Fragoso, *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1190-1830);* de Alcir Lenharo, *As Tropas da Moderação;* de Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein, *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência;* e de Eduardo Navarro Stotz sobre os caixeiros, que fazem uma análise dos comerciantes do Rio.

Marieta de Morais Ferreira visa a esclarecer os mecanismos de comercialização e de financiamento da lavoura do café. Estuda as condições da exploração da agricultura pelo comércio, entre outras questões. Este me parece um ponto essencial, porque por longo tempo a historiografia privilegiou o estudo dos grandes proprietários rurais, considerando os comerciantes como subordinados. Ela concluiu que havia uma predominância do capital comercial, que dominava a produção, e desenvolve a análise do papel do comissário como agente de crédito. Faz também um levantamento das atividades dos comissários de café, membros do Centro da Lavoura e Comércio (1780-1855).

João Luis Fragoso tem como objetivo estudar as formas de acumulação presentes na economia escravista-colonial na virada do século XVIII para o XIX, a partir do funcionamento da praça do Rio de Janeiro. Analisa os ciclos de Kondratielf, identificando um comportamento diverso da economia metropolitana e colonial, concluindo que esta "é mais complexa que *uma plantation* escravista submetida aos sabores das conjunturas

internacionais". Estuda o processo de acumulação inclusive endógena. Trata em particular do comércio de cabotagem e de exportação e do tráfico de escravos.

Alcir Lenharo analisa o surto do comércio de abastecimento da corte e o papel político que os interesses regionais do sul de Minas desempenharam no processo de construção do Estado brasileiro, nas primeiras décadas do século XIX. Trata de forma original dos "sitiantes" e tropeiros, demonstrando a associação dos tropeiros com os proprietários, acumulando as duas condições.

Os trabalhos de Lenira Menezes Martinho e Riva Gorenstein tratam do período de independência. A primeira estuda a história social das firmas portuguesas no Rio de Janeiro, o papel político dos caixeiros no movimento da Independência e do início da Regência: a segunda traça um perfil social dos negociantes portugueses de grosso trato do Rio de Janeiro e seu papel político.

Mário Augusto da Silva Santos foi um pioneiro do estudo do comércio português na Bahia, 1870-1930, e Katia Mattoso analisa o abastecimento de Salvador. Eulalia Maria Lahmeyer Lobo trata do comércio português, sobretudo no Rio de Janeiro e Santos, dentro do contexto mais amplo da multiforme presença lusa, de fins de século XIX à atualidade. Noutro trabalho compara os comerciantes do Rio de Janeiro e Charleston no século XVIII, procurando esclarecer o seu papel no contexto de portos inseridos em economias de *plantation.*

Quanto aos estudos de associações no período pré-industrial, temos, entre outros, o de Edgard Carone, "O Centro Industrial do Rio de Janeiro e Sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)". Descreve os objetivos do Centro, sua atuação política, os debates sobre a questão industrial e o conceito de indústria das várias épocas.

José Luis Werneck da Silva é autor de uma excelente monografia analítica, “A Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na Formação Social Brasileira”, procurando pensar a indústria como a Sociedade Auxiliadora pensou, entre 1827 e 1904, especialmente entre 1871 e 1877, como sinônimo de arte ou destreza humana, e o de conjunto das artes mecânicas, produtivas ou úteis. Sublinha que a Sociedade Auxiliadora trabalhava sob a égide do Estado imperial e numa sociedade escravagista. A Sociedade Auxiliadora coube tentar racionalizar o processo produtivo sob a cooptação do Estado, enquanto sua ação atendeu às frações hegemônicas da classe dominante. O tema “indústria” referia-se à indústria agrícola, comercial, e à transformação de matéria-prima em bens (artesanal, manufatureira, fabril). Estudou os estatutos da sociedade para identificar sua estrutura e as manifestações das individualidades/agentes mais significativos da Sociedade Auxiliadora, usando como contraponto as manifestações da classe dominada.

Entre as biografias de empresários[15] mais antigas estão as de Mauá, considerado o pioneiro da indústria nacional e um símbolo do progresso por alguns autores, questionado por outros, devido a sua associação com o capital estrangeiro e ligação com o governo imperial vinculado à economia escravagista. Alberto Faria enalteceu Mauá e seu trabalho foi revisto de forma altamente crítica por E. de Castro Rebello. Ambos não têm formação científica e o último escreve em tom panfletário, além de não usar adequadamente as fontes. Um trabalho mais equilibrado e em outra perspectiva é o de Lidia Besouchet.

Geraldo Mendes Barros traçou um perfil de Guilherme Guinle, 1881-1960, como empresário e homem público, e sua

atividade beneficente e cultural. Cesar Honorato apresentou tese de doutoramento sobre as docas de Santos que trata da atuação de Guilherme Guinle, mas o texto ainda não está disponível.

Pedro Tortima apresentou as “Biografias de Pioneiros: Quatro Diretores da Empresa Rio Light ou a Teoria dos Vasos Comunicantes do Poder”. Este ensaio inclui as biografias de Frederick Stark Pearson, primeiro diretor-presidente da Rio Light, da diretoria da Light São Paulo e primeiro presidente da Brazilian Traction Light and Power Co. Ltd. Delineia a formação desse empresário nos Estados Unidos e Canadá, suas ligações com líderes do empresariado nos setores elétricos, de mineração, de ferrovias e de grupos financeiros e sua experiência em Cuba. Descreve a formação da Light. Analisa a sua atuação como presidente, inclusive sua penetração na sociedade brasileira, tendo entrada no Clube de Engenharia, como sócio, e mostra como os seus negócios expandiram-se fora do Brasil. O segundo biografado é Percival Farquhar, cujas múltiplas relações no mundo dos negócios nos Estados Unidos, Cuba, América Central, num momento de grande expansão da economia e de oportunidades lucrativas na América Latina, facilitavam sua ação como empresário. Analisa as causas do vasto império de Farquhar ter começado a ruir por volta de 1912, em parte com a *débâcle* da borracha. Alexandre Mackenzie, advogado de formação, estabeleceu uma rede de ligações com a elite dominante brasileira, inclusive através do Clube de Engenharia. Salienta a importância do conhecimento que tinham os líderes da Light no mercado financeiro internacional. Alfredo Maia é o quarto presidente estudado, também do ponto de vista de suas ligações políticas e econômicas e da conjuntura econômica nacional e internacional.

Vimos então apenas alguns exemplos das biografias

tradicionais e das modernas.

Período industrial

Na produção histórica sobre o período industrial diminui o interesse pela origem do capital das empresas, pelos temas das formas de controle da mão-de-obra extrafábrica (que estão em declínio), das características manufatureiras e industriais presentes nas unidades de produção e de como elas se relacionavam, e expande-se a análise do papel do Estado como regulamentador e estimulador das empresas e como empresário, o estudo dos setores de serviços e financeiro, da questão do processo de produção e da tecnologia da organização de grupos de poder, da formação de *holdings,* do nacionalismo e mais recentemente da cultura da empresa.

Segundo Ricardo Maranhão,[16] o empresário do tipo de Schumpeter, que não se limita a combinar fatores de produção e a fazer preços mas é também um agente de inovação e de progresso, só teria surgido historicamente nas empresas públicas brasileiras a partir da Companhia Siderúrgica Nacional. As anteriores tinham características de administração de repartição pública. A Companhia Siderúrgica Nacional tinha o estatuto de companhia mista e visava a induzir o progresso e a inovação. Teve impacto sobre as indústrias do carvão, dos transportes, lataria, celulose, substâncias químicas, elevadores comerciais, alimentos concentrados e explosivos.

A Companhia Hidrelétrica de São Francisco (CHSF) também foi concebida pelo governo como agente modernizador do Nordeste, dentro de um programa nacionalista desenvolvimentista. A CEMIG — Companhia Elétrica de Minas Gerais — obedecia ao mesmo espírito.

Os dirigentes de tais empresas públicas caracterizaram-se como membros do bloco no poder. No Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de Castelo Branco foi priorizado o objetivo de aumentar a lucratividade das empresas estatais. Ricardo Maranhão salienta que não foi fácil conciliar lucro com desenvolvimento no setor elétrico, "onde altos investimentos de lento retorno caracterizam a geração, apanágio das grandes estatais". A Eletrobrás teve uma ampla autonomia e um nível de decisão centralizado.

A São Paulo Light passou a ser empresa pública em 1980, nos anos 1979-80 esteve subordinada à Eletrobrás, passando ao controle do Estado com o nome de Eletropaulo. Durante sua existência como empresa privada, o grupo Light teve uma posição excepcional, monopolizadora de todos os serviços de eletricidade, transporte, iluminação, gás e telefone do Grande Rio e da Grande São Paulo, além das cidades de seus arredores.

O trabalho "Estudos sobre a Rio Light", coordenado por Maria Bárbara Levy e Eulalia Maria Lahmeyer Lobo e com a colaboração de uma equipe de oito pesquisadores, traçou as origens da empresa no Canadá, sua penetração em São Paulo e seu estabelecimento no Rio de Janeiro.

A abertura de espaço no Rio de Janeiro revelou-se árdua, devido à luta com concessionárias anteriores e pretendentes, especialmente com a família Guinle. Foi analisada a origem dos sócios e suas ligações políticas. A Rio Light se singulariza em decorrência do volume do capital investido, da magnitude de mão-de-obra empregada e do seu treinamento, da importação de sua tecnologia de ponta, do efeito de indução que exerce sobre a produção interna de tecnologia, do papel que desempenha no desenvolvimento da indústria, na conformação espacial da cidade

e na própria cultura urbana, devido à natureza dos serviços públicos de consumo coletivo prestados.

A pesquisa sobre a Rio Light contribui para a compreensão do processo industrial e da história das empresas. A história institucional da Light estruturou-se numa periodização baseada nos critérios das relações entre a empresa e o Estado, nos níveis federal, estadual e municipal, nas etapas da evolução econômica do Brasil e do Rio de Janeiro e na evolução interna da empresa. Existe uma bibliografia ampla sobre o setor elétrico que pode ser consultada neste livro. Alguns trabalhos como o de Almir Pita Freitas tratam da energia elétrica e a industrialização, seu impacto na transformação das indústrias.

Além do setor elétrico e do siderúrgico foi estudada a história da Companhia Vale do Rio Doce, entre outras.

O setor bancário[17] despertou grande interesse, pois a política desenvolvimentista do Estado criou bancos de caráter nacional e regional para promovê-la.

Werner Baer e Anibal Villela tratam da mudança da natureza dos Bancos de Desenvolvimento no Brasil e S.H. Abranches estuda a empresa pública como agente de política do Estado.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social teve um considerável impacto no processo de industrialização, inclusive induzindo as empresas privadas que solicitavam recursos a planejar suas atividades. A partir de 1982, época da criação do Finsocial — Fundo de Investimento Social —, o BNDES passou a investir na área de saúde e saneamento, apoiando, com recursos do Fundo, projetos federais e estaduais, dando início a um processo de acumulação de conhecimento sobre os diversos problemas desse setor. O BNDES propõe-se a minorar as distorções entre o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

O BNDES publica os Cadernos FINSOCIAL que descrevem os projetos apoiados por esta instituição, abrangem desde o programa nacional do leite para crianças carentes até planos de saneamento, abastecimento integrado de Curitiba, produção de suínos em condomínio, meninos de rua, utilização da informática, eletrificação rural etc.

O livro de Ary Cesar Minella[18] aborda a organização e o poder político dos banqueiros no Brasil. Faz um levantamento das posições políticas de alto nível ocupadas pelos banqueiros. Dirige sua atenção para a análise da estrutura dinâmica de alguns órgãos de representação de classe (sindicatos, associações, federações, congressos de bancos) no período compreendido entre os anos de 1960 e 1980. A burguesia bancário-financeira do país organizou duas federações: a Federação Nacional dos Bancos, fundada em 1966, congregando sindicatos de bancos; e a Federação Brasileira de Associações de Bancos, instituída em 1967, que reúne as associações de bancos existentes em vários estados brasileiros. O autor trata do jogo de forças políticas em torno da reforma bancária (1964), do processo de centralização/concentração do sistema financeiro, da internacionalização deste sistema, dos congressos nacionais de bancos e dos sindicatos. O livro visa a analisar as contradições entre burguesia bancário-financeira e os demais empresários e o antagonismo dessa fração com seus assalariados, os trabalhadores bancários.

Estuda os empresários banqueiros a partir da perspectiva de classe, numa formação social capitalista. Os banqueiros combatiam as tendências estatizantes: enquanto os bancos privados predominavam no setor industrial e comercial, o Banco do Brasil concentrava suas operações no setor agropecuário e

seus empréstimos industriais orientavam-se para os ramos tradicionais (basicamente alimentar e têxtil). Os banqueiros procuravam impedir a expansão do Banco do Brasil e ampliar sua própria participação nos segmentos de crédito em que tinham menor presença, como, por exemplo, no crédito rural.

A partir de meados da década de 1970, aumentou substancialmente a participação relativa de outras instituições financeiras, como as companhias de crédito, financiamento e investimentos, os bancos de investimento e as sociedades de crédito imobiliário. Os banqueiros assumiam, com freqüência, a diretoria dos bancos oficiais, o que lhes dava poder de decisão sobre os recursos financeiros e as políticas a serem adotadas para o setor. O Estado favoreceu as fusões e incorporações. Segundo o autor, o capital externo aumentava sua participação no sistema financeiro do país, especialmente a partir de meados de 1970. A partir de 1967, o Banco Central, os bancos comerciais e de investimento passavam a captar recursos diretamente no mercado financeiro internacional. O autor também constata que um número reduzido de banqueiros controla e hegemoniza a direção e as atividades dos órgãos representativos da fração bancário-financeira.

O Banco Central também tem sido alvo de pesquisa. Paulo Neuhaus[19] estudou a primeira experiência de um banco central, visando a estabelecer um controle efetivo sobre a política monetária, anulando a interferência negativa do tesouro nessa área. Argumentava-se que era indispensável um Banco Central independente para regular a moeda e o crédito de acordo com as necessidades dos negócios. Esta questão continua na ordem do dia até hoje.

O setor de seguros tem sido pouco estudado no Brasil. Maria

Bárbara Levy e Eulalia Maria Lahmeyer Lobo[20] elaboraram uma história da Sul América, procurando esclarecer o processo de industrialização. A documentação das companhias de seguro informa sobre investimentos industriais na construção civil e até mesmo na agricultura e permite também o estudo da reprodução da força de trabalho. O enfoque, portanto, não foi do ponto de vista dos empresários, porém foi analisada sua origem social e a forma de acumulação do capital investido na empresa.

Na atividade seguradora, a reserva captada, através dos prêmios cobrados aos clientes, não constitui o lucro da empresa. Contabilmente é classificada como passivo, mas a empresa, para garantir a cobertura de sinistros, deve investir em ativos financeiros. Esta garantia de uma despesa exigível futuramente é que torna as seguradoras importantes empresas de investimento na economia. Os executivos tenderão a aplicar suas posições em atividades que reúnam as melhores condições de prazos, garantias e liquidez na economia. O Estado desde muito cedo procurou intervir na definição destes investimentos, de forma a forçar o seu direcionamento para atividades consideradas socialmente prioritárias. O resultado dessa contradição entre interesses estatais e privados, refletida na aplicação das reservas, permite reconhecer quais investimentos compulsórios e quais os setores mais atraentes da economia selecionados pelo critério da livre escolha das empresas.

Analisando a fonte já citada das entrevistas de empresários das grandes *holdings,* publicadas por Cleber de Aquino,[21] conclui-se que revelam uma série de características em comum, salientando-se as seguintes:

1. Os empresários na sua maioria são imigrantes ou filhos de imigrantes.

2. As empresas comerciais e industriais são de pequeno porte, inicialmente.

3. A direção da empresa é familiar, modificando-se a partir das décadas de 1960, 1970, com a associação de diretores profissionais.

4. O planejamento, a longo prazo, é raro devido à instabilidade do país e as mudanças ocorrem quando um problema surge ou uma oportunidade aparece.

5. Na fase exclusivamente familiar da direção da empresa, esta tende a ser centralizada e paternalista.

6. A duração da empresa geralmente está vinculada à duração da vida útil do dono que é empreendedor, empresário, planejador e executivo.

7. A descentralização das empresas das *holdings* visa a alcançar maior proximidade do cliente, porém é associada a uma centralização de decisão. A partir da década de 1970, nota-se uma descentralização operacional, porém é comum que na direção e conselho de cada empresa haja a participação do dono ou de seu filho ou parente.

8. Os donos geralmente têm uma formação autodidata.

9. O processo de diversificação é visto como uma forma de as empresas defenderem-se da situação de alto risco existente no Brasil e também de multiplicarem os mercados.

10. Paralelamente à estratégia de diversificação, ocorre a verticalização.

11. Quando a depressão se prolongou no Brasil, os empresários procuraram conquistar mercados externos.

12. Os insumos importados são substituídos pelos nacionais similares ou congêneres e, nesse processo, é enfatizada a inventiva dos empresários e o capital idéia.

13. A tecnologia é predominantemente importada.

14. A direção visa prioritariamente ao cliente, ao acionista e ao fornecedor.

15. As referências a uma política relativa à mão-de-obra surgem somente como respostas a perguntas diretas do entrevistador, após a exposição do empresário, e revestem-se de atitude de concessão de benefícios indiretos, planos de lazer ou, raramente, de fomento à preparação dos trabalhadores. A participação dos operários no lucro das empresas ficou prejudicada, segundo alguns empresários, pela implantação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (1968), PIS e FINSOCIAL.

Um tema novo na história empresarial é o da cultura específica desse setor. Essa tendência segue a da história em geral, preocupada com cultura popular, cultura operária, sua identidade, suas relações com a cultura como um todo.

Alguns trabalhos mais antigos tratam do pensamento, da ideologia, como o de Edgard Carone,[22] uma antologia de 66 textos que discutem o protecionismo alfandegário, o retardamento da industrialização nacional, a ingerência estrangeira, as relações indústria-governo, burguesia-imperialismo, burguesia-política, a separação entre as organizações da indústria e do comércio. Helena Fanganiello,[23] em *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico,* procura demonstrar que este economista preconizou pioneiramente a mudança e a superação do modelo apoiado exclusivamente em produtos primários extrativos e produção de alimentos e matérias-primas industriais. Mariza Saenz Leme,[24] *em Ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945),* analisa o comportamento dos empresários industriais e as suas reivindicações, destacando a questão das tarifas alfandegárias e, na década de 1940, a formulação de um programa global para o

desenvolvimento econômico. Finalmente, trata da atitude dos empresários face ao operariado. Fernando Henrique Cardoso[25] distingue dois tipos de empresários: os chamados capitães de indústria e os homens de empresa; os primeiros relacionados com a mentalidade tradicional, os segundos procurando inovar os métodos organizacionais de sua empresa, visando a maior produtividade e menor custo. Nega uma consciência de classe à burguesia brasileira, que se deixa dominar por grupos estrangeiros, grandes proprietários, comerciantes e banqueiros.

Ricardo Maranhão[26] aborda a cultura lightiana que se apoiava numa alta legitimidade da empresa, conferida pela sua característica modernizante. A sua capacidade de sobrevivência e busca de legitimidade marcariam o estilo de relacionamento interno com os empregados, que o autor define pelo seguinte conjunto de características:

> "A alta lucratividade que permitia pagar relativamente bem a seus empregados e dar acesso ao aprendizado profissional, à assistência médica, à seguridade social, às cooperativas de abastecimento, aos restaurantes nos locais de trabalho, ao crédito, e gerava um orgulho profissional, um empenho de colocar os filhos na empresa, uma valorização da disciplina de trabalho, dos códigos de conduta e ética impostos no quadro do presbiterianismo, contribuía para uma falta de solidariedade dos trabalhadores e de tomada de posição política, além de se formar um sindicato orientado para a proteção das vantagens desfrutadas por seus membros em bases políticas de interesse pessoal, voltado para o assistencialismo, com forte apelo legalista, incentivando o culto à personalidade das lideranças e, muito importante, promovendo um sistemático 'rodízio' entre dirigentes do sindicato e ocupantes de cargos do departamento pessoal."

Este tema também foi estudado por Marta Toledo Dias[27] em "O Trabalhador da Light de São Paulo: Elementos da Consciência

da Classe do Lightiano". Na história institucional da Light Rio esse tema é abordado indiretamente na parte referente à auto-imagem da empresa e à imagem da sociedade sobre ela.

Como se pode observar pelos exemplos citados, a história empresarial começou tardiamente, mas apresenta um grande dinamismo no Brasil.

❖ 10 ❖

HISTÓRIA DA FAMÍLIA E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

Sheila de Castro Faria

A história da família e a demografia histórica têm, sem dúvida alguma, objetos e objetivos definidos. Percebe-se, entretanto, que sua área de interseção é extensa, ainda mais se considerarmos que a história da família, enquanto ramo específico de conhecimento (diferenciado da história da mulher e da sexualidade, por exemplo), iniciou-se, basicamente, através dos resultados surpreendentes da demografia histórica. Se é certo que a demografia, por um longo tempo, foi criticada por um enfoque excessivamente empírico, não se pode negar que a partir dela se pôde fugir das abordagens ensaísticas, tão comuns em estudos anteriores. Consolidaram-se saberes e novos temas que, mesmo não tendo a demografia como dado central, dela fazem uso como pano de fundo para formar quadros explicativos mais gerais. Por outro lado, não se pode pensar no desenvolvimento de um novo objeto de interesse histórico, com instrumentos e métodos próprios sem um referencial mais amplo. Foram os questionamentos sobre a situação da família, hoje, que levaram muitos estudiosos a enveredar por este caminho. A família, como problema, tornou-se tema atual e os questionamentos sobre sua

estrutura ou sua crise interessam tanto ao homem comum quanto aos especialistas.

Deve-se, antes de mais nada, fazer uma ressalva sobre o conceito de *família*. Vemos, hoje, no vocabulário erudito ocidental, o termo, num sentido restrito, ligado às relações biológicas, com ênfase no trinômio pai, mãe e filhos, e vinculado à coabitação. Em dicionários antigos[1] há uma certa homogeneidade de significado e a primazia da coabitação predominava sobre todas as outras relações, inclusive as consangüíneas. Assim, família englobava todos os que eram "gente da casa", podendo ser criados, parentes etc. Trata-se, então, de famílias diferenciadas, tanto no tempo quanto no espaço. Na realidade, a história da família está ligada essencialmente ao espaço doméstico, independente do sentido público ou privado que ele possa ter, nas diversas épocas. Outra constatação é a diversidade de tipos ou composição das famílias, relacionada ao espaço doméstico e aos sentimentos. Em relação ao Ocidente cristão, inexistiram um sistema familiar único e os sentimentos que o envolviam, inclusive num mesmo período de tempo. A diversidade caracterizou a história da família ocidental, embora alguns traços comuns possam ser identificados. Talvez o mais correto fosse a pluralização do título: história das famílias, mesmo em se tratando só do mundo ocidental.

No Brasil, os estudos sobre a família (ou as famílias) acompanham, com passos mais vagarosos, as tendências historiográficas de outras áreas, como Europa, Estados Unidos e Canadá, mas com a especificidade de que, aqui, há uma relação ainda mais forte com a demografia histórica. Foram e são os demógrafos historiadores (ou, o que seria mais correto, historiadores demógrafos) a trabalhar com o tema freqüente e central da família. Justifica-se, assim, a estreita vinculação entre

história da família e demografia histórica, de que trato neste texto.

Pretendo expor, de forma ampla, um balanço das principais correntes e os questionamentos atuais sobre a história da família ocidental, dando ênfase à sua ligação com a demografia histórica, vertente privilegiada no caso brasileiro.

História da família — principais abordagens

Os estudos sobre a família tiveram, de início, como lugar privilegiado de exploração, a Europa, principalmente Inglaterra e França, a partir do século XVI, estendendo-se, posteriormente, para outras áreas da sociedade cristã moderna e contemporânea. Pouco se tem escrito sobre a Antigüidade e a Idade Média, que contam com metodologia e enfoques bastante diferentes. As fontes arqueológicas, iconográficas e literárias ocupam, neste caso, papel fundamental. Destacam-se estudos sobre a história da vida privada, o cotidiano material e seus aspectos simbólicos. No período moderno, prevalecem as fontes escritas e seriadas, resultado, sem dúvida, de uma nova abordagem no registro dos fatos da vida cotidiana, já que a Igreja tridentina passou a se preocupar insistentemente com as relações familiares[2] e com a uniformização dos registros das alianças matrimoniais que, mesmo estando presentes no IV Concilio de Latrão (ratificadas por Trento), não eram efetivados, na prática, como a realização de banhos e proclamas, que deveriam anteceder os casamentos, e de registros escritos de batizado, casamento e óbito. Vitoriosa em seus intentos, neste aspecto e em inúmeras regiões, a Igreja católica passou a produzir uma vasta documentação, antes inexistente, que se tornou a base das pesquisas que viriam estabelecer as diretrizes principais do campo da história da família, inclusive com técnicas e metodologias bem delimitadas,

trazidas pela demografia histórica. Por outro lado, as transformações ocorridas na estruturação do Estado moderno, com o aparelhamento burocrático e fiscal, possibilitaram a produção de listagens nominais de habitantes, para fins variados (militares, fiscais etc.), amplamente utilizadas como fonte de pesquisa. Os trabalhos que tratam do Ocidente cristão, mesmo levando-se em conta especificidades regionais, analisam fontes semelhantes e, por isso, com ampla possibilidade de comparação.

Na década de 1950, apareceram alguns trabalhos sobre a família ocidental, mas foi a partir da década de 1960 que ela se constituiu numa área específica da pesquisa histórica, com inúmeros trabalhos sendo publicados, principalmente a partir de 1970. Sua história é, portanto, relativamente recente, mas alguns balanços historiográficos já puderam ser elaborados, como os de Michael Anderson, André Burguière e Alan Macfarlane,[3] entre outros. Anderson, em especial, foi o que melhor sintetizou os estudos, estabelecendo uma tipologia com quatro linhas de abordagens: a autodenominada "psico-história" (descartada e não comentada pelo autor, pelos seus sérios problemas de método), a demográfica, a dos sentimentos e a da economia doméstica. Sintomaticamente, Anderson começa sua síntese pela abordagem demográfica, precursora dos questionamentos feitos posteriormente. Tipo de fonte e metodologia diferenciam as três abordagens, mas não se pode negar que, em muitos casos, mesmo com diferença de peso dado a alguns aspectos, elas se complementam. Segundo o autor, para se ter uma compreensão do passado da vida familiar, é necessário levar todas em conta, inclusive porque alguns trabalhos dificilmente podem restringir-se a somente uma. A divisão feita por Anderson não deixa de tender a uma simplificação, já que muitos estudos podem estar inseridos

em mais de uma, mas, enquanto tipologia geral e ponto de partida para uma análise historiográfica, considera-se pertinente a divisão estabelecida. Tomemos, portanto, como base de organização deste texto, esta tipologia para caracterizar as principais tendências e pesquisas.

Demografia histórica e a demarcação da família como objeto de estudo

Antes da década de 1950, os estudos sobre a família, como se entende hoje, praticamente não existiam, restringindo-se a análises genealógicas, quase sempre de grupos de elite, e baseados em fontes subjetivas. A vida familiar da grande massa da população não era contemplada. Foi com o desenvolvimento da demografia histórica, basicamente francesa, na década de 1950, com a utilização dos registros de batizado, casamento e óbito, e a criação de técnica de reconstituição de famílias, que os primeiros resultados surgiram. Após 1930, alguns historiadores começaram a inserir em suas pesquisas dados demográficos, mas foi somente a partir da segunda metade de 1940 que a demografia histórica se constituiu em disciplina autônoma, com estudos delimitados.[4] Em 1952, num artigo para a revista dos *Annales,* Pierre Goubert tentou sistematizar, de forma pioneira, a demografia da França do século XVIII, utilizando os registros paroquiais de batizado, casamento e óbito.[5] Mas foi com um demógrafo, Louis Henry, no *Instituí National d'Études Démographiques* (INED), em Paris, junto com o historiador Michel Fleury, que, em 1956, se consubstanciou, inicialmente, uma metodologia específica para o tratamento das fontes paroquiais.[6] Multiplicaram-se, a partir daí, estudos de casos, trabalhos metodológicos, sínteses e manuais,[7] em vários países, inspirados nas ciências sociais quantitativas e

nas ciências naturais,[8] que modificaram as idéias iniciais. As principais conclusões, trazidas pela verdadeira enxurrada de trabalhos monográficos europeus, foram: a idéia de que as mulheres tinham um filho por ano cedeu aos dados de que, em média, o intervalo entre os nascimentos era de dois anos ou mais (dependendo da amamentação); poucos casamentos possibilitavam uma vida fértil de pelo menos 25 anos, já que as mulheres casavam com 25 anos, em média, além de muitas morrerem de parto ou ficarem estéreis antes da menopausa; como conseqüência, o número de filhos, que antes seria estimado entre 15 a 24, reduziu-se para seis ou oito; finalmente, 30% das crianças morriam antes de um ano de vida e mais de 20% não chegavam à idade de procriação — haveria, portanto, um padrão demográfico que praticamente reproduzia a quantidade de adultos, com uma pequena folga, mas mesmo assim acompanhado de grande número de celibatários, o que poderia caracterizar a sociedade como "estacionária", em termos populacionais.

Na Inglaterra, posteriormente (década de 1960), o chamado Grupo de Cambridge (*Cambridge Group for the History of Population and Social Structure)* desenvolveu metodologia específica, basicamente quantitativa e abrangendo um número maior de regiões, com o intuito de estandardizar as informações e torná-las comparáveis entre si, contemplando largos períodos de tempo e lugares diferentes.[9]

A exploração das listas nominativas, abundantes e completas na Inglaterra, mas também existentes em várias partes do mundo, permitiu que as principais questões levantadas dissessem respeito ao estudo demográfico do agrupamento doméstico. As listagens nominativas trazem informações sobre a

composição das unidades domésticas e mais alguns dados variáveis, de acordo com a região, com a profissão, idade, estado matrimonial, produção etc. Com base nos trabalhos tanto da escola francesa quanto da inglesa, alguns estudiosos chegaram a conceber a existência de um regime demográfico tradicional, denominado por Michael Flinn de "sistema demográfico europeu",[10] embora levem em conta certas especificidades locais.

Em linhas gerais, alguns dos principais questionamentos, trazidos pela demografia histórica, que estimularam estudos sobre a família ocidental moderna, foram: (a) pela vertente francesa de reconstituição de famílias, tendo como base os registros paroquiais, a constatação de um casamento tardio tanto para homens (variando entre 27 e 28 anos) quanto para mulheres (24 e 28 anos) e o número reduzido de filhos concebidos fora do matrimônio (somente de 1 a 2% das crianças eram ilegítimas), em particular na zona rural, surpreendeu a todos; (b) pelas pesquisas do Grupo de Cambridge, por outro lado, a exploração das listas nominativas trouxe questionamentos sobre a idéia inicial de que a unidade doméstica, da Europa pré-industrial era vasta e complexa — estudos, principalmente os organizados por Peter Laslett,[11] comprovaram que a dimensão média da unidade doméstica na Inglaterra era de cerca de 4,75 membros, desde o século XVI, incluindo os criados, o que pode ser considerado como de pequeno tamanho, o mesmo ocorrendo em outras áreas do mundo. Caíram por terra, assim, concepções comumente aceitas sobre casamentos precoces e vastas unidades domésticas multigeracionais e englobando ampla parentela e membros não-consangüíneos, o que somente seria superado com os respectivos processos de industrialização.[12] Obviamente que tais resultados geraram grandes polêmicas, muitas acusando a demografia em si

como responsável por distorções nos dados. Os principais argumentos diziam respeito à qualidade destes dados (significado dos termos contidos nas listagens nominativas, ausência de séries completas para a reconstituição de famílias, possibilidade de migração etc.), à atipicidade da Inglaterra (posteriormente aos estudos de Laslett, pesquisas sobre diversas áreas européias — muitas dentro de um mesmo país — demonstraram que em algumas delas as famílias complexas representavam até mais de 70% dos domicílios),[13] ao "mal das médias"[14] (as médias sem sempre são significativas ou reais para todos os grupos sociais, assim como encobrem os vários momentos do ciclo de vida familiar)[15] e ao isolamento dos dados demográficos do conjunto social. Na realidade, os estudos demográficos partiam mais da qualidade das fontes (em bom estado de conservação ou constituídas em séries completas) de uma determinada região do que do significado desta região para a compreensão e composição de estruturas e teorias mais amplas. Inúmeras vezes, aos resultados encontrados não se agregavam explicações consistentes. Careceriam, portanto, ao olhar para o conjunto, da percepção da diferenças de grupo e de quadros econômicos e políticos característicos.

Outra grande questão levantada pela demografia histórica diz respeito à dinâmica populacional. O exemplo mais famoso e estudado foi o inglês. Durante vários séculos, a Inglaterra registrou um crescimento populacional baixo. Entre as últimas décadas do século XVIII e início do XIX, houve uma explosão demográfica, para depois ser reencontrado o equilíbrio. Posteriormente, constataram-se processos semelhantes em vários outros países, levando à elaboração da "teoria da transição demográfica".[16] Havia três estágios. No primeiro, as sociedades

rurais ou tradicionais, como as do Antigo Regime europeu, teriam como característica básica um equilíbrio demográfico: natalidade e mortalidade altas. Em determinado momento, ocorreu um rápido aumento populacional — o segundo estágio, período de transição propriamente dito. O dado explicativo para esta mudança seria o processo de urbanização e industrialização: o crescimento da população representaria uma resposta à necessidade de mão-de-obra para a indústria nascente. O equilíbrio seria de novo encontrado, no terceiro estágio, com a diminuição da natalidade, ocupando as práticas anticonceptivas lugar de destaque. Tomava-se o caso inglês como padrão, em que o aumento populacional expressivo foi concomitante à Revolução Industrial. O resultado deste modelo, no século XIX, foi a vitória da família nuclear, individualista, com pequeno número de filhos, denominada, quando não havia contracepção, de "família malthusiana" e, com práticas anticonceptivas, de "família neomalthusiana".[17]

A variável básica para o momento de transição — de rápido aumento demográfico — foi a mortalidade. A taxa de natalidade, tida, então, como uma constante biológica, não teria peso significativo, já que práticas anticonceptivas eram desconhecidas ou pouco utilizadas antes do século XIX. Muitos analistas, escrevendo entre as décadas de 1950 e 1970,[18] mantiveram a mortalidade como dado central. O grande problema passou a ser, entretanto, a ausência de explicações consistentes para a queda na mortalidade. Nada de novo, em termos de medicina, havia aparecido que justificasse empiricamente esta tese; nem mesmo o higienismo do século XVIII europeu pôde ser considerado suficiente. Somente com Pasteur, no final do século XIX, a eficácia da medicina preventiva tornou-se uma realidade na diminuição dos óbitos. Os argumentos variavam entre uma possível melhora

na dieta infantil e na saúde pública[19] até a eliminação dos chamados controles positivos de Malthus, como as epidemias,[20] todos sem dados comprobatórios confiáveis.

Uma outra teoria, minoritária, inicialmente, em termos de seguidores, surgiu na década de 1950, recuperando a visão explicativa de Malthus sobre a natalidade,[21] mas foi na década de 1980 que tomou força. A fertilidade tornou-se a variável central. Começou-se a considerar possível que uma queda da idade de casamento das mulheres poderia representar um aumento populacional expressivo, aliado à diminuição do número de mulheres celibatárias. Os trabalhos do Grupo de Cambridge continham dados empíricos suficientes para comprovar as conclusões apresentadas. A fertilidade passou a ser considerada como um dado social e não somente biológico, já que havia a diferença fundamental entre a maturidade sexual feminina e a idade de reprodução. Na Inglaterra, desde o século XVI, pelo menos, o padrão de casamento, relativamente estável até meados do século XVIII, tinha como característica principal uma idade média de casamento da mulher sempre maior do que 25, o que significava pelo menos dez anos entre a possibilidade e a realidade de procriação, considerando-se que uma proporção irrisória de crianças nascia fora dos casamentos. Na segunda metade do século XVIII, ocorreram mudanças significativas: a idade média do casamento caiu em cerca de três anos,[22] a proporção dos que não casavam diminuiu sensivelmente[23] e aumentou a proporção de filhos ilegítimos e de noivas grávidas.[24]

A explicação dada pelos historiadores para estas modificações no comportamento sexual e reprodutivo inglês relaciona-se, via de regra, à circunstância econômica, em particular o aumento dos rendimentos reais trazidos pelas

mudanças então ocorridas. A vontade de se reproduzir estaria vinculada diretamente à curva dos salários. Com baixos salários, casamentos tardios, celibato, gestações legítimas e poucos filhos; com altos, casamentos mais precoces, redução do celibato, aumento de filhos ilegítimos e família prolifera. Esta visão simplista, sem dúvida, resulta da idéia de que o padrão de casamento inglês preexistente manteve-se o mesmo com o processo de industrialização.[25] Desconsideram-se, neste caso, outras variáveis. Alguns historiadores consideraram, por outro lado, que o aumento da possibilidade de emprego trazido pela industrialização fez com que o processo de proletarização permitisse que grupos anteriormente com dificuldade para casar, e que tinham um padrão de casamento precoce, pudessem fazê-lo com mais facilidade — o aumento populacional teria sido, então, causado por uma ampliação horizontal dos casamentos.[26] Ainda é necessário frisar outro tipo de enfoque que diferencia os grupos sociais. Em áreas agrárias, camponesas, a mão-de-obra familiar é um dado não negligenciável e, ao contrário de algumas outras atividades econômicas, um número grande de filhos (embora não excessivamente grande, para não comprometer a disponibilidade de recursos) possibilitaria um maior bem-estar familiar, mesmo que em certa etapa do ciclo de vida familiar os filhos sejam somente consumidores para, depois, tornarem-se produtores.[27] Portanto, a lógica de um padrão familiar único para uma ampla região não teria sentido.

Todos estes questionamentos, inclusive as polêmicas então surgidas, a partir da década de 1960, trouxeram a família para o centro explicativo do comportamento populacional. Afinal, foram as escolhas familiares pela procriação (fertilidade) que, individualmente, se haviam responsabilizado pelas mudanças na

dinâmica populacional. Ao mesmo tempo, o aumento de trabalhos demográficos sobre outras regiões, não só mas também européias, permitiu que outras realidades fossem colocadas em evidência e que comparações pudessem ser estabelecidas. A unidade doméstica transformou-se em objeto específico dos estudos históricos, o que Anderson chamou de "abordagem da economia doméstica".

Destaca-se, neste tipo de análise, o comportamento econômico dos membros que coabitam. A família é vista enquanto unidade de produção e consumo — *household*,[28] conceito que abrange os que dormem sob o mesmo teto e comem à mesma mesa — e, metodologicamente, os estudos foram influenciados pela sociologia e antropologia social, sempre numa análise comparativa. São priorizados como os recursos materiais e humanos se tornam acessíveis ao grupo familiar, privilegiando-se, portanto, o comportamento econômico de seus membros. Neste sentido, entre os recursos considerados, destacam-se a transmissão dos bens (herança),[29] acesso à terra e à mão-de-obra não-familiar e relações econômicas estabelecidas entre seus componentes e com terceiros. Fundamental, neste sentido, é a economia mais abrangente, se vinculada ou não a um mercado (considerando-se, inclusive, processos de industrialização), e a presença (ou não) do Estado no suprimento de assistência social, como orfanatos e asilos de idosos, por exemplo, além de seu posicionamento no âmbito da proteção militar. Dependendo da combinação das variáveis, estabelecem-se modelos de *households* predominantes em determinado tempo e espaço específicos, simples, complexas ou extensas. É necessário ressaltar a vinculação estreita entre esta corrente e a demografia histórica, embora a diferença substancial esteja no fato da utilização

massiva de fontes suplementares, como inventários *post-mortem,* testamentos, contratos pré-nupciais e de dotes e estudos sobre o Estado e as leis civis.

O avanço das pesquisas sobre o comportamento reprodutivo das famílias — tomando os registros paroquiais como fonte básica, determinando a idade ao casar, recasamentos, fertilidade, expectativa de vida, mortalidade etc. — e sobre o "modo de produção doméstica" — em que as listas nominativas têm papel de destaque, estabelecendo em que medida a unidade doméstica pode ser considerada como só de consumo ou de produção — trouxe questionamentos importantes que se vinculavam a mudanças estruturais mais amplas.

O caso da Inglaterra tornou-se modelar, na medida em que diferia de tudo o que se encontrava para outras regiões, antes do século XVIII. As especificidades inglesas, como pequeno número de filhos por família, unidades domésticas com poucos membros — na maioria, restritas à família nuclear ou conjugal —, idade especialmente tardia dos casamentos, para homens e mulheres (que provocara uma melhoria das condições materiais familiares de existência, ou seja, em maior bem-estar familiar), e decisões individuais sobre os casamentos (em que a família mais abrangente não era predominante na escolha do cônjuge, imperando interesses e escolhas individuais, inclusive destacando-se o amor), além da presença de uma Igreja e, depois, do Estado, substituindo a família em várias funções (como a criação de asilos para idosos, orfanatos e assistência aos pobres, com alimentação e pernoite), possibilitaram que Wrigley e, posteriormente, Macfarlane[30] levantassem como hipótese o fato de ter sido a família conjugal e individualista a contribuir, de certa forma, para a Revolução Industrial inglesa, e não o contrário,

como consideravam quase todos os estudiosos.

Em resumo, segundo Wrigley e Macfarlane, o bem-estar gerado por um padrão doméstico específico criou condições para a existência de uma economia familiar que, se não contribuía diretamente, pelo menos não impedia mudanças econômicas mais abrangentes. A industrialização inglesa ocorreu dentro de um esquema familiar — com equilíbrio de baixa pressão —[31] adaptável a ele ou dele decorrente. O aumento das possibilidades de emprego e de maiores salários resultou no aumento da procriação. Este tipo de enfoque, em que as idéias de Macfarlane tornam-se caso limite, sem dúvida, já que sugerem terem sido as escolhas familiares e individuais (direcionadas para um mesmo sentido) determinantes para certas transformações, demonstra a importância que os estudos empíricos sobre a família passaram a ter para o entendimento das mudanças estruturais.

Concomitante aos estudos demográficos, e diretamente a eles confrontados, bem como, em parte, aos da economia doméstica, surgiram as temáticas no que Anderson chamou de "abordagem dos sentimentos", em que as idéias e os significados sobre a família prevalecem.[32] O interesse básico pode ser resumido na tentativa de se chegar à emergência das atuais relações familiares, descortinando, na história, os momentos de transformação dos sentimentos em relação a criança, família, amor, sexo etc. Em geral, estes estudos tratam da longa duração e abarcam amplos espaços, utilizando fontes quase sempre descritivas, como relatos de época, diários, literatura, pintura, brinquedos e outras de tipo singular e qualitativo, principal ponto de ataque de seus críticos. Enquanto na demografia a técnica da quantificação verticalizava a observação de pequenas comunidades e permitia a comparação (embora muitas vezes só se

enunciassem as diferenças sem explicar seus motivos), na abordagem dos sentimentos se buscam as semelhanças, com explicações muito gerais, quase sempre carecendo de séries documentais que as comprovem. Talvez Flandrin seja um dos poucos que utilize dados mensuráveis para tratar do significado dos termos, como os de família e de amor, por exemplo, criticando a ausência de dados empiricamente comprováveis de outros analistas.[33]

Isto não significa dizer que seria inválida a exploração de fontes qualitativas, mas que é necessário circunscrever o documento dentro de um contexto específico, tornando-o representativo. Por outro lado, somente alguns autores, como Shorter,[34] consideram os aspectos econômicos em suas análises. As diferenças de enfoques são, portanto, evidentes, mas pontos comuns podem ser identificados. Em linhas gerais, esta segunda vertente sugere que os sentimentos sofreram transformações significativas e fundamentais, embora vagarosas, culminando na importância crescente da criança, da afeição entre cônjuges e da emoção como bases cruciais das relações familiares. A família tornou-se restrita aos espaços privados, individualista, conjugal e diferenciada do resto da comunidade, além de passar a contar, dentro dela, com a diferenciação de seus membros — "individualismo no seio da família", segundo palavras de Flandrin.[35] Em períodos anteriores, orientava-se para o espaço público, com o comportamento cotidiano mais ligado aos aspectos produtivos, à vizinhança e à sociabilidade, refletido na própria construção das moradias, onde dificilmente a privacidade poderia ser encontrada. As abordagens dos autores diferem na cronologia das transformações, nos grupos sociais em que primeiro se manifestaram as tendências e nas explicações para as mudanças,

alguns, inclusive, indicando uma certa linearidade de direção, como Ariès e Shorter. Diferente, nestes aspectos, seria o estudo de Macfarlane,[36] para quem a Inglaterra se teria antecipado a outras regiões européias no desenvolvimento das modernas relações familiares. O grande problema deste autor é a confiabilidade empírica das conclusões apresentadas, principalmente quando faz recuar ao século XIII este padrão familiar inglês, conjugal, individualista e amoroso. Apesar das críticas, principalmente no tocante às fontes, não se deve desconsiderar os trabalhos destes autores para a problematização dos enfoques simplistas ou mecânicos que outras abordagens possam trazer.

Tendo em vista o quadro exposto, é necessário enfatizar que a história da família, em particular da família ocidental (embora os estudos sobre Ásia, África e América pré-colonial se tenham ampliado muito nos últimos anos),[37] teve como ponto de partida (mesmo que, muitas vezes, por contraposição) as questões levantadas pela demografia história. É certo, também, que mais do que se chegar a grandes conclusões ou sínteses, o que se percebe por ora é a grande complexidade e multiplicidade de tipos, significados e posicionamento econômico das famílias. Ao mesmo tempo, deve-se sempre considerar os diversos enfoques para se ter uma noção mais aproximada de sua atuação (fundamental, sem dúvida, em todas as épocas da história) dentro de contextos políticos, econômicos e sociais específicos.

A ampliação extremamente acelerada dos estudos sobre a família, mesmo em se tratando só da família ocidental, impede que sejam analisados inúmeros trabalhos que não tiveram uma circulação mais ampla ou provocaram debates acirrados. Alguns periódicos, entretanto, elaborados por alguns centros de pesquisa (principalmente os demográficos) são extremamente úteis para a

indicação de temáticas específicas. Ressaltam *o Journal of Family History,* sem dúvida uma das melhores publicações sobre a história da família, e as edições do centro de estudos demográficos italiano *(Comitato Italiano per lo Studio della Demografia Storica),* do *Institut National d'Études Démographiques de Paris* e do *Cambridge Group for the History of Population and Social Structure.*

Demografia histórica e história da família no Brasil

Os estudos sobre a família brasileira do passado, quer os originados da demografia histórica e de estudos interdisciplinares, quer os mais tradicionais, ensejaram muita imprecisão, para não dizer confusão, no meio historiográfico. Por outro lado, nas poucas análises historiográficas sobre o tema, há uma tendência de se incluir a história da mulher e da sexualidade na história da família.[38] Sem dúvida alguma todas se relacionam, mas cada uma possui campos e objetos de pesquisa próprios. É difícil, portanto, estabelecer uma tipologia que dê conta de todos os trabalhos.

Uma primeira incursão seria nas análises mais tradicionais, sem dúvida ponto de partida de muitos dos questionamentos posteriores. Oliveira Vianna utilizou a noção de clã parental para abordar a família senhorial, mas foi Gilberto Freyre o grande idealizador da noção de família que predominou durante décadas na historiografia brasileira — a "família patriarcal" — embora Antonio Cândido, posteriormente, tenha ampliado a noção no tempo e no espaço histórico brasileiro.[39] Há outros trabalhos, como os de Luis de Aguiar Pinto e Alcântara Machado, que tiveram também as relações familiares como tema central de análise.[40] Assim como os da Europa, estes primeiros estudos foram basicamente ensaístas e analisaram as elites, embora a utilização de alguns tipos de fontes, como a dos viajantes e

cronistas, por um lado, e a dos inventários *post-mortem* (de Alcântara Machado), por outro, possa ser considerada renovadora, em termos historiográficos.[41]

Os estudos da década de 1970, que podem ser vistos como precursores da construção do objeto específico — a família —, tiveram três referências básicas: a demografia histórica, a análise da economia doméstica (por iniciativa principalmente de brasilianistas) e os debates interdisciplinares em ciências sociais. Foi justamente com a tentativa de reconstituição de famílias que se originaram, aqui, de maneira mais sistemática,[42] os estudos demográficos. Maria Luiza Marcílio, utilizando registros paroquiais de batizado, casamento e óbito, aplicou o método de Louis Henry, com adaptações à realidade brasileira.[43] Poucos se aventuraram por este caminho,[44] não só pelo árduo trabalho que exige pela situação das fontes paroquiais, em particular as coloniais, espalhadas pelas paróquias interioranas e com evidentes falhas seqüenciais, além das próprias características da sociedade brasileira: grande migração, diversidade de sobrenomes de pessoas de uma mesma família consangüínea e presença de uniões não-legalizadas pela Igreja, o que dificulta o acompanhamento da trajetória das famílias individualmente. Para o século XIX as fontes existem, em inúmeras localidades, em estado de conservação relativamente bom, seriadas e acessíveis ao pesquisador. Outros trabalhos foram realizados, centrados no sudeste e sul do país, com base nas listagens nominativas de habitantes[45] (chamadas de "maços de população", elaboradas por determinação do Marquês de Pombal, para fins de arrecadação de impostos e militares) do final do século XVIII e primeira metade do XIX.

Elaboraram-se vários trabalhos com estas listagens, feitos

basicamente por brasilianistas, que têm como objeto central a unidade doméstica — a *household* —, alguns inseridos em questionamentos mais amplos, em particular sobre a "teoria da transição demográfica". Os autores privilegiam áreas em momento de transformação, normalmente a passagem da economia de subsistência para a de mercado, como Alida Metcalf, que pesquisou uma comunidade rural paulista, Santana de Parnaíba, no século XVIII, percebendo as estratégias de sobrevivência e de reprodução de grupos sociais distintos — plantadores, camponeses e escravos —, e Elizabeth Kusnesoff, que analisou a transformação da composição das unidades domésticas da cidade de São Paulo na virada do século XVIII para o XIX. Murriel Nazzari, numa abordagem um pouco diferente, estudou a transformação do dote, também na cidade de São Paulo, na longa duração — do século XVII ao XX — relacionando-o a diferentes contextos econômicos, até a sua extinção, no final do século XIX.

O que caracteriza este grupo de autores é a utilização de fontes variadas, como inventários *post-mortem,* testamentos, contratos de casamento e de dote, escrituras etc. e a relação direta que estabelecem entre a dinâmica das unidades familiares e os aspectos econômicos e políticos mais amplos,[46] além de testarem teorias e metodologias criadas em outros centros de conhecimento, entre elas as do Grupo de Cambridge. Independentemente da pertinência desta aplicação e, mesmo, dos quadros explicativos das transformações, os resultados empíricos se tornam consistentes por se basearem na multiplicidade de fontes e na aplicação correta dos métodos.

A proliferação de trabalhos sobre a família, em demografia histórica e na abordagem da economia doméstica, é considerável.[47] Percebe-se, entretanto, uma centralização das

pesquisas no sudeste e sul do país, mais contemplados com estudos do que, por exemplo, a região nordestina, indiscutivelmente a principal área econômica do período colonial brasileiro. Mesmo considerando-se a rica região cafeeira e escravista do século XIX, o Vale do Paraíba, pouco se escreveu sobre ela com metodologia e fontes características da história da família e da demografia histórica. Esta ausência dificulta, por exemplo, a contextualização de estudos como os da sexualidade e da mulher, na medida em que não existem referenciais mais abrangentes. Na Europa, o desenvolvimento deste tema foi precedido de amplos trabalhos e debates acalorados, em diversas áreas do conhecimento, possibilitando a composição de quadros históricos bem mais consistentes e confiáveis. A razão não está só na ausência de documentos, como muitos sugerem. A explicação pode ser encontrada na história mais recente, em que grandes centros atuais, como São Paulo, tiveram a possibilidade financeira de guardar e organizar sua memória em arquivos centrais, facilitando o trabalho de pesquisa, além de contarem com unidades acadêmicas de peso que viabilizam trabalhos.

Foi a partir da década de 1980 que as preocupações dos estudiosos se dirigiram diretamente para a contestação da idéia de família patriarcal, de Freyre. Não é possível deixar de fazer um paralelo com a historiografia européia, cujo alvo principal de ataque foi, também, no início dos estudos demográficos sobre a família, as afirmativas de Le Play sobre a predominância da família-tronco (ou família-estirpe) na Europa ocidental. O questionamento mais sistemático sobre a predominância da família patriarcal pode ser resumido nas considerações feitas por Mariza Corrêa, antropóloga, num artigo de 1982,[48] que refletem preocupações mais abrangentes. Na realidade, suas críticas

dirigiam-se mais duramente a Antonio Cândido do que a Freyre, já que teria sido ele a estender este padrão a todo o território brasileiro, inclusive denominando outros agrupamentos humanos como "não-familiares", situação esta agravada pela ampla aceitação de suas idéias no meio acadêmico. A autora, partindo da multiplicidade da ocupação social e econômica do território brasileiro, que configurava um universo bastante complexo, conclui que não seria possível reduzir a família ao quadro estático do grande engenho. Se a família patriarcal dominava, em termos ideais, outras formas de organização familiar estavam presentes e não poderiam ser desconsideradas.

Dentro deste enfoque, alguns trabalhos demográficos demonstraram que, pelo menos para a cidade de São Paulo e algumas paróquias mineiras, em finais do século XVIII e início do XIX, a "família extensa de tipo patriarcal" não foi predominante, além de contar com proporções significativas de fogos chefiados por mulheres, induzindo a que se repense o papel feminino naquela sociedade.[49] Os estudos até agora levados a cabo, restritos ao sudeste e ao sul do país, para o período escravista, constatam, sem dúvida, que havia pluralidade de modelos familiares. Inexistem, entretanto, pesquisas utilizando fontes seriais para Pernambuco e Bahia, por exemplo, áreas de ponta da economia colonial, entre os séculos XVI e XVIII, que permitam contestar com maior propriedade o patriarcalismo e a predominância da família extensa no nordeste. Por outro lado, já numa tréplica, colocou-se em dúvida se patriarcalismo e família extensa poderiam ser considerados como sinônimos para Freyre e Cândido. Ronaldo Vainfas, embrenhando-se nesta discussão, ponderou sobre a impossibilidade de tornar o patriarcalismo irrelevante no estudo da sociedade escravista brasileira,[50]

lembrando que patriarcalismo e família extensa não significam a mesma coisa.

Uma outra questão tratada amplamente nos debates acadêmicos diz respeito à ilegitimidade. Diferente do comportamento familiar europeu, o Brasil teria sido caracterizado pela bastardia. Os números apontados nas pesquisas foram, visivelmente, impressionantes, chegando-se à conclusão de que o acesso ao casamento restringia-se à elite branca.[51] Maria Beatriz Nizza da Silva considerou a dificuldade dos trâmites eclesiásticos e os valores elevados cobrados pelos párocos, os responsáveis por esta elitização.[52] O grande número de fogos chefiados por mulheres, a presença do concubinato, a ilegitimidade expressiva e as crianças abandonadas, situações estas encontradas também em outras regiões da América espanhola, possibilitaram considerações como a do comportamento "patológico" ou "anormal" das famílias latino-americanas do passado, numa clara oposição ao que seria a "normalidade" — o modelo europeu.[53]

Trabalhos mais recentes, entretanto, relativizam estas abordagens, além de demonstrarem que havia uma grande diversidade regional, com certas paróquias tendo mais de 90% das crianças livres/libertas batizadas nascidas de pais casados. Áreas urbanas ou semi-urbanas e mineradoras, mais contempladas com estudos do que as rurais, colocavam-se como situações limites no acesso ao casamento, na constituição de unidades domésticas e na exposição de crianças, porque Se caracterizavam por um fluxo intenso de gente, lugares que eram de passagem, diferente das agrárias, onde a família (e família legalizada pela Igreja) se tornava fundamental para o funcionamento e reprodução de unidades produtivas. Comprovam-se, entretanto, diferenças expressivas no acesso ao casamento entre os grupos sociais. Foram as mulheres

forras, por exemplo, as principais responsáveis pela ilegitimidade.[54]

A família, no período escravista brasileiro, exerceu importância fundamental na montagem e funcionamento das atividades econômicas e nas relações sociais e políticas. Foi da ou para a família, não necessariamente a consangüínea, que todos os aspectos da vida cotidiana, pública ou privada, se originavam ou convergiam. A família conferia aos homens estabilidade ou movimento, além de influir no *status* e na classificação social. Pouco se referia ao indivíduo enquanto figura isolada — sua identificação era sempre com um grupo mais amplo. O termo "família" apareceu sempre ligado a elementos que extrapolavam os limites da consangüinidade — entremeava-se à coabitação e à parentela, incluindo relações rituais e de aliança política.[55]

Deste modo, devido ao objeto privilegiado, os antropólogos estão mais predispostos a notar a questão do parentesco do que, em geral, os historiadores, pela importância que este assume nas sociedades ditas "primitivas". Nas sociedades "complexas", aspectos demográficos são privilegiados, deixando-se de lado, muitas vezes, a análise do parentesco, em particular o ritual, consensualmente considerado como de fundamental importância na história da sociedade brasileira. Foi justamente no diálogo entre diversas especialidades, que se produziram importantes questionamentos sobre as famílias brasileiras do passado e do presente. A criação de alguns núcleos interdisciplinares representa esforços isolados, embora de vida curta, já que não resultaram na formação de grupos de pesquisa específicos e duradouros. Apesar disto, alguns questionamentos, levantados principalmente por antropólogos, indicaram alguns dos caminhos trilhados mais recentemente pelos historiadores.[56]

Excluindo-se a historiografia mais tradicional, em que o parentesco era sempre referido, mesmo que de maneira apriorística, como no caso dos "clãs" de Oliveira Vianna, quase nada sobre a população livre se tem escrito atualmente sobre o tema, salvo raras exceções.[57] Os escravos têm proporcionalmente mais estudos, como os de compadrio, por exemplo, utilizando documentação seriada e metodologia moderna, do que os livres e libertos.[58] A importância que o parentesco e a família escrava passaram a ter nas pesquisas faz parte de um movimento historiográfico mais amplo, de inserção do escravo enquanto agente histórico, acompanhando tendências norte-americanas, com a conseqüente utilização de novas fontes ou de metodologia diferenciada para o tratamento das mais tradicionais.

As principais abordagens dizem respeito à atuação do negro no amplo e ignorado espaço entre o escravo passivo,[59] e o quilombola-herói.[60] Questionou-se a grande divulgação da incompatibilidade entre cativeiro e parentesco. Foi também da demografia histórica que as pesquisas sobre a família escrava e parentesco surgiram, redimensionando a visão sobre o cotidiano do cativeiro, antes tido como resultado direto da atuação e vontade dos senhores. Dados demográficos indicaram que a instituição familiar fazia parte da organização do universo escravo, embora nem todos a ela tivessem acesso, mas era muito mais abrangente e legalizada do que até mesmo as primeiras pesquisas pareciam indicar. A verdadeira restrição ao casamento legal estava no impedimento senhorial em permitir matrimônios entre escravos de donos diferentes. Grandes unidades, portanto, tinham mais condições do que as menores de contar com casais legalmente unidos. Constatou-se, além do mais, que a escolha do cônjuge e dos padrinhos de crianças era prerrogativa dos escravos, e não

dos senhores. Comprovou-se a inexistência de uma atuação paternalista dos senhores sobre seus escravos, viabilizada pelo compadrio: praticamente nenhum escravo foi batizado pelo seu senhor, sendo esta uma situação generalizada no Brasil escravista.[61] Robert Slenes, um dos precursores dos estudos demográficos sobre o cativeiro, amplia significativamente seu leque de abordagem ao buscar no diálogo com a antropologia e a lingüística alternativas para se repensar a família escrava no Brasil. Estendendo seu enfoque, utilizando fontes diversificadas e "atravessando o Atlântico", ressalta as referências africanas de manutenção da família-linhagem dentro das condições nitidamente adversas do cativeiro.[62]

Os estudos, nesta linha de abordagem, sofrem severas críticas,[63] quase todas baseadas mais nos princípios do que nos resultados das pesquisas em si (que poucos seriam capazes de contestar, com certeza). A questão versa sobre o impacto destas interpretações para a construção atual de uma identidade étnica afro-brasileira. A anomia do comportamento familiar e sexual, significativamente identificado à animalidade e promiscuidade vigentes no cativeiro, serviu de base para a conclusão de que ao negro não se teriam dado oportunidades de constituição de relações familiares elementares, como as de parentesco, já que teria sido massacrado pela escravidão, só resistindo a ela quando se rebelando frontalmente contra o regime — morrendo ou se organizando em quilombos e mocambos, visão privilegiada pela corrente historiográfica inspirada em Florestan Fernandes.[64] Ao identificar padrões de comportamento para além desta resistência explícita, os novos estudos são acusados de retirar da escravidão o principal argumento sobre a difícil inserção do negro na sociedade brasileira pós-abolição. Mas, ao abordar o escravo enquanto

pessoa, essa nova historiografia vislumbra outro tipo de atuação, em que a imagem do outro antropológico emerge com muita força, impondo um respeito que, até então, se restringia aos "zumbis" — a vida do escravo comum passou a ser vista a partir da herança cultural africana e das condições possíveis de organização social dentro do cativeiro. Freyre colocou os negros na história do Brasil. A escola sociológica paulista responsabilizou a escravidão de homens-objeto pela difícil situação dos negros e de seus descendentes no Brasil contemporâneo. A historiografia antropológica da escravidão permitiu a visualização da humanidade cultural do escravo.

O percurso da história da família, no Brasil, partindo dos primeiros trabalhos ensaístas, passando pela importante verticalização do conhecimento empírico dado pela demografia histórica e pelos estudos da economia doméstica e chegando aos atuais enfoques problematizados pelas questões trazidas em particular pela antropologia, nos leva à necessidade de pluralização do conceito de *família,* com certeza desligado da noção de *anomia.* Tomar o comportamento familiar ocidental como modelo representa simplificar a evidente riqueza da realidade brasileira, em que coexistiram (e ainda coexistem) grupos de variadas origens étnicas, o que referenda de maneira absoluta a inclusão de um enfoque diferencial não excludente nos estudos sobre a família.

❖ *11* ❖

História do Cotidiano e da Vida Privada

Mary Del Priore

Vivemos um tempo que reclama sem cessar o sensacional, o extraordinário, o exótico, se não, ao menos, o diferente e o novo. Por isso mesmo, são imensas as dificuldades para nomearmos a complexidade e a riqueza que estão mais próximas de nós, impregnadas da aparente banalidade do cotidiano. Recusamo-nos a admitir habitualmente que o desconhecimento mais digno de curiosidade não está longe e sim ao lado, sob os nossos olhos.

Juntamos, dia após dia, as pequenas coisas de nosso cotidiano e imediatamente após esquecemos o trabalho de construção empreendido, nada desejando modificar, nem colocar em discussão, como se tudo fosse simples e evidente. Esquecemo-nos de que somos, antes de tudo, uma seqüência de gestos laboriosamente apreendidos nas circunstâncias mais diversas. Esquecemo-nos, também, de que esta seqüência de gestos que compõem o cotidiano tem, por sua vez, uma história no seio da ciência histórica.[1]

Como historicizar a noção mesma de vida cotidiana? Será ela universal e, portanto, válida para todas as épocas históricas? Será

ela globalizante e, logo, passível de se estender ao conjunto de uma formação social? O que entendemos, normalmente, por vida cotidiana? No sentido comum, o termo remete, com imediatismo, à vida privada e familiar, às atividades ligadas à manutenção dos laços sociais, ao trabalho doméstico e às práticas de consumo. São assim, excluídos os campos do econômico, do político e do cultural na sua dimensão ativa e inovadora.

A evidência mesma de uma "vida cotidiana" constitui um mecanismo magistral de dicotomização da realidade social. De um lado, temos uma esfera onde se produzem bens e uma atividade produtiva, um lugar de acumulação e, por isso mesmo, de transformação. Aí localizado, encontramos o campo onde se articula o futuro de uma formação social, onde se concentra tudo o que faz a História. De outro lado, temos uma esfera de "reprodução", ou seja, de repetição do existente, um espaço de práticas que regeneram formas, sem, contudo, modificá-las nem individualizá-las. Um lugar de conservação, de permanências culturais e de rituais: um lugar "privado" da História.

Nesta perspectiva, todo o indivíduo que age na primeira esfera, a da acumulação e do poder, vê-se constituído como ator potencial da História; e todo o indivíduo inserido na segunda, a da reprodução, encontra-se despossuído de ação, acha-se à margem do controle sobre as mudanças sociais e da participação no movimento da História, salvo quando está associado a um movimento coletivo de revolta. Assim, a oposição entre dois espaços portadores de historicidade e de rotineira cotidianidade recobre, de fato, a oposição entre "detentores" e "excluídos" da História.[2]

A clivagem do século XVIII

A representação citada se alimenta da oposição entre vida pública e vida privada. Ora, trabalhos recentes de historiadores mostraram que tal oposição não existe desde sempre.[3] Poder-se-ia datar do século XVIII a emergência, no Ocidente, da "vida privada" e do que constituiu-se o seu conteúdo no sentido que atualmente lhe emprestamos. Nesse século, fundamental em tantos aspectos, assistiu-se a uma clivagem na vida social que, nos meios burgueses da época, é representada pela autonomia de uma vida privada e familiar, distinta da vida pública.

Essa clivagem está ligada à instauração de relações de produção capitalista das quais o meio burguês era o detentor. Tais relações levaram à separação dos espaços de produção das condições materiais de vida, daqueles de reprodução da existência. Essas transformações sociais globais, por sua vez, conduziram os meios burgueses a procurar um modo de vida específico. Dessa forma, o espaço privado identificou-se, rapidamente, como espaço familiar e doméstico.

Os signos dessa privatização da vida familiar são múltiplos. Eis que aparece uma nova arquitetura de interiores nas casas, tornadas exclusivamente então lugares de moradia e não mais de produção e de venda; mudança que acabou por transformar, igualmente, as relações familiares. Uma dupla reorganização estava em curso: um novo agenciamento espacial separa as peças de recepção daquelas utilizadas cotidianamente, conferindo a cada uma sua principal função. Por exemplo, o quarto de dormir se autonomiza, excluindo os visitantes. Os quartos dos empregados e servidores são distanciados das peças usadas por seus senhores. Na frente da casa instalam-se as peças destinadas à sociabilidade — salas, sala de jantar, escritório, às vezes capelas; no fundo,

instalam-se os quartos e as cozinhas.

É no movimento de uma transformação profunda das relações sociais que a "vida cotidiana" vai se redefinindo e tomando as formas e o conteúdo atuais. A noção de "vida cotidiana", fórmula vazia que a cada época serve para preencher um conteúdo diferente, toma, assim, seu sentido moderno; pode-se, portanto, falar de "invenção do cotidiano" em torno do século XVIII.[4]

Historicidade e cotidiano

Jacques Le Goff, num artigo intitulado "A História do Cotidiano", lembra que esta problemática remonta a uma produção literária setecentista em torno dos chamados "usos e costumes" ou da "vida privada dos...".[5] Mas anota que estes antepassados diferiam de nossos historiadores do cotidiano em dois aspectos essenciais: não se interessavam pelo cotidiano da sociedade em que eles, autores e seus leitores viviam, mas por aquele dos "povos selvagens", ou de gentes cujo afastamento, no espaço e no tempo, tornava impossível conhecer diretamente. Além disso, construíram um saber de aspecto menor e marginal, um quase divertimento com os dados históricos que em nada "explicavam" a História.

Numa tentativa de definição, Le Goff diz que a História do cotidiano se situaria no "cruzamento de alguns novos interesses da História". Através da arqueologia o historiador se veria compelido a estudar a cultura material e os vestígios de práticas capazes de lhe explicar a vida diária das populações. Os instrumentos de trabalho, os restos alimentares, os utensílios ou o mobiliário presentes no dia-a-dia de diversas culturas seriam interpretados com igual dimensão científica ou estética que a empregada para a análise das "grandes obras de arte".

Além da arqueologia, correntes mais profundas viriam alimentar essa abordagem histórica. Incentivada por Lucien Febvre, uma certa democratização da história no sentido de dar voz aos humildes encontra na história do cotidiano uma aplicação prática; somada a ela, correntes sociológicas sob as mais diversas formas e teorias fizeram do “coletivo” e da cultura de massas o seu campo de investigação, contribuindo para aumentar os atrativos do estudo do cotidiano.[6] Mas vale sublinhar que, no entender de Le Goff, o cotidiano só tem valor histórico 6 científico no interior de uma análise de sistemas históricos que contribuam para explicar seu funcionamento; ele exemplifica invocando a *sociedade feudal* de Marc Bloch, particularmente os capítulos sobre as formas de sentir e pensar, intimamente ligadas a uma análise cerrada da sociedade feudal; ou *o processo civilizador* de Norbert Elias, um estudo da cultura européia através da vida cotidiana desde a sociedade de corte à das Luzes.

Le Golf debita, todavia, a Fernand Braudel a contribuição decisiva para que os estudos sobre o cotidiano saíssem do anedótico. Em artigo datado de 1958 e publicado nos *Annales* sobre “A Longa Duração”, este notável historiador insistia na importância de códigos alimentares e do vestuário como mais determinantes na vida dos grupos sociais do que as instituições políticas ou as regras jurídicas e administrativas. *Em Civilisation matérielle, économie et capitalisme,* publicado em 1967, dedica o volume 1 às “Estruturas do Cotidiano”, insistindo para que se fizesse deste uma História-problema e não uma História-descritiva. A arquitetura do conjunto de sua obra organiza-se por níveis: a vida material no subsolo, a economia de mercado a seguir, e depois o mosaico cambiante de uma geografia de riquezas e de dinâmicas bem ou mal partilhadas entre vilas ou

nações.[7]

Tomemos ao acaso o primeiro volume. A partir das páginas 178 e seguintes o parágrafo sobre “Alimentos cotidianos: laticínios, gorduras, ovos”. Em menos de cem linhas o leitor irá da França ao Mediterrâneo, recuará do século XVIII ao ano de 1572, depois ao de 1543, indo até inspecionar as leiterias da Turquia e da Pérsia. Braudel ensina como distinguir o essencial da futilidade através dos recursos da etnologia. Da mesma forma ele analisa “o pão de cada dia”. Ultrapassando o estudo das “grandes fomes”, do preço do pão ou do comércio de grãos que teriam alimentado a pesquisa dos economistas, debruça-se no exame dos regimes calóricos, da mesa e de seu *savoir vivre,* dos cardápios, e da análise do supérfluo e do extraordinário. E ele não trata apenas da história do pão e do vinho, mas também daquela da utilização da carne e do peixe, das fortunas constituídas com o comércio do chá e do café, das conquistas do álcool e das bebidas espirituosas — a cerveja, por exemplo — e do fumo.

Apesar do conceito inovador, Braudel não escapou às críticas. O arqueólogo italiano Andrea Garandini reprovou-o por não explicitar claramente o que queria dizer com “civilização material”, e de recorrer apenas a metáforas e a imagens literárias para descrevê-la. O certo é que para esse notável autor o estudo da civilização material — pelo menos do período entre os séculos XV e XVIII — é indissociável do estudo sobre o capitalismo. A civilização material parece até mesmo subordinada a este fenômeno histórico. De fato, para Braudel, a vida material é como o andar inferior de uma construção cujo andar superior é constituído pela economia. Mas não só. Fernand Braudel afirmou através de seu livro, além da dignidade dos estudos sobre a vida material, a importância da história das massas no cotidiano; ele

dedicou belas páginas "aos gestos repetidos, às histórias silenciosas e como que esquecidas dos homens, às realidades de longa duração cujo peso foi imenso e o ruído, imperceptível".

De suas premissas, devemos reter que a cultura material a ser estudada deve ser aquela das maiorias e que a vida material e a vida econômica são, ao mesmo tempo, estreitamente ligadas embora bastante distintas. A vida majoritária é, assim, feita de utensílios, de objetos e de gestos do comum dos homens; apenas esta vida lhes concerne na sua cotidianidade; ela os absorve em seus pensamentos e atos; e, por outro lado, ela se estabelece de acordo com o "possível e o impossível" das condições de vida econômica.

Temos aí o encontro da História com a antropologia, invocado por Le Goff, para enraizar os estudos sobre o cotidiano no coração da investigação histórica. Mas é Georges Duby que, no prefácio a *Histoire de la vie privée,* amarra as características desta história do cotidiano e da vida privada; ela seria mais um programa de pesquisas do que um balanço.[8] Ela teria a preocupação de não confundir uma história do privado com uma história do individualismo (evitar-se-ia passar da história da casa, para a história do quarto e, finalmente, da cama). Ela se vincularia ao estudo de uma área claramente demarcada pelo vocabulário corrente e que se opõe à noção de "público": área esta que é zona de imunidade, que é respaldada no aconchego e na proteção, onde o indivíduo pode abandonar as armas das quais está munido no espaço público. Esta área é a "familiar" e doméstica.

Ela é também uma zona de segredos. No privado, diz Duby, encerra-se o que se tem de mais precioso, o que não pertence a ninguém a não ser a si próprio, o que não interessa a ninguém, e

que é proibido de se divulgar ou de se expor porque é muito diferente das aparências que a honra exige que esteja a salvo em público. Mas de onde vem este interesse pelo "cotidiano da maioria"?

A história de um conceito

> "Forçado, graças aos grandes fatos que precisa descrever, a só escutar tudo o que se lhe oferece com uma certa importância, ele não admite em cena que os reis, os ministros, os generais do exército e toda a classe de homens famosos cujos talentos ou falhas, manipulações ou intrigas, produziram as misérias ou a prosperidade do Estado. Mas os burgueses em suas cidades, o camponês em sua casa, o nobre em seu castelo, os franceses, enfim, em meio aos seus trabalhos e prazeres, no seio de suas famílias e de seus filhos, eis o que não pode nos apresentar."

Não são palavras de Lucien Febvre exprimindo-se sobre as insuficiências dos historiadores hodiernos, mas de Legrand D'Aussy, contemporâneo quase obscuro das Luzes, no prefácio de seu *Histoire de la vie privée des français* (3 vols.) publicado em 1782. O texto revela que a história da vida privada não é uma abordagem nova e, sim, que o grupo de historiadores ligados aos *Annales* — como o já citado Jacques Le Goff — a recuperou para associá-la à emergência de uma história antropológica. Vamos, aqui, recuperar sua trajetória historiográfica, para depois analisar suas perspectivas metodológicas.

Legrand D'Aussy sonhava em realizar uma história social dos mores franceses, cujo projeto empacou em três volumes sobre uma "história da alimentação": simultaneamente descrição de produtos, de técnicas e de comportamentos alimentares. O autor seguia um plano temático, utilizando uma abordagem mais estrutural do que factual. Sua história dos mores não se reduzia a

um encadeamento pitoresco do relato de inovações, mas propunha uma compreensão dos comportamentos herdados (logo, das permanências) e dos fenômenos de adaptação e invenção que lhes eram impostos.

A sombra das Luzes, alguns viajantes, médicos eruditos e administradores públicos inauguraram um olhar etnológico sobre suas próprias sociedades, diferentemente daquele lançado pelos enciclopedistas, por Montaigne, Buffon ou mesmo Rousseau, sempre interessados nos "povos sem história", ou seja, "os selvagens". Legrand D'Aussy pertencia ao primeiro grupo. A corrente de idéias na qual se inscreveu desenvolveu-se sob a Revolução e o Império, produzindo várias obras do tipo: "Quadro Histórico" ou "História Natural" de tal e qual província ou nação. A tradição científica desses autores definia a identidade de uma sociedade pela reconstituição histórica de seus costumes e de suas maneiras de viver o cotidiano.

Vale lembrar que essa preocupação é tão antiga quanto o espírito histórico. Não podemos nos esquecer de que Heródoto, na pesquisa que realizou "a fim que o tempo não abolisse o trabalho dos homens", descreveu em detalhe os costumes dos lídios, dos persas e dos egípcios, para explicar os conflitos entre os gregos e os bárbaros. Ora, o que o historiador retém do passado corresponde intimamente ao que ele quer compreender ou justificar na sociedade que o cerca. Assim sendo, o estudo das formas da vida cotidiana faz parte da ciência histórica desde que esta teve como principal preocupação retraçar o itinerário e o progresso da civilização.

Legrand D'Aussy é seguido, no século XIX, por Jules Michelet. Este, através de um projeto de "ressurreição integral do passado", passa, também, a descrever, mais além das peripécias

do exercício do poder, as condições de existência dos grupos mais obscuros da sociedade. Quando Michelet mostra os efeitos de uma moda alimentar como o consumo do café sobre a sensibilidade e o comportamento das elites francesas do século XVIII ou quando pinta a atmosfera trágica do século de Luís XIV dominado pelas crises alimentares e a miséria popular cotidiana, é por um viés essencialmente etnológico que aborda a realidade histórica.

Já para o grupo ligado à chamada *École des Annales,* uma concepção multidimensional da realidade social (no interior da qual cada dimensão desenha a sua própria história e encontra uma forma de articulação para fabricar o movimento de uma dada sociedade) passa a enformar a concepção de história da vida cotidiana: o cotidiano e o estudo da vida privada são, essencialmente, uma maneira de abordar a história econômica e social. Vale sublinhar que para os autores ligados a esse grupo, a história da vida cotidiana não é definida somente pelo estudo do habitual por oposição ao excepcional (ou ao factual), nem é, tampouco, concebida como a descrição do cenário de uma época. Sua concepção é mais ampla.

Desde a imponente compilação de A. Franklin, *La vie privée autrefois: moeurs, modes, usages des parisiens du XVII^{e} au XVIII^{e},* de 1890, até a publicação de certos volumes da recente coleção *Histoire de la vie quotidienne* (editada na França pela Hachette), observa-se o abandono gradativo de um mesmo tipo de erudição anódina que concebia as formas da vida cotidiana como o enfeite da "grande História", daquela que se faz no afrontamento com as instituições e os poderes dirigentes. Coleção antiga, mas caracterizada por grande vitalidade, *La vie quotidienne* reificou, por muito tempo, uma concepção flutuante e ambígua que autorizava seus escritores a injetar no conteúdo de cada livro não

importa qual conhecimento histórico. Os *annalistes* que nela passaram a colaborar repudiaram o anedótico e o uso exclusivo de fontes literárias como base documental.

Para o grupo dos *annalistes,* a história do cotidiano deve fazer-se através do estudo do habitual, mas de um habitual imbricado na análise dos equilíbrios econômicos e sociais que subjazem às decisões e aos conflitos políticos. Para exemplificar, basta comparar duas obras das quais já falamos: a tradicional obra de Franklin, *La vie privée autrefois...,* e o livro de Fernand Braudel, *Vida material e capitalismo....* Ambos tratam do mesmo assunto: a moradia, a indumentária, a alimentação etc. A primeira, tendo como cenário a França, e a segunda, o mundo pré-industrial. Franklin nos propõe uma espécie de repertório histórico-descritivo da vida cotidiana (o moinho d'água, o tubérculo de Parmentier, os esmaltes de Bernard de Palissy, o café de Mme. de Sevigné), enquanto Braudel escreveu um livro no qual a antropologia histórica é utilizada para iluminar a história da vida privada e cotidiana. Ele não se contentou em enumerar os objetos que povoaram o universo diário, mas demonstrou, sim, como os grandes equilíbrios econômicos e os circuitos de troca fabricavam e transformavam a trama da vida biológica e social; ele desvendou as formas através das quais os comportamentos se integravam ao gosto, aos gestos repetidos, tal produto alimentar importado recentemente de um outro continente... ou como uma classe social transformava a inovação em hábito.

Vê-se, assim, como os problemas colocados pelo cotidiano não são "menores" e que a história não é produto exclusivo dos grandes acontecimentos; ao contrário, ela se constrói no dia-a-dia de discretos atores que são a maioria. Contrariamente às aparências, cotidiano e história não são noções contraditórias.

Resta analisar de que maneira se operam as relações entre ambos, relações que colocam, sem dúvida, muitas perguntas ao historiador, ao sociólogo ou a outros cientistas sociais preocupados em recuperar os laços entre o social e o individual, o social e o histórico.[9]

Relações entre história e cotidiano: "riqueza escondida sob a aparente pobreza"[10]

O cotidiano só produz a si mesmo. E ele reproduz uma ordem. No emprego do tempo do camponês, do escravo ou do operário, de homens e mulheres existe toda uma divisão de trabalho e toda uma herança de "saberes" e de "saber fazer". O cotidiano é também, menos explicitamente, a reprodução de uma desordem. Não somente porque a divisão do trabalho é uma desordem para o trabalhador, mas porque existem usos sociais do cotidiano, e que tais usos são contraditórios, mesmo para um único indivíduo.

Tal como a repetição histórica analisada por Marx e Lucas,[11] a repetição cotidiana é a repetição da necessidade histórica de repetir. E aqui o cotidiano se confunde, de alguma forma, com o aprendizado... é a escola da vida. Face ao que Engels denominava por incerteza da existência, o trabalhador inventa todos os dias uma filosofia do cotidiano.[12] A ordem cotidiana do trabalho toma assim uma singular importância: é a caminhada até o campo, ou até à maquina; é a preparação dos instrumentos de trabalho, o encerramento da faina diária, a volta para casa etc. Os vestígios materiais desta ordem cotidiana servem para o estudo de formações sociais desaparecidas. Graças ao estudo da cultura material privada e cotidiana, reencontramos as relações sociais e os modos de produção que não podemos perceber com outras

abordagens. Partindo daí, podemos investigar a vida das classes trabalhadoras, o dia-a-dia das famílias de classe média, as circunstâncias próprias à vida das mulheres, entre outros temas.[13]

O trabalho de Charles Tilly, um sociólogo americano estudioso da história do século XVII na França, sobre as relações entre as classes é um bom exemplo. Ele argumenta que cada cultura, em cada época diferente, tem um repertório de formas de desordem pública. Manifestações de desordens como as greves ou as ocupações de usinas ou, ainda, outras formas de protesto não são apenas sintomas de descontentamento e hostilidade mas, sim, ações políticas regulares que só podem exprimir-se através de formas disponíveis no cotidiano a um dado momento. Da mesma maneira que há um repertório para exprimir o descontentamento, existe, igualmente, um repertório de formas regulares de interação que diferem no tempo e no espaço e que podem ser reconhecidas porque pertencem à ordem das interações. Essas interações resgatadas do território do privado, da rede de gestos e circulação de corpos, da ritualização do espaço que envolve os indivíduos, permitem ao cientista social recuperar as relações entre história e vida cotidiana.[14]

Relações entre história e cotidiano percebem-se também nas práticas femininas da vida privada diária.[15] A emergência do capitalismo instaura um novo processo de divisão de trabalho em múltiplos níveis; mas a fundamental é a divisão entre homens e mulheres, vinculando os primeiros à esfera de produção, da vida pública e os constituindo em “chefes de família”, e fixando as mulheres à esfera doméstica enquanto mães de família. É pela emergência da figura materna e das tarefas e comportamentos ligados a este novo papel feminino que se fará pressão sobre as

mulheres para aprisioná-las na família. Essa pressão exercida sobre as populações femininas levou não apenas à transformação de uma função biológica em uma função social, mas conferiu, ainda, um sentido mais rigoroso à divisão sexual, instaurando entre os sexos uma nova relação social ancorada na autonomização relativa dessas duas esferas.[16] Os homens aparecem inseridos nas relações de produção e as mulheres nas de reprodução, que são diretamente dedutíveis das primeiras.

Por seu turno, historiadores que têm a família por objeto de estudos vêm percebendo que a vida privada e o cotidiano familiar são um lugar de produção social das existências, não podendo se reduzir a um lugar de reprodução e manutenção. Ambos, vida privada e cotidiano, são, por conseguinte, teatro de um processo portador de historicidade. Foi separando a produção das condições de existência de produção da existência propriamente dita que o sistema social capitalista fez da família o lugar privilegiado da produção da existência. Da forma através da qual esta produção é atualizada e estabelecida em um quadro determinado pelas condições de existência, vão depender as possíveis transformações das mesmas condições de existência. Tais pesquisas esclarecem que as relações entre as duas esferas — pública e privada — não se dão mais num senso único de dominação de uma esfera por outra, mas realizam-se numa relação de articulação entre dois pólos entre os quais existe uma dialética constante. Essa relação explicita-se cotidianamente na família, pela separação das duas esferas de trabalho — trabalho remunerado e trabalho doméstico — e em lugares diferentes para cada um dos cônjuges. Assim, o imenso campo da vida privada e cotidiana se define como um lugar derivado de historicidade mas, sobretudo, espaço produtor de história.

Relações entre cotidiano, vida privada e antropologia histórica

Poupemo-nos, todavia, a tentativa de definir por fechamento o campo de estudos em torno do cotidiano e da vida privada e — mais importante — tenhamos claro que outros pontos de investigação e de debate historiográfico podem, aí, organizar-se. Afinal, Georges Duby o sublinha: a história da vida privada "é um programa de pesquisas".

Norbert Elias, em obra admirável, propôs uma hipótese geral sobre a evolução dos modelos de comportamento, e em particular das relações com o corpo na civilização ocidental, tendo como pano de fundo a emergência do sistema capitalista.[17] Sem precisá-lo, investiga aí a emergência da privacidade. Mostra que a partir do século XVI um "processo civilizador" se teria imposto às classes dirigentes, e depois, progressivamente, ao conjunto da sociedade pelo canal de modelos educativos (em particular os numerosos tratados de "civilidade pueril"), difundindo uma atitude de pudor e de autodisciplina em relação às funções fisiológicas e de desconfiança em relação aos contatos físicos. A ocultação e o distanciamento dos corpos traduziriam nas condutas individuais a pressão organizadora e, logo, modernizante, que os Estados burocráticos recentemente constituídos exerceriam sobre a sociedade. A separação por idade, dos jovens, na escola, o confinamento dos doentes, dos pobres e dos loucos, a perseguição dos desviantes da origem, o declínio das solidariedades locais, pertencem ao mesmo movimento global, difuso e largamente inconsciente de remodelagem do corpo social. Nessa profunda transformação que marcou a sociedade ocidental, a vida privada ganhava importância como eixo irradiador do "processo

civilizador”.

O estudo da evolução dos comportamentos sexuais na Idade Clássica também articulou a abordagem antropológica com a história da vida privada. A partir de fontes judiciárias e demográficas, Jean-Louis Flandrin reconstituiu as concepções pré-nupciais e nascimentos ilegítimos no fim do Antigo Regime francês, para demonstrar que dois tipos de comportamento sexual foram então recorrentes: um comportamento sexual que atendia às demandas dos casuístas católicos desse período e que observava a interdição de qualquer fórmula contraceptiva no interior da família e um comportamento extraconjugal (antes ou durante o casamento), utilizando a contracepção.[18] Um pouco mais tarde, através de uma análise mais depurada, Depauw observa um aumento da sexualidade extraconjugal na segunda metade do Setecentos. O decréscimo do sentimento religioso neste período teria levado os casais a ignorarem os interditos pronunciados pela Igreja contra as práticas contraceptivas. A Revolução Francesa e o serviço militar obrigatório, arrancando os jovens de seus vilarejos de origem, teriam contribuído largamente para a difusão *do coito interruptus* perseguido pelos teólogos. O que vale ressaltar é que nos registros paroquiais nos quais observa-se a visível elevação de nascimentos ilegítimos, observa-se, igualmente, que a ilegitimidade traduzia então um novo clima afetivo e moral: estes nascimentos eram cada vez menos o fruto de amores e aventuras fora das conveniências sociais, sem qualquer chance de resultar em matrimônio. Correspondiam, sim, cada vez mais, a ligações entre parceiros de meios sociais compatíveis, ligações que poderiam ser seladas por um casamento. Emergência, portanto, de uma nova ética sexual e de uma nova sensibilidade, relaxamento da normalização ascética proposta pela

Reforma católica e toda a série de evoluções que devem ser pensadas no quadro da emergência do capitalismo e da história da vida privada.[19]

Ligações entre a antropologia histórica e o interesse sobre a vida cotidiana dos segmentos carentes iluminaram também a história das epidemias; trabalhos recentes sobre este tema convidam a desconfiar das interpretações puramente biológicas ou socioeconômicas. Pesquisas como as de Pierre Goubert colocaram em evidência uma relação estreita entre a alta dos preços dos grãos e a alta brutal da mortalidade.[20] O calendário mesmo desta mortalidade, que conhece seus primeiros sinais durante os meses que precedem a colheita, sublinha a relação de causa e efeito entre o aumento de preços resultante de uma safra ruim e o rápido esgotamento dos estoques alimentícios que condenava os mais pobres à fome nos últimos meses de colheita e a seguir à mortalidade. Os fenômenos epidêmicos que, na Idade Moderna, parecem integrar-se ao ritmo cíclico das crises frumentais só ampliaram as catástrofes socioeconômicas. O meio microbiano, segundo André Burguière, só se tornava mortífero e agressivo quando a população, enfraquecida pela subalimentação, não conseguia mais lhe resistir.[21]

Com o auxílio da antropologia histórica, o cotidiano e a vida privada permitem ser analisados numa abordagem global, que atribui a cada ator e a cada elemento da realidade histórica um papel no funcionamento dos sistemas que permitem a decifração desta realidade. A antropologia corresponde à necessidade de encontrar, no cotidiano e na vida privada, diferentes formas de transformação, de fazer seu inventário, de compreender seus mecanismos e afirmar sua pluralidade.

Problemas de abordagem da história da vida cotidiana e privada

Quando falamos de "história", pensamos imediatamente em um processo específico de afirmação através do qual um fenômeno ou uma prática se inscrevem no tempo ou produzem uma natureza própria. Quando falamos de "cotidiano", temos de desvendar o que recobre este conceito: o estudo das sociabilidades? A análise de situações e "histórias de vida" com sua bagagem de sociolingüística? A etnografia e a antropologia da vida material? Uma enorme série de campos espaço-temporais e relacionais parece querer estilhaçar esse objeto histórico numa pluralidade de temas problemáticos, bem como de complexos instrumentos de análises.

Alguns obstáculos metodológicos, já estudados, devem ser evitados.[22] Primeiro, porque há tantas análises da vida cotidiana quanto existem pesquisas históricas baseadas em abordagens funcionalistas ou interpretações estrutural-marxistas via o conceito de "classes". O que se aprendeu é que ambas empobrecem o objeto; quer porque se esgotam em tipologias descritivas sem qualquer valor heurístico, quer porque se atem a histórias de vida segundo uma estrutura que obriga o pesquisador a manusear uma dupla linguagem, sem conseguir articular uma verdade singular e uma verdade estrutural. Não basta, pois, admitir que a História é a história de uma longa exploração do homem pelo homem sem tentar entender o que isto realmente significou para os "explorados" ou para os "excluídos".

Existem, também, neste sentido tantas "cotidianidades" quanto "temporalidades" e a grande questão em aberto ainda é o embricamento dos tempos históricos. Esta é uma questão contemporânea à dialética estrutural e a crítica que lhe fazia Marx

à abstração da idéia de progresso. Inscrita na problemática do desenvolvimento desigual e largamente ilustrada pelos trabalhos de Braudel e da escola dos *Annales,* a questão da articulação de temporalidades específicas "relativamente autônomas" ("tempo curto" e "tempo longo", "tempo do senhor" e "tempo do camponês", "tempo do relógio" e "tempo do campanário") atravessa a análise da vida cotidiana, mas a atravessa do exterior. Ela parece estranha a questões que exigem, de seus objetos de estudo, outras interrogações descritivas palpáveis do tipo: "como isto circula?" ou "como isto se comunica?"

Quando falamos em "cotidiano" e "vida privada," devemos também tentar ultrapassar a oposição entre "detentores" e "excluídos", atentos para evidências de que, no interior das semoventes relações entre os dois grupos, inscreve-se outra coisa além de uma configuração sucedendo-se à outra; inscrevem-se formas de visibilidade e de modos de enunciação próprios a fazer emergir cada grupo enquanto sujeito da história; não simplesmente como objeto da história, suscetíveis de história como tudo o que muda, mas autores da mudança, inscrevendo a coletividade num destino virtual, resultado de um possível ou de uma promessa. Não se trata, apenas, de fazer a história do cotidiano ou da vida privada resgatando a sua evolução ou condição. Trata-se de deslocar o campo de possíveis definindo uma historicidade específica. Não se trata de discutir o espaço do público em oposição ao privado, mas de tentar perceber qual a natureza do espaço que diferentes grupos sociais ocupam. Trata-se, ainda, de interpretar os usos e representações que fazem os diversos grupos sociais deste espaço.

Esta é também a história dos modos e das maneiras através das quais os diferentes grupos podem se constituir sujeitos. Mas o

que quer dizer isto? Tornar-se sujeito não é somente o crescimento do poder físico, do poder do corpo; é também o reconhecimento da valorização de uma imagem. É, portanto, o jogo dos modos de subjetivação que fazem e desfazem uma identidade, tecendo outra, desmontando e remontando os dados que definem o campo dos possíveis, agenciando, além disso, o direito e a capacidade, o texto e a realidade, as palavras e os corpos. Pensemos, por exemplo, no substantivo "proletário" invocado por Louis-Auguste Blanqui, líder socialista da revolução de 1848, perante o juiz que lhe pergunta qual a sua profissão e que se indigna com sua resposta: "proletário" não é uma profissão ou uma ocupação que ele, juiz, possa entender. E uma profissão no sentido mais antigo porquanto, inteiramente novo; é uma declaração de pertença a uma comunidade que leva, precisamente, em conta os que "não contam". Tais substantivos de classes que não são reconhecidos ligam-se a ações que não respondem a nenhum protocolo, nem a nenhuma aprendizagem definida, mas que demarcam um sem-fim de trajetos novos, deslocando sujeitos históricos e os fazendo viajar entre os espaços materiais e os espaços simbólicos, entre as palavras e os corpos, entre as condições e os saberes.

É certo, também, que a história do cotidiano e da vida privada não é só aquela dos "trabalhos e dos dias", pois pensar exclusivamente esta diferença autoriza a instituir uma divisão entre um mundo quase a-histórico e um mundo da transformação. Nele encontraríamos a divisão clássica entre uma história das massas, que é aquela dos "trabalhos e dos dias", e uma história dos espaços e grupos privilegiados, que são o teatro e os atores das transformações. Ora, este universo só é considerado imóvel por aqueles que o tomam por um mundo fechado sobre si mesmo, baseado na economia de subsistência e nos gestos

imemoriais. Este universo não existe mais sobretudo depois que a revolução política e a revolução industrial começaram a deslocar a divisão de propriedade para a das ocupações. Para tomar outro exemplo, pensemos que o mundo rural não é imóvel pela simples razão que ele é o mundo da terra; antes de ser o mundo dos gestos imemoriais, ele é o mundo da propriedade e esta não cessa de provocar movimento, mobilidade e transformação. Quem passa do mundo rural para o mundo da cidade não passa de uma imobilidade à outra, pois é capaz de se mostrar de uma criatividade diabólica nas adaptações que o deslocamento exige. Esta premissa pode ser válida para outras formas de mobilidade espacial, mas também social, política, religiosa etc.

Pensar o que muda no cotidiano e na vida privada é pensar as relações entre os múltiplos deslocamentos e as formas públicas em que se afirma a ruptura das relações de dominação. Há uma grande complexidade entre os deslocamentos materiais e as clivagens subjetivas que modificam as relações da ordem dos nomes e dos discursos, bem como a ordem dos corpos e das condições que configuram o espaço, no interior do qual as relações entre os grupos sociais são percebidas. Relações que tornam visível o invisível, ou que dizem o que estava silenciado. Pensar a história do cotidiano e da vida privada é, sobretudo, pensar a solidez de palavras e de coisas, e as articulações entre palavras e coisas que fixam as relações legítimas e ilegítimas entre a ordem dos corpos e a ordem dos discursos.[23] No interior desta história, como ensina Michel de Certeau, “inventa-se o cotidiano” graças às “artes de fazer”, herdeiras da *métis* grega e conjunto de espertezas sutis e de táticas de resistência através das quais o homem ordinário se apropria de espaço, inverte objetos e códigos, usando-os à sua maneira.[24] A “massa” aparentemente sem qualidade,

dócil e passiva é capaz de colocar em uso uma arte de viver que passa pela adaptação, pelo “jeito”, pela improvisação e pela negociação. É a inventividade do “mais fraco” em ação. Ela é que nos guia no território de estudos sobre a vida privada e o cotidiano.

História da inteligência ordinária, da criação efêmera, da ocasião e da circunstância, a história do cotidiano e da vida privada não está cega às realidades políticas nem às temporalidades. Sob a maciça realidade dos poderes e das instituições e da eficácia mesma de seu funcionamento, de Certeau discerne um permanente movimento de microrresistências que inauguram, por sua vez, microliberados que mobilizam recursos impensáveis entre as pessoas comuns. Parecendo submeter-se ao poder, os “mais fracos” inventam, rapidamente, como metaforizar a ordem dominante fazendo suas leis e representações funcionarem sob outro registro.

Em nossas sociedades — explica de Certeau — as táticas desse “saber fazer” tornado arte multiplicam-se proporcionalmente ao esgotamento das estabilidades locais; não mais obedecendo a uma comunidade fechada, tais táticas se propagam, errantes, em um sistema tão vasto quanto imbricado, mas garantido por continuidades e permanências. “Que se pense na imemorial simulação dos animais para escapar a seus predadores”, sugere o autor. Estas táticas traduzem até que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que ela mesma articula. Graças a elas, cada um vive melhor a ordem social, ou o seu oposto, a violência das coisas.

História dos anti-heróis e das anti-heroínas, de criaturas ordinárias, do “homem sem qualidades” — descrito por Musil —, a história da vida cotidiana e privada é, finalmente, a história dos

pequenos prazeres, dos detalhes quase invisíveis, dos dramas abafados, do banal, do insignificante, das coisas deixadas "de lado". Mas nesse inventário de aparentes miudezas, reside a imensidão e a complexidade através da qual a história se faz e se reconcilia consigo mesma.

❖ 12 ❖

História das Mulheres

Rachel Soihet

Mulheres como objeto da história

Parafraseando Lucien Febvre — para quem o conhecimento histórico deve ter como referência “os homens, nunca o Homem” — torna-se inadequado falar-se, hoje, em uma “história da mulher”. Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a “história das mulheres”. A grande reviravolta da história nas últimas décadas, debruçando-se sobre temáticas e grupos sociais até então excluídos do seu interesse, contribui para o desenvolvimento de estudos sobre as mulheres. Fundamental, neste particular, é o vulto assumido pela história cultural, preocupada com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica, e, nesse bojo, as mulheres são alçadas à condição de objeto e sujeito da história.

Ainda que escassos, alguns historiadores chegam, antes da citada reviravolta, a desenvolver estudos sobre as mulheres. Michelet detém-se nesse tipo de enfoque, realçando, de forma coerente com o pensamento dominante no seu tempo, a

identificação deste sexo com a esfera privada. Na medida, porém, em que a mulher aspire à atuação no âmbito público, usurpando os papéis masculinos, transmuta-se em força do mal e da infelicidade, dando lugar ao desequilíbrio da história. Respeitada, porém, a identificação mulher natureza, em oposição àquela de homem cultura, Michelet vê na relação dos sexos um dos motores da história.[1]

A história positivista, a partir de fins do século XIX, provoca um recuo nessa temática, em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio público. Privilegiam-se as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais as mulheres pouco aparecem.

A Escola dos *Annales,* por sua vez, busca desvencilhar a historiografia de idealidades abstratas, preferindo voltar-se para a história de seres vivos, concretos, e à trama de seu cotidiano, em vez de se ater a uma racionalidade universal. Embora as mulheres não fossem logo incorporadas à historiografia pelos *Annales,* estes, porém, contribuem para que isto se concretize num futuro próximo. O marxismo considera a problemática que divide homens e mulheres uma contradição secundária, que encontrará resolução com o fim da contradição principal: a instauração da sociedade sem classes com a mudança do modo de produção. Não se justifica, portanto, uma atenção especial do historiador para a questão feminina. A partir da década de 1960, correntes revisionistas marxistas, engajadas no movimento da história social, apresentam uma postura diversa ao assumirem como objeto de estudo os grupos ultrapassados pela história, as massas populares sem um nível significativo de organização, e, também, as mulheres do povo.[2]

O desenvolvimento de novos campos como a história das

mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino. Apóiam-se em outras disciplinas — tais como a literatura, a lingüística, a psicanálise, e, principalmente, a antropologia — com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Assim, a interdisciplinaridade, uma prática enfatizada nos últimos tempos pelos profissionais da história, assume importância crescente nos estudos sobre as mulheres.[3]

A onda do movimento feminista, ocorrida a partir dos anos 60, contribuiu, ainda mais, para o surgimento da história das mulheres. Nos Estados Unidos, onde se desencadeou o referido movimento, bem como em outras partes do mundo nas quais este se apresentou, as reivindicações das mulheres provocaram uma forte demanda de informações, pelos estudantes, sobre as questões que estavam sendo discutidas. Ao mesmo tempo, docentes mobilizaram-se, propondo a instauração de cursos nas universidades dedicados ao estudo das mulheres. Como resultado dessa pressão, criaram-se nas universidades francesas, a partir de 1973, cursos, colóquios e grupos de reflexão, surgindo um boletim de expressão focalizando o novo objeto: *Penélope. Cahiers pour l'histoire des femmes.* Multiplicaram-se as pesquisas, tornando-se a história das mulheres, dessa forma, um campo relativamente reconhecido em nível institucional. Na Inglaterra, reuniram-se os historiadores das mulheres em torno da *History Workshop* e, nos Estados Unidos, desenvolveram-se os *Women's Studies,* surgindo as revistas *Signs* e *Feminist Studies.*[4]

Tais estudos estenderam-se, ainda nos anos 70, a outras partes da Europa e do mundo, incluindo o Brasil. Esse reconhecimento, no entanto, ainda é frágil, não se podendo afirmar que as relações entre os sexos sejam vistas como uma questão fundamental da história.

Questões teórico-metodológicas

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo não só acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais, como envolveu a expansão dos limites da história. No artigo citado, Joan Scott enfatiza a importância das contribuições recíprocas entre a história das mulheres e o movimento feminista. Os historiadores sociais, por exemplo, supuseram as "mulheres" como uma categoria homogênea; eram pessoas biologicamente femininas que se moviam em contextos e papéis diferentes, mas cuja essência, enquanto mulher, não se alterava. Essa leitura contribuiu para o discurso da identidade coletiva que favoreceu o movimento das mulheres na década de 1970. Firmou-se o antagonismo homem *versus* mulher que favoreceu uma mobilização política importante e disseminada.

Já no final da década, porém, tensões se instauraram, quer no interior da disciplina, quer no movimento político. Essas tensões teriam se combinado para questionar a viabilidade da categoria das "mulheres" e para introduzir a "diferença" como um problema a ser analisado. A fragmentação de uma idéia universal de "mulheres" por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades.

Scott acentua, ainda, que o enfoque na diferença desnudou a contradição flagrante da história das mulheres com os pressupostos da corrente historiográfica polarizada para um sujeito humano universal. Assim, as especificidades reveladas pelo

estudo histórico desses segmentos demonstravam que o sujeito da história não era uma figura universal. Dessa forma, os estudos sobre as mulheres dão lugar à derrocada daqueles pressupostos que norteavam as ciências humanas no passado.

Um outro aspecto a ser ressaltado refere-se ao predomínio de imagens que atribuíam às mulheres os papéis de vítima ou de rebelde. De acordo com Mary Nash, o debate em torno da opressão da mulher e seu papel na história teria se inaugurado na década de 1940, por iniciativa da historiadora norte-americana Mary Beard, que, na sua obra *Woman as force in history,* aborda a questão da marginalização da mulher nos estudos históricos. Beard atribui as escassas referências à mulher ao fato de a grande maioria dos historiadores, sendo homens, ignorarem-na sistematicamente. Esse argumento provocou uma réplica do historiador J.M. Hexter, para quem a ausência das mulheres deve-se ao fato de elas não terem participado dos grandes acontecimentos políticos e sociais. Simone de Beauvoir em sua pioneira obra, *O segundo sexo,* assume postura similar à de Hexter, ao argumentar que a mulher, ao viver em função do outro, não tem projeto de vida própria; atuando a serviço do patriarcado, sujeitando-se ao protagonista e agente da história: o homem.[5]

Até a década de 1970, muito se discutiu acerca da passividade da mulher, frente à sua opressão, ou da sua reação apenas como resposta às restrições de uma sociedade patriarcal. Em oposição à história "miserabilista" — na qual se sucedem "mulheres espancadas, enganadas, humilhadas, violentadas, sub-remuneradas, abandonadas, loucas e enfermas..." — emerge a mulher rebelde. Viva e ativa, sempre tramando, imaginando mil astúcias para burlar as proibições, a fim de atingir os seus propósitos.

Surge daí a importância de enfoques que permitam superar a dicotomia entre a vitimização ou os sucessos femininos, buscando-se visualizar toda a complexidade de sua atuação. Assim, torna-se fundamental uma ampliação das concepções habituais de poder — para o que cabe lembrar a importância das contribuições de Michel Foucault. Hoje é praticamente consensual a recomendação de uma revisão dos recursos metodológicos e a ampliação dos campos de investigação histórica, através do tratamento das esferas em que há maior evidência da participação feminina, abarcando as diversas dimensões da sua experiência histórica. Tais recomendações convergem para a necessidade de se focalizar as relações entre os sexos e a categoria de gênero.

A questão do gênero

Gênero tem sido, desde a década de 1970, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente utilizado pelas feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O gênero se torna, inclusive, uma maneira de indicar as “construções sociais” — a criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. O “gênero” sublinha também o aspecto relacional entre as mulheres e os homens, ou seja, que nenhuma compreensão de qualquer um dos dois pode existir através de um estudo que os considere totalmente em separado. Vale frisar que esse termo foi proposto por aqueles que defendiam que a pesquisa sobre as mulheres transformaria fundamentalmente os paradigmas da disciplina; acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica

das premissas e critérios do trabalho científico existente. Tal metodologia implicaria não apenas "uma nova história das mulheres, mas uma nova história".[6]

A maneira como esta nova história iria incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise. Tornam-se explícitas as preocupações de articular o gênero com a classe e a raça. O interesse por estas categorias assinala não apenas o compromisso do historiador com uma história que inclua a fala dos oprimidos, mas também que esses pesquisadores consideram que as desigualdades de poder se organizam, no mínimo, conforme estes três eixos.

Um outro aspecto que se ressalta dos estudos sobre gênero reside na rejeição ao caráter fixo e permanente da oposição binária — masculino *versus* feminino — que, por tanto tempo, alimentou as demandas feministas. Para isso, enfatiza-se a importância de uma desconstrução autêntica, nos termos de Jacques Derrida; revertendo-se e deslocando-se a construção hierárquica, em lugar de aceitá-la como óbvia ou como estando na natureza das coisas — antevendo-se para o futuro a transcendência dessa dualidade cultural.

Dentre os historiadores que frisam a necessidade de se ultrapassar os usos descritivos do gênero, buscando-se a utilização de formulações teóricas, destaca-se a já citada Joan Scott, que tece uma série de considerações a respeito. Argumenta que, no seu uso descritivo, o gênero é, apenas, um conceito associado ao estudo das coisas relativas às mulheres, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar e mudar os paradigmas históricos existentes. Já Maria Odila da Silva Dias discorda da necessidade da construção imediata de uma teoria

feminista, pois, a seu ver, mais cabe ao pensamento feminista destruir parâmetros herdados, do que construir marcos teóricos muito nítidos. Assim, para melhor integrar a experiência das mulheres em sociedade, sugere partir de conceitos provisórios e assumir abordagens teóricas parciais, pois, segundo a mesma, o saber teórico implica também um sistema de dominação.[7]

Pretendendo fazer uma história de gênero temos a *obra A história das mulheres no Ocidente,* surgida em fins de 1991, sob a direção de Georges Duby e Michelle Perrot, que busca incorporar muitas das inovações apresentadas. A obra cobre o período que vai desde a Antigüidade até nossos dias, assumindo os autores a periodização habitual da história ocidental. Os autores, após afirmarem ser esta prática a única possível, questionaram, porém, a sua pertinência conceitual; ou seja, se aos principais marcos da histórica tradicional — como o Renascimento, a Reforma, as guerras mundiais — correspondem os acontecimentos decisivos na história das mulheres e das relações entre os sexos. Ao que responde negativamente Silva Dias, uma das críticas de tal postura. Considera insensatas obras de história universal das mulheres, alegando que a adoção da moldura da história evolutiva, linear, implica a incorporação de categorias de dominação que a crítica feminista pretende neutralizar e a historiografia contemporânea já abandonou.[8]

Mulheres numa perspectiva micro-histórica: alguns enfoques

O desenvolvimento da história das mulheres, articulado às inovações no próprio terreno da historiografia, tem dado lugar à pesquisa de inúmeros temas. Não mais apenas focalizam-se as mulheres no exercício do trabalho, da política, no terreno da

educação, ou dos direitos civis, mas também introduzem-se novos temas na análise, como a família, a maternidade, os gestos, os sentimentos, a sexualidade e o corpo, entre outros. Serão analisadas a seguir as principais contribuições historiográficas relativas a algumas dessas temáticas.

Ação e luta das mulheres

No tocante às pesquisas sobre a ação e luta das mulheres, configuram-se duas vertentes. Uma preocupada com os movimentos organizados com vistas à conquista de direitos de cidadania — os movimentos feministas — e a outra com manifestações informais que se expressam em diferentes formas de intervenção e atuação femininas.

O primeiro caso mereceu espaço nas abordagens iniciais relativas às mulheres. Em geral, apresentam-se como uma história das mulheres notáveis, através de uma abordagem biográfica. Numa perspectiva positivista, focalizam-se algumas mulheres excepcionais que se destacam no campo da política, da cultura e da religião. É este o método utilizado pelas feministas do século XIX em suas revistas e diversos dicionários. Buscam apresentar modelos femininos alternativos à imagem do tradicional feminino — passivo, fútil, sem maior iniciativa. A feminista alemã Louise Otto, no prefácio de sua obra *Einflussereiche Frauen aus dem Volke (Mulheres influentes do povo),* publicada em 1869, critica os critérios de seleção dos biógrafos masculinos de seus sujeitos femininos. Fazem-no, segundo ela, não por sua ação consciente e refletida, mas pelos laços que as uniam aos grandes homens, seja pelo nascimento seja pela beleza. Em contraponto a esta postura, dispõe-se a apresentar mulheres que não tiveram necessidade desses

atributos para se destacarem — apesar das circunstâncias desfavoráveis que excluíam o sexo feminino das atividades públicas, das quais contudo participaram em sua época.

Eleni Varikas assinala que a função dessas biografias, mesmo que não explicitada, foi a de provar a capacidade feminina, idêntica à masculina, de fazer a história, de construir a civilização. Segundo ela, isto não implicou, porém, um questionamento dessa forma de “fazer história”. Donde reproduzem a definição épica da história, opondo aos feitos dos homens àqueles das mulheres. Por outro lado, aponta aspectos positivos nessas iniciativas das mulheres, decorrentes de uma tentativa de subversão subterrânea dos modelos recebidos, o que sugere a busca de outros valores, além de se constituírem numa arma na defesa do gênero contra as tradições misóginas. E, hoje, quando a biografia tem despertado interesse crescente, tem surgido obras desse tipo, buscando compreender o condicionamento social e sexual das mulheres focalizadas e a interação entre sua vida pública e privada. Por exemplo, certas biografias sobre Mary Woolstonecraft, autora da primeira denúncia sistemática das condições de subordinação feminina, condizem com esta perspectiva.[9]

Num outro tipo de abordagem, destacam-se aquelas obras que creditam especial atenção ao momento da Revolução Francesa, quando as mulheres se vêem despojadas da cidadania por uma ordem que ajudaram a fundar. As reivindicações se mantêm latentes, manifestando-se em outros momentos críticos da história francesa, quando vislumbram a possibilidade de brechas no sistema de poder. No tocante aos movimentos feministas da virada do século, alguns autores ressaltam o seu moralismo, a diversidade de correntes, suas aspirações em torno da igualdade de direitos, e, em especial, do voto.[10]

Um aspecto original dos movimentos de mulheres nesse período é tratado por Gisela Bock, que analisa seu papel no estabelecimento dos Estados-providência ou *welfare states,* fato ignorado nos estudos sobre o assunto. Assim, além das reivindicações relativas aos direitos políticos, esses movimentos feministas reivindicariam, com ênfase, os direitos sociais e a proteção social, especialmente no que tange às mães e à maternidade. Uma preocupação essencial desses movimentos recaiu sobre as necessidades e interesses das mulheres das classes inferiores e sobre a pobreza feminina. Reivindicam o direito das mães a uma renda, opondo-se à coexistência entre maternidade e emprego, ao menos, durante a gravidez e primeiros anos da criança. A partir da década de 1960, continua Bock, as feministas não retomaram essa bandeira, que se revelou enganosa. Hoje, a libertação, a justiça e a igualdade são pensadas mais em termos de uma ação positiva no domínio profissional e da divisão das tarefas domésticas com os homens, do que com o "reconhecimento público da maternidade como função social".[11]

O movimento liderado pela dra. Bertha Lutz no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, foi objeto de alguns estudos. O referido movimento, que examino em trabalho anterior, teve como alvo o acesso das mulheres à cidadania plena e, apesar de limitações, comuns aos demais movimentos feministas da época, algumas de suas propostas, como a dos direitos civis, só recentemente vêm sendo implementadas. Branca Moreira Alves, igualmente, focaliza-o em estudo de 1980, e, instigada pelo movimento em que militava na década de 1970, enfatiza o caráter conservador do movimento liderado por Lutz, pelo mesmo não questionar a opressão da mulher no seio da família. No tocante à luta empreendida pela conquista do voto, considera que este só foi concedido "quando

assim interessou à classe dominante".[12]

Uma outra contribuição à história do feminismo no Brasil deve-se a Miriam L. Moreira Leite que elabora uma biografia sobre Maria Lacerda de Moura, abrangendo o período 1919-1937. A pesquisadora ressalta as reflexões de Lacerda de Moura sobre os diversos aspectos da condição feminina, assim como suas avançadas posições, similares em muitos aspectos às das feministas a partir da década de 1960. Tal aspecto, aliado ao seu aguçado espírito crítico, manteve-a numa posição algo marginal, afastando-se do movimento hegemônico na época, liderado por Lutz.[13]

No tocante à atuação informal das mulheres, a segunda vertente de nossa análise, destacam-se as abordagens posteriores à irrupção da história social e da história cultural — quando alguns historiadores se voltaram para o enfoque do cotidiano e de manifestações no plano público até então desconsideradas. Nesse particular, ressalta o pioneirismo de abordagens como as de Natalie Zemon Davis, Michelle Perrot e Arlette Farge que, em seus trabalhos, têm buscado desmitificar concepções veiculadas sobre a mulher como submissa, dócil, mostrando as atitudes de resistências por estas desenvolvidas em seu duro cotidiano. Davis, estudando o século XVI, assinala habilmente a capacidade de grupos aparentemente destituídos de poder em forjar autoridade dentro das brechas existentes. Mostra como as mulheres tiravam proveito das imagens de fraqueza e histeria que lhes eram atribuídas para ampliar seu poder e liberdade na família e em diferentes situações comunitárias. Seguindo uma pista assinalada por E.P. Thompson, acerca da liderança feminina nos motins de alimentos, outros historiadores sugerem, igualmente, que a atuação das mulheres lhes teria conferido uma base de poder na

comunidade.[14]

Focalizando as mulheres da classe trabalhadora francesa, no século XIX, mostra Perrot o papel por elas desempenhado nos motins, nos quais intervinham coletivamente. Suas intervenções assemelhavam-se aos *"charivaris",* em que as mulheres, aliadas aos marginais, estavam na vanguarda e aos gritos, batendo panelas e caldeirões protagonizavam ruidosas aglomerações.[15] No Brasil, alguns estudos buscam exumar as formas sub-reptícias assumidas pelas mulheres, face à opressão que sobre elas incidia. Nessa perspectiva destaca-se o estudo de Silva Dias, *Cotidiano e poder em S. Paulo no século XIX,* no qual procura reconstruir a história das mulheres que aí viviam, durante o incipiente processo de urbanização do período. Alerta que, embora institucionalmente informal e socialmente pouco valorizada, sua presença era ostensiva na cidade. Igualmente, no meu trabalho *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana,* são inúmeras as situações apresentadas nas quais se evidenciam as iniciativas e estratégias de resistência das mulheres pobres no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1920. Um outro estudo na mesma linha é o de Mônica Pimenta Velloso sobre as mulheres negras de origem baiana que se estabeleceram, com seus conterrâneos, no Rio de Janeiro nos fins do século XIX e início do XX. Líderes de suas comunidades — numa inversão do esquema dominante que atribuía ao homem este papel — recorrendo a inúmeras estratégias para garantir a sobrevivência de seu grupo e de sua cultura, terminaram por fazer sentir sua influência também entre os dominantes, como é o caso do carnaval.[16]

Nesse espaço cabe menção às "visionárias", mulheres de origem humilde, que se sobressaíram enfrentando a intolerância reinante em seu tempo, às vezes ao preço de sua própria vida. São

abordadas pelos historiadores Laura de Mello e Souza e Luiz Mott. Mello e Souza focaliza beatas portuguesas nos séculos XVI e XVII, que associavam ao misticismo, próprio de sua época, características da cultura popular. Os inquisidores, homens imersos em outras coordenadas culturais, não apenas lhes negaram a santidade, como também reservaram-lhes um desfecho trágico, ao identificarem-nas às bruxas. Já Luiz Mott deteve-se na rica trajetória da visionária Rosa Egipcíaca. De origem africana, esta veio para o Brasil em 1725 com seis anos, onde fez-se escrava, mais tarde prostituta e, por força de suas visões místicas, tornou-se beata. Dominando a leitura e a escrita — fato raro entre as mulheres de sua época — fundou no Rio de Janeiro o Recolhimento de Nossa Senhora do Parto. Seus devotos não se limitaram aos populares, mas incluíram, também, membros da elite; chegou a ser exaltada pelo alto clero do Brasil, que a nomeou "a maior santa do céu". A interpenetração cultural era sua tônica. Rezava em latim, sabendo cantar comoventes hinos litúrgicos, embora não dispensasse seu cachimbo. Igualmente, não poucas vezes louvava seu Divino Esposo, Jesus Cristo, dançando ao ritmo do batuque. Terminou por atrair o braço da Inquisição, sendo presa e enviada para Lisboa.[17]

Também importa lembrar as mulheres reclusas em conventos e recolhimentos que conseguiram reverter alguns dos propósitos punitivos e supostamente opressivos destas instituições. Não poucas perceberam que ali se desenhava a possibilidade de uma vida autônoma, frente aos rigores da família e da sociedade, inclusive permitindo o exercício do poder. Inúmeras foram aquelas que, a fim de expressar sua devoção, enfrentavam a oposição da política metropolitana ao enclausuramento de mulheres, preocupada com a questão do

povoamento. Os trabalhos de Susan Soeiro e de Leila Mezan Algranti pautam-se nesta linha.[18]

Mulheres e trabalho

Os efeitos da industrialização e da modernização, no que tange ao trabalho das mulheres, têm sido amplamente discutidos, assumindo um vulto significativo na historiografia anglo-saxônia. Uma importante contribuição nesse particular decorreu das pesquisas de J. Scott e Louise A. Tilly, presentes no seu clássico trabalho "Women's Work and the Family in Nineteenth Century Europe". As autoras criticam as posturas evolucionistas que assumem a existência de uma única e similar experiência para todas as mulheres, assim como as concepções mecanicistas, segundo as quais a mudança numa esfera corresponderia, necessariamente, à mudança nas demais. Referem-se especificamente aos trabalhos de Engels e William Goode, alinhados, respectivamente, com o marxismo e o liberalismo.[19]

Criticam o economicismo de Engels, quando este afirma que a inserção feminina na indústria moderna libertaria a mulher trabalhadora da opressão familiar, argumentando que às mulheres excluídas de participação na produção social restaria o papel de servas do lar. Quanto a Goode, contrapõem-se ao seu otimismo — presente nas suas afirmações acerca do *status* elevado da mulher ocidental nos dias de hoje, devido à sua grande participação no trabalho fora do lar. Scott e Tilly lembram que as concepções de Goode representam uma universalização das experiências e valores específicos da classe média. As mulheres dos segmentos populares sempre trabalharam, tanto na cidade como no campo.

Tais crenças de que as mulheres não trabalhavam, ou de

que o trabalho pesado não era próprio do sexo feminino, foram próprias do período vitoriano, momento de supervalorização da esfera pública. Pautavam-se tais estereótipos na invisibilidade atribuída ao trabalho doméstico e ao cuidado com as crianças, que apareciam como algo instintivo e emanado do amor. Nos Estados Unidos, historiadores do trabalho feminino enfatizam a variedade de trabalhos essenciais e não-remunerados realizados pelas mulheres, tais como o trabalho doméstico, a atividade no campo, costura, cozinha e a criação de filhos. Muitas adaptaram ao novo contexto urbano estratégias rurais de acréscimos à renda familiar, criando e vendendo galinhas, ovos e vegetais. Faziam o parto, vigiavam crianças para mulheres que trabalhavam fora de casa, manufaturavam e vendiam bebidas alcoólicas, mascateavam, penhoravam e ainda aceitavam pensionistas. Apesar disso, introjetavam a visão dominante e não reconheciam suas atividades como trabalho, mesmo quando recebiam remuneração. Pesquisadoras descobriram que muitas dessas mulheres respondiam aos censos que não trabalhavam.[20]

No início do século XIX, nas primeiras fábricas têxteis, as mulheres predominavam entre os 4% de norte-americanos que nelas trabalhavam; mais tarde afastaram-se do trabalho industrial, ao contrário da Europa, onde constituíam a maioria nas indústrias. Uma forte razão para o seu afastamento foi a oposição masculina; quer como maridos, quer como trabalhadores, buscaram proteger seus privilégios na chefia da família e monopolizar os melhores trabalhos. As mulheres empregadas, apenas 20% em torno de 1900, passaram a atuar, em sua maior parte, no setor de serviços e de escritório. Os historiadores das mulheres têm assinalado o papel dos sindicatos na exclusão da mulher. Alice Kessler-Harris mostra que muitos

sindicatos funcionaram como clubes masculinos, cujos membros consideraram que a presença feminina impediria sua liberdade. E o assédio sexual, tanto por parte de supervisores quanto dos colegas de trabalho, constituiu uma séria afronta que as mulheres trabalhadoras tiveram que suportar e que contribuiu para que se sentissem indesejadas nos "espaços dos homens". Igualmente, na França, Madeleine Rebérioux registra problema similar. Ela explica o baixo índice de sindicalização das operárias, com relação ao do homens, desde fins do século XIX, não apenas devido à sobrecarga de suas tarefas familiares, mas, principalmente, devido à hostilidade dos líderes sindicais à sua entrada nessas entidades.[21]

No que tange às mulheres escravas norte-americanas, novas contribuições têm demolido inúmeros estereótipos, como, por exemplo, o de que estas se acomodavam com mais facilidade à escravidão. As pesquisas têm demonstrado que as mulheres, sujeitas às mesmas condições que o escravo homem em termos de trabalho pesado e punições, reagiam de forma idêntica, tanto em termos de resistência cotidiana, como de imediata rebelião. Jacqueline Jones e Deborah White detalham o pesado trabalho requerido da escrava. Além dos trabalhos no campo e doméstico para os senhores, também delas dependia a vida familiar dos escravos. Consideram-na a principal responsável pela guarda da cultura africana e, assim, pela preservação da identidade cultural desses grupos. Diversas acadêmicas feministas negras têm trazido à tona uma rica história do ativismo político da mulher negra, começando com o movimento antiescravista e continuando na campanha pelos direitos civis.[22]

Na França, os estudos sobre o trabalho feminino progrediram, de início, em razão das contribuições de sociólogas

como Madelaine Guilbert e Evelyne Sullerot. Esta última tomou a iniciativa de realizar uma história do trabalho feminino, desde a Antigüidade até nossos dias, buscando trazer à tona as suas especificidades.[23] As historiadoras Anne Martin-Fugier e Genevieve Fraisse trazem elementos decisivos sobre a condição das domésticas, setor fundamental de emprego e de aprendizagem femininos, peça mestra do contato sociocultural. Domésticas e operárias têm merecido mais atenção do que aquelas do setor terciário, embora algumas pesquisas interessantes venham surgindo neste âmbito. Deve-se ressaltar ultimamente, também na França, a preocupação de historiadores e sociólogos de não separar o trabalho assalariado do trabalho doméstico.[24] Rose Marie Lagrave desenvolve uma reflexão acerca da educação e do trabalho feminino no século XX, na qual assinala a persistência das mulheres nas posições mais desvalorizadas. O aumento atual na taxa de atividade das mulheres em toda a Europa deve-se, em grande parte, à progressão de empregos precários, como o trabalho em tempo parcial — o uso do computador na própria residência, por exemplo, é hoje uma dessas modalidades. Estes trabalhos parciais são apresentados como sendo uma escolha, quando, na verdade, resultaram de um constrangimento que lhes impede uma profissão em termos integrais. Um aspecto positivo desse tipo de análise é o de possibilitar a desmitificação das versões de uma história das mulheres calcadas em sua promoção social no século XX.[25]

Também no Brasil as primeiras abordagens sobre o trabalho feminino deram-se nos terrenos da sociologia e antropologia. Hoje, porém, a historiografia brasileira tem dado mostras de extrema fecundidade neste campo, assinalando sua presença de modo marcante. Inclusive, de acordo com tendências mais recentes, o

cotidiano das mulheres dos segmentos populares, no qual o privado mescla-se com o público, penetrou com ênfase nestas abordagens. Como se tem feito com os demais subalternos, busca-se trazer à tona as táticas de sobrevivências e de resistências desenvolvidas pelas mulheres. Nessa perspectiva destaca-se o estudo já citado de Maria Odila da Silva Dias, que discorre sobre mulheres pobres, chefes de família, vivendo precariamente do trabalho temporário em atividades malvistas pelos poderosos, como o artesanato caseiro e o comércio ambulante. A autora ressalta a luta dessas mulheres pela sobrevivência, em meio a redes de solidariedade e de vizinhança que se improvisavam e modificavam continuamente; essenciais frente ao sistema de poder e à estrutura de dominação que as oprimiam.

Igualmente, no meu citado *Condição feminina,* busquei mostrar mulheres que, além da sua labuta cotidiana do trabalho doméstico e do cuidado com os filhos, ainda produziam para o mercado, em sua maioria, exercendo tarefas extensivas à atividade doméstica. O trabalho era uma atividade ligada visceralmente às referidas mulheres, o que se pode depreender dos instrumentos por elas utilizados para agredir seus oponentes, de acordo com os processos criminais consultados: vassoura, copo, tampa de panela, garfo, ferro de engomar, tesoura, enxada, pá de lixo, guardião de móvel etc. As diversas modalidades de trabalho das mulheres pobres em Minas colonial são objeto da abordagem de Luciano Figueiredo. Sandra Lauderdale Grahan, por sua vez, debruça-se sobre as relações entre patrões e criadas no Rio de Janeiro, de 1860 até 1910. Explica esse relacionamento em termos do atendimento aos padrões das exigências de trabalho e obediência, em troca de proteção. Maria Izilda Santos de Matos examina tais relações em São Paulo e Santos, entre 1890 e 1930.

Reconstrói a dura rotina de trabalho dessas mulheres, via de regra mal remuneradas, e busca apontar as ambigüidades dessa convivência. Fuga, indolência, mau humor, entre outros, foram algumas das táticas utilizadas para afirmarem sua insatisfação, intervindo na moldagem cotidiana dessas relações.

Ainda, Maria Izilda realiza uma análise extremamente acurada e original sobre a costura de sacaria para o café, realizada à mão e na própria moradia por mulheres de São Paulo e Santos, entre 1890 e 1930. Desmitifica a autora as concepções acerca do caráter residual desse tipo de atividade, assinalando o crescimento desse setor informal de forma integrada ao desenvolvimento capitalista. Embora desse margem à forte exploração, tal atividade permitia às mulheres uma certa autonomia, uma das explicações para sua disponibilidade face à mesma. Podiam administrar seu tempo e o ritmo do trabalho, longe dos condicionamentos da fábrica, compatibilizando-os com as ocupações familiares e comunitárias. O que não lhes impediu, contudo, de desenvolver modalidades surdas de resistência e mesmo de organizar associações, participando de movimentos grevistas. Mudanças no sistema produtivo, aliadas às campanhas higienistas contrárias à poluição do espaço doméstico pelos odores e poeira próprios do ambiente fabril, teriam contribuído para a extinção dessa modalidade de trabalho.[26]

No tocante à mulher operária, alguns trabalhos se destacam a partir do pioneirismo de Heleieth Saffioti, em fins da década de 1960, que discorre sobre a marginalização, com o advento do capitalismo industrial, de um grande contingente de mulheres do sistema de produção de bens e serviços. O estudo de Alice Rosa Ribeiro, por seu turno, demonstra a demanda e a presença maciça de mulheres nas indústrias, ultrapassando a presença masculina,

de 1870 até 1920. Após essa data, segundo revela Maria Valéria Junho Pena, predomina uma tendência diversa, de expulsão das mulheres do mercado de trabalho industrial. Tal tendência, segundo Margareth Rago, foi acompanhada da vitória de concepções duvidosas que enfatizavam a fragilidade de corpo das operárias e os perigos morais que as espreitavam nas fábricas. Formulado ao final do século XIX, estes mitos sobre a sexualidade feminina se mantiveram vigentes até meados da década de 1960.[27]

Mulheres, família e maternidade

A história da família conta, desde a década de 1970, com trabalhos significativos, como os de Philippe Ariès, Jean Louis Flandrin, Le Roy Ladurie, André Burguière e Edward Shorter, entre outros. Deve-se a estes um melhor conhecimento acerca da posição da mulher, a partir de novos achados sobre seus papéis nessa instituição. Via de regra os comportamentos femininos não se amoldavam aos padrões normativos. Debates se estabeleceram sobre as repercussões do processo de industrialização, urbanização e modernização na estrutura familiar. A mudança da família "tradicional", extensa, típica do período pré-industrial, para a família nuclear seria a resultante desse processo. Nestes núcleos, segundo algumas interpretações, a participação da mulher no processo produtivo resultaria num maior igualitarismo entre o casal.

Edward Shorter é um dos paladinos dessa corrente, ao afirmar que, desde a primeira revolução industrial, as mulheres lançaram-se com enorme entusiasmo ao mercado de trabalho. E seu acesso aos recursos econômicos modificaria, em seu proveito, a relação de forças no seio da família. Joan Scott e Louise Tilly contrapõem-se a Shorter, quanto ao determinismo do capitalismo

na autonomia feminina. Nesse sentido, realçam o papel desempenhado pelas mulheres na economia familiar pré-industrial que lhes teria dado grande margem de poder; sendo tratadas com deferência e tendo preponderante influência nas questões familiares. Por outro lado, mesmo com a industrialização, a vasta maioria das mulheres não teria trabalhado imediatamente em fábricas, mas nas costumeiras tarefas femininas. Posteriormente, a elevação dos padrões de vida e crescentes salários teriam capacitado os trabalhadores homens a sustentar suas famílias. Num movimento inverso ao das mulheres da burguesia, muitas das trabalhadoras preferiram manter-se no lar, perdendo o controle sobre as finanças do casal; ocorrendo, portanto, um retrocesso em relação à sua situação anterior.[28]

Outros estudos têm mostrado que a mudança dos modos de produção não determina, automaticamente, uma transformação nos padrões familiares. A instauração do socialismo não teria representado a libertação das mulheres como pensavam Engels e outros marxistas. Mark Poster refere-se à autonomia relativa da família em relação às mudanças econômicas, bem como à persistência da variável "poder" no seio das famílias, mesmo nos regimes socialistas.[29]

No seu estudo "La séparation de corps de 1837 à 1914", Schanapper registra que coube às mulheres a maioria dos pedidos de separação: cerca de 80%; espancamentos e injúrias eram os motivos invocados, na maior parte das vezes. Também, com base em documentação criminal, destaca-se o trabalho de Anne-Marie Sohn, relativo à família e papéis femininos através da criminalidade, abrangendo o período final do século XIX até a década de 1930. Anne Martin-Fugier voltou-se para o estudo da

mulher burguesa em Paris, focalizando seus papéis familiares e sociais, entre 1880 e 1920.[30]

No Brasil, devem-se a Gilberto Freyre as primeiras abordagens sobre a família brasileira. O modelo patriarcal teria se estendido do início da colonização até o século XIX. Freyre detém-se, minuciosamente, na abordagem dos papéis femininos; as mulheres brancas são dadas como submissas, embora fiquem evidenciadas manifestações de seu poder — o que é revelado, por exemplo, nos maus-tratos infligidos às escravas suspeitas de atrair a atenção de seus maridos. Em que pese as generalizações de Freyre, quando assume a família patriarcal como o único modelo, deve-se acentuar o seu pioneirismo e sensibilidade ao focalizar questões como a sexualidade, o corpo e o cotidiano, só há pouco objeto do interesse dos historiadores.[31]

Embora reconhecendo os privilégios do marido no modelo patriarcal, pesquisas recentes têm relativizado a sujeição feminina, ao trazer à tona algumas de suas rebeldias e transgressões. Também, não raro, mulheres assumiam o mando da casa, gerindo negócios e propriedades; e entre os segmentos populares, as mulheres desfrutaram de inequívoca liberdade de movimentos. Mesmo entre as mulheres casadas, segundo Eni de Mesquita, não poucas foram aquelas que trouxeram situações de conflito para o casamento, sugerindo um distanciamento entre a normatização e as vivências concretas. Por outro lado, após a década de 1970, estudos demonstraram diversas formas de organização familiar entre os diferentes segmentos sociais — no início do século XIX, por exemplo, a família patriarcal não chegava a representar 26% dos domicílios; predominando nos demais outras formas de composição. Donald Ramos indica que em Vila Rica, às vésperas da Inconfidência, grande parte dos lares eram

chefiados por mulheres; fato igualmente observado por Elizabeth Kusnetsof em São Paulo, aí devido à freqüente movimentação da população masculina.[32]

Em se falando de família seria oportuna uma referência aos trabalhos sobre a maternidade. Uma obra importante é aquela de Yvone Kniebiejler e Catherine Fourquet, que trata da história das mães desde a Idade Média até nossos dias. No Brasil, Mary Del Priore mostra criativamente como as mulheres na Colônia reverteram em seu favor uma limitação que lhes foi imposta pelos médicos e moralistas, com vistas aos interesses do povoamento. Apenas a casa, a maternidade e a família eram os lugares que definiam como possíveis para as mulheres. Se, de um lado, as mulheres obedeceram a este processo de ordenamento da sociedade colonial, por outro, uniram-se aos filhos, o que lhes garantiu, além do respaldo afetivo e material, o exercício, dentro de seu lar, de um poder e uma autoridade que raramente dispunham no restante da vida social.[33]

A outra face da maternidade, simbolizada nos males provocados ou na sua recusa, está igualmente presente em alguns trabalhos. Cabe lembrar, nesse sentido, a lucidez de Simone de Beauvoir, em fins da década de 1950, em perceber e denunciar os encargos da veneração generalizada da maternidade. Alerta para os perigos que espreitam os filhos, a partir das crenças da exemplaridade de toda mãe, que em sua maioria procura compensar através destes todas as suas frustrações. Jean Louis Flandrin, no começo dos anos 80, assinala a presença na Europa, até o século XVIII, da prática do infanticídio. Esta era uma das formas de as mães livrarem-se de um bastardo que denunciaria o seu pecado. Tais ocorrências também resultavam, em parte, de razões econômicas e do fato de a criança ainda não ser objeto de

sacralização. Tais motivações concorreriam para formas de infanticídio disfarçado, presentes no descuido e negligência dos casais para com os filhos, o que dava ensejo a elevado número de acidentes e à prática do aleitamento mercenário.[34]

Uma abordagem original sobre o aborto é a de Angus McLaren, que vê o aborto, cada vez mais praticado pelas mulheres casadas em fins do século XIX, como uma forma de feminismo popular. Era levado a efeito por mulheres que recusavam os horrores do infanticídio mas que também se dispunham a reagir ao peso de nascimentos não desejados. Tanto o infanticídio como o aborto foram focalizados no meu estudo já referido. Examinei o discurso médico de fins de século XIX e início do XX, que exige o agravamento da pena com relação àquelas que incorriam na prática do infanticídio. As devassas, adúlteras e as intelectuais — características indesejáveis para as mulheres naquele momento — eram apontadas como as únicas capazes de realizar tal crime. Analisando os processos criminais, pude verificar que tais hipóteses médicas não correspondiam à realidade. A maioria das mulheres que recorriam ao infanticídio eram recém-vindas da área rural e empregadas domésticas. Abandonadas pelos parceiros, temiam a perda do emprego, única referência na cidade grande.[35]

Mulher e sexualidade

Na década do ressurgimento do movimento feminista e da consolidação da história das mulheres como ramo autônomo, a reflexão de Juliet Mitchell obteve grande repercussão. No artigo "Mulheres. A Revolução Mais Longa", escrito em 1966, Mitchell afirma que a libertação feminina condicionava-se à transformação das quatro estruturas em que se integra a mulher: produção, reprodução, socialização e sexualidade. Embora ressalte o caráter

determinante das exigências econômicas, enfatiza a necessidade de estas serem acompanhadas por políticas coerentes para os outros três elementos. Estas políticas, em conjunturas particulares, podem até ocupar o papel dominante na ação imediata. Naquele momento no Ocidente, o aspecto sexual parecia constituir o elo mais fraco. A sexualidade feminina, alvo de tabus e ignorada pelas diversas abordagens, torna-se o centro das atenções. As pesquisas sobre a temática assumem maior vulto em fins da década de 1970, despontando os Estados Unidos na liderança dessas abordagens.[36]

Ainda em 1966, naquele país, dentre os estudos sobre os estereótipos de feminilidade da classe média no século XIX, Barbara Welter publicou o trabalho *The cult of true womanhood.* Nele relata como ministros e outros moralistas tentaram impor uma ideologia da "verdadeira feminilidade", prescrevendo para a mulher quatro virtudes: piedade, pureza (no seu significado sexual), domesticidade e submissão. Segundo Welter a ideologia teria funcionado, pelo menos entre a classe média urbana, para definir os limites de respeitabilidade para as mulheres e para estigmatizar às que deles se desviassem. Seu artigo provocou inúmeras críticas, principalmente por utilizar literatura normativa — como, por exemplo, sermões — para tirar conclusões acerca das atitudes femininas.[37]

Várias discussões ocorreram em torno dos significados da expressão *True womanhood* (verdadeira feminilidade). Uma das vertentes desse debate centrou-se nos aspectos ligados à sexualidade feminina Contrapondo-se à afirmação de Welter acerca da assunção pelas mulheres da crença em sua fraca sensualidade. Tais estudos rejeitam a "naturalização" atribuída à sexualidade humana, quer em termos da maior inclinação

masculina para o sexo ou do menor vigor sexual feminino. Na verdade, concluem pela estreita vinculação da sexualidade com as normas culturais que a formam.[38]

Outras pesquisas confirmaram os enganos decorrentes de se considerar a literatura prescritiva sobre a moral feminina vitoriana como índice do comportamento sexual feminino. Nesse sentido, destaca-se o estudo de Carl Degler, que apresenta o relato de um médico sexólogo da virada do século, acerca dos freqüentes orgasmos de muitas mulheres "vitorianas". Ressalta-se, igualmente, o trabalho de Peter Gay, que apresenta testemunhos femininos de plenitude erótica com mandos e amantes, algumas narrando em detalhes suas experiências.[39]

Dentre os estudos sobre relações homossexuais femininas, destaca-se àquele sobre a comunidade lésbica de Buffalo; tais mulheres, temendo perseguições, construíram para si um novo tipo de comunidade — base do movimento de libertação das lésbicas dos anos 70.[40] Na historiografia francesa, na qual são mais raros os trabalhos sobre a sexualidade feminina, destaque-se a abordagem de Marie-Jo Bonnet sobre a lésbicas. A pesquisadora utiliza-se de textos literários e de práticas médicas para a análise de atitudes dessa natureza no século XIX.[41]

O descortínio da intimidade amorosa de mulheres, que viviam romances homossexuais, na Bahia do século XVI, é objeto da abordagem de Ligia Bellini, que se pautou na consulta aos documentos inquisitoriais. Assim, reconstrói o cotidiano das mulheres da época, narrando modos de sentir e de amar no passado. Detém-se nos impasses dos moralistas católicos em definir tais comportamentos, face ao desconhecimento corrente na época acerca do funcionamento da sexualidade feminina. Tal comportamento contrastava com as postulações acerca dos papéis

femininos, conforme a análise desenvolvida por Lana Lage da Gama Lima dos *Discursos político-morais* de Souza Nunes, letrado do século XVIII. No campo intelectual, este revela-se extremamente avançado para os padrões brasileiros do momento ao afirmar a igualdade de capacidades e aptidões entre homens e mulheres. No que tange à sexualidade, porém, exigia que a mulher fosse "virtuosa, honesta, honrada e discreta", qualidades que, como esclarece a autora, confundiam-se com o recato. Tal fato reforça os cuidados, referidos acima, para não confundir normas prescritas com as práticas dos sujeitos concretos.[42]

A menor sensibilidade sexual da mulher "normal" — que subordina sua sexualidade à maternidade, em contraposição àquelas dotadas de erotismo intenso que se afiguravam como altamente perigosas, dada como criminosas, loucas, prostitutas — constituiu-se, durante o século XIX e parte do XX, na visão dominante apregoada por autoridades como filósofos, médicos e juristas. Essa não era uma concepção nova, pois em grande medida já se apresentava no ideário cristão, apenas atualizava-se com o respaldo da ciência, sinônimo de verdade nos novos tempos. A análise desses discursos tem sido alvo da produção historiográfica também no Brasil. Nessa linha ressalta a abordagem pioneira de Magali Engel que se detém na análise do discurso médico sobre a prostituição no Rio de Janeiro, no período 1840-1890. Aponta a autora a fidelidade desses discursos aos princípios cristãos, em que pese o seu tom anticlerical. Para evitar a prostituição, a mulher deveria ser submetida a uma educação que incluísse princípios morais, que buscasse o fortalecimento do sentimento de pudor e que impedisse a indolência, a vaidade e a ambição. Outros trabalhos reservam um espaço a essas representações. As concepções de Lombroso, dos positivistas

comteanos e dos médicos acerca da sexualidade feminina foram por mim analisadas no já citado trabalho. Margareth Rago refere-se, igualmente, ao discurso médico, além de deter-se no pensamento do jurista Viveiros de Castro. Discorre sobre o "direito ao prazer", postulado pelos anarquistas às mulheres, além de apontar para algumas visões tradicionais na imprensa operária. Também Luiz Carlos Soares vale-se de teses médicas como de documentação policial, literatura de viajantes e romances de época na sua abordagem sobre a prostituição. A relação estabelecida pelo pensamento psiquiátrico entre sexualidade feminina e loucura emerge da abordagem de Maria Clementina Pereira Cunha, que assinala a crença na incurabilidade das mulheres imorais ou onanistas.[43]

Em alguns desses trabalhos, são apresentadas situações em que as práticas sexuais das mulheres contrapunham-se aos discursos analisados. Este é o caso daquele de Martha Abreu, que em seguida a uma minuciosa análise dos discursos jurídicos sobre a moralidade das mulheres pobres, volta-se para o exame de processos de defloramento. Com base nessa documentação, traz à tona as contradições vividas por essas mulheres frente às normas e valores morais que os juristas lhes pretendem impor, diversos daqueles que correspondem ao seu universo cultural. Por outro lado, Joana Maria Pedro analisa o processo de construção de imagens idealizadas de mulheres e veiculadas pela imprensa de Desterro/Florianópolis, a partir do último terço do século XIX. Assinala o seu significado político, apontando a íntima relação entre o comportamento sexual das mulheres da elite com a honra familiar e a hierarquia social; já que qualquer "deslize" no seu comportamento expunha tais grupos à exclusão do poder, num contexto economicamente estagnado. A relativa introjeção dessas

imagens pelas mulheres dos segmentos elevados contrasta com as práticas daquelas das camadas populares, fornecendo argumentos para a sua repressão.[44]

Rastreando o feminino

A escassez de vestígios acerca do passado das mulheres, produzidos por elas próprias, constitui-se num dos grandes problemas enfrentados pelos historiadores. Em contrapartida, encontram-se mais facilmente representações sobre a mulher que tenham por base discursos masculinos determinando quem são as mulheres e o que devem fazer. Daí a maior ênfase na realização de análise visando a captar o imaginário sobre as mulheres, as normas que lhes são prescritas e até a apreensão de cenas do seu cotidiano, embora à luz da visão masculina. Nos arquivos públicos sua presença é reduzida. Destinadas à esfera privada, as mulheres por largo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subseqüentes. Fala-se das mulheres, sobretudo, quando perturbam a ordem pública, destacando-se, nesse caso, os documentos policiais, aliados aos processos criminais. Constituem-se numa fonte privilegiada de acesso ao universo feminino dos segmentos populares, inclusive através dos seus próprios depoimentos. Também os jornais não devem ser esquecidos.

Os arquivos privados, de acordo com Michelle Perrot, são mais generosos. Referem-se aos *Livres de raison,* espécie de "atas" da vida familiar, nos quais as mulheres anotavam o dia-a-dia doméstico. As cartas, os diários íntimos, são exemplos de outros registros femininos, que, quando encontrados, são da maior importância para o historiador. Impressiona o alto índice de

destruição dessa documentação. Não poucas foram aquelas que os rasgaram ou os queimaram, temendo ser objeto de zombadas. As obras literárias, a escrita religiosa — católica ou protestante — também aparecem como formas de expressão feminina. Encontram-se arquivos de mulheres nos Estados Unidos, na França e em Amsterdã.

Mais comuns são os objetos por elas deixados — entre outros, dedais, jóias, roupas, bibelôs, caixas, missais e as fotografias, fruto do encargo que lhes foi atribuído de transmitir a história da família. Hoje busca-se com esse material constituir uma arqueologia feminina da vida cotidiana. Ressalta-se, também, a história oral, instrumento dos mais adequados para registrar a memória feminina, na medida em que o acesso feminino à escrita não se deu no mesmo ritmo dos homens.

As dificuldades de penetrar no passado feminino têm levado os historiadores a lançarem mão da criatividade, na busca de pistas que lhes permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo neste terreno. Assim, cópias heliográficas arquitetônicas foram utilizadas para interpretar as relações de poder na vida doméstica, tal como relatos de assistentes sociais para investigar relações domésticas ou diários de médicos para conhecer o comportamento das mulheres durante o parto. Enfim, acompanhando a renovação teórica dos estudos históricos, refinaram-se os métodos, as técnicas, desenvolvendo-se a inventividade com relação às fontes, o que tem possibilitado maior intimidade com aqueles segmentos e a ampliação dos horizontes da história.

❖ 13 ❖

HISTÓRIA E SEXUALIDADE

Magali Engel

A sexualidade como objeto da história

A preocupação com temáticas até então consideradas irrelevantes vem despertando, principalmente a partir das duas últimas décadas, um interesse cada vez maior por parte dos historiadores. O amor, a paixão, o corpo, o desejo, as emoções, a doença, a loucura, enfim, novos temas ou antigos objetos vistos através de novos olhares ou, ainda, temáticas tradicionalmente pertencentes a outros campos de conhecimento têm sido objeto de um número crescente de investigações históricas, através dos mais variados enfoques. Tais mudanças se devem, por um lado, aos novos rumos abertos pela história social e pela história das mentalidades e, por outro, pela verdadeira revolução provocada por Michel Foucault que, conforme observou Allan Megill, apesar de quase ignorado pelos historiadores de profissão na década de 1960, aparece entre os autores mais importantes computados no Índice de Citações das Ciências Sociais e no Índice de Citações das Artes e Humanidades.[1]

Dentro dessa produção, profundamente diversificada e até mesmo divergente sob vários aspectos de ordem teórico-metodológica, a sexualidade afirma-se, cada vez mais, como um

objeto fundamental na busca da compreensão dos possíveis significados das relações humanas, consideradas nos seus mais variados e complexos sentidos. De objeto prioritário e/ou privilegiado em vários campos do saber — tais como a psicanálise, a psicologia, a antropologia —, a sexualidade passa a adquirir um lugar de destaque na história.

Em 1984, no mesmo ano em que Michel Foucault publicava o segundo e o terceiro volumes de sua *História da sexualidade* e Peter Gay o primeiro volume de sua obra sobre a experiência burguesa na era vitoriana — intitulado *A Educação dos sentidos* —, a revista *L'Histoire* lançou um número especial dedicado ao amor e à sexualidade. Para Georges Duby, o crescente interesse dos historiadores em torno desse universo temático deveu-se, sobretudo, às "... recentes transformações dos costumes, principalmente ao dissipar-se o que restava da atitude de pudor herdada do século XIX".[2]

Abrem-se, assim, duas possibilidades mais importantes para as abordagens da sexualidade como objeto da história, cada uma das quais profundamente diversificada, comportando uma série de matizes. 0 primeiro caminho orienta-se no sentido de uma história dos discursos sobre o sexo, no qual Foucault representa um marco fundamental, questionando, entre outras coisas, o caráter puramente repressivo de tais discursos. O outro caminho aponta para uma história das vivências e do cotidiano da sexualidade, priorizando o estudo dos comportamentos reveladores dos variados usos do corpo.

Seriam caminhos inconciliáveis? Dentro da tendência mais flexível em termos teórico-metodológicos que, felizmente, parece ganhar terreno dia a dia na produção historiográfica mais recente, os dois caminhos podem revelar pontos de encontro, mesmo

mantendo entre si uma autonomia de percurso. Aliás, essa parece ser a característica predominante nos estudos sobre a sexualidade que têm procurado, de uma maneira geral, aliar — de modos distintos e em maior ou menor escala — a avaliação das estratégias disciplinares expressas em diferentes discursos normativos da sexualidade com a investigação das práticas sexuais vivenciadas.

Antes de passarmos a uma avaliação mais detalhada das questões colocadas por cada uma das linhas de análise acima referidas, detenhamo-nos brevemente na importância da mulher e do homossexual — bem como dos discursos repressivos e/ou normatizadores de suas condutas — como personagens privilegiados da história da sexualidade. A repercussão nos meios acadêmicos do movimento feminista e do movimento *gay,* organizados e consolidados nas sociedades contemporâneas a partir de fins dos anos 60 e inícios dos 70, pode ser apontada como um dos aspectos responsáveis pelo fato de que boa parte das reflexões em torno do discurso sobre o sexo, bem como das vivências e das práticas sexuais, foi produzida nos âmbitos da história da mulher e da história da homossexualidade.

No que se refere especificamente aos impasses colocados pela história da mulher para a história da sexualidade, é preciso sublinhar a relativa escassez de estudos sobre a sexualidade masculina. Uma das poucas exceções neste sentido é o trabalho extremamente interessante de Pierre Darmon que através, basicamente, da análise de processos civis e eclesiásticos procura retraçar "...dramas estranhos e desconhecidos de todos aqueles que, em razão de uma sexualidade reputada como falha, se vêem levados perante o juiz para pagar o resgate do mito ancestral da virilidade", bem como "... a história edificante de todos aqueles

que, em nome de um atributo viril que funciona segundo as normas do direito canônico, se erigem em juizes e pesquisadores zelosos do impotente".[3] Entre outros méritos, o estudo de Darmon pode nos levar a refletir sobre a questão de que a virilidade é vista muitas vozes como um atributo *natural* da sexualidade masculina, aprisionando-a a padrões tão rígidos quanto aqueles que submetem a sexualidade feminina, embora tais padrões sejam bastante específicos e distintos entre si, além de variáveis no tempo e no espaço.

Outro aspecto importante a ser registrado é o de que a produção historiográfica sobre a mulher de um modo geral e, particularmente, sobre a sexualidade feminina freqüentemente concebe a mulher como *vítima* ou como *rebelde* — ou ambas as coisas —, cuja ação limita-se a *aceitar* ou *negar,* raramente sendo vista como capaz de *criar* enquanto sujeito de sua própria história.

Tais questões, entre outras, têm conduzido a uma revisão dos próprios parâmetros da história da mulher que passa cada vez mais a ser pensada como uma história dos gêneros. Maria Clementina Pereira Cunha, por exemplo, propõe os novos termos de uma história social das mulheres que poderia adquirir maior

> "... densidade se enveredasse pela trama sutil de servidões voluntárias e pequenos assassinatos, das oposições explícitas e secretas solidariedades, da subordinação e insubordinação que se mesclam e confundem as relações de gênero e as relações sociais".[4]

Trata-se, ao meu ver, de considerações extremamente férteis, abrindo novas perspectivas para a própria história da sexualidade, centradas, de um lado, nas *relações* sexuais — hetero e/ou homossexuais envolvendo ambos os sexos —, inseridas no contexto das relações sociais e, de outro, na "circulação social" dos diferentes padrões culturais, nas "formas e limites de sua

introjeção" e na "sua prática pelas diferentes mulheres e homens". Neste sentido, cabe lembrar que a década de 1990 vem sendo marcada pelo aumento significativo de estudos e pesquisas — situados nos mais variados campos do conhecimento — que, a partir da perspectiva de gênero, privilegiam a especificidade da condição masculina.[5]

No que diz respeito às contribuições dos estudos sobre a homossexualidade para a história da sexualidade, duas questões, relacionadas entre si, revelam-se fundamentais. A primeira aponta para os significados profundamente distintos das relações homossexuais variáveis não apenas no tempo, no espaço e no universo das hierarquias sociais, mas também entre os sexos. Assim, por exemplo, na Grécia antiga, as relações homossexuais masculinas possuíam um significado completamente distinto das relações homossexuais femininas. E mesmo nas sociedades contemporâneas, nas quais a homossexualidade tende cada vez mais a se firmar como um "terceiro sexo" com o mesmo estatuto dos outros dois — ou seja, como uma opção legítima na busca do prazer sexual —, persistem diferenças marcantes entre a homossexualidade masculina e a feminina. Neste sentido, cabe destacar a escassez de estudos específicos dedicados à análise dos discursos sobre a homossexualidade feminina e/ou das práticas sexuais entre mulheres.[6] Tal escassez se deve possivelmente à ausência e/ou insuficiência de fontes sobre o tema. Mas, quais seriam as razões que explicariam esse silêncio das fontes? Alguns autores acreditam que ele se deve, sobretudo, ao fato de que nas sociedades ocidentais a homossexualidade feminina teria sido, pelo menos até o século XIX, mais tolerada do que a masculina.

Philippe Ariès aponta uma outra questão que assinala a importância da história da homossexualidade para a história da

sexualidade em geral. Trata-se da ruptura entre os limites que dividiam o mundo sexual do não-sexual, localizada por alguns autores, dentre os quais o próprio Ariès, a partir do século XVII, quando a sexualidade passaria a ser vista (e vivenciada?) não apenas nos limites da relação sexo/procriação, penetrando

> "... todos os setores da vida tanto dos indivíduos quanto das sociedades, onde antes passava despercebida. (...) O conhecimento e o reconhecimento da homossexualidade foi um dos aspectos mais atraentes dessa pansexualidade".[7]

Assim as investigações históricas que buscam compreender as relações homossexuais em diferentes sociedades podem (e devem) contribuir no sentido de se pensar os significados mais profundos e complexos das relações hetero e homossexuais no mundo contemporâneo.

Os caminhos abertos por Michel Foucault

Passemos agora a uma reflexão mais detida em torno dos dois caminhos aos quais nos referimos no início do texto. Examinemos, em primeiro lugar, as polêmicas contribuições de Michel Foucault para a história da sexualidade. A tese central da sua obra sobre a história da sexualidade, infelizmente inacabada,[8] é construída em torno do questionamento da "hipótese repressiva", segundo a qual o século XVII teria representado o marco inicial "de uma época de repressão própria das sociedades chamadas burguesas, e da qual talvez ainda não estivéssemos completamente liberados. Denominar o sexo seria, a partir desse momento, mais difícil e custoso". Contra tal concepção Foucault sublinha a emergência de uma "verdadeira explosão discursiva" sobre o sexo nos últimos três séculos, argumentando que:

> "Muito mais do que um mecanismo negativo de exclusão ou de rejeição, trata-se da colocação em funcionamento de uma rede sutil de discursos, saberes, prazeres e poderes; não se trata de um movimento obstinado em afastar o sexo selvagem para alguma região obscura e inacessível mas, pelo contrário, de processos que o disseminam na superfície das coisas e dos corpos, que o excitam, manifestam-no, fazem-no falar, implantam-no no real e lhe ordenam dizer a verdade: todo um cintilar visível do sexual refletido na multiplicidade dos discursos, na obstinação dos poderes e na conjugação do saber com o prazer."[9]

Assim, sem ser propriamente negada, a repressão assume uma outra dimensão e um outro significado: ela *não* é o elemento essencial para se pensar a questão da sexualidade nas sociedades contemporâneas. Priorizá-la nesse sentido, através da formulação de um discurso crítico, poderia conduzir a uma *ilusão* de ruptura. Para Foucault, a crítica da repressão poderia revelar-se tanto "como um novo episódio na atenuação das interdições", quanto "como forma mais ardilosa ou mais discreta de poder". A questão fundamental não seria, portanto, "porque somos reprimidos mas, por que dizemos, contra nosso presente e contra nós mesmos, que somos reprimidos?" No mesmo sentido, não caberia perguntar "por que o sexo é assim tão secreto?", mas sim, "por que essa grande caça à verdade do sexo, à verdade no sexo?" Em resumo, como e por que nos transformamos nas sociedades ocidentais contemporâneas em indivíduos cujo sentido mais profundo e verdadeiro estaria no sexo?

As teses que impulsionam a história da sexualidade de Michel Foucault são desenvolvidas em torno de um eixo básico: a constatação daquilo que atravessa os tempos e os lugares e a busca incansável no sentido de desvendar o significado mais profundo daquilo que *aparentemente* permanece. Ossos do ofício

de historiador? Lembremos que conforme observou Patrícia O'Brien,

> "Foucault não procurava a evolução ou a recorrência. O método dele consistia, basicamente, em isolar as diferenças e procurar as inversões. (...) O genealogista/historiador busca o começo, *não* a origem. Para Foucault, essa era uma distinção fundamental. As origens implicam causas; os começos implicam diferenças".[10]

A princípio Foucault pretendia fazer uma "história da sexualidade enquanto experiência", esta última entendida como "a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade e formas de subjetividade".[11] Sua pesquisa se restringiria fundamentalmente aos séculos XVIII e XIX, período no qual surgem e se difundem as quatro grandes estratégias a partir das quais os "dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo" são produzidos: a histerização do corpo da mulher, a pedagogização do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a psiquiatrização do prazer perverso. Tais estratégias revelariam a própria produção histórica da sexualidade.[12]

Mas, à medida que as investigações avançavam, ficava cada vez mais evidente a dificuldade de compreender "a formação e o desenvolvimento da experiência da sexualidade a partir do século XVIII, sem fazer, a propósito do desejo e do sujeito desejante, um trabalho histórico e crítico".[13] Assim, sem abandonar a idéia de que a repressão, a proibição, a lei e o código *não* se apresentam como categorias prioritárias na análise das questões relacionadas à sexualidade, Foucault decide reorganizar o plano de pesquisa original, buscando reconstruir e compreender a elaboração, lenta e complexa, durante a Antigüidade greco-romana, de uma hermenêutica de si. Enfrentando todos os riscos decorrentes de tal decisão, dentre os quais o de ter que lidar com uma

documentação pouco familiar ao autor, Foucault revela-se um estudioso profundamente sensível ao caráter dinâmico, sempre passível de reavaliações, renovações e reafirmações — movimento nem sempre tão *coerente* como desejam alguns — do conhecimento: "De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece?"[14]

Mas os caminhos e descaminhos das trajetórias do pensador/filósofo não o impediriam de se manter fiel aos substratos mais profundos de sua obra como um todo:

> "... afinal de contas, aquilo a que me atenho — a que me ative desde tantos anos — é a tarefa de evidenciar alguns elementos que possam servir para uma história da verdade. Uma história que não seria aquela do que poderia haver de verdadeiro nos conhecimentos; mas uma análise dos 'jogos de verdade', dos jogos entre o verdadeiro e o falso, através dos quais o ser se constitui historicamente como experiência, isto é, como podendo e devendo ser pensado".[15]

Não caberia aqui enveredarmos pelos múltiplos caminhos, às vezes bastante movediços e muitas vezes infrutíferos, das críticas formuladas a Michel Foucault. Mesmo porque boa parte delas nos levam a becos sem saída, já que se situam em universos de conceituação do que é ou do que deveria ser a história bastante distantes daquele construído por Foucault. Gostaríamos de registrar apenas o saldo *positivo* de todas as controvérsias e discussões geradas em torno de sua obra. As definições, classificações e acusações que pesam sobre as concepções foucaultianas são as mais variadas possíveis, o que pode demonstrar uma incompreensão de seus objetivos — nem sempre formulados da maneira *clara* e *coerente* apregoada por muitos —,

decorrente muitas vezes de posturas que *a priori* rejeitam qualquer esforço no sentido de *penetrar* no seu universo de pensamento para, antes de questioná-lo, tentar compreendê-lo. Mas, tal fato pode também revelar o caráter instigante e, portanto, profundamente fértil das reflexões do autor. Suas idéias — quer sejam aceitas integral ou parcialmente, quer sejam refutadas de forma mais ou menos consistente — têm o mérito indiscutível de abalar e mexer com pressupostos, concepções, certezas sobre as quais calmamente se assentavam muitas das perspectivas da análise histórica. Apesar de todos os problemas e conflitos da relação entre Michel Foucault e a história e do caráter complexo e contraditório do seu relacionamento com os historiadores — oscilando sempre entre variados matizes de aceitação e de rejeição —, é inegável que ele nos legou, através de suas proposta e questionamentos, contribuições profundamente valiosas, tendo, efetivamente, de uma forma ou de outra, influenciado as novas (ou renovadas) buscas das múltiplas possibilidades de se escrever a história.

No que se refere especificamente à história da sexualidade, costuma-se cobrar de Foucault, por exemplo, a ausência de uma preocupação com as "práticas sexuais reais", o que nos parece problemático, pois ele acredita que "não existe 'o' real que se atingiria com a condição de falar de tudo ou de certas coisas mais 'reais' do que outras..."[16]. Outro ponto bastante combatido é a recusa de Foucault em privilegiar a repressão como dado essencial para a compreensão das questões relacionadas à história da sexualidade anteriormente mencionada. Marilena Chauí, por exemplo, questiona *o pessimismo* de Foucault em relação à capacidade de libertação dos discursos críticos da repressão sexual.

"A idéia central de Foucault é que a liberação sexual, se for possível, não passa pela crítica da repressão sexual, mas pelo abandono do discurso da sexualidade e do objeto sexo e pela descoberta de uma nova relação com o corpo e com o prazer."[17]

Idéia da qual discorda a autora que, mesmo reconhecendo a importância das contribuições de Foucault e incorporando sua definição *positiva* da repressão, mostra-se incerta quanto à validade das soluções apontadas por ele, afirmando sua crença não apenas no amor e no prazer, mas também no inconsciente e no desejo. De qualquer forma, talvez seja conveniente relativizar o pessimismo, tão freqüentemente atribuído a Foucault, já que suas reflexões acerca da sexualidade podem, de fato, contribuir no sentido de se questionar, não num futuro remoto, mas no presente vivenciado, a relação poder/saber/prazer da qual, apesar da *revolução* dos anos 60, ainda estamos bastante impregnados.

O cotidiano da sexualidade: possibilidades de abordagens

A perspectiva de se estudar as vivências históricas das relações sexuais e amorosas recebeu um estímulo especial a partir dos trabalhos de Philippe Ariès sobre a criança e a vida familiar no Antigo Regime, publicados em 1960, e sobre as continuidades e descontinuidades das atitudes diante da morte do período medieval à atualidade, publicados em 1977.[18] Para Peter Burke, especialmente este último livro representou

"... um desafio aos demógrafos históricos; um desafio ao qual alguns deles respondem dando maior atenção ao papel dos valores e das 'mentalidades' no 'comportamento demográfico'; em outras palavras, pelo estudo da família, da sexualidade e, como desejava Febvre, da história do amor".[19]

Entre as pesquisas que se desenvolveram no âmbito da

história da sexualidade a partir das sementes lançadas por Ariès destacam-se os estudos de Jean-Louis Flandrin que em suas reflexões acerca do Antigo Regime francês privilegiou, entre outras, questões relacionadas diretamente às vivências da sexualidade e do amor. Em seus *Les amours paysannes,* publicado em 1975, propõe-se a fazer uma história da sexualidade entendida como uma história das práticas, dos comportamentos e dos gestos sexuais, numa perspectiva distinta, portanto, da defendida por Michel Foucault.[20] Entretanto, é preciso notar que não apenas os trabalhos de Jean-Louis Flandrin como muitos outros que desenvolvem análises no âmbito da história da sexualidade próximas às deste autor não deixam de incorporar, de um modo ou de outro, algumas das questões colocadas por Foucault.

A produção historiográfica caracterizada por abordagens do cotidiano da sexualidade tem-se tornado cada vez mais expressiva. Destacam-se, neste sentido, os estudos produzidos no âmbito da chamada *Nova História* que, dentre outros aspectos, se distingue pela incorporação de novos objetos, entre os quais a sexualidade, o corpo, as relações afetivas e amorosas ocupam um lugar de relevo. Seria impossível mencionar aqui as pesquisas que proliferaram nos últimos dez anos em torno das vivências históricas situadas neste universo temático. Uma boa amostragem dos trabalhos que vinham sendo desenvolvidos nessa linha em princípios dos anos 80 pode ser encontrada nas coletâneas intituladas *Sexualidades ocidentais e Amor e sexualidade no ocidente,* anteriormente referidas. Alguns textos aí publicados apresentam uma preocupação no sentido de tentar resgatar e compreender os comportamentos sexuais. Vale e pena lembrar, ainda, que vários textos publicados nos cinco volumes que

compõem a coleção *História da vida privada,* dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, referem-se ao cotidiano dos comportamentos sexuais e afetivos.

Acrescente-se também que no âmbito da produção historiográfica anglo-saxônia têm surgido contribuições profundamente significativas para a história cotidiana das relações sexuais e afetivas. Sobressaem, neste sentido, as análises e reflexões desenvolvidas, entre outros, por historiadores, antropólogos, filósofos e sociólogos norte-americanos. Mencione-se apenas a título de ilustração a obra importantíssima de Peter Gay sobre a experiência burguesa, da rainha Vitória a Freud, em que o autor, adotando uma perspectiva no sentido de integrar a psicologia à história, utiliza, entre outras fontes, diários íntimos e cartas pessoais, procurando discutir a distância entre os padrões normatizadores e os comportamentos sexuais e afetivos de homens e mulheres pertencentes aos setores burgueses das sociedades norte-americana e européia.[21] E, ainda, o estudo de Edmund Leites sobre a consciência puritana e a sexualidade moderna, no qual o autor analisa as Escrituras hebraicas, o Novo Testamento, grande parte dos textos filosóficos de Locke, as traduções da Bíblia por Martinho Lutero, considerados "textos significativos" para o estudo da "... história da consciência do casamento e da emoção nos séculos XVII e XVIII na Inglaterra".[22] Para avaliar a relação entre o ideal normativo do autocontrole expresso pelos puritanos e as práticas vivenciadas pelos mesmos, Leites utiliza algumas cartas que demonstram que "o ideal era, de fato, praticado", embora sejam insuficientes para precisar a extensão de tais práticas.

Dentro da produção norte-americana, a história dos gêneros, bem como a história do corpo apresentam-se como campos

privilegiados e bastante férteis para o estudo das questões relacionadas aos comportamentos sexuais. A proliferação de periódicos especialmente destinados a divulgar as pesquisas que são desenvolvidas em torno da problemática da sexualidade apresenta-se como indício significativo da importância que esse campo de estudo vem assumindo no conjunto das ciências sociais e, particularmente, da história, produzidas nos Estados Unidos.[23]

A perspectiva de análise dos comportamentos sexuais e das vivências afetivas conduz, no entanto, a alguns problemas relacionados à metodologia e às fontes. Problemas, aliás, comuns a outros objetos da história, tais como, por exemplo, a cultura popular, as vivências dos segmentos "marginais" das populações urbanas e rurais etc. A ausência ou escassez de documentos diretamente produzidos pelos camponeses, pelos artesãos, pelos operários, pelas mulheres, pelos homossexuais, enfim, pelos setores dominados ou marginalizados nas diferentes sociedades, coloca-se como um primeiro obstáculo ao historiador. Assim, a maioria das fontes de que dispomos para estudar esses personagens históricos são indiretas, na medida em que constituem discursos formulados pelos segmentos dominantes e/ou dirigentes. Mas, conforme observou Cario Ginzburg, não devemos nos deixar levar por essa dificuldade, abdicando das "tentativas de pesquisa nessa direção". E, mais adiante: "... não é preciso exagerar quando se fala em filtros e intermediários deformadores. O fato de uma fonte não ser 'objetiva' (mas nem mesmo um inventário é 'objetivo') não significa que seja inutilizável".[24]

Entre as fontes privilegiadas para o estudo da sexualidade, os processos jurídicos, civis ou criminais e eclesiásticos apresentam-se como uma das mais importantes, pois eles não

apenas expressam os discursos normativos/disciplinarizadores das condutas sexuais, como também deixam entrever, através das confissões e depoimentos das pessoas envolvidas, aspectos das vivências sexuais.[25] Contudo, o uso dos registros judiciais pode suscitar problemas delicados, embora contornáveis. Neste sentido, Peter Burke chama a atenção para o fato de que a partir dessas fontes os historiadores

> "... tentam reconstruir as suposições cotidianas, comuns, tendo como base os registros do que foram acontecimentos extraordinários nas vidas dos acusados: interrogatórios e julgamentos. Tentam reconstruir o que as pessoas pensavam, baseando-se naquilo que os acusados, que podem não ter sido um grupo típico, tinham preparado para dizer na situação incomum (para não dizer terrificante) em que se encontravam. Por isso é necessário ler os documentos nas entrelinhas".[26]

Além dessas fontes destacam-se também os diários e cartas íntimas; os textos literários; os discursos eclesiásticos, médicos e jurídicos; os registros de cronistas e viajantes. Conforme já salientaram vários autores, dentre os quais como vimos Ginzburg, não existem fontes objetivas, pois todo e qualquer discurso é socialmente produzido. Por isso é importante que a escrita da história passe a se pautar cada vez mais na busca de um novo tipo de validação que permita, conforme afirma Roger Chartier, "... encarar como possíveis, prováveis, verossímeis, as relações postuladas pelo historiador entre os vestígios documentais e os fenômenos indicados por eles...".[27] Esse talvez seja um caminho bastante fértil no enfrentamento dos obstáculos que se interpõem entre os historiadores da sexualidade e seus objetos, caracterizados, via de regra, como alvos bastante difíceis de serem atingidos. Como lembra Roy Porter, os estudos da problemática do corpo (e do sexo) *não* devem "desconsiderar os materiais

disponíveis mais cotidianos e tangíveis", mesmo reconhecendo-se que muitos silêncios e lacunas jamais poderão ser preenchidos.

> "Que posições de coito as pessoas usavam no século XVI ou no XVIII? Dificilmente saberemos. O primeiro registro escrito de diários e cartas é, em grande parte, reticente — e onde é eloqüente, provavelmente, não é representativo; e ainda há razões óbvias para um ceticismo saudável em relação à utilização do testemunho de fontes como gravuras pornográficas ou manuais de aconselhamento. Além disso, mesmo quando temos disponíveis numerosas fontes, estas requerem uma interpretação sutil e ainda assim podem mistificar."[28]

Outro ponto importante é o fato de que as vivências ou as práticas dos sujeitos históricos jamais podem ser vistas e compreendidas isoladas do contexto cultural em que são produzidas e difundidas e que lhes confere um sentido próprio e específico. Em outras palavras, para tentarmos decifrar os comportamentos sexuais característicos de uma determinada sociedade, é preciso tentarmos penetrar no universo complexo de seus valores, crenças, mitos etc., bastante diferente do nosso. Daí os riscos dos enfoques que privilegiam a quantificação. Desde o final da década de 1960, Jean-Louis Flandrin sublinhava os "limites e os perigos de uma aproximação puramente quantitativa das coisas" para a história da sexualidade. Contestando a possibilidade de se refletir sobre a vida sexual dos solteiros, por exemplo, a partir única ou prioritariamente da taxa de nascimentos ilegítimos, o autor afirma:

> "Em nenhuma época... a gravidez ilegítima nem as concepções pré-nupciais parecem nos dizer o essencial sobre a vida dos solteiros. Como a estatística das crianças achadas, ela nos esclarece sobre a atitude da sociedade em face da bastardia, do concubinato e das mães solteiras, grandes assuntos da história social mais do que da

história da sexualidade."[29]

A problemática da sexualidade na historiografia brasileira

A partir da década de 1980, verifica-se um interesse crescente dos historiadores brasileiros por temas relacionados ao sexo, ao corpo, ao desejo, ao amor etc. Embora as pesquisas desenvolvidas nessa linha expressem, sem dúvida, uma íntima vinculação com a produção historiográfica da chamada *Nova História,* sobretudo francesa, bem como com as idéias formuladas por Michel Foucault, é importante assinalar que tal produção tem-se caracterizado por uma busca constante no sentido de empreender abordagens originais e, portanto, mais adequadas às especificidades da sociedade brasileira.

Neste sentido vale lembrar que muitas das primeiras análises históricas em torno de temas como os comportamentos sexuais, os padrões normatizadores da sexualidade, a prostituição, o homossexualismo, entre outros, tiveram como uma das principais fontes de inspiração as obras de Gilberto Freyre. Como sabemos, tanto em *Casa grande e senzala,* quanto em *Sobrados e mucambos,* as vivências das relações sexuais e afetivas são temas privilegiados na análise da trajetória da sociedade brasileira do período colonial ao século XIX.[30] Durante muito tempo, a produção de Gilberto Freyre, submetida a críticas (muitas das quais extremamente procedentes), foi avaliada em termos quase exclusivamente negativos. Contudo, os rumos mais flexíveis e abertos que a produção historiográfica mais recente vem tomando possibilitaram a redescoberta e, até mesmo, uma espécie de redenção da obra do referido autor. Apesar de profundamente marcada por visões bastante preconceituosas e excessivamente generalizantes, é indubitável que ela representa, por outro lado,

uma contribuição importantíssima, particularmente para os historiadores das mentalidades e/ou das culturas. Pode-se afirmar que não apenas Gilberto Freyre, como também Sérgio Buarque de Holanda, mas numa perspectiva essencialmente distinta, produziram análises pioneiras, privilegiando os fatos mentais e/ou culturais num esforço de compreender as continuidades e descontinuidades que caracterizaram a história da sociedade brasileira.

Outra fonte de inspiração relevante para a referida análise foram os estudos sobre a família. Neste sentido, cabe ressaltar a importância dos enfoques desenvolvidos por alguns cientistas sociais — dentre os quais historiadores — no sentido de, por um lado, desmistificar o modelo da família patriarcal, concebido por Gilberto Freyre, por exemplo das relações familiares vivenciadas pelo conjunto da sociedade brasileira e, de outro, questionar as visões puramente quantitativistas que caracterizaram uma parte significativa das pesquisas desenvolvidas pela demografia histórica.[31]

A incorporação de objetos situados no âmbito da história da sexualidade e as especificidades das abordagens propostas pela historiografia brasileira podem ser avaliadas na coletânea *História e sexualidade no Brasil,* organizada por Ronaldo Vainfas, em 1986, reunindo vários artigos relativos a pesquisas já concluídas ou em andamento. A análise dessa produção, bem como das principais pesquisas desenvolvidas posteriormente, revela dois eixos temáticos básicos em torno dos quais se desenrolam as abordagens da sexualidade. Como na produção estrangeira, ambos encontram-se profundamente marcados pela presença de personagens femininos e homossexuais.[32]

O primeiro eixo compreende as análises que se concentram,

sobretudo, no contexto colonial. As questões relativas à sexualidade são tratadas a partir de reflexões que buscam não apenas compreender o significado da Contra-Reforma e da presença da Igreja católica neste contexto, mas também desvendar a multiplicidade étnica e cultural que o caracterizaram. A documentação inquisitorial produzida durante as visitações do Santo Ofício apresenta-se como uma fonte extremamente rica, sendo privilegiada em muitas das pesquisas desenvolvidas em torno deste primeiro eixo temático. Os documentos relativos às devassas e às visitações diocesanas; a tratadística e correspondência eclesiásticas; os relatos de cronistas e viajantes; os textos jurídicos; os opúsculos médicos etc.; também constituem fontes importantíssimas para uma avaliação do confronto entre os padrões normatizadores fixados pela doutrina cristã e os comportamentos e atitudes sexuais da população colonial. Entre as principais questões abordadas nas pesquisas situadas neste universo temático destacam-se, por exemplo, o cotidiano das práticas religiosas e a relação entre crenças religiosas e colonialismo; o papel moralizador da Inquisição e as práticas cotidianas da sexualidade na Colônia; a especificidade da sodomia e do lesbianismo no contexto colonial; imagens e vivências femininas no Brasil Colonial.[33]

As investigações que privilegiam a problemática relativa à construção de uma nova ordem na sociedade brasileira a partir das transformações que marcaram o mundo do trabalho com a extinção das relações escravistas constituem o segundo eixo temático. Concentrados, sobretudo, no período compreendido entre fins do século XIX e início do XX, tais estudos revelam como preocupação prioritária a análise da formulação de novas estratégias disciplinares que assegurassem, de forma mais efetiva

e eficaz, o controle social num momento caracterizado por mudanças significativas em todas as dimensões da sociedade. Dentre estas estratégias destacam-se, por exemplo, as tentativas empreendidas por alguns setores intelectuais e/ou dirigentes — tais como médicos, juristas, higienistas, policiais, administradores, políticos — no sentido de impor novos padrões morais que normatizassem as condutas sexuais e afetivas do conjunto da população. Os processos criminais apresentam-se como uma das fontes mais ricas para o tratamento dessas questões, especialmente no que se refere à busca de indícios capazes de, por um lado, revelar as atitudes e comportamentos cotidianos e, por outro, viabilizar reflexões em torno da introjeção/rejeição dos valores dominantes pelos setores populares. Outras fontes importantes, e largamente utilizadas, são os escritos médicos, jurídicos, policiais, literários, bem como os relatos de viajantes, cronistas, memorialistas e as notícias e editoriais publicados em jornais e revistas. Das principais questões abordadas pela produção historiográfica situada nesse segundo eixo temático ressalte-se, entre outras, a relação entre os padrões normatizadores e os comportamentos sexuais e afetivos; a problemática da prostituição; e a relação entre sexualidade e loucura.[34]

Acredito que a incorporação pela história de objetos tais como a sexualidade, o corpo, o amor, entre outros, pode representar o aprofundamento de reflexões bastante significativas em torno, por exemplo, da vida cotidiana, vista como palco privilegiado da diversidade das vivências e idéias, dos fatos culturais e, portanto, das tensões e conflitos considerados em sua dimensão microscópica e que expressam não apenas continuidades e permanências, mas também as pequenas grandes

mudanças operadas de forma quase invisível no dia-a-dia de personagens de carne e osso. Seja qual for o objeto escolhido pelo historiador, ele pode ser consistente e originar investigações profundas e importantes. Talvez as esperanças de sínteses futuras expressas por Peter Burke sejam um caminho fértil para a superação de alguns obstáculos gerados ou persistentes nos caminhos abertos pela nova (ou renovada) escrita da história. E, como sugere esse autor inspirado nas idéias do historiador Michael Kammen, é possível que a cultura — concebida no sentido antropológico — venha a se constituir no campo privilegiado desta interação.

❖ 14 ❖

HISTÓRIA E ETNIA

Edgard Ferreira Neto

Alteridade e etnocentrismo no Ocidente

A concepção cristã medieval sobre o diálogo da cristandade com outras culturas era essencialmente autocentrada: fundava-se numa suposta superioridade da *religião* cristã sobre todas as outras que existiam no mundo e, conseqüentemente, da *sociedade* cristã — fruto de uma revelação religiosa/histórica — sobre todas as demais. Isidoro de Sevilha, por exemplo, no século VII, considerava a existência de apenas duas religiões no mundo: a dos cristãos e a dos pagãos e gentios; e igualmente postulava que os seres existentes fora dos limites da cristandade deveriam ser, de uma ou de outra forma, criaturas monstruosas.[1]

O fato, anotado por Todorov, de o cristianismo medieval ser "alocêntrico", ou seja, de seu centro místico se encontrar fora de seus limites, isto é, em Jerusalém ocupada pelos muçulmanos —[2] o que propiciava um permanente movimento para fora do mundo cristão — não parece haver tornado os ocidentais medievais mais sensíveis às dinâmicas de existências das outras culturas do que seus predecessores clássicos ou outros povos igualmente etnocentrados. Apesar das permanentes rotas de peregrinação e contatos comerciais diversos, durante a Idade Média, os

muçulmanos geralmente eram representados como "monstros diabólicos, fisicamente disformes", mesmo porque tanto ou mais importantes do que a Jerusalém real, a Jerusalém celeste, mística e interior se impunha como elemento sacralizador da cristandade. Na luta contra o Islã, ou contra os gentios, infiéis e pagãos em geral, pela defesa da Fé revelada, os limites da cristandade eram também entendidos como os limites do humano.

A consideração clássica de que o homem se distinguia essencialmente daqueles seres chamados bárbaros, na medida em que eram *racionais* e *virtuosos* enquanto os bárbaros eram *irracionais, ferozes e cruéis,* foi herdada pelo cristianismo. Também os cristãos viam os outros, os bárbaros, os que estavam fora dos limites do mundo cristão, como alienados da virtude — ou seja, da humanidade. Mas na tradição cristã a *virtude* não era apenas a *racionalidade* humana, mas também a *receptividade* à *graça divina;* e esses dois elementos conjugados foram entendidos como os pilares estruturantes da autêntica condição humana. A inferioridade do espírito — e supostamente do corpo — dos outros não apenas caracterizava o seu distanciamento da plenitude da forma humana mas também tornava viável, por exemplo, a sua escravidão. Santo Tomás de Aquino nesse sentido acompanhava Aristóteles quando também admite que espíritos inferiores com corpos robustos eram destinados pela natureza a serem servos.[3]

É verdade que, desde os século XII e XIII, a aceleração dos contatos comerciais com o Oriente deu origem a uma literatura de viagens extremamente importante para um provável reconhecimento da humanidade do outro. O caráter descritivo/comparativo de obras como a de William de Rusbruck, que viajou entre 1253-55 da França ao país dos tártaros ("eles têm em suas mãos um cordão de cem ou duzentas contas, como o

nosso rosário", escreveria, apontando similitudes), assinala a permanente imposição da necessidade e utilidade de conhecer e dialogar com outras culturas.

Mas é a partir do processo denominado por Marx de "acumulação primitiva de capital", ocorrido "no último terço do século XV e nas primeiras décadas do século XVI", que virá à tona uma seqüência generalizada — e não apenas localizada — de vivências sociais e culturais que permitirão rupturas, evidentemente que traumáticas, no entendimento etnocentrado do mundo, até então prevalecente e dominante. A descoberta da humanidade do outro é, sem dúvida, como a descoberta da América, um dos acontecimentos mais surpreendentes da história do Ocidente.[4]

Esse acontecimento foi fruto, principalmente, da associação de dois fatores. Em primeiro lugar, a expansão comercial da Europa Ocidental, que levou ao contato e ao estabelecimento de relações permanentes e comerciais com diferentes povos e culturas do mundo. As relações eventuais ou meramente tributárias, os saques ocasionais, deram lugar a relações de exploração e/ou interação mercantins, nas quais os agentes passaram a ser não apenas um ou outro viajante mas multidões — que se transferem para os mais distantes locais do globo. Processo socialmente vivenciado pelos europeus e que insere os "universos compartimentalizados" das culturas então existentes no mundo em uma estrutura mundial/planetária de acumulação de riquezas.

Esses contatos possuíram duas dinâmicas: uma que estruturava a dominação e a escravidão, etnocentrada e excludente. Colombo, por exemplo, escreve que "não encontrou monstruosidades humanas, como era esperado", mas soube,

através de índios, da existência de seres de um olho e com cabeças de cães; contatos baseados na permanência de perspectivas etnocentradas tradicionais e na necessidade de estruturar a exploração. Outra dinâmica é aquela que, simultaneamente, rompia, pela vivência empírica do contato — humano — com o outro (mas não sem traumas e resistências), as concepções tradicionais sobre a restrição da humanidade, da virtude e da racionalidade, aos cristãos; e, conseqüentemente, dos elementos religiosos/ideológicos que fundavam essa concepção de humanidade. Dinâmica também decorrente da convivência e de articulações comerciais necessárias com povos até então desconhecidos dos europeus. O debate entre Bartolomeu de las Casas e Juan Gines Sepúlveda acerca da humanidade ou não-humanidade dos índios da América em 1550-1551, em Valladolid, é um dos primeiros momentos de vivência desse movimento contraditório, mas já atesta uma superação parcial do etnocentrismo medieval e o surgimento, no Ocidente, da necessidade de novas formas de entendimento do outro.

Em segundo lugar, a descoberta da humanidade do outro fundou-se igualmente em um movimento interno ocorrido na Europa Ocidental, decorrente da desagregação do feudalismo. O processo de expropriação dos indivíduos dos seus meios de produção, que fundou a sociedade moderna, ao mesmo tempo que abriu caminho para a venda da força de trabalho e da escravização do indivíduo ao capital, liberou-o também das estruturas e valores familiares e rurais feudais tradicionais, autocentrados e limitadores do exercício de vontades individuais.

Esse processo instaura as bases de uma concepção de liberdade individual associada principalmente a um processo de preenchimento existencial centrado na aquisição de mercadorias,

e não mais a satisfação dos desígnios morais da comunidade rural. Por outro lado também repousa em graus maiores ou menores de escolha de padrões de comportamento. Isto ocorre na medida em que a lógica utilitarista imposta à vida estabelece poucos limites como sagrados e se alimenta precisamente da ambição do “ter” que, livrando o indivíduo do comunitarismo rural, é vivenciada principalmente em função de satisfações individuais nem sempre totais ou facilmente controláveis e programáveis.

O ato de ser o que se é, uma das bases da realização individual e conseqüência da ruptura com os padrões estabelecidos de comportamento que o próprio capitalismo termina por estimular, se por um lado atende a esse sentido geral do processo de desenvolvimento da lógica capitalista, também torna a existência social particularmente complexa e difícil, já que a sociedade se torna extremamente heterogênea e algo anárquica. Também aqui existem dois caminhos entrelaçados: o da não-aceitação da pluralidade individual plena e o estabelecimento de condutas homogêneas em sociedade através da força (uma reação da ordem) ou o da aceitação da pluralidade, o que pode assegurar, mesmo na heterogeneidade, uma dada harmonia social para a realização individual (o que também pode implicar ordem). A descoberta da humanidade do outro, a partir do século XVI, é, assim, um fenômeno social contraditório, que funda a necessidade de atitudes, mais ou menos intensas, de tolerância ou de intolerância, na busca da ordenação do indivíduo. Essa descoberta surge da vivência do novo valor do eu individual e dos processos pelos quais, em sociedade, ele pode se desenvolver, no sentido simultâneo da busca de sua plenitude e da limitação de sua expansão.

Esses dois fatores, a expansão comercial (e a vivência da pluralidade cultural) e o desenvolvimento do indivíduo (e a vivência da pluralidade e heterogeneidade social) estão, portanto, na raiz da descoberta da humanidade do outro. Seja o outro distante, seja o outro próximo. E ainda mais, se considerarmos que os dois processos exigiram o desenvolvimento de rupturas sociais/individuais que fizeram brotar as contradições dos agentes sociais sufocados pelos padrões de conduta autocentrados que excluíam a diferença (no mundo exterior vendo o estrangeiro como um animal, na sociedade, vendo o outro como um desviante em potencial), podemos afirmar que só o entendimento de si próprio — das reais similitudes da dinâmica cultural cristã diante de outras culturas e dos desejos e paixões do indivíduo diante dos outros — permitiu a existência de um processo de aceitação das diferenças.[5] No horizonte do desenvolvimento da sociedade capitalista, uma de suas tendências históricas, desde os seus primórdios, é, portanto, o da fusão da descoberta de si com a descoberta do outro.

A dinâmica plural das experiências vivenciadas pelos europeus, no decorrer do processo de expansão comercial, tornou transparente o caráter multifacetado das experiências humanas no planeta Terra, ao passo que as reações diversas dos indivíduos cristãos ocidentais aos outros demonstrariam as múltiplas possibilidades de exercício da individualidade. A primitiva concepção dual de Isidoro de Sevilha já não mais servia às realidades das práticas comerciais e existenciais posteriores ao século XVI. Las Casas, por exemplo, criticaria a utilização de categorias antigas para fenômenos modernos. Mas é claro que essa crise óbvia e socialmente vivida da visão de uma população mundial dividida entre humanos e semi-humanos não podia se

processar de forma tranqüila.

O próprio método comparativo e hierarquizador que servia para discriminar as diferenças entre os europeus cristãos e os outros rapidamente demonstrou os seus perigos ao colocar também em evidência as similitudes existentes entre as culturas. Este método *tendia a relativizar a plena identificação* entre *as formas de organização do mundo cristão ocidental e a realização da racionalidade e da virtude,* na medida em que se descobriam *alguns elementos de razão, de virtude, entre outros povos.* Se outros povos também eram racionais, também eram dotados de virtudes, "qual salvaguarda pode existir contra comportamentos não-naturais — canibalismo, por exemplo?", esta era a pergunta daqueles que descobriam elementos de virtude mesmo entre os não-cristãos, segundo Pagden, e temiam se igualar ou se confundir com eles. Por isso, a compreensão do outro, como em Cortês, podia vir junto com a sua destruição, como apontou Todorov, considerado ato necessário não só para a dominação, mas para a preservação do caráter singular do ser cristão num mundo que colocava em evidência a sua não-singularidade.

A necessidade, portanto, de preservar o caráter especial da Europa cristã, os seus desígnios sagrados, os seus mecanismos de controle social arraigados em séculos, levou, no processo de descoberta do outro, a tentativas de encontrar elementos concretos que permitissem distinguir o europeu cristão dos povos descobertos. O fato de os "outros" não apenas falarem, mas articularem idéias, de reconhecerem o papel e a força que os unem à comunidade, retirou-os imediatamente daquela categoria de *sylvestres homines,* animais, mas não foram imediatamente guindados às categorias plenas nem de animais sociais nem de animais sociáveis, ou seja, de iguais.

Las Casas, por exemplo, estabeleceu uma hierarquia de quatro tipos de bárbaros, de “outros”: primeiro, os ferozes, contrários à razão humana; segundo, os que não possuíam um idioma literário; terceiro, os que viviam sem leis nem cidades; e quarto, os que não eram cristãos. Uma hierarquia que obscurecia, assim, a perspectiva dual existente, ainda que a mantivesse, pois alocava, no topo da humanidade, os cristãos. Articulava, além do mais, na perspectiva aristotélica, uma associação entre a *razão e a fé cristã* a *uma hierarquia natural das culturas,* que podia ser visualizada na capacidade dos povos em se expressarem literariamente e em se organizarem em estados e cidades. Os elementos da organização social enquanto comprovações do desenvolvimento da racionalidade foram, dessa forma, consolidados com critérios de estabelecimento do grau de humanidade ou de barbárie, ou selvageria, existente em um determinado povo ou cultura.

A idéia da evolução histórica das culturas foi também aqui articulada, sendo particularmente importante na preservação da singularidade da ascendência ocidental. Las Casas comparava o estágio de barbárie dos índios com o estado de paganismo dos europeus antes de se tornarem cristãos. Essa abordagem era interessante para o padre José Acosta, pois, segundo ele, esses povos podiam ser úteis para explicar a história das comunidades humanas, principalmente a da cristã, que se encontrava, como se passava a depreender, no ponto culminante da história. A aceitação da racionalidade dos outros povos não significava, portanto, o reconhecimento de sua igualdade, pois mesmo racionais *não compartilhavam da mesma temporalidade.* A viagem de uma cultura à outra equivalia a uma viagem no tempo.

Francisco de Vitória, teólogo espanhol, foi ainda mais longe:

“Vemos entre nós [também] muitas pessoas que são pouco diferentes de animais brutos”, comparando os pobres e miseráveis da Europa aos índios e outros povos descobertos pelos europeus. Não apenas se verifica aquele processo anotado por Sérgio Buarque de Holanda para quem “a distância no espaço toma o lugar da distância no tempo”[6] (a América distante sendo vista como o passado), como também a própria distância social adquiria a feição de uma distância histórica/evolutiva. Reafirmava-se, ao mesmo tempo, a ascendência dos segmentos dominantes da Europa tanto sobre outras culturas quanto sobre os segmentos excluídos de sua própria sociedade, os expropriados em ambas as perspectivas.

Mas o reconhecimento da humanidade do outro não podia mais ser abandonado, quanto mais porque a sociedade e o pensamento ocidental marchavam, internamente, para formas ainda mais desenvolvidas de aceitação de diferenças e de tolerância, que propiciariam, no século XVIII, a derrocada do Antigo Regime. A necessidade de maior controle sobre as categorias, próprias do desenvolvimento do pensamento científico, fez com que o pensamento ocidental caminhasse para formas mais elaboradas de classificação dos outros.

Carlos Linneo, naturalista e classificador de seres vivos no século das Luzes, procurou consolidar a identidade dos diversos grupos de seres humanos, uns diante de outros, a partir de uma conjugação de características físicas/biológicas e traços comportamentais predominantes que, segundo ele, definiam aquilo que denominou de “raças” humanas. Linneo considerava que essas características também demarcavam uma certa hierarquia moral, mesmo que biologizada, já que ao homem asiático cabia “a crueldade, a melancolia”, ao africano “a maldade,

a astúcia", e ao europeu "o gênio e a inventiva".[7] Artur Gobineau, que desenvolveu a teoria das raças e de suas desigualdades, prosseguiu no mesmo caminho de consideração das características inerentes ao amarelos, negros e brancos, denunciando principalmente a miscigenação, que trazia em si a infalível decadência dessas particularidades.[8]

O critério biológico se impôs, para esses pensadores, no decorrer do processo de desenvolvimento das ciências naturais nos séculos XVIII e XIX, como único critério supostamente objetivo para o estabelecimento de classificações legitimadoras de compartimentalizações e exclusões entre as culturas. Forneciam, assim, elementos de evidência "científica" para a preservação da ascendência ocidental através da consolidação de categorias laicas e "racionais", em substituição às exclusivamente religiosas. A ascendência dos brancos ocidentais sobre o restante da humanidade, reciclada, portanto, continuou preservada no discurso sobre o outro. O século XIX assistiu a uma nova e gigantesca leva de expansão européia pelo mundo, que em grande parte foi mantida sob controle através da existência de um projeto missionário de implantação dos "valores superiores" da civilização ocidental no planeta. Tais valores fundar-se-iam doravante nas novas perspectivas racistas, ou na tradicional teoria de evolução histórica das culturas. Foi a necessidade de ampliar ainda mais, com o auxílio de instrumentais ainda mais rígidos de inquérito científico, o poder sobre os povos conquistados — nesse momento principalmente na África e Ásia — que conduziu o Ocidente a mais uma sucessão intensa de vivências da diferença e do outro. No entanto, para aqueles que se dedicaram a provar, cientificamente, a partir do instrumental especialmente criado para isto, a realidade da divisão dos homens em "raças", e em "tempos"

diferentes, tornou-se evidente que também essas classificações eram insustentáveis. A especificidade e a integridade cultural do outro terminariam se impondo.

Críticas antropológicas às concepções etnocêntricas

Durante o século XIX e boa parte do século XX não faltaram esforços no sentido de aprimorar e estabelecer com precisão o conceito de raça; naquela perspectiva que o saber do século XVIII legou como a mais positiva: a perspectiva biológica — comportamental. Em outras palavras: impôs-se a perspectiva que buscava nas diferenças físicas entre os homens indícios de caráter e de personalidade, o que terminava por localizar, no contexto da cientificidade, a explicação biológica material do atraso tecnológico de muitas sociedades humanas. Legitimando domínios, tutelas e, eventualmente, extermínios em massa, não faltaram trabalhos preocupados em demonstrar o atraso histórico das culturas não-ocidentais.

Nunca se chegou a um acordo claro sobre o número e caráter das raças humanas. O número de raças, definidas a partir de critérios físicos, transitou entre as três tradicionais, cinco ou mesmo trinta e duas.[9] O problema principal que ficou evidente desde o início é que a mensuração e observação dos traços fenotípicos sempre deram poucas indicações sobre as estruturas genotípicas. Os grupos sangüíneos, vistos em determinada época como esperança no estabelecimento de alguma lógica de distinção das raças humanas, revelaram-se ineficazes nesse sentido, já que não correspondem de maneira evidente a “raças” específicas.[10] O mesmo ocorreria com as diferenças cranianas, particularmente emblemáticas na medida em que diriam respeito ao desenvolvimento da capacidade intelectual das raças. Pesquisas

feitas durante décadas não revelaram diferenças relevantes entre etnias ou alterações substanciais que permitissem o estabelecimento de associações entre comportamentos e volume cerebral.[11]

O conceito de raça, assim, apesar de sustentado oficialmente, não resistiu ao inquérito proposto pelos seus próprios promotores. Desde o princípio do século, Deniker (1900) afirmava, criticando o conceito de raça: "Existem *grupos étnicos,* formados em função da comunidade de língua, religiões, instituições sociais, que têm a capacidade *de unir homens de uma ou várias... variedades",* e "variedades" queria dizer também cor de pele. Mais tarde, Huxley e Haddon (1936) corroboraram esta perspectiva: "A existência de subespécies humanas é pura hipótese. Nenhum grupo humano corresponde precisamente às subespécies animais... para as populações existentes deve-se utilizar o termo grupo étnico. O que existe... [são] grupos étnicos arbitrários, inter-relacionando-se uns com os outros."[12]

O surgimento dessa percepção horizontal dos grupos humanos foi possível em grande parte graças às grandes comoções sociais das sociedades ocidentais, durante os séculos XIX e XX, através das quais grupos excluídos forçaram, de diversas formas, a sua entrada nas considerações do sistema. Mas também foi fruto de experiências antropológicas profundas que buscavam o conhecimento dos povos ditos então "selvagens" a fim de estabelecer mecanismos mais elaborados de domínio frente às novas exigências do processo de acumulação e das resistências apresentadas a estas.

O trabalho de E.E. Evans-Pritchard,[13] sobre os Azande, povo da África Central, por exemplo, foi realizado no decorrer de uma missão de pesquisa oficial britânica do autor junto àquele povo,

mas constituiu-se, simultaneamente, em um momento importante da descoberta da complexidade inquietante — e às vezes misteriosa — do outro. Para aqueles que, como Edward B. Tylor[14] e James George Frazer,[15] persistiam na clássica posição de Acosta, desenvolvendo-a, e consideravam os "selvagens" úteis na medida em que esclareciam aspectos da história do Ocidente, não existiam muitos mistérios e complexidades entre os "primitivos". A história ocidental supostamente os abarcava e neles reconhecia estágios arcaicos de comportamento e organização social, inferiores dentro da hierarquia histórica que, desde o século XVI, imperava nas relações da Europa com o mundo. As trocas eram desiguais, pois poucas coisas eles tinham a dar à cultura ocidental. Trabalhos como o de Evans-Pritchard, e outros, de entranhamento e convivência racional e emocional com o outro, à luz de uma metodologia laica, revelavam, ao contrário, a complexidade extraordinária dos povos "selvagens" e seus elaborados processos de abstração, nem sempre abarcáveis pela razão ocidental. Abriram caminho, sem dúvida, para estudos antropológicos ainda mais profundos, que terminaram por fornecer as bases para a erosão ainda mais acentuada do etnocentrismo ocidental.

Não foi sem espanto, e encanto, que a antropologia do século XX, num processo que se exterioriza principalmente em Lévi-Strauss, atingiu a percepção da capacidade das outras culturas — e não só das grandes civilizações asiáticas, africanas e americanas, mas também dos povos tribais, sem tradição escrita — em desenvolver abstrações[16] diferentes, mas tão ricas de significados quanto as dos ocidentais. "O pensamento daqueles a que chamamos 'primitivo' é raramente dirigido para realidades do mesmo nível daquelas às quais a ciência moderna está ligada;

[mas] implica diligências intelectuais e método de observação semelhantes. Nos dois casos o universo é objeto do pensamento, pelo menos como meio de satisfazer a necessidades."

Livre dos freios religiosos, do biologismo do século XVIII e do evolucionismo cultural, o olhar sobre o outro adquiriu, por fim, uma mesma dimensão humana e temporal. "Estamos, primeiro, em presença de sociedades justapostas no espaço, umas ao lado das outras... mas, afinal, contemporâneas",[17] afirmou Claude Lévi-Strauss. Superou-se, portanto, a barreira do etnocentramento, e o outro apareceu pleno, em sua integridade e riqueza cultural, como um igual, na sua diferença. O grupo étnico, no lugar da raça, como reiterou Montagu, surgiu por fim como um elemento definidor da identidade de grupos humanos, por dar conta das aglutinações culturais historicamente verificáveis entre os seres, cujas razões e dinâmicas extrapolam a concentração de melanina que têm em suas peles, permitindo a percepção do homem, na sua diversidade, como animal essencialmente cultural.

Para a história, as repercussões dessas constatações foram enormes; derrubaram a visão etnocêntrica que se tinha sobre a história dos diversos grupos humanos e da natureza de seus contatos: "Os povos sem escrita" — afirma, não sem evidente surpresa, Pierre Clastres — "não são então menos adultos do que as sociedades letradas. *Sua história é tão profunda quanto a nossa.*"[18] Definitivamente o outro se impôs, e a história se tornou um gigantesco e complexo diálogo entre culturas de densidades históricas análogas. O pensamento ocidental exteriorizou e aprofundou, assim, o seu processo de descentração.

Etnia e história

A desqualificação dos valores da cultura cristã ocidental

como superiores aos das demais culturas da humanidade assinalou também o fim da qualificação dos atos históricos em função de justificativas morais cristãs ocidentais. A história das diversas etnias foi, dessa forma, gradualmente desprovida de juízos de valor próprios aos sentimentos cristãos, que são específicos da cultura ocidental, e não universais ou naturais.

Esse processo marcou o surgimento de uma história das etnias, uma etno-história, não mais central na metodologia comparativa hierarquizadora que imperou de diferentes maneiras nos séculos XVI-XIX, mas na revelação do desenvolvimento histórico dos diversos grupos étnicos a partir das suas particularidades e universos próprios. “A história” — escreveu Marshall Shalins — “é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas.”[19] “Diferentes culturas, diferentes historicidades”, corroborou Aletta Biersack. Essa valorização da dinâmica própria dos “saberes locais”, para utilizar uma expressão de Clifford Geertz, e a sua articulação com uma “história local”,[20] aprofundou a intimidade entre a antropologia e a história. Intimidade que significou a consideração das dinâmicas próprias dos fenômenos culturais específicos na estruturação histórica — social e econômica — das sociedades e no seu inevitável e necessário diálogo com outras.

Essa consideração permitiu a abertura de um entendimento mais profundo dos processos de identidade e de transações entre os grupos étnicos. “As sociedades humanas reais são sistemas abertos sem fronteiras”, afirmou Edmund Leach,[21] que possuem dinâmicas próprias mas estão, ao mesmo tempo, em permanentes inter-relações com outras. A etno-história, enquanto também história de inevitáveis e permanentes contatos culturais, tornou-

se, assim, o estudo *dos grupos étnicos e de suas interações mútuas.* Os grupos étnicos contam cada qual com os seus próprios valores mas procuram exercer sempre, sobre outros, um processo classificador e incorporador. Shalins anotou, por exemplo, a dinâmica do movimento simbólico açambarcador dos povos havaianos sobre os ocidentais, no seu estudo sobre a morte do capitão Cook. Simultaneamente, os grupos étnicos recolhem, através dos movimentos do outro, elementos culturais que lhes permitem reestruturar a visão sobre sua própria cultura.[22] Tratam-se de processos permanentes e ininterruptos de contatos, que permitiram a Lévi-Strauss afirmar que *nenhuma cultura existe em estado isolado.* Essa dinâmica nos impede, portanto, de encontrar o que as etnias realmente são, já que identidade étnica é sempre fruto de um processo de interferência entre duas ou mais tradições culturais. *A "história local" é também uma história global.*

Nesse sentido, as dinâmicas históricas de aculturação tornaram-se particularmente importantes para o historiador. Nathan Wachtel certa vez descreveu os processos de *integração* (incorporação de elementos culturais estranhos ao sistema local que os submete aos seus próprios esquemas e categorias) e os de *assimilação* (incorporação de elementos estranhos através da eliminação das tradições locais), que eventualmente geram fenômenos de sincretismo ou de disjunção (limitação do âmbito de atuação dos elementos estranhos).[23]

Mas dificilmente estes processos de aculturação, apesar de caracterizáveis, podem ser entendidos como excludentes mutuamente. A existência de aculturações não permite que as visualizemos como direcionadas exclusivamente em um sentido, já que são sempre recíprocas. E como não podem, também, ser

qualificadas dentro de princípios morais universais, perdem a sinalização, para bem ou para mal, que eventualmente lhes era emprestada. Assim, como não se depreende mais a ação cultural do Ocidente sobre as outras culturas como uma ação moralmente positiva, não se pode depreendê-la como moralmente negativa, com o risco de repetir, com sinais trocados, a mesma perspectiva de incompreensão dos outros, transferindo-a à história da cultura ocidental, que é agente aculturador, mas também sofre processos de aculturação.

É o que se passa com quaisquer juízos negativos que possamos traçar sobre a qualidade de atos, por exemplo, dos conquistadores espanhóis da América. Na verdade, pouco esclarecem, projetados nos séculos XVI e XVII, sobre a natureza dos processos de expansão comercial/cultural européia, pois emprestando sinais negativos, de matriz contemporânea, aos atos do passado, impedem a visão clara de aspectos multifacetados da cultura cristã-ocidental que devem ser reconhecidos não como moral ou politicamente condenáveis, mas como históricos, bases estruturantes da sociedade em que vivemos. Além do mais, essa valoração moral e esse juízo político contemporâneo obscurecem a realidade da dinâmica das trocas culturais, pois transmitem a impressão errônea de que o Ocidente nada recebeu do seu contato com as culturas ameríndias da América — além da culpa pelos crimes praticados.

São inegáveis os efeitos culturais recíprocos que as culturas se oferecem no decorrer dos contatos. Não há, portanto, uma “história dos vencidos”, já que “vencedores” em determinados aspectos culturais, assinalados por povos conquistados, podem se apresentar também como “vencidos” em outros. O estabelecimento do poder efetivo europeu sobre os ameríndios não significou a

preservação de sua imunidade cultural. E não podemos deixar de constatar que o crescente triunfo da cultura ocidental sobre o mundo abriu caminho para a desestruturação de alguns de seus elementos mais íntimos, etnocêntricos, que fundavam o seu suposto caráter especial no mundo e na história. Esse processo de expansão permitiu alterações fundamentais na sua forma de entender o mundo e a sociedade.

Os contatos culturais são experiências infinitamente ricas e complexas, que também envolvem, eventualmente, as hoje condenáveis tentativas de extermínio cultural. No entanto essa dinâmica nunca foi exclusiva dos europeus ocidentais, como não é ainda hoje, mas característica de experiências culturais dos mais diversos povos. Compreender os outros é, certamente, não idealizá-los. Assim como compreender a dinâmica histórica dos grupos étnicos é entendê-los em sua complexidade real. Afirmar que determinadas culturas não compartilharam de práticas aculturadoras análogas às realizadas, por exemplo, pelo Ocidente, é negar as bases dos processos permanentes de interações entre as culturas.[24] É defender, portanto, *atitudes semelhantes às sustentadas, ainda hoje, por vários segmentos da sociedade ocidental* de defesa de superioridades ou inferioridades étnicas.

Mas, como alertou Le Goff — e como já pudemos depreender —, a importância da associação entre a antropologia e a história não se resume apenas ao estudo dos processos de aculturação entre os grupos étnicos, mas também ao estudo da dinâmica interna de aculturações no interior das sociedades.[25] Trata-se da problematização do estudo das aculturações através da análise dos processos internos de transações simbólico-cultuais, entre classes, grupos sociais os mais diversos, religiões etc. Na medida em que, como afirmou Maurice Godelier, "o pensamento não existe

como uma instância separada das relações sociais",[26] só podemos entender o conjunto desses processos de trocas étnicas a partir dos mecanismos de formação da identidade complexa, simultaneamente uniformizadora e contraditória dos grupos étnicos, através dos quais transitam tensões próprias da organização social ou oriundas de aculturações externas. Essa dimensão dos estudos etno-históricos valoriza a história das minorias, por exemplo, de desviantes, marginais os mais diversos, ou a história dos processos de uniformização cultural e da imposição de valores dominantes sobre grupos internos resistentes e zelosos de sua autonomia cultural.

Todas essas dimensões permitem que visualizemos a etno-história ou uma história antropológica inserida no âmbito maior de uma história cultural. Descentrada no estudo das relações entre os grupo étnicos, descentrada no estudo dos processos internos de aculturação. Descobrindo a riqueza cultural das sociedades e dos diversos elementos, minoritários e majoritários, dominantes e dominados, que as compõem. Mas não podemos descartar a sua provável inserção tanto no campo da história social quanto no da história econômica, pois é muito difícil deixar de visualizar as práticas culturais separadas das práticas pelas quais os grupos étnicos articulam a reprodução da sua existência enquanto sociedades, ou seja, das práticas que envolvem a manutenção das estruturas produtivas da sociedade.[27]

Para um historiador dedicado ao estudo das relações entre os grupos étnicos, ou ao estudo das particularidades culturais das sociedades, a consideração desse caminho de mão dupla que é o contato cultural apresenta algumas especificidades metodológicas interessantes. Como se trata de um estudo que busca discutir as

interpenetrações culturais dos mais diversos tipos, simbólico/espirituais ou materiais, entre os povos e agentes sociais, termina-se por exigir um novo olhar problematizador sobre as fontes. É necessário que as fontes dêem conta, na medida em que dizem respeito a fenômenos culturais-étnicos específicos, das diferentes interferências culturais que atuaram nos fenômenos e fundamentaram as atitudes dos agentes sociais diante de outros, assegurando uma dada continuidade ou natureza dos processos de aculturação internos ou externos.

Le Goff ponderou que "a contribuição imediata que a etnologia traz para a história é, sem dúvida, a promoção da civilização (ou da cultura) material",[28] o que incorpora as técnicas, alimentos, vestuário etc. ao corpo documental do historiador, e permite novos enfoques no estudo das dinâmicas econômicas — solicitando, é claro, o desenvolvimento de metodologias adequadas de trabalho. Esta abordagem abre igualmente caminho, portanto, para os mais diversos estudos de natureza arqueológica e iconográfica. Na sua dimensão exclusivamente etnológica, volta-se para o estudo das festas, mitos e símbolos; para a valorização do saber não-letrado, da tradição oral e de tudo aquilo tido por "cultura popular". Além do mais, inaugura novas abordagens de fontes outrora desvalorizadas, como o fez Cario Ginzburg com o processo do moleiro Menocchio diante da Inquisição: o estudo do fragmento excluído no processo de esclarecimento de uma totalidade.

A etno-história trabalha, assim, em situações extremas, no tocante às especificidades documentais. É o caso do estudo histórico de grupos étnicos que não deixaram tradição escrita ou mesmo vestígios monumentais significativos que possam dar indicações mais precisas sobre os conteúdos culturais e as bases

dos processos de trocas culturais. Por exemplo, o estudo das relações da Europa Ocidental com determinados povos sem escrita da América, África e Oceania, a partir do século XVI, ou da dinâmica de relações entre saberes letrados e não-letrados em algumas circunstâncias da própria cultura ocidental. Essas situações são exemplares para a discussão da perspectiva etno-histórica de trato com a documentação. Basta considerar que esses grupos não-letrados repousam a sua memória dos acontecimentos em uma tradição oral extremamente maleável pelas circunstâncias da conquista e aculturação. As memórias contemporâneas destes grupos — se elas ainda existem —, embora possam ser interessantes para complementar dados obscuros, dificilmente poderão traduzir toda a riqueza étnica que existia nos momentos dos contatos a serem estudados.

No caso, além de vestígios materiais, arqueológicos em sua maior parte, é inevitável lançar mão dos registros — escritos, iconográficos, monumentais — feitos principalmente pelos cronistas estranhos à cultura local. Ao abordarem, com objetivos variados, temas de outras culturas, esses agentes sempre registraram aspectos que lhes pareceram significativos. A questão — como observou Franklin Pease, ao referir-se aos cronistas europeus na América colonial — é que, se esses relatos de fato anotaram elementos de cultural local, fizeram-no certamente de forma deformada. Em primeiro lugar, crônicas, em geral, procuraram descrever a sociedade estrangeira a partir de visões próprias da sua contemporaneidade cultural, lendo o outro com elementos classificadores da cultura ocidental. E na medida em que suas observações às vezes carecessem de métodos seguros, geralmente tomaram por gerais situações às vezes particulares, por impressões e memórias manifestações já adulteradas pelo

convívio com o colonizador.[29] Fenômeno análogo pode ser localizado em avaliações distorcidas de determinados segmentos sociais sobre outros marginais ou minoritários. Mas como "todo e qualquer anotado", como disse Luis Felipe Barreto, "remete obrigatoriamente a um notado",[30] é evidente que mesmo em documentos tão estreitos podem ser encontrados elementos que permitam a reconstrução das dinâmicas históricas de aculturação.

O desenvolvimento recente dos estudos sobre a programação social dos comportamentos, bem como da semiótica, abriu perspectivas mais seguras para a análise da articulação entre os elementos simbólicos dos discursos. Do ponto de vista simbólico é possível, portanto, investigar qual a dinâmica dos "pontos notados", no outro, a partir de "pontos anotados", pelo cronista, ou seja: através da identificação dos processos de reação, de identidade ou diferença, deflagrados pelos elementos simbólicos do outro em um discurso cuja lógica simbólica seja conhecida. E verdade portanto que, como afirma Pease, "a crônica (...) deve ser entendida como uma fonte oral, alterada pelo cronista que a estabilizou, escrevendo-a",[31] mas é necessário, para torná-la útil para o entendimento do outro, "situar o cronista" não apenas quanto ao seu itinerário e contexto no qual colheu informações, mas também em sua dimensão histórica mais ampla.

Não seria demais afirmar que a recente etno-história propicia, por fim, uma grande transformação nos estudos históricos, rompendo muitas concepções arraigadas sobre a documentação e abrindo-se à interdisciplinaridade com outras ciências humanas. A valorização potencial de toda a sorte de documentos significou um aprofundamento significativo da sensibilidade para com os mais diversos aspectos da experiência humana e a incorporação de desafiantes tarefas metodológicas.

Podemos, assim, concluir que o etno-história aponta para uma ruptura crescente com as formas autocentradas de entendimento das relações entre os homens. Ela é fruto do desenvolvimento das experiências de contatos culturais aceleradas a partir do século XVI e de necessidades de compreender o fenômeno humano em suas diversas manifestações. A etno-história tornou-se iconoclasta com relação aos valores socialmente aceitáveis pelos diversos grupos étnicos, pois entendeu a sua historicidade e desmistificou a sua singularidade qualitativa. Colocando as etnias em evidência, aprofundou o significado da liberdade de ser, ao mesmo tempo que contribuiu decisivamente para a gênese de novas formas de relação com a alteridade e com a singularidade, acima de tudo dialéticas.

Nesse sentido, a etno-história certamente pode ampliar em muito as dinâmicas criadoras, internas e externas, das sociedades, e não só das ocidentais, contribuindo para processos de trocas culturais plenos e verdadeiros.

❖ 15 ❖

História das Religiões e Religiosidades

Jacqueline Hermann

A história das religiões como disciplina

O longo processo que envolveu a configuração de uma história das religiões como disciplina específica, dotada de objeto e metodologia próprios, pode ser analisado a partir das discussões que, ao longo do século XIX e início do XX, aprofundaram as relações entre a defesa do caráter racionalista do homem ocidental e a persistência de formas de expressão ainda classificadas de religiosas.

Resultado de um contexto de progressiva dessacralização, iniciado no século XVI com a definitiva ruptura da unidade cristã na Europa Moderna, este percurso conheceria ainda, nos séculos XVII e XVIII, uma poderosa resistência por parte da Igreja Católica que, reatualizando a oposição entre religião e magia, instaurava uma polarização da qual seriam herdeiros os pensadores que, no século seguinte, se debruçariam sobre o fenômeno religioso.

Mas se ao iluminismo coube uma certa apologia de uma "religião natural" *(religio naturalis)*, já que pela razão era possível o conhecimento de Deus e de sua criação, pode-se indagar se no

fundo desta assertiva não estaria a idéia de que existiria um sentimento religioso profundamente arraigado na chamada "natureza humana". Por outro lado, tal perspectiva dirigia a observação para um terreno pouco propício a uma abordagem que levasse em conta a idéia de uma história das religiões e, sobretudo, as diferentes formas de expressão desse "sentimento natural", há muito registradas por viajantes europeus em lugares habitados por povos considerados primitivos e exóticos.

Estruturando-se como disciplina ainda na primeira metade do século XIX, a etnologia dedicou-se a inventariar costumes e práticas das chamadas "sociedades naturais", em que, na quase totalidade dos casos, a determinação religiosa parecia oferecer uma chave importante, se não fundamental, para a organização e o funcionamento destes grupos "primitivos". Desde seu nascimento, portanto, a teoria racionalista do universalismo da natureza humana enfrentou inúmeras dificuldades.

Mas o contato com o "outro", que há muito inaugurara uma sistemática hierarquização política e cultural, ganhou no século XIX o reforço poderoso do discurso positivista e evolucionista para a análise de sistemas religiosos diferentes e heterodoxos. Baseado sobretudo na teoria dos três Estados formulada por Augusto Comte (1798-1857) em 1819, este modelo pregava que a humanidade passara por três estados ou atitudes mentais ao tentar conceber a realidade do mundo e da vida: o teológico, em que predominaram as forças sobrenaturais; o metafísico, caracterizado pela crítica vazia e pela desordem, fruto de um liberalismo mal concebido; e o positivo, que superaria as explicações insuficientes do mundo ao substituir as hipóteses religiosas e metafísicas por leis científicas inquestionáveis.

Discípulo de Saint-Simon (1760-1825) até 1824, Comte

produziu a base de sua teoria em meio a um conturbado momento político que, segundo ele, ameaçava levar a França à anarquia, e para o qual a solução seria a adoção de um novo sistema orgânico, científico, mas curiosamente denominado "Religião da Humanidade". Proposta messiânica não à toa herdeira da orientação romântica do nobre mestre admirador dos princípios racionalistas de Napoleão.

As influências do positivismo de Comte, aliadas às teses evolucionistas de H. Spencer (1820-1903), marcadas pelo modelo biológico e inspiradas pela teoria de C. Darwin (1809-1882), certamente estiveram presentes nas conclusões de E.B. Tylor (1832-1917), sobre a cultura e a religiosidade primitivas, contidas no clássico *Primitive culture,* de 1871. Para Tylor o animismo — tese segundo a qual, para o homem primitivo, tudo é dotado de alma, o que explicaria o culto aos mortos e aos antepassados, além do nascimento dos deuses — era a característica original da criação religiosa, passando do politeísmo ao monoteísmo, ponto máximo de um processo de evolução espiritual. Também para J.G. Frazer (1854-1941) estas seriam as principais etapas do desenvolvimento religioso da humanidade.

Estes dois últimos autores, referências fundamentais no processo de elaboração de uma história das religiões, não só procuraram demonstrar e comprovar a validade de suas interpretações eurocêntricas, como encaminharam suas reflexões a partir de uma busca da origem e da evolução da religião, aqui considerada no singular. Apesar das controvérsias com seu discípulo A. Lang (1844-1912) sobre a origem necessariamente animista das religiões primitivas, as teses de Tylor, endossadas por Frazer, tiveram grande peso nas distinções que separavam, na passagem do século XIX para o XX, magia e religião, dando-lhes

agora uma conotação científica. Para Frazer, o homem primitivo, vivendo no primeiro tempo de sua história, acreditava que as regras da magia eram idênticas às da natureza, o que o levava a esperar uma resposta adequada e imediata da natureza para a solução de suas dificuldades.

Não há como questionar o fato de esse tipo de leitura atentar, basicamente, para o estágio de desenvolvimento econômico e político destas sociedades (tribos da Austrália, da Malásia, entre outras), atrelando o sentido de suas práticas religiosas à necessidade de superação de suas dificuldades materiais imediatas. Conferia-se à religião um sentido pragmático, mas sobretudo social, na medida em que possuía o papel de reestruturar a vida do grupo através de uma reaproximação ritual com o tempo mítico das origens.

Mas o estudo do papel social das religiões, ou de suas crenças e práticas, beneficiou-se ainda da constituição de um novo campo de conhecimento que se estruturava como disciplina autônoma a partir do final do século XIX: a sociologia. Na medida em que as categorias *social* e *sociedade* encontraram espaço como objetos privilegiados de estudo, seus diversos elementos constitutivos — e entre eles a religião — passaram a merecer também maior atenção e estudos mais objetivos e sistemáticos.

A produção intelectual de Émile Durkheim (1858-1917) demonstra bem este percurso, ao partir da análise da divisão social do trabalho, passar pela definição das regras do método sociológico e chegar ao trabalho que aqui mais nos interessa, *As formas elementares da vida religiosa,* publicado em 1912. Ao procurar estabelecer a sociologia como disciplina objetiva e positiva, Durkheim absorveu a base evolucionista da investigação comteana, tentando formular uma metodologia científica para a

apreensão das leis de funcionamento das sociedades e das relações entre os diferentes grupos que as compõem. Partindo da análise dos casos mais simples para o mais complexo, sendo este último o estágio vivido pela sociedade européia de seu tempo, o autor pretende alcançar as leis que regem o funcionamento orgânico das sociedades e compreender suas representações coletivas, vistas pelo estudioso francês como resultado de uma "consciência coletiva", diferente de fenômenos psicológicos individuais. Durkheim postula a autonomia dos fatos sociais, entendendo que estes devem ser analisados como respostas coletivas, concretas, fruto de reflexões comuns e sociais anteriores.

Este foi o raciocínio empregado em seu trabalho sobre a religião, procurando compreender seus elementos constitutivos através da observação e descrição da vida religiosa dos aborígines australianos. Ao debruçar-se sobre o sentido do sistema totêmico — no qual um animal, vegetal ou qualquer outro objeto é considerado como ancestral ou símbolo de uma coletividade (tribo, clã), sendo seu protetor e objeto de tabus e deveres particulares — Durkheim acreditava não só estar diante da forma mais elementar de crença religiosa, como ter encontrado a explicação sociológica da religião. Adotava, assim, os preceitos evolucionistas do positivismo, bem como reforçava, a partir de uma metodologia de análise considerada científica, a marca etnocêntrica das observações européias sobre as sociedades primitivas, em geral, e sobre a vida religiosa dessas comunidades em particular. Embora já considerasse suas formas de expressão como religião (e não mais "magia"), emprestava-lhes um sentido definido a partir dos olhos e da vivência do observador, sem ainda considerar a possibilidade de racionalidades distintas para sociedades

diferentes e contemporâneas.

Ao procurar a essência do homem religioso e das religiões, o autor resgata a busca da origem do sentimento religioso que os iluministas imputaram à natureza humana, agora deslocada para o centro da vida social e das representações coletivas. Base original da vida social, o totemismo seria a representação primordial do homem sobre o mundo e reuniria as características essenciais de todas as religiões: a distinção entre os objetos sagrados e profanos; a noção de alma e espírito; de personalidade mítica e divindade nacional; ritos de oblação e de comunhão; ritos comemorativos; ritos de expiação.[1]

Durkheim oferece, assim, um primeiro esboço teórico-metodológico para a análise de sistemas religiosos, apesar de todas as ressalvas que se possa fazer aos princípios teóricos que orientaram suas conclusões. Mas talvez a mais importante restrição ao papel de seu trabalho no processo de elaboração de uma história das religiões seja o fato de o autor trabalhar com a idéia de uma sociedade modelo e imutável, organizada por leis rígidas e imunes às transformações da vida em sociedade, imunes portanto ao tempo e à história.

Mas não resta dúvida de que seria Max Weber quem levaria às últimas conseqüências a noção de uma "sociedade ideal" e consolidaria a relação entre sociologia do conhecimento e sociologia da religião, ao transpor para a análise das comunidades religiosas seu método de construção de "tipos ideais".

Em trabalho clássico sobre o tema,[2] e parte de um ambicioso projeto de elaboração da "sociologia de um Estado racional", Weber procura aplicar o método de análise que ele denomina "sociologia compreensiva" para decifrar a racionalidade dos fenômenos religiosos, partindo da premissa de que toda a ação

social pode ser compreendida, seja racional a evidência da compreensão (lógica, matemática), seja subjetiva (afetiva, receptivo-artística). Nesse sentido, um método científico para ser consistente na construção de *tipos* deve investigar e expor todas as conexões de sentido irracionais (afetivamente condicionadas) que atuam na ação como “desvio”, para alcançar e compreender a “ação real”, influenciada por irracionalidades de toda espécie, mas sempre apreensível quando metódica e racionalmente observada.

Esta seria a marca fundamental a distinguir sociologia e história, segundo Weber. A primeira teria por objetivo a construção de “conceitos-tipo”, propondo-se a encontrar as regras gerais dos fenômenos sociais, ao contrário da segunda, cuja preocupação seria a análise e a explicação causal de estruturas e ações individuais, consideradas culturalmente importantes. Parece claro, portanto, que o autor manter-se-ia ainda longe de uma proposta de construção de uma história das religiões, procurando fundamentar metodologicamente uma sociologia da religião através da observação e análise de tipos de comunidades religiosas.

Entendendo que toda ação originada por motivos religiosos ou mágicos é, em sua forma primária, uma ação racional, a análise de Weber constituiu sem dúvida um avanço. Superou decerto as análises de Tylor e Frazer, mas especialmente a de Lévy-Bruhl, que em 1910 afirmara que o pensamento primitivo era do tipo pré-lógico, incapaz de elaborar um sistema racional que explicasse as relações entre o homem e o mundo, impregnado pelo maravilhoso e pelo sobrenatural, vivendo por isso num estado ainda pré-religioso.

Com a preocupação fundamental de esquadrinhar os elementos que compõem e dão organicidade a uma comunidade

religiosa, procurando definir funções e hierarquias, Weber focalizou aspectos e sistematizou conceitos que tiveram grande importância na configuração do objeto da futura história das religiões. Ao definir "carisma" e "espírito"; ao distinguir as funções e os atributos do mago, do profeta e do sacerdote; ao assinalar a importância da mediação simbólica e do caráter analógico do pensar mitológico e ao refletir sobre a relação entre o crescente processo de maturação, centralização e racionalização das seitas ou crenças religiosas em congregações com as formas de organização socioeconômica das diferentes sociedades, Weber levantou questões e problemas conceituais que, no momento em que seu trabalho foi publicado (1922), ainda estavam longe de conhecer uma definição mais objetiva.

A descrição das práticas e a das relações presentes nas comunidades religiosas observadas foram colhidas aleatoriamente, tanto histórica como geograficamente, podendo referir-se ao Egito, à Grécia ou ao Japão, já que, ao iniciar sua reflexão com o item "O nascimento das religiões", pretendia equacionar as regras gerais que orientam as práticas do campo religioso. Novamente, e esta formulação não trouxe nada de novo, o principal critério para a classificação hierarquizada das diferentes religiões analisadas residiu na maior ou menor capacidade que algumas delas tiveram de se tornarem universais como o judaísmo, o cristianismo e o protestantismo. Para ilustrar a lógica do pensamento weberiano, basta lembrar a relação que o autor faz entre a reforma protestante e o "espírito do capitalismo", procurando demonstrar como a religião considerada mais racionalizada atuou na criação de uma sociedade mais avançada política e economicamente.

Por meio de uma análise idealista e com objetivos mais descritivos e classificatórios que explicativos, Weber acrescentou

pouco à reflexão sobre o papel da religião na vida social, num contraponto teórico evidente às reflexões de Marx que, já em 1842, afirmara que a "religião não vive no céu, mas sim na terra", aludindo claramente aos condicionamentos sociais e políticos das idéias religiosas. Para Marx e Engels[3] entretanto, o estudo das religiões só poderia ser feito atrelado à luta de classes, na medida em que percebiam a religião como uma ilusão destinada a mascarar e a justificar a desigualdade entre as classes sociais, cuja origem tinha bases eminentemente econômicas. Atentos às possibilidades históricas de manipulação das crenças para a dominação social e o exercício do poder, estes autores contribuíram pouco para a valorização da história das religiões como objeto de investigação, mantendo uma análise formal e subordinada dos fenômenos religiosos.

Nesse sentido, se o trabalho de Weber manteve uma leitura etnocêntrica, evolucionista e mesmo idealista da história das religiões, contribuiu imensamente para lançar a temática das religiões no campo das reflexões conceituais, indispensáveis para sua estruturação e sistematização como disciplina.

Paralelamente à constituição da "sociologia religiosa", outra proposta importante ganhava corpo a partir da segunda metade do século XIX: a organização de uma "ciência das religiões", cujo objeto era a análise dos elementos comuns às diversas religiões, suas leis evolutivas e a "forma primeira da religião". Expressão utilizada pela primeira vez com objetivos notadamente científicos por Max Müller, em 1867, era também chamada de "ciência comparada das religiões", ciência que orientou a primeira disciplina com o nome de história das religiões no meio universitário, em Genebra no ano de 1873. A esta seguiram-se outras disciplinas semelhantes em vários países, da Holanda à

Alemanha, passando pela França e pela Bélgica. Nesse período era freqüente a confusão entre os nomes "ciência das religiões" e "história das religiões", momento em que se operou uma separação intelectual mais nítida entre os estudos de religião e de teologia, já que estes últimos passaram a ser excluídos do "Congrès d'Histoire des Religions", realizado em Paris, em 1990.

A idéia de que haveria uma unidade fundamental a todas as religiões, de que os múltiplos nomes dos deuses designariam uma só divindade ou de que a razão humana poderia por si mesma chegar ao conhecimento da Verdade, foram conclusões que, segundo Mircea Eliade, demonstraram o interesse pela história das religiões, desde a Antigüidade, quando Aristóteles já formulara a "teoria da degeneres-cência religiosa da humanidade".

Diferentemente dos objetivos da "sociologia religiosa", que inseriu suas preocupações com o fenômeno religioso na busca de leis gerais do funcionamento da sociedade, a "ciência das religiões", ou a "história das religiões", passou a ter um objeto específico: a origem das religiões, de um lado, e a essência da vida e do homem religioso, do outro.

O representante mais consistente, e com a obra mais sólida dedicada a este tipo de enfoque, foi certamente Mircea Eliade, cujo trabalho *O sagrado e o profano, a essência das religiões*[4] espalha bem a opção dos que entenderam ser mais importante a análise das estruturas do fenômeno religioso para a compreensão da *essência* da religião (no singular), do que decifrar a sua história. Nesse caminho, e apesar de assinalar que seu trabalho pretende ser uma introdução geral à história das religiões (entendida como descrição das diversas modalidades do sagrado), Eliade procura desvendar o sentido da experiência religiosa, estando atento, fundamentalmente, às suas estruturas originais.

Partindo da premissa de que o sagrado se constitui em oposição ao profano, Eliade localiza, nas chamadas sociedades tradicionais (e não só as "primitivas"), o "*homo religiosus*" em estado bruto, aquele que contém todos os atributos essenciais e necessários para o entendimento do sentido e da importância da esfera do sagrado na vida social.

Ao debruçar-se sobre a especificidade do sagrado, Eliade propõe-se a construir a sua morfologia, inventariando as similitudes presentes entre os mais diferentes sistemas religiosos conhecidos pela humanidade, sem um critério muito claro para a escolha das sociedades observadas. A busca sistemática da essência dos fenômenos analisados confere à sua abordagem um caráter fenomenológico, o que o leva a atribuir significados idênticos a manifestações religiosas formalmente análogas, mas que não necessariamente possuem o mesmo sentido para os diferentes grupos que as vivenciam.

Nesse sentido, é preciso ter cuidado com as generalizações via de regra a-históricas, e mesmo irracionalistas, para algumas de suas conclusões, sem perder de vista a importância das questões levantadas pelo autor e que muito têm auxiliado na formulação de um roteiro importante para uma abordagem histórica das religiões e da vivência religiosa, a exemplo do sentido da experiência sagrada, da função dos mitos, da estrutura dos símbolos e da percepção da religião como uma cosmogonia.

Apesar de ancorada num conjunto de questões razoavelmente definido, e algumas propostas metodológicas esboçadas, a história das religiões levaria ainda algum tempo para construir seus próprios conceitos e adaptar-se a análises que levassem em conta as diferenças espaciais e temporais das mais variadas manifestações religiosas. Um pouco deste percurso é o

que procuraremos resgatar a seguir.

Definição conceitual e propostas teórico-metodológicas

Modelos: o objeto e seus problemas

Sociologia religiosa, história ou ciência das religiões, qualquer um destes novos campos de conhecimento estruturou-se ao postular a definição de um objeto de estudo que, pela sua complexidade e talvez mais decisivamente pelo próprio percurso epistemológico das ciências humanas, só muito lentamente esboçou-se teórica e metodologicamente.

Angelo Brelich[5] ofereceu-nos um roteiro interessante das questões que envolveram a constituição da disciplina História das Religiões a partir de um enfoque conceitual mais adequado a uma abordagem especificamente histórica.

Retomando a expressão de Max Müller — "história das religiões" ou "história comparada das religiões", Brelich ressalta a falta de rigor teórico com que estas duas expressões foram usadas durante muito tempo. Afirma que para descobrir qual é o verdadeiro objeto desta disciplina é preciso enfrentar o problema de como definir o conceito de religião, de forma que este seja suficientemente abrangente para dar conta do sentido desse tipo de manifestação nas mais diversas sociedades.

O termo religião, oriundo do latim *"religio"*, não tinha a acepção moderna forjada ao longo da história da civilização ocidental, indicando simplesmente um conjunto de normas, observações, advertências e interdições, não necessariamente relacionadas à adoração de divindades, tradições míticas ou celebrações rituais. Estruturado num contexto de lenta e definitiva laicização, o conceito de religião conheceu vários significados, de

Durkheim a Eliade, passando por Lévi-Strauss, Freud, Gramsci, entre outros, para chegar às formulações apontadas no texto de Brelich.

Para Durkheim toda religião é uma cosmologia e, como fator essencial de organização e funcionamento das sociedades primitivas, seria a base de toda a vida social; para Weber uma forma entre outras dos homens se organizarem socialmente; para Gramsci um tipo determinado de visão de mundo que se situa entre a filosofia (religiosidade dos intelectuais) e o folclore (religiosidade popular), não desligando-se, portanto, das estratégias de poder que organizam diferentemente as sociedades; para Lévi-Strauss, baseando-se no "pensamento selvagem", a religião pode ser definida como uma "humanização das leis naturais, um antropomorfismo da natureza"; para Freud uma ilusão coletiva, cujo objetivo é dominar o sentimento de impotência que todo homem experimenta frente às forças hostis; para Eliade a referência primordial, o sistema de mundo das sociedades tradicionais, berço privilegiado do *"homo religiosus".* Portanto, seja através da sociologia, da fenomenologia, da antropologia, da política ou da psicanálise, segundo seus autores clássicos, a religião se definia a partir de uma dicotomia sagrado/profano, inscrita numa racionalidade em cuja proposta, além de descritiva e classificatória, pouco se detinha na busca de explicações para o sentido específico das diversas formas de manifestações do que consideravam o "fenômeno religioso".

Brelich aponta exatamente a necessidade da base empírica para a formulação de um conceito abrangente e que leve em conta as diferenças espaço-temporais, e portanto históricas, das manifestações religiosas. Ao investigar a "causa" de tipo religiosa e entender o sagrado como esfera do "incontrolável" humano, o

autor termina por defender um procedimento de análise que, ao procurar a origem histórica do sistema tradicional mais antigo para chegar à "substância mesma da religião", coloca-o no campo de autores como Eliade, que trabalhou na busca da essência das religiões, ou mesmo Durkheim, que procurou a religião primordial.

Ao considerar o método comparativo o único adequado à história das religiões, Brelich ressalta que este não deve ter por objetivo o equacionamento de uma suposta "natureza humana", ou a demonstração de uma evolução uniforme das religiões, mas a consciência de uma "unidade da história humana", cujo longo processo de propagação e reelaboração, historicamente observadas, explicaria suas mudanças e diferenças. Esta seria, segundo o autor, a forma de captar de que maneira se formou o núcleo de qualquer religião histórica e perceber como e em que se distanciou da religião "essencial".

A proposta de Brelich, portanto, apesar de pretender estar atenta à conjugação de tempo e espaço para apreensão do "incontrolável humano", acrescenta pouco às formulações da História Comparada das Religiões de Müller, na medida em que o método comparativo continua tendo a tarefa de desvendar uma religião primordial, historicamente impossível de ser alcançada, além de pouco útil para uma abordagem que não defina história como a busca das origens.

Nesse sentido, apesar da tentativa de relação entre forma religiosa (morfologia) e tempo histórico, o autor recupera as indicações metodológicas herdadas da sociologia (proposta descritiva e classificatória), influência que também pode ser observada pelo surgimento de trabalhos preocupados em inventariar e descrever a história das diferentes doutrinas religiosas, desdobrando-se muitas vezes em uma história

eclesiástica ou das instituições religiosas, ou ainda em esboços de histórias das práticas religiosas, neste caso notadamente estimuladas pela chamada antropologia religiosa.

Este tipo de procedimento, descritivo e analítico, foi sem dúvida importante para a definição de uma variedade de temas que passaram a ser investigados também pela história das religiões, como o sentido dos mitos e dos rituais que envolvem as diversas formas de crenças religiosas. Estudos que, apesar de utilizarem em grande medida o método comparativo — caindo muitas vezes na armadilha da busca da origem dos mitos —, abriram caminhos importantes para uma proposta mais adequada à abordagem historiográfica.

Investigação: alguns campos temáticos

A grande produção dos historiadores sobre o que seria uma história religiosa não deixa dúvida sobre a consolidação de uma disciplina específica e de suas variadas possibilidades teórico-metodológicas. Como apontamos, alguns temas têm sido freqüentados já há algum tempo, com maior ou menor densidade teórica, dentre os quais destacaremos alguns.

História das doutrinas

Neste campo de estudos alguns trabalhos caracterizaram-se por tentarem contar a história das chamadas “grandes religiões”, inventariando suas crenças, rituais etc., numa abordagem que privilegia a busca das origens da evolução histórica observada, via de regra, por seu desdobramento linear e cronológico. Como obras gerais desse tipo poderíamos citar o trabalho de Marcel-Simon e Andre Benoit sobre judaísmo e o cristianismo antigo, ou de Claude

Cahen sobre o islamismo.[6]

Há ainda os que procuram relacionar o surgimento de certas religiões a transformações históricas globais, como é o caso do estudo das origens do calvinismo, bastante freqüentado pelos que viram no puritanismo a gênese de uma sociedade moderna e organizada, estruturada a partir de elementos notadamente burgueses. Nesse grupo estaria o clássico de Weber, já citado, *A ética protestante e o espírito do capitalismo;* o trabalho de R. Tawney, *A religião e o surgimento do capitalismo;* o estudo de Trevor-Roper, *Religião, Reforma e transformação social;* a obra de Jean Delumeau, *Nascimento e afirmação da Reforma;* e o recente *Dinheiro e liberdade,* de H. Méchoulan, que confere peso importante ao calvinismo na construção de uma sociedade rica e livre nas Províncias Unidas dos Países Baixos.[7]

Para uma abordagem mais microscópica, relacionando aspectos da doutrina religiosa com a estratificação social e a vida cotidiana, há, por exemplo, o trabalho de Georges Duby sobre o confronto da moral da Igreja com os costumes da nobreza européia medieval, ou o estudo de Edmund Leites, que procurou ressaltar os aspectos inovadores do calvinismo quanto às tradicionais interdições da Igreja em matéria de amor conjugal.[8]

Histórias eclesiásticas

Dedicada ao estudo do funcionamento, estrutura e organização do clero e da pregação religiosa, incluindo as formas de proselitismo religioso, a disciplina clerical e a normatização do ritual, aqui encontramos obras gerais, a exemplo das diversas histórias institucionais da Igreja, como a clássica *História da Igreja em Portugal,* de Fortunato de Almeida, ou *a História da Companhia de Jesus no Brasil,* de Serafim Leite.[9]

Ainda neste campo, a partir da temática das reformas religiosas, alguns trabalhos procuraram inventariar e comparar práticas e rituais, como foi o caso do livro de Michael Mullet, *A Contra-reforma,* ou do trabalho de John Bossy sobre a cristandade no Ocidente que, indo além, estabeleceu relações entre organização eclesiástica e crenças coletivas, antes e depois da Reforma.[10]

Quanto ao trabalho desempenhado pelos missionários na expansão colonial há, entre outros, a obra de Charles Boxer sobre o papel da Igreja na expansão ibérica, ou ainda o livro de Jonathan Spence sobre o trabalho do jesuíta Matteo Ricci na China da dinastia Ming.[11]

História das crenças: mentalidades

Profunda e definitivamente influenciado pela contribuição da *nouvelle histoire,* surgida na França a partir de meados da década de 1920 e posteriormente chamada de Escola dos *Annales,* este campo de estudos deve muito a seus fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, este último fortemente marcado pelas preocupações sociológicas de Émile Durkheim.

Defensores de uma história abrangente e totalizante, rejeitaram as premissas de uma história política marcada pelos feitos dos grandes homens em momentos de guerra ou decisões político-institucionais. Ao redescobrirem o “homem comum” como elemento fundamental no desencadeamento de transformações históricas, tanto na curta quanto na longa duração, propuseram uma abordagem problematizada dos processos históricos globais. Foi nessa perspectiva que o estudo das crenças, percebidas na sua dupla determinação — religiosa e política —, recebeu a atenção de Febvre e Bloch, autores de estudos que se mantiveram

como referências obrigatórias para a compreensão e análise das crenças coletivas, embora tenham permanecido durante muito tempo como iniciativas isoladas, já que só muito recentemente esta temática foi retomada pela historiografia contemporânea.

Marc Bloch, em seu clássico *Los Reyes Taumaturgos,*[12] publicado em 1924, procurou reconstruir o longo processo de formação da crença no poder de cura das escrófulas através do toque real, demonstrando sua importância na consolidação das monarquias francesa e inglesa. Ao analisar as implicações religiosas e políticas dessa crença no poder taumatúrgico dos reis, encontrou suas raízes em torno do século XI e observou sua permanência como ritual político expressivo até o século XVIII, reunindo indícios que permitiram perceber a extraordinária difusão alcançada pelo milagre real. Bloch, ao descrever as formas rituais de culto aos reis taumaturgos e relacionar religião a política de forma tão estreita, inaugurou uma nova história política, ou ainda, uma antropologia política histórica, criando espaço para o estudo do que poderíamos chamar de "messianismo político", além de apontar possibilidades concretas para um enfoque teórico-metodológico ancorado nos pressupostos da história das religiões. E, a propósito da obra de Marc Bloch, é preciso não esquecer toda a sorte de movimentos milenaristas e/ou messiânicos de cunho notadamente popular que acabaram também revelando-se temas expressivos para a análise das relações entre religião e poder.[13]

Lucien Febvre, depois de dedicar-se ao estudo do que chamou de geografia histórica, voltou-se também para o estudo das atitudes coletivas, ou de "psicologia histórica", como ele mesmo chamou, detendo-se especialmente nas histórias do Renascimento e da Reforma na França.

As estudar a vida de Lutero, ainda em 1928, Febvre deixou clara sua forma de compreender a relação entre o indivíduo e o seu grupo social, entre "a iniciativa pessoal e a necessidade social", sem contudo perceber as idéias de Lutero como um reflexo direto dos interesses da burguesia, ou ainda sem reduzir atitudes e valores espirituais a meras expressões de transformações na economia ou na sociedade. Mas foi em 1942, com o estudo sobre o problema da descrença no século XVI, que Febvre enfrentou o tema das crenças coletivas. Ao refutar a interpretação de Abel L'efranc, que tomava François Rabelais como um ateu que escrevia contra o cristianismo, Febvre encontrou nas piadas blasfemas utilizadas pelo autor de Pantagruel uma raiz medieval que expressava uma paródia do sagrado, aceita sem maiores problemas pelos religiosos de seu tempo.[14]

Partindo de uma análise filológica minuciosa da palavra ateu, o autor demonstra que, no século XVI, este termo não possuía o sentido moderno adotado por L'efranc, defendendo a tese de que Rabelais era um cristão, pois, embora crítico de muitos aspectos da Igreja, fora moldado a partir de um "instrumental intelectual" ("*outillage mental*") que não permitia a descrença.

Assim, ao conjugar o desenvolvimento e a vivência de crenças religiosas a uma conjuntura histórica bem delineada, e problematizar a idéia da descrença no século XVI a partir do que chamou de *"outillage mental",* Febvre descortinou um leque de temas e questões que, oriundos muitas vezes da antropologia, terminariam por estimular trabalhos que seriam posteriormente classificados como de "psicologia histórica". Destes, talvez o exemplo maior seja Robert Mandrou que, em *Magistrados e feiticeiras na França do século XVII,* publicado em 1968, pretendia

fazer “uma análise de psicologia histórica”, esboço do que chamariam os franceses, pouco tempo depois, de história das mentalidades.[15]

Mas apesar da importância da escola francesa no campo das religiosidades e das crenças coletivas, vale lembrar a crítica de Stuart Clark[16] de que grande parte da historiografia francesa da religião e da feitiçaria foi herdada de “má antropologia” (Lévy-Bruhl e Frazer), na medida em que, muitas vezes, mergulhou a religião no irracionalismo, sem atentar para a estrutura de organização e significados culturais do “outro”, do desconhecido. Por outro lado, não é possível esquecer que as continuadas tentativas de superação desse obstáculo etnocêntrico terminariam por fomentar novas abordagens que hoje se enquadrariam no conjunto de produções que tem dado corpo à chamada história cultural. Nessa trajetória, a história das religiosidades e/ou das crenças ganhou mais espaço que a história das religiões, acompanhando os desdobramentos epistemológicos nos quais a própria disciplina se viu envolvida.

História das crenças: circularidades e hibridismos culturais

O percurso que trouxe a história das crenças do campo das mentalidades para uma abordagem calcada nos pressupostos deste novo campo temático, no qual se constituiu a história da cultura, tem na obra do historiador italiano Cario Ginzburg um marco e uma referência fundamental para o enfrentamento de importantes questões surgidas no processo de construção da história das religiosidades.

Debruçado há muito sobre a temática da feitiçaria, Ginzburg revela em seus trabalhos exatamente esta trajetória. Em seu primeiro livro sobre o tema, *Os andarilhos do bem,*[17] aqui

publicado em 1988, o autor pretendia estudar as atitudes religiosas e, "em sentido *lato*", a "mentalidade de uma sociedade camponesa" (a friulana, entre fins do século XVI e início do XVII), a partir da história de um núcleo de crenças populares que paulatinamente foram assimiladas à feitiçaria.

Aprofundando seu interesse pelo complexo tecido da cultura e das religiosidades, e recusando a noção de mentalidade por considerá-la interclassista, na medida em que se ancora em "elementos inertes, obscuros, inconscientes de uma determinada visão do mundo", o autor analisou, em *O queijo e os vermes,*[18] o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição italiana no século XVI. Ao perceber as dificuldades dos inquisidores em classificar parte do discurso herético de Menocchio, nosso historiador viu-se diante de uma complexa rede de crenças populares de longuíssima duração imbricadas no discurso oficial da Igreja, produzindo o que denominou de circularidade cultural.

É nesse sentido que, ao conferir importância e sentido às crenças populares sobre o sabá e procurar perceber a dinâmica e a lógica das religiosidades, Ginzburg polemizou tanto com os "antigos historiadores da feitiçaria" que, a exemplo de Michelet,[19] diziam que o sabá era real e expressava uma faceta da luta do campesinato contra a opressão social, quanto com os "modernos" franceses como Robert Mandrou, ingleses como Keith Thomas, que defendiam a idéia de que o sabá não passava de invenção dos demonólogos.[20]

Mas foi certamente em *História noturna,*[21] publicado originalmente em 1989, que Ginzburg levou mais adiante suas reflexões sobre "o estereótipo do sabá", proposta que levou a efeito utilizando o método comparativo e propondo o aproveitamento do

instrumental analítico oferecido pela história das religiões.

Ao procurar inventariar os diversos elementos que compuseram este "modelo" de prática diabólica, esquadrinhado pelos inquisidores sempre que se viam diante de rituais populares não conhecidos, Ginzburg defende a tese de que "o estereótipo do sabá" foi resultado de um amálgama de fábulas, lendas e mitos (bruxas e feiticeiros reuniam-se à noite em lugares solitários; às vezes chegavam voando, montando bastões de cabos de madeira; outras tantas vinham em garupa de animais ou eles mesmos transformados em bichos; seguiam-se banquetes, orgias sexuais; antes de irem para casa recebiam ungüentos maléficos produzidos com gordura de crianças e outros ingredientes), espalhados tanto cronológica como geograficamente.

Insatisfeito com as explicações arquetípicas, segundo as quais a difusão de fenômenos similares constituiria a prova de uma continuidade histórica (Meule, Burkert e Needham); estruturalista, que fundamenta sua tese em termos formais (Vernant, Detienne e Lévi-Strauss); ou ainda difusionista, que associa o encontro de manifestações similares em espaços geográficos diferentes a processos de encontros e disseminações culturais (L. Schmidt), Ginzburg propõe a noção de "formação cultural de compromisso", resultado híbrido de um conflito entre cultura folclórica e/ou tradicional e cultura erudita. Da fusão de temas como o vôo noturno e as metamorfoses animalescas com a imagem do complô de uma seita hostil, pouco a pouco projetada sobre os leprosos, judeus, bruxas e feiticeiros, surgiu uma composição cultural híbrida: o sabá, assunto hoje caro à história das religiões.

O fundamental do trabalho de Ginzburg para as reflexões metodológicas aqui introduzidas diz respeito à forma como o autor

trabalha a relação entre os isomorfismos míticos e rituais (resultado de trocas de culturas diversas) e o processo de difusão, conservação e reelaboração a que estão periódica e historicamente submetidos, ilustrando claramente esse vínculo entre morfologia e história. Como a trans-missão das estruturas profundas da linguagem, as reelaborações míticas e rituais também guardam seu aspecto inconsciente, sem que isso indique, para o autor, a existência de um inconsciente coletivo, já que o mito e o rito propagados por mecanismos históricos contêm, implicitamente, as regras de sua reelaboração.

Ginzburg oferece-nos uma saída, nada fácil, é verdade, para identificar relações históricas entre mitos e ritos encontráveis em diferentes momentos e lugares sociais, recusando a análise fenomenológica que procurava a essência da experiência religiosa e adaptando o método comparativo a uma análise historiográfica. Longe de buscar a origem do mito, para sempre inacessível, mas reatualizado pela narrativa mitológica, o autor procura explicar historicamente as releituras míticas e rituais possíveis dentro de uma formação social determinada, sugerindo que se adote com prudência a noção de “sistema mítico-religioso”.

Inserida no contexto da chamada história cultural, sua obra tem-se revelado particularmente inspiradora para a reflexão entre as possíveis relações da cultura popular ou folclórica e da cultura erudita ou, mais especificamente dentro de nosso tema, entre religião e/ou vivências religiosas e poder. Nessa perspectiva, são de fundamental importância os diversos filtros sociais que recebem e reelaboram as mensagens religiosas, a partir de vivências culturais específicas e determinadas, permitindo a identificação de formas diferenciadas de entender e viver a experiência religiosa.

Marcando mais uma vez a influência de problemas levantados pela antropologia, convém entretanto não confundi-la, por exemplo, com a proposta de Clifford Geertz que, ao tomar a religião como um sistema cultural, detém-se basicamente em seu caráter estruturante, funcional e ordenador, mantendo uma leitura descritiva, alcançada pelo que chamou de “descrição densa”.[22] Para uma abordagem antropológica mais preocupada com um enfoque histórico, talvez Marshall Sahlins seja a melhor indicação para uma análise que conjugue história e estrutura no estudo da relação estabilidade/mudança a partir do encontro de sociedades culturalmente diferentes.[23]

Curiosamente, portanto, se no século XIX o estudo de mitos e ritos só parecia aplicável às chamadas sociedades primitivas, Contemporaneamente a análise dos variados rituais de investidura de poder, as diferentes formas de consagração do Estado e de seus chefes através das festas locais e nacionais, além das mais diversas expressões das religiosidades populares, parecem não deixar dúvida da variedade de temas que, lentamente, têm contribuído para uma contínua redescoberta de novos objetos de investigação pela história das religiões e das religiosidades.

Religião e religiosidades na historiografia brasileira

Transformado em objeto de análise também em meio a um franco processo de dessacralização da vida política e cultural brasileira, e portanto inscrito no período que marcou a passagem da monarquia para a república, as primeiras reflexões sistemáticas, e de cunho notadamente científico, sobre a religiosidade brasileira acompanharam o discurso anticlericalista radical dos positivistas que acreditaram ser a única e definitiva

“religião da humanidade”.

Momento privilegiado na discussão e identificação do que deveria ser o verdadeiro caráter nacional, a intelectualidade brasileira, liderada por Euclides da Cunha, Nina Rodrigues e Silvio Romero, buscou no positivismo de Comte e no darwinismo social e evolucionista de Spencer a base de uma teoria que explicasse o estágio de desenvolvimento do Brasil na linha evolutiva das sociedades européias civilizadas, fornecendo o equacionamento possível entre a superação do atraso e a defesa do que fosse especificamente nacional.

Mas se foi a radicalização da dicotomia religião/ciência que deu a roupagem intelectual ao embate político entre monarquia e república, ou ainda entre barbárie e civilização, coube às práticas culturais consideradas populares, percebidas como frutos nefastos de uma miscigenação perigosa e cientificamente condenável, o papel verdadeiramente deletério no esforço de construção de uma sociedade moderna. Se na Europa as “sociedades primitivas” podiam ser objeto de análises geograficamente distantes, no Brasil a convivência do “primitivo” (o interior) e o “civilizado” (o litoral) tornava, no mínimo, incômoda a adoção das teorias européias sem maiores adaptações.

Nesse sentido, relegada como braço do Estado e como expressão de manifestações populares genuinamente nacionais, o tema da religião e das religiosidades só foi observado a partir de uma análise depreciativa pelos precursores das ciências sociais no Brasil. Fora das lentes de nossos cientistas sociais mais prestigiados, a temática manter-se-ia ainda por um bom tempo ausente do elenco de questões que deveriam merecer uma atenção especial, ou mesmo ser considerada matéria de estudo relevante para a compreensão de nossa história.

Por outro lado, é preciso não negligenciar o esforço que a Igreja católica brasileira fez para enfrentar o debate com os darwinistas (que diziam ser o homem "um macaco aperfeiçoado"), ou com positivistas (para quem a religião era uma forma social progressiva), através de intelectuais como Carlos de Laet, Jackson de Figueiredo e outros. Minoria da intelectualidade brasileira no período, e sem conhecer a fundo a doutrina que defendiam, alguns acabaram influenciados por doutrinas pouco consistentes, como a perspectiva espiritualista de Faria Britto, e não conseguiram deter nem mesmo a decadência intelectual de uma instituição que outrora fora tão poderosa.

Introduzido pelo projeto missionário dos jesuítas, que aqui chegaram em 1549, o catolicismo brasileiro organizou-se segundo as regras da instituição do Padroado, que fez da Coroa portuguesa a responsável pelas missões católicas e instituições eclesiásticas de seus espaços coloniais. Integrada à estratégia ofensiva da Igreja, a missão jesuítica deveria cumprir a tarefa de converter massivamente populações urbanas e rurais do ultramar, aliando a Fé e o Império no grandioso projeto colonizador.

Mas apesar do esforço da Companhia de Jesus e de seu inquestionável papel na disseminação do catolicismo em terras brasileiras, a organização da instituição eclesiástica deu-se de forma extremamente lenta no Brasil, diferentemente do observado na América Espanhola, onde a administração metropolitana fez-se acompanhar desde cedo pelo surgimento de uma sólida estrutura eclesiástica, contando já em 1565 com quatro arcebispados. A colônia brasileira teria seu primeiro bispado, e durante muito tempo único, criado na Bahia em 1551.

Esta fragilidade institucional, aliada a um encontro racial e cultural múltiplo no Brasil colonial, explicaria, para muitos

autores, a heterogeneidade e mesmo a mistura de crenças diversas nas variadas formas de expressão da religiosidade popular, tema que lentamente ganhou expressão e esboçou um quadro bastante amplo de questões que os estudos sobre religião e religiosidade conheceriam no Brasil.

Nesse sentido, e curiosamente, os estudos sobre o que se chamaria religiosidade popular receberiam mais atenção dos intelectuais brasileiros que as histórias institucionais e/ou das idéias ou doutrinas religiosas. José Oscar Beozzo ressalta, por exemplo, a ausência de informações sobre a Igreja em livros clássicos sobre o período republicano brasileiro, como é caso do volume dedicado a "Instituições e Classes Sociais" do trabalho de Edgard Carone, *A República Velha.*[24] Evidentemente cabe ressaltar o esforço de autores que produziram importantes histórias da Igreja no Brasil, como é o caso de Riolando Azzi e Eduardo Hoornaert.[25]

Desde o início do século, o estudo do papel e da influência do elemento africano na cultura brasileira tem sido alvo de elaborações variadas e significativas para o desenvolvimento das ciências sociais, em geral, e para o estudo das religiões populares, em particular. Os trabalhos de Nina Rodrigues, a exemplo de *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia,*[26] não só confirmaram as teses evolucionistas (características, segundo as leituras européias, das religiões menos desenvolvidas), como terminaram por fundar uma verdadeira "escola", precursora da antropologia física e do que viria a ser a medicina legal brasileira. Atento à "ilusão da catequese", Nina Rodrigues preocupava-se com o que considerava a reinterpretação de crenças católicas e a ocultação de seus deuses atrás das imagens dos santos católicos. Um de seus discípulos mais conhecidos seria Artur Ramos, que também

produziu trabalhos sobre os cultos afrobrasileiros mantendo o enfoque negativo da importância e das persistências da cultura africana no Brasil.[27]

Mas seria, mais uma vez, o clássico *Casa grande e senzala,* de Gilberto Freyre[28] (1933), o responsável por uma guinada nas interpretações do caráter da religiosidade colonial, conferindo-lhe um aspecto afetivo e de maior intimidade com a simbologia católica. Forjado pelo poder aglutinador dos engenhos de açúcar e pela integração Casa Grande/Senzala/Capela, conformou uma estrutura que daria sustentação à tese do papel da família patriarcal em nosso processo de colonização. Não obstante às críticas de que suas reflexões teriam fortalecido, se não criado, o mito da democracia racial brasileira, Gilberto Freyre aponta para uma interpenetração cultural e racial violentamente negada desde fins do século XIX, além de defender a tese, ainda hoje atual, de que as desigualdades sociais do Brasil foram resultado mais de diferenças de classes do que de preconceitos de cor ou raça.

Mas inegavelmente a maior contribuição teórica para a compreensão de nossa realidade cultural e religiosa múltipla veio de Roger Bastide, através de um conceito de sincretismo diferente de Artur Ramos, que o considerava como uma soma de tradições diferentes, mas sem ter sua lógica interna orientada pela aproximação e interação dos termos sincréticos. Em Bastide, o sincretismo aparece como uma das características dos países que conheceram a escravidão, e que portanto misturavam raças e povos, impunham a coabitação de diversas etnias num mesmo lugar, e levavam à "criação, acima das nações centradas nelas mesmas, de uma nova forma de solidariedade de cor".[29] A tese de Bastide é a de que cada elemento que compõe o que ele chama de "sociologia do bricolage" tem um lugar determinado, e que o

conjunto de todos os elementos só ganha sentido enquanto resultado das novas interações destes mesmos elementos quando postos em contato. Nessa perspectiva, as diversas etnias africanas que chegaram ao Brasil não só fundiram-se em diferentes combinações afrocatólicas, como terminaram por fomentar um outro sincretismo — o das próprias religiões africanas que aqui se encontraram.

Vê-se, portanto, que negativa ou positivamente, os estudos sobre o caráter nacional ou sobre a especificidade de nossa formação sociocultural, revelaram desde cedo uma história, no mínimo, ambígua e dicotômica, mas caminhando francamente para uma abordagem mais rica e complexa, como veremos a seguir. Por ora cabe ressaltar que todos os trabalhos até agora citados eram de cientistas sociais e, no máximo, dedicaram-se ao estudo da cultura negra e do processo de miscigenação que esteve na base de nossa formação cultural e religiosa.

Outro tema bastante recorrente na bibliografia brasileira e também analisado, sobretudo por sociólogos e antropólogos, foi o do messianismo, observado em movimentos sociais de cunho religioso e que estimulou a produção de alguns trabalhos importantes na década de 1960. Procurando esboçar uma teoria para explicar estruturalmente estes movimentos, alguns autores explicitaram claramente seu comprometimento político nas interpretações apresentadas, como foi o caso do clássico *Cangaceiros e fanáticos,* de Rui Facó. Neste trabalho o autor entende que os chamados "movimentos messiânicos" brasileiros — dos quais os mais conhecidos seriam Juazeiro, Canudos, Contestado e Caldeirão — estruturaram-se contra o latifúndio, tendo proposta revolucionária e a religião como forma de expressão.[30]

Em trabalho publicado em 1965, dois anos depois do livro de Facó, Maurício Vinhas de Queiroz buscou também uma explicação global para a eclosão deste tipo de reação popular, embora sua interpretação seja um pouco mais abrangente. Este autor encontra a explicação para a guerra sertaneja do Contestado numa crise de estrutura, em que problemas sociais acumularam-se e agravaram conflitos latentes entre diferentes classes sociais. Mas nesta linha de análise foi certamente o trabalho de Maria Isaura Pereira de Queiroz o que melhor assimilou os ensinamentos da sociologia religiosa de Weber, associando-os a uma tentativa de abordagem antropológica. Admiradora e ex-assistente de Roger Bastide, a autora, numa obra de fôlego, procura elaborar, através do método comparativo, uma teoria para o estudo dos movimentos messiânicos, incluindo desde tribos do oeste americano e da Melanésia, até exemplos de casos encontrados na Europa Ocidental e no Brasil. Entendendo o social como a metáfora do religioso, a autora defende a idéia de que os grupos sociais que participaram de tais movimentos estariam imersos numa sociedade em intensa crise socioeconômica e política, predispostos a reunirem-se em torno da figura carismática de um líder messiânico.[31]

Como é possível observar, estes trabalhos têm um enfoque notadamente sociológico, além de tomarem a vivência religiosa destes grupos sociais como instrumentos ou, no máximo, conseqüência de crises sociopolíticas estruturais, além de muitas vezes defenderem uma dicotomia entre o catolicismo tradicional e popular pouco adequada à complexidade de nossa formação cultural e religiosa.

Fugindo a esta análise global, mas ainda preso à história de um movimento religioso, temos ainda o trabalho de Ralph Della

Cava, dedicado ao estudo do milagre do Padre Cícero.[32] Este e alguns trabalhos mais recentes dedicados à análise das religiões populares mantiveram, no conjunto, uma perspectiva sociológica e antropológica restrita ao estudo de casos e, quando pretenderam explicações globais, não o fizeram incorporando as contribuições teórico-metodológicas que, desde os *Annales,* passando pelas produções no campo das mentalidades e da história cultural, têm irrigado a história das religiões e das religiosidades.[33]

Nesse sentido, o trabalho de Laura de Mello e Souza, *O diabo e a Terra de Santa Cruz*[34]*,* foi certamente pioneiro no enfrentamento dessa temática através de um viés historiográfico claramente influenciado pelas contribuições mais recentes no campo das religiosidades populares. Aliando sensibilidade e erudição, a autora propõe uma abordagem historiográfica da religiosidade popular, em geral, e para a experiência religiosa da vida colonial, em particular. Ao escolher um tema inédito na historiografia brasileira — a feitiçaria no Brasil — Mello e Souza esmiuça o amálgama de contribuições que forjaram a especificidade da religião vivida pela população colonial, eivada de reminiscências folclóricas européias e paulatinamente colorida pelas contribuições culturais de negros e "índios", além dos ingredientes judaicos fornecidos pelos cristãos novos radicados no Brasil.

Examinando as matrizes européias que fundaram o que Ginzburg chamou de "estereótipo do sabá", a autora procurou descrever e compreender as práticas mágicas utilizadas por uma população culturalmente heterogênea e adaptada para o viver em colônia, demonstrando, a partir sobretudo de fontes inquisitoriais, como, num cotidiano perpassado por "discursos imbricados", o projeto tridentino de cristianização foi permanentemente

adaptado, relido e por vezes totalmente alterado no Brasil colonial. Ao conseguir aliar morfologia e história (dando feição ao que é "simultaneamente universal, arquetípico, e específica e historicamente construído"), Mello e Souza não só confirma a noção de circularidade dos níveis culturais defendida por Ginzburg, como termina por defender a especificidade das práticas mágicas coloniais brasileiras, ao concluir seu trabalho mantendo uma certa oposição entre *"sabbats e calundus".*

Esta última questão foi especialmente retomada em seu trabalho mais recente, *Inferno atlântico,*[35] no qual a autora se indaga, já na Introdução, se essa oposição seria ilusória, ou ainda se é "possível pensar o que seríamos sem o colonizador português". Preocupada em aprofundar a análise das dimensões e os desdobramentos desta verdadeiramente umbilical relação, a autora reúne nove ensaios, baseados em estudos comparativos, procurando melhor compreender as visões européias sobre a América. Ao ampliar a leitura mais recorrente da "influência externa", considera que não só os europeus construíram suas imagens sobre a América a partir de seus próprios referenciais, como acabaram "incorporando irreversivelmente elementos específicos das culturas que subjugaram, ou procuraram subjugar".

Na leitura verticalizada de temas que vão desde a análise do degredo como instrumento de disseminação e circularidade cultural, passando pelas visionárias que criam ter acesso a D. Sebastião, e terminando com uma reflexão sobre a "Orgia dos Duendes" de Bernardo Guimarães, a historiadora retoma o problema das permanências e resistências ao longo de todo o trabalho, enfrentando questões teóricas e metodológicas cruciais para quem trabalha com temas de história cultural e

especificamente com a cultura e a religiosidade popular.

Outra contribuição importante no campo da história cultural é o recente trabalho de Ronaldo Vainfas, *A heresia dos índios*[36] em que o autor faz um estudo de uma seita ameríndia surpreendentemente acolhida por um poderoso senhor de escravos na Bahia quinhentista. Mesclando um profundo conhecimento do aparelho inquisitorial a uma grande erudição em história colonial ibero-americana, o autor partiu da problemática das idolatrias e de suas relações com o colonialismo, para nos contar uma história múltipla da Santidade de Jaguaripe. Ao deter-se na análise das crenças e na descrição dos rituais do que chamou de “catolicismo tupinambá”, reconstruiu uma saga verdadeiramente impressionante.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o trabalho apresenta uma conjugação de reflexões da antropologia, atento à observação detalhada de gestos e comportamentos que as fontes muitas vezes procuraram ocultar, ao que há de mais atual para a ampliação de questões na abordagem das religiosidades populares. Ultrapassando a perspectiva que analisa encontros culturais a partir da lógica do sincretismo, o autor opta pela associação entre circularidades e hibridismos — cuja expressão máxima talvez seja o retrato do mameluco, ambíguo por natureza e revelado em passagens surpreendentes — para lançar sua polêmica e instigante hipótese: a de que a seita católico-tupinambá da Santidade forjou-se dentro dos próprios aldeamentos jesuíticos.

Além destas propostas mais gerais de estudo das religiosidades populares, poderíamos citar análises mais específicas que também já começam a ganhar espaço, a exemplo dos trabalhos que têm-se detido sobre as festas religiosas,[37] demonstrando uma gama de temas e questões que começam a ser

investigadas.

Múltipla, densa e instigante, a teia que liga as diversas religiões às diferentes e possíveis formas de religiosidades tem demonstrado ser um campo fértil para continuadas reflexões teórico-metodológicas e futuras investigações historiográficas.

PARTE III

MODELOS TEÓRICOS E NOVOS INSTRUMENTOS METODOLÓGICOS: ALGUNS EXEMPLOS

❖ 16 ❖

HISTÓRIA E MODELOS

Virgínia Fontes

Palavras e coisas

A palavra modelo faz parte de nossa linguagem cotidiana. Ligada, etimologicamente, às idéias de maneira, forma, método e disposição, em seu sentido mais corrente indica "a melhor forma": o modelo fotográfico ou um comportamento modelo. Numa acepção próxima, sugere o que deve ser imitado, tanto em nível da reprodução, como o modelo para a pintura, quanto daquilo que, por sua pureza ou perfeição, deve servir de norma. Tais significados, derivados das idéias de forma e de maneira, podem induzir à crença de que os modelos são parâmetros que deveriam guiar o real, algo a que a realidade deveria se moldar. No sentido de "disposição", um modelo pode ser uma reprodução reduzida de um objeto real: um aeromodelo, um modelo miniatura de uma casa, um modelo do cosmo etc.

O sentido que nos interessa aqui é o de método, e método científico. Para pensá-lo, precisamos ir além desses significados imediatos, ligados ao senso comum, e verificar todas as possibilidades que a palavra — e a coisa — nos oferece. Descartaremos de saída algumas imagens simplistas: o modelo científico não é de forma alguma um guia pelo qual deve se pautar

a realidade; também não configura uma “maquete” dessa realidade, não a reproduz em outra escala. Ele é um instrumento de trabalho que, orientado teoricamente, é capaz de estabelecer homologias (construindo isomorfias) entre dados que, à primeira vista, são díspares, fazendo ressaltar o sistema que os ordena.

O conceito de modelo

O modelo é uma operação conceitual visando a representar relações ou funções que ligam as unidades de um sistema. Suas interações entrelaçam os elementos de um conjunto dado. Construir um modelo supõe uma generalização prévia (formulação clara de hipótese ou problema, condição para a sua própria elaboração) e, num segundo momento, o de sua aplicação, ele deve permitir uma explicação abrangente de um fenômeno ou grupo de fenômenos. O trabalho com modelos é, pois, uma dupla operação cognitiva: de um lado, os procedimentos necessários para a construção do próprio modelo; de outro, as modalidades de sua aplicação.

O modelo jamais é idêntico, por definição, à realidade observada. Ele permite captar a dinâmica — movimento de um conjunto — ou a estrutura — formas de articulação de um grupo de fenômenos. Mas, em sua elaboração, o modelo remete necessariamente a formas específicas — *a priori* — de apreensão da realidade.

Guardemos pois, claramente, as duas dimensões constitutivas do conceito de modelo. Sua *elaboração,* sujeita às diferentes teorias do conhecimento, e sua *aplicação,* enquanto técnica controlada para o esclarecimento de aspectos específicos de um problema e posterior construção explicativa.

O que significa, concretamente, a operação cognitiva da

construção de um modelo? Vejamos como isso se passa na área das ciências exatas, em que o uso de modelos é generalizado e onde o próprio termo corresponde a uma operação lógica que pode ser formulada matematicamente. Neste sentido estrito,

> "... a exigência fundamental é a seguinte: que uma vez construída a regra de correspondência semântica,[1] a todo enunciado *derivável do* sistema esteja ligado um enunciado *verdadeiro* no domínio da interpretação. A 'verdade', aqui, é apenas a divisão em duas classes de enunciados científicos (...): enunciados verdadeiros (demonstrados, provados ou qualquer outra forma cientificamente válida de avaliação) e enunciados falsos. (...) Se podemos efetivamente atribuir a todo enunciado derivável um enunciado 'verdadeiro', diz-se que o domínio da interpretação é um *modelo* para o sistema formal".[2]

O modelo comporta ainda algumas exigências:

- *O OBJETO DE ESTUDO* — em outros termos, um composto multi-variado de objetos — deve sofrer um trabalho prévio de estabelecimento das "diferenças *fixas*", derivando assim uma lista numerável de variáveis.
- *0 ESTABELECIMENTO DAS PROPRIEDADES DOS OBJETOS* (classes de constantes, ou grupos de objetos que satisfazem a uma dada propriedade) é predicativo; deve-se evitar uma lista de variáveis com propriedades singulares, enfatizando-se o aspecto relacional ou múltiplo (diferentes variáveis com a mesma propriedade).
- *A ELABORAÇÃO DE UMA "GENERALIDADE" DO DOMÍNIO CONSIDERADO.* Em outros termos, trata-se aqui da verificação da aplicabilidade (correspondência) entre os enunciados possíveis — por via dedutiva — e o universo considerado.

O que significam tais parâmetros para os historiadores? Em

primeiro lugar, o uso de modelos pressupõe, por si só, que a história não é composta de "fatos" únicos, irrepetíveis, nem de singularidades irredutíveis umas às outras. As sociedades constituem sistemas integrados, articulados, e seus componentes são passíveis de uma análise que os identifica a partir de certos atributos (predicados) claramente estabelecidos. Os dados empíricos podem sofrer um processo de seriação e quantificação, organizando-se critérios que os agrupem por classe ou grupo. Em um segundo momento, relacionar esses diferentes grupos implica respeitar a forma pela qual tal relação se estabeleceu historicamente na prática social. Um modelo deve identificar variáveis primárias e secundárias e classes de constantes. Em outros termos, trata-se de localizar, na correspondência entre as diversas seriações, as modificações em cada grupo de elementos e sua influência sobre os demais grupos. Em terceiro lugar, o uso de modelos permite o exercício de experimentações, nas quais as hipóteses podem ser efetivamente testadas. Os resultados da pesquisa passam, assim, a ser controláveis, respondendo às exigências científicas de refutabilidade.

Os modelos e os dados empíricos

Um dos divisores de águas entre os diversos tipos de modelos deriva das formas de encarar a diferença (ou semelhança) entre a "realidade empírica" e a "forma teórica" (interpretação ou explicação dessa realidade). Na tradição positivista, o empírico é considerado como o "dado".[3] Modelos elaborados nessa vertente são considerados como objetos artificiais, destinados a reproduzir o objeto real. A atividade propriamente cognitiva limitar-se-ia ao momento da construção do modelo ou da tabulação dos dados extraídos do real. Pura invenção ou artifício, o modelo teria no

entanto a característica de se erigir no próprio conhecimento. Seu objetivo seria, tal como uma maquete, *descrever* a realidade em questão, o uso de uma metodologia quantificada tendo a função de abalizar tal descrição.[4]

Embora pareça paradoxal, a visão inversa à do positivismo pende para a mesma conclusão. Considerando a história como reino da pura subjetividade, encara os documentos históricos como *locus* de uma dupla subjetividade: a dos seus autores somada à de seus intérpretes, os historiadores.[5] Comportam-se assim de forma semelhante aos positivistas com relação aos modelos, seja evitando seu uso (por artificial), seja propondo modelos genéricos, não-operacionais, como a idéia de "trama histórica" sugerida por Veyne, concatenando o "acaso, a matéria e a liberdade", cuja irrealidade é ressaltada.[6]

A possibilidade mais fecunda consiste em considerar o empírico, não como um dado em si próprio, tampouco como decorrência da mera subjetividade do pesquisador, mas sim como resultado de uma construção cognitiva prévia não-arbitrária.[7] Os dados originam-se de um trabalho de escolha e de pesquisa, lastreadas por problemas, hipóteses e pressupostos teóricos que permeiam a elaboração da questão e orientam os dados a serem pesquisados.

Desse ponto de vista, o modelo não é a própria instância do conhecimento, mas um dos momentos da elaboração cognitiva. O uso de modelos não garante, em si mesmo, a cientificidade do resultado, constituindo-se numa técnica capaz de controlar, num dado domínio, uma vasta gama de variáveis, de estabelecer padrões de comparação e, eventualmente, de previsibilidade. A riqueza dos modelos reside na possibilidade de um diálogo fértil entre as hipóteses de trabalho, informadas pela teoria, e a

verificação relacionada aos dados empíricos. Em outros termos, submete-se a teoria a testes, instaurando-se um vaivém entre teoria e dados empíricos, ambos permanentemente revistos e refeitos.[8]

Não se trata de relativizar a importância dos modelos, mas de evitar a confusão entre uma pretensa cientificidade, confirmada pelo uso de modelos — assegurada por um discurso matemático e formalizado —,[9] e a explicação científica,[10] ou a elaboração de padrões de explicação. Esta não se confunde com o elaboração ou a aplicação de um modelo. A realidade deve ser, assim, pensada como articulação complexa e contraditória de múltiplas variáveis.

A história e os pressupostos dos modelos

Uma vez de posse dos elementos básicos constitutivos dos modelos, voltemo-nos agora para os pressupostos cognitivos de sua elaboração. Eles terão como conseqüência diferenças significativas na elaboração, aplicação e alcance dos modelos.

O uso de modelos em ciências sociais — e, em particular, em história — contém os mesmos imperativos que para as demais ciências, mas incorpora problemas de ordem diferente de outras áreas do conhecimento. Existem múltiplas modalidades de construção de modelos para as ciências sociais, partindo de opções teóricas diversas. De uma operação-meio, como em lógica, que responde a pressupostos teóricos claros previamente estabelecidos, o modelo em ciências sociais pode ser — e o é — utilizado muitas vezes como “pressuposto” teórico ou elemento explicador de tipo definitivo, para o qual ele não tem consistência.

Vejamos de perto alguns pontos de partida teóricos, através de dois exemplos. Dois autores, ambos de língua alemã, servirão aqui de base para demonstrar concepções distintas do

conhecimento histórico, permitindo diferentes configurações de modelos: Karl Marx (1818-1883) e Max Weber (1864-1920).

1) *MARX E A PRODUÇÃO DA VIDA MATERIAL.* Para Marx, o conhecimento da sociedade somente se produz enquanto processo que privilegia a síntese de suas diversas articulações e a história. Assim, de um lado integra a dinâmica social — momento das transformações, quer elas sejam discretas ou violentas — e, de outro, as modalidades da organização social, concebida sempre como equilíbrio instável. O ponto focal do conhecimento, aquele que permite a explicação histórica, é a forma da articulação social: trata-se de uma reflexão totalizada, objetivando integrar as diversas dimensões constituintes da sociedade e explicar as conexões internas que as regem. As modificações ocorridas numa esfera (econômica, política, jurídica, ideológica etc.) implicam gradações diversas de transformações nas demais. Como toda totalidade articulada, alguns de seus elementos devem determinar outros, isto é, transformações em determinado nível geram alterações em outros, não sendo meramente uma relação circular, em que todos os níveis se movimentam harmonicamente.

Dois pontos em sua abordagem têm relação direta com o nosso tema. Em primeiro lugar, a precedência da totalidade sobre o singular. O conhecimento não é a soma dos atributos individuais, necessitando ultrapassar o limite das visões parcelares ou atomizadas. Para Marx, é insuficiente a elaboração de abstrações genéricas capazes de atravessar vários períodos históricos (como por exemplo as categorias de população, divisão do trabalho, valor, mercado etc.). Se são indispensáveis como ponto de partida para o conhecimento, este só se torna científico quando é capaz de articulá-las mediante um processo de síntese.[11] Este deve explicar as diferentes formas históricas de

articulação concreta de tais categorias, indicando sua hierarquia no interior do objeto em estudo. Este ponto, nodal no seu raciocínio, tem importante repercussão para a elaboração de modelos: não basta identificar categorias (variáveis ou constantes) com relevância histórica atual ou pretérita. O conhecimento científico depende da avaliação de seu peso e papel em cada contexto histórico preciso (ou sua correlação).

Se o fulcro das análises de Marx apontava para o econômico — entendido sempre como a produção material da existência — este não constituía para ele a variável única. O próprio alcance explicativo do processo produtivo depende das modalidades de sua articulação com as demais instâncias e de seu peso relativo em cada processo histórico (ou problema) analisado. As esferas política, jurídica, ideológica, cultural, dentre outras, não se reduzem a variáveis "ilustrativas", mas integram a totalidade, com pesos e papéis distintos em função da problematização instaurada.[12]

Em segundo lugar, para Marx, o acesso ao empírico se dá sempre mediado tanto pelas noções corriqueiras com as quais nos referimos a ele, o senso comum, quanto pelas modalidades precedentes de conhecimento (artístico, religioso, ideológico ou mesmo de tipo científico) que imprimem sentidos variados aos temas sociais. Assim, o empírico não é dado ou transparente, mas está sobrecarregado de sentidos diversos, em sua maior parte acríticos. A produção do conhecimento deve, pois, realizar um ir-e-vir entre o imediatamente perceptível, as formas de sua análise (desmembramento de suas partes componentes) e a construção de síntese, para estabelecimento da articulação da totalidade em foco. Como o próprio objeto de conhecimento é histórico, transformando-se no decorrer do tempo, seu conhecimento seria

um processo permanente de abordagem empírica, formulação de conceitos, estruturação de sínteses e atuação prática.[13]

Para Marx a sociedade — e a história — são passíveis de conhecimento de tipo científico. É possível, nessa vertente, estabelecer modalidades explicativas, entendendo-se por isso a identificação dos níveis determinantes na articulação das diversas instâncias sociais. O próprio Marx, no entanto, não utiliza em seus trabalhos mais importantes a noção de modelo. O termo privilegiado por ele é *conceito (Begriff),* de alcance mais vasto. Entretanto, Marx emprega múltiplas vezes os termos forma, figura e configuração, cujo significado aproxima-se bastante da idéia de modelo.[14] A própria organização de *O capital* procura evidenciar "uma certa estrutura do capital, um sistema de determinações qualitativas e quantitativas, isto é, as leis do processo de produção. O conceito de capital em sua integridade representa a unidade dessas duas estruturas".[15] Podemos considerar, assim, que uma configuração semelhante à de um modelo encontra-se presente nas análises de Marx. Além disso, a tópica marxista da relação entre infra-estrutura e superestrutura permite a constituição de modelos diversos, assim como as múltiplas variáveis intervenientes nas definições das relações de produção e das forças produtivas para os diferentes modos de produção.[16]

O ponto de partida teórico da concepção marxiana da história favorece e estimula o recurso a quantificações claramente demarcadas sobre as diversas instâncias da sociedade. Ao atribuir à estrutura produtiva um espaço central de referência para a explicação da articulação social, o marxismo abriu espaço para a aproximação entre a história e a economia. Saindo do eixo essencialmente descritivo do universo dos historiadores profissionais do século XIX, a história passou a incorporar novas

alternativas metodológicas, em que o peso das fontes tradicionais, políticas, referidas aos fatos singulares começou a se diluir frente ao maior alcance de uma teoria explicativa.

2) *MAX WEBER — O TIPO IDEAL E A QUESTÃO DA CULTURA.* Max Weber divergia fundamentalmente dessa concepção — em especial, de Marx, com quem, aliás, Weber estabeleceu uma espécie de debate teórico permanente — propondo outro tipo de abordagem para o estudo da sociedade. Considerando a produção de cultura como a principal especificidade das sociedades e definindo-a como a elaboração de valores, Weber distingue entre as ciências da natureza — passíveis de explicação por não criarem valores — e as ciências compreensivas, ou da sociedade, em que emerge duplamente o tema do sentido. De um lado, o sentido (ou significado) atribuído pelo conhecedor e, de outro, o sentido impresso pelos próprios atores para a consecução de suas ações ou fins.

O processo histórico não tem, para Weber, nenhum referencial articulador fora da própria construção permanente de valores, da adesão a tais valores e, eventualmente, dos conflitos entre eles. A rigor, a sociedade (e, em especial, a história) deixa de ser passível de explicação, posto que a infinitude é seu caráter central. A impossibilidade da descrição exaustiva só reafirma, para ele, o fato de que o conhecimento da sociedade não deve sequer tentar modalidades explicativas. Deve-se limitar à compreensão (o que veremos a seguir), estabelecendo conexões significativas entre o interesse do pesquisador (problema) e o sentido atribuído pelos atores sociais (significado).

> "Aspiramos ao conhecimento de um fenômeno histórico, isto é, significativo na sua *especificidade.* E o que aqui existe de decisivo é o fato de só adquirir sentido lógico a idéia de um conhecimento dos

> fenômenos *individuais* mediante a premissa de *que apenas uma parte finita* da infinita diversidade de fenômenos é *significativa.* Mesmo com o mais amplo conhecimento de todas as *'leis'* do devir ficaríamos perplexos ante o problema de como é *possível* em geral a explicação causal de fato individual, posto que nem sequer se pode pensar a mera *descrição* exaustiva do mais ínfimo fragmento da realidade. Pois o número e a natureza das causas que determinaram qualquer acontecimento individual são sempre *infinitos,* e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em linha de conta."[17]

Para Weber, nenhum fenômeno tem um sentido real em si mesmo: ele é sempre atribuição de um sentido por aqueles que o examinaram ou se reveste de significados particulares para aqueles que o vivem.[18]

A partir, no entanto, dessa "impossibilidade primeira" da explicação social, Weber tenta recuperar o rigor dos procedimentos científicos para realizar uma "abordagem compreensiva" de maneira metódica. De forma algo paradoxal, Weber propõe uma "abordagem científica" de um objeto não-científico (incapaz de ser percebido como "coisa") e cujo resultado não é propriamente ciência (mas compreensão). Para tanto, elabora um procedimento de abordagem que é tipicamente modelar, o *tipo ideal.*

Para compreendê-lo, temos de fazer um breve retorno ao tema dos valores em Weber. Todos estão impregnados de cultura, ou, em outros termos, de valores e de significados. As ciências sociais são o encontro de uma dupla valoração: a dos pesquisadores e a da sociedade (ou grupo) pesquisados. Acompanhemos cada caso. A escolha de um tema de pesquisa é, para Weber, valorativa, pautada tanto pelos valores culturais que o pesquisador partilha com sua sociedade e seu tempo, quanto

pelos valores específicos aos quais ele adere — valores científicos, morais, éticos etc. Está suposto que tais valores são conhecidos pelo pesquisador e explicitados, uma vez que eles informam sua escolha e orientam seu interesse para determinados temas, com os quais ele partilha certos significados (convicções). No entanto, e aqui entra o "método" weberiano do "desencanto", não se trata, para o pesquisador, de julgar aquilo que ele pesquisa segundo seus critérios de valor. Ao contrário, ele deve abster-se de exercer seus valores, de forma crítica, em sua pesquisa. Todo julgamento de valor fica assim proibido, em princípio, por Weber.[19]

O segundo grupo de valores é aquele partilhado pela sociedade (ou grupo social) com a qual se defronta o pesquisador. Trata-se, para Weber, de fazer emergir os significados que presidiram às ações e condutas dos atores sociais, significados culturais que são a expressão de valores adotados e partilhados.

Como, entretanto, seria possível identificar a infinidade de valores que assim poderiam emergir? Weber desloca o critério de cientificidade: esta não reside mais na explicação e sim na capacidade de elaborar um modelo — o tipo ideal — que, estando no espaço onde se cruzam múltiplos valores,[20] é construído a partir de uma reflexão de tipo racional, apoiando-se na experiência científica.

O tipo ideal é, a rigor, uma construção conceitual, inexistente na realidade, na qual o pesquisador realiza um "juízo de atribuição".[21] Como se trata de um esforço no sentido da compreensão, não há, aqui, preocupação em identificar os componentes que se articulam na sociedade, mas em construir um quadro homogêneo de pensamento a partir de indicações discretas e difusas. Weber considera o tipo ideal como "utopia", cuja elaboração depende da acentuação unilateral de um ou

vários pontos de vista, contribuindo para dar homogeneidade a uma "figura do pensamento". A noção de tipo ideal — o conteúdo final de sua construção — não remete, pois, imediatamente à própria realidade, mas às idéias que podemos constituir dessa realidade.

O tipo ideal não deve, segundo Weber, em momento algum ser pensado como aquilo que "deveria ser" ou como o caso "exemplar", aliás nem mesmo sequer como o "típico", pois ele não existe como tal na realidade: é resultado de construção de nossa imaginação. Ele próprio admite o risco de tal técnica tornar-se um simples jogo, tendo como único critério o de eficácia.[22] Seu objetivo é atuar como meio para o conhecimento e não enquanto conhecimento em si mesmo. A avaliação da sua eficácia é realizada pela capacidade do tipo ideal em medir a realidade (medição cultural e não matemática) e em comparar seus diversos elementos.

A noção de tipo ideal aproxima-se do trabalho modelar, segundo um viés cultural e subjetivo: construção de modelos utópicos (pela caricatura de traços difusos que se encontram na sociedade), gerando um novo "personagem" que passaria a funcionar como "padrão" de comparação e de medida para os demais indivíduos de seu grupo. O objetivo do conhecimento seria justamente localizar a significação "pura" de determinados valores (como, por exemplo, de uma dada religião) perante os quais os indivíduos se viam e pautavam suas condutas, permitindo compreendê-lo (apreender seu significado), comparando-o com nossos próprios significados e valores

Weber elabora três modalidades de tipo ideal:[23]

- Os tipos ideais que reconstroem de forma inteligível (racional) uma realidade histórica global e singular, como, por exemplo, o

capitalismo. Para Weber, essa noção é "típico-ideal", posto que ela é uma construção significativa, e não uma realidade dada em si mesma; a noção de capitalismo é uma reconstrução parcial com o objetivo de elaborar um todo inteligível que, forçosamente, inexiste como tal na realidade.

- Uma segunda modalidade busca apreender elementos abstratos da realidade histórica, atribuindo características a conjuntos de instituições, tais como a burocracia, ou a determinados comportamentos sociais (a dominação, por exemplo).
- A terceira modalidade diz respeito diretamente às condutas dos indivíduos que, segundo Weber, sendo sempre particulares, só podem ser apreendidas pela elaboração de tipos ideais de condutas (econômicas, religiosas etc.).

O modelo concebido a partir de tais pressupostos, embora tenha a função de operar racionalmente com elementos singulares, construindo uma identidade fictícia (utópica) entre dessemelhantes, não pretende explicar *o que é o objeto,* mas precisar *a idéia que dele se faz* (sua significação).[24]

A profunda diferença que separa as duas vertentes cognitivas apresentadas — explicação *versus* compreensão — atravessa os modelos delas decorrentes. Na primeira — da qual citamos como exemplo o marxismo — o modelo é uma ferramenta conceitual a partir da qual as proposições explicativas podem se submeter a teste, permitindo uma elaboração de tipo hipotético-dedutivo. Na segunda — com Weber — o modelo é um recorte arbitrário (embora metódico e racional), eventualmente contrafactual, cujo objetivo é recuperar (e atribuir) significados culturais.

O uso dos modelos

Se podemos distinguir os *a priori* segundo os quais os modelos são elaborados, na prática, no entanto, inúmeras vezes encontramos fusões entre princípios cognitivos diferentes. Insistimos em relembrar que o emprego de modelos não garante a cientificidade ou a qualidade de um trabalho, mas a pertinência de sua elaboração, de sua aplicação e construção explicativa.

A configuração, alcance e abrangência dos modelos podem ser extremamente diversos, admitindo variáveis de tipo quantitativo ou qualitativo, embora seu uso pelos historiadores seja majoritariamente de tipo quantitativo. A história econômica e, em seguida, a história demográfica constituíram as matrizes principais para a introdução e formulação de modelos em história. Se essas duas especializações estabeleciam claramente modelos de pesquisa, generalizou-se no entanto o uso de modelos, através de um viés complexo, em que múltiplas influências se fizeram sentir.

Mercado e cultura

O pensamento econômico clássico (Adam Smith, Malthus, Ricardo) forneceu uma das bases para a elaboração de modelos em história. Estimulava quantificações variadas, embora com uma perspectiva histórica de tipo linear,[25] em que as diversas atividades sociais eram isoladas em campos de estudo estanques (economia, política, leis, moral etc.).[26] Considerando a sociedade a partir de um referencial antropológico, partia de um "modelo" de comportamento humano baseado na relação lucro/benefício. O *homo oeconomicus,* átomo base da sociedade, forneceria o parâmetro de análise generalizável ao conjunto social. O mercado

figura aqui como o eixo econômico central, local de explicitação dos comportamentos e cuja racionalidade traduz e sintetiza todas a demais relações sociais.[27]

Fundem-se aqui várias vertentes. De um lado, a construção de modelos para cada tipo de mercado: econômico, político, simbólico, cultural etc. De outro, o fato de que no interior de cada um desses modelos, os princípios explicativos tendem a se alterar em função do recorte escolhido, perdendo-se a dimensão da totalidade. Assim, corre-se o risco de raciocínios circulares e circunscritos: o mercado econômico explica a economia, o mercado cultural a cultura e assim por diante.

Para os historiadores, a principal dificuldade reside na transposição de uma categoria dominante nas sociedades modernas — o mercado — como categoria explicativa central para outras sociedades, nas quais o mercado ou não existe ou é apenas uma realidade secundária. O risco de anacronismos torna-se alto, além do deslocamento de uma categoria propriamente econômica (mercado) para outras relações sociais.

Em muitas circunstâncias, houve aproximações entre tais pressupostos e o marxismo (circulacionismo e economicismo) ou os tipos ideais weberianos (o mercado enquanto o tipo ideal de comportamento racional).

O funcionalismo e os sistemas

Outra escola cujos princípios genéricos influenciaram grandemente os modelos em ciências sociais e história, o funcionalismo, opera essencialmente com duas dimensões modelares. Em primeiro lugar, considera as diversas interações sociais como um *sistema,* ou sistema social, cuja identificação depende da abstração dos papéis individuais, visando a evidenciar

sua articulação com a integralidade social. O sistema social deve ser coerentemente organizado e não um mero conjunto de componentes reunidos ao acaso. Em segundo lugar, identifica funções (como em matemática, *fx)* através de atribuições de papéis integradores dos indivíduos ao sistema social.[28] Embora eminentemente ligado a temas de ordem cultural (em especial, o processo de socialização infantil e dos diversos grupos sociais), o funcionalismo foi largamente utilizado em análise de cunho econômico.

A rigor, o funcionalismo encontra pontos de contato estreitos com a economia política clássica, incorporando um princípio semelhante ao da “mão invisível” do mercado: a existência de uma dada instituição ou comportamento se explica por suas funções (latentes ou explícitas). As variáveis postas em evidência tendem a focalizar os pontos de equilíbrio do sistema, considerando as tensões internas, seja como pressões seletivas visando a maior eficiência do sistema, seja como benéficas para o seu reequilíbrio, ainda que perturbadoras no momento de sua eclosão. Enfatiza, assim, as modalidades de harmonia, adaptação e integração.[29]

A dificuldade principal de tal modelo é a ênfase posta no equilíbrio do sistema e no caráter de “disfuncionalidade” atribuído aos comportamentos que rompem ou não se encaixam no sistema. Sendo os comportamentos predeterminados pelo sistema, dificilmente se poderia pensar a passagem de um a outro sistema.

O estruturalismo

Compostos de múltiplas e variadas correntes, exporemos aqui apenas os princípios do estruturalismo elaborados por Lévi-Strauss. Profundamente influenciado pela lingüística (especialmente a fonologia), Lévi-Strauss procura aplicar tais

princípios à antropologia. Trata-se de passar dos fenômenos conscientes à infra-estrutura inconsciente; de abordar sempre os termos enquanto entidades relacionais (e não independentes), constituindo-se sistemas; finalmente, de descobrir leis gerais (por indução ou dedução).[30]

A aplicação dos princípios da análise fonética estrutural à análise antropológica implica, porém, separar dois sistemas: um, *terminológica,* composto do vocabulário empregado para designar determinadas relações sociais, e outro, de natureza psicológica e social, que é o sistema de *atitudes.* A relação de interdependência entre eles não significa uma correspondência termo a termo, mas uma relação funcional entre os dois *sistemas?*[31] O objetivo é identificar, tal como na fonética, os *átomos elementares* das estruturas sociais.[32]

O estruturalismo caracteriza-se por um método calcado na construção de modelos. As estruturas são pensadas morfologicamente, devendo os modelos estruturais identificar os elementos invariantes (de tipo sintático) subjacentes às significações vividas manifestas.[33]

Efetivamente, dentre as proposições de Lévi-Strauss consta identificar não apenas os invariantes estruturais como as regras de sua transformação. No entanto, a tendência principal — e a maior dificuldade para os historiadores — está em que tais modelos tendem a constituir sistemas estáticos de relações, cujas regras de transformação não são mais do que artifícios lógicos para justificar a estrutura seguinte, igualmente estática.[34]

Abrangência e limites dos modelos

A capacidade explicativa de um modelo depende tanto da seleção e pertinência dos dados quanto da abrangência a que se

propõe. Quanto maior o número de variáveis e de elementos incorporados ao modelo, mais próximo ele tende a ficar de uma realidade específica, permitindo identificar o padrão de relações vigentes e sua dinâmica. Entretanto, sua abrangência se reduz, ficando o modelo referido a uma sociedade ou espaço específico. Inversamente, quanto mais abstrato o modelo, mais abrangente ele se torna, podendo ser aplicado a diferentes locais e sociedades. Porém, tal abrangência implica na redução do número de variáveis, perdendo-se, assim, características locais que podem, eventualmente, refutar ou modificar significativamente o modelo.

Os modelos mais abstratos — e os mais abrangentes — correm dois riscos principais: a perda da dimensão histórica e um determinismo de tipo teleológico). No primeiro caso, ao instituírem isomorfias sobre uma longuíssima duração, tendem a estabelecer padrões de continuidade e de permanência em detrimento dos parâmetros de transformação. Uma "naturalização" de certos fatores sociais passa a procurar elementos a-históricos presentes em todas as sociedades. No segundo caso, podem constituir, em decorrência exatamente da ênfase nos aspectos de permanência, a imagem de um ordenamento estrutural subjacente de tal peso que toda e qualquer transformação se torna aparentemente impossível. Entretanto, tais modelos identificam padrões sociais subjacentes que moldam comportamentos e instituições em níveis muitas vezes inconscientes.[35] Além disso, o alto grau de formalização de alguns desses modelos permite a construção de refutações (ou contraprovas), procedimento próprio do conhecimento científico. Ainda que contestados — e exatamente em razão disso — continuam sendo capazes de fornecer problemáticas para a reflexão histórica.

História e modelos

Em história, o uso de tais modelos atemporais é sujeito a uma atenção redobrada. Aqui, a própria estrutura deve ser pensada de forma dinâmica, sujeita a mudanças e a transformações. Se os modelos de tipo histórico devem estabelecer, de um lado, os padrões constantes (equilíbrio), de outro, devem identificar aquilo que, no próprio sistema (ou estrutura), aponta para as instabilidades e as transformações (transição).

Dentre os modelos de longa duração, destacam-se aqueles relacionados à estrutura econômica, a temas demográficos (ou de mentalidades) e ao espaço geográfico.[36] No entanto, os modelos mais férteis dedicam-se a durações menos longas, em que o risco de naturalização de relações sociais se reduz e a capacidade de teste do modelo se amplia.

Partindo da conceituação dos modos de produção, por exemplo, diversas variáveis podem ser quantificadas, permitindo o estabelecimento de modelos específicos para determinadas regiões, grupo de fenômenos ou períodos. Variáveis como alterações nas forças produtivas — produtividade, introdução de novos equipamentos, número de horas de trabalho etc. — podem ser quantificadas e fornecer a base empírica sobre a qual é possível a construção de modelos. Além disso, tendências seculares *(trends),* como os ciclos econômicos, modos de transição, racionalidades econômicas, formas de articulação interna entre setores produtivos e disposições urbanas,[37] deram origem a diversos modelos históricos de industrialização, de transição ao capitalismo, de crescimento das cidades, dentre outros.

As tendências atuais

Exatamente com relação às dificuldades dos modelos de ampla abrangência, a tendência contemporânea é a da elaboração de modelos submetidos a controles mais estritos. Para tanto, ao invés de trabalhar com processos de longuíssima duração e com universos sociais variados, os modelos tendem a ser construídos a partir de situações sociais bem demarcadas. Em outros termos, trata-se de identificar precisamente uma problemática, respeitando as diversidades regionais, e de estabelecer modelos com um número maior de variáveis. Com isso, se a abrangência fica reduzida, ele se torna capaz de traduzir mais fielmente os momentos de inflexão, de instabilidade e os parâmetros que indicam as linhas de força e de modificação do sistema.

Concretamente, isso significa evitar padrões de explicação unilineares, ou seja, calcados numa única esfera social (quer ela seja econômica, política ou cultural). Os modelos devem procurar dar conta do maior número possível de variáveis, de forma sistemática, explicitando (listando e analisando) seus diferentes componentes, estabelecendo os parâmetros do sistema, os estados do sistema e sua trajetória.

O padrão de explicação tende a ser pluricausal, configurando explanações multivariadas. Assim, menos do que um modelo esquemático voltado para um único grupo de fenômenos, trata-se de trabalhar com múltiplos modelos, sistematicamente integrados. Se a informática permite cruzar e comparar enorme número de variáveis, não soluciona, no entanto, a questão do critério de sua seleção e da abrangência proposta.

Os princípios teóricos têm um cunho geral e abrangente, enquanto os modelos podem se situar num plano conceitual intermediário, como propõe Samper Kutschbach, constituindo

uma relação crítica entre as teorias gerais e o problema que se está analisando.[38] Com isso, incorporam a possibilidade de utilizar diversas vertentes — econômica, política, cultural — cujos pesos diferem de uma região para outra, mesmo quando se pode identificar uma problemática geral que as unifica. Outra vantagem desse procedimento é instaurar um diálogo real entre a teoria e os dados, os modelos intervindo como espaço onde a teoria também se submete a teste.

Vejamos alguns exemplos. A análise das unidades domésticas rurais e sua subordinação ao capitalismo pode demarcar suas especificidades frente ao modelo inglês sem prejuízo de sua inserção na mesma problemática: o trânsito ao capitalismo de base agrária. Algumas definições estão no ponto de partida da construção do modelo: a de “unidade doméstica rural”, com suas formas cambiantes de combinações de fatores (variáveis) — mercado de trabalho, de produtos, de terra, acesso ao crédito, meio ambiente, tipo de povoamento, uso e tipo de tecnologia etc. Em seguida, o recorte de um contexto (regional, temporal ou em função de um problema específico) que seja passível de análise comparativa. Essa é uma operação de identificação de isomorfias, que deve estar permanentemente submetida a teste.

Os “estados do sistema” podem ser definidos, por exemplo, em nível das diversas escalas (ou abrangências) nas quais as unidades sob análise se integram: (a) escala regional, incluindo variáveis como oferta de terras, estrutura populacional, opções do emprego de mão-de-obra (assalariada ou familiar) etc.; (b) escala da unidade produtiva, cujas variáveis apontam para as formas de uso da terra, rendimentos, organização das atividades familiares, distribuição dos recursos e participação dos diversos membros da unidade, inserção mercantil (em diversos mercados: produtos,

terra, trabalho, crédito); (c) interseção entre os processos micro e macrossocial (integração, diferenciação, complementaridade, desigualdade, reciprocidade, exploração etc.).

Trabalhando de forma comparativa com relação aos vários modelos preexistentes — que vão desde os modelos de população (Malthus) às formas de subordinação ao capital (Marx, Lenin, Kautsky), incluindo os modelos específicos sobre as unidades econômicas familiares ou camponesas — e integrando os dados da região escolhida, pode-se estabelecer tipologias das unidades de produção domésticas rurais. Isso possibilita identificar os parâmetros de integração (ou exclusão) tanto entre as unidades domésticas rurais e seu entorno, quanto no seu próprio interior.

Se a tipologia resultante é de tipo econômico, em função das variáveis escolhidas, outras dimensões podem também ser consideradas e ressaltadas. Assim, as formas educacionais, a estrutura familiar, o sistema de tomada de decisões, por exemplo, podem constituir variáveis adicionais ou mesmo um modelo secundário.

Um modelo rigorosamente elaborado permite a identificação dos elementos constitutivos (homologias e isomorfias), o esclarecimento das formas variadas de inter-relacionamento, o balizamento da dinâmica do sistema e a subseqüente construção de uma explicação que incorpore tendências históricas e sirva como ferramenta para a interpretação de seus resultados.

Da mesma forma, a demografia histórica tem contribuído para a ampliação do uso de modelos em história, buscando um equilíbrio entre esquemas abstratos e a aproximação com realidades locais. Um paciente trabalho de reconstituição da história das famílias sobre longas durações — na França e na Alemanha, foram mapeadas famílias no período de três séculos,

utilizando a seriação de fontes como os registros paroquiais e civis — permite a constituição de modelos históricos que vão desde a longa duração e a grande abrangência até modelos pontuais (regionais ou locais) de grande precisão. A condição da fiabilidade do trabalho, entretanto, depende da constituição rigorosa de tais séries e da demarcação de seu alcance.[39]

Os principais modelos elaborados pela demografia histórica incorporam variáveis relacionadas a três eixos: fecundidade, nupcialidade e mortalidade. A constituição familiar, as formas da sexualidade e de comportamento passaram a ser passíveis de análises com modelos, estabelecidos, sobretudo, a partir das relações entre tais variáveis e o sistema econômico.[40] Através da utilização de modelos, é possível construir laços entre diferentes especializações e disciplinas, recuperando as dimensões de uma história totalizante.

Menos do que simples quadros descritivos, os modelos demográficos devem contribuir para a elaboração de sistemas lógicos tanto na dimensão diacrônica quanto na sincrônica. Na primeira modalidade, relacionam-se diretamente com a história econômica e seus *trends* seculares; na segunda modalidade, sincrônica, permitem, pela comparação entre diversas regiões, o que poderíamos denominar de "geografias temáticas" numa análise cuja ênfase é cultural: atitudes frente à morte, tipos de morte, controle da natalidade, estrutura dos casamentos e dos nascimentos.[41]

Se a elaboração de modelos facilita a construção de explicações científicas, traz também à tona a relação entre os modelos e os *a priori* teóricos. Os modelos de comportamento sexual, por exemplo, recolocam o tema da relação entre cultura e natureza.[42]

Em outra direção, trabalhos conjuntos entre historiadores e antropólogos, à luz da demografia histórica, investigam a microorganização familiar, clânica e de vizinhança, pela agregação dos dados provenientes da história das famílias. Ainda aqui, a elaboração de modelos a partir da tabulação de dados estatísticos cumpre papel importante: trata-se de identificar microssistemas integrados (ou existindo em paralelo) a sistemas sociais mais abrangentes.

Uma possibilidade decorrente das análises com modelos passa a ser a previsibilidade, calcada em componentes de tipo estatístico. A partir das tabulações referentes a longos períodos, pode-se inferir tendências mais ou menos duradouras. Assim, Imhof, por exemplo, trabalhando com a evolução histórica da mortalidade na Alemanha entre o século XVII e os dias atuais, estabelece modelos de período de vida (que inclui variáveis como evolução da mortalidade, causas da mortalidade e duração do processo de morte) ao longo desse tempo, propondo, todos os fatores permanecendo semelhantes, uma avaliação futura para todas essas variáveis.

Modelos quantitativos e qualitativos

O pleno uso dos modelos tende a ampliar significativamente a quantificação em história, construindo isomorfias e elaborando séries quantificadas para áreas antes consideradas qualitativas, como atitudes, comportamentos, crenças e costumes. Busca-se hoje incorporar dados não considerados anteriormente como quantificáveis (dados predicativos ou de qualidade), em novas formulações seriais. Por outro lado, como já ressaltamos, os modelos não são necessariamente “cliométricos”, podendo-se constituir modelos não-matemáticos. A condição, entretanto, é a

definição precisa dos conceitos com os quais se trabalha, evitando-se o emprego de noções vagas ou de termos do senso comum, para os quais várias definições são possíveis.

Isso abre a possibilidade do emprego de modelos para períodos que não contam com dados estatísticos. Nestes casos, os modelos cumprem importante função auxiliar para a construção de explicações. Finley mostra a viabilidade da construção de modelos qualitativos, estabelecendo-se uma tipologia das guerras ou das cidades antigas, desde que todas as noções predicativas (como hegemonia, império, ambição, cidade, estado etc.) tenham significados claramente demarcados.[43] Isso posto, tais modelos devem contar com o maior número possível de variáveis (grupos sociais envolvidos, relação lucro/benefício, tipos de armamento e de estratégia, duração, por exemplo, para o caso das guerras antigas), para as quais os dados existentes podem permitir a construção de explicações mais gerais.

Da mesma forma, a explicação histórica para períodos extremamente recuados — como os trabalhados pela arqueologia — pode contar com a elaboração de modelos qualitativos e quantitativos. Para os últimos, a pesquisa de campo — os vestígios — permite identificar variações em instâncias como população, hábitos alimentares, deslocamentos, modificações ecológicas (o entorno), produção etc. Para os dados qualitativos, alterações em padrões rituais, em adornos e cerâmicas, formas de contato com outros grupos etc., trazem elementos para a formulação de hipóteses incorporando múltiplas dimensões. Visam, com isso, a integrar à explicação fatores econômicos (a cultura material permanecendo um fato de peso), políticos (ressaltando-se o papel dos conflitos internos) e culturais (a ideologia e o simbólico), gerando padrões explicativos

multicausais.[44]

Com o apoio de modelos de tipo dinâmico, podem-se até realizar simulações para localizar mais precisamente os pontos nevrálgicos de transformações ocorridas (crescimento populacional, assentamento territorial, colapso de uma civilização, dentre outras).[45] Em tais simulações, são introduzidas modificações nas variáveis consideradas (por exemplo, alterar arbitrariamente a força de trabalho, o clima, contatos com outros grupos sociais, estrutura de força de trabalho ou rendimento da produção), testando-se aquelas capazes de provocar efeitos cruciais para o crescimento ou a estabilidade do grupo social em estudo. A simulação, como qualquer hipótese contrafactual, permanece entretanto limitada a uma técnica para identificar plausibilidades, não sendo capaz de fornecer padrões para a construção de explicações históricas.

❖ 17 ❖

História e Análise de Textos

Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas

Os historiadores e o trabalho com os textos: da hermenêutica do método tradicional aos contatos com a lingüística e a semiótica

Há historiadores que crêem ser a atitude hermenêutica — de que se fala tanto hoje em dia — algo recente. Ledo engano! Já o venerável manual de Langlois e Seignobos, que data dos últimos anos do século XIX, criticava os que liam os textos "com a preocupação de neles encontrar informações diretas, sem o cuidado de recriar mentalmente as operações que se deveriam ter processado no espírito do autor".[1] Como antídoto ao que viam como uma atitude ingênua estaria a chamada crítica interna dos testemunhos, cuja fase inicial é exatamente a hermenêutica ou crítica de interpretação — também chamada de crítica positiva: "a análise do conteúdo do documento e a crítica positiva de interpretação" seriam necessárias "para firmar certeza do que o autor quis dizer",[2] precedendo à crítica negativa (de sinceridade e exatidão).

Apesar de existir, portanto, uma preocupação hermenêutica — por certo definida em termos que hoje parecem ingênuos — há muito tempo, também é verdade que a relação tradicional dos

historiadores com os documentos que utilizam continuou sendo o interesse predominante nos conteúdos, tomando tais documentos como suportes de informação acerca dos referentes dos textos (isto é, acerca daquilo de que os textos falam). Uma atitude desta supõe o postulado implícito, na verdade impossível de sustentar, de que o sentido de um texto é sempre imediatamente perceptível ao lê-lo. Ou, se formularmos ao contrário a questão, de que a forma em que o texto se estrutura internamente — sua dimensão discursiva — não seja pertinente à sua análise e uso em história.

Este capítulo diz respeito primordialmente ao modo como um postulado renitente, como o acima exposto, viu-se abalado através de sucessivos encontros das ciências sociais com a lingüística.

O primeiro encontro, nos anos 50 e 60, centrou-se na busca de um rigor maior no trabalho com o vocabulário dos textos a que se recorria como fontes, possibilitado pela análise distribucional proposta por Z. Harris em 1952. Esta conduzia a uma análise de conteúdo mais sistemática do que até então, trabalhando-se com estatísticas do emprego (ocorrência) das palavras, mediante indexações a partir das distribuições de freqüências. Note-se que, a rigor, tal maneira de lidar com os textos — lexicografia, lexicologia — não mudou ainda a exterioridade da análise relativamente às estruturas discursivas, já que a análise no nível do vocabulário desarticulava o discurso, dissociando suas estruturas verbais, sintáticas e semânticas. Uma forma mais complexa de análise desse tipo — criada por I. de Sola Price e desenvolvida em seguida na França desde os anos 60 — foi o estudo dos campos semânticos. Tomando-se a unidade lexical com seu contorno à esquerda e à direita (de três a cinco palavras), podem estudar-se as relações de distribuição, os índices de

concordância (ocorrência, oposição, incompatibilidades); e torna-se possível a análise de enunciados segundo hipóteses — extralingüísticas — relativas às ideologias.[3]

O segundo encontro com a lingüística partiu do auge estruturalista dos anos 60, com epicentro na França. Elevada a paradigma “científico” para as disciplinas sociais, a lingüística — que antes se interessava quase somente por unidades pequenas (fonologia) ou, no máximo, chegava às unidades da dimensão da frase — desenvolveu uma lingüística do discurso que se voltava para as estruturas que organizam grupos de frases num discurso completo. O que se deu sob forte influência das análises estruturais das narrativas levadas a cabo, décadas antes, por Vladimir Propp e outros formalistas russos, agora muito valorizadas e aperfeiçoadas.[4]

O discurso pode ser definido de diferentes modos — como sinônimo de fala (uso contingente da língua) em oposição à língua (sistema estruturado de signos); como unidade lingüística maior do que a frase — torna-se então sinônimo de mensagem ou enunciado; como conjunto das regras de encadeamento das frases ou grupos de frases que compõem um enunciado; ou como o enunciado visto a partir das condições de produção — lingüísticas e sociais — que o geraram.[5]

A análise do discurso assim concebido — sobretudo nas duas últimas acepções listadas acima — pode efetuar-se: pela semântica, teoria do conteúdo das significações ou, como agora passou a preferir-se, estudo das mencionadas significações que seja ao mesmo tempo gerativo (investimentos sucessivos de sentido em patamares diferentes), sintagmático (e não unicamente classificatório) e geral (não atado com exclusividade a um único sistema significante); ou pela semiótica, que se ocupa da

expressão das significações e de sua produção, em outras palavras, em especificar como se chega a significar alguma coisa.[6]

História e análise semântica

O pressuposto essencial das metodologias propostas para a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente.* Ao debruçar-se sobre um documento, o historiador deve sempre atentar, portanto, para o modo através do qual se apresenta o conteúdo histórico que pretende examinar, quer se trate de uma simples informação, quer se trate de idéias. Especialmente no caso de pesquisas voltadas para a história das idéias, do pensamento político, das mentalidades e da cultura, o conteúdo histórico que se pretende resgatar depende muito da *forma* do texto: o vocabulário, os enunciados, os tempos verbais etc.

As vantagens de se pesquisar a estrutura formal do texto em perspectiva histórica não foram descobertas recentemente. Já Lucien Febvre, um dos fundadores do movimento dos *Annales,* havia percebido as potencialidades de uma investigação desse tipo ao debruçar-se sobre a obra de Rabelais em seu *L'époque de l'incroyance* (1942). Com efeito, foi com base numa exaustiva pesquisa do vocabulário presente naquela obra que Febvre, divergindo dos que afirmavam o ateísmo de Rabelais, demonstrou a "mentalidade pré-lógica" que caracterizava o homem europeu do século XVI, homem essencialmente religioso e, por isso mesmo, "incapaz de descrer". Anos depois, Febvre reafirmaria, nos *Combats pour l'histoire* (1953), a sua convicção sobre a importância da lingüística como "aliada da história", embora se tratasse, então, de uma lingüística pré-estrutural ou pré-

saussuriana.[7]

No entanto, todo o cuidado é pouco quando se trata de aproximar lingüística e história. Ainda no domínio da historiografia francesa, Alphonse Dupront radicalizou as preocupações de Febvre em relação à linguagem e propôs, em 1969, uma "semântica histórica" como único caminho capaz de conduzir o historiador a desvendar o mental e o irracional dos comportamentos coletivos. A "semântica histórica", irmã gêmea de uma espécie de psico-história, deveria embasar uma crítica radical de toda a historiografia para iluminar o pânico, o sublime, o marginal etc.[8] Não tardaria muito para que outros levassem ao extremo a importância da linguagem e, inspirados em Saussure, Foucault ou Hayden White, questionassem a capacidade explicativa da história, reduzindo a disciplina a um gênero narrativo ou tornando-a prisioneira de estruturas discursivas.[9]

Fixemos, pois, uma primeira "profissão de fé": considerar o conteúdo histórico do texto dependente de sua forma não implica, de nenhum modo, reduzir a história ao texto, a exemplo do que fazem os autores estruturalistas ou pós-estruturalistas, que negam haver história fora do discurso. Pelo contrário, trata-se, antes, de *relacionar texto e contexto:* buscar os nexos entre as idéias contidas nos discursos, as formas pelas quais elas se exprimem e o conjunto de determinações extratextuais que presidem a produção, a circulação e o consumo dos discursos. Em uma palavra, o historiador deve sempre, sem negligenciar a forma do discurso, relacioná-lo ao social.

Negar a redutibilidade da história ao texto não significa, por outro lado, admitir que haja uma história independente do texto. A história é sempre texto, ou mais amplamente, *discurso,* seja ele escrito, iconográfico, gestual etc., de sorte que somente através da

decifração dos discursos que exprimem ou contêm a história poderá o historiador realizar o seu trabalho. Parece válida, assim, a observação do semiotista Eliseo Verón de que no funcionamento de uma sociedade, “nada é estranho ao sentido: o sentido está, portanto, em toda parte”, do mesmo modo que o *ideológico* e o *poder* estão sempre em toda parte. “Dito de outro modo: todo fenômeno social é suscetível de ser lido em relação ao ideológico e em relação ao poder.” E segundo o mesmo autor, as “condições de produção” de um discurso têm a ver com o “ideológico”, com os valores sociais da sociedade que o produz, ao passo que as “condições de seu reconhecimento” dependem do poder, isto é, das instâncias capazes de legitimar ou não a sua aceitação na sociedade.[10]

Considerando-se, pois, que nem a história se reduz à estrutura do texto, nem tampouco esta deve ser desprezada para uma análise do conteúdo histórico-social dos discursos, cabe-nos inventariar alguns métodos e técnicas que podem auxiliar o pesquisador na decifração da semântica do texto como portadora de valor histórico. O assunto em pauta é de natureza interdisciplinar e remete às reflexões entre história e lingüística. Mas antes de expor a matéria proposta é preciso advertir sobre os cuidados que deve tomar o pesquisador ao se aventurar neste domínio:

- Estar ciente de que valorizar a interpretação semântica do texto não é simplesmente recorrer às citações ilustrativas, realçando, aqui ou ali, as idéias e significados que pretende explorar. Tal *intuicionismo,* por mais perspicaz que seja, nada tem a ver com a abordagem histórico-lingüística aqui mencionada, e ainda expõe o pesquisador a tentações “positivistas” do tipo “deixar que o documento fale por si mesmo” etc.

- Escolher criteriosamente um método para levar a cabo a sua opção de trabalho, cuidando para que o mesmo seja compatível com a sua formação de historiador. Aventurar-se em métodos que exijam sólida formação lingüística é risco que pode comprometer a pesquisa duplamente, a ponto de fazê-la não atender às exigências quer da lingüística, quer da história.
- Adotar, por outro lado, certa flexibilidade no uso do método escolhido, de modo a não cair prisioneiro de procedimentos que prejudiquem as interpretações históricas de fundo e a verificação das hipóteses de trabalho. Tal cautela é especialmente válida a propósito do uso de métodos quantitativos ou estatísticos muito comuns nesta área metodológica. Utilizá-los sem alguma flexibilidade pode conduzir o historiador a, no mínimo, construir "um relatório técnico" no lugar de uma "narrativa historiográfica" e, no máximo, terminar constatando o óbvio, conforme veremos a seu tempo.

Em seu livro *Lingüística e história,* Régine Robin expõe um elenco de métodos capazes, no seu entender, de fundamentar a aproximação entre as duas disciplinas em trabalhos concretos, a maioria dos quais indicados para análises lexicográficas e semânticas de textos. Vejamos dois deles, à guisa de exemplo:[11]

1. *Métodos estatísticos do Laboratório Lexicométrico da E.N. S. de Saint-Cloud.* Trata-se de um modelo basicamente calcado em métodos estatísticos e inspirado nos estudos de P. Giraud (*Problèmes et méthodes de la statistique linguistique,* 1960) e de Charles Muller (*Initiation à la statistique linguistique,* 1968). Foi com base nas indicações deste último que, segundo Robin, o Laboratório tentou aperfeiçoar os "instrumentos estatísticos capazes de possibilitar o estudo quantitativo de um texto",

destacando-se os trabalhos sobre os panfletos de maio de 1968, na França. Foi Giraud, no entanto, que forneceu o modelo geral que orienta a pesquisa deste Laboratório.

Resume-se o método a, feito o inventário exaustivo do *corpus* a ser pesquisado, estabelecer as listas de freqüência das "palavras de significação ou palavras fortes", para o que devem ser distinguidas três zonas "arritmo-semânticas": 1ª) as palavras-tema (as 50 ou 100 palavras mais freqüentes do *corpus* examinado), o que perfaz cerca de 9% do discurso; 2ª) as palavras de base (as 4.000 palavras que vêm em seguida), consideradas a substância do discurso; 3ª) as palavras de baixa freqüência ou palavras de caracterização (as seguintes 20.000 palavras mais freqüentes), consideradas de grande restrição de sentido e muito precisas. Estabelecidas as listas e índices, o pesquisador deve agrupar todas as formas que pertencem a um mesmo lexema, operação chamada de lematização, para em seguida verificar as relações entre palavras-tema e palavras lematizadas, as co-ocorrências etc. Desnecessário dizer que a aplicação de tal método exige o manuseio do computador com programas especiais.

2. *Método de abordagem dos campos semânticos do Centro de Lexicologia Política de Saint-Cloud.* Trata-se de um método que, sem prescindir da quantificação, possui um viés mais qualitativo que o anterior. Segundo Robin, "todo o problema está em escolher as palavras importantes em função das questões que se fazem ao texto, e não em encontrar no fim da pesquisa exatamente o que se colocou no início". A principal referência da aplicação deste método encontra-se no estudo de J. Dubois, *Vocabulaire politique et social en France, de 1869 à 1812,* publicado em 1962. O pressuposto de Dubois é o de que "o léxico não é um simples aglomerado de uma quantidade de palavras isoladas, mas um

sistema em que todas as unidades se coordenam entre si ou se opõem entre si".[12]

Dubois fornece, com efeito, um modelo de categorias aptas a guiar o pesquisador na decifração do campo lexical inerente ao discurso, modelo esse pautado em algumas redes de relações entre palavras:

1. *Relações de oposições:*
1.1. Oposições formais marcadas pelos prefixos anti, in, não etc.
1.2. Pares antonímicos do tipo revolução/reação; liberdade/servidão etc.
1.3. Pares morfologicamente motivados do tipo ordem/desordem etc.
1.4. Constelações em torno de uma mesma palavra, a exemplo de povo/burguês; povo/nobres; povo/capitalistas etc.
1.5. Oposições paralelas tipo classes ricas/classes pobres; senhores cruéis/senhores bondosos etc.

2. *Relações de associações,* que são sempre contextuais. Por exemplo, textos em que trabalhador se associe a pobres ou escravidão a pecado, a castigo etc.

3. *Relações de identidades,* que devem ser diferenciadas das denotações ou sinônimos dos dicionários. As identidades são sintagmas que podem ser sempre intercambiáveis em contextos específicos. Exemplo: escravo/negro/etíope/preto etc.

O método da abordagem dos campos semânticos parece ser, portanto, perfeitamente adequado ao trabalho do historiador, fornecendo-lhe algumas chaves para a "desconstrução" do discurso sem exigir necessariamente conhecimentos lingüísticos de grande envergadura. Embora a escolha das palavras-tema seja,

como alerta Robin, “problema dos mais complexos”, o pesquisador pode resolvê-lo seja através da quantificação, seja através de opções guiadas pelo seu tema e hipóteses de trabalho. Assim, uma pesquisa sobre certo discurso abolicionista no Brasil do século XIX pode eleger palavras como abolição, liberdade, escravidão, trabalho etc. e investigar suas redes de oposição, associação e identidade, mesmo que tais vocábulos não sejam os mais freqüentes, do ponto de vista estatístico, no discurso selecionado. Tal escolha não deverá comprometer necessariamente os resultados da pesquisa, ao contrário da sujeição total à estatística, e da “escolha” de palavras-tema somente a partir da quantificação.

Outro modelo interessante e factível de análise semântica é o que expõe Laurence Bardin no livro *Análise de conteúdo.*[13] Evitando esmiuçar detalhes técnicos que se encontram devidamente expostos no citado livro, cabe destacar que o modelo de Bardin contribui exatamente para resolver o problema da escolha das “unidades de registro e de contexto” em uma análise semântica. Tal escolha, afirma Bardin, deve *ser pertinente* “em relação às características do material e face aos objetivos da análise”.

Unidade de registro, seria, em tal modelo, o segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, “visando à categorização e à contagem freqüencial”. A escolha, convém frisar, pode variar bastante, conforme o interesse do pesquisador. Pode ser o “tema” (nível extralingüístico) ou pode ser a “palavra” ou a “frase” (nível lingüístico) etc. Seja como for, o critério na análise de conteúdo “é sempre de ordem semântica”, de sorte que muitas vezes a(s) palavra(s) e o(s) tema(s) são, no fundo, a mesma coisa. Bardin fornece, porém, um elenco de opções a título de ilustração:

■ A *PALAVRA* (que, curiosamente, não tem uma definição precisa

em lingüística). Todas as palavras do texto podem ser consideradas, selecionando-se as mais freqüentes ou as aprioristicamente escolhidas pelo investigador. As categorizações serão, nesse caso, muito variáveis: palavras-tema, palavras-chave etc. Pode-se, ainda, pesquisar uma ou mais categorias de palavras: substantivos, adjetivos, verbos, advérbios etc.

- O *TEMA,* que pode ser uma frase acerca de determinado assunto, uma idéia, uma formulação. O tema é a "unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado" e sua validade não é necessariamente de ordem lingüística. Pode ser de ordem psicológica, como sugere Bardin, mas também pode ser histórica, no caso o problema que interesse ao pesquisador investigar. Em resumo: "Fazer uma análise temática consiste em descobrir os 'núcleos de sentido' que compõem a comunicação e cuja presença, ou freqüência ou aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido."
- O *OBJETO OU REFERENTE,* temas-eixo em redor dos quais o discurso se organiza. Alguns exemplos recolhidos a esmo: cidade, no caso de documentos sobre "reformas urbanas"; os espaços da casa, em trabalhos preocupados com a "vida privada"; os utensílios domésticos, em trabalhos voltados para a cultura material de determinada sociedade; os instrumentos litúrgicos, em pesquisas de textos sobre religiosidades etc.
- O *PERSONAGEM,* caso em que o pesquisador deve estabelecer as características ou atributos que se lhe conferem os discursos selecionados (traços de caráter, papel, posição social, familiar etc.) À guisa de sugestão, a escolha do personagem como unidade de registro pode ser útil na análise de biografias, de

romances e mesmo de discursos acerca de agentes históricos pouco célebres (ou anônimos), tema ou unidade de registro muito freqüentada nos estudos algo intuitivos da história das mentalidades ou da micro-história.

- *O ACONTECIMENTO,* ou seja, um fato singular. Pode ser uma batalha, uma greve, um motim etc. tomado como episódio em torno do qual se produz(em) qualquer (quaisquer) discurso(s), caso em que o acontecimento funciona como microrrecorte do objeto ou referente.
- O *DOCUMENTO* (ou *unidade do gênero):* um artigo, um livro, um relatório, um texto, enfim, também podem funcionar como unidade de registro de uma análise de conteúdo, caso em que — o que não deixa de ser problemático — discurso, fonte e objeto acabam confundidos na metodologia.

Quanto à *unidade de contexto,* Bardin a define como "unidade de compreensão para codificar a unidade de registro", cujas dimensões devem ser ótimas e amplas para "que se possa compreender a significação exata da unidade de registro". Traduzida historicamente, a unidade de contexto diz respeito à totalidade, ao "contexto histórico", às estruturas sociais e/ou ao universo simbólico no qual se insere(m) o(s) discurso(s) analisado(s). Trata-se de uma unidade "arbitrária", posto que extratextual, que somente o historiador pode determinar, conforme suas opções teóricas, suas escolhas temáticas e suas hipóteses de investigação.

Numa avaliação de conjunto sobre a validez dos métodos de análise semântica, convém reiterar as reticências já mencionadas quanto ao uso e abuso de procedimentos quantitativos. O problema, cabe frisar, não é quanto à consistência desses métodos em si mesmos, mas quanto à sua real produtividade. Muitas

vezes, não obstante contribuam para a consistência dos resultados, tais métodos não levam a coisa alguma além do que o pesquisador sabia antes de começar a investigação. Em tais casos, é inegável a desproporção entre os recursos despendidos na pesquisa (tempo, material, verbas etc.) e os pálidos resultados obtidos no final da empreitada.

Tomemos como exemplo a tese de L. Kohler, citado por Robin, *Étude quantitative et sémantique de quelques aspects du vocabulaire de Saint-Just* (1969). Após um supostamente demiúrgico trabalho de quantificação, indexação etc., o autor chega, entre outras conclusões, a de que a rede mais explícita de palavras, nos discursos de Saint-Just, era a de oposições, e a de que o vocábulo rei, por exemplo, se opunha "ao conjunto dos franceses", "ao conjunto da Assembléia", "aos grandes princípios de justiça e de natureza" etc.[14] Ora, não é preciso ser um especialista em Revolução Francesa para saber que Saint-Just foi praticamente um ideólogo do *Terror* (na fase da Convenção) e um dos mais radicais expoentes do Comitê de salvação Pública que levou à guilhotina o rei, Maria Antonieta, Danton etc. O que esperar de seus discursos senão o predomínio de oposições semânticas? O que há de surpreendente em seus juízos acérrimos acerca de Luís XVI, se ele, Saint-Just, foi um dos grandes articuladores da República na França revolucionária?

Outro exemplo, também relacionado a Saint-Just, não desfaz, em parte, a impressão de *déjà vu* causada no leitor pelos estudos quantitativos. Trata-se de outra tese. *Vocabulaire politique: Saint-Just, dicours et rapports à la convention,* escrita por Annie Geffroy (1969). A autora conclui, após a pesquisa semântico-estatística, que a noção de *povo* em Saint-Just é positiva e se opõe a tirano, a rei, a inimigos do povo francês, a

estrangeiro, a aristocracia etc. — o que não deixa de ser óbvio. Por outro lado, seu estudo indicou outra rede de oposições entre povo e poder, o que não deixa de ser interessante no discurso de alguém que, como Saint-Just, ocupava o poder em nome do povo. “Esta rede é particularmente importante em Saint-Just”, afirma com razão a autora, “e revela sua excepcional lucidez face aos problemas do poder. Ele foi um dos que melhor percebeu os perigos da burocracia, mesmo que fosse republicana.”[15]

Em resumo, os métodos ancorados na quantificação podem ser úteis — e muitas vezes o são —, desde que utilizados com criatividade, e sobretudo como procedimento ancilar de uma análise semântica. Do contrário, resultam numa profusão de relatórios técnicos e insossos que mais não fazem do que repetir, com ares de novidade, aquilo que já é de conhecimento público na comunidade dos historiadores e estudantes.

Fazemos nossas, pois, as palavras de Jean Starobinski que, escrevendo sobre a atitude que deve assumir o historiador diante do texto literário, afirmou: “...o intérprete presta uma contribuição própria, ainda que não pretenda fazer mais do que uma decifração. Na realidade, ele é, em grande parte, o produtor daquilo que descobre no texto, uma vez que escolhe, conforme as suas necessidades intelectuais e as necessidades de sua época, o código em que inscreverá o sentido próprio.”[16]

Fazemos nossas, igualmente, as palavras de Febvre, o mesmo que disse que o historiador “é sempre homem de seu próprio tempo”. Desconfiando, lúcida e precocemente, do afã metodológico que podia tomar de assalto o historiador, Febvre afirmou: “Método histórico, método filosófico, método crítico, belos utensílios de precisão. Honram os seus inventores e as gerações que os usaram, que os receberam dos seus antecessores e os

aperfeiçoaram, utilizando-os. Mas saber manejá-los, gostar de os manejar — isso não chega para fazer o historiador...”[17]

A análise de textos segundo as técnicas da semiótica textual, ou semiótica do discurso

Desenvolvendo as indicações fundadoras do lingüista Ferdinand de Saussure e do filósofo Charles Sanders Peirce, a semiótia se constituiu primeiro como uma teoria geral dos signos e seus repertórios estruturados (códigos). Num longo processo em que se destacaram nomes como os de L. Hjelmslev, Roland Barthes, Julia Kristeva e Eliseo Verón, ocorreu aos poucos o que chegou a chamar-se de “crise do signo”, até desembocar numa semiótica vista como teoria da significação.[18]

Não podemos descrever aqui tal processo. Apontemos, porém, algumas de suas características centrais. A primeira foi a consciência crescente, entre os semiotistas, de que nem todos os sistemas dos quais se tentou estudar a significação fossem redutíveis a unidades; ou que as unidades fossem sempre signos. Em particular, os que se ocupavam com a semiótica de fenômenos não-lingüísticos de significação se viram obrigados sempre a trabalhar com unidades maiores do que o signo (as quais, se se quiser uma analogia lingüística, seriam do plano da frase): o sema (Buyssens, Prieto), o mitema (Lévi-Strauss), o *behaviorema* ou unidade de comportamento (Pike, Scheflen), entre outros. Em segundo lugar, o próprio conceito de signo (cuja acepção mais usual era a saussureana: a união de um significante e um significado), considerado ingênuo e atomístico, foi cada vez mais deixado de lado em favor de outro, o de função sígnica, que aparece sempre que um plano da expressão e um plano do conteúdo se relacionam (sejam ou não signos) — é isto mesmo que

leva a definir a semiótica como estudo dos sistemas de significação, sígnicos ou não. Tais desenvolvimentos levaram ao interesse central na análise da realização dos sistemas de significação *em textos,* na linha já proclamada por Bakhtin ou, mais perto de nós, por Kristeva. O texto ou discurso aparece como uma formação semiótica singular, fechada, dotada de um significado e uma função integrais. Note-se, no entanto, que em semiótica "texto" ou "discurso" se aplica a qualquer fenômeno portador de um significado completo: texto em língua natural (oral ou escrito), texto figurativo, um filme como texto, a música como texto etc.[19]

E de uma tal semiótica textual (ou do discurso) que nos ocuparemos exclusivamente aqui, fazendo mais uma escolha restritiva: a da linha Greimas-Courtés.[20] E mesmo dentro da linha pela que optamos, não sendo possível examinar todas as suas técnicas de trabalho, limitar-nos-emos a três: (1) o quadrado semiótico; (2) o "grupo de quatro" de Klein; (3) os níveis semânticos do discurso e as categorias isotópicas. Tais restrições deixarão de lado coisas muito interessantes mas de exposição necessariamente longa, como as modalizações e as estruturas narrativas de superfície.

O quadrado semiótico

A análise semiótica do discurso tem como postulado que, no texto, permanência e mudança, identidade e alteridade aparecem como faces opostas mas ao mesmo tempo complementares de um mesmo dado, de uma mesma situação de significação. Cada elemento supõe o seu contrário, o que torna os dois termos "aparentados" de certa maneira. Assim, o contrário de "doença" pode ser "cura", mas não, por exemplo, "riqueza".

O quadrado semiótico (ver Figura 1 para suas características e nomenclatura), uma elaboração de Greimas, é uma representação visual ou gráfica da articulação de uma categoria semântica, ou seja, de algum elemento de significação achado num discurso ou num conjunto de discursos *(corpus),* em relação ao qual funciona como um núcleo, uma estrutura profunda da significação. Forma-se a partir de dois termos geradores (s_1 e s_2), que mantêm entre si uma relação de contrariedade, determinando-se o oposto de cada um deles — posto em diagonal —, sendo de contraditoriedade a relação de cada termo gerador com o seu oposto (assim surgem, no gráfico, $-s_1$ e $-s_2$). Os termos geradores consideram-se contrários porque, no contexto do discurso examinado — o único que interessa à análise semiótica de textos —, a negação de um implica a afirmação do outro (ou, no mínimo, pode implicá-la): isto torna complementares s_1 e $-s_2$, bem como s_2 e $-s_1$.

Num quadrado semiótico, o percurso é *obrigatoriamente:* (1) de si a s_2 passando antes por $-s_1$; (2)de s_2 a s_1 passando antes por $-s_2$. Qualquer outro percurso é vedado.

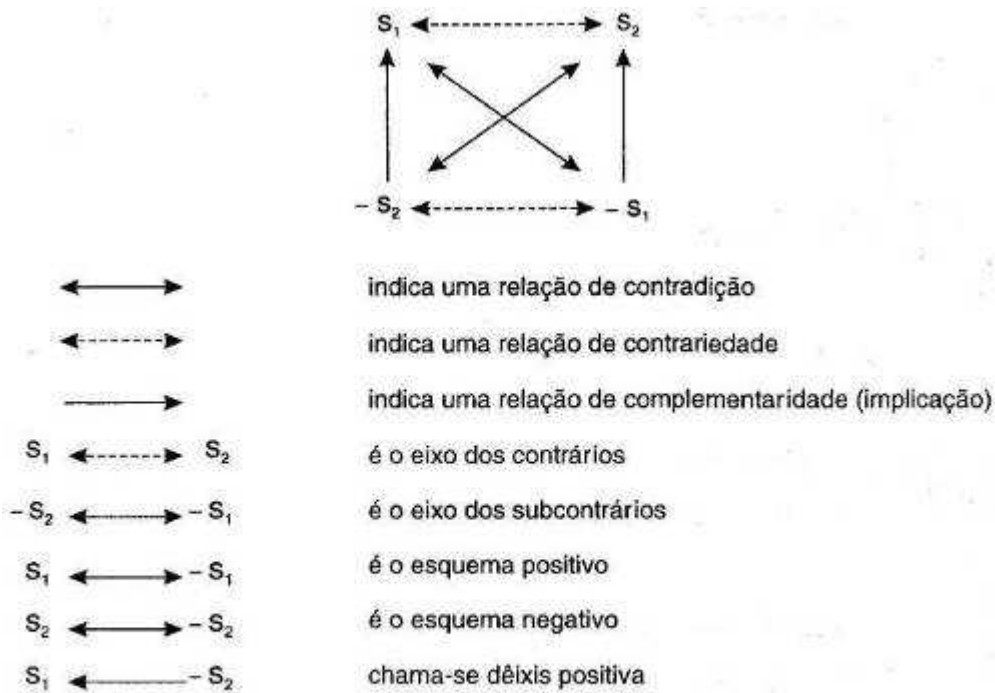
Em certos casos, no trabalho com o quadrado semiótico, é possível definir metatermos, ou seja, elementos que estendem uma ponte entre s_1 e s_2, entre s_1 e $-s_2$, entre s_2 e $-s_1$ ou entre $-s_1$ e $-s_2$. Quando um metatermo une os contrários do quadrado (os termos geradores), chama-se termo mediador; quando une os subcontrários, o nome é termo neutro.

Observação: Em tal nomenclatura, "positivo" e "negativo" são convenções espaciais (posicionais) que não implicam uma valoração positiva ou negativa.

Figura 1 *O Quadrado Semiótico*

Um aspecto importante da questão é que um investimento afetivo ou emocional pode conotar uma das dêixis do quadrado semiótico: o investimento tímico. Este pode dar à dêixis assim afetada uma valorização positiva (eufórica) ou negativa (disfórica). A ausência de investimento tímico caracteriza uma situação chamada afórica.

Por fim, se, entre os termos s_1 e s_2, a relação não for contrária, como usualmente, e sim, contraditória, ocorrerá uma categoria semântica binária *stricto sensu.* Isto porque, em tal caso, a negação dos termos geradores, em lugar de produzir as habituais relações de implicação, produzirá relações tautológicas (ou seja, $-s_2 = s_1$ e $-s_1 = s_2$) nas dêixis daquilo que, no caso, será um falso quadrado, já que na verdade só tem duas posições, e não quatro.

Exemplo n° 1

Texto: Passagem do discurso de posse do Marechal Humberto de Alencar Castello Branco na Presidência da República (15 de abril de 1964).

Creio firmemente na compatibilidade do desenvolvimento com os processos democráticos, mas não creio em desenvolvimento à sombra da orgia inflacionária, ilusão e flagelo dos menos favorecidos pela fortuna, e ninguém pode esperar construí-lo sem dar a sua parte no trabalho e no sacrifício, fonte única de onde poderá fluir o bem-estar e a prosperidade de todos. Portanto, que cada um faça a sua parte e carregue a sua pedra, nesta tarefa de soerguimento nacional. Cada operário e cada homem de empresa, este principalmente, pois a ele lembrarei esta sentença de Rui Barbosa: "É nas classes mais cultas e abastadas que devem ter o seu ponto de partida as agitações regeneradoras. Demos ao povo o exemplo e ele nos seguirá." Cumpram, pois, os brasileiros mais felizes ou mais dotados o seu dever para com a Nação, e verão que o Brasil os imitará para a perenidade, glória e concórdia desta Pátria privilegiada.

Fonte: Carneiro, Glauco. *História das revoluções brasileiras.* Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1965. 2 vols. Vol. II, p. 642.

A escolha da forma de investir com elementos de um texto as posições do quadrado semiótico é, ao mesmo tempo, uma hipótese acerca de qual seria a estrutura profunda de significação do texto em questão. Neste caso, estruturamos o quadrado segundo a Figura 2. Assim organizado, o mesmo revela um modo de raciocinar típico do pensamento conservador e antipopular. O fato de não estar investida a posição s_2, que seria a liderança popular no desenvolvimento, mostra que tal coisa é considerada impossível ou impensável: cabe às "classes mais cultas" liderar o desenvolvimento econômico democrático (= soerguimento nacional); cabe ao "povo" seguir o exemplo das "classes mais cultas e abastadas". O argumento de autoridade — citação de Rui Barbosa — euforiza a dêixis positiva. O fato de não investir s_2

disforiza a dêixis negativa, coisa que também fazem os termos "orgia inflacionária", "ilusão", "flagelo dos menos favorecidos". O único percurso possível é abandonar o s_2 não-investido, saltando para $-s_2$ e desembocando em s_1. Note-se que as escolhas que levam a construir o quadrado não implicam que todo o texto possa nele entrar. O que se busca é, segundo certas hipóteses, o essencial, a estrutura profunda da significação. Se fosse de interesse do historiador, seria possível construir a partir do mesmo texto quadrados semióticos diferentes, baseados em outras hipóteses e enfatizando outros elementos. Por exemplo, no caso, a identificação povo = Nação, o que colocaria a Nação (mas não a Pátria, entidade abstrata) como seguidora ou imitadora da elite "culta e abastada", os "brasileiros mais felizes ou mais dotados"...

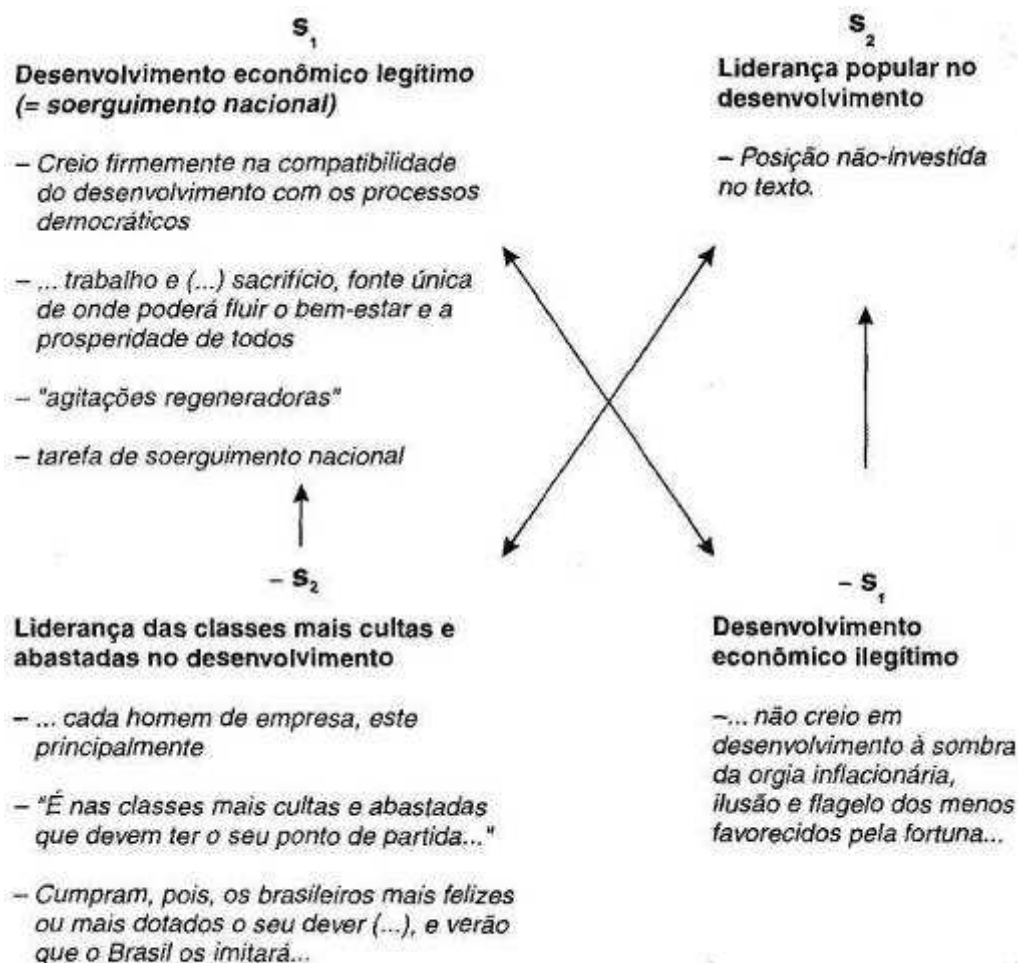



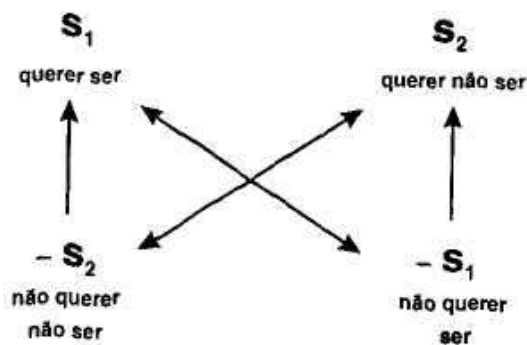
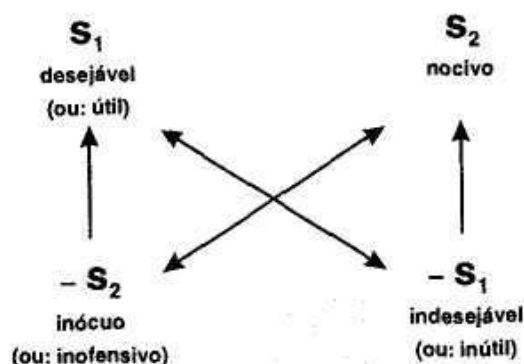
Figura 2 *Quadrado Semiótico Construído a Partir do Texto do Exemplo nº 1*

Exemplo nº 2

Texto: Carta do bispo Fulberto de Chartres ao duque Guilherme V da Aquitânia (1020 a.D.).

Quem jurar fidelidade a seu senhor deve ter sempre presentes as seis palavras seguintes: são e salvo, seguro, honesto, útil, fácil, possível. São e salvo, para que não cause dano algum ao corpo de seu senhor. Seguro, para que não prejudique seu senhor revelando algum segredo seu, nem entregando as fortificações que garantem sua segurança. Honesto, para que não atente contra os direitos de seu senhor, nem a outras prerrogativas inseridas no que considera sua jurisdição. Útil, para que não danifique suas possessões. Fácil e possível, para que não torne difícil para seu senhor o bem que poderia fazer facilmente, e para que não impossibilite o que poderia ser possível a seu senhor. É justo que o vassalo se abstenha deste modo de prejudicar a seu senhor. Mas só com isto não se torna digno de seu feudo: pois não basta abster-se de fazer o mal, é preciso fazer o bem. É necessário, portanto, que nos seis aspectos indicados dê fielmente a seu senhor conselho e ajuda, se quiser ser digno de seu benefício e provar a fidelidade que jurou. Também o senhor deve, em todos aqueles domínios, agir reciprocamente para com seu fiel. Se não o fizesse, seria considerado de má fé com plena razão, do mesmo modo que o vassalo que fosse surpreendido faltando a seus deveres, por ação ou por omissão, seria culpado de perfídia e perjúrio.

Fonte: Ganshof, F.L. *El feudalismo.* Trad. de Félix Formosa. Barcelona: Ariel, 1963, pp. 113-114. (Obs.: Confrontamos a tradução com o original latino.)

Este texto se enquadra na categoria modal volitiva de *ser,* cujo quadrado semiótico de base é:

Outra forma possível — pertinente ao nosso texto — é a seguinte:

A adscrição do texto a esta estrutura (Figura 3) deve-se a que ele trata da adesão (ou não) ao pacto feudal. Limitamos a nossa análise ao ponto de vista do vassalo.

Este discurso, originado num prelado da Igreja, investe timicamente as dêixis: a positiva, cujo metatermo é "fidelidade", é conotada positivamente como "fazer o bem", sendo assim euforizada; a negativa, com o metatermo felonia (isto é, o equivalente de "perfídia e perjúrio", termos que contém o documento), é conotada disforicamente como "fazer o mal". Se, como historiadores, analisássemos a lógica do texto como transparece do quadrado semiótico, poderíamos dizer que, com efeito, faz sentido que, num mundo de poder pulverizado e guerras privadas, o laço feudo-vassálico seja principalmente ou mais enfaticamente um *não fazer,* isto é, uma promessa de não prejudicar. Por tal razão, e pela própria escolha de construir o quadrado semiótico segundo a categoria modal volitiva de *ser,* no investimento do quadrado, em $-s_2$ preferimos empregar as expressões negativas (verbo "abster", passagens iniciadas com "que não"), e não, os termos positivos a elas correspondentes no texto: "são e salvo, seguro, honesto, útil, fácil, possível". O percurso euforizado pelo autor do texto é, obviamente, $s_2 \rightarrow -s_2 \rightarrow$

s_1, ou seja, o percurso da fidelidade vassálica; o percurso oposto, o da felonia, é estigmatizado. Também poderia ser salientado na análise que, no contexto medieval, o fato de provir de um prelado da Igreja — um bispo — investe o discurso que contém o texto de autoridade. No presente caso, salta aos olhos a vantagem principal do quadrado semiótico: um único gráfico, construído a partir de um texto significativo, evidencia em forma fácil e clara a estrutura básica da relação feudo-vassálica como percebida no século XI.

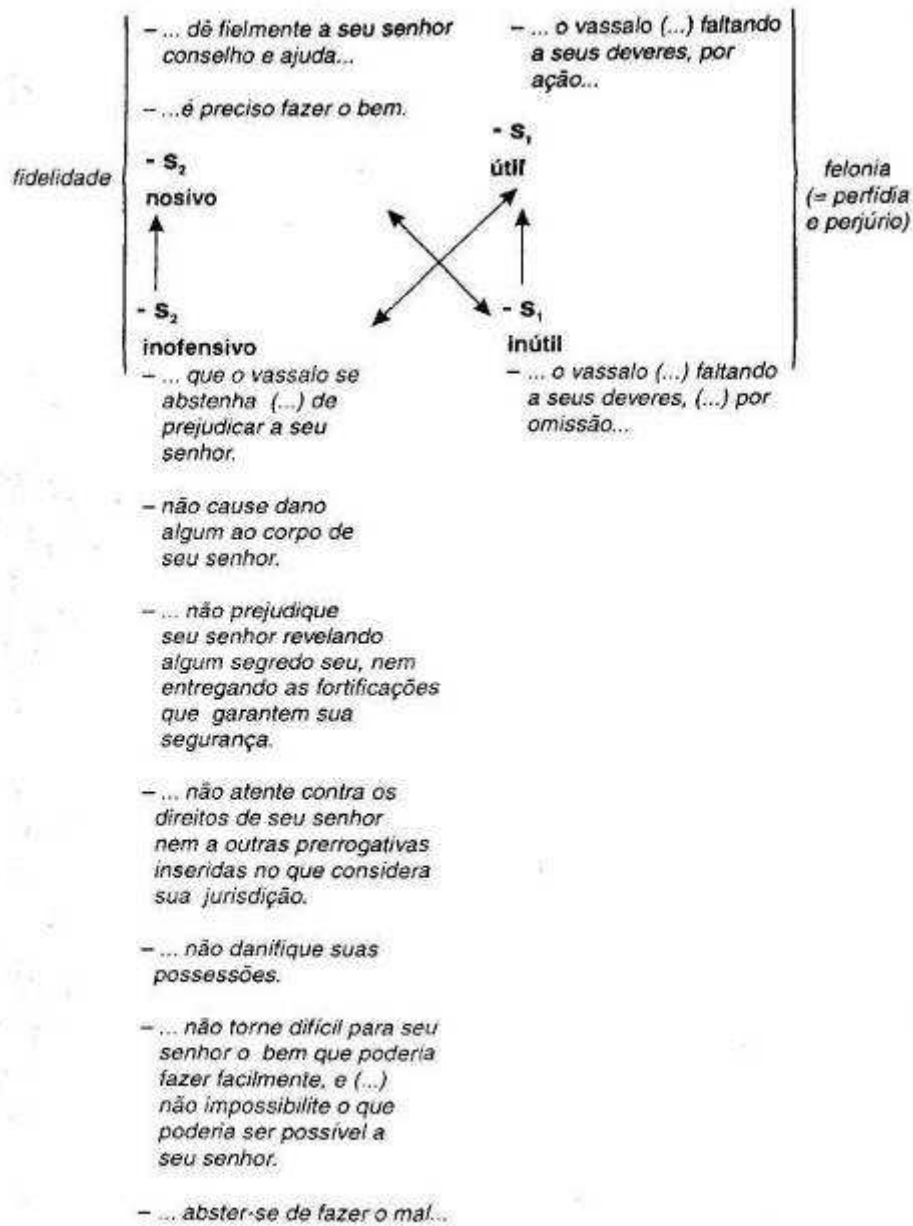



Figura 3 *Quadrado Semiótico Construído a Partir do Texto do Exemplo nº 2*

O “grupo de quatro” de Klein

Trata-se, neste caso, de um modelo matemático cujo uso foi tomado pela semiótica à psicologia. Consiste num conjunto dotado de uma lei interna que organiza quatro elementos segundo o esquema seguinte:

a = o oposto de 1

b = o inverso de 1

ab = ao mesmo tempo o oposto e o inverso de 1

1 = elemento neutro (ou seja, que não é nem a, nem b)

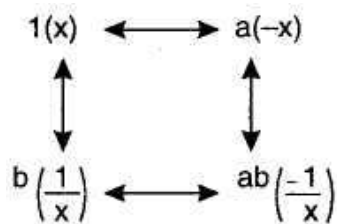
Se 1 for chamado de x, teremos que:

a será $-x$

b será $\frac{1}{x}$

ab será $-\frac{1}{x}$

Então:

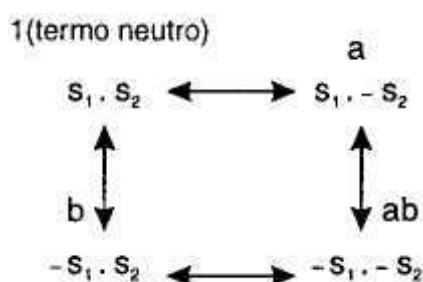
$$1(x) \longleftrightarrow a(-x)$$
$$\updownarrow \qquad\qquad \updownarrow$$
$$b\left(\frac{1}{x}\right) \longleftrightarrow ab\left(\frac{-1}{x}\right)$$

O passo seguinte para a aplicação semiótica é, tomando os elementos s_1 e s_2 de que já se falou ao tratar do quadrado semiótico, estabelecer as seguintes equivalências:

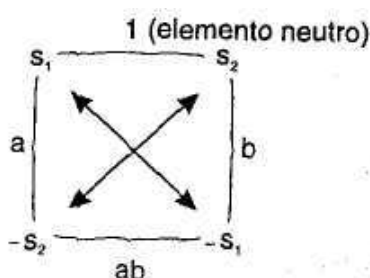
a = negação de s_2, ou seja, $s_1 \cdot -s_2$

b = negação de s_1, ou seja, $-s_1 \cdot s_2$

1 = nem a nem b, ou seja, $s_1 \cdot s_2$

ab = negação ao mesmo tempo de s_1 e de s_2, ou seja, $-s_1 \cdot -s_2$

Ter-se-ia a partir disto:

O grupo de Klein pode ser percorrido num sentido ou no outro, segundo o indicam as setas do gráfico: cada ponta corresponde a uma negação somente em relação à que precede. A única proibição é que não se pode ir diretamente de 1 a ab (ou vice-versa), nem de a a b (ou vice-versa).

Se dispusermos s_1 e s_2 em quadrado, com suas respectivas negações, o grupo de Klein tomará a forma seguinte, mais cômoda para o uso semiótico:

Ou seja, os elementos do grupo de Klein aparecerão, neste caso, como metatermos de um gráfico similar ao quadrado semiótico, mas construído segundo regras diferentes. Também o percurso será outro, indo de um a outro metatermo, mas respeitando a impossibilidade de ir diretamente de 1 a ab (ou vice-versa) e de a a b (ou vice-versa). Em outras palavras, se no quadrado semiótico o percurso é em diagonal e em seguida de baixo para cima, formando o desenho aproximado de um V, no grupo de Klein será pelas bordas, podendo percorrer — segundo a regra — todos os quatro lados ou somente alguns.

Exemplo nº 3

Texto: Episódio bíblico de Judá e Tamar (Gênesis, capítulo 38, versículos 6 a 26).

Judá tomou uma mulher para seu primogênito Her; ela se chamava Tamar. Mas Her, o primogênito de Judá, desagradou a Iahweh, que o fez morrer. Então Judá disse a Onã: “Vai à mulher de teu irmão, cumpre com ela o teu dever de cunhado e suscita uma posteridade a teu irmão.” Entretanto, Onã sabia que a posteridade não seria sua e, cada vez que se unia à mulher de seu irmão, derramava por terra para não dar uma posteridade a seu irmão. O que ele fazia desagradou a Iahweh, que o fez morrer também. Então Judá disse à sua nora Tamar: “Volta à casa de teu pai, como viúva, e espera que cresça meu filho Sela.” Ele dizia consigo: “Não convém que ele morra como seus irmãos.” Tamar voltou, pois, à casa de seu pai.

Passaram-se muitos dias e a filha de Sué, a mulher de Judá, morreu. Quando Judá ficou consolado, subiu a Tamna, ele e Hira, seu amigo de Odolam, para a tosquia de suas ovelhas. Comunicaram a Tamar: “Eis que”, foi-lhe dito, “teu sogro sobe a Tamna para a tosquia de suas ovelhas.” Então ela deixou suas roupas de viúva, cobriu-se com um véu e sentou-se na entrada de Enaim, que está no caminho de Tamna. Ela via que Sela já era grande e ela não lhe fora dada como mulher.

Vendo-a, Judá tomou-a por uma prostituta, pois ela cobrira o rosto. Dirigiu-se a ela no caminho e disse: “Deixa-me ir contigo!” Ele não sabia que era sua nora. Mas ela perguntou: “Que me darás para ires comigo?” Ele respondeu: “Eu te enviarei um cabrito do rebanho.” Mas ela replicou: “Sim, se me deres um penhor até que o mandes!” Ele perguntou: “Que penhor te darei?” E ela respondeu: “O teu selo, com teu cordão e o cajado que seguras.” Ele lhos deu e foi com ela, que dele concebeu. Ela se levantou, partiu, retirou seu véu e retomou as roupas de viúva.

Judá enviou o cabrito por intermédio de seu amigo de Odolam, para recuperar os penhores das mãos da mulher, mas este não a encontrou. Ele perguntou aos homens do lugar: “Onde está aquela prostituta que fica em Enaim, no caminho?” Mas eles responderam: “Jamais houve prostituta aqui!” Ele voltou, pois, junto a Judá e lhe disse: “Eu não a encontrei. Também os homens do lugar me disseram que jamais houve prostituta

aqui.” Judá retomou: “Que ela fique com tudo: que não zombe de nós, pois eu enviei o cabrito, mas tu não a achaste.”

Cerca de três meses depois, foi dito a Judá: “Tua nora Tamar prostituiu-se e está grávida por causa de sua má conduta.” Então Judá ordenou: “Tirai-a fora e seja queimada viva!” Quando a agarravam, ela mandou dizer a seu sogro: “Estou grávida do homem a quem pertencem este selo, este cordão e este cajado.” Judá os reconheceu e disse: “Ela é mais justa do que eu, porquanto não lhe dei meu filho Sela.” E não teve mais relações com ela.

Fonte: A Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Edições Paulinas, 1981, p. 67.

A construção do grupo de Klein para análise desta passagem bíblica (Figura 4) foi feita partindo-se da hipótese de que o tema mais importante da mesma — que, portanto, nos pode dar a sua estrutura profunda — é o do levirato: Tamar estava em seu direito, pela lei do levirato, de gerar um filho para o marido falecido através de seus parentes mais próximos (os irmãos ou, na falta destes, o pai do morto). O estratagema que usou baseou-se na existência, em país cananeu — é o caso de Odolam e das localidades de Tamna e Enaim —, da prostituição sagrada: Judá tomou a nora, velada e irreconhecível, por uma hieródula ou prostituta sagrada. Tamar também sabia que o sogro estava recém-saído do período de luto oficial pela morte da esposa (“Quando Judá ficou consolado...”): há um tempo considerável sem manter relações sexuais, seria mais suscetível do que habitualmente ao apelo de uma hieródula.[21]

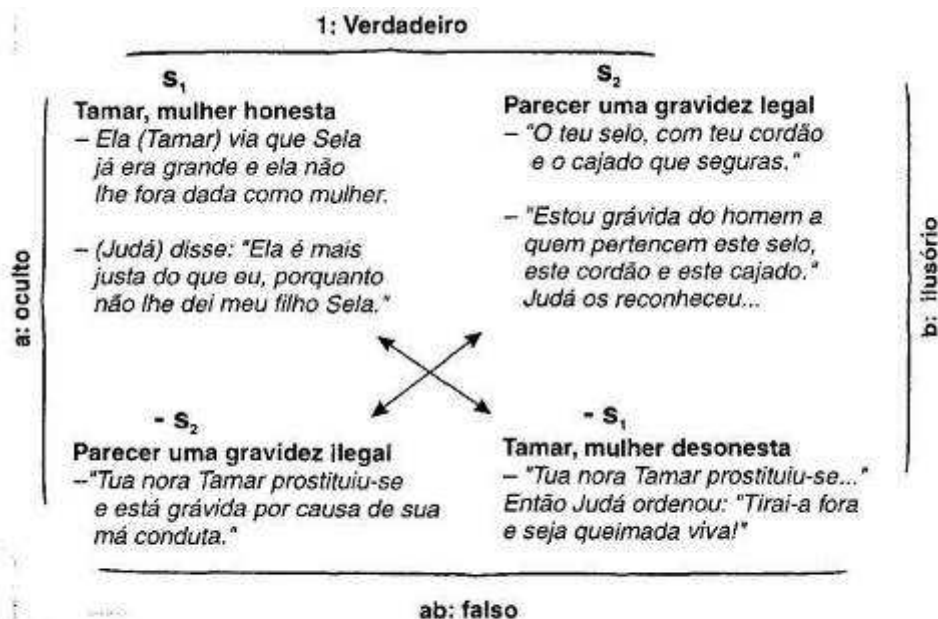
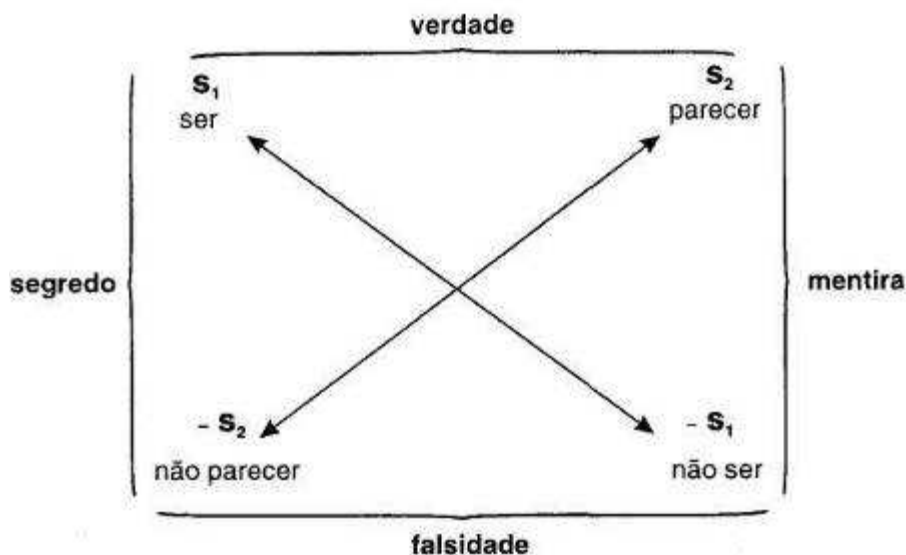



Figura 4 *Grupo de Klein Construído a Partir do Texto do Exemplo nº 3*

A construção do grupo de Klein para análise deste texto seguiu a categoria modal veridictória: aquela em que um enunciado de estado rege outro enunciado de estado. Tal categoria liga-se à sanção que um destinador (no caso, a comunidade e em seguida Judá) dirige a um destinatário (no caso, Tamar). A sanção é um juízo epistêmico acerca da conformidade dos comportamentos — entenda-se: do programa narrativo do sujeito que age (Tamar, aqui) — em confronto com o sistema de valores (sanção pragmática); ou um juízo epistêmico sobre o ser do sujeito (sanção cognitiva). Ambos os tipos de sanção fazem-se presentes no texto estudado.

A forma básica da categoria modal veridictória é:

No caso específico do grupo de Klein da Figura 4, o percurso de Tamar (sujeito agente) na sanção tanto cognitiva quanto pragmática da comunidade e de Judá vai de ab a b e termina em 1: parte do falso, passa pelo ilusório e chega por fim ao verdadeiro. O esquema positivo ($s_1 \leftrightarrow -s_1$) é, na categoria modal veridictória, o eixo da imanência, do ser (ser Tamar ou não uma mulher honesta segundo a lei judaica). O esquema negativo ($s_2 \rightarrow -s_2$) é, em tal categoria, o eixo da manifestação (ou do parecer: a questão da honestidade ou não depende do que se julgar sobre a origem — legal ou ilegal — da gravidez de Tamar, de novo, segundo a lei judaica). Em ab, o destinador é a coletividade, à qual em seguida se associa Judá; em b, o destinador é Judá, ao reconhecer os seus objetos, mas a coletividade, até ele falar, não tem como fazer a transição até 1; tal transição por fim ocorre quando, publicamente, Judá exerce a sanção final e definitiva: "Ela é mais justa do que eu, porquanto não lhe dei meu filho Sela." Confirma-se, portanto, a hipótese de que a chave para a estrutura profunda do texto é a instituição do levirato.

Os níveis semânticos do discurso e as categorias isotópicas[22]

Na semiótica discursiva (no caso, especificamente narrativa) derivada das teorias de Greimas e Courtes, reconhecem-se três níveis semânticos no discurso: o figurativo, o temático e o axiológico. Os dois primeiros mantêm uma oposição complementar, enquanto o terceiro categoriza-se de outra maneira.

O figurativo é um significado que possa ser diretamente correlacionado a um dos cinco sentidos — isto é, que depende da percepção do mundo exterior (mais exatamente, que dá, no contexto do discurso, tal ilusão referencial). O temático é conceitual, abstrato. Assim, por exemplo, o amor é temático; mas os gestos concretos através dos quais se expressa são figurativos. Na categorização de um homem político pela imprensa, sua foto, sendo algo que parece remeter diretamente ao mundo real, pertence a um tipo de figurativo chamado icônico; já a sua caricatura, que só retém um número mínimo de traços que pretendem pertencer à "realidade" do homem em questão, é do domínio de outro tipo de figurativo, chamado abstrato. Existe uma gradação que vai progressivamente — sem fronteiras fáceis de fixar — do figurativo icônico ao abstrato, e deste último ao temático.

Quanto ao nível semântico axiológico, tem a ver com algum sistema de valores: éticos, estéticos, políticos, religiosos etc., segundo o qual ocorre, seja uma euforização, seja uma disforização. Assim, se os valores forem éticos, euforiza-se o bem e disforiza-se o mal; se forem religiosos, euforiza-se a santidade e disforiza-se pecado; no caso dos valores estéticos, euforiza-se o belo e disforiza-se o feio.

Partindo dos níveis semânticos especificados acima, pode-se

trabalhar com uma técnica de leitura baseada no conceito de isotopia, que é assim definido por Greimas:

> "Por *isotopia,* entendemos um conjunto redundante de categorias semânticas que torna possível a leitura uniforme do relato, tal como resultar das leituras parciais dos enunciados e da resolução de suas ambigüidades, guiada pela busca de uma leitura única."[23]

A leitura isotópica é, portanto, uma leitura uniformizante do conjunto do texto baseado em certas hipóteses e apoiada na constatação de elementos repetitivos (categorias repetitivas de significação) que possam fortificar a confiança nas hipóteses formuladas.

É a isotopia que permite a passagem, numa análise semiótica, do nível microssemântico (o da significação em cada enunciado ou frase) ao da macrossemântica (o da significação do discurso visto em seu conjunto). Com efeito, tal passagem depende da localização das categorias isotópicas (recorrentes, redundantes, repetitivas), num método em três etapas aplicado ao texto:

1. O exame comparativo dos elementos de um texto (frases, enunciados) descobre categorias de significação (sêmicas) subjacentes.

2. Em seguida, isolam-se as categorias sêmicas que se repetem, recorrentes no texto: são as categorias isotópicas.

3. Por fim, as categorias isotópicas são distribuídas nos três níveis semânticos do discurso (figurativo, temático e axiológico).

O emprego de métodos e técnicas de derivação semiótica é incipiente em história. Muitos dos trabalhos semióticos cuja temática é histórica continuam sendo elaborados por não-historiadores.[24]

Procuramos mostrar, aqui, que, sem ser uma panacéia, o uso transdisciplinar da semiótica pelos historiadores — isto é, sua utilização a serviço de hipóteses que o pesquisador enuncie *qua* historiador — pode enriquecer, em muitos casos, o arsenal de procedimentos com que possam enfrentar os problemas sempre novos da hermenêutica, em seu tratamento dos textos que usam como fontes.

❖ 18 ❖

História e Imagem: Os Exemplos da Fotografia e do Cinema

Ciro Flamarion Cardoso e Ana Maria Mauad

A história e as imagens

Não é recente a proposta de se trabalhar com fontes históricas não-verbais. Ainda no século XIX, o historiador francês Fustel de Coulanges afirmava. "Onde o homem passou e deixou marca de sua vida e inteligência, aí está a História."[1] *Qualquer tipo* de marca.

Num período da historiografia quando a máxima seguida era "a história faz-se com textos", aquela posição não teve maior impacto. No entanto, imbuídos deste caráter generalizador dos testemunhos, Marc Bloch e Lucien Febvre, os fundadores dos *Annales,* conclamaram em 1929 os historiadores a saírem dos seus gabinetes e farejarem, tal como o ogre da lenda, "a carne humana" —[2] em qualquer lugar onde pudesse ser encontrada por quaisquer meios. Para os historiadores que ouviram o apelo de Bloch e Febvre, o texto ganha contornos mais amplos, incluindo toda a produção material e espiritual humana: é preciso trabalhar,

"... em suma, com tudo o que, sendo do próprio homem, dele

depende, lhe serve, o exprime, torna significante a sua presença, atividade, gosto e maneira de ser".[3]

É claro que o que está permeando esta nova perspectiva documental é uma total transformação da ótica tradicional da história. Não mais uma história do individual, das singularidades de uma época, sintetizada na idéia de uma narrativa dos grandes fatos e dos grandes vultos. O que está em questão, a partir de então, é o desvendamento das especificidades de épocas históricas, compreendidas a partir de seu caráter transindividual.

De lá para cá, tanto a noção de documento quanto a de texto continuaram a ampliar-se. Agora, todos os vestígios do passado são considerados matéria para o historiador. Desta forma, novos textos, tais como a pintura, o cinema, a fotografia etc., foram incluídos no elenco de fontes dignas de fazer parte da história e passíveis de leitura por parte do historiador.

Tal tendência está promovendo uma aproximação da história com outras disciplinas das ciências humanas, no sentido de desenvolver uma metodologia adequada aos novos tipos de textos.

Não é nossa intenção fazer aqui um inventário das formas variadas em que historiadores e também outros especialistas vêm trabalhando temáticas históricas vinculadas às imagens, sejam estas últimas tratadas como fontes para o estudo de outros aspectos do social, ou transformadas em objeto precípuo de pesquisa.[4] Num percurso já relativamente longo, se o quiséssemos tentar, seria preciso referir-nos a múltiplos enfoques: história da arte e desenvolvimentos a partir dela, como a "iconologia" de Erwin Panofsky, sociologia da arte, enfoques marxistas dos objetos visuais, visões psicológicas ou psicanalíticas — para mencionar só algumas das possibilidades.[5] Não podendo fazer-lhes justiça no curto espaço de um capítulo, escolhemos limitar nossa atenção

unicamente às maneiras semióticas de trabalhar as imagens para fins históricos; e vamos limitar-nos à fotografia e ao cinema.

Semiótica da imagem: generalidades

Como este tópico tem semelhança indubitável com o que aconteceu ao estudo semiótico de textos escritos — ou seja, um deslizamento gradual de uma análise sígnica para outra mais geral baseada na significação (sígnica ou não-sígnica) —, remetemos o leitor ao capítulo “História e Análise de Textos”, incluído neste livro.

Muito se tem feito, em matéria de estudo de imagens, no âmbito de uma semiótica deuterolingüística de derivação saussureana. No entanto, o verdadeiro ponto de partida, no tocante às imagens vistas em perspectiva semiótica, é a noção de *ícone* avançada por Charles Sanders Peirce — e, em seguida, as críticas de que foi objeto.

Para Peirce, um *ícone* “é um signo que se refere ao Objeto que denota simplesmente por força de caracteres próprios (...) que ele possuiria”: um signo tal que é “uma qualidade que ele possui *qua* coisa” que o torna “apto” a ser um signo, segundo o princípio de que “qualquer coisa tem condições de ser um *Substituto* de qualquer coisa que se assemelhe”.[6]

Em outras palavras, na concepção peirceana, o ícone é um signo que, na relação signo-referente (signo-objeto), designa um objeto ao reproduzi-lo ou imitá-lo, por ter certos traços — um pelo menos — em comum com o objeto em questão. Serão ícones tanto imagens quanto diagramas ou metáforas.[7] Os signos icônicos seriam imediatamente comunicativos por serem de percepção instantânea. É interessante notar, porém, que podem existir ícones mesmo na inexistência empírica dos objetos

correspondentes (por exemplo, a estátua de um centauro).

A relação do ícone com o objeto que representa ou substitui nunca é completa, e sim parcial: ele coincide com o objeto numa série finita de traços, pelo qual todo ícone tem aspectos icônicos e não-icônicos. Outrossim, um ícone está sempre composto de ícones menores, parciais (assim, a representação pictórica de uma paisagem é um ícone maior composto de ícones menores: árvores, um caminho, uma casa, montanhas, digamos). No sistema de Peirce, o ícone — cuja relação com o objeto é de semelhança e portanto “natural” — opõe-se ao índice (relação de contigüidade) e ao símbolo (relação apoiada na convenção social).

Nas últimas décadas, problemas foram encontrados na noção de ícone resumida acima. Tratar-se-ia, acaso, de uma imensa analogia do mundo natural, corporificada por exemplo nas imagens? Achou-se que uma concepção assim tem pressupostos, se não positivistas, fortemente empiristas. Sabemos, acaso, o que é “a realidade”? — pergunta-se agora; ou: sabemos, de fato, quais signos são “naturais”? Assim, por exemplo, os semiotistas da escola de Greimas, em qualquer caso em que se trate de uma relação semiótica que pareça envolver o mundo exterior ao texto, falarão de *ilusão referendai,* definida como um conjunto de procedimentos, cujo resultado é produzir um *efeito* de realidade, segundo um duplo condicionamento: uma concepção culturalmente variável de “realidade”; e uma ideologia realista assumida pelos produtores e usuários dos signos em questão. Isto é, a ilusão referencial dependeria, não de um processo de denotação, mas sim do sistema de conotações sociais subjacentes aos processos semióticos atuantes no caso de que se tratar.[8]

Diz-se hoje, então, a respeito da imagem visual, que é uma unidade de manifestação auto-suficiente, um todo de significação

— um texto ou discurso, então — suscetível de análise. Descartando-se uma *semiótica da imagem* segundo uma teoria da comunicação, na qual a análise se basearia na noção de ícone de que falamos, prefere-se a chamada *semiótica planar.* Nesta, a imagem é um texto-ocorrência em que a iconicidade tem a natureza de uma conotação veridictória (um juízo) culturalmente determinada: se se quiser, uma espécie de faz-de-conta "realista" de fundo cultural. A semiótica em questão é "planar" porque se ocupa de significantes bidimensionais inseridos num plano (foto, cartaz, quadro, história em quadrinhos, plantas de arquitetura etc.). Distancia-se das análises baseadas na "iconicidade" ou na "analogia", tratando, em oposição a isso, de estabelecer categorias visuais específicas em nível da expressão, previamente à busca de suas relações com o nível do conteúdo. Interessa-se, ainda, nas coerções que o caráter bidimensional impõe à manifestação das significações; e em encontrar as formas semióticas mínimas (relações, unidades, sememas).[9]

Por que caminhos se chegou a tal atitude?

Tratou-se, na verdade, de um caminho duplo. O da passagem de uma semiótica sígnica (da comunicação) a outra, mais ampla, da significação, o que se dá já com Roland Barthes.[10] E o de uma crítica específica à concepção analógica dos signos icônicos, tentando demonstrar-se que o seu verdadeiro caráter é convencional. Nisto teve um grande papel Umberto Eco, sob forte influência de Ernest Gombrich.

Para Eco, representar iconicamente um objeto significa transcrever, por meio de artifícios gráficos, as propriedades culturais que lhe são atribuídas. Uma cultura, ao definir seus objetos, remete a códigos de reconhecimento que indicam traços pertinentes e caracterizantes do conteúdo. Um código de

representação icônica estabelece quais os artifícios gráficos que correspondem aos traços do conteúdo, ou mais exatamente aos elementos pertinentes fixados (selecionados) pelos códigos de reconhecimento. Há, então, blocos de unidades expressivas que remetem, não ao que se vê, mas sim ao que se sabe ou ao que se aprendeu a ver: um esquema gráfico reproduz as propriedades relacionais de um esquema mental.[11]

Tudo isto corresponde bem às tentações hermenêuticas — ou mais exatamente da exclusividade hermenêutica — e encontra-se também, por exemplo, nas posições mais recentes que se acham na teoria da música.[12] A crítica às ingenuidades do iconismo foi sem dúvida salutar; mas pode-se cair num extremismo oposto. E aí, como explicar, por exemplo, que, ao redescobrir-se no século passado a arte parietal paleolítica européia, cujos códigos de reconhecimento e de representação icônica se haviam perdido uns doze mil anos no passado, assim mesmo não houve qualquer dúvida de que aquelas representações eram de eqüinos, bovinos, mamutes etc.?!

Nas seções seguintes deste capítulo, exemplificaremos com a fotografia e o cinema análises históricas que usam imagens como fontes e/ou tomam imagens como objeto. Fá-lo-emos, no primeiro caso, segundo uma perspectiva ainda sígnica — mas à luz das críticas de Roland Barthes à semiótica saussureana em que por outro lado ele se baseou; no outro, segundo um enfoque não-sígnico de análise semiótica.

Fotografia e história

Materialização da experiência vivida, doce lembrança do passado, memórias de uma trajetória de vida, flagrantes sensacionais, ou ainda, mensagens codificadas em signos. Tudo

isso, ou nada disso, a fotografia pode ser.

Trabalhar com material fotográfico surpreende, pois do papel em branco surge a imagem revelada por humanos, líquidos de composição certa. Uma espécie de processo alquímico de criação que, com a massificação, vai ganhando outros significados, além dos acima relacionados.

Ao historiador, a fotografia lança um grande desafio: como chegar àquilo que não foi revelado pelo olhar fotográfico. Tal desafio impõe-lhe a tarefa de desvendar uma intricada rede de significações, cujos elementos — homens e signos — interagem dialeticamente na composição da realidade. Uma realidade que se formula a partir do trabalho de homens como produtores e consumidores de signos; um trabalho cultural, cuja compreensão é fundamental para se operar sobre esta mesma realidade.

A fotografia, enquanto componente desta rede complicada de significações, revela, através da produção da imagem, uma pista. A imagem considerada como fruto de trabalho humano pauta-se em códigos convencionalizados socialmente, possuindo, sem dúvida, um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas as imagens como mensagens. Entretanto, tal relação não é automática, pois, entre o sujeito que olha e a imagem que elabora, "existe muito mais do que os olhos podem ver".

Portanto, para se chegar àquilo que não foi imediatamente revelado pelo olhar fotográfico, há que se perceber as relações entre signo e imagem, aspectos da mensagem que a imagem fotográfica elabora; e, principalmente, inserir a fotografia no panorama cultural, no qual foi produzida, e entendê-la como uma escolha realizada de acordo com uma dada visão de mundo. Elementos que uma análise histórico-semiótica pode oferecer.

É indiscutível a importância da fotografia como marca cultural de uma época, não só pelo passado ao qual nos remete, mas também, e principalmente, pelo passado que ela traz à tona. Um passado que revela, através do olhar fotográfico, um tempo e um espaço que fazem sentido. Um sentido individual que envolve a escolha efetivamente realizada; e outro, coletivo, que remete o sujeito à sua época. A fotografia, assim compreendida, deixa de ser uma imagem retida no tempo para se tornar uma mensagem que se processa através do tempo, tanto como imagem/documento quanto como imagem/monumento.[13]

A imagem fotográfica compreendida como documento revela aspectos da vida material de um determinado tempo do passado de que a mais detalhada descrição verbal não daria conta. Neste sentido, a imagem fotográfica seria tomada como índice de uma época, revelando, com riqueza de detalhes, aspectos da arquitetura, indumentária, formas de trabalho, locais de produção, elementos de infra-estrutura urbana tais como tipo de iluminação, fornecimento de água, obras públicas, redes viárias etc.; ou ainda, se a imagem for rural, tipo de mão-de-obra, meios de produção, instalações diversas... Uma leitura que ultrapasse a avaliação da fotografia como mera ilustração, contudo, ainda se restringe à avaliação iconográfica da foto.

A transmissão de elementos do passado ao historiador pela mensagem fotográfica, no entanto, não deveria limitar-se ao âmbito da comunicação pura e simples. E, justamente, a busca da lógica de tais elementos num determinado tempo e espaço que faz com que adquiram um significado que tanto pode informar aspectos materiais, como foi indicado acima, quanto revelar uma imagem/monumento: aquilo que, no passado, a sociedade queria perenizar de si mesma para o futuro.

Concebida como monumento, a fotografia impõe ao historiador uma avaliação que ultrapasse o âmbito descritivo. Neste caso, ela é agente do processo de criação de uma memória que deve promover tanto a legitimação de uma determinada escolha quanto, por outro lado, o esquecimento de todas as outras. Neste sentido, a produção da mensagem fotográfica está atrelada ao controle dos meios técnicos de produção cultural que, até por volta da década de 1950, ainda era privilégio quase exclusivo de setores da classe dominante.[14]

A fotografia, ao ser interpretada como mensagem, direciona a análise para o estudo das linguagens, no contexto de uma abordagem semiótica. Segundo Rossi-Landi, é importante perceber que existem formas de comunicação mais profundas e menos advertidas do que as verbais; e que, mesmo sem o saber, emitimos mensagens não-verbais.

Os sistemas de signos não-verbais são todos aqueles que se servem de códigos fundados sobre objetos independentes da existência de sons articulados. Portanto, são definidos em primeira instância pela falta da linguagem verbal e por uma independência, na comunicação, em relação àquela, como explica o autor aludido:

> "Não-lingüísticos são os comportamentos significantes ou os códigos constituídos por objetos produzidos pelo homem; ou códigos que de um modo ou de outro existem na natureza."[15]

Encontram-nos, pois, com uma gama variada de sistemas sígnicos não-verbais. Estes revelam, justamente, a ação do homem sobre a natureza e o seu relacionamento com o grupo, gerando formas de comunicação diversas, que podem ser relativas: às atitudes, gesto, movimento e discurso; ao uso do espaço por parte do homem e ao significado das relações espaciais para cada

cultura; aos objetos produzidos pelo homem; às instituições como o sistema jurídico, o mercado econômico etc.; e, finalmente, àqueles códigos inscritos na natureza, tais como o código genético ou a comunicação das abelhas.[16]

Com efeito, os sistemas de signos, tanto verbais como não-verbais, são fundamento dos programas sociais de comportamento. Sendo fruto do trabalho social, compõem o quadro cultural de uma sociedade. Neste sentido, a compreensão da cultura, enquanto forma de apreender e transformar as relações sociais, passa pela análise dos sistemas de signos.

Sob este aspecto, a própria fotografia integra um sistema sígnico não-verbal que pode ser compreendido através de um duplo ponto de vista: enquanto artefato produzido pelo homem e que possui uma existência autônoma como relíquia, lembrança etc.; enquanto mensagem que transmite significados relativos à própria composição da mensagem fotográfica.

No primeiro caso, o objetivo é a unidade integrante do sistema sígnico que, por sua vez, possui um campo de circulação pequeno, muitas vezes restrito somente a uma família. Já no segundo caso, o signo constitutivo é a própria imagem fotográfica. No entanto, ambos os pontos de vista se fundem ao compreendermos a fotografia como uma forma de comunicação mediante o uso de artefatos e ao analisá-la tendo em conta a totalidade do processo que a produz, ou seja, desde o “clic” da máquina até a veiculação, circulação e consumo da imagem fotográfica. Tal procedimento revela todas as implicações culturais e ideológicas do processo em questão, tendo em vista que a imagem elaborada coloca-se como uma escolha realizada num conjunto de escolhas possíveis.

Neste sentido, a sua análise deve resultar tanto num ponto

de vista social — daquele que ao apertar o botão tira da realidade significados que sofrem a influência da visão de mundo em que se insere — quanto em aspectos da tecnologia fotográfica contemporânea que possibilitou, ou não, a existência de determinadas imagens; além de avaliar se a classe social da qual o produtor faz parte lhe dava acesso a tais recursos, em caso de não ser tal produtor um fotógrafo profissional.

Assim, o procedimento adequado que analisa a fotografia como uma mensagem composta em um sistema de signos não-verbais deve, acima de tudo, como indica Emílio Garroni, compreender:

> "... a imagem no interior de um paradigma que relaciona o efetivo ao possível, o realizador às possibilidades de realização. Além da própria referência sintagmática. Ao compor essa dupla referência, a fotografia é mensagem".[17]

O autor citado destaca que tal característica não se limita à foto: estende-se ao cinema, às artes plásticas etc. — considerados como expressão de comunicação não-verbal, como a fotografia, podem e devem ser entendidos a partir do que ele chama de "caráter aparente". Ou seja, tomando o caso do cinema, "uma oposição de planos, a escolha de um enquadramento, a montagem sobre trechos curtos, a opção por metáforas, a organização de um enredo através da composição de um plano-seqüência, mensuração do tempo etc.".[18]

Tais elementos compõem a estrutura de significação da imagem cinematográfica, revelando a importância da forma da expressão nas narrativas compostas por signos não-verbais. No caso da análise da mensagem fotográfica, a detida avaliação do plano da forma da expressão é de fundamental importância também.

A opção pelo modelo semiótico sintetizado acima para a análise de imagens não é consensual. Existe uma forte tendência no âmbito da semiologia a avaliar os sistemas de signos não-verbais como estando sujeitos às mesmas regras de estruturação que os sistemas verbais. Dentro desta perspectiva, a língua natural atuaria como um sistema modelizante primário[19] e a lingüística seria não apenas uma área de investigação semiótica, mas o modelo a partir do qual toda a abordagem semiótica deveria ser desenvolvida.

Dentro de tal tendência encontram-se, por exemplo, os estudos da escola de semiótica que se desenvolveu na ex-União Soviética; e os da escola estruturalista pós-saussureana de países como a França. No campo específico da análise da imagem fotográfica, os trabalhos de Roland Barthes merecem destaque, tanto pelo caráter pioneiro como pelo empenho em sistematizar categorias de análise.

Em 1980, Roland Barthes publica um de seus últimos escritos, *La chambre claire (A câmara clara)*, belo ensaio sobre a arte de fotografar e apreciar imagens. Neste trabalho ele revela:

> "Em relação à fotografia, eu era tomado de um desejo 'ontológico': eu queria saber a qualquer preço o que ela era 'em si', por que traço essencial ela se distinguia da comunidade de imagens."[20]

Tal desejo informa todo o seu esforço teórico, engendrando categorias por demais subjetivas, tais como *punctum, studium, operator* e *spectator,* que pouco auxiliam o exercício de análise histórica de imagens fotográficas. No entanto, vinte anos antes de *A câmara clara,* Barthes publicara dois artigos: "Le Message Photographique" (1961); e "Rhétorique de l'Image" (1964). Neles tentou responder à seguinte pergunta: Que tipo de mensagem a imagem elabora?

Para ele, “a fotografia impressa é uma mensagem formada por uma fonte emissora, um canal de transmissão com um ponto de recepção”.[21] Tal mensagem assume vários sentidos, dependendo do canal pelo qual foi expressa. Mas o que transmite não é a realidade, mas sim seu *analogon.* Neste sentido, a imagem fotográfica, tal como todas as artes imitativas (desenhos, pintura, cinema e teatro), é uma mensagem sem código, pois, ao invés de transformar a realidade, na verdade a reduz.

O processo de reduzir a realidade múltipla à imagem resulta, entretanto, de uma escolha que, sem dúvida, deverá ser estabelecida com base em critérios ou regras que pressupõem a existência de um código. Barthes pretende resolver tal questão a partir da noção de “paradoxo fotográfico”. Segundo ele,

> “...a fotografia insere um paradoxo que pode ser constatado a partir da existência de duas mensagens: (a) uma sem código — a analogia fotográfica; (b) a outra com código — a arte ou o tratamento, a escrita ou a retórica da foto”.[22]

Estruturalmente, o paradoxo não é a colisão de uma mensagem conotativa com uma denotativa, ou ainda, numa aproximação à terminologia de Hjelmslev, uma dicotomia entre o plano da forma do conteúdo e o plano da forma da expressão.[23] De fato o que ocorre, segundo Barthes, é o desenvolvimento de uma mensagem de base conotativa a partir de uma mensagem sem código, ou seja, a identificação completa entre conteúdo e expressão.

A partir dessa opção teórica, Roland Barthes tratará exclusivamente do conteúdo da foto, procurando destacar-lhe o sentido de comunicação social, através dos processos conotativos (efeitos especiais, pose, objetos, fotogenia, estética, sintaxe etc.). A forma da expressão fotográfica, por ser composta por signos do

tipo analógico, e assim manter uma relação de substituição para com a realidade, não compõe uma mensagem; por tal razão, não há como trabalhá-la.

Para Barthes, a foto é um objeto captado por um público que o consome através de um estoque de signos. Aceitando como dado que todo signo supõe um código, aquele autor procurará estabelecer o código da conotação fotográfica.

Concebido como resultado de uma prática coletiva, o código em questão é histórico e cultural. Dentre os signos que o constituem estão: gestos, atitudes, expressões, cores, efeitos especiais etc. Signos que envolvem certos significados considerados como resultado de uma prática social, sendo o próprio laço entre o significado e o significante. Neste sentido, graças ao código de conotação, a leitura da foto é sempre histórica.[24]

De acordo com esta perspectiva, tal leitura se faz conjuntamente ao processo de categorização; portanto, a foto é verbalizada no exato momento em que é percebida, ou melhor, só é percebida se verbalizada. A chave de leitura da imagem é, por conseguinte, uma metalinguagem.

A excelência da linguagem verbal como signo universal, a sua utilização como único interpretante possível e a rejeição da iconicidade do código que sustenta a relação signo/imagem, eis a base do modelo de análise de imagens, de clara derivação lingüística, proposto por Barthes.

Não há como ignorar suas contribuições para a análise da fotografia, principalmente no que diz respeito à importância dada ao caráter histórico da produção e leitura de imagens e ao destaque concedido à ideologia como agente na composição de sistemas de signos. Contudo, uma abordagem por equivalentes

lingüísticos deixa totalmente inexplicada a relação que pode ser estabelecida entre o plano da forma do conteúdo e o plano da forma da expressão, fundamental para desnaturalizar a imagem fotográfica, revelando que a escolha dos ângulos, iluminação, planos, enquadramentos etc. está em estreito compasso com os objetos, pessoas, paisagens etc. fotografados. Além disto, o modelo lingüístico, por não dar conta do caráter não-verbal da imagem, determina a sua redução a um processo de significação conhecido por aquele modelo, deste modo diminuindo as possibilidades de comunicação e produção de sentido existentes nas mensagens compostas por imagens, notadamente na fotografia.

O fotógrafo francês Cartier-Bresson destaca, com bastante precisão, os aspectos não-verbais da linguagem fotográfica quando reflete sobre o ato de fotografar:

> "Fotografar é, num mesmo instante e numa fração de segundo, reconhecer o fato e a organização rigorosa das formas percebidas visualmente, que exprimem e significam este fato. É colocar na mesma mira a cabeça, o olho e o coração."[25]

Assim, o tamanho e os formatos determinados, o enquadramento certo e a nitidez exata compõem um texto imagético para cada tema e lugar. Em tais imagens podem estar partes de uma história, noções de bem-vestir, aspectos do desenvolvimento urbano (ou rural), flagrantes da "vida real", memórias de guerra etc.: um conjunto de programações sociais de comportamento relativas a uma determinada ideologia.

Neste sentido, a fotografia atua como importante meio através do qual se podem reestruturar os quadros de representação social e os códigos de comportamento dos diferentes grupos socioculturais, em contextos e temporalidades diversos.

Cinema e história

A utilização de filmes como fontes para o historiador já não é uma novidade. Conta-se, mesmo, com o texto normativo famoso: o artigo metodológico publicado por Marc Ferro nos *Annales* e em seguida republicado em 1974 numa obra em três tomos que constitui uma espécie de manifesto do que se costuma chamar de *Nova História* (e que, a nosso ver, não se deve confundir com as propostas de Bloch e Febvre). E bem antes, em 1961, o livro organizado por Georges Samaran contava já com capítulos sobre fotografia e cinema. O artigo de Ferro, no entanto, provê indicações de método bem mais específicos e relevantes do que os textos de George Sadoul publicados em 1961; e Ferro redigiu também o verbete sobre a "imagem" em outro manifesto da Nova História que veio à luz em 1978.[26]

No artigo acerca do cinema, Ferro fica a meio caminho entre o filme como fonte e como objeto:

> "Partir da imagem, das imagens. Não procurar somente, nelas, ilustrações, confirmações ou desmentidos de um outro saber, o da tradição escrita. Considerar as imagens tais quais são, mesmo se for preciso apelar para outros saberes para melhor abordá-las."[27]

O autor esperava, com efeito, entender tanto a realidade figurada quanto a própria obra. Predomina, porém, sua preocupação com o uso da fonte cinematográfica para revelar, descodificando os filtros ideológicos, um "conteúdo latente", uma realidade social externa de que o filme seria uma imagem.

Ferro se distancia, metodologicamente, das visões semióticas do cinema. O filme é por ele observado como "um produto, uma imagem-objeto, cujas significações não são só cinematográficas": trata-se, em suma, de um testemunho.[28] O trabalho do historiador nem sempre se apóia na totalidade das obras: pode

usar seqüências ou imagens destacadas, compor séries e conjuntos. E deve integrar o filme ao mundo social, ao contexto em que surge — o que implica a pertinência do confronto da obra cinematográfica com elementos não-cinematográficos: autor, produção, público, regime político com suas formas de censura...

A análise semiótica do cinema, na perspectiva derivada de Saussure, existe há várias décadas, merecendo menção especial os trabalhos de Christian Metz. Mas, exatamente pela opção saussureana, as idéias de Metz parecem eivadas de um certo pessimismo. Ele insiste na ausência de unidades discretas (signos) comuns a todos os filmes, bem como de um sistema de regras que seja análogo à gramática das línguas naturais. Daí buscar uma saída limitada em suas possibilidades: uma formalização taxonômica ou classificatória, gênero a gênero, devido à sua convicção de ser o cinema, visto no contexto saussureano, uma "fala" sem "língua". Metz percebeu bem duas coisas importantes: que o cinema deve ser considerado como texto; e que sua análise deve levar em conta seu caráter narrativo. Há duas ou três décadas, entretanto, ao que parece não se sabia muito bem como, na prática, viabilizar adequadamente tais indicações — mesmo se os escritos de Metz não carecessem de interesse.[29]

Um filme — tomemos o filme sonoro — é uma "mensagem de mensagens" de considerável complexidade, reunindo e combinando em diversas modalidades e graus de incidência cinco categorias de matérias significantes (ou, se se preferir, de sinais a descodificar): (1) uma primeira categoria visual são imagens (fotográficas ou eletrônicas, se considerarmos a TV e o vídeo) múltiplas e que dão a ilusão do movimento: cada unidade de leitura implica muitas imagens; (2) outro elemento visual são os textos escritos que aparecem na tela (aqui se pensa mais

obviamente nas legendas do cinema mudo, mas há também os bilhetes mostrados ao espectador em lugar de lê-los oralmente, as placas e cartazes com nomes de ruas ou instituições com finalidades de economia narrativa etc.); (3) no domínio auditivo, temos para começar as falas gravadas incorporadas ao filme; (4) auditiva também é a música gravada na trilha sonora; (5) ainda auditivos são os ruídos pretensamente naturais (de fato selecionados e elaborados): barulho de passos, estampidos de tiros, ruídos de um papel ao ser amassado etc. Se considerarmos que além dos textos (no sentido semiótico) explícitos há ainda outros implícitos mas intrinsecamente necessários ao cinema como *medium* (roteiro, montagem, movimentação de câmeras), confirma-se tratar-se de mensagem mista bem complicada.

Sua descodificação terá a ver também com a historicidade das convenções, espécie de "contrato tácito"— variável no tempo — entre quem produz o filme e quem o vê, sem o qual não se cumpririam as significações segundo certos padrões: "estado da arte" (tecnologias e limitações envolvidas em cada época), visões de mundo, ideologias... Por exemplo: qual a diferença entre como vemos hoje em dia os filmes da década de 1950 — como os entendemos e descodificamos — e como os viam as pessoas da época de sua estréia? Tais pessoas estavam marcadas, entre outras coisas, pelo fato de não acharem nada de mais que em certas circunstâncias o cenário fosse um telão pintado; e pelas ideologias e visões de mundo da época da Guerra Fria em seu auge inicial. Mesmo em 1950 e anos seguintes, haveria univocidade nas descodificações ao serem lançados os filmes?

Como só estaremos tratando aqui do cinema sonoro, nele a relação imagem/som é formulada explicitamente. Deixaremos de lado os outros planos sonoros — música ou equivalente, ruídos

que se pretendam naturais ou não (por exemplo o da respiração do astronauta muito amplificada, no *2001, Uma Odisséia no Espaço* de Stanley Kubrick) — para centrar-nos no que parece mais importante ou decisivo na maioria dos casos: a relação entre imagens e palavras. Tal relação é igualitária, hierarquizada (dominância/subordinação), variável ou invariável num mesmo filme? Metodologicamente temos, aqui, o problema de um texto (no sentido semiótico) complexo composto de dois textos explícitos, o da imagem e o da palavra, cujas relações se desenvolvem no tempo.

Adotaremos a hipótese de base proposta por Emilio Garroni, desenvolvendo conceitos de Hjelmslev. A semiótica envolvida no filme seria uma semiótica conotativa: aquela em que o plano da expressão é uma semiótica completa e o plano do conteúdo, um "conotador", isto é, um conjunto de convenções e restrições. Como exemplo lembremos o da poesia vista como semiótica conotativa: o plano da expressão é a semiótica da língua natural; o plano do conteúdo são convenções — variáveis — e restrições métricas, formais, estilísticas. A diferença é que, no caso do cinema, ambos os planos são semióticas completas, sistemas significantes.

Se aceita a hipótese, três possibilidades deveriam ser consideradas:

1. O modelo lingüístico como plano da expressão e o modelo perceptivo-figurativo como plano do conteúdo: a linguagem atua como semiose-guia e tem uma função distintiva em relação à imagem, funcionando esta última como conotador. Paradigmáticos seriam, aqui, o teatro filmado, as aulas filmadas, os documentários. Outrossim, todo filme pode ter partes ou aspectos referíveis a este modelo.

2. A imagem é que tem função distintiva em relação à

linguagem verbal: é ela a semiose-guia, sendo a linguagem o conotador. Exemplos seriam os filmes publicitários, os de propaganda política, os pornográficos. Ou, como no caso anterior, aspectos e partes de filmes quaisquer que puderem ser referidos a este segundo modelo.

3. A situação em que não for possível estabelecer qual é o plano da expressão, qual o do conteúdo: modelo lingüístico e modelo perceptivo-figurativo seriam simultaneamente especificáveis em palavra-imagem, fundidas numa única "coisa". Teríamos aqui os filmes considerados artísticos, em que a complexa linguagem do cinema se realiza plenamente: ou então, o que é mais comum, momentos e aspectos de quaisquer filmes em que esta terceira possibilidade se realize. Se não se puder atribuir a qualquer dos elementos em jogo uma função, seja de semiose-guia, seja de conotador, isto significaria que cada elemento é ao mesmo tempo ambas as coisas — os elementos conjugados seriam conjuntos de unidade de expressão em relação a uma mensagem unitária global (e heterogênea) de conteúdo: o filme como um todo.[30]

Garroni dá indicações metodológicas, a partir da teoria hjelmsleviana, bastante substanciosas. Mas, querendo partir delas numa pesquisa acerca do cinema de ficção científica dos anos 50 em diante, logo descobrimos que, num plano metodológico mais "prático", mais ligado às técnicas concretas de trabalho, continuava sem solução a questão de como "ler" um filme segundo tal hipótese básica de método. Como "cortá-lo" em unidades mínimas analisáveis que pudéssemos examinar quanto às relações imagem-língua acima esboçadas? Outrossim, teria de ser uma leitura que permitisse também, numa perspectiva transdisciplinar, realizar outras operações necessárias a nossas

hipóteses de trabalho: a correlação histórica do filme com sua época; e a correlação do filme com a ficção literária e a história em quadrinhos de ficção científica.

O segundo ponto, bem como o fato — já percebido por Metz, como dissemos — de ser o cinema intrinsecamente narrativo, levaram-nos a uma escolha: a de privilegiar, na análise dos filmes, os seus aspectos narrativos. Seguindo Robert Scholes, a narrativa:

> "... repousa na presença de um narrador ou de um *medium* narrativo (atores, livro, filme etc.) e na ausência dos eventos narrados. Tais eventos estão presentes como ficção mas ausentes como realidades. Dada esta situação, é possível distinguir diferentes tipos e modalidades de narrativa segundo o grau variável em que se enfatiza, seja o processo narrativo imediato (um ator pode chamar a atenção para si mesmo como aquele que representa, ou um escritor para si mesmo como estilista), sejam aqueles eventos mediatamente apresentados. Usando nossa terminologia crítica habitual, pode-se dizer que uma narrativa é mais ficcional na medida em que enfatiza os eventos narrados, mais lírica se enfatizar a sua própria linguagem, e mais retórica se usar ou a linguagem ou os eventos para algum fim persuasivo".[31]

Mais concretamente, nossas opções tomaram a forma de adaptações de processos técnico-metodológicos pensados primeiro para sua aplicação a textos escritos: (1) cortamos os textos cinematográficos segundo sua *sintaxe narrativa,* baseando-nos às vezes no método de Claude Bremond,[32] outras vezes no de Tzvetan Todorov,[33] mas descartando as complicações — no caso, desnecessárias — do método das "estruturas narrativas de superfície" como exposto por Joseph Courtés;[34] e (2) procedemos à "leitura" dos filmes assim "cortados" segundo um método semiótico do tipo *isotópico,* na linha Greimas-Vourtés.[35] E óbvio que, em se tratando de filmes, em cada proposição narrativa ou

seqüência estivemos atentos, partindo da hipótese de Garroni já exposta, à questão seguinte: Em que medida são as imagens, as falas, ou o conjunto integrado imagens-falas, aquilo que permite detectar, em cada caso, as categorias isotópicas (sememas repetitivos, reiterativos) manifestadas segundo os níveis semânticos (axiológico, temático e figurativo)?

A aplicação de método análogo a filmes, romances, contos e histórias em quadrinhos permitiu-nos bons resultados nas análises da transcodificação e da intertextualidade. É óbvio, por outro lado, que onde termina, na perspectiva do semiotista, o estudo, naquela (transdisciplinar) do historiador, em que a semiótica é um meio para um fim, ele está somente começando: faltará, ainda, usar as constatações e descobertas efetuadas semioticamente à luz das hipóteses específicas, *históricas,* da pesquisa que se estiver desenvolvendo.

Lembramos ao leitor que, no capítulo acerca da análise de textos escritos incluído neste livro, encontra-se uma síntese da noção semiótica de isotopia, elaborada por Greimas. E chamamos a atenção para o fato de que a opção metodológica apresentada aqui, no caso do cinema, situa-se integralmente no interior de uma semiótica não-sígnica. Como tal não ocorreu no caso da fotografia, o leitor poderá formar uma idéia das duas escolhas básicas possíveis, caso decida encaminhar-se para formas semióticas de trabalhar em história.

Conclusão

Um longo caminho percorrido já nos separa, neste final do século XX, da época em que as imagens apareciam nos livros escritos por historiadores unicamente como ilustrações. Ou mesmo, de tentativas pioneiras, sérias mas assistemáticas ou

metodologicamente falhas, de uma aproximação maior aos documentos iconográficos, seja vendo-os como fontes, seja encarando-os como objeto específico de pesquisa histórica.

Este capítulo escolheu, entre as diversas imagens e as numerosas formas de trabalhá-las acessíveis, hoje, aos historiadores, a fotografia e o cinema; e alguns dos enfoques destes derivados da semiótica. Ao concluí-lo, tendo em vista essas opções limitativas, é importante voltar a lembrar que não foi nossa pretensão esgotar o tema — mesmo porque de tal empresa não seríamos capazes —, mas, sim, somente indicar algumas vias de acesso possíveis à problemática das imagens abordadas sob o ângulo da história.

❖ 19 ❖

HISTÓRIA E INFORMÁTICA: O USO DO COMPUTADOR

Luciano R. Figueiredo

Da aventura à sedução

As experiências da informática aplicadas à história vêm se multiplicando nos anos recentes, no Brasil e no exterior. Desde os primeiros modelos demográficos e econômicos da década de 1960 até hoje, uma reviravolta silenciosa ocorreu. Naqueles anos, o uso do computador envolvia um número muito restrito de historiadores em atividades de cálculo, compilação de tabelas e cruzamento de dados.

Mas é na década de 1980, assevera o historiador inglês RJ. Morris, que se assiste a uma verdadeira revolução nas relações entre a história e a informática.[1] O relativo barateamento dos microcomputadores, o desenvolvimento de interfaces gráficas, o tratamento integrado de vários objetos (texto, gráficos, tabelas, imagens...), além do domínio de uma lógica para desenhar modelos complexos de dados, possibilitaram à geração seguinte uma nova relação com a informática. Por outro lado, a ampliação da capacidade de memória (permitindo tratar maiores quantidades de informação), até então um obstáculo limitador da aplicação de

muitos programas nos anos 70,[2] trouxe para dentro de casa máquinas de mesa com volumes inacreditáveis de informação armazenada, o que décadas atrás só se achava em institutos de pesquisas e empresas.

Disseminaram-se os computadores pessoais e, aos poucos, os historiadores — à medida mesmo que os programas iam se tornando mais amistosos — foram percebendo que o *micro* poderia ser muito mais que uma máquina de escrever eficiente em que o processador de texto operava maravilhas. Suas aplicações evoluem então do processador de texto para programas de bancos de dados, gráficos, estatísticas e redes de comunicação.

E a partir daí parece finalmente afastado o espectro pouco romântico da máquina, “como se fosse uma potência diabólica que ameaçasse o homem; como se ela fosse absolutamente estranha ao homem e à sociedade que a fabrica, e aos agenciamentos coletivos que determinam seu uso”, como bem observou recentemente André Parente.[3]

Este artigo, tendo como proposta básica estabelecer uma aproximação inicial entre o historiador e o uso do computador, adota como saída mais objetiva a indicação de possibilidades, recursos e — por que não dizer — vantagens que a informática traz ao longo das rotinas de trabalho do pesquisador e do professor de história. Para isso visitamos aqui algumas iniciativas produzidas nesse mundo sem fronteiras de uma vasta comunidade de experiências em história e informática. O melhor roteiro de viagem é percorrer experiências que vêm sendo encetadas, desde institutos de pesquisas alemães, bibliotecas na França, arquivos latino-americanos e universidades brasileiras. O leitor leigo no assunto (para quem aliás se dirige este texto) poderá tomar pé desse processo em construção, cujas linhas estão

definidas, embora os desdobramentos de caráter metodológico e sobretudo epistemológico ainda não. O iniciado não encontrará novidades, apenas o registro de experiências variadas que talvez possa servir de intercâmbio ou consulta. De qualquer modo, o ritmo — como o ambiente da informática sugere — é vertiginoso e dificilmente o que estará presente nas linhas a seguir, amanhã já não mereça atualização.

O enunciado de possibilidades objetivas elaborado a seguir aparece desdobrado em inúmeras rotinas que envolvem o trabalho de pesquisa histórica, tratando de diferentes necessidades como: catalogação, referência e controle bibliográfico; editores ou processadores de texto; transcrição de dados e uso de *scanners;* planilhas, gráficos e tabelas; banco de dados; as redes de comunicação nacionais e internacionais. Embora um tema ainda embrionário no país, será feito um esforço para discutir a utilização do computador no ensino de história. Tratamos no espaço limitado deste capítulo de apenas algumas delas e o leitor não deve duvidar que para sua curiosidade há muito mais, devendo a seu critério integrar-se nas poderosas redes de informação que aproximaram a comunicação entre os especialistas.[4]

Há dois níveis de discussão possíveis a respeito do tema informática e história. O primeiro se refere à sua instrumentalização *stricto sensu,* ou seja, procedimentos técnicos possíveis (e disponíveis) da máquina para operacionalizar pesquisa e ensino. O segundo se projeta sobre metodologia, significando o uso de programas específicos no tratamento dos dados de pesquisa que permitem visualizar graficamente determinadas situações, acelerar cálculos matemáticos de indicadores, projetar realidades, estabelecer crítica textual amparado por parâmetros

predefinidos e tantos outros aplicativos que, em síntese, multiplicam o alcance qualitativo da pesquisa, graças ao emprego de um programa que a máquina processa.[5]

Por outro lado, considerar apenas a utilidade dessa nova tecnologia no seu emprego às atividades do historiador é pouco compreender a respeito do impacto que a informática representa para a disciplina. Nesse ligeiro processo de evolução, o excessivo individualismo que essas novas tecnologias proporcionam, a fragmentação das experiências e seu isolamento têm sido um custo excessivamente alto.

O uso do computador na história é um debate que se anuncia. Diante de sua generalização não é impossível deixar de fazer uso da informática, mas não é possível deixar de se preparar para debater as implicações metodológicas de suas aplicações. As opções de programas, as hierarquizações temáticas e todo um conjunto de determinações seletivas adotadas ao longo da pesquisa dissimulada em programas e bases de dados não constituem atos sem implicações teóricas e metodológicas.

Primeiros usos... e abusos

Os editores de texto constituem para a maioria a porta de entrada do historiador no universo da informática. Através desses programas, poucos resistem ao fascínio e a facilidade que oferecem para a preparação de textos, tarefa tão freqüente no ofício.

Não é preciso lembrar os possíveis usos que têm os micros pessoais para a produção de texto, desde a transcrição de documentos nos arquivos à redação de trabalhos científicos. Os processadores estruturam-se a fim de facilitar uma série de procedimentos antes trabalhosos e muitas vezes demorados.

À medida que vai sendo digitado, o texto é. armazenado na memória, onde o programa torna quase tudo possível. Se, semelhante à tradicional máquina de escrever, o princípio da digitação não muda, por trás do teclado do micro há cada vez mais poderosos programas de armazenamento e organização dos textos que são definidos. Tais programas tornam extremamente simples tarefas que antes exigiam certo desgaste tais quais correção de texto, revisão ortográfica, normalização editorial, confecção de índices, estabelecimento de listas e bibliografia em ordem alfabética, definição de notas e, ainda, uma adequada apresentação do texto final e sua reprodução através de impressão. A possibilidade de rearranjar a estrutura interna do texto, modificando a ordem de parágrafos, acrescentando frases no meio de sentenças já digitadas, afasta de vez qualquer resistência a seu uso.

O editor ou processador de texto possui assim, como uma de suas maiores qualidades, a possibilidade de armazenamento associada à ordenação, ou seja, os dados podem entrar da maneira mais desordenada possível que o programa dispõe de meios rápidos e eficientes para organizá-los de acordo com a estrutura final do texto que se queira adotar.

Aqueles que dispõem de micros transportáveis (os *notebooks* ou mesmo *laptops)* podem otimizar mais ainda a tarefa de redação ao deslocar o equipamento para o interior de arquivos e bibliotecas a fim de realizar transcrições.[6] Ainda se vê pouco dessas máquinas presentes na rotina daqueles que freqüentam arquivos e bibliotecas no Brasil mas, no exterior, os principais arquivos já se encontram adequados para recebê-las e poucos são os pesquisadores que ainda transcrevem documentos à mão. E, efetivamente, neste particular, há uma indiscutível economia de

tempo e menor margem de erros decorrentes do uso do computador no ambiente de coleta dos dados de pesquisa, já que o mesmo registro só é gravado uma vez para quaisquer usos futuros.

Entre os aplicativos associados aos editores de texto produziram-se importantes programas no que se refere à organização de bibliografia e sua utilização ao longo da preparação de texto. Podem-se recuperar informações por autor, título, assunto, editora, data de edição, local, realizar atualizações (exclusões ou acréscimos) e permitir cruzamentos, pois um mesmo registro bibliográfico pode ser utilizado em vários textos. Mas talvez uma das maiores vantagens dessa ferramenta seja sua capacidade de organizar o registro bibliográfico de acordo com as normas próprias de cada revista estrangeira ou padrão desejado. Trata-se de uma potente base de dados associada ao editor de texto.

Outros programas voltam-se especificamente para confecção de fichamentos de leituras, criando uma planilha em que se digita o texto com observações que podem ser recuperadas posteriormente por assunto, data ou qualquer forma predefinida.

Guilherme Pereira das Neves, em artigo pioneiro,[7] resgatou a imagem do célebre Comenius para lembrar a adequação do microcomputador nos trabalhos de redação de textos — malgrado as atitudes de prevenção do meio dos historiadores que "nunca foi conhecido pela capacidade especulativa abstrata, nem pela simpatia em relação às matemáticas e ao cálculo". Ao menos os processadores de texto simplificam e otimizam de modo exemplar os pequenos e múltiplos procedimentos que envolvem a confecção de qualquer texto: "O micro possibilita o manejo de uma série de outros problemas da pesquisa histórica de uma maneira muito

mais rica, prática e segura, substituindo com enorme proveito a ‘roda de livros’ (...) ou, prosaicamente, a enorme confusão de obras empilhadas e rascunhos, que se estabelece em nossos gabinetes sempre que nos encontramos redigindo um texto. O micro veio realizar para o erudito desse final do século XX o sonho do instrumento capaz de aliviar o esforço de gerir as informações disponíveis, pelo qual Comenius ansiou há mais de duzentos anos.”[8]

Armazéns eletrônicos

As bases de dados constituem uma das mais poderosas ferramentas para a história. Elas por princípio nada mais fazem do que organizar informações que são constantes e estão presentes em séries documentais (registros paroquiais, balanças de comércio, listas eleitorais, registros de impostos, legislação administrativa são algumas delas).

As primeiras bases manipuladas por historiadores pertenciam à demografia e à história econômica, que primeiro sentiram necessidade de armazenar volumes muito grandes de informações recolhidos em fontes históricas e passíveis de serem padronizadas. Registros paroquiais com indicação de nascimento, morte, filiação, condição, idade, sexo da população, números dos mapas contábeis da época, eram recortados e ordenados em verdadeiros armazéns informáticos, que podem ser submetidos a múltiplos cruzamentos conforme a investigação.

Dois dilemas de natureza diversa envolvem a utilização das bases de dados, um especificamente técnico, outro de caráter epistemológico.

A utilização das bases levanta sempre a questão da adequação dos programas comerciais disponíveis no mercado que

podem — com algumas adaptações — servir para armazenamento de informações, organização e cruzamentos. Os que se aventuram a produzir modelos específicos às suas necessidades sofrem acusações de estarem "inventando a roda", uma vez que já se encontram dominados os mecanismos básicos de sua estruturação. Muitas vezes o resultado nocivo é a multiplicação de diferentes bases, estabelecidas com parâmetros diferenciados que impedem a compatibilização entre elas. Outro dilema diz respeito à intervenção junto às fontes históricas e à eleição (e hierarquização) das informações que devem constituir a base de dados a ser formulada. Procedimento perigoso com desdobramentos ainda difíceis de calcular.

O princípio que tem regido a organização das bases de dados é a predefinição do que se quer recuperar. Mesmo assim, sua estrutura, na medida do possível, deve permitir que seja eventualmente reelaborada a fim de adaptar determinadas possibilidades que não haviam sido previstas originalmente. Essa operação de definir previamente campos ou variáveis da série documental a serem organizados impõe necessariamente a manipulação de conceitos analíticos que estão subjacentes ao modelo teórico a ser manipulado.

Os programas de bancos de dados permitem ainda a correlação de campos e a elaboração de gráficos e estatísticas a partir das informações implantadas. Algumas hipóteses podem ser mesmo testadas e avaliadas nessas operações.

As bases de dados são portanto indispensáveis para aqueles que manipulam grande massa de dados — numéricos ou textuais — que precisam ser relacionados conforme diferentes variáveis. Poderemos ver adiante como isso vem ocorrendo em alguns projetos.

Para usos mais limitados algumas bases de dados comerciais não requerem grande esforço intelectual por parte dos historiadores. Algumas delas prestam-se perfeitamente para organizar e recuperar fichas de referências de fontes sobre determinado tema, substituindo a contento o tradicional fichário de uma pesquisa. Os meios de recuperação e cruzamento são múltiplos, podendo-se de modo imediato dispor das referências a documentos recolhidos por data, tipologia documental, assunto, signatário, capítulo ou parte do texto que se vai utilizar. Uma base de referência ágil e bem montada, permitindo múltiplas formas de recuperação das entradas, é uma das excelentes opções que oferece o uso da informática na rotina de pesquisa. Ainda mais quando se pode transpor diretamente dos arquivos e bibliotecas as fichas com referência documental e bibliográfica para uso da pesquisa.

O fantasma da incompatibilidade persegue a comunidade de historiadores que recorrem às bases de dados. Devido ao isolamento e excesso de individualismo, as bases formadas deixam de ser reutilizadas uma vez que os dados não são trocados pelos pesquisadores.[9] Uma das principais discussões nesse campo hoje em dia é reflexo da forma como evoluiu a relação entre informática e história. Aquilo que alguns chamaram, com propriedade, de "síndrome da incompatibilidade"[10] resulta da enorme fragmentação dos recursos computacionais através dos computadores pessoais que fez proliferar modelos incompatíveis para o mesmo trabalho. Antecipando-se a isso os próprios fabricantes têm se esforçado em produzir equipamentos que facilitem a compatibilização, quando não os próprios programadores têm procurado levar em conta a capacidade de futuras compatibilizações na definição da escolha do programa.

Uma base de extrema importância é a MEMDB (Medieval and Early Modern Data Bank), organizada e gerenciada pelo Departamento de História da Universidade de Rutgers, em New Jersey, pelo Research Library Group de Stanford, na Califórnia, pela Universidade de Leiden, Holanda, e pela Universidade Católica de Bruxelas, Bélgica. O MEMDB permite o acesso a 35.000.000 registros bibliográficos e dados, com suas respectivas fontes e bibliografias relacionadas, da história econômica e social da Europa Ocidental e dos Estados Unidos, para o período de 800 a 1600.[11] Por exemplo, o banco de dados permite estudar a difusão da alfabetização no século XVI, relacionando os preços dos livros e os níveis de renda comparados com custo de alimentação, habitação, salários de professores etc. O MEMDB está ligado também ao RLIN (Research Libraries Information Network), uma rede que liga aos catálogos da maioria das bibliotecas da América do Norte.

Como se encontra em permanente processo de atualização, seus registros compreendem estatísticas, exportação e importação, registros fiscais, preços e salários, tamanho de domicílios, mortalidade e muitos outros. E referências tais como glossário de pesos e medidas, calendário de datas e bibliografia. É formado por bases de dados fornecidas por especialistas e, ainda, armazena trabalhos publicados que podem ser assim divulgados. Trata-se da primeira base de dados de ampla divulgação trazendo informações como bibliografia, música, material visual, mapas, arquivo de computadores. Foi criada em 1988 e vem se aperfeiçoando, atualizando e melhorando sua disseminação desde então.

As bases atualmente quase sempre se esforçam para estar acessíveis a um público mais amplo através das redes de comunicação. Mais adiante veremos a importância da consulta a

algumas delas por essas estradas de comunicação.

Um dos domínios que seguiram a demografia e a história econômica no uso sistemático dos programas de bases de dados foi o das biografias coletivas. A prosopografia cuida de reunir biografias individuais, passagens da trajetória profissional, e outros elementos dinâmicos ou estáticos de um grupo de indivíduos pertencente à mesma corporação. Podem-se estabelecer comparações entre os indivíduos, selecionar dados comuns a determinadas épocas e retratar aspectos inerentes ao conjunto da instituição que os agrega.

Ernesto Ruiz, da Universidade Federal de Santa Catarina, em sua comunicação no 1° Encontro da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC), chamou atenção para o fato de que, observando o programa das apresentações nos últimos congressos internacionais de H & C (Montpellier/França, setembro de 1991; Florianópolis/Brasil, setembro de 1991 e Odense/Dinamarca, agosto de 1991), a maioria das pesquisas tratava da prosopografia.[12]

Uma das experiências desenvolvidas — dentre muitas — encontra-se na Biblioteca Nacional de Paris abordando a formação dos capitães da marinha francesa no período de Colbert. Desenvolveu-se uma pesquisa biográfica dos oficiais reconstituindo sua vida e seu percurso. Através das fichas de entrada de dados recupera-se a origem geográfica dos oficiais, quantos homens ingressavam anualmente nas forças navais, como se desenrolava cada carreira, que destino tinham, seus combates navais, promoções, glórias, façanhas. Essa base possibilita inclusive a recuperação de informações individuais sobre determinado capitão que se investigue fornecendo: data de sua promoção, idade, cargo, eventos em que esteve envolvido

(morte, derrota, cassação), origem, trajetória, destino.

Foi estabelecido um modo relacional para recuperar informações instaladas em diferentes fichas. O uso do modo relacional — cruzamento de muitas bases de dados — possibilita o confronto de informações em diferentes campos temáticos. Isso permite tratar os dados por conjunto, reunindo, havendo interesse, o total de capitães por período, número de mortes, ou mesmo fichas com as trajetórias individuais.[13]

No Brasil, uma das experiências bem-sucedidas na aplicação da informática em estudo de prosopografia foi o projeto desenvolvido por Guilherme Pereira das Neves (Universidade Federal Fluminense) para sua tese de doutoramento sobre a Mesa de Consciência e Ordens.[14] Trata da vida e da carreira de cerca de três mil sacerdotes citados na documentação da Mesa de Consciência e Ordens (do acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro). O conjunto de dados tratados e sistematizados na base de dados foi retirado de um enorme conjunto documental de 92 caixas e vários códices que concentram informações as mais diversificadas sobre a trajetória individual dos sacerdotes. O recurso à informática, de uma opção inicial para facilitar a operacionalidade da pesquisa, permitiu (após evidentemente um árduo trabalho de definição da forma de entrada dos dados) a formação de um dicionário de eclesiásticos, "a partir do qual será relativamente fácil proceder ao exame de diversas variáveis, como o ano de nascimento dos sacerdotes, sua origem social e formação, sua distribuição geográfica, o padrão mais comum de suas carreiras, as rendas de que dispunham, a atividade da Mesa e as decisões que tomavam diante de determinadas situações".[15] O passo seguinte foi a construção de gráficos e tabelas.

Arquivos históricos: de templos a redes de informação

No que diz respeito ao ofício do historiador, as transformações que a informática vem implantando nas instituições de memória apontam para um futuro diferente nas pesquisas em arquivos. Isso se refere sobretudo às novas formas de armazenamento do material dos acervos.

O Arquivo Histórico do Município de Puebla, no México, através do programa ARHIMP combina e resgata a tradição do trabalho arquivístico (leitura, transcrição e descrição paleográfica, diplomática e histórica dos documentos) com a utilização de tecnologias informáticas e de tratamentos de imagens mais avançados *(scanners,* discos óticos, telas de alta resolução e sistemas de teleprocessamento). O projeto prevê a digitalização e sistematização de todo o acervo: as atas do cabildo em três etapas (1533-1821, 1822-1910 e 1911-1996), seguida da descrição e automatização dos instrumentos de consulta. Ao fim se terá gerado um banco de imagens, um banco de dados dos instrumentos de consulta e discos óticos que contenham os tesouros documentais do arquivo. O projeto é coordenado pela administração municipal recebendo apoio da Fundação Amparo, assessoria do Arquivo Geral da Nação, da Universidade Autônoma de Puebla e da IBM do México. Possibilitará ao pesquisador utilizar no trabalho arquivístico diversas formas de recuperação de documentos de seu interesse, através da consulta à base de dados, e ter acesso à imagem do documento e, em alguns casos, a sua transcrição. Essa imagem terá recebido um tratamento de "limpeza" de manchas e defeitos do original.

A experiência assemelha-se muito à desenvolvida pelo Arquivo Geral das Índias desde 1986, em Sevilha (embora, curiosamente, não tenha havido intercâmbio entre eles na fase de

projeto), trabalho pioneiro em termos de envergadura e amplitude. Previsto para ser concluído em 1992, nas comemorações dos 500 anos da descoberta da América, foi organizado pelo Ministério da Cultura espanhol, Universidade Autônoma de Madri e IBM da Espanha. O objetivo é digitalizar toda a vastíssima documentação do arquivo (manuscritos, incunábulos e mapas) que compreende as fontes sobre a conquista e administração espanhola na América. O códice é definitivamente substituído pelo disco ótico, no qual milhares de folhas e imagens estarão armazenadas. Já os volumosos fichários foram trocados por ágeis bases de dados que abrangem descrições completas de todo o acervo onde é possível recuperar séries inteiras por assunto, data, nome, segmento administrativo e outras entradas mais. O pesquisador tem acesso a uma imagem restaurada do documento, livre de rendilhados, desbotamento, manchas de umidade ou tinta. Para alguns documentos considerados mais importantes, aqueles menos afeitos à leitura paleográfica podem mesmo fazer a leitura de uma versão devidamente transcrita.[16]

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro vem sendo realizado um ambicioso projeto, patrocinado pela Embratel, de digitalização das fotografias originais do acervo Augusto Malta, com retratos das transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro — sobretudo durante a reforma empreendida pela administração do prefeito Pereira Passos — de 1903 à década de 1930. São seis mil imagens, negativos de vidro e originais em papel, tanto avulso quanto em álbuns, que serão reproduzidas e armazenadas em sistema digital. Para a recuperação e pesquisa desse material está sendo desenvolvido um banco de dados com as referências básicas de cada foto do acervo.[17]

Em Portugal, o programa Heródoto criou um conjunto de

ferramentas dirigido a historiadores e arquivistas para gestão de documentação de arquivos, assistido por utilitários de apoio à investigação histórica. Entre esses utilitários temos: lista de descritores (para recuperação), dicionário de abreviaturas paleográficas, dicionário de moedas antigas e pesos e medidas portuguesas, sistema de gerenciamento de informações prosopográficas e programas de cartografia automática, reconstituição genealógica e conversão de datas entre calendários. É, em verdade, um sistema mais complexo de bases de dados, devidamente articulado, capaz de gerir informações necessárias ao tratamento e organização e gerenciamento da documentação pelo arquivista e consulta de variadas formas pelo historiador. O número de bases de dados — para além das dezenas que compõem a estrutura básica — pode ser acrescido conforme a necessidade. O projeto foi lançado em 1987 pelo gabinete de informática da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, sendo o programa testado e aplicado no Arquivo Histórico do Tribunal de Contas.[18]

Outra tendência, desta vez envolvendo arquivos não-oficiais, refere-se à possibilidade de constituição de arquivos informatizados de bancos de dados, a partir da formação de inúmeras bases de dados por Universidades, pesquisadores, instituições. O futuro parece apontar nessa direção. Assim, o levantamento e a formação de séries históricas informatizadas, constituídas a partir da reunião de arquivos organizados com dados de diferentes investigadores colocados à disposição após o término da pesquisa, podem vir a ser utilizados por outros.[19]

O historiador norte-americano Lawrence McCranck, da Ferris State University, de Michigan (EUA), lembrou em afirmação recente que o bastião dos arquivistas está sendo bombardeado

pela pólvora eletrônica.[20] Referia-se às transformações radicais que vivem aquelas instituições de memória que tratam seu acervo por meios informatizados, produzindo bancos de dados de acesso à documentação textual, iconográfica e sonora, digitalizando as imagens de seu acervo, disseminando informações para pesquisadores por meio das redes de comunicação, atendendo inclusive a um público mais amplo. Procedimentos que, longe de se prenderem apenas a inovações de ordem técnica, apontam na direção de profundas mudanças na natureza dos arquivos (e da própria função dos arquivistas).

Esse debate é longo e encontra-se ainda embrionário, mas o deslocamento do suporte original da documentação para a memória digitalizada das máquinas com certeza abrirá profundas inquietações na práxis arquivística, envolvendo desde a propriedade intelectual das fontes históricas, alterações no conteúdo das imagens graças às técnicas de restauração, até a possibilidade de ampliação democrática da pesquisa nos acervos.

Multimídia: a última fronteira ou o último fascínio?

A reunião de texto, imagem e som parece representar uma das últimas fronteiras alcançadas pela capacidade e desenvolvimento tecnológico. Falar de uma *realidade histórica virtual,* ou seja, a confecção de uma realidade virtual em história, é uma conquista extremamente rica e fascinante. Através da tecnologia da Multimídia, ou hipertexto, instalados hoje em CD-ROM, podem-se captar diferentes sentidos e formas de determinado recorte histórico — temático ou temporal — e concentrar todas as informações textuais, visuais e sonoras relevantes em um mesmo núcleo. O produto final é uma mensagem interativa na qual a recuperação da informação não é

linear, como um livro ou filme.[21]

O “Progetto Ipertempo”, desenvolvido na Itália dentro do projeto “L’Immagine Ritrovata” de Florença, produz hipertextos reconstituindo temas e passagens de história regional.[22] Concentram-se diferentes tipos de conhecimentos pesquisados que são apresentados de forma articulada. Assim conseguem-se reconstituir sons e instrumentos musicais do passado, diálogos, imagens, textos e gráficos, história oral. Pode-se “passear” por cenas históricas, recuperar arquivo de objetos (de trabalho, musicais, culinários, por exemplo), consultar glossário para termos arcaicos ou mesmo dialetos. Com a vantagem de poder ser continuamente atualizado ou acrescido de novas informações, desde que geradas novamente, esse programa volta-se sobretudo para a educação, uma vez que serve tanto para ilustrar determinados conteúdos programáticos como para estimular a pesquisa coletiva voltada para a preparação do módulo.

A utilidade desses produtos no ensino é incontestável, não apenas como instrumento de representação que auxilie na aprendizagem de conteúdos programáticos, mas também como estimulador da pesquisa (particularmente entre estudantes de 1° e 2° graus) que permitirá a confecção de um hipertexto.

A natureza fechada do hipertexto, em que atualizações e correções não são suportadas pelo seu padrão técnico, impede que seja uma solução definitiva para os historiadores. Cada atualização exigiria a produção de um outro CD-ROM. No entanto, a crítica ao paradigma do hipertexto tem levado pesquisadores a procurar constituir uma espécie de “hipertexto aberto” em que se constituiria em paralelo às imagens dos documentos uma base de informações independente, em que se poderia processar relacionamentos de dados mais complexos.

Uma das experiências nesse sentido vem sendo discutida em Portugal. O HITEX é um sistema (de base de dados e banco de imagens) desenvolvido para registrar, organizar e gerir informações históricas. Encontra-se em desenvolvimento para o Arquivo Distrital de Braga que lançou o projeto em 1989, em colaboração com o Departamento de Informática da Universidade do Minho e com o apoio da IBM portuguesa e da Fundação Calouste Gulbenkian. Depois de analisar a lógica da produção dos documentos e as informações internas, buscou-se estabelecer uma padronização que definisse os dados a serem recuperados. Assim pode-se por esse sistema gerir uma base de conhecimento sobre o acervo, ter acesso à imagem dos documentos e a sua transcrição, recuperação por índices cronológicos, toponímicos e antroponímicos.[23]

História e computação: uma disciplina

O uso da informática em sala de aula do 1° e 2° graus e nos cursos universitários de história progride à medida que os programas ficam mais amigáveis. Tais iniciativas são ainda embrionárias e experimentais. A dimensão lúdica da multimídia, sem dúvida, oferece imensas possibilidades educativas no ensino básico, mas os preços ainda representam sério obstáculo à sua disseminação. Talvez esse seja o campo em que hoje estejamos mais defasados. As experiências aqui são pontuais e ainda engatinham.

Os programas mais tradicionais para aplicação da informática no ensino são do tipo Computer-Assisted Learning (CAL) e vêm sendo empregados em escolas para apresentação e testes do conteúdo em história.[24] A possibilidade de integrar o armazenamento e a recuperação da informação transforma os

programas de multimídia em instrumentos de ensino por computador (CAI — Computer Assisted Instruction). Esses programas permitem ao educando ter controle sobre o conteúdo e a temática desejada do material educativo apresentado, tendo, ao mesmo tempo, a possibilidade de acesso a diferentes fontes de informações na forma de texto, imagens, vídeo, animação, som e música de forma interativa. Na medida em que a forma de navegação dentro do programa depende exclusivamente do usuário, a linearidade da informação imposta pelo livro é eliminada e o ensino, individualizado, segundo as necessidades de cada educando. Mais importante ainda, os usuários podem criar relatórios na forma de monografias utilizando as informações armazenadas no programa de diversas fontes documentais tais como imagens, texto, som ou música.[25]

A tendência internacional — sobretudo norte-americana e européia — de utilização das tecnologias de informação na aula de história tem demonstrado vigor. Chegaram a ser realizadas três conferências internacionais sobre este assunto, em 1988 e 1990 na Universidade de Leeds e em 1993 na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa ("Computers in the History Classroom").

Essas conferências proporcionam um debate sobre as práticas dos professores no âmbito do ensino/aprendizagem da história e, mesmo, propostas de avaliação curricular, análises comparativas, estudos de caso. Entre os temas tratados estão as tecnologias de informação e sua introdução no currículo de história e nas práticas dos professores desde estratégias e atividades, dinâmicas geradas na sala de aula e na escola. Outros temas dizem respeito à formação dos professores e os modelos de formação inicial e, ainda, o desenvolvimento na área do software e hardware: programas utilitários, tipos de softwares educacionais,

avanços no domínio da inteligência artificial.

O crescimento da experiência de historiadores com a informática nos anos 80 trouxe naturalmente reflexos no currículo de história em várias universidades européias.[26] No entanto, as diferenças entre equipamentos, programas e até denominações da linha de trabalho têm criado dificuldades na integração entre países europeus.[27]

Nas universidades brasileiras a importância do computador nas ciências históricas tem estimulado o aparecimento de cursos — essencialmente instrumentais — voltados particularmente para o uso da informática por historiadores.

Nos Estados Unidos a primeira experiência de integração entre o currículo de história e computação foi o programa instalado na Universidade de Maryland entre 1976 e 1982.[28]

Ernesto Ruiz aborda assim o tema: "Nas universidades européias e dos Estados Unidos, os historiadores, para adaptarem-se rapidamente às mudanças tecnológicas, começaram a incorporar ao currículo dos cursos de história disciplinas dirigidas a treinar alunos no uso de computadores pessoais, como também historiadores já formados, criando condições para que os mesmos possam tirar vantagens desta nova tecnologia. O centro mais antigo de treinamento na área de história e computação é o Inter-University Consortium for Political and Social Research, criado em 1962 na Universidade de Michigan, em Ann Arbor. A instituição, uma agrupação de universidades norte-americanas e canadenses, realiza todos os anos, nos meses de verão, cursos sobre métodos quantitativos e uso de computadores para historiadores e cientistas sociais. (...) Na Europa, o treinamento de historiadores na área de história e computação tomou lugar através de cursos especializados realizados durante o verão. Os

cursos foram realizados, a partir da segunda metade da década de 1980, no Instituto Max-Planck, em Gottingen, na Universidade de Colônia, na Universidade de Glasgow e na Universidade de Salzburgo. A partir de 1990 essas quatro instituições, com a finalidade de unir esforços, realizam conjuntamente cursos anuais, na Universidade de Salzburgo, entre os meses de julho a setembro. Também a partir de 1990 foram oferecidos cursos de mestrado em história e computação na Universidade de Londres. O Instituto de Pesquisa Histórica da mencionada universidade oferece um mestrado em história e computação e o University College and Birbeck College oferece um mestrado em computação e história da arte."[29]

No curso de pós-graduação em história da Universidade de Santa Catarina foi recentemente implantada uma linha de pesquisa sobre história e informática, constituída por 4 disciplinas totalizando 12 créditos: "Introdução à História e Computação"; "Computadores Pessoais e Pesquisa Histórica I"; "Computadores Pessoais e Pesquisa Histórica II"; "Computadores Pessoais e a Comunicação do Conhecimento Histórico".[30]

O departamento de história da Universidade Católica da Bahia, seguindo a tendência a que lentamente se assiste no sentido da disseminação de cursos de informática voltados especificamente para historiadores, criou uma disciplina específica para tanto. Através dele se estabelece um treinamento de informática para historiadores. O curso nasceu do reconhecimento da dificuldade do usuário historiador em lidar com a informática. Deseja criar um "usuário consciente", inicialmente com uma idéia geral do que o computador poderia fazer pelo historiador. As ferramentas utilizadas são editores de texto, bancos de dados, planilha eletrônica e multimídia. Tem uma

filosofia bastante pragmática pretendendo que o usuário seja capaz de, se não resolver sozinho seus problemas relacionados à computação, ao menos saber encaminhar objetivamente ao profissional analista o que deseja. O que costuma ocorrer freqüentemente é o historiador se ver sujeito às modificações de seus padrões metodológicos pelo analista. A rotina do curso traduz essa concepção envolvendo uma orientação básica, seguida de aplicação pelos próprios alunos de soluções aos problemas e, finalmente, reuniões em que são supervisionados os problemas.[31]

Estradas de informação, túneis do tempo

Alcançamos, enfim, a "idade da informática planetária". A expressão de Guattari não é gratuita e alude à capacidade infinita das informações circularem, transporem fronteiras em espaços de tempo reduzidíssimos. Desde então as informações sediadas nos equipamentos, o saber armazenado na memória dos microcomputadores, podem circular e os diálogos se ampliar mais rapidamente.

Tudo agora ficou transmissível à distância. Buscar informações em bibliotecas norte-americanas, encomendar a reprodução de um artigo, consultar um especialista sobre temas afins, enviar (ou receber) o capítulo de uma tese e, até, consultar o acervo de alguns arquivos históricos vêm sendo rotina cada vez mais possível.

Entre as formas de comunicação mais simples possibilitadas pelo microcomputador instalado em rede está o correio eletrônico, ou *electronic mail* (e-mail). Através dele historiadores ou grupos em qualquer lugar do mundo podem trocar mensagens privadas com mais confiabilidade que o telefone e com mais flexibilidade que o fax. Ou divulgar para os interessados acontecimentos, anúncio de

bolsas, concursos, eventos e pesquisas na área. É isso que vem fazendo com sucesso o informativo eletrônico quinzenal *História no Brasil* lançado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).[32] Representa uma das muitas possibilidades de utilização das redes de informação, hoje amalgamadas na célebre Internet.

E a Internet, afinal, o que oferece aos historiadores? Como seus pesquisadores mais assíduos gostam de explicar, ela é como uma estrada de redes de informação com várias atrações nas suas margens: parques de diversões eletrônicos, cidades digitais, *shopping centers* virtuais, universidades automatizadas, bibliotecas *on-line* e arquivos mecanizados. Trata-se da rede de todas as redes, congregando, em 1993, 2 milhões de computadores conectados em 15.000 redes em mais de 60 países, tendo entre 5 e 15 milhões de usuários. Através da Internet é possível ter acesso a centenas de milhares de bases de dados. E calcula-se que a cada ano dobra de tamanho.[33]

As redes de informação aparecem cada vez mais como importantes canais para acesso e distribuição de informações para os historiadores. Ela oferece o acesso direto a centenas de catálogos de bibliotecas, com milhões de livros e artigos, revistas científicas eletrônicas, discussão de grupos a respeito de inúmeros temas históricos, arquivos informatizados de instituições governamentais, catálogos e coleções de arquivos de dados de pesquisas em ciências sociais e história, exibição de informações gráficas em hipertexto ou multimídia como os manuscritos do mar morto, a Biblioteca do Vaticano ou os arquivos soviéticos.[34]

Utilizando-se a BBS (Bulletin Board System), conferências eletrônicas nacionais ou internacionais podem ser realizadas.[35] Esse meio de comunicação permite a transferência de arquivos de

um computador — desde os próprios programas, até planilhas, bases de dados e textos de dimensões consideráveis — para outro.

Entre as bases de dados possíveis de serem consultadas através da Internet pode-se destacar a HNET, da Universidade de Illinois em Chicago, uma rede específica de história reunindo inúmeras instituições, pesquisadores e temas. Essa lista de instituições encontra-se organizada por tópicos, por exemplo "HL" = História da América Latina; "HW" - História da Mulher... Há, hoje, em torno de três mil pessoas em 35 países conectadas a essa rede.

A base de dados MEMDB (The Medieval and Early Modern Data Bank) e o Arquivo de Índias, que já examinamos, e muitas outras instituições atendem através de redes de informações. Recentemente, a Johns Hopkins University nos Estados Unidos colocou à disposição o LADARK (Latin America Development Eletronic Archives), útil para aqueles pesquisadores interessados no tema do desenvolvimento da América Latina, contendo bibliografia, cursos sobre América Latina na Johns Hopkins e outros dados.[36]

E ponto de passagem fundamental para pesquisadores encontrarem e estabelecerem contatos com seus pares temáticos no mundo, enquanto organizam sua pesquisa.

Um perfil: Manfred Thaller

Em recente visita ao Brasil, onde veio participar do 4° Encontro Internacional de História e Computação, organizado pela Associação Brasileira de História e Computação e UNESP, o historiador Manfred Thaller reafirmaria sua antiga convicção: nas relações entre história e computação os softwares têm exigido excessivo trabalho intelectual por parte dos historiadores.[37] A

superação desse anátema vem justificando seu trabalho nos últimos anos.

Manfred Thaller é na atualidade um dos maiores expoentes na pesquisa de informática aplicada à história e às ciências sociais, na qualidade de pesquisador do Instituto Max-Planck em Göttingen, Alemanha, e presidente da Association for History and Computing.

Historiador de formação, com tese sobre história das mentalidades no século XIX, foi aos poucos se interessando pelo trabalho interdisciplinar em ciências sociais, por estatística e matemática e ganhando familiaridade com computadores, começando a buscar construir modelos de organização e gerenciamento de informações adequados à complexidade das fontes históricas. Assim, provocado pela insuficiência dos programas tradicionais, desenvolve no Instituto Max-Planck um software destinado às exigências específicas dos historiadores: KLEIO (κλειω).[38]

A estação de trabalho em História KLEIO é o ponto de chegada de todo o leque de iniciativas que procuramos apresentar até aqui. Depois de detidamente analisado todo o complexo de dificuldades para padronização das informações contidas nos documentos históricos, chegou-se a uma nova conceituação.[39] Como explica o próprio Thaller em uma entrevista concedida à revista portuguesa *Ler História:*

> "Determinados conceitos influenciaram-nos muito (...). Uma dessas coisas é o conceito explícito de processamento da informação orientado em função das fontes contra a idéia de processamento orientado em função de métodos. (...)... trata-se de uma concepção saída do nosso trabalho, que hoje é relativamente aceito. Por outro lado, a idéia de ter uma base de dados onde a informação contém marcas e permanece inalterável, enquanto o conhecimento sobre

> essas marcas é administrado, independentemente, como parte da base de dados, foi igualmente um princípio que embora implementado noutras áreas, provavelmente nós introduzimos de uma forma límpida, e portanto esperamos que seja uma contribuição para a disciplina de história."[40]

Essa nova conceituação a respeito da organização de bases de dados permitiu que a KLEIO realizasse uma infinidade de operações indispensáveis e úteis aos historiadores. Entre 30 e 60 investigações (na Alemanha, França, Grã-Bretanha, Áustria e Itália) já foram desenvolvidas utilizando-se esse suporte, acreditando-se que não teriam produzido os mesmos resultados se não tivessem feito uso do programa.[41] Ele permite organizar todas as fontes documentais da pesquisa, além de estabelecer um *Thesaurus* com o sentido dos termos de época e analisar com estatísticas o emprego destas expressões. Processa ainda a digitalização através de *scanner,* possibilitando a restauração de sua imagem, além da limpeza, reconstituição e ampliação do registro manuscrito. A partir daí é capaz de reconhecer por meio de recursos sofisticadíssimos as letras e palavras manuscritas auxiliando na transcrição. O acesso aos arquivos digitais armazenados na KLEIO é bastante simplificado e pode ser feito de várias formas, após a seleção do material de interesse a partir da base de dados. Alguns exemplos podem revelar a riqueza (e utilidade) dessa tecnologia, como a possibilidade de comparação entre transcrição moderna e a imagem original ou, para mapas panorâmicos de cidades antigas, a individualização da imagem de cada prédio com a recuperação de textos informativos com um resumo sobre sua história.[42]

A fé dos alemães no ceticismo faz Thaller desconfiar da recente revolução dos computadores pessoais. Embora tecnicamente superiores aos computadores de grande porte típicos

dos anos 60 e 70, a disseminação de programas amigáveis e bem-acabados promoveu na sua perspectiva um retrocesso e uma acomodação das possibilidades de contribuições metodológicas da aplicação da informática à história.[43] Contudo, mesmo reconhecendo essas circunstâncias, vislumbra nos dias atuais um período bastante saudável:

> "Regressamos de uma fase em que a exaltação das potencialidades tecnológicas pôs a claro que as potencialidades tecnológicas não são necessariamente importantes do ponto de vista metodológico. Por outro lado, encontramo-nos num período em que o número de investigadores a dominarem os conhecimentos básicos aumentou, de modo que é possível esperar a audiência mais consistente no futuro para as diversas propostas de refinamento teórico e metodológico."[44]

Quit, Exit

Há muito tempo um grupo restrito de homens e mulheres não se fascinava com o maravilhoso. Como os livros de narrativas de viagens por terras e mares do século XV, a visão diante de um micro para os modernos (desta vez sob a égide do pragmatismo) possibilita espantos e deslumbramentos. Para alguns quase o sobrenatural; mas sempre o virtual.

A disseminação da informática entre os historiadores ultrapassou os programas lentos e pesados para cálculos demográficos e econômicos do passado, tempo dos cartões perfurados, das enormes fitas magnéticas e dos diálogos penosos com os programadores e analistas.

Diante dos micros, o mundo do trabalho historiográfico vem parecendo cada vez mais amistoso e solidário. Apesar das resistências de muitos às conquistas tecnológicas, as novas

máquinas e tecnologias provam enorme agilidade em realizar ações que ontem despendiam enorme esforço. As trocas se intensificam, programas circulam e a generosidade ficou menos trabalhosa. Dados de arquivos podem ser oferecidos de maneira mais livre, bibliografias podem ser trocadas, textos inteiros remetidos pelas redes de informação, arquivos consultados, conferências eletrônicas organizadas.

Naturalmente o fenômeno que alcançou o *métier* do historiador se integra em um universo maior que o fascínio localizado pode não perceber. Mas a circulação das informações não deve impedir a circularidade da crítica pois a contestação à potência e à invasão da mídia já vem sendo feita. O italiano Antonio Negri fez a melhor síntese ao intitular seu desabafo: *"Infinitude da comunicação/finitude do desejo."* A aparente democratização dos saberes é contestada por Guattari, outro cético diante da ditadura da "máquino-dependência":

> "Sabemos da curiosa mistura de enriquecimento e empobrecimento que resultou disso tudo até agora: uma aparente democratização do acesso aos dados e aos saberes, associada a um fechamento segregativo de suas instâncias de elaboração; uma multiplicação dos ângulos de abordagem antropológica e uma mestiçagem planetária das culturas, paradoxalmente contemporâneas de uma ascensão dos particularismos e dos racismos; uma imensa extensão dos campos de investigação técnico-científicos e estéticos evoluindo num contexto moral de insipidez e desencanto."[45]

Traçamos aqui um painel de possibilidades atuais. A problematização dessa intromissão de uma técnica e a maravilha de seus recursos vêm acompanhando cada solução e opção de grupos que discutem problemas metodológicos semelhantes.

Acabaram os rascunhos, porque a função DELETE limpa a memória da construção dos nossos textos e dos textos oficiais! Se

não, ela acaba porque os suportes se transformam e se encerra o diálogo entre gerações, das novas máquinas que não "lêem" (às vezes nem tão) velhos suportes. Abortando as fontes futuras de pesquisa! Não haverá mais tempo para *Grundisse*. Participamos, ainda que passivos, da constituição de novos sistemas de representação e de conhecimento. *Memória* tornou-se disponibilidade de informações.

Mas seu impacto vai muito mais longe do que isso e exigirá logo logo discussões de maior fôlego ligadas não apenas às metodologias (um pouco delas falamos aqui) mas sobretudo à epistemologia da ciência histórica.

O amanhã — nessa velocíssima vertigem que a ciência informática (e o mercado) introduziu — tornará esse artigo obsoleto. Ainda bem.

Apêndice: algumas revistas especializadas em H & G[46]

History & Computing. Editor: Dr. RJ. Morris, Department of Economic and Social History, William Robertson Building, George Square, Edinburg EH8 9JY, Inglaterra. O jornal é distribuído pela Oxford University Press, Walton Street, Oxford, 0X2 6D, Inglaterra.

Advances in Computing and the Humanities. Editor: Dr. Ephraim Nissan, Department of Matematics and CS, New Campus, Ben-Gurion University of the Negev, P. O. Box 653, 84105 Beer-Sheva, Israel.

Historical Methods. Editor: Dr. Daniel Scott Smith, The University of Illinois at Chicago, Department of History, 723, Science and Engineering Offices, Box 4348, Chicago, Illinois, 60680, EUA.

Historical Social Research. Editor: Dr. Manfred Thaler, Max-Planck Institut fur Geshichte, Hermann-Foge-Weg 11, D3400, Alemanha.

History Microcomputer Review. Editor: Dr. James B.M. Schick, Department of History, Pittsburg State University, Pittsburg, Kansas 66762, EUA.

University Computing. Editor: Dr. R.F. Smith, Computer Center, Durhman University.

Journee Tex et les Sciences Humaines. Organizadores: Jacques Andre, IRISA/INRIA Rennes. Campus de Beaulieu, 35042 Renes Cedex; Lucie Fossier IRHT, 40 avenue d'Iena, 75016 Paris, França.

❖ *CONCLUSÃO* ❖

CAMINHOS E DESCAMINHOS DA HISTÓRIA

Ronaldo Vainfas

Vamos concluir este livro retornando a seu começo, mais precisamente ao ensaio introdutório de Ciro Flamarion Cardoso intitulado "História e Paradigmas Rivais". Encontra-se ali, com efeito, o quadro epistemológico geral em que se inserem os vários territórios do historiador e os campos de investigação contemplados neste livro, suas potencialidades, dilemas e impasses. Ao fazer um balanço geral da historiografia nos últimos 40 ou 50 anos, Cardoso identificou com nitidez dois grandes paradigmas: o *iluminista,* partidário de uma história científica e racional e portanto convencido da existência de uma *realidade* social global a ser historicamente explicada, e *o pós-moderno,* cético em relação a explicações globalizantes e tendente a enfatizar, em maior ou menor grau, as *representações* construídas historicamente. No primeiro caso prevaleceria a clara distinção entre o sujeito e seu objeto de investigação, assumindo a narrativa histórica a função de explicar as sociedades a partir de modelos hipotético-dedutivos de diferentes matrizes, mas sempre com uma visão holística (estrutural) e dinâmica (relativa ao movimento e à transformação) na análise do objeto. Seu apogeu estaria situado,

grosso modo, no período 1950-1968, e dentre as suas manifestações mais expressivas, posto que criadoras de sólidas tradições historiográficas, destacar-se-iam o marxismo e o grupo dos *Annales* das primeiras gerações, isto é, de Febvre e Bloch a Fernand Braudel.

No segundo caso, que o autor denomina genericamente de Nova História, reservando o uso do termo para as gerações de historiadores do pós-68 que assim se auto-intitularam em diversos países, prevaleceria, no plano epistemológico, uma certa confusão entre sujeito e objeto, resultado da crença de que o observador/investigador é parte integrante daquilo que estuda. Tratar-se-ia, em suma, do predomínio de um processo hermenêutico de interpretação, partidário de microrrecortes, do estudo de pequenos grupos, do abandono, enfim, dos “grandes *tournants* históricos como a Revolução Francesa”. A fase decisiva de sua construção situar-se-ia entre 1968 e 1989, tempo de crise dos vários racionalismos. O suporte teórico e filosófico destas correntes assentariam em matrizes semi-racionalistas, a exemplo de Popper, ou irracionalistas — Nietzsche, Heidegger e, mais modernamente, Foucault, Deleuze, Derrida, Geertz, e outros epígonos daqueles filósofos.

Nosso livro contempla, conforme dizíamos linhas atrás, correntes, campos e objetos filiados quer ao paradigma iluminista, quer ao chamado pós-moderno. E ao percorrê-los — os *Domínios da história* —, o leitor terá acompanhado os dilemas, controvérsias e impasses enunciados por Cardoso na citada Introdução, percebendo também que o tempo, hoje, é menos o de ausência de paradigmas ou de triunfo de um deles sobre o outro do que de embate entre paradigmas rivais.

Em certos casos, a bem da verdade, tratar-se-ia mesmo de

declínio do “paradigma iluminista”, como no caso da História Econômica, história agonizante nas palavras de João Fragoso e Manolo Florentino, os especialistas no assunto encarregados do respectivo capítulo. Mas os mesmos autores nos mostram que tal declínio é quando menos relativo. Muito nítido na historiografia francesa, por exemplo, mas quase imperceptível na historiografia anglo-saxônia e sobretudo na norte-americana.

A própria História Social não teria escapado à crise epistemológica dos anos 70, no dizer de Hebe Castro, seja a História Social dos *Annales,* sintética, globalizante e, no sentido específico de Labrousse, preocupada com as estratificações sociais, seja a marxista, preocupada com a estrutura de classes ancorada nos modos de produção e seus conflitos, sem falar na história social de inspiração funcionalista. Mas também neste caso seria exagero afirmar a morte da história social ou o triunfo definitivo da pulverização. Bastaria citar o caso da *“history from below”* de Edward Thompson ou mesmo de Christopher Hill que tanto pode ser classificada como uma vertente da moderna história cultural — e muitos assim a classificam pelo apego thompsoniano à antropologia — como pode ser considerada um exemplo de história social de tipo marxista, herdeira da história social inglesa desenvolvida pelos historiadores militantes do Partido Comunista britânico nos anos 50 (Eric Hobsbawm, Perry Anderson, Thompson, Hill etc.) que, entre dissidências e percalços vários, fundariam revistas como a *Past and Present* ou a *New Left.* Não resta dúvida de que o marxismo de Thompson é revisionista, sobretudo ao conceber a construção das classes populares (a “classe operária”) no plano das representações culturais emergentes nas lutas de classe. Ainda assim trata-se de marxismo e também de história social. Mais que isso, trata-se talvez de um

fecundo repensar da própria teoria marxista aplicada à história, que tem aliás inspirado numerosas pesquisas na historiografia contemporânea em escala mundial.

Por outro lado, a chamada História das Mentalidades, talvez o emblema da chamada *Nova História* na acepção que lhe deu Ciro Flamarion Cardoso em nossa introdução, apresenta-se em franco declínio, para não dizer colapso, nos dias de hoje, pelo menos enquanto disciplina ou campo específico de investigação. Combatida por dentro, isto é, pelos que dela exigiram mais desconstrutivismo, estruturalismo ou hermenêutica, e combatida de fora sobretudo pelos marxistas, a história das mentalidades, ascendente nos anos 60 e coroada nos anos 70, sobretudo na França, foi pouco a pouco perdendo terreno, viu muitos de seus historiadores abandonarem o rótulo das mentalidades e acabou se refugiando em microcampos variados ou na hoje assumida e reconhecida como Nova História Cultural.

O percurso deste campo, sem dúvida o cenário por excelência do que Cardoso chamou de paradigma pós-moderno, não deixa de ser curioso e paradoxal: de um lado, declínio quase absoluto, e não apenas agonia, da história das mentalidades assim enunciada como disciplina; de outro lado, vitalidade extraordinária da pesquisa dos objetos a ela relacionados (corpo, mulheres, discursos, em uma palavra, as *representações),* abrigados em outros campos ou enunciados de maneira distinta. Neste caso, convém lembrar, não é só a história cultural que tem funcionado como área de estudo dos temas ligados ao mental (renovando e superando, em algumas vertentes, as ambigüidades da "velha" história das mentalidades), mas também em algumas correntes da chamada História das Idéias, a maioria delas sem nenhuma filiação à história das mentalidades francesa. Veja-se o

caso da *New Intellectual History* norte-americana — parcialmente herdeira da *New History* dos anos 20 —, apenas um exemplo, entre vários examinados em capítulo específico (Falcon), de correntes preocupadas em estudar as idéias numa perspectiva sociocultural, preocupada com a produção ou leitura popular das idéias.

Outro bom exemplo dos paradoxos da atual historiografia se pode ver na chamada Nova História Política, corrente de grande vitalidade que se procura opor à velha história política, à história tradicional e factual da escola metódica novecentista apressadamente rotulada por muitos de positivista. É o que se constata em outro capítulo assinado por Francisco Falcon, que mostra a renovação dos objetos de investigação ligados ao político, a exemplo da cultura política, dos regimes e sistemas políticos e, certamente, das representações do poder — problemática que tem contribuído, na França por exemplo, para reavivar estudos sobre reis e realezas, como no caso de *A fabricação do rei,* do historiador francófilo Peter Burke. Mas também neste campo se pode perceber o embate de paradigmas observado por Cardoso: de um lado, uma renovação da história política com perspectiva globalizante e preocupada, de um modo ou de outro, com o estudo do Estado, suas instituições, grupos de pressão ou organizações de viés macropolítico; de outro, preocupação menos com o político ou a política do que com o poder, e particularmente com os micro-poderes, partindo-se de uma concepção particularizante e pulverizadora do exercício da dominação ou das estratégias de sujeição do indivíduo — e novamente aí percebe-se a forte influência de Michel Foucault.

O embate entre paradigmas ou as alternativas teóricas de investigação examinadas nos grandes campos ou problemáticas se

pode perceber principalmente e mais verticalizado na segunda parte do livro. Em alguns campos ou linhas de pesquisa prevalece a visão holística e dinâmica, o *homo oeconomicus* ou *homo faber,* como no caso da História Agrária (Maria Yedda Linhares) ou da História Empresarial (Eulália L. Lobo). Noutros casos é o *homo simbolicus* que prevalece, afinado com os tempos da história dita "pós-moderna". É o caso da História da Sexualidade (Magali Engel), muito inspirada em Foucault quando se volta para os discursos sobre o uso do corpo ou inscrita nas preocupações com o mental ao estudar vivências e padrões de comportamento. Eis uma história que, podendo ser escrita com preocupações mais amplas e ligada ao social global, ilumina menos as relações sociais do que as relações sexuais pensadas diacronicamente. É também o caso da História das Mulheres — pedindo vênia e admitindo máxima culpa de falar em *homo simbolicus* em assunto tão inspirado pelo movimento feminista.

Entre a problemática do agrário e a da sexualidade, entre a das indústrias e a das mulheres — oposição que reconheço ser muitas vezes mais retórica e didática do que efetiva — diversas linhas ou campos de investigação, por assim dizer intermediários, permitem relacionar o macio ao micro-histórico, promovendo algum diálogo entre a postura explicativa e a descrição do detalhe cultural, ou seja, entre a(s) realidade(s) e suas representações. É o caso, sem sermos exaustivos, da História das Religiões e Religiosidades (Jacqueline Hermann), na qual *o homo religiosus* (Eliade) pode ser também o *oeconomicus*; é também o caso da História e Etnia (Edgard Ferreira Neto), em que o estudo dos aspectos culturais aparece quase forçosamente inseparável da análise dos conflitos; é, por fim, o caso da História da Família (Sheila de Castro Faria), composta de vertentes que ora se apóiam

em métodos estatísticos para classificar, por exemplo, as estruturas domiciliárias, ora se voltam para as sociabilidades e sentimentos domésticos, cruzando-se, neste caso, com a História do Cotidiano e da Vida Privada (Mary Del Priore).

No texto "História e Paradigmas Rivais" que introduz a presente obra, a ênfase do autor incide no confronto entre os paradigmas "iluminista" e "pós-moderno", como sugere nitidamente o próprio título do ensaio. É verdade que a preferência do autor recai sobre o paradigma que chama de iluminista, e nisto não faz mais do que manter-se coerente com sua trajetória de historiador e epistemólogo fartamente demonstrada em trabalhos anteriores. Entre eles, o polêmico ensaio "Uma Nova História?", incluído nos *Ensaios racionalistas,* publicado em 1988. Ocorre porém que, se no artigo de 1988, Cardoso mostrava-se sobremodo cético em relação às contribuições da "Nova História" do pós-68, chegando no limite a desconfiar da licitude de vários dos chamados novos objetos, na introdução de nosso *Domínios da história,* Cardoso se mostra com certeza menos reticente. Admite, em primeiro lugar, o caráter por vezes ilusório do cientificismo e dos determinismos mecanicistas — muitos deles já condenados pelo autor em trabalhos anteriores, quer como distorções do marxismo, quer como modelos idealistas de análise histórica. E admite, em segundo lugar, a possibilidade de alguma compatibilização entre abordagens globalizantes e análises microscópicas na investigação histórica, ancorando-se para tanto na proposta de articulação entre micro-história e sistemas normativos formulada pelo italiano Giovanni Levi.

É deste ponto que pretendo prosseguir no encaminhamento da presente conclusão, dado que, pessoalmente, também considero que as abordagens macro e micro-histórica não são

necessariamente excludentes, apesar de originárias de paradigmas distintos e, até certo ponto, opostos. Vejamos apenas dois exemplos retirados da nossa própria historiografia brasileira recente, felizmente rica e atualizada com o que de melhor se tem produzido internacionalmente.

Em primeiro lugar, um dos livros de Evaldo Cabral de Melo, autor que apesar de não ser historiador profissional (na verdade é diplomata de carreira), é-o em grande estilo no tocante às lides do ofício. Refiro-me a seu *O nome e o sangue* (1989), livro centrado num enredo muito particular, ou seja, a história de um grande senhor pernambucano chamando Felipe Paes Barreto que, no início do século XVIII, pretendeu para si o hábito da Ordem de Cristo com todas as vantagens e prestígio inerentes àquela honraria. O fio da narrativa concentra-se nos percalços da solicitação, nas diligências ordenadas pela Mesa de Consciência, nos rumores acerca da origem judaica do postulante emergentes em meio às inquirições, na tardança do despacho, no desalento e desprestígio crescente de um grande senhor que viu seu sonho de nobreza desfazer-se como castelo de cartas.

Mas o livro longe está de circunscrever-se a esta pequena ou grande tragédia, em nível simbólico, de um grande senhor colonial — e o livro é exaustivo nesse ponto, esclarecendo de vez a verdadeira ascendência de Felipe Paes Barreto no que o autor chamou de "provanças póstumas", já que as autoridades da época não lograram obter resultados definitivos na matéria. Pois bem, é a propósito dessa história particular ou, melhor dizendo, através dela, que Evaldo Cabral de Melo reconstrói (retoma) toda a história da capitania desde o século XVI: as relações sociais, as sociabilidades e conflitos no interior das classes dominantes (a açucarocracia), a problemática das riquezas e fortunas coloniais, a

oposição entre aristocracia rural e mercadores expressa na Guerra dos Mascates, anti-semitismo de um tempo inquisitorial, a memória genealógica em tudo prodigiosa de indivíduos instados a falar do passado e dos parentes mortos vivendo em sociedade praticamente iletrada.

Passo ao outro exemplo, no caso um dos livros de João Reis, talvez o melhor historiador brasileiro da escravidão e certamente um dos raros a escrever sobre o tema com base em conhecimentos sérios sobre as culturas africanas. Refiro-me aqui ao clássico *Rebelião escrava no Brasil* (1986), estudo sobre a revolta dos malês ocorrida na Bahia, em 1835. Trata-se de objeto nitidamente macro-histórico, um dos grandes *tournants* da história das lutas escravas no Brasil, movimento que fez ver às classes dirigentes e escravistas do Império o perigo iminente de tornar-se o Brasil palco de uma revolução no estilo haitiano.

Mas o leitor não encontrará jamais neste livro uma abordagem reducionista do tipo luta de classes (e ponto final), nem tampouco uma interpretação idealizada da revolta escrava calcada na ideologia da *jihad* muçulmana. Historiador-antropólogo sensível ao detalhe etnográfico, Reis ilumina aspectos minúsculos da tessitura do movimento, mergulhando nas raízes africanas da luta dos malês e da presença do islamismo em várias culturas sulsaarianas, estudando a postura etnocêntrica desses escravos em relação aos bantus e crioulos, examinando a mobilização que se pôde estabelecer, menos por causa do islamismo do que por fatores ligados à comunidade étnica que aliava nagôs, haussás e jejes. Reis estuda a revolta extraindo das fontes detalhes preciosos, permitindo-lhe descrever, por exemplo, a urdidura do plano de fazer eclodir o movimento em dia de festa religiosa dos brancos, ou as características concretas dos enfrentamentos nas

ruas de Salvador, valendo-se, nesse último caso, das informações sobre armas recolhidas e outros dados da documentação policial.

Alonguei-me talvez em demasia nas considerações sobre os dois livros simplesmente para mostrar que, no caso de *O nome e o sangue,* parte-se de um recorte microscópico, faz-se mesmo uma espécie de micro-história que, no entanto, é capaz de iluminar a história global de uma capitania na longa duração, suas estruturas socioeconômicas, suas redes de poder, seus valores e estigmas, seu imaginário. História de uma capitania nordestina, uma das principais produtoras de açúcar e, por isso mesmo, exemplo particularmente expressivo de sociedade colonial. No caso de *Rebelião escrava,* parte-se do recorte macro-histórico de uma grande rebelião explicando-se-a, não através de clichês ou determinismos cientificistas, mas por meio de descrições socioetnológicas no campo da micro-história e da interpretação de relações étnicas e religiosidades.

História-síntese e micro-história não são, portanto, necessariamente excludentes. São abordagens que se podem combinar, em graus variáveis, num mesmo livro, numa mesma pesquisa. Talvez o ideal seja mesmo tentar buscar no recorte micro os sinais e relações da totalidade social, rastreando-se, por outro lado, numa pesquisa de viés sintético, os indícios das particularidades — os homens e mulheres “de carne e osso”, para usar imagem cara a Lucien Febvre.

Deve-se admitir, porém, que tal caminho não é fácil de ser percorrido, quando menos pela oposição que Cardoso indica — e decerto há — entre os paradigmas enunciados. Pessoalmente, e de novo tenho de assumir a opinião na primeira pessoa do singular, creio que, embora combináveis, são paradigmas que geram opções distintas, modos diferentes de conceber o objeto de investigação e

executar a pesquisa. Neste exato ponto talvez divirja do que pensa o mestre que comigo organizou esta obra. Penso que macro-história e micro-história — para usar metáforas alusivas àqueles paradigmas — são apenas modos distintos de conceber a história e de fazer história. Não vejo com nitidez qualquer vantagem ou superioridade *a priori* de um sobre outro em termos epistemológicos, mas sim, fundamentalmente, *diferentes escalas ou pontos de observação.* Dito de outro modo, a opção por uma abordagem macro-histórica ancorada em corrente teórico-metodológica racionalista e hipotético-dedutiva não é garantia de resultado consistente na pesquisa. Tampouco o é — vale dizer — a opção oposta, ao contrário do que apregoam os arautos radicais da Nova História.

Se fôssemos fazer aqui um inventário historiográfico preocupado com a questão proposta — o que não faremos por já constar fartamente no corpo do presente livro —, não seria difícil encontrar grandes obras, livros verdadeiramente fundadores de tradições historiográficas que, no entanto, revelaram desprezo olímpico pelas miudezas do cotidiano, também elas históricas, ou pelos não menos históricos personagens "anônimos", seus corpos, sentimentos, crenças, aflições. Grandes obras que descortinam com brilho o sujeito coletivo da história, embora a maior parte de seus personagens não tenha rosto, nem nome.

Por outro lado, muitos trabalhos de excelente nível inseridos na micro-história ou somente preocupados com as "representações" apresentam-se totalmente incapazes de tecer generalizações consistentes. Classifiquei-os de excelentes porque com efeito podem dar conta de *explicar* (e não só descrever), no interior do microcosmo eleito como objeto, as relações sociais, usos, comportamentos, práticas e costumes relevantes para

aquela investigação. Excelentes porque *reconstroem* uma pequena comunidade ou grupo no tempo, ou, para citar o caso de microbiografias, porque restauram a identidade de alguma "*persona* medíocre", porém exemplar de um dado segmento social, étnico, religioso ou profissional.

Seria vão e até indesejável refletir sobre a situação inversa, ou seja, a de trabalhos pífios construídos a partir de uma visão holística e dinâmica da história ou de livros totalmente irrelevantes de micro-história, compilação de anedotas, como disse certa vez Le Goff de certas "histórias da vida cotidiana" empenhadas somente em descrever miudezas de tempos idos.

Voltemos à questão central. Há, pois, sensíveis diferenças entre um enfoque hipotético-dedutivo, generalizante e macroexplicativo, e uma abordagem indiciária, muitas vezes, pulverizadora, convencida talvez de que se a história é ciência, trata-se de uma ciência do particular (Ginzburg). Diferenças de escala, sem dúvida, no posicionamento do sujeito/observador, mas que não resultam necessariamente, ao meu ver, em diferenças de qualificação em termos de a primeira ser epistemologicamente superior à outra ou vice-versa.

É o momento de encerrar, e o farei retomando um grande ponto de convergência com Cardoso, quando diz que os exageros passados do cientificismo não devem justificar exageros atuais de signo contrário. A história realmente não pode estar condenada, como afirma Giro Flamarion Cardoso, "a escolher entre teorias deterministas da estrutura e teorias voluntaristas da consciência". Combinar abordagens distintas talvez seja o ideal, resguardadas as diferenças e até a oposição de paradigmas.

O mais é percorrer os caminhos e descaminhos da história, enfrentando-se com serenidade as diferenças de opinião e opção

teórica. Embate de paradigmas, portanto, questão a ser discutida. Combates na história e "pela história", problema a ser investigado, posição a ser assumida — e nesta última imagem dos combates, uma derradeira homenagem a Lucien Febvre. *A história continua,* palavra final, título de um livro recente de Georges Duby que utilizaremos aqui como mote de fechamento. Apenas uma profissão de fé ou a convicção de que, por tudo o que se escreveu no presente livro, falar em "fim da história" é idéia desprovida de qualquer sentido.

Referências Bibliográficas

Introdução

1. Kroeber, A.L. e Kluckhohn, C. *Culture — a critical review of concepts and definitions.* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1952 (folheto); Childe, Vicent Gordon. *O homem faz-se a si próprio.* Trad. de V. Magalhães Godinho e J. Borges de Macedo. Lisboa: Cosmos, 1947.

2. Tylor, E.B. *Primitive culture.* Londres: John Murray, 1871.

3. Consulte-se, por exemplo: Barnouw, Victor. *An introduction to anthropology, 2* vols. Homewood, Illinois: The Dorsey Press, 1975, vol. I, pp. 243-277; Pelletier Antoine e Goblot, Jean-Jacques. *Matérialisme historique et histoire des civilisations.* Paris: Éditions Sociales, 1969, pp. 9-56; Morgan, Lewis H. *La sociedad primitiva.* Trad. do inglês sem indicações do tradutor. Madri: Ayuso, 1971, pp. 99-111 (ed. original em inglês: 1877).

4. Klemm, Gustav F. *Allgemeine Cultur-Geschichte der Mensachheit,* 10 vols. Leipzig: Teubner, 1843-1852; Trigger, Bruce G. *A history of archaeological thought. Cambridge:* Cambridge University Press, 1989, p. 162.

5. Bohannan, Paul. "Beyond civilization". *Natural History Magazine,* Nova York, fevereiro de 1971, reimpresso em: Hunter, David E. *et al.* (org.) *Anthropology: contemporary perspectives.* Boston-Toronto: Little, Brown & Co., 1979, pp. 326-343.

6. Treitler, Leo. "History and Music". *New Literary History,* 21, n° 2, 1990, pp. 299-319; a citação é da página 315.

7. A meu ver, a melhor síntese dos paradigmas de que trato aqui acha-se nas contribuições de Jörn Rüsen e Jürgen Kocka à obra coletiva: Baeta Neves, Abílio Affonso e Gertz, René E. (org.) *A nova historiografia alemã.* Porto Alegre: Editora da UFRS-Instituto Goethe-Instituto Cultural Brasileiro-Alemão, 1987, pp. 14-55. Ver ainda: Burke, Peter. *Sociologia e história.* Trad. de B. Urrutia Domínguez. Madri: Alianza Editorial, 1987, capítulo 2.

8. Ver sobretudo: Cardoso, Ciro Flamarion e Pérez Brignoli, Héctor (org.). *Perspectivas de la historiografia contemporánea.* México: Secretaria de Educacíon Pública, 1976, pp. 7-22; Idem. *El concepto de clases sociales.* Madri: Ayuso, 1977; Idem. *Os métodos da historia.* Trad. de J. Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1979, pp. 21-44, 421-479; Idem. *Introducción al trabajo de la investigación histórica.* Barcelona: Crítica, 1981, pp. 39-44; Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas.* Rio de Janeiro: Campus, 1988.

9. Schaff, Adam. *Estruturalismo y marxismo.* Trad. de C. Gerhard. México: Grijalbo, 1976, p. 172.

10. Topolski, Jerzy. *Methodology of history.* Varsóvia: Polish Scientific Publishers, 1976, pp. 211-212.

11. Iliénkov, E.V. *Lógica dialéctica.* Trad. de J. Bayona. Moscou: Editorial Progreso, 1977, pp. 277-319.
12. Chesneaux, Jean. *Du passé faisons table rase?* Paris: Maspéro, 1976, capítulo 3.
13. Uma tentativa inteligente de reconstituir segundo a lógica moderna estas e outras relações postuladas pelo marxismo encontra-se em: Cohen, G.A. *Karl Marx's theory of history. A defence.* Princeton (Nova Jersey): Princeton University Press, 1978. Ver também: Shaw, William H. *Marx's theory of history.* Londres: Hutchinson, 1978.
14. Por exemplo: Melotti, Umberto. *Marx e il Terzo Mondo. Per uno schema multilineale del sviluppo storico.* Milão: II Saggiatore, 1972; Quaini, Massino. *Marxismo e Geografia.* Trad. de L.L. Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
15. Marx, Karl. *El Capital,* 4 vols. Trad. de W. Roces. México: Fondo de Cultura Económica, 1966, vol. 1, p. XV; Engels, Friedrich. "Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofia clásica alemana". Em: Marx, K. e Engels, F. *Obras escogidas en dos tomos.* Moscou: Editorial Progreso, 1971, t. II, p.
16. Entrevista a *L'Express,* Paris, 27 de agosto-2 de setembro de 1973, p. 71.
17. Barraclough, Geoffrey. *Tendances actuelles de l'histoire.* Paris: Flammarion, 1980, p. 38.
18. Idem, p. 75.
19. Intervenção de Hobsbawm em debate no número especial dedicado aos *Annales* de *Review,* Binghamton, Nova York, 1, nºs 3-4, 1978, pp. 157-162.
20. Cardoso, Ciro Flamarion. "El papel del historiador en Centroamérica". *Revista de Filosofia de la Universidad de Costa Rica,* San José, 12, nº 35, 1974, pp. 175-181.
21. Cardoso, Ciro Flamarion e Pérez Brignoli, Héctor. "Perspectivas hacia una historia total". Em *Perspectivas de la historiografia contemporânea,* cit., pp. 18-19.
22. Stoianovich, Traian. "Social history: perspective of the *Annales* paradigm". *Review,* 1, nºs 3-4, 1978, pp. 19-48.
23. Estes assuntos voltarão a surgir quando expuser o paradigma "pós-moderno", ocasião em que me estenderei mais a respeito.
24. Para discussões do maior interesse a respeito, cf. Bunge, Mario. *Racionalidad y realismo.* Madri: Alianza Editorial, 1985.
25. Monod, Jacques. *Le hasard et la nécessité. Essai sur la philosophie naturelle de la biologie moderne.* Paris: Seuil, 1970, p. 56.
26. Ver Leakey, Richard. *Origins reconsidered. In search of what makes us human.* Nova York: Anchor Books-Doubleday, 1992, pp. 245-249. Neste ponto, Leakey apóia-se especialmente em idéias de Harry Jerison.
27. Cartas de Engels a K. Schmidt (de 1890) e a Mehring (de 1893). Em: Marx e Engels, op. cit., II, pp. 492-500 (a citação é da p. 500).
28. Engels em op. cit., II, p. 497. Ver: Godelier, Maurice. *L'idéel et le matériel.* Paris: Fayard, 1984; Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas,* cit., pp. 41-60.

29. Lamberg-Karlovsky, C.C. *Introduction.* Em: Idem (org.). *Archaeological thought in America.* Cambridge-Nova York: Cambridge University Press, 1989, p. 10.

30. Polemizei certa vez com os teóricos do “fim da história”, através de um dos mais conhecidos defensores de tal noção: Francis Fukuyama. Cardoso, Ciro Flamarion. “A História enterra seus coveiros”. *Jornal do Brasil,* Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1990. Idéias/Ensaios, pp. 6-7.

31. Fontana, Josep. *La historia después del fin de la historia. Reflexiones acerca de la situación actual de la ciencia histórica.* Barcelona: Crítica, 1992, p. 78. Também: Herra, Rafael Angel (org.). *Sobreviverá el marxismo?* San José: Editorial de la Universidad de Costa Rica, 1991.

32. Hobsbawm, Eric. “Barbarie, una guía para el usuario”. *Página,* Buenos Aires, 8 de janeiro de 1995, pp. 29-31; González Casanova, Pablo. “La ofensiva conservadora”. *Carta,* Brasília, 1991, nº 3, pp. 79-87; Idem. “A Exploração do Terceiro Mundo”. Trad. de N.M. de Araújo. *Carta,* 1994, nº 1, pp. 115-126.

33. Jenkins, Keith. *Re-thinking History.* Londres-Nova York: Routledge, 1991, p. 26.

34. Cf. Lyotard, Jean-François. *The Post-Modern Condition.* Manchester: Manchester University Press, 1984; Steiner, G. *In Bluebeard’s castle.* Londres: Faber, 1971; Harvey, D. *The Condition of Post-Modernity.* Oxford: Blackwell, 1989.

35. Ver sobre este ponto: Ferry, Luc e Renaut, Alain. *Pensamento 68. Ensaio sobre o anti-humanismo contemporâneo.* Trad. de R. Markenson e N. do N. Gonçalves. São Paulo: Editora Ensaio, 1988.

36. Gardin, Jean-Claude. “Semiotic trends in archaeology”. Em: Idem e Peebles, Christopher S. (org.). *Representations in archaeology.* Bloomington-Indianápolis: Indiana University Press, 1982, pp. 87-104.

37. Baeta Neves, Abílio Affonso e Gertz, René E. (orgs.) Op. cit., pp. 14-55. Também: White, Hayden. “Teoria Literária e Escrita da História”. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 7, nº 13, 1994, pp. 21-48. E, num sentido mais crítico à posição: Chartier, Roger “A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas”. *Estudos históricos,* vol. 7. nº 13, 1994, pp. 97-113.

38. Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas,* cit., pp. 93-117.

39. Callinicos, Alex. *Against Postmodernism. A Marxist critique.* Cambridge: Polity Press, 1989; Heller, Agnes. “La vida que cambió”. *Nexos,* México, vol. 10, nº 118, outubro de 1987, pp. 47-51.

40. Ver sobretudo: Rubio Carracedo, José. *Lévi-Strauss. Estruturalismo y ciencias humanas.* Madri: Istmo, 1976, pp. 284-299; Idem. *El hombrey la ética.* Barcelona: Anthropos, 1987, capítulos 1 a 3.

41. Entre outros: Brown, R.H. e Lyman, S.M. (orgs.). *Structure Conciousness and History.* Cambridge: Cambridge University Press, 1978, pp. 13-37; Clifford, J. e Marcus, G.E. *Writing Culture.* Berkeley: University of California Press, 1986; Marcus, George e Fischer, Michael M.J. *Anthropology as cultural critique.* Chicago: University of Chicago Press, 1987. Para elementos pós-modernos que afetaram algumas correntes que se consideram marxistas, ver: McCarney, Joseph. *Social Theory and the Crisis of Marxism.* Londres: Verso, 1990.

42. Ver o depoimento de Samuel, Raphael no capítulo 4 de: Gardiner, Juliet (org.). *What is history today?* Londres: Macmillan, 1988, pp. 42-48 (especialmente pp. 46-48). Ver ainda Himmelfarb, Gertrude. *The new history and the old. Critical essays and reappraisals.* Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1987, p. 106: "A história social, quando não é uma ciência deprimente, pode com facilidade tornar-se sentimental."

43. Levi, Giovanni. "On Microhistory". Em: Burke, Peter (org.). *New perspective on historical writing.* Cambridge: Polity Press, 1991, pp. 93-113.

44. Sahlins, Marshall. *Islands of history.* Chicago: University of Chicago Press, 1985, em especial p. 149.

45. Kammen, Michael (org.). *The past before us. Contemporary historical writing in the United States.* Ithaca: Cornell University Press, 1980. Ver também a lúcida resenha deste livro publicada por Himmelfarb, Gertrude, em *The New York Times Book Review,* Nova York, 17 de agosto de 1980, p. 3.

46. Pippin, Robert B. *Modernism as aphilosophical problem. On the dissatisfactions of European high culture.* Cambridge (Mass.): Basil Blackwell, 1991, em especial pp. 148-167; Callinicos, Alex. op. cit., sobretudo capítulos 3 e 5. Acerca do desleixo de certos historiadores da nova tendência na crítica e trato das fontes, ver: Bourdé, Guy e Martin, Hervé. *Les écoles historiques.* Paris: Seuil, 1983, pp. 223-226.

47. Jenkins, Keith. Op. cit., *passim.*

48. Rüsen, Jörn. "Conscientização Histórica Frente à Pós-modernidade: A História na Era da "Nova Intransparência"". Trad. de René E. Gertz. *História.* Questões e Debates, Curitiba, vol. 10, nº 18-19, junho a dezembro de 1989, pp. 303-328.

49. Carr, David, "La Narrativa y el Mundo Real: Un Argumento en Favor de la Continuidad". Trad. de Antonio Saborit. *Historias,* México, nº 14, julho a setembro de 1986, pp. 15-27. A citação é da p. 26.

50. Keesing, Roger M. "Anthropology as Interpretive Quest". *Apud:* Biersack, Aletta. "Local Knowledge, Local History: Geertz and Beyond". Em: Hunt, Lynn (org.). *The new cultural history.* Berkeley-Los Angeles: University of California Press, 1989, pp. 72-96 (ver pp. 81-82).

51. Levi, Giovanni. Op. cit., p. 106.

52. Robins, Gay. *Women in Ancient Egypt.* Cambridge (Mass.): Harvard University Press, 1993, p. 19.

CAPÍTULO 1

1. Daunton, M.J. "What is Economic History?" Em: Gardiner, Juliet (org.). *What is history today..?.* Londres: Macmillan, 1988, p. 37.

2. Dosse, François. *A história em migalhas (dos* Annales *à Nova História).* Campinas: Ensaio/Unicamp, 1992, p. 53.

3. Hunt, Lynn. "Apresentação". Em: Hunt, Lynn (org.). *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 2-4.

4. Thompson, E.P. "La Economia Moral de la Multitud". Em: Thompson, E.P. *Tradición, revuelta y consciência de clase: estudios sobre la crisis de la sociedad pre-industrial.* Barcelona: Editorial Crítica, 1979, p. 64.
5. Ginzburg, Cario. "O Nome e o Como". Em: Ginzburg, Cario. *A micro-história e outros ensaios.* Lisboa: Difel, 1991, p. 171.
6. Thompson, Edward P. *A formação da classe operária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, vol. 1, p. 10.
7. Hunt. Op. cit., p. 9.
8. Sobre as origens e a situação atual da econometria retrospectiva da *New Economic History,* cf. Cardoso, Ciro Flamarion & Perez-Brignoli, Héctor. *Os métodos da história.* Rio de Janeiro: Graal, 1983; McCloskey, Donald N. "The Achievements of the Cliometric School." Em: *The Journal of Economic History,* XXXVIII, 1, 1978, pp. 13-28; Temin, Peter. "The Future of the New Economic History". Em: Rabb, Theodore & Rotberg, Robert (orgs). *The new history (the 1980s and beyond).* Princeton: Princeton University Press, 1982, pp. 179-197; Sutch, Richard. "All Things Reconsidered: The Life-Cycle Perspective and the Third Task of the Economic History". Em: *The Journal of Economic History,* LI, 2, 1991, pp. 271-288; Whaples, Robert. "A Quantitative History of the Journal of Economic History and the Cliometric Revolution". Em: *The Journal of Economic History,* LI, 2, 1991, pp. 289-301.
9. Labrousse, Ernest. "La Crisis de la Economia Francesa al Final del Antiguo Régimen y al Principio de la Revolución". Em: Labrousse, Ernest. *Fluctuaciones económicas y história social.* Madri: Tecnos, 1962; cf. tb. Vilar, Pierre. "Crecimiento Económico y Análisis Histórico". Em: *Crescimiento y desarrollo.* Barcelona: Ariel, 1976, p. 32.
10. Cf., p. ex., Bloch, Marc. *Introdução à história.* Lisboa: Europa-América, 1976; e Furet, François. *A oficina da história.* Lisboa: Gradiva, s/d.
11. Cf. Duby, Georges. *Guerreros y campesinos.* Madri: Siglo XXI, 1976; Labrousse, Ernest. "Voies Nouvelles vers une Histoire de la Bourgeoisie Occidentale aux XVIII^{e}-XIX^{e} Siécles, 1700-1850". Em: *X Congresso Internazionale di Scienze Storiche,* Relazione, vol. IV, Storia Moderna, Florença, 1955; Daumard, Adeline. *Os burgueses e a burguesia francesa.* São Paulo: Martins Fontes, 1992; e Goy, J. & Le Roy Ladurie (orgs.). *Les fluctuations du produit de la dîme.* Paris-La Haya, 1972.
12. Cf. Febvre, Lucien. *Combates pela história.* Lisboa: Editorial Presença, 1977, 2 vols.; e Braudel, Fernand. *Escritos sobre a história.* São Paulo: Perspectiva, 1978.
13. Vilar, Pierre. "Crecimiento...". Op. cit., p. 26.
14. Berend, Ivan T. "La Indivisibilidad de los Factores Sociales y Económicos del Crecimiento Económico (Un Estudio Metodológico)". Em: Topolski, J. *História económica: nuevos enfoques, nuevos problemas.* Barcelona: Editorial Crítica, 1981, pp. 37-38.
15. Kula, Witold. "Da Tipologia dos Sistemas Econômicos". Em: Fourastié, J. *et. al. Economia.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979, p. 97.
16. Kula, Witold. *Teoria económica del sistema feudal.* Buenos Aires: Siglo XXI, 1976, p. 220.
17. Berend. Op. cit., pp. 41-44. Tal é também a conclusão a que chega Kula para explicar o comportamento econômico aparentemente paradoxal da

aristocracia polaca na época moderna, que se pauta pela menor produção em momentos de alta dos preços internacionais dos cereais que produzem (cf. nota 16*, passim).*

18. Darnton, Robert. *O grande massacre dos gatos.* Rio de Janeiro, Graal, 1986, p. 38.
19. Hobsbawm, Eric J. "De la Historia Social a Ia Historia de la Sociedad". Em: Cardoso, Ciro Flamarion & Brignoli, Héctor P. *Tendencias actuales de la historia social y demográfica.* México: SEP, 1976, pp. 63-67.
20. Cf. Daunton. Op. cit., p. 37.
21. Ginzburg, Cario. "O Nome...". Op. cit., p. 172.
22. Dosse. Op. cit., p. 14.
23. Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas.* Rio de Janeiro: Campus, 1988, pp. 100 e 109.
24. Garavaglia, Juan Carlos. "El Mercado Interno Colonial a Fines del Siglo XVIII: Mexico y el Peru". Em: Bonilla, Heraclio (org.). *El sistema colonial en la America Española.* Barcelona: Crítica, 1991, pp. 218-238.
25. Gelman, Jorge. "Una Región y una Chacra en la Campaña Rioplatense". Em: Fradkin, Raul (org.). *La história agraria del Rio de la. Plata colonial.* Buenos Aires: CEAL, 1993, pp. 218-238; cf. tb. Garavaglia, Juan Carlos. "Economic Growth and Regional Differentiation". Em: *Hispanic American Historical Review,* 65:1, 1985, pp. 51-89.
26. Levi, Giovanni. *Le pouvoir au Village.* Paris: Gallimard, 1989, pp. 116-125; cf. tb. do mesmo autor, "Sobre a Micro-história". Em: Burke, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas.* São Paulo: Unesp, 1992, pp. 140-141.
27. Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1977; Simonsen, Roberto C. *História econômica do Brasil (1500-1820).* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1978; Furtado, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1977; Novais, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1979; Cardoso, Ciro Flamarion. "O Modo de Produção Escravista Colonial na América". Em: Santiago, Théo A. *América colonial (ensaios).* Rio de Janeiro: Pallas, 1975, pp. 89-143; e Gorender, Jacob. *O escravismo colonial.* São Paulo: Ática, 1978.
28. Le Goff, Jacques *et. al. A nova história.* Lisboa, Edições 70, 1978, pp. 14-15.
29. Cf. Cardoso, Fernando H. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; e Ianni, Octávio. *As metamorfoses do escravo.* São Paulo: Hucitec, 1988; Costa, Emília V. *Da senzala à colônia.* São Paulo: Hucitec, 1982.
30. Cf., p. ex., Cano, Wilson. *Raízes da concentração industrial.* São Paulo: T. A. Queiróz, 1981; Mello, João M. C. de. *O capitalismo tardio.* São Paulo: Brasiliense, 1982; Silva, Sérgio. *Expansão cafeeira e origem da indústria no Brasil.* São Paulo: Alfa-Omega, 1976; e Castro, Antonio B. de. *Sete ensaios sobre a economia brasileira.* Rio de Janeiro: Forense, 1977.
31. Castro, Antonio B. de. "Introdução". Em: Camargo, José M. & Giambiagi, Fábio (orgs.). *Distribuição de renda no Brasil.* Rio de Janeiro: Paz e Terra,

1991, pp. 11-12.

32. Cf., p. ex., Linhares, Maria Yedda L. & Silva, Francisco C. T. da. *História da agricultura brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1982; Matoso, Kátia de Q. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século* XIX. São Paulo: Hucitec, 1978; Castro, Hebe. *Ao sul da história.* São Paulo: Brasiliense, 1987; Lobo, Eulália L. *História do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IBEMEC, 1978, 2 vols.; Slenes, Robert W. "O Mercado de Escravos e a Economia Cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888", Campinas, 1984 (mimeo); Libby, Douglas C. *Transformação e trabalho em uma economia escravista — Minas no século* XIX. São Paulo: Brasiliense, 1988; Petrone, Maria T.S. *O barão de Iguape.* São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976; Arruda, José J. de A. *O Brasil no comércio colonial.* São Paulo: Ática, 1980; Beauclair, Geraldo. *Raízes da indústria no Brasil.* Rio de Janeiro: Studio F & S Editora, 1992; Ferlini, Vera L. A. *Terra, trabalho e poder.* São Paulo, Brasiliense, 1988; e Mello, Pedro C. de. *A economia da escravidão nas fazendas de café:* 1850-1888. Rio de Janeiro: IPEA/PNPE, 1984.

33. Cf., p. ex., as contribuições para a história econômica feitas por antropólogos como Polanyi, Karl. *Economie primitive, arcaiche e moderne.* Turim: Einaudi, 1980.

34. Cf. Fragoso, João & Florentino, Manolo. *O arcaísmo como projeto.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1993, pp. 104-105.

35. Cf. Florentino, Manolo G. & Góes, José R. "Notas Acerca das Relações Parentais entre os Escravos do Agro Fluminense, 1790-1830". Rio de Janeiro: Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995, pesquisa em andamento.

CAPÍTULO 2

1. Cf. Revel, Jacques. *A invenção da sociedade.* Trad. de Vanda Anastácio. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1990, p. 3.

2. Cf. Himmelfarb, Gertrude. *The new history and the old.* Cambridge, Massachussets, Londres: The Belknap Press of Harvard University Press, 1987.

3. Hobsbawm, E.J. "From Social History to the History of Society". Em: Felix Gilbert & Sthephen R. Graubard (org.). *Historical studies Today,* Nova York: W.W. Norton & Company, 1972, pp. 1-3.

4. Cf. Trevelyan, G.M. *English social history* (1944).

5. Braudel, F. "Histoire et Sciences Sociales. La Longue Durée", *Annales,* dez. de 1958. Ver também, Burke, P. *A escola dos Annales, 1929-1989. A revolução francesa da historiografia.* Trad. de Magda Lopes. São Paulo UNESP: 1991, pp. 53-54; Dosse, François. *A história em migalhas: dos Annales à Nova História.* Trad. de Elias Thomé Saliba. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1992, pp. 101-123, e Revel, Jacques. "Os Annales em Perspectiva". Em: *A invenção da sociedade.* Op. cit., pp. 33-36.

6. Bouvier, Jean "Histoire Sociale et Histoire Economique". Em: *L'histoire Sociale, sources et méthodes.* Paris: Presses Universitaires de France, pp.

239-250.

7. Cf., entre outros, Hobsbawm, E.J. Op. cit.; Hessler-Harris, Alice. “Social History”. Em: Foner, Eric (org.). *The new american history,* Filadélfia: Temple University Press, 1990, pp. 25-50.

8. Cf. “Colloque de L'École Normale Superieure de Saint Claud, 1965”. *L'histoire social; sources et méthodes.* Paris: Presses Universitaires de France, 1967, e “Colloque d'Histoire Sociale, Saint-Cloud, 1967”. *Ordres et classes.* Paris: EHESS, 1973.

9. Duas abordagens bastante distintas, mas que se defrontam com o mesmo tipo de problema: Daumard, *A. La bourgeosie de Paris aux XIX[e] siècle.* Paris, 1970; e Thompson, E.P. *The making of the english working class.* Londres, 1963 *(A Formação da Classe Operária Inglesa.* Trad. de Denise Bottman. 3 vols. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987). Ver também, Agulhon, Maurice. *La république au Village,* 1970.

10. Cf. Cardoso, Ciro F. e Brignoli, Hector P. *Os métodos da história.* Rio de Janeiro: Graal, 1981 (2ª ed.), p. 357.

11. São referências clássicas neste sentido: Adeline Daumard e François Furet. “Structures et Relations Sociales à Paris au Milieu du XVIII[e] Siècle”, *Cahiers des Annales,* nº 18, Paris: Armand Colin, 1961; e Jacques Dupâquier. “Problèmes de Codification Socio-profissionelle”. Em: *L'histoire Sociale, sources et méthodes,* Op. cit. Para uma abordagem mais detalhada do tema, do ponto de vista metodológico, ver *Os métodos da história.* Op. cit. pp. 358-374.

12. Cf. Stone, Lawrence. “Family History in the 1980[th]: Past Achievement and Future Trends”. Em: Rabb, Theodore K. e Rotberg, Robert I. (org.). *The new history: the 1980[th] and beyond, studies in interdisciplinary history.* Princeton: Princeton University Press, pp. 51-89.

13. Cf. Stone Lawrence. “Prosopography”. Em: *Historical Studies Today.* Op. cit., pp. 107-140; Desaive, J.P. “Prosopographie”. Em: Burguiere, André. *Dictionnaire des sciences historiques.* Paris: Presses Universitaires de France, 1987, pp. 546-548; Daumard, Adeline. “Les Genéalogies Sociales, un des Fondaments de l'Histoire Sociale Comparative et Quantitative”. *Annales de Démographie Historique.* Paris: EHESS, 1984.

14. Também para este aspecto, ver *Os métodos da história.* Op. cit., pp. 387-388.

15. Cf., entre outros, Thompson, E.P. *The making....* Op. cit.; Davis, Natalie. *Society and culture in early modern France.* 1975 *(Culturas do Povo: Sociedade e Cultura no Início da França Moderna.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990); Agulhon, Maurice. *La republique au Village.* Paris: Plon, 1970; e *Le cercle dans la France bourgeoise, 1810-1848; étude d'une mutation de sociabilité.* Paris: A. Colin, 1977; Perrot, Miclelle. *Les ouvriers en greve. France 1871-1890.* Paris: EHES, 1974, 2 vols.

16. Cf. Burguière, André. “Antropologie Historique”. Em: Le Goff, Jacques (org.). *La nouvelle histoire.* Paris: CEPL, 1978, pp. 35-61.

17. Cf., entre outros, Aries, P. e Duby, G. *História da vida privada,* 5 vols. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

18. Thompson, E.P. “History from bellow”, *The Times Literary Supplement,* 7/4/1966, pp. 278-80.

19. Cf. Sharpe, Jim. "A História Vista de Baixo". Em: Burke, P. (org.). *A escrita da história.* Trad. de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992, pp. 39-62.

20. Cf. Thompson, Paul. *The Voice of the past: oral history,* 1978 *(A voz do passado: história oral.* Trad. de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992), e Joutard, Philippe. *Ces voix qui nous viennent du passé.* Paris: Hachette, 1983.

21. Cf., entre outros, Davis, Natalie Zemon. *Culturas do povo, sociedade e cultura no início da França Moderna.* Trad. de Marisa Correa, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Ver também: Kessler-Harris, Alice. "Social History". Op. cit., pp. 168-169.

22. São clássicos neste sentido, *Montailou Village Ocitan de Le Roy Ladurie,* 1975 *(Montaillou: Cátaros e Católicos numa Aldeia Francesa. 1294-1324.* Trad. de José Antônio Henriques e Agostinho G. Monteiro. Porto: Edições 70); e *Il Formaggio e i vermi. Il cosmo di un mugnaio del 500, 1916 (O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição.* Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987).

23. Cf., Ginzburg, Cario. "O Inquisidor como Antropólogo: Uma Analogia e Suas Implicações". Em: *A micro-história e outros ensaios.* Trad. de Antonio Narino. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, pp. 179-202.

24. Cf., entre outros, Hareven, Tamara. *Family time and industrial time.* Cambridge, 1982; e Levi, Giovanni. *L'eredità immateriale: cariera di um exorcista nel Piemonte del Seicento.* Turim, 1985.

25. Cf. Geertz, Clifford. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

26. Entre outros, Darnton, Robert. *O grande massacre de gatos.* Trad. de Sonia Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

27. Cf. Levi, Giovanni. "Sobre a Micro-história". Em: Burke, Peter. Op. cit. *A escrita da história.* Op. cit., pp. 142-148.

28. Cf. Biersack, Aletta. "Saber Local e História Local: Geertz e Além". Em: Hunt, Lynn. *A nova história cultural.* Trad. de Jefferson Luiz de Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 97-130; e Levi, Giovanni. Op. cit., pp. 149-152.

29. Cf. Hunt, Lynn. *A nova história cultural.* Op. cit.

30. Cf. Chartier, R. *A história cultural. Entre práticas e representações.* Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

31. Como exemplo das controvérsias entre estas abordagens, cf. Scott, Joan. "História das Mulheres"; e Levi, Giovanni. "Sobre a Micro-história". Em: Burke, Peter. Op. cit., pp. 63-96 e 39-62, respectivamente.

32. As principais discussões foram desenvolvidas na série *Microstoire,* publicada por Enaudi, Turim, a partir de 1981, e na revista *Quaderni Storici,* publicada por Il Mulino de Bolonha, do qual participavam, entre outros, Cario Ginzburg, Giovanni Levi, Cario Ponti e Edoardo Grendi. No Brasil, boa parte da obra de Ginzburg encontra-se publicada. Para uma discussão explícita sobre a micro-história interessam especialmente: "O Nome e o Como. Troca Desigual e Mercado Historiográfico". Em: Ginzburg, C. Op. cit., pp. 169-178; e "Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário".

Em: Ginzburg, C. *Mitos, emblemas e sinais; morfologia e história.* Trad. de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. Sobre o tema, ver também Levi, G. "Sobre a Micro-história". Op. cit.

33. Especialmente, Ginzburg, C. *O queijo e os vermes; o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* Trad. de José Paulo Paes. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

34. Cf. Levi, G. "Sobre a Micro-história". Op. cit., p. 138.

35. Cf. Levi, G. "Sobre a Micro-história". Op. cit., pp. 135-136.

36. Cf. Levi, G. "Sobre a Micro-história". Op. cit., p. 152.

37. Cf. Ginzburg, C. "O Nome e o Como...". Op. cit., e Levi, G.

38. Cf. Hobsbawm, E.J. "From Social History...". Op. cit., p. 6.

39. São clássicos, neste sentido: Gilberto Freyre, *Casa grande e senzala,* 1934; Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil,* 1936; Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo,* 1942.

40. Cf., entre outros, Canabrava, A.P. *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo, 1861-75,* 1955; Costa, Emília Viotti da. *Escravidão nas áreas cafeeiras (Da senzala à colônia), 1962;* Petrone, Maria Tereza *S., A lavoura canavieira em São Paulo: sua expansão e declínio,* 1968. Esta influência se fazia, também, em contatos mais diretos com a historiografia francesa que frutificariam nas décadas posteriores: Marcílio, Maria Luiza. *La ville de São Paulo: peuplement et Population, 1750-1850.* Ruão: Universidade de Ruão, 1968; Linhares, Maria Yedda. "As Listas Eleitorais do Rio de Janeiro no Século XIX. Projeto de Classificação Sócio-profissional". Em: *Caravelie* (França), 22:43-67, 1974; Mattoso, Kátia M. de Queiroz. "Conjoncture et Societé au Brésil à la Fin du XVIII^e siècle". Paris: Cal 5, pp. 33-35, 1970.

41. Cf., entre outros, Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes* (1965). São Paulo: Ática, 1978; Ianni, Otávio. *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravidão no Brasil* (1962). São Paulo: Difel, 1962; e Cardoso, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

42. Cf., entre outros, Rodrigues, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil.* São Paulo: Difel, 1966; Rodrigues, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil.* São Paulo: Difel, 1968; e Simão, Azis. *Sindicato e Estado, suas relações na formação do proletariado de São Paulo.* São Paulo: Dominus, Edusp, 1966.

43. Cf. Samara, Eni de Mesquita. "A História da Família no Brasil". Em: *Revista Brasileira de História: Família e Grupos de Convívio,* 9:17, set-1988/fev-1989, pp. 7-36.

44. Uma amostra representativa destes estudos pode ser encontrada em Ipe-USP, *Revista de Estudos Econômicos,* 17:2, 1987; e Marcílio, M.L. *et alii. História e população: estudos sobre a América Latina.* São Paulo: ABEP, 1990. Para uma visão de conjunto e análise de suas implicações, ver também Slenes, R.W. "Lares Negros, Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX". Em: Lara, S. (org.). *Escravidão. Revista Brasileira de História,* vol. 8, nº 16, mar-ago/1988.

45. Cf., entre outros, Slenes, R.W. *Na senzala uma flor: as esperanças e recordações na formação da família escrava. Campinas:* Unicamp, 1995;

Castro, Hebe Mattos de. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista. Brasil — século XIX.* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; Goes, José. O *cativeiro imperfeito.* Vitória: Governo do Estado do Espírito Santo, 1993; Schuwartz, S. "Opening the Family Circle: Godparentage in Brazilian Slavery". Em: *Slaves, peasants and rebels: reconsidering brasilian slavery.* Minnesota, 1992; Rios, Ana Maria Lugão. "Família e Transição: Famílias Negras em Paraíba do Sul, 1872-1920". Dissertação de mestrado. Niterói: UFF, 1990.

46. A título de exemplo, cf., entre outros, Fausto, Boris. *Trabalho urbano e conflito social.* São Paulo: Difel, 1977; Dias, Maria Odila da Silva. *Cotidiano e poder em São Paulo no século XIX. São Paulo:* Brasiliense, 1984; Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense, 1986; Carvalho, José Murilo. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, Soihet, Raquel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920).* Rio de Janeiro: Forense, 1989.

47. A título de exemplo da diversidade temática no campo nos anos 80, cf., entre outros, Hardman, F.F. e Leonardi, V. *História da Indústria e do trabalho no Brasil.* São Paulo: Global, 1982; Hardman, Francisco F. *Nem Pátria, nem patrão: vida operária e cultura anarquista no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1984; Batalha, C.H.M. "Le Syndicalisme 'Amarelo' a Rio de Janeiro (1906-1930)". Tese de doutorado na Universidade de Paris I, 1986; Decca, Maria Auxiliadora G. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo, 1920-1934.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; Gomes, Angela Maria C. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: *Vértice, 1988;* Lobo, Eulália *M.L. (org.). Rio de Janeiro operário: natureza do estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe, 1930-1910.* Rio de Janeiro: ACCEES, 1992.

48. Para esta observação, baseei-me em observação do prof. dr. Cláudio Batalha, em relação às pesquisas atualmente em desenvolvimento em História Social do Trabalho da Unicamp.

49. Cf., a título de exemplo, Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1989; Chalhoub, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990; Fragoso, J.L. *Homens de grossa aventura. Hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

50. Cf., entre outros e a título de exemplo, Souza, Laura de Mello. *O diabo e a Terra de Santa Cruz.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987; Priori, Mary Del. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

51. Cf., entre outros e a título de exemplo, Reis, J.J. *Rebelião Escrava no Brasil.* São Paulo: Brasiliense, 1986; e *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhias das Letras, 1991.

52. Cf., entre outros e a título de exemplo, Lara, Sylvia. *Campos da violência. Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; Azevedo, Célia Marinho. *Onda negra, medo branco. 0 negro no imaginário das elites. Século XIX.* Rio de Janeiro: Paz e

Terra, 1987.

53. Cf., entre outros e a título de exemplo, Castro, Hebe Maria M. de. *Ao sul da história. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São* Paulo: Brasiliense, 1987; Fragoso, J.L. e Florentino, M. *O arcaísmo como projeto.* Rio de Janeiro: Diadorim, 1992; Schnoor, E. *et alii. Resgate: uma janela para o Oitocentos.* Rio de Janeiro: Top Books, 1995.

CAPÍTULO 3

1. Gusdorf, Georges. *L'avenement des sciences humaines au siècle des Lumières.* Paris: Payoy, 1973, pp. 373-375.
2. Kosseleck, R. *Futures past. On the semantic of historical time.* Cambridge (Mass): The MIT. Press, 1985, pp. 39 e segs.
3. Arendt, Hannah. *Da revolução.* São Paulo: Ática, 1988, pp.17-46.
4. Gusdorf, G. *Introduction aux sciences humaines.* Paris: Ophrys, 1974, pp. 437-470 e 381-82.
5. Mommsen, Wolfang J."Sur la *Situation de l'Histoire Politique dans les Sciences Sociales". Em: L'historien entre l'ethnologue et futurologue.* Paris: Mouton, 1972, pp. 165-189.
6. Bourdé, Guy e Martin, Hervé. *Les écoles historiques.* Paris: Seuil, 1983, pp. 137-170.
7. Hughes, H. Stuart. *Coscienza e Società. Storia delle idee en Europa del 1890 al 1930.* Turim: Einaudi, 1967, pp. 40-71.
8. Febvre, Lucien. *Combats pour l'histoire.* Paris: A. Colin, 1953, pp. 114-118.
9. Julliard, Jacques. "A Política". Em: Le Goff, J. e Nora, P. (orgs.). *História: novas abordagens.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 180.
10. Julliard, J. *Op. cit.,* pp. 181 e segs.
11. Dosse, François. *L'histoire en miettes. Des annales à la nouvelle histoire.* Paris: La Découverte, 1987.
12. *Apud* Rémond, René *L'histoire politique — La recherche historique en France depuis 1965.* Paris: PUF, 1980, pp. 43-45.
13. Julliard, J. Op. cit., pp. 184 e segs.
14. Burke, Peter. *O mundo como teatro. Estudos de antropologia histórica.* Lisboa: Difel, 1992, p. 7.
15. Anderson, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental.* Porto: Edições Afrontamento, s/d (trad. da edição inglesa de 1976).
16. Teixeira, Nuno Severiano. "A História Política na Historiografia Contemporânea". Em: *Ler História,* 13, 1988, pp. 79 e segs e pp. 87 e segs.
17. Soboul, Albert. "Description et Mesure en Histoire Sociale". Em: *L'histoire Sociale, sources et méthodes. Coloque de l'École Normale Supérieure de Saint-Cloud.* Paris: PUF, 1967, pp. 9-33.
18. Braudel, Fernand. "La longa duración". Em: *La historia y las ciencias sociales.* Madri: Alianza, 168, p. 66.

19. Teixeira, N.S. Op. cit., p. 91.

20. Revel, Jacques. *A invenção da sociedade.* Lisboa: Difel, 1989, pp. 39-41.

21. Mauro, Fréderic. *Nova história e novo mundo.* São Paulo: Perspectiva, 1969, p. 51.

22. Mommsen, W.J. "La Storia Come Scienza Sociale Storica". Em: P. Rossi (org.). *La teoria della storiografia oggi.* Milão: Il Saggiatore, 1988, pp. 79-116.

23. Burke, P. *A escola dos Annales. A revolução francesa da historiografia.* São Paulo: Unesp, 1991, pp. 94 e segs.

24. Chartier, Roger. *A história cultural. Entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 1990, pp. 91-120.

25. Julliard, J. Op. cit., p. 182, nota 6.

26. Foucault, Michel. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro: Graal, 1979.

27. Chartier, R. "A História Hoje: Dúvidas, Desafios, Propostas". Em: *Estudos Históricos,* 13, 1994, pp. 97-113.

28. Skocpol, Theda (org.). *Vision and method in historical sociology.* Cambridge, Nova York, 1989.

29. Bordieu, Pierre. *O poder simbólico.* Lisboa: Difel, 1989.

30. Julliard, J. Op. cit., p. 182.

31. Idem, pp. 184 e segs.

32. Salvadori, Massimo L. "Le Molte Storie". Em: Rossi, P. (org.). Op. cit., pp. 239-245.

33. Vandermeer, Philip. R. "The New Political History Program and Prospects". Em: Iggers, G. e Parker, H.I. (org.). *International handbook of historical studies. Contemporary research and theory.* Londres: Methuen, 1980.

34. Rémond, R. "Por que a História Política?" Em: *Estudos Históricos,* 13, 1994, pp. 7-19.

35. Greenblatt, Stephen. "Towards a Poetics of Culture". Em: Veser, H.S. *The new historicism.* Nova York: Routledge, 1989, pp. 1-14. Idem. "The improvisation of Power". Em: Op. cit., pp. 46-87.

36. Burke, P. e Porter, Roy. (orgs.). *Linguagem, indivíduo e sociedade.* São Paulo: Unesp, 1993.

37. Idem. *O mundo como teatro....* Op. cit.

38. Lapa, J.R. do Amaral. *A história em questão. A historiografia brasileira contemporânea.* Petrópolis: Vozes, 1976.

39. Analisar as condições e características específicas dessa fundação naquele momento histórico é tarefa complexa que excede os limites deste capítulo.

40. Lapa, J.R. do A. *História e historiografia — Brasil pós-64.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

41. Fico, Carlos e Polito, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica.* Ouro Preto: UFOP, 1992, vol.I.

CAPÍTULO 4

1. Chartier, Roger *A história cultural — entre práticas e representações.* Lisboa: Difel, 1990, p. 29 (original de 1980).
2. Ehrard, Jean. "História das Idéias e História Social em França no século XVIII. Reflexões de Método". Em: *Níveis de cultura e grupos sociais.* Colóquio Saint-Cloud, 1966. Lisboa: Cosmos, 1974, pp. 217-227.
3. Darnton, Robert. *O beijo de Lamourette — mídia, cultura e revolução.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 188 e segs.
4. Kriegger, Leonard. "The Autonomy of Intellectual History". Em: Iggers, J.J. e Parker, H.T. *International handbook of historical studies.* Contemporary research and theory. Londres: Methuen, 1980, pp. 110-111.
5. Rorty, Richard. *A filosofia e o espelho da natureza.* Lisboa: Dom Quixote, 1988, pp. 40-42 (original de 1979).
6. Rosset, Clément. *O real e seu duplo.* Porto Alegre: L&PM, 1988 (original de 1978).
7. Foucault, Michel. *L'ordre du discours.* Paris: Gallimard, 1971; *L'archéologie du savoir.* Paris: Gallimard, 1969.
8. Verón, Eliseo. *Ideologia, estrutura, comunicação.* São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 153-55.
9. Skinner, Quentin. "Meaning and Understanding in the History of Ideas". Em: *History as theory,* 8, 3-53, 1969. Idem. *The return of grand theory in the human sciences.* Cambridge: University Press, 1991 (original de 1985).
10. Veyne, Paul. *Comment on écrit l'histoire — essai d'épistémologie.* Paris: Seuil, 1971.
11. Cassirer, Ernest. *Filosofia de la Ilustración.* México: FCE, 1950.
12. Gusdorf, Georges. *Introduction aux sciences humaines.* Paris: Ophrys, 1974, pp. 38 e 412-13.
13. Topolsky, Jerzy. *Methodology of history.* Boston: Rudel, Publishing Co. Dordrecht, 1976.
14. Koselleck, Reinhart. *Futures past on the semantic of historical time.* Massachusetts: The MIT Press, 1985 (original de 1979).
15. Humboldt, G. de. *La tache de l'historiai.* Paris: PUF, 1985; Cassirer, E. *The problem of knowledge.* New Haven: Yale University Press, 1950, pp. 226-42.
16. Bourdé, G. et Martin, H. *Les écoles historiques.* Paris: Seuil, 1983, pp. 136 e segs.
17. Hughes, H. Stuart. *Coscienza e Societá. Storia delle idee en Europe del 1890 al 1930.* Turim: Einaudi, 1967 (original de 1958).
18. Hayes, Carlton J.H. *A generation of materialism,* 1871-1900. Nova York: Harper and Brothers, 1941.
19. Burke, Peter. *O mundo como teatro — estudos de antropologia histórica.* Lisboa: Difel, 1991 (original de 1990); Idem. *A escrita da história.* São Paulo: Unesp, 1992 (original de 1991).
20. Kriegger, L. Op. cit., pp. 114-116.

21. Meinecke, Friedrich. *El historicismo y su génesis.* México: FCE, 1982 (original de 1936).

22. Cassirer, E. *L'idée de l'histoire. Les inédits de Yale et autres écrits d'éxil.* Paris: CERF, 1988.

23. Anderson, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental.* Porto: Edições Afrontamento, s/d (ed. inglesa de 1976).

24. Fontana, Josep. *Historia: análises del posado y proyeto social.* Barcelona: Ed. Crítica, 1982, pp. 214 e segs.

25. Cardoso, Ciro Flamarion e Perez Brignoli, Héctor. *Los métodos de la historia.* Barcelona: Ed. Crítica, 1976, pp. 61-66 (traduzido pela Graal, 1979).

26. Jay, Martin. *The dialectical imagination. A history of the Frankfurt School and the Institute of Social Research, 1923-1950.* Londres, Heinemann, 1973.

27. *Apud* Anderson. Op. cit., pp. 42-48.

28. Robinson, James H. *The New History.* Nova York: The Free Press, 1965 (original de 1912), pp. 1-25.

29. King, Preston. *The history of ideas. An introduction to method.* Londres: Croom Helm, 1983.

30. Cardoso, Ciro Flamarion e Perez Brignoli, H. *Perspectivas de la historiografia contemporanea.* México: Septentas, 1976, pp.18-19.

31. Labrousse, Ernest. "Introduction". Em: *L'histoire Sociale — sources et méthodes.* Paris: PUF, 1967, p. 5.

32. Duby, Georges. *Historia social y ideologias de las sociedades.* Buenos Aires: Anagrama, 1976; Vovelle, Michel. *Idéologies et mentalités.* Paris: Maspero, 1982 (ed. bras.: São Paulo: ed. Brasiliense, 1982).

33. Hobsbawm, Eric. "The Historians, Group of the Comunist Party". Em: *Rebels and their causes.* Londres, Lawrence and Wishart, 1978, p.31.

34. Barthes, Roland. "Le discours de l'Histoire". Em: *Social Science Information,* UI, 4, 1967.

35. Veyne, Paul. *Como se escreve a história/Foucault revoluciona a história. Brasília:* UnB, 1981 (originais de 1971 e 1978, respectivamente).

36. Robin, Régine. *Histoire et linguistique.* Paris: A. Colin, 1973 (ed. bras.: São Paulo: Cultrix, 1978).

37. Pêcheux, Michel. *Semântica e discurso — uma crítica à afirmação do óbvio.* Campinas: Unicamp, 1988; Idem. *O discurso — estrutura ou acontecimento.* Campinas: Pontes, 1990.

38. Bakhtin, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem.* São Paulo: Hucitec, 1979.

39. Gadamer, Hans-Georg. *Verité et méthode.* Paris: Seuil, 1976 (original de 1960); Idem. *L'art de comprendre — herméneutique et tradition philosophique.* Paris: Aubier, 1982.

40. Ricoeur, Paul. *Ideologia e utopia.* Lisboa: Edições 70, 1991 (original da Columbia Univ. Press, 1986); Idem. *Temps et récit.* Paris: Seuil, 1983-1985, 3 vols.

41. Paselman, Chaim (org.). *Raisonnement et démarches de l'historien.* Bruxelas: Univ. Libre de Bruxelles, 1963; Idem. *Réthoriques.* Bruxelas, 1989.

42. Eco, Umberto. *Semiótica e filosofia da linguagem.* São Paulo: Ática, 1991 (original de 1984); Idem. *Conceito de texto.* Lisboa: T.A. Queiroz, EPLTC, 1984.

43. White, Hayden. *Metahistory — the Historical imagination in nineteenth Century.* Baltimore: John Hopkins Univ. Press, 1987 (original de 1973, traduzido pela EDUSP, 1992); Idem. *The content of the form — narrative, discourse and historical representations.* Baltimore: J. Hopkins, 1987.

44. La Capra, Dominick. *History and Criticism.* Nova York: Ithaca, Cornell Univ. Press, 1985; Idem. "Intellectual History and Its Ways". Em: *American Historical Review,* abril/1992.

45. Kriegger, L. Op. cit., pp. 117 e segs.

46. Elton, G.R. *The practice of history.* Londres: Fontana, 1972; Idem. *Return to essentials.* Cambridge: Univ. Press, 1991.

47. Gardiner, Juliet (org.). *What is history today?* Londres: Macmillan, 1988, pp. 105-119.

48. Lapa, J.R. do Amaral. *A história em questão — historiografia brasileira contemporânea.* Petrópolis: Vozes, 1976; Idem. *História e historiografia — Brasil pós-64.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

49. Fico, Carlos e Polito, Ronald. *A história no Brasil (1980-1989). Elementos para uma avaliação historiográfica.* Ouro Preto: UFOP, 1992, vol.I.

50. Em: *Anais do Encontro Internacional de Estudos Brasileiros.* São Paulo: IEP/USP, vol II, 1972, pp. 22-24.

CAPÍTULO 5

1. Clark, Stuart. "French Historians and Early Modern Popular Culture". *Past and Present,* 100:62-99, 1983.

2. Cardoso, Ciro Flamarion. "Uma 'Nova História'?". Em: *Ensaios* racionalistas. Rio de Janeiro: Campus, 1988, pp. 93-117.

3. Chartier, Roger. *A história cultural.* Lisboa, Difel: 1990, p. 30.

4. Revel, Jacques. "História e Ciências Sociais: Os Paradigmas dos *Annales".* Em: *A invenção da sociedade.* Lisboa: Difel, 1990, pp. 13-41.

5. Burke, Peter. *A escola dos Annales (1929-1989).* São Paulo: Unesp, 1990.

6. Braudel, Fernand. "A Longa Duração". Em: *História e ciências sociais.* 2ª edição. Lisboa: Editorial Presença, 1976, pp. 7-70.

7. Anderson, Perry. *A crise do marxismo. Introdução a um debate contemporâneo.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

8. Le Goff, Jacques. "As Mentalidades — Uma História Ambígua". Em: Le Goff, J. e Nora, P. (orgs.). *História: novos objetos.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, pp. 68-83.

9. Le Goff, Jacques. “A História do Quotidiano”. Em: Ariès, Philippe *et alii. História e nova história. 2ª* edição. Lisboa: Teorema, 1989, pp. 73-82.

10. Wolfromm, Jean-Didier. “Quarenta Anos de Vida Quotidiana”. Em: Ladurie, E. Le Roy *et alii. A nova história.* Lisboa: Edições 70, 1984, pp. 65-68.

11. Vovelle, Michel. “Ideologias e Mentalidades: Um Esclarecimento Necessário”. Em: *Ideologias e mentalidades.* São Paulo: Brasiliense, 1987, pp. 9-25.

12. Vovelle, Michel. “A Longa Duração”. Em: Op.cit., pp. 259-298.

13. Ginzburg, Cario. “Provas e possibilidades...”. Em: *A micro-história e outros ensaios.* Lisboa: Difel, 1992, pp. 179-202.

14. Duby, Georges. “A História — Um Divertimento, um Meio de Evasão, um Meio de Formação”. Em: *A nova história...,* p. 42.

15. Chartier, Roger. “L’Histoire Aujourd’hui: Doutes, Defis, Propositions”. Conferência apresentada na Fundação Getúlio Vargas (CPDOC), 1993, mimeo, p. 3 (traduzido em *Estudos Históricos,* 13, 1994 pp. 97).

16. Hunt, Lynn (org.). *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992.

17. *Apud* Tronca, ítalo. “Foucault e a história: Um Espaço em Branco”. Em: Idem (org.). *Foucault vivo.* Campinas: Pontes, 1987, p. 9.

18. Ginzburg, Cario. “Pós-escrito de 1972”. Em: *Os andarilhos do bem.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 16.

19. Ginzburg, Cario. *O queijo e os vermes.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

20. Ginzburg, Cario. “Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário”. Em: *Mitos, emblemas e sinais.* São Paulo: Companhia das Letras, 1990, pp. 143-180.

21. Chartier, Roger. “História Intelectual e História das Mentalidades: Uma Dupla Reavaliação”. Em: *A história cultural...,* pp. 56-57.

22. Chartier, Roger, “Introdução”. Em: *A história cultural...,* p. 23.

23. Hill, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

24. Thompson, Edward. “Eighteenth-Century English Society: Class Struggle Without Class?” *Social History,* Londres, 3:133-165, 1978.

CAPÍTULO 6

1. Van Bath, B.H. Slicher. *História agrária da Europa Ocidental — 500-1850.* Barcelona: Ediciones Península, 2ª ed. 1978, p. 9.

2. Théron de Montaugé. *L’agriculture et les classes rurales dans le pays toulousain depuis le milieu du XVIIIe siècle.* Maison rustique, 1869; Sée, Henri. *Les classes rurales en Bretagne du XVIe. siècle à la Révolution.* Ciard et Brière, 1906; Sion, Jules. *Les paysans de la Noiwandie orientale.* Pays de Caux, Bray, Vexin normand, Vallée de la Seine. Etude geógraphique. Colin, 1909; Loutchisky, J. *De la petite propriété en France avant la Révolution et*

de la vente des biens nationnaux, 1897; Febvre, Lucien. *La terre et l'évolution humaine,* Paris, 1922; Roupnel, Gaton. *Histoire de la campagne française.* Plon, 1932; Dion, Roger. *Essai sur la formation du paysage rural français.* Tours, 1934.

3. Vidal de la Blache. *Príncipes de géographie humaine.* A. Colin, 1922, entre outros, além de sua monumental Geografia Universal.

4. Bloch, Marc. *Les caractères originaux de l'histoire rurale française,* 1ª edição, Oslo, 1931; Dion, Roger. *Essai...* Op. cit.

5. Ver Cardoso, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Ed. Vozes, 1979, especialmente o primeiro capítulo, "História da agricultura e história regional: perspectivas metodológicas e linhas de pesquisa", pp. 13-93, ainda insuperado no Brasil; Linhares, Maria Yedda L. e Teixeira da Silva, Francisco Carlos, *História da agricultura brasileira, combates e controvérsias.* São Paulo: Brasiliense, 1981, especialmente capítulo II, "A pesquisa histórica em história da agricultura no Brasil", no qual se discutem questões de método e de fontes brasileiras, pp. 73-105.

6. Vilar, Pierre. *Cataluña en la España moderna.* Barcelona, Editorial Crítica, 1978, tomo l,p. 14.

7. Labrousse, Ernest. *Las fluctuaciones económicas y história social.* Madri, 1962.

8. Ver especialmente Furet, François. *L'atelier de ('histoire.* Paris, 1982; e Le Goff, Jacques, *Histoire et mémoire.* Paris, 1988. Para uma crítica a essas posições, ver Bessmertny, Iuri. "Les Annales Vues de Moscou". Em: *Annales 41,* ano 1, 1992.

9. Turner, Frederick Jackson. "The Significance of the Frontier in American History". Em: *Report of the American Historical Association,* 1893; ainda, "The Rise of the New West", 1906; "The Frontier in American History", 1921.

10. Augé-Laribé, Michel. *La Revolution Agricole.* Col. Henri Berr. A.A. Michel, 1955.

11. Cardoso, Ciro Flamarion. Op. cit., p. 15.

12. Le Roy Ladurie, Emmanuel. *Les paysans de Languedoc.* Paris: Sevpen, 1966. Ver "L'Histoire Immobile", *Les Annales,* 1974.

13. Samper Kutschbach, Mario. "História Social Agrária: Elementos Conceptuales para su Análisis". Em: Fonseca, Elizabeth (compiladora). *História, teoria y métodos,* Maestria Centroamericana en Historia/UCR, Editorial Universitária Centroamericana, Educa, 1989, pp. 123-172.

14. Castro, Josué de. *A geografia da fome.* Rio de Janeiro: Casa do estudante, 3ª ed., 1952; existem dessa obra múltiplas outras edições, por editoras brasileiras e estrangeiras; Andrade, Manuel Correia. *A terra e o homem do Nordeste.* São Paulo: Brasiliense, 1963; Santos Filho, Lycurgo. *Uma comunidade rural do Brasil antigo.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965; Linhares, Maria Yedda L. *História do abastecimento, uma problemática em questão, 1530-1918.* Brasília: Bibagri, 1979; Perruci, Gadiel. *A república das usinas.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; Almeida, Maria da glória. *Nordeste açucareiro. Desafios num processo de vir-a-ser capitalista.* Aracaju: Banese, 1993.

15. Samper K., Mario. Op. cit., p. 126; Boserup, Ester. *The, condition of*

agricultural growth — the economic condition of agrarian change under Population pressure. Chicago: Aldine Publishing Company, 1965 (ed. bras.: *Evolução agrária e pressão demográfica.* São Paulo: Hucitec; 1982).

16. Goubert, Pierre. *L'Ancien Régime.* Paris: Presses Universitaries, 1969.

17. Centro de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola: EIAP/FGV, *Evolução Recente e Situação Atual da Agricultura Brasileira* de Ana Celia Castro *et alii,* ver no tocante às interpretações sobre a agricultura brasileira, a Parte I, de Linhares, M.Y. e Teixeira da Silva, F.C., "A agricultura brasileira e seus esquemas explicativos — as principais correntes explicativas nas décadas de 1950 a 1970", pp. 27-59; para uma visão mais atualizada da problemática agrária brasileira, ver Abramovay, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão.* São Paulo: Anpocs, Hucitec, 1992.

18. Labrousse, Ernest. "Voies nouvelles — Vers une Histoire de la Bourgeoisie Occidentale aux XVIIIème et XXème Siècles — 1700-1850". Em: *Relazioni del X Congresso Internacionale di Science Storiche.* Vol. IV. Florença: Sansoni Editore, 1955, pp. 365-396.

19. Vilar, Pierre. *Iniciación al vocabulário del análisis histórico.* Barcelona, 1980, p. 28.

20. Linhares, Maria Yedda L. "Estruturas Agrárias do Brasil e Sua Evolução Recente, 1963-1988". Em: L'Amerique Latine: Vingt Ans de Bouleversements. Toulouse: CNRS, 1891, pp. 91-99.

21. Ryff, Tito. "A Cornucópia Agrícola: Mito e Realidade". Em: Tavares, Maria da Conceição e David, Maurício Dias (orgs.). *A economia política da crise.* Petrópolis: Vozes, IERJ, 1982, pp. 89-99.

22. Bloch, Marc. *Seigneurie française et manoir anglais.* Paris: A. Colin, 1960 (*Cahiers des Annales).*

23. Sereni, Emilio. *Capitalismo y mercado nacional.* Barcelona: Ed. Crítica, 1980, p.21.

24. Fragoso, João Luis Ribeiro. "Comerciantes, Fazendeiros e Formas de Acumulação em uma Economia Escravista-colonial, Rio de Janeiro, 1790/1888". Tese de doutorado. Niterói: UFF, 1990: Idem. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Brasília-Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Ministério da Justiça, 1992.

25. Muniz, Celia Maria Loureiro. "Os Donos da Terra". Dissertação de mestrado, Niterói: História/UFF, 1979, mimeo; e, ainda, as seguintes dissertações no mesmo curso de mestrado: de Castro Faria, Sheila. "Terra e Trabalho em Campos dos Goitacazes", 1986; Motta, Marcia Maria Menendes. "Pelas Bandas do Além — Fronteira Fechada e Arrendatários Escravistas em uma Região Policultora, 1808-1888". Estudo relativo a São Gonçalo (RJ), 1989; e, por fim, coube à Graner, Paula fazer um minucioso e competente estudo da estrutura fundiária em Araruama no século XIX, 1985, intitulado "A Estrutura Fundiária do Município de Araruama, 1860-1920". Castro, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história — lavradores pobres na crise do trabalho escravo.* São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, publicação de parte de sua dissertação de mestrado sobre Capivari, atual Silva Jardim (RJ).

26. Pires, José Anderson. "Capital Agrário, Investimento e Crise da

Cafeicultura de Juiz de Fora, 1870-1929". Dissertação de mestrado, Niterói: História/UFF, 1993, pp. 42-53; Teixeira da Silva, Francisco Carlos. "Componentes e Criadores na Formação Social da Miséria". Dissertação de Mestrado sobre Porto da Folha, Sergipe. Niterói: História/UFF, 1981.

27. Mattos, Regime Mendonça Furtado. "Vila do Príncipe — 1850/1890 — Sertão do Seridó, um Estudo de Caso da Pobreza". Dissertação de mestrado, Niterói: História/UFF, 1985; Motta, Marcia Menendes, cit. na nota nº 25.

28. Ver Meuvret, Jean. "L'Agriculture en Europe aux XVII^e^ et XVIII^e^ siècles" (1955), que encara a história da agricultura como uma expressão que reúne três tipos diversos de estudos. Cf. Cardoso, Ciro Flamarion. Op. cit., p. 15.

29. Kula, Witold. *Teoria económica del sistema feudal* Madri: Siglo XXI, 1974.

30. Waibel, Leo. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil.* Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

31. Para um detalhamento do tema, ver os livros supracitados de Van Bath, Slicher e Boserup, Ester.

32. Boserup, Ester, cit., p. 73 e, ainda, Domar, Evsey. "The Causes of Slavery and Serfdom: a hypothesis", *The Journal of Economic History* 30 (1), março 1970.

33. Para uma aplicação da teoria de Von Thünen, ver Waibel, Leo. Op. cit., pp. 130-158.

34. Ver modelo clássico proposto por Ernest Labrousse bem como a variável neomalthusiana de Le Roy-Ladurie. Para uma crítica de ambos os modelos, ver Abel, W. *Agrarkrisen und Agrar Konjunktur.* Hamburgo: Verlag, 1978.; Kula, Witold. *Theórie économique du système féodal.* Paris-La Haie: Mouton, 1970.

35. Teixeira da Silva, Francisco Carlos. *"A Morfologia da Escassez".* Tese de doutorado, Niterói: História/UFF, 1990.

36. Samper K., Mario. Op. cit., p. 129.

37. Idem, p. 165.

CAPÍTULO 7

1. Coulanges, Fustel de. *A cidade antiga.* 9ª ed. Lisboa: Livraria Clássica, 1957, 2 vols.

2. Glotz, Gustave. *A cidade grega.* São Paulo: Difel, 1980, pp. 3-4.

3. Cohen, Gabriel. "Introdução". Em *Weber.* São Paulo: Ática, 1986 (Col. Grandes Cientistas Sociais), p. 15.

4. Weber, Max. "Conceito e Categorias de Cidade". Em: Velho, Otávio (org.). *O fenômeno urbano.* Rio de Janeiro: Zahar, 1987, pp. 76 e 68-89.

5. Pirenne, Henri. *As cidades da Idade Média.* Lisboa: Europa América, 1977.

6. Finley, Moses. "The Ancient City: From Fustel de Coulanges to Max Weber

and Beyond". *Comparative Studies in Society and History,* 19 (3), 1977, p. 315.

7. Lopez, Roberto. *A cidade medieval.* Lisboa: Presença, 1988, pp. 28 e 33.

8. Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo.* 9ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983, pp. 55-59.

9. Herlihy, David. "Urbanización y Cambio Social". Em: *Historia econômica: nuevos enfoques y nuevos problemas.* Barcelona: Grijalbo, 1981, pp. 113-43.

10. Mumford, Lewis. *A cultura das cidades.* Belo Horizonte: Itatiaia, 1969, pp. 599 e 602.

11. Miller, Donald. "Lewis Mumford, Urban Historian, Urban Visionary". *Journal of Urban History,* 3, 1992, p. 288.

12. Mumford, L. Op. cit., pp. 328-329.

13. *Apud* Levine, Donald (org.). *On individuality and social forms.* Chicago: University of Chicago Press, 1971.

14. Paquot, T. e Roncayolo, M. (orgs.). *Villes et civilization urbaine (XVII-XIXe siècle).* Paris: Larousse, 1992, p. 300.

15. Engels, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.* Lisboa: Presença, 1975.

16. Benjamin, Walter. "Charles Baudelaire, um Lírico no Auge do Capitalismo". Em: *Obras escolhidas.* São Paulo: Brasiliense, 1989, vol. III, pp. 55 e 37, respectivamente.

17. Gaber, Klaus. "Por que um Mundo Todo nos Detalhes do Cotidiano?" *Revista da USP,* 15:39-44, 1992.

18. Rouanet, Sérgio. "É a Cidade que Habita os Homens ou São Eles que Moram Nela?" *Revistada USP* (dossiê Walter Benjamin), 15:48-72, 1992.

19. Berman, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986, p. 169.

20. Romero, José Luís. *Latinoamérica: las ciudades y las ideas.* México: Siglo XXI, 1976.

21. Rama, Angel. *A cidade das letras.* São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 37

22. Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* 17ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981, p. 57.

23. Raminelli, Ronald. "Simbolismos do espaço urbano colonial", Em: Vainfas, R. (org.). *América em tempo de conquista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992, pp. 163-175.

24. Pechman, Sérgio e Fritsch, Lilian. "A Reforma Urbana e Seu Avesso: Algumas Considerações a Propósito da Modernização do Distrito Federal". *Revista Brasileira de História,* 8/9:139-96, 1985.

25. Carvalho, J. Murilo de. *Os bestializados.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CAPÍTULO 8

1. Como exemplos podemos citar: Dion, R. *Essai sur la formation du paysage rural français.* Tours: Ed. Arrault, 1934; Gradmann, R. *Die Steppen der Morgmlandes in ihrer Bedeutung fuer die Geschichte der menschichen Gesittuno,* Stuttgart: Geo. Ab., Reihe 3, Heft 6, 1934; e Bloch, M. *L'individualisme agraire dans la France du XVIII^e siècle.* Paris: Armand Colin, 1930.
2. Cf. Kula, Witold. *Problemas y métodos de la história económica.* Barcelona: Península, 1977, p. 521.
3. Mendras, H. *Sociedades camponesas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978, p. 19.
4. Cardoso, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo.* Petrópolis: Vozes, 1982, p. 40.
5. Haeckel citado por Jean-Marie Pelt. *A natureza reencontrada.* Lisboa: Gradiva, 1991, p. 27.
6. Malthus, Thomas. *Princípios de economia política.* São Paulo: Nova Cultura, 1986.
7. Copans, Jean. *Critiques et politiques de l'anthropologie.* Paris: F. Maspero, 1974, pp. 81-111.
8. Polanyi, K. e Arensberg, C. *Les systèmes économiques dans l'histoire et dans la théorie.* Paris: Larousse, 1975.
9. Godelier, Maurice. *L'idéel et le matériel.* Paris: Favard, 1984, p. 61.
10. Herbert, George. "Nonlinear Prediction and Dynamics". Em: Masani, Paul (org.). *Collected Works with Commentaries.* Cambridge: The M.I.T. Press, 1981; e Hurley, P.M. (org.). *Advances in earth Sciences.* Cambridge: The M.I.T. Press, 1966.
11. Kula. W. Op. cit., p. 521.
12. Kula,W. Op. cit., p. 522.
13. Mendras, H. Op. cit., p. 36.
14. Abel, W. *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur.* Berlim: Paul Parey, 1978, pp. 22-23.
15. Teixeira da Silva, F.C. *A morfologia da escassez. Política econômica e crises de fome no Brasil.* Niterói: UFF, 1990, p. 121.
16. Geertz, C. *Agricultural Involution: The Process of Ecological Change in Indonésia.* Berkeley: The University Press, 1963.
17. Fanshawe, D.B. *Forest types of British Guiana.* Caribbean Forester, 15(3): pp. 73-11, 1954.
18. Prance, G. e Schubart, H. *Notes OH the Vegetation of Amazonia.* Britonia, 30 (1): pp. 60-63, 1985.
19. Balée, W. "Cultura na Vegetação da Amazônia". Em: Alves Neves, W. (org.). *Biologia e ecologia humana na Amazônia.* Belém: Museu Emílio Goeldi, 1989, pp. 95-105.
20. Posey, D. *Keepers of the campo.* Garden, 8(6):pp. 8-12, 1984.
21. Balée, W. Op. cit., p. 100.

22. Balée, W. Op. cit. p. 105.

23. Corbin, A. *O território do vazio. A praia e o imaginário ocidental.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

24. Garcia de Cortázar, J.A. *História rural medieval.* Lisboa: Estampa. 1983, p. 51.

25. Turnbull, C. *The forest people.* Nova York: Spottiswood, 1961.

26. Dion, Roger. *Essai sur la formation du paysage rural français.* 2ª ed. Paris: Guy Durier, 1981.

27. Bloch, M. Op. cit., pp. 105-106.

28. Lipietz, A. *Le tribut foncier urbain.* Paris: Maspero, 1974.

29. Bonham-Carter, V. *The english Village.* Londres: Pequin Books, 1952.

30. Em: Malthus. Op. cit., *Introdução,* p. XII.

31. Bloch, M. Op. Cit., pp. 91-92.

32. Fragoso, João Luís. *Sistemas agrários em Paraíba do Sul.* Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 1984.

CAPÍTULO 9

1. A primeira parte deste trabalho baseia-se nos textos de Ciro Flamarion Cardoso, Maria Bárbara Levy, Almir Pita Freitas e em especialistas a seguir citados na ordem em que aparecem no texto. Cardoso, Ciro Flamarion. *Los métodos de la história. Introducción a los problemas, metodos y técnicas de la historia demográfica económica y social.* Barcelona: Editorial Crítica. Grupo Editorial Grijalbo, 1976,p. 279; Cardoso, Ciro Flamarion; Urias, Margarida e outros. *Formación y desarrollo de la burguesia en México: Siglo XIX. Introducción. México: Siglo Veintiuno, 1978;* Levy, Maria Bárbara. "A Indústria do Rio de Janeiro Através de Suas Sociedades Anônimas (Esboços de História Empresarial)". Tese para concurso de Titular. Rio de Janeiro: FEA-UFRJ, 1988, dat., Introdução; Freitas, Almir Pita. "História Econômica e História de Empresa: Algumas Reflexões Metodológicas". *Ensaios FEE,* Porto Alegre, 10(1): 168-177, 1989; Schumpeter, Joseph. *Theorie der Wirtschaftlichen Entwieklung.* 1912; Pirenne, Henri. *Les périodes de l'histoire Sociale du capitalisme.* Paris, 1914; Cole, Arthur Harrison. *Business Enterprise in its Social Setting.* Cambridge, Mass, 1959; Redlich, Fritz. *History of American Business Leaders: a Series of Studies.* Ann Arbor Mich e Nova York, 1947-1951, 2 vols.; Hidy, Ralph W. "Some Implications of the Recent Literature on the History of Petroleum Industry: a Review Article", B.H.R. vol. 30, 1956, p. 329-344; Cardoso, Fernando Henrique & Faletto, Enzo. *Dependencia y desarrollo en America Latina.* México: Siglo Veinteuno, Editores, S.A., 1971; Diniz, Eli. *Estado e capitalismo no Brasil, 1930-1945.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1945.

2. Mauro, Fréderic. "O Empresário Moderno e a História Econômica". *Revista de Administração de Empresas.* Rio de Janeiro, 14(4): 63-68, 1974, jul.-ago.

3. Cardoso, Ciro Flamarion. *Los métodos de la historia. Introduccion a los problemas, métodos y técnicas de la historia demográfica, económica y social.*

Barcelona: Editorial Crítica. Grupo Editorial Grijalbo, 1976 (parte sobre História Empresarial).

4. Aquino, Cleber (org.). *História empresarial vivida. Depoimentos de empresários brasileiros bem-sucedidos.* Rio de Janeiro: *Gazeta* Mercantil, vol. I a IV; Aquino, Cleber (org.). *História empresarial vivida. Depoimentos de empresários brasileiros bem-sucedidos.* São Paulo: Editora Atlas S.A., 1991, vol. V.

5. Silva, José Luis Werneck da. "Isto É o que me Parece". Dissertação de mestrado, Niterói: ICHF-UFF, 1979, 2 vol., mimeo.

6. Cardoso, Ciro Flamarion. Op. cit., nota 3, p. 285.

7. Levy, Maria Bárbara. Op. cit., nota 1, "Introdução".

8. Levy, Maria Bárbara. Op. cit., nota 1, "Introdução".

9. Levy, Maria Bárbara. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IBMEC, 1977; Velloso, João Paulo dos Reis; Costa, Roberto T., Gros, Francisco. "Mercado de Capitais: Visão Estratégica Básica". Em: Velloso, João Paulo dos Reis (coordenador). *Fórum Nacional, idéias para a modernização do capitalismo brasileiro: Reforma do mercado de capitais.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1991, pp. 51 a 70.

10. Mauro, Frédéric (org.). *La pré-industrialisation do Brésil, essais sur une économie, en transition 1830/1850-1930/1950.* Paris: CNRS, 1984; Oliveira, Geraldo de Beauclair Mendes. "A pré-indústria fluminense: 1808-1860". Tese de doutorado. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, 1987; Levy, Maria Bárbara. Op. cit., nota 1.

11. As citações sobre o setor têxtil seguem na ordem em que aparecem no texto. Stein, Stanley J. *The Brazilian Cotton Manufacture: Textile Manufacture in an Underdeveloped Area, 1850-1930.* Cambridge Mass: Harvard University Press, 1957; Weid, Elizabeth von der & Bastos, Ana Maria Rodrigues. *0 fio da meada. Estratégia de expansão de uma indústria têxtil.* Rio de Janeiro: FCRB-CNI, 1986; Dean, Warren. *The lndustrialization of São Paulo, 1880-1915.* Austin e Londres. The Institute of Latin American Studies by the University of Texas Press, 1969; Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro).* Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; Dacorso, Leila Hallach. "Tecendo o Infortúnio. Acidentes de Trabalho na Indústria Têxtil, Rio de Janeiro 1889-1930". Dissertação de mestrado, Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1987, mimeo; Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer; Carvalho, Lia; Stanley, Myriam. *Questão habitacional e movimento operário.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989; Silva, Gracilda Alves de Azevedo. "Bangu. A Fábrica e o Bairro. Um Estudo Histórico (1889-1930)". Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1985; Lopes, J. Sérgio Leite. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés. São Paulo,* Brasília: Marco Zero/Ed. da Universidade de Brasília, 1988; Lopes, J. Sérgio Leite. *O vapor do diabo, o trabalho dos operários do açúcar.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, 2ª ed.; Lopes, J. Sérgio Leite. "A Eficácia e os Limites do Uso de um Estilo Tradicional de Dominação Industrial (e sua comparação com estilos modernos)". Comunicação ao Seminário da Embratel *Estilo Empresarial.* Rio de Janeiro, julho, 1944, p. 5; Monteiro, Ana Maria Ferreira da Costa. "Empreendedores e Investidores em Indústria Têxtil no Rio de Janeiro, 1878-1895. Uma contribuição para o estudo do capitalismo no Brasil". Dissertação de mestrado. Niterói:

ICHF, Centro de Estudos Gerais, UFF, 1985; Dean, Warren. Op. cit., nota 11; Martins, José de Souza. *Conde Matarazzo, o empresário e a empresa na biografia de conde de Matarazzo.* Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Sociais, UFRJ, 1967; Blancato, Vicenzo. *Conte Francesco Matarazzo.* São Paulo, 1925; Giroletti, Domingos. *Fábrica, convento, disciplina.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991; Vaz, Alisson Mascarenhas. *Cia. Cedro e Cachoeira. História de uma empresa familiar (1883-1981).* Belo Horizonte; Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira S.A., 1990.

12. Os trabalhos sobre empresas fora do setor têxtil são citados na ordem em que aparecem no texto. Siqueira, José Jorge. *Contribuição ao estudo da transição do escravismo colonial para o capitalismo urbano-industrial no Rio de Janeiro: a Companhia Luz Stearica (1854-1898).* Niterói: ICHF, Centro de Estudos Gerais, UFF, 1984, dat., p. II; Graham, Richard. "A British Industry in Brazil: Rio Flour Mills, 1886-1920". *Business History,*VIII, 1966, pp. 13-38; Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro).* Rio de Janeiro: IBMEC, 1978, 2 vols.; Libby, Douglas C. *Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil. O caso de Morro Velho.* Belo Horizonte: Ibatiaia, 1984; Lopes, J. Sérgio Leite. Op. cit., nota 11; Stanley, Myriam Susana. "A Companhia Agrícola Usina Santa Maria. Estudo de um Caso". Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF, Centro de Estudos Gerais, UFF, 1983.

13. Os trabalhos sobre empresas do setor de serviços são citados na ordem em que aparecem no texto. El Kareh, Almir Chaiban. *Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865.* Petrópolis: Editora Vozes, 1980; Martins, Margareth Guimarães. "Caminho da Agonia. A Estrada de Ferro Central do Brasil, 1908-40". Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, 1985, p. 20; Ducan, Julian S. *Public and Private Railways in Brazil.* Nova York: Columbia University Press, 1932; Saes, Flávio A.M. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940: expansão e declínio do transporte ferroviário em São Paulo.* Brasília: Hucitec, INL., 1981; Azevedo, F. *Um trem corre para o oeste. Estudo sobre o Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional.* São Paulo: Editora Livraria, s/d.; Franco, Afonso Arinos de Mello. *História do Banco do Brasil.* São Paulo: Publicação do Instituto de Economia da Associação Comercial de São Paulo, 1947.

14. Os trabalhos sobre empresas de setor comercial são citados na ordem em que aparecem no texto. Ferreira, Marieta Morais. "A crise dos Comissários de café do Rio de Janeiro". Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF-UFF, mimeo, 1977; Fragoso, João Luis Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830).* Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, Órgão do Ministério da Justiça, 1991, p. 23; Lenharo, Alcir. *As tropas da moderação, abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842.* Rio de Janeiro: Prefeitura do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993, 2ª ed.; Martinho, Lenita Menezes & Gorenstein, Riva. *Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência.* Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1993; Stotz, Eduardo Navarro. "Os Tempos do 'Maldito Rejume'. Reminiscências dos Caixeiros do Rio de Janeiro". História em Cadernos, Mestrado de História. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ, vol. IV, nº 1, jan/jul., pp. 10-19, 1986; Santos, Mário Augusto da Silva.

Comércio português na Bahia 1810-1930 — Centenário de Manoel Joaquim de Carvalho e Cia. Ltda. Salvador: Artes Gráficas, s/d; Mattoso, Kátia M. de Queiroz. *Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX.* São Paulo: Editora Hucitec Ltda. Prefeitura de Salvador, Secretaria de Educação e Cultura, Departamento de Assuntos Culturais, 1978; Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. *Portugueses en Brasil en el siglo XX.'* Madri: Mapere, 1994; Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. "O Comércio Atlântico e a Comunidade dos Mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston, no século XVIII". *Revista de História.* São Paulo, 1975, vol. II, nº 101; Carone, Edgard. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e a sua importante participação na economia nacional (1827-1977).* Rio de Janeiro: Centro Industrial do Rio de Janeiro, Editora Cátedra, 1978; Silva, José Luis Werneck. "Isto É o que me Parece, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1827-1904) na Formação Social Brasileira. A conjuntura de 1871 até 1877". Dissertação de mestrado. Niterói: ICHF, Centro de Estudos Gerais, UFF, 1979, mimeo, p. 4.

15. As biografias de empresários são citadas na ordem em que aparecem no texto. Faria, Alberto Mauá. *Irineu Evangelista de Souza, barão e visconde de Mauá, 1813-1880.* São Paulo, Rio de Janeiro: Pongetti e Cia., 1926; Rebello. E. de Castro. *Mauá restaurando a verdade.* Rio de Janeiro: Editora Universo, 1932; Besouchet, Lídia. *Mauá e seu tempo.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978; Barros, Geraldo Mendes. *Guilherme Guinle.* Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, s/d; Tortima, Pedro. "Biografias de Pioneiros: Quatro Diretores da Empresa Rio Light ou a Teoria dos Vasos Comunicantes do Poder". Apresentado como parte dos Estudos da Rio Light. Coordenados por Levy, Maria Bárbara e Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer, Rio de Janeiro, 1990, mimeo.

16. Os trabalhos sobre empresa pública são citados na ordem em que aparecem no texto. Maranhão, Ricardo. "O Estilo Empresarial no Setor Público. O Caso da Eletropaulo — Eletricidade de São Paulo S.A". Rio de Janeiro: Encontro Estilo Empresarial Brasileiro, 21/6/1994, Embratel; Wirth, John. *A política do desenvolvimento na era de Vargas.* Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973; Maranhão, Ricardo. "Capital Estrangeiro e Estado na Eletrificação Brasileira — a Light 1917-1957". Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 1993, mimeo; Levy, Maria Bárbara & Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer (coordenadoras). *Estudos sobre a Rio Light.* Rio de Janeiro, 1990, mimeo; Freitas, Almir Pita. Trabalho inédito sobre a relação entre a indústria e a produção de energia elétrica própria e de terceiros no Rio de Janeiro; Kouri, M. da G. *Companhia Vale do Rio Doce, 10 anos.* Rio de Janeiro: Companhia Vale do Rio Doce, 1982.

17. Os trabalhos sobre empresa pública como agente de desenvolvimento são citados na ordem em que aparecem no texto. Baer, Werner & Villela, Anibal V. "The Changing Nature of Development Banking in Brazil". *Journal of Interamerican Studies and World Affairs,* vol. 22, nº 4, nov. de 1980, pp. 423-440; Abranches, S.H. "A Empresa Pública como Agente de Políticas do Estado: Fundamentos Teóricos do Seu Papel Inclusive em Face de Nossas Relações com o Exterior. Em: *A empresa pública no Brasil: uma abordagem multidisciplinar* (coletânea de monografias). Brasília: IPEA, 1980; Cadernos Finsocial, Rio de Janeiro, BNDES, s/d.

18. Minella, Ary Cesar. *Banqueiros. Organização e poder políticos no Brasil.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/ANPOCS, 1988.

19. Neuhaus, Paulo. *História monetária do Brasil 1900-45.* Rio de Janeiro: IBMEC, 1975.

20. Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer e Levy, Maria Bárbara. "História da Sul América". Rio de Janeiro, mimeo.

21. Aquino, Cleber de. Op. cit., nota 4; Lobo, Eulalia Maria Lahmeyer. "Estilo Empresarial no Setor Privado". Comunicação ao Encontro Estilo Empresarial Brasileiro. Rio de Janeiro: Embratel, 21 a 23 de maio, 1994, mimeo.

22. Carone, Edgard. *O pensamento industrial do Brasil (1880-1945).* São Paulo: Difel, 1977.

23. Fanganiello, Helena. *Roberto Simonsen e o desenvolvimento econômico.* São Paulo: FEA-USP, 1970.

24. Leme, Mariza Saenz. *Ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945).* Petrópolis: Vozes, 1978.

25. Cardoso, Fernando Henrique. *Empresário industrial e desenvolvimento econômico do Brasil.* São Paulo: Difel, 1972.

26. Maranhão, Ricardo. "O Estilo Empresarial no Setor Público — O Caso da Eletropaulo-Eletricidade de São Paulo S.A". Apresentação no Encontro Estilo Empresarial Brasileiro, Embratel. Rio de Janeiro, 21/6/1991, p. 19, mimeo.

27. Dias, Marta Toledo. "O Trabalhador da Light de São Paulo. Elementos da Consciência da Classe de Lightiano". Campinas: Unicamp, ICHF, 1993, mimeo.

CAPÍTULO 10

1. Cf. Flandrin, J.L. *Familles, parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société.* Paris: Éditions du Seuil, 1984 (ed. port., Lisboa: Ed. Estampa, 1991); Idem. *Le sexe et L'Occident.* Paris: Éditions du Seuil, 1981 (ed. bras., São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988); Ariès, Philippe. "Por uma História da Vida Privada":. Em: Ariès, Philippe; Duby, Georges. *Histoire de la vie privée, vol. 3: De la Renaissance aux Lumières.* Paris: Éditions du Seuil, 1986 (ed. bras., São Paulo: Companhia das Letras, 1991).

2. Cf. Flandrin (1984). Op. cit.

3. Anderson, Michael. *Approaches to the history of the western family 1500-1914.* Inglaterra: The Macmillan Press, 1980 (ed. port., Lisboa: Editorial Querco, 1984); Lebrun, François; Burguière, André. "Las Mil y Una Famílias de Europa". Em: Burguière, André *et alii. História de la família.* Tomo 2. Madri: Alianza Editorial, 1988 (1ª ed., Paris: Éditions du Seuil, 1986); Macfarlane, Alan. *Marriage and love in England. Modes of reproduction, 1300-1840.* Inglaterra, 1986 (ed. bras., São Paulo: Companhia das Letras, 1990).

4. Meuvret, Jean. "Les Crises de Subsistance et la Démographie de la France d'Ancien Régime". Em *Population.* Paris: I.N.E.D., out./dez. de 1946, pp. 643-650; Chevalier, Louis. "Pour une Histoire de la Population". Em: *Population.* Paris: I.N.E.D., out./dez. de 1946, pp. 245-256.

5. Goubert, Pierre. "En Beauvaisis: Problèmes Démographiques du 17ème

Siècle". *Annales,* E.S.C., 4:453-68, out-dez., 1952; posteriormente, Goubert completa o trabalho no livro: *Beauvais et le beauvaisis de 1600 a 1730,* Paris, 1960.

6. Fleury, Michel e Henry, Louis. *Des registres paroissiaux à l'histore de la Population, manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien.* Paris: I.N.E.D., 1956. Posteriormente, houve uma reformulação do livro, ampliada com o título: *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien.* Paris: I.N.E.D., 1965. O método de reconstituição de família foi aplicado por Henry e Gautier, na paróquia normanda de Crulai. Cf. Gautier, E.; Henry, L. *La Population de Crulai, paroise normande, étude historique.* Paris: PUF, 1958. De autoria de Henry, explorando outras fontes demográficas, como as listas nominativas de habitantes, foi publicado: *Manuel de démographie historique.* Genebra-Paris: Librairie Droz, 1967.

7. Guillaume, P. e Poussou, J.P. *Démographie historique.* Paris: A. Colin, 1970. Dupâquier, J. *Introduction à la démographie historique.* Paris: Gama, 1974.

8. Para um resumo das principais obras dos primeiros anos de desenvolvimento da demografia histórica francesa ver: Marcílio, M.L. "Introdução". Em: Marcílio (org.). *Demografia histórica. Orientações técnicas e metodológicas.* São Paulo: Pioneira, 1997.

9. As fontes paroquiais anglicanas são menos numerosas e mais fragmentadas do que as da França católica; por outro lado, as listagens nominativas de habitantes são bem mais antigas e freqüentes, permitindo a uma exploração mais intensa. Cf. Lebrun & Burguière (1986). Op. cit. O método agregativo, como é denominado pelos próprios componentes da escola de Cambridge, é descrito em Wrigley, E.A. (org.). *An introduction to english historical demography from the sixteenth to the nineteenth Century.* Londres: Weidenfeld and Nicolson, 1966.

10. Flinn, Michael. *The european demographic system, 1500-1870,* Brighton, 1981.

11. Laslett, Peter. *Household and family in past time. Comparative studies in the size and Structure of the domestic group over the last three centuries in England, France, Serbia, Japan and Colonial North America, with further materiais from Westhern Europe.* Cambridge University Press, 1972.

12. Le Play foi o principal articulador dos efeitos nocivos da industrialização sobre a composição da família na antiga sociedade ocidental, estável, denominada de "família-tronco" (ou "família-estirpe", dependendo da tradução), na qual filhos — ou pelo menos um, o herdeiro — permaneciam com os pais, substituída pela "família instável", em que o grupo familiar é desestruturado com o casamento dos filhos, ao fundarem novos lares, característica das sociedades industriais. Cf. Le Play, P. *L'Organisation de la famille selon le vrai modele signalé par L 'histoire de toutes les races et de tous les temps.* Paris: Tours, 1875.

13. Partes da Alemanha, Áustria, norte da Itália, norte da Espanha e, sobretudo, sul da França se caracterizariam por conter majoritariamente unidades domésticas complexas. Cf. Anderson (1980). Op. cit.

14. Flandrin, Jean-Louis. "Le mal des Moyennes". Em: Hareven, T.K. (org.). *Transitions: the family and the life course in historical perspective.* Londres, 1978.

15. Lutz Berkner, estudando famílias camponesas, numa região da Áustria do

século XVIII, calculou em 25% a média geral das unidades que incluíam parentes, mas havia uma clara diferenciação ao se levar em conta a idade do chefe de família — 60% dos chefes entre 18 e 27 anos tinham unidades simples, enquanto somente 9% dos que tinham entre 48 e 57 anos o tinham. Cf. Berkner, L.K. “The Stem Family and the Developmental Cycle of the Peasant Household: An Eighteenth Century Austrian Example”. *Em: American Historical Review,* LXXV, 1972.

16. O primeiro a estabelecer esta teoria foi Thompson, Warren S. “Population”. Em: *American Journal of Sociology,* vol. 34, 1929, pp. 959-75. Mais recentemente, foi retomado em Secretary-General, United Nations, “Population Change and Economic and Social Development” in United Nations, *The Population debate: dimensions and perspectives. Papers of the World Population Conference Bucharest.* Nova York, 1975, vol. 1, p. 52.

17. Neste tipo de família, o controle preventivo do número de filhos seria dado pelo aumento da idade ao casar — reduzia-se, portanto, a fecundidade. Já a “família neomalthusiana” teria nas práticas anticonceptivas o controle do número de filhos. Cf. Macfarlane (1990). Op. cit.

18. Glass, D.V.e Eversley, D.E.C. (orgs.). *Population in history.* 1965; Mckeown, Thomas. *The modern rise of Population.* 1976.

19. *Historical Population studies.* Daedalus, primavera, 1968. Mckeown (1976). Op. cit.

20. Os outros controles positivos do crescimento da população, para Malthus, seriam, além das epidemias, as guerras e a migração. Malthus, T.R. *An ussay on Population.* 2 vols., Everyman Library, s/d.

21. Habakkuk, H.J. “Marriage Settlements in the Eighteenth Century”. Em: *Trans. Royal Hist. Soc,* 4ª série, XXXII, 1950; Hajnal, John. “European Marriage Pattern in Perspective”. Em: Glass (1965). Op. cit. Wrigley, E.A. *Family limitation in pre-industrial England.* Econ. His. Rev., 2ª série, XIX, nº I, abr., 1966.

22. Wrigley, E.A. “Growth of Population in Eighteenth-Century England: A Conundrum Resolved”. *Past and Present,* 98, fev., 1983.

23. Segundo dados de Schofield e Wrigley, na segunda metade do século XVII, 22,9% das pessoas entre 40 e 44 anos não se haviam casado; na segunda metade do século XVII, somente 9% não o fizeram. Cf. Wrigley. E.A. e Schofield, R.S. *English Population history from family reconstitution: summary results 1600-1799.* Population Studies, vol. 37, 1983.

24. Wrigley. E.A. Em: Outhwaite, R.B. (org.). *Marriage and society.* 1981.

25. Macfarlane chega a ponto de identificar na sociedade inglesa a presença do amor conjugal e da escolha individual do cônjuge, desde pelo menos o século XIII. Cf. Macfarlane (1986). Op. cit.

26. Levine, David. *Family formation in an age of nascent capitalism.* Nova York: Academic Press, 1977.

27. A concepção de ciclo de vida familiar é dada por Chayanov, Alexander V. *La organización de la unidad económica compesina.* 1ª ed., Moscou (1925). Buenos Aires: Ed. Nueva Vision, 1974.

28. Termo definido por Laslett (1972). Op. cit.

29. Goody, J. et alii. *Family and inheritance: rural society in western Europe*

1200-1800. Londres, 1976; Laslett (1972). Op. cit.

30. Wrigley, E.A. “Reflections on the Family”. Em: *Deadalus,* primavera, 1977; Macfarlane (1986). Op. cit.

31. Relação entre recursos disponíveis e população, Cf. Wrigley, E.A. “Population History in the 1980’s”. *Journal of Interdisciplinary History,* vol. XII, 2, 1981.

32. Os precursores desta vertente historiográfica são Ariès, Philippe. *L’enfant et la vie familiale sous l’Ancien Régime.* Paris: Éditions du Seuil, 1ª ed., 1960; Shorter, E. *The making of the modern family.* Nova York: Basic Books, 1975; Stone, L. *The family, sex and marriage in England, 1500-1800.* Nova York: Harper & Row, 1977; Flandrin, J.L. *Familles in former Times.* Paris, 1979.

33. Flandrin (1984). Op. cit.; Idem (1981). Op. cit.

34. Shorter (1975). Op.cit.

35. Flandrin (1979), p. 110.

36. Macfarlane (1986). Op. cit.

37. Um bom exemplo destes estudos pode ser visto na coletânea de artigos organizados por Burguière, na parte de seu livro intitulada “Otros Mundos: Hecho Colonial y Hecho Nacional”, em que se contemplam áreas como Mesoamérica e Andes, China, Japão, Índia, África e mundo árabe, onde temas como grupo doméstico, parentesco, matrimônio, sexualidade, fecundidade, mulher, contracepção etc. são tratados. Cf. Burguière (1988). Op. cit.

38. Cf. Samara (1989). Op. cit.

39. Vianna, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil. Populações rurais do Centro-sul.* 1ª ed. Belo Horizonte: Livraria Itatiaia Editora Ltda, 1920; Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1987; Freyre, Gilberto. *Casa grande &’senzala: as origens da família patriarcal brasileira.* 1ª ed. 1933. Rio de Janeiro: José Olympio, 1987; Souza, Antônio Cândido. “The Brazilian Family”. Em: Smith, T.L. (org.). *Brazil, portrait of half a continent.* Nova York: Marchand General, 1951.

40. Pinto, Luís de Aguiar Costa. *Lutas de família no Brasil: era colonial.* 2ª ed.. São Paulo: Ed. Nacional, Brasília: INL, 1980 (Brasiliana, 263); Machado, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante.* São Paulo, 1930.

41. Nas décadas de 1950 e 1960, inúmeros trabalhos surgiram, tratando da família brasileira, casamento e divórcio. Eni Samara traz um bom elenco deles em: Samara, Eni de Mesquita. “A História da Família no Brasil”. Em: *Família e grupos de convívio. Revista Brasileira de História,* vol. 9, nº 17, São Paulo: Anpuh/Marco Zero, set. 1988/fev. 1989.

42. O precursor da demografia histórica, no Brasil, foi Lisanti, Luis. *O Brasil e a Europa no fim do século XVIII.* Tese de doutorado, USP, 1960, mimeo; Idem. “La Población de la Capitania de São Paulo entre la Segunda Mitad del Siglo XVIII y el Comienzo del Siglo XIX”. Em: *Anuário* (Rosário) 6, 1962-63, pp. 13-26.

43. Marcílio, Maria Luiza. *La ville de São Paulo: peuplement et populaion, 1750-1850.* Ruão: Universidade de Ruão, 1968.

44. Devem-se ressaltar, neste caso, os esforços da Universidade Federal do

Paraná, com a criação do programa de pós-graduação em demografia histórica, em 1972. Infelizmente, os resultados das inúmeras pesquisas já realizadas têm circulação restrita, com pouco acesso ao mercado editorial. Um exercício interessante pode ser visto em: Nadalin, Sérgio Odilon. *A demografia numa perspectiva histórica.* Belo Horizonte: Abep, 1994.

45. Bacelar, Carlos de Almeida Prado. *Família, herança e poder em São Paulo: 1765-1855.* Estudos Cedhal 7, SP, 1991; Samara, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família. São Paulo, século XIX.* São Paulo: Ed. Marco Zero & Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1989; Marcílio, Maria Luiza. *Caiçara. Terra e população.* São Paulo: Paulinas, Cedhal, 1986.

46. Kusnesoff, Elizabeth Anne. *Household economy and urban development: São Paulo, 1765 to 1836.* (EUA: Westview Press, Deplain Latin American Studies, 18, 1986; Metcalf, Alida Christine. *Families of planters, peasants and slaves: strategies for survival in Santana de Parnaíba, Brazil, 1720-1820.* Texas: University Microfilms Internacional, 1983; Nazzari, Muriel. *Disappearance of the dowry (women, families, and social change in São Paulo, Brazil — 1600/1900).* Califórnia: Stanford University Press, 1991; Ramos, Donald. “City and Country: the Family in Minas Gerais, 1804-1838”. Em: *Journal of Family History,* 1986.

47. Um importante veículo informativo sobre estudos relativos à demografia histórica e história da família brasileira é o boletim bianual “The Latin American Population History”, publicado pelo Departamento de História da Universidade de Minnesota, Estados Unidos.

48. Corrêa, Mariza. “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. Em: Almeida, Maria Suely Kofes *et alii. Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

49. Marcílio, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista 1700-1836.* Tese de livre-docência. São Paulo: FFLCHUSP, 1974; Costa, Iraci. *Vila Rica: população (1719-1829).* São Paulo: Fipe, 1979; Samara, Eni de Mesquita. *O papel do agregado na região de Itu (1780-1839).* São Paulo, Museu Paulista, 1977; Ramos (1986). Op. cit. Kusnesoff (1986). Op. cit.

50. Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e Inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1989, especialmente o capítulo 4, “Patriarcalismo e Misoginia”; Faria, Sheila S. Castro. “Patriarcalismo e a Questão da Legitimidade na Historiografia Brasileira”. Em: Anais do IX Encontro de Estudos Populacionais, vol. I, Porto Alegre, 1994, pp. 397-417.

51. Marcílio (1968). Op. cit.; Costa (1979). Op. cit.; Matoso, Kátia de Queirós. *Família e sociedade na Bahia do século XIX.* São Paulo: Corrupio, 1988.

52. Silva, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de casamento no Brasil Colonial.* São Paulo: TA. Queiroz, Editor; EDUSP, 1984.

53. Ver, por exemplo, McCCA, Robert E. “Introduction”. Em: *Female and family in nineteenth-century Latin America. Journal of Family History,* vol. 16, nº 3, 1991.

54. Marcílio (1986). Op. cit. Venâncio, Renato Pinto. “Nos Limites da Sagrada Família”. Em: Vainfas, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil.* Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1986; Faria, Sheila Siqueira de Castro. *A colônia em*

movimento. Fortuna e família no cotidiano colonial (Sudeste, século XVIII). Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994; Vainfas (1989). Op. cit.

55. O termo família, no dicionário de Antonio de Moraes, está assim definido: "As pessoas, de que se compõe a casa, e mais propriamente as subordinadas aos chefes, ou pais de família. Os parentes e aliados." Silva, Antonio de Moraes. *Dicionário da língua portuguesa.* Facsimile da 2ª ed. de 1813. Edição comemorativa ao primeiro centenário da independência do Brasil. Lisboa: Typographia Lacérdina, 1922.

56. Ressalta-se a coletânea de artigos escritos por antropólogos da Universidade Estadual de Campinas, alguns com incursão na história. Cf. Almeida, Maria Suely Kofes *et alii. Colcha de retalhos. Estudos sobre a família no Brasil.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982. No sentido de intercâmbio com outras disciplinas, situa-se o extinto Núcleo de Estudos da Família do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde se buscou a interlocução entre história, antropologia, sociologia, psicanálise, direito e filosofia. Cf. Almeida, Angela Mendes de, *et alii. Pensando a família no Brasil. Da colônia à modernidade.* Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/Editora da UFRJ, 1987. Também cabe citar, no âmbito interdisciplinar, o Grupo de Trabalho Família & Sociedade, criado por iniciativa de Lia Fukui, em 1980, dentro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), que resultou no livro de D'Incao, Maria Angela (org.). *Amor e família no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1989.

57. Poucas análises se destacam, embora tangenciem a temática: Mattoso, Kátia de Queirós. "Sistemas de Parentesco e Alianças Matrimoniais". Em: *Bahia século XIX. Uma província no Império.* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992; ver, também, pois inclui dados empíricos sobre compadrio: Faria (1994). Op. cit., especialmente, o item "Famílias Ricas — Estratégia de Poder". Incluindo aspectos políticos relacionados à parentela, ver Lewin, Linda. *Politics and parentela in Paraíba.* Princeton: Princeton University Press, 1987.

58. Fragoso, João & Florentino, Manolo. "Marcelino, Filho de Inocência Crioula, Neto de Joana Cabinda: Um Estudo sobre as Famílias Escravas em Paraíba do Sul (1835-1872)". Em: *Revista de Estudos Econômicos,* 17 (2). São Paulo: IPE-USP, 1987; Florentino, Manolo; Góes, José Roberto. "Parentesco e Família Escrava entre os Escravos de Vallim". Em: Castro, Hebe; Schnoor, Eduardo (orgs.). *Resgate. Uma janela para o Oitocentos.* Rio de Janeiro: Topbooks, 1995; Gudeman, Stephen; Schwartz, Stuart B. "Purgando o Pecado Original: Compadrio e Batismo de Escravos na Bahia no Século XVIIIe". Em: Reis, João José. *Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil.* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1988; Kjerfve, Tânia Maria G.; Brügger, Silvia Maria. "Compadrio: Relação Social e Libertação Espiritual em Sociedades Escravistas (Campos, 1754-1766)". Em: *Estudos Afro-Asiáticos, nº 20.* Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, 1991; Góes, José Roberto. *0 cativeiro imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX.* Vitória: Lineart, 1993; Faria, Sheila S. de Castro. "Escravidão e Relações Familiares no Rio de Janeiro — Período Colonial". Em: *Estudos da escravidão, nº 2.* Niterói: Cadernos do ICHF, nº 23, UFF, 1990; Rios, Ana Maria Lugão. "Família e Compadrio entre Escravos das Fazendas de Café: Paraíba do Sul. 1871-1888". Em: *Estudos da escravidão, nº 2.*

Niterói: Cadernos do ICHF, nº 23, UFF, 1990.

59. Freyre (1963). Op. cit.

60. Para um balanço sobre estas correntes, ver Slenes. Robert W. "Lares Negros. Olhares Brancos: Histórias da Família Escrava no Século XIX". Em: *Escravidão. Revista Brasileira de História.* São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 8, nº 16, 1988.

61. Faria, Sheila S. Castro. *Família escrava e legitimidade. Estratégias de preservação da autonomia.* Cadernos Cândido Mendes. Estudos Afro-Asiáticos, nº 23, dezembro de 1992; Costa, Iraci; Slenes, Robert; e Schwartz, Stuart. "A Família Escrava em Lorena (1801)". Em: *Estudos Econômicos,* 17 (2): maio/agosto, 1987; Fragoso & Florentino (1987). Op. cit.

62. Slenes, Robert W. (1988). Op. cit.; Idem. "The Demography and Economics of Brazilian Setavery, 1850-1888". Tese de PhD. Stanford University, 1975; Idem. Na senzala uma flor: as esperanças e as recordações na formação da família escrava. Mimeo, 1995; Idem. "Malungu, Ngoma Vem!: África Coberta e Descoberta no Brasil". Em. *Redescobrir os Descobrimentos: As Descobertas do Brasil. São Paulo:* Revista USP., nº 12 (dez., jan., fev., 1991-92); Idem. "Escravidão e Família: Padrões de Casamento e Estabilidade Familiar numa Comunidade Escrava (Campinas, século XIX)". Em: *Estudos Econômicos,* 17 (2): maio/agosto, 1987.

63. Gorender, Jacob. *A escravidão reabilitada.* Rio de Janeiro: Ática, 1991.

64. Fernandes, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes.* 2 vols. São Paulo: Editora Ática, 1978.

CAPÍTULO 11

1. Para conhecer o conceito de vida cotidiana mais discutido entre sociólogos, ver Maffesolli, Michel. *La conquête du présent — pour une sociologie de la vie quotidienne.* Paris: PUF, 1979; Bourdieu, Pierre. *La distinction: critique Sociale du jugement.* Paris: Editions de Minuit, 1971; e Kauffman, Jean Claude. *La vie ordinaire: voyage au coeur du quotidien.* Paris: Gueno, 1989. Historiadores devem consultar a obra prolixa mas fundamental de Heller, Agnes. *Alltag und geschichte.* Berlim: Neuwied, 1970, já traduzida para o português.

2. Ver Perrot, Michelle. *Etiquêtes sur la condition ouvrière en France du XVIII.* Paris, Hachette, 1972; bem como *Os excluídos da história.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989; e Bertaux-Wianne, Isabelle. "La Promotion du Quotidien". Em: Fritsch, P. (org.) Colloque Quotidienneté et Historicité, Lyon, 1992. Paris: Editions du C.N.R.S., 1983.

3. Ariès, Philippe. *L'enfant et la vie familiale dans l'ancien régime.* Paris: Seuil, 1973; Badinter, Elizabeth. *L'amour en plus.* Paris: Flammarion, 1980; Sennet, R. *Les tyrannies de l'intimité.* Paris: Seuil, 1979, todos igualmente traduzidos no Brasil.

4. Esta idéia é muito bem desenvolvida por Barbier, J.M. *Le quotidien et son économie.* Paris: Éditions du CNRS, 1981.

5. Le Goff, Jacques, "A História do Cotidiano". Em: Duby, Georges et alii. *História e nova história.* Lisboa: Editora Teorema, 1986.

6. Ver por exemplo Goffmann, E. *La mise-en-scène de la vie quotidienne.* Paris: Minuit, 1973; e Javeau, C. "Sur le Concept de Vie Quotidienne et sa sociologie". Em: *Cahier International de Sociologie,* vol. 58, 1980.

7. Braudel, Fernand. *Civilization materielle, économie et capitalisme.* Paris: Armand Collin, 1967.

8. Duby, Georges (org.). *Histoire de la vie privée.* Paris: Seuil, 1985.

9. Devo muito ao excelente artigo de Burguière, André. "L'Anthropologie Historique". Em: *La nouvelle histoire.* Paris: Editions Complexe, 1988, do qual aproveitei muitas idéias.

10. Retiro esta expressão de Lefebvre, H. em seu clássico *Critique de la vie quotidienne.* Paris: Arche, 1958.

11. Marx, Karl. *Oeuvres...* Paris: Gallimard, 1964. Lido e interpretado por Lucas, P. em *La religion de la vie quotidienne,* Paris: PUF, 1981.

12. Engels, F. *Sur L'origine de la famille, de la propriété privée et de l'état.* Paris: Editions Sociales, 1972.

13. Thompson, P. "Des Récits de Vie à l'Analyse du Changement social". Em: *Cahier International de Sociologie,* "Histoires de vie et vie Sociale", 1980; e Perrot, M. *Etiquêtes sur la condition ouvrière en France au XIX*ᵉ. Paris: Hachette, 1972.

14. Erwing Goffman em conferência intitulada "Microsociologie et Histoire", e publicada nas atas do Colloque Quotidienneté et Historicité, pp. 197-202, aborda com brilho algumas questões relativas à história e vida cotidiana e cita os trabalhos de Charles Tilly. Seu clássico sobre o assunto é, todavia, *La mise-en-scène de la vie quotidienne.* Paris: Editions de Minuit, 2 vols., 1978.

15. Ver *Histoire de femmes en Occident.* Paris: Plon, 1991, especialmente o 4º volume, "Le XIXᵉ siècle", sob a direção de Perrot, Michelle; Godineau, M.P. Dominique; Gledziewski, Elizabeth *et alii,* 1991; ou ainda o 5º volume também organizado por Perrot, M.; Thébaud, Françoise; Cott, Nancy; Bank, Gisela et alii.

16. Dois trabalhos complementares lançam luzes sobre esta questão: sob o ponto de vista teórico, ver de Certeau. *L'invention du quotidien, arts de faire.* Paris: Editions 10/18, 1980; e para um estudo de caso na história, Farge, Arlette. *Vivre dans la rue au XVIII*ᵉ *siècle.* Paris: Julliard, 1979.

17. Elias, Norbert. *La civilization des moeurs.* Paris: Claman Levy, 1974.

18. Flandrini, Jean-Louis. *Le sexe et l'occident — évolution des altitudes et des comportements.* Paris: Seuil, 1981; e "Contraception, Marriage et Rélations Amoureses dans l'Occident Chrétien". Em: *Annales* E.S.C, 1969.

19. "Amour Légitime et Société à Nantes". Em: *Annales* E.S.C, 1972.

20. *Cent mille provincieux au XVII*ᵉ *siècle.* Paris: Flammarion, 1988.

21. Burguière, A. Op. cit., p. 150.

22. Ver artigo de Joseph, Isaac e Fritch, Philippe. "Disciplines à Domicile, l'Edification de la Famille". Em: *Recherches,* nº 28, 1977; e a conferência do mesmo Joseph, "Histoires de Rire" nas atas do Colloque Quotidienneté

et Historicité, Lyon, p. 185.

23. Para uma atualização da crítica epistemológica, ver Rancière, Jacques. *Les noms de l'histoire-essai de poétique du savoir.* Paris: Seuil, 1992.

24. de Certeau. Op. cit. pp. XLVII *et passim.*

CAPÍTULO 12

1. Michelet, Jules. *La femme.* Paris: Flammarion, 1981.

2. No tocante ao marxismo revisionista, ver Thompson, E.P. "La Sociedad Inglesa del Siglo XVIII: Lucha de Clases sin Clases?" *Revuelta, tradición, y consciencia de clase.* Barcelona: Ed. Critica Grijalbo, 1979; Davis, Natalie. *Visions of history.* Nova York: Panteon Books, 1984.

3. A respeito da interdisciplinariedade, ver Silva Dias, Maria Odila L. da. "Teoria e Método dos Estudos Feministas. Perspectiva Histórica e Hermenêutica do Cotidiano". *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992, p. 51.

4. Scott, Joan. "História das Mulheres". Em: Burke, Peter (org.). *A escrita da história.* São Paulo: Ed. UNESP, 1991; Perrot, Michelle. "Sur l'Histoire des Femmes en France". *Revue du Nord.* Tom LXIII, nº 250, 1981. "Quinze Ans d'Histoire des Femmes". *Sources Travaux Historiques,* nº 12, 1987; Duby, Georges y Perrot, Michelle. "Escribir la Historia de las Mujeres". Em: *História de las mujeres en Occidente.* Madri: Taurus Ediciones, 1991.

5. Nash, Mary. "Invisibilidad y Presencia de la Mujer en História". Em: *Historia 10.* México, jul./set., 1985, p. 102; de Beauvoir, Simone. *O segundo sexo. A experiência vivida.* São Paulo: Difel, 1972.

6. Scott, J. *Gênero uma categoria útil de análise histórica.* Recife: SOS Corpo, 1991; Gordon, Linda. "U.S. Women's History". Em: Foner, Eric (org.). *The new american history.* Filadélfia: Temple University Press, 1990.

7. Idem, ibidem, pp. 3/4; da Silva Dias, M.O. Op. cit., p. 44.

8. Duby, Georges e Perrot, M. Op. cit., pp. 13/14; Silva Dias. Op. cit., p. 43.

9. Varikas, Eleni. "L'Approche Biographique dans l'Histoire des Femmes". 1986, mimeo, pp. 3/5.

10. D'Armogathee M. Arbistur. *Histoire du féminisme français.* Paris: Editions des femmes, 1977; Sledzievski, Elizabeth G. "Révolution Française. Le Tournant". Em: *Histoire des femmes en Occident. Le XIXe, siècle.* Paris: Plon, 1991, pp. 43-56; Kappeli, Anne-Marie. "Scenes Féministes". Op. cit., pp. 495-525.

11. Bock, Gisela. "Pauvreté Féminine, Droits des Mères et Etats-Providence". Em: *Histoire des femmes en Occident. Le XXe siècle,* pp. 381-409.

12. Soihet, Rachel. "Bertha Lutz e a Ascensão Social da Mulher, 1919-1937". Niterói: Dissertação de mestrado, UFF, 1974; Moreira Alves, Branca. *Ideologia e feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1980.

13. Moreira Leite, Miriam L. *Outra face do feminismo. Maria Larceda de Moura.* São Paulo: Ática, 1984.

14. Davis, Natalie. “As Mulheres por Cima”. *Culturas do povo.* São Paulo: Paz e Terra, 1990, pp. 107-127; Farge, Arlette. “Evidentes Émeutierès”. Em: *Histoire des femmes en Occident. XVIIe-XVIIIe siècles,* pp. 481-496.

15. Perrot, M. “Mulheres”. Em: *Os excluídos da história.* São Paulo: Paz e Terra, 1988.

16. Dias, Maria Odila. *Cotidiano e poder em S. Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984; Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana. 1890-1920.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989; Velloso, Monica Pimenta. “As Tias Baianas Tomam Conta do Pedaço. Espaço e Identidade Cultural no Rio de Janeiro”. *Estudos Históricos,* nº 6. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1990.

17. Souza, Laura de Mello e. *Inferno atlântico. Demonologia e colonização. Séculos XVI-XVIII.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993, pp. 105-124; Mott, Luiz. *Rosa Egipcíaca. Uma santa africana no Brasil.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

18. Algranti, Leila Mezan. *Honradas e devotas: Mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil. 1150-1822.* Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: EDUNB, 1993.

19. Scott, Joan e Tilly, Louise. “Women’s and the Family in Nineteenth Century Europe”. Em: *Comparative Studies in History and Society,* v. 17, nº 1,1975, p. 36.

20. Strasser, Susan. *Never done. A history of american housework.* Nova York: Pantheon Books, 1982; Kessler-Harris, Alice. *Women have always worked: historical overview.* Nova York: Feminist Press, 1981; Bayandal, Gordon e Reverby. *America’s working women: a documentary history.* Nova York: Random House, 1976.

21. Kessler-Harris, Alice. *Out of work. A history of wage-earning women in the U.S.* Nova York: Oxford Univesity Press, 1982; Cantor, Milton e Laurie, Bruce (org.). *Class, sex and the woman worker.* Connecticut: Greenwood, 1977; Kessler-Harris, A. “Where Are the Organized Women Workes?” *Feminist Studies* (3), 1975; Ribérioux Madeleine. “L’Ouvrière”. *Misérable et glorieuse: la femme du XIXeme siècle.* Paris: Fayard, 1980

22. Jones, Jacqueline. *Labor of sorrow: black women, work and the family from slavery to the present.* Nova York: Basic Books, 1985; White, Deborah G. *Ar’n’t la woman? Female slaves in the plantation south.* Nova York: Random House, 1981.

23. Guilbert, M. *et alii. Travail et condition feminine.* Courtille, 1977; Sullerot, Evelyne. *História e sociologia da mulher no trabalho.* Lisboa: Expressão e Cultura, 1970.

24. Fugier, Anne Martin. *La place des bonnes. La condition doméstique à Paris en 1900.* Paris: Grasset, 1979; Perrot, M. *Os excluídos da história,* pp. 185-212 e 213-231.

25. Lagrave, Rose Marie. “Une Emancipation sous Tutella-éducation et Travail des Femmes au XXe Siècle”. Em: Duby, G. e Perrot, M. Op. cit., pp. 431-462.

26. Figueiredo, Luciano. *O avesso da memória. Cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVII.* Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília,

EDUNB, 1993; L. Graham, Sandra. *Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992; Santos de Matos, Maria Izilda. "Porta Adentro. Criados de Servir em S. Paulo de 1890 a 1930". *Novos olhares: Mulheres e relações de gênero no Brasil.* São Paulo: Fundação Carlos Chagas/Ed. Marco Zero, 1994; "Trabalho Domiciliar — Trabalho de Agulha: Um Estudo sobre a Postura Domiciliar nas Indústrias de Sacaria para o Café (1890-1930)". *O trabalho invisível: estudos sobre trabalhadores a domicílio no Brasil.* Rio de Janeiro: Rio Fundo Editora, 1993.

27. Saffioti, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes. Mito e realidade.* São Paulo: Quatro Artes, 1969; Ribeiro, Alice Rosa. *Condições de trabalho na indústria têxtil paulista (1810-1930).* São Paulo: Hucitec/Unicamp, 1988; Junho Pena, Maria Valéria. *Mulheres e trabalhadoras. Presença feminina na constituição do sistema fabril.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981; Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930.* São Paulo: Paz e Terra, 1985.

28. Shorter, Edward. *Naissance de la famille moderne, XVIII-XX^{e} siècle.* Paris: Ed. du Seuil, 1977; Scott, J. e Tilly, L. Op. cit.

29. Poster, Mark. *Teoria crítica da família.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

30. Schnapper, B. "La Séparation du Corps de 1837 à 1914". *Revue Historique,* abril/junho 1978. Em: Perrot., M. *Sur l'histoire des femmes,* p. 585.

31. Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal.* 9ª edição. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977. Uma discussão sobre família e ordem patriarcal está presente em Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1989, pp. 107-111.

32. Samara, Eni de Mesquita. *A família brasileira.* São Paulo: Brasiliense, 1983; *As mulheres, o poder e a família. S. Paulo no século XIX.* São Paulo: Marco Zero/SEEC, 1989; Ramos, Donald. *A estrutura demográfica de Vila Rica às vésperas da Inconfidência.* Outro Preto: Museu da Inconfidência, 1978; Kuznesof, Elisabeth. "Household Composition and Headship as Related to Changes in Mode of Production: S. Paulo 1765 to 1836". *Comparative Studies in Society and History* 22'. 1:78-108.

33. Knibiejler, Yvone e Fourquet, Catherine. *L'histoire des meres du moyen âge à nos jours.* Paris: Montalba, 1980; Del Priore, Mary. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia.* Rio de Janeiro: J. Olympio: Brasília: EDUNB, 1993.

34. Flandrin, Jean Louis. *O sexo e o Ocidente.* São Paulo: Brasiliense, 1988, pp. 175-250.

35. Mclaren, Angus. "Abortion in France: Women and the Regulation of Family Size (1800-1914)". Em: *History Workshop* nº 4, outono 1977; Soihet, R. Op. cit., pp. 325-366.

36. Mitchell, Juliet. "Mulheres. A Revolução Mais Longa". *Revista Civilização Brasileira,* nº 14. Rio de Janeiro, 1967, p. 56.

37. Welter, Barbara. *The cult of true womanhood. 1800-1860.* Athens: Ohio University Press, 1976.

38. Cott, Nancy. "Passionlessness: An Interpretation of Victorian sexual ideology". Em: *A heritage of her own: towards a new social history of*

american women. Nova York: Simon & Schuster, 1979; Gordon, Linda. *Woman's body, women 's right: a social history of birth control in America.* Nova York: Viking/Penguin books, 1976.

39. Degler, Carl. "What Ought to Be and What Was: Women's Sexuality in the Nineteenth Century". *American Historical Review,* 79' 1974; Gay, P. *A educação dos sentidos.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

40. Davis, Madeline & Kennedy, Elizabeth. "Oral History and the Study of Sexuality in the Lesbian Community: Buffalo, New York 1940-1960". *Feminist Studies 12,* nº 1, 1986. Importa lembrar sobre homossexualidade feminina e visionarismo o trabalho de Brown, Judith C, citado no capítulo relativo à sexualidade.

41. Bonnet, Marie-Jo. *Un choix sans équivoque. Recherches historiques sur les rélations amoureuses entre les femmes. XVI^e^, XX^e^ siècle.* Danoel-Gonthier, 1981.

42. Bellini, Ligia. *A coisa obscura. Mulher, sodomia e inquisição no Brasil Colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1987; Lima, Lana Lage da Gama. "A Boa Esposa e a Mulher Entendida". *Mulheres, adúlteros e padres — História e moral na sociedade brasileira.* Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1987.

43. Engel, Magali. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).* São Paulo: Brasiliense, 1989; Rago, M. *Os prazeres da noite. Prostituição e código de sexualidade feminina em S. Paulo (1890-1930).* São Paulo: Paz e Terra, 1991; Soares, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas, polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX.* São Paulo: Ática, 1992; Cunha, Maria Clementina Pereira da. "Loucura, Gênero Feminino — As Mulheres do Juquery na S. Paulo do Início do Século XX". *A mulher e o espaço público.* São Paulo: Marco Zero/ANPUH, 1989.

44. Esteves, Martha de Abreu. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro de Belle Époque.* São Paulo: Paz e Terra, 1989; Pedro, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas — Uma questão de classe.* Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.

CAPÍTULO 13

1. Cf. O'Brien, Patrícia. "A História da Cultura e Michel Foucault". Hunt, Lynn (org.). *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 37-38.

2. Conforme registrou Duby, Georges, dos seis editoriais publicado no primeiro número da revista *L'Histoire,* em 1978, um tratava "das relações entre o masculino e o feminino na sociedade feudal, e o outro do emprego da contracepção do final do século XVIII até o início do século XIX" (Duby, Georges, "Introdução". Em: Vários, *Amor e sexualidade no Ocidente.* Porto alegre: L&PM, 1992, pp. 7-8). Cabe lembrar também que, em 1982, Ariès, Philippe e Béjin, André, organizaram um coletânea intitulada *Sexualidades ocidentais,* reunindo principalmente os textos produzidos a partir do seminário realizado na École des Hautes Études en Sciences Sociales em 1979 — 1980. O objetivo do seminário, dirigido por Ariès, orientou-se no sentido de estudar a sexualidade ocidental sob diversos prismas. Segundo organizadores da coletânea, os textos acabaram revelando uma "coerência efetiva" expressa "mais claramente no que concerne ao casamento e à

homossexualidade". Ariès, Philippe e Béjin, André, "Apresentação". Em: Ariès P. e Béjin A. (orgs.). *Sexualidades ocidentais.* São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 7.

3. Darmon, Pierre. *O tribunal da impotência.* Rio: Paz e Terra, 1988, pp. 13-14. Vale registrar que o autor possui também estudos sobre a mitologia das imagens femininas (cf. Darmon, Pierre. *Le mythe de la procréation à l'âge baroque.* Paris: Seuil, 1981; e idem, *Mythologye de la femme dans l'ancienne France.* Paris: Seuil, 1983).

4. Cunha, Maria Clementina Pereira da. "Loucura, Gênero Feminino: As Mulheres do Juquery na São Paulo do Início do Século XX". *Revista Brasileira de História,* vol. 9, nº 18, ago./set. 899, p. 144.

5. Nessa linha de reflexão situam-se, entre outros, os trabalhos de Badinter, Elisabeth. *XY: sobre a identidade masculina.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993; e de Nolasco, Sócrates. *O mito da masculinidade.* Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

6. Cf. Brown, Judith C. *Atos impuros.* São Paulo: Brasiliense, 1987. Acrescente-se ainda, entre outros, os artigos de Louis Crompton, "The Myth of Lesbian Imputy. Capital Laws from 1270 to 1791", e de Brigitte Eriksson, "A Lesbian Execution in Germany, 1721: The Trial Records" (ambos publicados em Licata S.J. *et alii* (org.). *Historical perspectives on homosexuality.* Nova York: Haworth Press, 1980/1981, pp. 11-15 e 27-39, respectivamente); e o de Mossé Claude. "Safo de Lesbos". Em: Vários, *Amor e sexualidade...* Op. cit., pp. 39-45.

7. Ariès, Philippe. "Reflexões sobre a História da Homossexualidade". Em: Ariès, Philippe e Béjin, André (orgs.). Op. cit., p. 85. A pesquisa sobre a homossexualidade no século XVIII, baseada na análise de prontuários policiais, desenvolvida por Philippe Rey procura mostrar que a partir de então "... se passa de atos homossexuais a uma 'espécie' de homossexuais" (ibid., p. 88).

8. Michel Foucault chegaria a publicar apenas três volumes dessa obra: I — *A vontade de saber,* em que são traçadas as principais linhas de reflexão em torno das quais a pesquisa seria desenvolvida; II — *O uso dos prazeres,* em que estuda a reflexão médico-filosófica produzida na Grécia sobre o comportamento sexual considerado como "campo de apreciação e de escolhas morais"; e III — *O cuidado de si,* em que a mesma temática é trabalhada a partir da análise de textos produzidos no século II da era cristã. Levado pela morte, Foucault não chegaria a concluir o quarto volume, intitulado *As confissões da carne,* embora tenha deixado registros dos caminhos que pretendia trilhar buscando compreender como o Cristianismo, em suas primeiras fases, redefiniu a sexualidade, conferindo-lhe um novo valor. Neste sentido, veja-se, por exemplo, o artigo publicado em parceria com Richard Sennett como resultado de um seminário no qual os autores se propuseram a discutir os pontos em comum de suas pesquisas (cf. Foucault, Michel e Sennett, Richard. "Sexuality and Solitude". Em: *London Review of Books,* 21 maio-junho 3, 1981, pp. 4-7). Ver também o artigo intitulado "O combate da castidade", publicado na coletânea organizada por Ariès e Béjin, no qual Foucault examina o discurso de Cassiano acerca da castidade.

9. Foucault, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber.* 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1980, vol. I, pp. 70/71.

10. O'Brien, Patrícia. Op. cit., p. 49.

11. Foucault, Michel. *História da sexualidade II: O uso dos prazeres.* Rio: Graal, 1984, vol. II, p. 10.

12. A palavra *sexualidade* teria sido utilizada pela primeira vez, segundo Bronislaw Baczko, em 1859 ou, talvez, em 1845: "Ela designa então apenas o(s) caráter(es) do que é sexuado. Antes da elaboração de nossa *scientia sexualis,* fala-se de amor e paixões amorosas, de desejos e instinto genesíaco, de atos carnais e atos venéreos; os médicos de copulação e de coito" (Corbin, Alain. "Bastidores". Em: Perrot, Michelle (org.). *Historia da vida privada. Da revolução francesa à primeira guerra.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991, vol. 4, p. 528).

13. Foucault, Michel. Op. cit., p. 11.

14. Ibid., p. 13.

15. Ibid., pp. 11-12.

16. Foucault, Michel. "La Poussière et le Nuage". *Apud:* Chartier Roger. *A história cultural.* Lisboa/Rio: Difel/Bertrand, 1988, p. 80. Antoine Griset sublinha que a perspectiva adotada por Foucault "... está muito para além de um simples materialismo, colocando o sexo 'do lado do real' e a sexualidade 'do lado das idéias confusas e das ilusões'. Trata-se de uma análise estratégica da realidade, que se inscreve na viragem espetacular, característica, para Foucault, das sociedades modernas, dos objetivos do poder: Já não gerar a morte, mas gerar a vida, produzi-la". Em: Griset, Antoine. "Foucault, um Projeto Histórico".Vários. *A nova história.* Lisboa: Ed. 70, 1984, p. 62.

17. Chauí, Marilena. *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida.* 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 182.

18. A primeira obra foi publicada em português pela Zahar em 1978 com o título *História social da criança e da família.* As conclusões da pesquisa sobre a história da morte foram publicadas em português em 1977 pela Francisco Alves com o título *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias.* De fins dos anos 70 até sua morte em 1984, Philippe Ariès publicou uma série de artigos em que privilegia temas como o amor, a homossexualidade, o casamento e a contracepção.

19. Burke, Peter. *A Escola dos Annales: a revolução francesa da historiografia (1929-1989). São Paulo: Unesp, 1991, p. 83.*

20. Cf. Flandrin, Jean-Louis. *Les amours paysannes.* Paris: Gallimard, 1975; Idem: *Familles-parenté, maison, sexualité dans l'ancienne société.* Paris: Seuil, 1976; Idem. *Un temps pour embrasser aux origines de la morale sexuelle Occidentale. VIe-XIe* siècles. Paris: Seuil, 1983. Foram reunidos no livro *O sexo e o ocidente,* publicado pela Brasiliense em 1978, vários artigos de Jean-Louis Flandrin sobre o amor, a moral sexual e o comércio conjugal, a criança e a procriação e a vida sexual dos celibatários, produzidos entre 1960 e 1980. Na abordagem de alguns desses temas, Flandrin defende posições divergentes das assumidas por Ariès. Lembre-se também aqui a importância da obra de Donzelo, Jacques. *La police des families* (1977), publicada em português pela Graal em 1980 como título *A polícia das famílias.*

21. Os dois primeiros volumes da referida obra foram publicados pela Companhia das Letras com os títulos *A educação dos sentidos* (1988) e *A*

paixão terna (1990).

22. Leites, Edmund. *A consciência puritana e a sexualidade moderna.* São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 18.

23. Cf. Scott, Joan. "História das Mulheres". Em: Burke, Peter. *A escrita da história:* Novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992, pp. 63-95; Porter, Roy. "História do Corpo". Em: Idem, ibid., pp. 291-326. Quanto aos periódicos veja-se, por exemplo, *o Journal of the History of Sexuality,* publicado quadrimestralmente pela University of Chicago Press, a partir de maio de 1992.

24. Ginzburg, Cario. *O queijo e os vermes.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987, pp. 18 e 21, respectivamente.

25. Neste sentido, destaque-se a importância de *Montaillou* de Emmanuel Le Roy Ladurie (1975), publicado em português com o título *Montaillou. Cátaros e católicos numa aldeia francesa, 1294-1324,* pelas Edições 70.

26. Burke, Peter. "Abertura: A Nova História, Seu Passado e Seu Futuro". Em: Idem: *A escrita...* Op. cit., p. 25.

27. Chartier, Roger. Op. cit., p. 86. Vejam-se também neste sentido, as concepções formuladas por Cario Ginzburg no famoso artigo intitulado "Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário". Em: *Mitos, emblemas, sinais.* São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 143-179.

28. Porter, Roy. Op. cit., pp. 298-299.

29. Flandrin, Jean-Louis. "Para uma História da Sexualidade". Em: *O sexo...* Op. cit., p. 15.

30. Cf. Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1973 (16ª ed.); e Idem. *Sobrados e mucambos.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1981,(16° ed.).

31. Uma amostragem significativa das principais diretrizes que vêm sendo seguidas pela produção historiográfica brasileira sobre a família pode ser encontrada no volume da *Revista Brasileira de História* dedicado ao tema *família e grupos de convívio* (vol. 9, nº 17, set. 1988/fev. 1989).

32. Cf. Vainfas, Ronaldo (org.). *História e sexualidade no Brasil.* Rio de Janeiro: Graal, 1986. Deve-se registrar aqui a importância da coletânea organizada por Maria Cristina Bruschini e Fulvia Rosemberg, incluindo artigos vencedores num concurso promovido pela Fundação Carlos Chagas em 1978 sobre a mulher brasileira, entre os quais alguns são dedicados ao estudo da sexualidade feminina (cf. Bruschini, Maria CA. e Rosemberg, Fulvia. *Vivência. História, sexualidade e imagens femininas.* São Paulo: Brasiliense, 1980). No mesmo sentido veja-se também a coletânea organizada por D'Incao, Maria Angela. *Amor e família no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1981. Cabe mencionar, ainda, o trabalho do psicanalista Jurandyr F. Costa *(Ordem médica e norma familiar.* Rio de Janeiro: Graal, 1979), que teria uma influência significativa sobre muitos estudos desenvolvidos por historiadores brasileiros em torno da sexualidade e temas afins.

33. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Mello e Souza, Laura de. *O diabo e a terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986; de Vainfas, Ronaldo. *Trópico dos pecados. Moral, sexualidade e inquisição no Brasil.* Rio de Janeiro:

Campus, 1989; Araújo, E. *O teatro dos vícios. Transgressão e transigência na sociedade urbana colonial.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1993; Mott, Luiz. *0 sexo proibido: virgens, gays e escravos nas garras da inquisição.* São Paulo: Papirus, 1988; e Del Priori, Mary. *Ao sul do corpo. Condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia.* Rio de Janeiro/Brasília. José Olympio/EDUNB, 1993.

34. Vejam—se por exemplo, os trabalhos de Chalhoub, Sidney. *Trabalho, lar e botequim. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.* São Paulo: Brasiliense, 1981; Soihet, Rachel. *Condição feminina e formas de violência — mulheres pobres e ordem urbana, 1810-1920.* Rio de Janeiro: Forense, 1989; Esteves, Martha de Abreu. *Meninas perdidas. Os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque.* Rio: Paz e Terra, 1989; Rago, Margareth. *Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar.* Brasil, 1890-1920. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985; Idem. *Os prazeres da noite — prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930);* de Engel, Magali. *Meretrizes e doutores. Saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890).* São Paulo: Brasiliense, 1989; Soares, Luiz Carlos. *Rameiras, ilhoas e polacas... A prostituição no Rio de Janeiro do século XIX.* São Paulo: Ática, 1992; e Cunha, Maria Clementina Pereira da. *O espelho do mundo — Juquery, a história de um asilo.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CAPÍTULO 14

1. Hodgen, Margareth T. *Early anthropology in the sixteenth and seventeenth centuries.* Filadélfia: University of Pensilvania Press, 1971, p. 57.
2. Todorov, Tzvetan. *A conquista da América — a questão do outro.* São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 106.
3. Padgen, Anthony. *The fall of natural man: the american indians and the Origins of Comparative ethnology.* Cambridge: Cambridge University Press, 1989, p. 18.
4. Michel de Certau falaria, certa vez, de uma “heterologia”, uma “ciência do outro”, que teve início no século XVI. Em: Giard, Luce. “Michel de Certau’s Heterology and the New Wold”. *Representations,* 33, inverno, 1991.
5. É nesse sentido que, acreditamos, deve ser entendida a afirmação de J.H. Elliot, “Descobrindo a América, a Europa descobriu a si própria”, o que nos permite validar também a sua inversão — descobrindo a si própria, a Europa descobriu a América. Ver *The New World and the New (1492-1650).* Cambridge: Cambridge University Press, 1992, p. 53.
6. Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do paraíso.* São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977, p. 77.
7. Nesturj, M.F. *Las razas humanas.* Moscou: Editorial Progreso, 1976, p. 111.
8. Lévi-Strauss, Claude. *Raça e história.* Lisboa: Presença, 1989, p. 8.
9. Barnow, Victor. *Physical anthropology and archeology.* Homewood, Illinois: The Dorsey Press, 1975, p. 177.
10. Hodgen, Lancelot. “The Concept of Race”. Em: Montagu, Ashley (org.) *The*

origin and evolution of man. Nova York: Corwell, 1973, p. 474.

11. Tobias, Phillip V. "Brian, Size, Grey Matter and Race — Fact or Fiction?" Em: Montagu, A. (org.) Op. cit., p. 554.
12. *Apud* Montagu, A. "The Concept of Race". Em: Hunter, David and Whitten, Phillip (orgs.) *Anthropology, contemporary perspective.* Boston, Toronto: Little Brown Company, 1979, p. 72. Grifo nosso.
13. Evans-Pritchard, E.E. *Witchraft, oracles and magic among the Azande.* Oxford: Clarendon Press, 1937.
14. Tylor, Edward. *Primitive culture.* 2ª ed. Londres: John Murray, 1873, 2 vols.
15. Frazer, James George. *The golden bought. a study in magic and religion.* 3ª ed. Londres: Macmilan an Company, 1911-1915, 15 vols.
16. Lévi-Strauss, C. *O pensamento selvagem.* Campinas: Papirus, 1989, p. 15
17. Lévi-Strauss. *Raça e história...,* p. 13.
18. Clastres, Pierre. *A sociedade contra o Estado.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978, p. 16. Grifo nosso.
19. Sahlins, Marshall. *Ilhas de História.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, p. 7.
20. Biersack, Aletta. "Saber Local, História Local: Geertz e Além". Em: Hunt, Lynn. *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 124/100.
21. Leach, Edmund. "Anthropos". Em: *Enciclopédia Einaudi (Anthropos/Homem).* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 16.
22. Marcus, George E. e Fisher, Michael M.J. *Anthropology as cultural critique: an experimental moment in the human sciences.* Chicago: The University os Chicago Press, 1986, p. 175.
23. Wachtel Nathan. "A Aculturação". Em: Le Goff, J. e Nora, P. *História: novos problemas.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976, p. 118.
24. E o caso de certas histórias de índios ou negros que procuram resgatar alguns elementos de superioridade destas etnias, como se pode ver, por exemplo, no trabalho de Drake, St. Clair. *Black Folk, here and there.* Los Angeles: University of California Press, 1991.
25. Le Goff, J. "Para uma Antropologia Histórica". Em: *Para um novo conceito de Idade Média.* Lisboa: Ed. Estampa, 1980, p. 322.
26. Godelier, Maurice. *L'ideél et le matériel.* Paris: Fayard, 1984, p. 22.
27. Dois trabalhos recentemente publicados apontam os caminhos da etno-história no Brasil. Referindo-nos às duas coletâneas organizadas respectivamente por Cunha, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992; e Vainfas, Ronaldo. *América em tempo de conquista.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.
28. Le Goff, J. "Para uma Antropologia...", pp. 319-321.
29. Pease, Franklin. *Del Tawantinsuyo a la historia del Peru.* Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1978, p. 35.
30. Barreto, L. Felipe. *Descobrimentos e Renascimento. Formas de ser e pensar*

nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1983, p. 59.

31. Pease, Franklin. "Etnohistoria Andina: Problemas de Fuentes y Metodologia". Caracas: mimeo., 1983, pp. 4-5.

CAPÍTULO 15

1. Durkheim, E. *As formas elementares da vida religiosa.* São Paulo: Abril, 1978.

2. Weber, Max. "Tipos de Comunidade Religiosa (Sociologia de la Religión)". *Economia y sociedad.* México: Fonte de Cultura Económica. 3ª ed., 1977, pp. 328-492.

3. Marx, Karl & Engels, Friedrich. *Sobre a religião.* Lisboa: Edições 70, 1975.

4. Eliade, Mircea. *O sagrado e o profano. A essência das religiões.* Lisboa: Edição "Livros do Brasil", s/d. O autor apresenta na introdução um resumo da ciência das religiões, pp. 7-20.

5. Brelich, Angelo. "Prolegómenos de uma História de las Religiones". Em: *História de las religiones. Las religiones antiguas I.* Madri: Siglo XXI, 1997, pp. 30-97.

6. Simon, Marcel & Benoit, André. *El judaísmo y el cristianismo antiguo.* Barcelona: Labor, 1972; Cahen, Claude. *El Islan. Desde los origenes hasta el Comienzo del Imperio Otomano.* Madri: Siglo XXI, 1972.

7. Weber, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo.* São Paulo: Pioneira, 1967; Tawney, R. *A religião e o surgimento do capitalismo.* São Paulo: Perspectiva, 1971; Trevor-Roper, H. *Religião, Reforma e transformação social.* Lisboa: Presença Martins Fontes, 1972; Delumeau, Jean. *Nascimento e afirmação da Reforma.* São Paulo: Pioneira, 1989; Méchoulan, H. *Dinheiro e liberdade. Amsterdã no tempo de Spinoza.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

8. Duby, Georges. *Le Chevalier, la femme et el prêtre.* Paris: Hachette, 1981; Leites, Edmund. *A consciência puritana e a sexualidade moderna.* São Paulo: Brasiliense, 1987.

9. Almeida, Fortunato de. *História da Igreja em Portugal.* Porto: Portucalense. Edição preparada e dirigida por Damião Peres, 1967/1971, 4 volumes; Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Lisboa/Rio de Janeiro. Portugália/Civilização Brasileira, 1938/1950, 10 vols.

10. Mullet, Michael. *A Contra-reforma.* Lisboa: Gradiva, 1985; Bossy, John. *A cristandade no Ocidente* (1400-1700). Lisboa: Ed. 70, 1990.

11. Boxer, Charles. *A Igreja e a expansão ibérica (1440-1770).* Lisboa: Ed. 70, 1981; Spence, Jonathan. O *Palácio da Memória de Matteo Ricci. A história de uma viagem da Europa da Contra-reforma à China Ming.* São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

12. Bloch, Marc. *Los Reyes Taumaturgos.* México: Fondo de Cultura Económica, 1988.

13. Só para citar dois exemplos, Cohn, Norman. *Na senda do milênio. Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média.* Lisboa:

Ed. Presença, 1981; e Bercé, Yves-Marie. *Le roi caché. Sauveurs et imposteurs. Mythes politiques populaires dans l'Europe Moderne.* Paris: Libraire Arthéme Fayard, 1990.

14. Febvre, Lucien. *Le problème de l'incroyance an XVI[e] siècle: la religion de Rabelais,* 1942 (Trad. inglesa: *The Problem of Unbelief in the Sixteenth Century.* Cambridge, Mass, 1983).

15. Mandrou, R. *Magistrados e feiticeiras na França do século XVII.* São Paulo: Perspectiva, 1979.

16. Clark, S. "French Historians and Early Modern Popular Culture". *Past and Present,* nº 100, 62-69, 1983.

17. Ginzburg, C. *Os andarilhos do bem. Feitiçaria e cultos agrários nos séculos XVI e XVII.* São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 7.

18. Ginzburg, C. *O queijo e os vermes. O cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.* São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

19. Michelet, *J.La Bruja. Un estudio de las supersticiones en la Edad Media.* Madri: Ediciones Akal, 1987.

20. Mandrou, R. Op. cit.; Thomas, K. *A religião e o declínio da magia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

21. Ginzburg, C. *História noturna. Decifrando o sabá.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

22. Geertz, C. *A interpretação das culturas.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978, Parte III, pp. 101-162.

23. Cf. Biersack, Aletta. "Saber Local, História Local e Além". Em: Hunt, Lynn. *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1991, pp. 97-130.

24. Beozzo, José Oscar. "A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização". Em: *HGCB,* São Paulo: Difel, 1984, Tomo III, vol. 4, pp. 273-274; Carone, Edgard. *A República Velha.* São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.

25. Hoornaert, Eduardo e Azzi, Riolando. *História da Igreja no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1979, 2ª ed.

26. Rodrigues, Nina. *L'animisme fétichiste des nègres de Bahia.* Bahia, 1900.

27. Cf. *O negro brasileiro.* Rio de Janeiro: Ed. Brasiliana, 1940.

28. Freyre, Gilberto. *Casa grande e senzala. Formação da família brasileira sob regime da economia.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1973, 16ª ed.

29. Bastide, Roger. *Les religions afro-brésiliennes.* Paris: PUF, 1960 (publicado no Brasil pela Livraria Pioneira, em 1971), e "Mémoire Collective et Sociologie de Bricolage", *L'Anneé Sociologique,* 3ª série, vol. 21, 1970, apud Ortiz, Renato. *A consciência fragmentada. Ensaios de cultura popular e religião.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, p. 91 e 98.

30. Facó, Rui. *Cangaceiros e fanáticos. Gênese e lutas.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, 2ª ed.

31. Queiroz, Maurício Vinhas de. *Messianismo e conflito social (A guerra sertaneja do Contestado 1912-1916).* São Paulo: Ática, 1981, 3ª ed.; Queiroz, Maria Isaura P. de. *O messianismo no Brasil e no mundo.* São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

32. Della Cava, Ralph. *Milagre em Juazeiro.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

33. Um exemplo seria o trabalho do antropólogo Mott, Luiz. *A Rosa Egipcíaca: uma santa africana no Brasil.* Rio de Janeiro: Bertrand, 1993.

34. Souza, Laura de Mello e. *0 diabo e a terra de Santa Cruz. Feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.* São Paulo: Companhia das letras, 1987, pp. 16, 97 e 278, respectivamente.

35. Souza, Laura de Mello e. *Inferno atlântico.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

36. Vainfas, Ronaldo. *A heresia dos índios.* São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

37. Priore, Mary Del. *Festas e utopias no Brasil Colonial.* São Paulo: Brasiliense, 1994.

CAPÍTULO 16

1. Isto é, a construção de um sistema formal em que o domínio dos enunciados corresponda ao universo dos objetos científicos considerados. Analogias e semelhanças devem ser desprezadas, definindo-se regras estritas de correspondência.

2. Badiou, Alain. *Le Concept de modele.* Paris: Maspéro, 1972, p. 25.

3. Não esquecer que algumas correntes positivistas propunham extrair diretamente do empírico sua própria explicação, considerando artificiais o *intermezzo* metodológico de modelo ou uso de teorias (considerada como "indutoras").

4. Tais modelos seriam "esquemas congelados" de apreensão de realidade, perdendo sua dimensão histórica. Ver Santos, Milton. *Por uma geografia nova.* 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

5. Consultar as proposições de Collingwood, R. G. *A idéia de história.* 5ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 1981; e a excelente crítica realizada por Carr, E.H. *O que é história}* 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, especialmente pp. 11-29.

6. Ver Veyne, Paul. *Como se escreve a história.* Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982, especialmente pp. 17-32.

7. Como já o lembraram Bloch, Marc. *Uma introdução à história.* 4ª ed. Mira-Sintra, 1981, pp. 44-45; e Febvre, L. *Combates pela história.* Lisboa: Editorial Presença, 1977, pp. 177-8.

8. Santos, M. Op. cit., p. 66.

9. O exemplo do abuso de modelos para afirmar um pretenso caráter científico é o emprego acrítico de estatísticas e de diagramas "modelares" para justificar opções de ordem socioeconômica, corrente nos meios de comunicação.

10. Sobre as formas da explicação em história, ver Topolski, J. *Metodologia della ricerca storica. Bolonha,* II Mulino, 1975, especialmente capítulos XX e XXI.

11. Marx, K. “Contribuição à Crítica da Economia Política.” *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos.* São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 116.

12. Ver, por exemplo, Gramsci, A. *Os intelectuais e a organização da cultura.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. O debate sobre o papel do econômico em Marx é extenso. Lembramos apenas que seus dois conceitos principais (modo de produção e luta de classes) não se limitam a remeter ao econômico, incorporando tanto a questão política quanto o tema da consciência. Ver também Marx, L. *La ideologia alemana.* 5ª ed. Barcelona: Grijalbo, 1970.

13. Ver, a respeito, o texto sobre a práxis de Labica, G. *As “Teses sobre Feuerbach” de Karl Marx.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990, pp. 138-163.

14. A incidência da palavra modelo é, aliás, quase nula no conjunto de sua obra, enquanto *Form* (contraposta a conteúdo, *Inhalt)* tem inúmeras incidências. Cf. Marx, K. e Engels, F. *Marx Engels Werke, Sachregister,* Colônia: Pahl Rugenstein Verlag, 1983, pp 283-6.

15. *Duménil, G. Le* Concept *de Loi Économique dans “Le Capital”.* Paris: Maspéro, 1978, p. 276. Ver sobretudo o capítulo 3 da segunda parte, em que o autor faz uma análise aguda sobre os problemas de tradução desses termos na obra de Marx.

16. Combinatórias arbitrárias não constituem, entretanto, modelos históricos, permanecendo mero jogo de tipo lógico, sem maior importância para as ciências sociais.

17. Weber, M. “A ‘Objetividade’ do Conhecimento nas Ciências Sociais.” Em: *Sociologia.* 2ª ed. São Paulo: Ática, 1982, p. 94.

18. Idem, ibidem, p. 83.

19. Raymond Aron, grande admirador de Weber, em polêmica com Lévi Strauss reconhece que este é o ponto mais fraco de toda a argumentação weberiana. Ver Aron, R. “Introduction.” Em: *Weber, Max. Le savant et le politique.* Paris: Plon, 1959, pp. 42-3.

20. Cf. Aron, R. *As etapas do pensamento sociológico.* São Paulo. Ed. Martins Fontes; Brasília: Ed. Univ. Brasília, 1982, p. 482.

21. Weber, M. A “Objetividade”... Op. cit., p. 106.

22. Idem, ibidem, p. 108.

23. Cf. Aron, R. As Etapas... Op. cit., pp. 483-5.

24. Weber, M. Idem, ibidem, p. 115. A construção de tipos ideais é tarefa complexa. Grande parte dos seguidores de Weber limita-se a construir pares opositivos e em aplicá-los ao processo histórico, conjugando-os a uma intenção generalizante que não se encontra em Weber.

25. Para um comentário sobre o projeto histórico subjacente à economia clássica (idéia de história baseada em um progresso regular da barbárie à civilização, assegurado pelas transformações técnicas), ver Fontana, J. *Historia: Analisis del pasado y proyecto social.* Barcelona: Ed. Critica, 1982, especialmente cap. 4, “La escuela escocesa”, pp. 79-97.

26. Cf. Thompson, E. P. *A miséria da teoria.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 71.

27. Ver a respeito o excelente comentário de Andréani, T. *De la société à l'histoire.* Paris: Méridiens Klienckesieck, 1989, pp. 42-56.

28. Parsons, Talcott *et alii.* "Papel e Sistema Social". Em Cardoso, F. H. e Ianni, O. (org.) *Homem e sociedade.* 7ª ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1972, pp. 66-8.

29. Ver o bem documentado texto sobre as formas explicativas em arqueologia, cujas similitudes com a história são ressaltadas, de Renfrew, C. e Bahn, P. *Archaeology. Theories, methods and practice.* Nova York: Thomas & Hudson, 1991.

30. Lévi-Strauss, C. *Antropologia estrutural.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1970, pp. 49-50.

31. Idem, ibidem, pp. 55-7.

32. Idem, ibidem, p. 67.

33. Bruyne, P.; Herman, J. e Schoutheete, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais.* 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991, pp. 188-94.

34. Cf. Fontana, J. Op. cit., p. 171.

35. Esse caso se aplica especialmente bem à estrutura lingüística: "... a estrutura da língua permanece desconhecida daquele que fala até o surgimento de uma gramática científica e (...), mesmo então, ela continua a modelar o discurso fora da consciência do sujeito, impondo ao seu pensamento quadros conceituais que são tomados por categorias objetivas..." Lévi-Strauss. Op. cit., p. 37.

36. Ver, por exemplo, Kula, W. *Teoria económica do sistema feudal.* Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1979; os modelos de "morte" propostos por Ariès, Ph. *Essais sur l'histoire de la mort em Occident du moyen âge à nos jours.* Paris: Seuil, 1975 e o modelo "geohistórico" de Braudel, F. *Civilisation matérielle, économie et capitalisme, XV*ᵉ*-XVIII*ᵉ *siècles.* Paris: A. Colin, 1979.

37. A respeito dos modelos de cidade antiga, Finley, M.I. *Mythe, mémoire, histoire.* Paris: Flammarion, 1981, especialmente pp. 89-120.

38. Cf. Sammper Kutschbach, M. "Historia Social Agraria: Elementos Conceptuales para su Análisis". Em: Fonseca, E. (comp.) *Historia. Teoria y métodos.* San José (Costa Rica): Educa, 1989.

39. No trabalho com sociedades pré- ou proto-estatísticas a generalização pressupõe um controle rigoroso do universo investigado. O recurso a fontes provenientes de registros eclesiásticos, por exemplo, não esgota o universo da população presente num dado local, mesmo que a Igreja tenha tido um papel central nessa sociedade. Cf. Imhof, A. E. "Demografia Histórica." Em: Neves, A. A. Balta e Gertz, R. E. (org.) *A nova historiografia alemã.* Porto Alegre: Ed. UFRGS e Instituto Goethe, 1987, pp. 90-115.

40. Mortalidade e natalidade ligam-se diretamente a fatores econômicos: "a morte é indexada ao preço do trigo, *a população é filha da mercurial* (Pierre Goubert)" [mercurial: registro mercantil em que se anotavam os preços dos grãos]. Lauderie, Le Roy. *Le Territoire de l'Histoire.* Paris: Flammarion, 1980, p. 309.

41. Idem, ibidem, p. 310.

42. A ocorrência de grande parte dos nascimentos em alguns meses do ano (no

inverno, para praticamente toda a Europa) contou com interpretações opostas. Para alguns, esse fenômeno se devia a uma "programação" biológica de conduta, assegurando os nascimentos em períodos nos quais a sobrevivência dos nascituros seria mais segura. Para outros, o fenômeno explicar-se-ia pela intervenção cultural (experiência e conhecimento), a sexualidade tendo assim sido orientada para determinados períodos mais seguros para os bebês e as mães.

43. Ver, a respeito, Finley, M.I. *Ancient history. Evidence and models.* Londres: Chatto & Windus, 1985, pp. 61-107.

44. Cf. Renfrew, G. e Bahn, P. Op. cit., pp. 423-435.

45. Idem, Ibidem, pp. 423-6.

Capítulo 17

1. Langois, Charles Victor e Seignobos, Charles. *Introdução aos estudos históricos.* São Paulo: Editora Renascença, 1946, p. 1.

2. *Ibidem.*

3. Cf. Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas.* Rio de Janeiro: Campus, 1988, pp. 62-65.

4. Ver Provost-Cahauveau, Geneviève. "Problèmes Theoriques et Méthodologiques en Analyse du Discours". *Langue Française,* Paris, fev. 1971, pp. 9-11; Ponzio, Augusto. *Producción linguística e ideologia social.* Madri: Alberto Corazón, 1974.

5. Mainguenau, Dominique. *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours.* Paris: Hachette, 1976, pp. 11-12.

6. Para definições e distinções mais precisas, ver os verbetes Semânticas e Semiótica em: Greimas, Algirdas Julien e Courtés, Joseph. *Dicionário de semiótica.* São Paulo: Cultrix, 1989, p. 394-401 e 409-416.

7. Febvre, Lucien. *Combates pela história.* Lisboa: Ed. Presença, 1977, vol. 2.

8. Dupront, Alphonse. "Sémantique Historique et Histoire". *Cahiers de Lexicologie* 1969, I/II, pp. 15-16.

9. Kramer, Lloyd S. "Literatura, Crítica e Imaginação Histórica: O Desafio de Hayden White e Dominick La Capra". Em: Hunt, Lynn (org.). *A nova história cultural.* São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 131-175.

10. Verón, Eliseo. *A produção de sentido.* São Paulo: Cultrix/Edusp, 1981, p. 192.

11. Robin, Régine. *Lingüística e história.* São Paulo: Cultrix, 1977, pp. 137-72.

12. *Apud* Robin. Op. cit., p. 153.

13. Bardin, Laurence. *Análise de conteúdo.* Lisboa: Edições 70, 1977.

14. Robin, R. Op. cit., p. 159-160.

15. *Apud* Robin. Op. cit., p. 162.

16. Starobinski, Jean. "A Literatura: O Texto e Seu Intérprete". Em: Le Goff, J. e Nora, P. *História: novas abordagens.* Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 141.

17. Febvre, *Combates...,* vol. I, p. 71.

18. Uma exposição dos caminhos conducentes a uma semiótica vista como teoria geral da significação pode ser achada em: Lozano, Jorge *et al. Análisis del discurso, Hacia una semiótica de la interacción textual.* Madri: Cátedra, 1989, pp. 15-55.

19. Ver Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios...,* em especial, pp. 84-87.

20. Cf. Greimas, A. J. e Courtés, J. *Dicionário...* Basear-nos-emos nas exposições que se seguem principalmente no manual: Courtés, J. *Analyse sémiotique du discours. De l'énoncé à l'énonciation.* Paris: Hachette, 1991. Os exemplos, porém, são todos resultantes de nosso próprio trabalho.

21. Ver, a respeito do levirato, Doucet-Bon, Lise Vincent. *Le mariage dans les civilisations anciennes.* Paris: Albin Michel, 1975, pp. 374-376.

22. Não seria possível exemplificar esta parte do capítulo sem reproduzir textos de extensão considerável, o que não é possível aqui. Ver Courtés, J. *Analyse...,* pp. 161-204.

23. Greimas, A. J. *Du sens.* Paris: Seuil, 1970, p. 188.

24. Para alguns exemplos, ver Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios...,* pp. 71-76.

CAPÍTULO 18

1. Le Goff, Jacques. História. Em: *Enciclopédia Einaudi.* Lisboa: Casa da Moeda-Imprensa Nacional, 1985. Vol. I, p. 219.

2. Bloch, Marc. *Introdução à história.* Lisboa: Europa-América, s/d, p. 28.

3. Febvre, Lucien. *Combates pela história.* Lisboa: Presença, 1985, p. 249.

4. Fizemo-lo em: Cardoso, Ciro Flamarion. "Iconografia e História". Em: Idem et al. *Também com a imagem se faz história.* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990, pp. 1-18. Cadernos do ICHF nº 32.

5. Ver: Arenas, José Fernández. *Teoria y metodologia de la historia del arte.* Barcelona: Anthropos, 1986; Panofsky, Erwin. *Essais d'iconologie.* Paris: Gallimard, 1967; Francastel, Pierre. *Imagem, visão e imaginação.* Lisboa: Edições 70, 1987; Hadjinicolaou, Nicos. *Historia del arte y lucha de clases.* México: Siglo XXI, 1974.

6. Peirce, Charles Sanders. *Semiótica e filosofia. Textos escolhidos.* São Paulo: Cultrix-EDUSP, 1975, p. 101-116.

7. Idem, p. 117.

8. Courtés, Joseph. *Analyse sémiotique du discours. De l'énoncé à l'énonciation.* Paris: Hachette, 1991, pp. 40, 43, 55, 169, 258, 271.

9. Ver Greimas, Algirdas Julien e Courtés, Joseph. *Dicionário de semiótica.* São Paulo: Cultrix, 1989, pp. 335-336 (verbetes *Planar, Semiótica).*

10. Sobre estas questões, ver nosso resumo: Cardoso, Ciro Flamarion. *Ensaios racionalistas.* Rio de Janeiro: Campus, 1988, pp. 65-71.

11. Eco, Umberto. *Tratado geral de semiótica.* São Paulo: Perspectiva, 1980, pp. 169-190.

12. Cf. Treitler, Leo. “History and Music”. *New Literary History.* Vol. 21, nº 2, 1990, pp. 299-319.

13. Le Goff, Jacques. “Documento/Monumento”. Em: *Enciclopédia Einaudi,* vol. cit., pp. 94-106.

14. Sobre a produção da imagem fotográfica e o controle dos códigos de representação social, ver: Andrade, Anna Maria Mauad de Sousa *A produção da fotografia e o controle dos códigos de representação social pela classe dominante na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XX.* Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1990 (tese de doutorado), capítulo 3.

15. Rossi-Landi, Ferruccio. “Semiótica”. Em: Sabbatini, M. *et al. Diccionario teórico-ideológico.* Buenos Aires: Galerna, 1975, pp. 191-201.

16. O autor define as programações sociais de comportamento como o conjunto dos códigos socialmente difundidos que ordena e orienta a conduta humana: Rossi-Landi, F. Programación social de los comportamentos. Em: *Idem,* pp. 117-123. Sobre suas idéias, consulte-se ainda: Rossi-Landi, Ferruccio. *Semiotica e ideologia.* Milão: Bompiani, 1979.

17. Garroni, Emilio. *Projecto de semiótica.* Lisboa: Edições 70, 1980, p. 68.

18. Ibidem.

19.Lotman, Yuri. “O Problema de uma Tipologia da Cultura”. *Tempo Brasileiro,* nº 29, abril-junho de 1972, pp. 30-44.

20. Barthes, Roland. *A câmara clara.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 12.

21. Barthes, Roland. “The Photographic Message.” Em: *Image, music and text.* Londres: Fontana, 1982, p. 17.

22. Idem, p. 18.

23. Hjelmslev, L. *Prolegômenos a uma teoria da linguagem.* São Paulo: Perspectiva, 1975, capítulo 13.

24. Barthes, R. “The Photographic Message”. Op. cit., p. 27.

25. *Apud Newhall,* B. “The Instant Vision of Henri Cartier Bresson”. *Câmera.* Outubro de 1955, citado por Rosemblun, N. *The world history of photography.* Nova York: Abbeville Press, 1988, p. 485.

26. Ferro, Marc. “Le film, une Contre-analyse de la Société?” Em: Le Goff, Jacques e Nora, Pierre (org.) *Faire de l’histoire.* Paris: Gallimard, 1974, 3 vols. Vol. III. *Nouveaux objets,* pp. 236-255; *Idem.* “L’Image”. Em: Le Goff, Jacques *et al.* (org.) *La nouvelle histoire.* Paris: Retz-C.E.P.L., 1978, pp. 246-248; Sadoul, Georges. “Photographie et Cinématographie”; e *Idem.* “Témoignages Photographiques et cinématographiques”, ambos capítulos de: Samaran, Charles (org.) *L’histoire et ses méthodes.* Paris: Gallimard, 1961, respectivamente, pp. 771-782 e 1390-1410.

27. Ferro, Marc. “Le Film, une Contre-analyse de la Société?” Op. cit., p. 240.

28. Idem, pp. 241,246, 241.

29. Ver por exemplo: Metz, Christian. “El Cine: Lengua o Lenguaje?” Em: Barthes, Roland *et al. La semiologia.* Buenos Aires: Tiempo Contemporáneo, 1976, pp. 141-186; *Idem.* “El Estudio Semiológico del

Lenguaje Cinematográfico". *Lenguajes* (Buenos Aires). I, nº 2, dezembro de 1974, pp. 37-51.

30. Garroni, Emilio. Op. cit., pp. 313-370.

31. Scholes, Robert. *Semiotics and interpretation.* New Haven-Londres: Yale University Press, 1982, p. 58.

32. Bremond, Claude. *Logique du récit.* Paris: Seuil, 1973.

33. Todorov, Tzvetan. *Estruturalismo e poética.* São Paulo: Cultrix, 1976, pp. 87-96. Ver um exemplo de aplicação histórica do método de Todorov — conjugado ao de Lucien Goldmann — em: Cardoso, Ciro Flamarion. *Sete olhares sobre a Antigüidade.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994, pp. 121-159 (no caso, trata-se da aplicação a um texto escrito).

34. Courtés, Joseph. *Analyses sémiotique du discours.* Op. cit., pp. 69-97.

35. *Idem,* pp. 161-198; Greimas, Algirdas Julien. *Du sens. Essais sémiotiques.* Paris: Seuil, 1970, pp. 188-189.

CAPÍTULO 19

1. Morris, RJ. "História e Informática: O Ponto da Situação". Em: *Ler História,* Lisboa, n.4, 1993, p. 93.

2. Para uma visão da utilização da informática na história nos anos 70, ver Cardoso, Ciro Flamarion, e Brignoli, Héctor Pérez. *Os métodos da história.* Trad. João Maia. Rio de Janeiro: Graal, 1979 (part. "O Uso da Computação em História", pp. 503-510); e Balhana, Altiva P. "Emprego de Computadores na História". Em: *Revista de História.* São Paulo: Universidade de São Paulo, vol. 46 (94), abr/jun, 1973, pp. 641-644.

3. "Os Paradoxos da Imagem-máquina". Em: Parente, André (org.). *Imagem - máquina. A era das tecnologias do virtual.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p. 15.

4. A maioria das experiências desenvolvidas no Brasil em informática aplicada à história podem ser conhecidas através dos trabalhos apresentados desde 1991 nos Encontros da Associação Brasileira de História e Computação (ABHC), fundada por ocasião do 1º Encontro nesse mesmo ano em Florianópolis. A ABHC pretende ser um fórum permanente de troca de experiências do uso dos computadores no ensino e pesquisa de história, discussão das tendências recentes, oportunidades, métodos e técnicas. Realiza encontros anuais em que se reúnem especialistas nacionais e internacionais no tema. O último encontro em São Paulo contou com a presença de algumas das maiores autoridades mundiais, entre elas Manfred Thaller, do Instituto Max-Planck na Alemanha. Contatos podem ser feitos através do programa de pós-graduação em história da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). A ABHC edita o jornal eletrônico *Perspectivas* distribuído entre os interessados e mantém uma rede de comunicação *on-line* para informações, dúvidas e discussões temáticas, a CLIOBIT, que já reúne 90 integrantes em todo o continente americano. Para contato através de correio eletrônico escreva: HST1ERZ@BRUFSC (para Bitnet).

5. Algumas advertências preliminares. Tendo em vista seu caráter

instrumental não detalharemos aqui procedimentos e operações dos programas apresentados. Tampouco especificamos fabricantes e versões dos programas, não somente porque logo estarão desatualizados, mas porque a adequação de cada um deles depende do emprego particular que se quer dar e outras razões de ordem subjetiva.

6. Evitamos comentários a respeito dos *scanners* manuais, capazes de reproduzir as imagens de fontes pesquisadas nos arquivos que são transferidas para a memória do computador, uma vez que sua utilização apresenta no momento dificuldades técnicas muito sérias, desde espaço de memória, segmentação da imagem e degradação física do suporte original "scanneado" (digitalizado).

7. Neves, Guilherme Pereira das. "O Sonho de Comenius: O Uso de Micro-computadores em uma Pesquisa de História Social". Em: *História hoje: balanços e perspectivas* (Anais do IV Encontro da ANPUH—núcleo RJ). Rio de Janeiro: Taurus/Timbre, 1990, pp. 208-214.

8. Ibidem.

9. Thaller, Manfred. "The Need for Standards: Data Modelling and Exchange". Em: *Modelling Historical Data: Towards a Standard for Encoding and Exchanging Machine Readable Texts,* 1-18. Greenstein D.I. (Ed.), Max-Planck-Institut für Geschichte, St. Katharine, 1991. Op. cit. por Oliveira, José Nuno. "HITEX: Um Sistema em Desenvolvimento para Historiadores e Arquivistas". Em: *Ler História.* Lisboa, nº 23, 1992, pp. 135-136.

10. Oliveira, José Nuno. Op. cit., p. 128.

11. Contatos podem ser feitos para MEMDB (The Medieval and Early Modern Data Bank) sediado no Department of History, CN 5059. Rutgers, The State University of New Jersey. New Brunswick, New Jersey 08903, EUA.

12. Ruiz, Ernesto. "Informática e história: uma perspectiva de sua evolução". Conferência apresentada no 1º Encontro Internacional de H&C. Santa Catarina: Universidade Federal de Santa Catarina, setembro de 1991.

13. Zysberg, André, (diretor da Direction Informatique et Nouvelles Technologies, Biblioteca Nacional da França). "Bases de donnés relationeles appliquées à des fichiers biographiques". Conferência apresentada no 4º Encontro Internacional de História e Computação. São Paulo: Associação Brasileira de História e Computação, 4 de novembro, 1994.

14. Essa experiência encontra-se narrada em "A organização de bancos de dados e os procedimentos tradicionais do historiador: um estudo prosopográfico) do clero no Brasil, 1808-1828". Conferência pronunciada no 1º Encontro de História e Computação. Santa Catarina, setembro de 1991. Cf. também, do mesmo autor, "O Sonho de Comenius"... Op. cit.

15. Ibidem.

16. A experiência pioneira e exemplar do Arquivo Geral das Índias aparece exaustivamente citada na bibliografia sobre o tema. Ver Morris, R.J. "História e Informática: O Ponto da Situação". Em: *Ler História,* Lisboa, nº 4, 1993, p. 101; ainda Ernesto Ruiz. Op. cit.

17. Santos, Paulo Elian dos. "A digitalização do acervo fotográfico Augusto Malta no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro". Comunicação apresentada no 4º Encontro Internacional de História e Computação. São

Paulo, 3 a 5 de novembro de 1994.

18. Amado, João Paulo e Cardoso, João Carlos. "HERÓDOTO — Estação de Trabalho Item História e Arquivística". Em: *Ler História.* Lisboa, n° 23, 1992, pp. 128-159.

19. Morris, R.J. "História e Informática: O Ponto da Situação". Em: *Ler História,* Lisboa, n° 4, 1993, pp. 99-100.

20. Intervenção no 4° Encontro Internacional de História e Computação. São Paulo: Associação Brasileira de História e Computação, 5 de novembro de 1994.

21. Ruiz, Ernesto. Op. cit. O autor nos informa que uma das primeiras experiências na aplicação do Hipertexto no ensino foi desenvolvida em 1987 por historiadores ingleses. O *view book* — sem recursos de som, imagem e maior interatividade — permitia que os alunos folheassem sucessivos textos sobre eventos históricos que continham documentos e bibliografia e, ainda, pesquisassem por assunto, nomes e data e reproduzissem o resultado da consulta.

22. Pozzi, David e Marini, Susana. "Progetto Ipertempo". Conferência apresentada no 1° Encontro Internacional de H&C. Santa Catarina, setembro de 1991.

23. Oliveira, José Nuno. Op. cit., pp. 135-136. Para críticas à validade do hipertexto para o historiador, ver Fountain, A. *et al. MICROCOSM: an open model for hypermedia with dynamic linking.* Technical Report CSTR 90-12. Dept. of Electronics and Comp. Science, Universidade de Southampton, 1990, citado no referido artigo.

24. Para um painel das iniciativas de adotar a informática no ensino de história na Inglaterra, ver Morris, R.J. "História e Informática: O Ponto da Situação". Em: *Ler História,* Lisboa, n. 4, 1993, pp. 103-103.

25. Ruiz, Ernesto. Op. cit.

26. O tema da aplicação da informática na educação é discutido de forma exaustiva no artigo de Daniel I. Greenstein. "Four courses in search of a discipline: european approaches to teaching history and Computing". Em: *Historical informatics: an essential tool for historiam?* Um painel promovido pela Association for History and Computing no 19° Meeting of the Social Science History Association. Atlanta, Georgia, out., 1994. pp. 3-18. Fornece um painel de diferentes situações do ensino de história com recursos da informática em países europeus: França Alemanha, Holanda, Itália, Inglaterra e países escandinavos.

27. Ibidem, p. 5.

28. McCranck, Lawrence. "Historical information science: review and preview". Conferência apresentada no 4° Encontro Internacional de História e Computação. São Paulo, 5 de novembro de 1994.

29. Ruiz, Ernesto. Op. cit.

30. A justificativa para a criação do curso é bem resumida em seu programa por um de seus formuladores: "Nas últimas décadas a ciência da informática e a generalização do uso da computação revolucionaram a todos os segmentos da sociedade e os historiadores não estiveram imunes a seus efeitos. Mais ainda, a difusão dos computadores pessoais em forma massiva, a partir da década de 1980, levou a que os historiadores e outros

cientistas sociais começassem a tirar vantagens da ciência da informática. Entretanto, o domínio desta nova tecnologia digital requer conhecimentos que somente são encontrados em manuais, artigos e livros, com um conteúdo e uma linguagem altamente técnica, e na utilização da própria máquina, sendo que o conhecimento técnico da ciência da informática e a utilização de computadores pessoais são, na maioria dos casos, alheios à formação tradicional do historiador.”

31. Matta, Alfredo Eurico R. da. “Relato de experiência: projeto, discussão e implantação da disciplina Introdução ao Uso do Computador em História — ICH do bacharelado de História da Unic. Cat. da Bahia”. Em: *Perspectivas* — jornal eletrônico da ABHC, nº experimental, 1992. Ver também comunicação apresentada pelo autor no 4º Encontro Internacional de História e Computação. São Paulo, 3 a 5 de novembro de 1994.

32. Para assinar basta enviar mensagem para <LISTserv@BRLNCC.BIT-NET>, escrevendo na primeira linha do texto o comando SUBSCRIBE HISTORIA seguido de seu nome completo.

33. Doorn, Peter. “Opportunities and pitfalls of the Internet for historians”. Em: *Historical informatics: an essential tool for historians?* Um painel promovido pela Association for History and Computing no Nineteenth Meeting of the Social Science History Association. Atlanta, Georgia, out., 1994, pp. 59-69. Nesse artigo podem-se encontrar outras informações sobre a história da Internet, sua filosofia, forma de organização, problemas e potencialidades.

34. Ibidem, p. 62.

35. Ibidem, p. 66. Conforme Ernesto Ruiz, Op. cit., “O correio eletrônico mais utilizado, por ser o mais eficiente e gratuito para os historiadores, na realidade, uma combinação de três sistemas interligados, a saber: o BIT-NET dos Estados Unidos, o NetNorth (Canadense) e o EARN. Os sistemas são pagos pelos governos e pelas 2.700 instituições afiliadas e, por tal razão, são de uso gratuito para os historiadores”. Para a relação de algumas conferências permanentes de historiadores espalhadas pela Europa, Canadá e Estados Unidos, ver esse mesmo artigo.

36. Informativo eletrônico *História no Brasil,* n° 12. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, julho de 1995.

37. Thaller, Manfred. “Tendências futuras dos softwares aplicados à pesquisa e ao ensino da história”. Conferência pronunciada no 4º Encontro Internacional de História e Computação. São Paulo, Associação Brasileira de História e Computação, 5 de novembro de 1994.

38. A KLEIO é tema de inúmeros artigos publicados em revistas especializadas em H & C, cabendo destacar uma das últimas reflexões de seu criador a respeito. Thaller, Manfred. “What is ‘source oriented data processing’”; “What is a ‘historical Computer science’?”. Em: *Historical informatics: an essential tool for historiam?,* texto apresentado na mesa organizada pela Association for History and Computing no último encontro da Social Science History Association, em 1994, em Atlanta. Part. “An example for a source oriented data base system: (κλειω)” , pp. 34-38.

39. Ibidem, p.34.

40. Entrevista com Manfred Thaller (conduzida por Nuno Luís Madureira). Em:

Ler História, Lisboa, n” 23, 1992, p. 162.

41. Ibidem.

42. Thaller, Manfred. “What is ‘source oriented data processing’”... Op. cit.; e Manfred Thaller. “Tendências futuras dos softwares aplicados à pesquisa e ao ensino da história”. Conferência pronunciada no 4º Encontro Internacional de História e Computação. São Paulo: Associação Brasileira de História e Computação, 5 de novembro de 1994.

43. Entrevista... Op. cit., pp 164-165.

44. Ibidem, p. 165.

45. Guattari, Felix. “Da Produção da Subjetividade”. Em: Parente, André (org.). *Imagem-máquina. A era das tecnologias do virtual.* Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p.177.

46. Material compilado por Ernesto Ruiz. Op. cit.

[2]

CONHEÇA TAMBÉM DA EDITORA CAMPUS:

FUNDAMENTOS DA MODERNA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
Brigham, E.F./Houston, Joel F.

INTRODUÇÃO À ECONOMIA
Princípios de Micro e Macroeconomia
Mankiw, N. G.

MODELOS DE ANÁLISE MACROECONÔMICA
Um Curso Completo de Macroeconomia
Ferreira da Silva, J. C.

MACROECONOMIA
Teoria e Política Econômica
Blanchard, O.

HISTÓRIA GERAL DO BRASIL
Sexta Edição Atualizada
Linhares, M. Y. (Organizadora)

PARADOXO GLOBAL
Quanto Maior a Economia Mundial, Mais Poderosos São Seus Protagonistas Menores: Nações, Empresas e Indivíduos
Naisbitt, J.

O BRASIL E A ECONOMIA GLOBAL
Baumann, R. (Organizador)

O FIM DO ESTADO-NAÇÃO
A Ascensão das Economias Regionais
Ohmae, K.

A FORMAÇÃO DO MUNDO CONTEMPORÂNEO
Falcon, F./Moura, G.

A NOVA ECONOMIA INTERNACIONAL
Uma Perspectiva Brasileira
Gonçalves, R./Baumann, R./Canuto, O./Delorme, P. L. C.

VENDENDO PROSPERIDADE
Krugman, P.

INTERNACIONALISMO POP
Krugman, P.

ECONOMIA PARA EXECUTIVOS
Dez Ferramentas Essenciais para Empresários e Gerentes
Maital, S.

MADE IN BRAZIL
Desafios Competitivos para a Indústria
Ferraz, J. C./Haguenauer, L./kupfer, D.

MACROECONOMIA
Teoria, Desempenho e Prática
Hall, R./Taylor, J.

A ORDEM DO PROGRESSO
100 Anos de Política Econômica Republicana (1889-1989)
Abreu, M. (Organizador)

A ECONOMIA ABERTA E A ECONOMIA MUNDIAL
Um Texto de Economia Internacional
Williamson, J.

MOEDA, BANCOS E A ECONOMIA
Mayer, T./Duesenberry, J. S./Aliber, R. Z.

MICROECONOMIA: PRINCÍPIOS BÁSICOS
Uma Abordagem Moderna
Varian, H.

AVALIAÇÃO ECONÔMICA DE PROJETOS
Buarque, C.

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO
Hunt, E.

POLÍTICA MONETÁRIA NO BRASIL
Da Teoria à Prática
Marinho, H.

MICROECONOMIA: PRINCÍPIOS BÁSICOS
Uma Abordagem Moderna
Varian, H.

ECONOMIA INTERNACIONAL: TEORIA E POLÍTICA
Tradução da Terceira Edição
Kenen, P. B.

Domínios da História é obra coletiva, voltada para o amplo público de professores e alunos de pós-graduação em história, podendo interessar ainda aos que atuam nas demais áreas das chamadas ciências sociais, bem como aos docentes vinculados ao ensino médio. Com o objetivo de traçar um panorama atualizado dos vários campos de investigação da história, o livro expõe os principais conceitos e as polêmicas que se fizeram presentes na história das disciplinas e da pesquisa, com ênfase na discussão sobre a questão dos paradigmas.

Na primeira parte, "Territórios do historiador", o leitor encontra um mapeamento dos grandes campos da história: a econômica, a social, a política, a das idéias, a das mentalidades e a cultural. Na segunda parte, "Campos de investigação e linhas de pesquisa", o foco se desloca para campos mais específicos, por vezes micro-históricos, que levam em conta fatores econômicos e sociais, a exemplo da história agrária e da história urbana e empresarial, ou que se acham vinculados ao imaginário e à vida quotidiana: a família, a vida privada, as mulheres, a sexualidade, a etnia, as religiosidades, a história das paisagens. Na terceira parte, "Modelos teóricos e novos instrumentos metodológicos", o livro apresenta uma seção metodológica. Contém orientação sobre como pensar em modelos teóricos, expõe novos métodos de análise textual (semântica e semiótica), novas fontes para o trabalho do historiador (o cinema e a fotografia), e contempla as relações cada vez mais estreitas entre história e informática. *Domínios da História* é obra de referência importante para todos os estudiosos e profissionais da história, indicando caminhos e dilemas atuais do saber historiográfico.

ISBN 85-352-0155-6
9 788535 201550